U.PORTO

PROGRAMA DE DOUTORAMENTO EM ARQUITETURA

O Programa das Casas Económicas do Estado Novo 1933-1974: Casa e Cidade num Tempo Longo de Arquiteturas e Políticas de Habitação em Portugal

Volume I

Sérgio Dias da Silva

D
2023

U.PORTO

Sérgio Dias da Silva. O Programa das Casas Económicas do Estado Novo 1933-1974: Casa e Cidade num Tempo Longo de Arquiteturas e Políticas de Habitação em Portugal
Volume I

O Programa das Casas Económicas do Estado Novo 1933-1974: Casa e Cidade num Tempo Longo de Arquiteturas e Políticas de Habitação em Portugal – Volume I
Sérgio Dias da Silva

FACULDADE DE ARQUITETURA

D.FAUP **2023**

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, **Sérgio Alves do Rêgo Dias da Silva,** natural de **Paranhos, Porto**, inscrito(a) no **Programa de Doutoramento em Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto** com o número de estudante **200102652** declaro, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 14.º do Código Ético de Conduta Académica da U.Porto, que o conteúdo da presente **tese** "O Programa das Casas Económicas do Estado Novo 1933-1974: Casa e Cidade num Tempo Longo de Arquiteturas e Políticas de Habitação em Portugal", orientada pelo Professor Doutor Rui Jorge Garcia Ramos, reflete as perspetivas, o trabalho de investigação e as minhas interpretações no momento da sua entrega.

Declaro, ainda, que a presente **tese** de investigação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição.

Mais declaro que todas as referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação.

Não são divulgados na presente **tese** quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor.

Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Assinado por: **Sérgio Alves do Rêgo Dias da Silva**
Num. de Identificação: 12127821
Data: 2024.02.14 14:27:56+00'00'

14 de fevereiro de 2024

O PROGRAMA DAS CASAS ECONÓMICAS DO ESTADO NOVO (1933-1974).

Casa e Cidade num Tempo Longo de Arquiteturas e Políticas de Habitação em Portugal

Volume I

SÉRGIO DIAS DA SILVA

Tese de Doutoramento
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto 2023
Orientação
RUI JORGE GARCIA RAMOS

Ao Avô Rêgo e à Avó Guida,
sem os quais isto nem teria começado.

Esta investigação teve o apoio, desde 2013, da Fundação para a Ciência e Tecnologia, através de uma Bolsa de Doutoramento, com a referência SFRH/BD/114961/2016 (entre 2017 e 2021), e de uma Bolsa Excecional de Mitigação de Impactos da COVID-19 nas Atividades de Investigação com a referência COVID/BD/151665/2021 (em 2021), do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo e da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Integrou o Projeto de Investigação "Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974)", referência PT2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014 (entre 2016 e 2021), cujo Investigador Responsável foi Rui Jorge Garcia Ramos.

AGRADECIMENTOS

Esta tese teve início em 2012, no final do primeiro ano do Programa de Doutoramento em Arquitetura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; é um *tempo longo* que implica dívidas de agradecimento a muitas pessoas e muitas entidades. À Fundação para a Ciência e Tecnologia, que através de financiamentos diretos e indiretos possibilitou uma dedicação que de outra forma não seria possível. À Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto e ao Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, que garantiram as melhores condições para o desenvolvimento do trabalho, e aos Professores Doutores Domingos Tavares e Luís Soares Carneiro, que no Programa de Doutoramento da FAUP participaram ativamente na estruturação prévia deste trabalho. Aos funcionários dos arquivos centrais e locais, particularmente o Arquivo Histórico da Economia e a Biblioteca do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, pela colaboração na procura de informação perdida no tempo. Aos municípios que cederam informação para utilização na tese — com um agradecimento mais efusivo aos que o fizeram de forma gratuita.

Aos Engenheiros Luís Martins, João Marques e Joana Carrilho, da Parque Escolar, pelo entusiasmado apoio e facilidades na participação no primeiro ano do PDA. Ao Professor Doutor Manuel Fernandes de Sá, pelo apoio de sempre e pela ajuda no arranque desta tese. Aos meus sócios-amigos Rodrigo e Pedro. À Ana, professora-crítica-amiga. Aos colegas investigadores Doutores Eliseu Gonçalves, Maria Tavares, Marta Rocha, Raquel Paulino, Teresa Cálix, Gisela Lameira e Luciana Rocha, que no Mapa da Habitação abriram caminho a muito do que aqui está. Ao Professor Doutor Ricardo Agarez e aos colegas do trabalho do IHRU, Professores Doutores Virgílio Borges Pereira, João Queirós e Tiago Lemos, que me proporcionaram discussões cujo interesse espero ter conseguido transpor para esta tese.

Ao Dr. João Nuno Reis, incansável apoiante no Forte de Sacavém, a arcar com o peso — metafórico, mas demasiadas vezes literal — de procurar e disponibilizar a grande maioria da informação que se encontra nas páginas seguintes.

Ao Professor Doutor Rui Ramos, amigo que continuo a não conseguir deixar de tratar por “Professor,” a dívida não cabe nestas linhas e implica agradecer em várias frentes. Como professor, cada conversa é uma aula. Como orientador, desde o Seminário “Cultura e Habitar”, no 6º ano da Licenciatura (2006-2007), foi o grande impulsionador desta e de todas as investigações em que tive a sorte de participar. Como colega e como amigo, uma generosidade ímpar que a realidade do mundo académico só amplia.

Aos meus pais, pelo apoio de sempre, incluindo terem-me — rapidamente — demovido da ideia de fazer a licenciatura em História em vez de Arquitetura.

E à Maria Manuel, cúmplice de todos os dias, mais presente e apoiante do que ninguém, pelo suporte, pela cumplicidade, pela amizade, por tudo — e também, e acima de tudo, pela Maria Manuel mais pequena, a melhor parceira de isolamentos pandémicos, e pelo Eduardo, que nasceu mesmo a tempo de ser moderadamente negligenciado durante a finalização desta Tese.

RESUMO

O Programa das Casas Económicas do Estado Novo 1933-1974: Casa e Cidade num Tempo Longo de Arquiteturas e Políticas de Habitação em Portugal

O Programa das Casas Económicas teve início em 1933 e terminou apenas com a queda do regime em 1974. A duração e dimensão do Programa, assim como a sua distribuição por todo o país, são elementos que demonstram a importância do seu estudo para a identificação de um elo perdido da história da arquitetura portuguesa no século XX, em três áreas fundamentais: na integração do Programa das Casas Económicas num contexto de profunda transformação da prática de arquitetura, particularmente do projeto habitacional; na relação entre essa prática de arquitetura e um regime vigente de cariz autocrático e profundamente conservador; e nos conflitos internos da profissão, quer num período inicial de afirmação da arquitetura do Movimento Moderno em Portugal, quer na sua posterior crítica.

Esta investigação tem dois objetivos principais. O primeiro é a continuação do dimensionamento completo do Programa, iniciado no Projeto Mapa da Habitação, através da recolha dos diversos projetos urbanos e habitacionais construídos. O segundo objetivo é o desenvolvimento de uma revisão crítica do Programa em três escalas e três âmbitos: do *estado* - a construção de uma nação centrada na família e na defesa da propriedade privada e estruturada a partir de uma classe média confortável e conformada; da *cidade* - a morfologia urbana e o choque de referências, entre o *siedlung*, a cidade-jardim e a Carta de Atenas; e da *casa* - o projeto habitacional e a transformação moderna do espaço doméstico. A historiografia de arquitetura reduziu frequentemente o Programa das Casas Económicas a uma visão parcial da sua ação, focando essencialmente uma expressão formal tida como ruralizada. Uma análise mais aprofundada revela uma produção plenamente enquadrada no contexto do desenvolvimento da arquitetura moderna em Portugal, a espaços servindo como um laboratório de projeto e de gestão de construção em grande escala, acompanhando essencialmente a ação e o gosto dos autores envolvidos. Com o Programa das Casas Económicas, o Estado Novo, mais do tentar uma determinada pesquisa formal, procurou a concretização de uma visão política específica, de inspiração corporativa, de garantia da casa própria.

ABSTRACT

The Affordable Houses Programme of the Estado Novo 1933-1974: House and City in a Long Time of Housing Architectures and Policies in Portugal.

The Affordable Houses Programme started in 1933 and lasted until the fall of the Portuguese dictatorship in 1974. The Programme's dimension and scope, as well as its distribution across the country, demonstrate the relevance of its study for the identification of a missing link in 20th century Portuguese architectural history, in three fundamental areas: the integration of the Programme in a context of profound transformation of architectural practice, particularly of housing design; the relationship between that practice and an authocratic and profoundly conservative political regime; and in the internal conflicts of the profession, both in a first period of affirmation of Modern Movement architecture in Portugal as in its ulterior critique.

This research establishes two main goals. The first goal is to continue a full dimensioning of the Programme, started within the Mapping Public Housing Research Project, by gathering urban and housing projects built under the Programme. The second goal is the development of a critical review of the Programme in three scales and three scopes: that of the *state* — the establishment of a nation centred in the family and in the defence of private property, establish through a new comfortable and content middle class; the *city* - the urban morphology and clash of references between the siedlung, the garden city and the Athens Charter; and that of the *house* - housing design and the modern transformation of domestic space.

Architectural history has frequently reduced the Programme to a limited frame of its action, focusing mainly on a formal expression seen as ruralized. A deeper analysis shows a production that was fully integrated in the development of modern architecture in Portugal, and served at times as an urban design, housing design and construction management laboratory on a national scale. The Affordable Houses Programme was, for the New State, more than an attempt to impose a formal research, as it aimed at creating a specific political view, of a corporatist inspiration, of the house as a mean for guaranteeing a stabilized and content society of homeowners.

ÍNDICE - VOLUME I

Agradecimentos 10

Resumo 12

Abstract 14

Siglas 18

Notas de Apoio à Leitura 19

Índice de Figuras 22

Índice de Gráficos 30

PRÓLOGO 32

I. Âmbito, Pertinência e Estrutura 38

II. Leituras Anteriores 48

III. Ausências e Objetivos 70

1. ESTADO 76

1.1. O Programa das Casas Económicas no Contexto da Intervenção do Estado na Habitação 76

1.2. Uma Avaliação Interna do Programa das Casas Económicas 90

1.3. De 1974 a 1956, Habitação Programada em Grande Escala 100

1.4. O Mandato de Arantes e Oliveira 114

1.5. De 1956 a 1938, Heranças e Ações de Duarte Pacheco 124

1.6. De 1938 a 1933, a Casa Económica como Única Resposta Possível 142

1.7. Análise Estatística do Programa das Casas Económicas 162

1.8. Pitoresco Progressista, Moderno Relutante 174

2. CIDADE 192

2.1. A Habitação e o *Bairro* 192

2.2. Fora da Cidade: o Jardim, o Subúrbio, o Enclave 208

2.3. Entre Camilo Sitte e Raymond Unwin 216

2.4. Entre as *Beaux Arts* e o *City Beautiful* 230

2.5. Dentro da Cidade: a Habitação Integrada no Plano 246

2.6. Experiências à Volta da Cidade Moderna 262

2.7. A Habitação e a Cidade no Centro do Debate Técnico 282

3. CASA 288

3.1. Novas Formas de Pensar a Casa 288

3.2. João Oliveira e a Habitação nos anos de 1960 300

3.3. Luís Fernandes Pinto e a Habitação Plurifamiliar 310

3.4. João Vaz Martins e a Casa Burguesa 326

3.5. Luís Benavente e a Casa Corrente 346

3.6. Raul Lino entre a Casa Pitoresca e o *Existenzminimum* 360

3.7. Modernos sem Movimento 378

CONSIDERAÇÕES FINAIS 386

BIBLIOGRAFIA 390

ÍNDICE - VOLUME II - ANEXOS

1. BAIRROS DE CASAS ECONÓMICAS CONSTRUÍDOS 6

Notas às Fichas de Bairros 7

2. PROJETOS-TIPO DE CASAS ECONÓMICAS 218

Notas às Fichas de Projetos-Tipo 219

SIGLAS

AHE — EOPTC – Arquivo Histórico da Economia – Espólio das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

AHIHRU – Arquivo Histórico do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana

AMTSSS - Arquivo do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

CGDCP – Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência

CML – Câmara Municipal de Lisboa

CMP – Câmara Municipal do Porto

CODA – Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto

DGMEN – Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DGPC – Direção-Geral do Património e Cultura

DGS – Direção-Geral de Segurança

ETN – Estatuto do Trabalho Nacional

FCE – Fundo das Casas Económicas (CGDCP)

FCP – Federação das Caixas de Previdência

FCP-HE – Federação das Caixas de Previdência – Habitações Económicas

FFH – Fundo de Fomento da Habitação

IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

INH – Instituto Nacional da Habitação

INTP – Instituto Nacional do Trabalho e da Previdência

LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil

MOPC – Ministério das Obras Públicas e Comunicações

PCD – Programa das Casas Desmontáveis

PCE - Programa das Casas Económicas

PCRE – Programa das Casas de Renda Económica

PCRL – Programa das Casas de Renda Limitada

PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado

RCE – Repartição das Casas Económicas (INTP)

SAAL - Serviço Ambulatório de Apoio Local

SIPA – Sistema de Informação do Património Arquitetónico – Forte de Sacavém

SPN – Secretariado da Propaganda Nacional

SCCE – Secção de Construção de Casas Económicas (DGEMN)

SSECPS – Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social

NOTAS DE APOIO À LEITURA

O texto desta tese segue o acordo ortográfico de 1990. As citações serão mantidas na língua e grafias originais da versão consultada. A necessidade frequente de referência a peças de arquivo levou à seleção do modelo de citação de Notas e Bibliografia do *Chicago Manual of Style*, [https://www.chicagomanualofstyle.org/] procurando uma leitura direta entre as citações/referências e a bibliografia e informação associadas.

Relativamente às peças de arquivo não tratadas e/ou não inventariadas, será indicado o máximo de informação disponível, o mais atualizada possível, de forma a possibilitar o acesso rápido à informação original. São assumidas e, pensamos, inevitáveis algumas incongruências em informação de fontes semelhantes, particularmente no caso do Arquivo Histórico do IHRU à guarda do Arquivo da DGPC no Forte de Sacavém, que ao longo desta investigação foi tendo alguma evolução de inventariação por parte dos serviços. A abordagem a seguir para as peças não inventariadas será a de facilitar ao máximo eventuais consultas posteriores por interessados; nessa lógica, estabelecemos o critério de distinguir entre as peças não inventariadas, identificadas nas notas de rodapé como pertencentes ao AHIHRU, e as inventariadas, identificadas como parte do Sistema de Informação do Património Arquitetónico. No caso em que as notas de rodapé se referem a um bairro e não a uma citação específica, e existem várias peças de arquivo referentes a esse mesmo bairro, identificámos a cota da peça que, de forma naturalmente subjetiva, consideramos mais relevante arquivisticamente. Os desenhos e fotografias sem indicação de fonte na legenda são da nossa autoria. Os redesenhos foram realizados a partir das peças consultadas nos arquivos e cartografia digital cedida pelos municípios.

Para além dos apoios financeiros da FCT, esta investigação teve em 2018 o apoio do Projeto de Investigação H100PT — 100 Anos de Políticas Públicas em Portugal 1918-2018, coordenado por Ricardo Agarez e organizado e financiado pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, em que colaboramos com uma equipa do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto de que também faziam parte os professores e investigadores Doutores Virgílio

Borges Pereira, João Queirós e Tiago Castro Lemos, todos membros do Instituto de Sociologia da mesma Faculdade.

A Base de Dados do Mapa da Habitação, disponível para consulta em https://www.up.pt/mapa_habitacao_db , de que também somos autores, contém informação detalhada sobre as iniciativas de habitação programada referidas na tese e que estão indicadas com o código da ficha respetiva [MdH aXXX]. Relativamente aos Bairros de Casas Económicas, o código utilizado será [BXX], que remete para as fichas da Base de Dados de Bairros Construídos anexa a esta Tese de Doutoramento, com informação mais detalhada relativa à quantificação e distribuição de fogos por tipo; nestes casos a ficha incluirá o respetivo código da Base de Dados do Mapa da Habitação. Também anexa a esta Tese está um conjunto de fichas de uma Base de Dados de Projetos-Tipo, com a representação das diversas Classes de fogos construídas no PCE e identificação dos bairros em que são aplicadas, servindo de apoio à leitura da análise dos mesmos projetos-tipo. Tanto nos projetos de conjunto como nos projetos-tipo, nos casos que considerámos mais pertinentes para acompanhamento do texto, repetir-se-ão na tese desenhos extraídos dessas fichas. Embora a análise vá incidir sobre uma vasta seleção de exemplos dentro da produção do Programa das Casas Económicas, tanto no que se refere ao projeto urbano com ao projeto doméstico, o texto não irá referir todos os bairros e projetos-tipo identificados, pelo que só as fichas anexas refletem a totalidade da produção do Programa, dentro do que esta investigação conseguiu apurar.

As versões digitais deste Volume I e do Volume II - Anexos incluem marcadores que reproduzem o Índice principal, simplificando e facilitando a consulta do ficheiro através do respetivo painel de navegação (acessível em software de leitura de ficheiros PDF, nomeadamente o Adobe Acrobat Reader). Com o mesmo objetivo, os itens listados em todos os índices (principal, de figuras e de gráficos) funcionam como links para a página do respetivo item.

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1. Ilustração de João Abel Manta, projetista do Bairro de Casas Económicas de Agualva-Cacém, para o Diário de Lisboa. Publicada a 28 de abril de 1974 com a nota "o 'poster', alusivo ao atual momento político português, é da autoria de João Abel Manta, artista que, por motivos demais conhecidos, há tempo não publicava qualquer trabalho no nosso jornal." *Diário de Lisboa*, nº 18442, Ano 54 (28 de Abril de 1974). [Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_4893 (consultado em 2023-1-25)] 31

Fig. 2. Bairro de Casas Económicas de Agualva-Cacém. Fotografia de Tiago Casanova para o Projeto de Investigação Mapa da Habitação. [Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto & Tiago Casanova.] 33

Fig. 3. Comunidade de Radburn, New Jersey, EUA. Fotografia Aérea. Fonte: "The Kings of Suburbia", *Tablet* (1 setembro 2020). [https://www.tabletmag.com/sections/community/articles/kings-of-suburbia (acedido em dezembro 2022)] 35

Fig. 4. BCE Restelo (João Guilherme Faria da Costa, 1945-1951). Fotografia Aérea. [Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/MAO/000418] 35

Fig. 5. BCE Vilarinha (João Vaz Martins, 1955-57) e Bairro de Casas de Renda Económicas de Ramalde (Fernando Távora, 1950-54). Fotografia de 2023. 35

Fig. 6. Casa no BCE Olivais Sul (Falcão e Cunha, 1959-64) do Projeto-tipo PT3B (Luís Fernandes Pinto, 1959) à venda em 2023. [http://www.imovirtual.com/ (acedido em janeiro de 2023)] 40

Fig. 7. Capa da revista *Time* de 22 de julho de 1946. [https://content.time.com/time/covers/0,16641,19460722,00.html (acedido em janeiro de 2023)] 128

Fig. 8. Padrão dos Descobrimentos (Cottineli Telmo) e Edifício do Espelho d'Água (António Lino), Exposição do Mundo Português, , Lisboa, 1940. Fotografia Mário Novais. [Fundação Calouste Gulbenkian - Biblioteca de Arte. CFT178 061.ic] 134

Fig. 9. Casa de Santo António (Arq. Vasco Regaleira), Exposição do Mundo Português, Lisboa, 1940. Fotografia Estúdio Horácio Novais. [Fundação Calouste Gulbenkian - Biblioteca de Arte. CFT164.190498] 134

Fig. 10. "Uma Porta e Uma Janela!..." [*Mundo Gráfico* Ano I nº8 (30 janeiro 1941): 12.] 183

Fig. 11. BCE Jardim (Rogério de Azevedo, Viana do Castelo 1932-38). Planta de Conjunto. Escala 1:5000. 208

Fig. 12. BCE Ilhéu (Raul Lino e Joaquim Madureira, Porto 1934-35). Escala 1:5000. 218

Fig. 13. BCE Alto da Serafina (Raul Lino, Lisboa 1934-38). Planta de Conjunto. Escala 1:5000. 218

Fig. 14. BCE Condominhas (Raul Lino e Joaquim Madureira, Porto 1934-1936). Plantas de Conjunto. Escala 1:5000. 218

Fig. 15. BCE Terras do Forno (Raul Lino, Lisboa 1934-38). Planta de Conjunto com Identificação de Classes de Fogos Construídos.. Escala 1:5000. 220

Fig. 16. BCE Olhão (Eugénio Correia, 1934-38). Planta de Conjunto. Escala 1:5000. 222

Fig. 17. BCE Amial (Joaquim Madureira, Porto 1934-38). Planta de Conjunto. Escala 1:5000. 224

Fig. 18. BCE Azenha (Joaquim Madureira, Porto 1934-38). Planta de Conjunto. Escala 1:5000. 225

Fig. 19. BCE Ramalde (Joaquim Madureira, Porto 1934-38). Planta de Conjunto. Escala 1:4000. 225

Fig. 21. BCE S. Victor (Joaquim Madureira, Luís Amoroso Lopes e C. Pereira Cruz, Porto 1935). Alçado e Planta de Conjunto. [Manuel Mendes, *(in)Formar a Modernidade: Arquitecturas Portuenses, 1923-1943: Morfologias, Movimentos, Metamorfoses* (Porto: FAUP Publicações, 2001), 245-246] 226

Fig. 20. BCE Pasteleira (Joaquim Madureira, Porto 1937). Planta de Conjunto. [Gonçalves, Eliseu, e Rui Jorge Garcia Ramos. "Primeiras propostas de habitação operária no Porto: A casa unifamiliar, o carré mulhousien e a cité-jardin." *Ciudades* vol. 19, nº1 (2016):77-98.] 226

Fig. 22. BCE Braga (Joaquim Madureira, 1935-39). Planta de Conjunto. Escala 1:5000. 228

Fig. 23. BCE Covilhã I (Joaquim Madureira, 1935-39). Planta de Conjunto. Escala 1:5000. 228

Fig. 24. BCE Alvito (Paulino Montez, Lisboa 1937-44). Planta de Conjunto. Escala 1:5000. 231

Fig. 25. Grossiedlung Bad Durrenberg (Alexander Klein, 1929-30). Planta de Conjunto. [*L'Architecture d'Aujourd'hui,* Ano 1, nº6 (agosto-setembro 1931): 72] 231

Fig. 26. BCE Encarnação (Paulino Montez, Lisboa 1939-45). Planta de Conjunto. Escala 1:5000. 233

Fig. 27. BCE Encarnação (Paulino Montez, Lisboa 1939-45). Edifício com integração de área comercial. Fotografia de 2022. 236

Fig. 28. BCE Encarnação (Paulino Montez, Lisboa 1939-45). Alameda central do plano. Fotografia de Mário de Oliveira, s/d. [Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/MAO/000518] 237

Fig. 29. BCE Contumil I (Manuel Fernandes de Sá, Porto 1939-42). Planta de Conjunto Escala 1:5000.. 240

Fig. 30. BCE Costa Cabral (Manuel Fernandes de Sá, Porto 1939-42) e BCE Marechal Gomes da Costa (Manuel Fernandes de Sá, Porto 1947-49). Plantas de Conjunto. Escala 1:5000. 241

Fig. 31. BCE Calçada dos Mestres (Lima Franco e Lacerda Marques, Lisboa 1945). Planta de Conjunto. 242

Fig. 32. BCE Calçada dos Mestres (Lima Franco e Lacerda Marques, Lisboa 1945). Vista da escadadaria e do Aqueduto das Águas Livres. Fotografia Artur João Goulart, 1962. [Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJG/004071] 243

Fig. 33. BCE Caselas (Couto Martins, Lisboa 1940-48). Planta de Conjunto com identificação das Classes de Fogos construídas. Escala 1:5000. 244

Fig. 34. BCE Restelo (Faria da Costa, 1947-53). Planta de Conjunto. Escala 1:5000. 247

Fig. 35. BCE Calhabé (Januário Godinho, Coimbra 1944-51). Planta de Conjunto com identificação das Classes de Fogos construídas. Escala 1:5000. 250

Fig. 36. BCE Faro I (Eugénio Correia, 1945-51). Planta de Conjunto com identificação das Classes de fogos construídos. Escala 1:5000. 251

Fig. 37. BCE Eng. Duarte Pacheco (Eugénio Correia, 1948-51). Planta de Conjunto com identificação das Classes de fogos construídos. Escala 1:5000. 252

Fig. 38. BCE Benfica (João Vaz Martins, Lisboa 1958). Planta de Conjunto das Zonas Ocidental e Oriental com identificação das Classes de fogos construídos. Escala 1:5000. 254

Fig. 40. BCE Vilarinha (João Vaz Martins, Porto 1955-57). Planta de Conjunto com identificação das Classes de Fogos construídas. Escala 1:5000. 257

Fig. 39. BCE António Aroso (João Vaz Martins, Porto 1957-58). Planta de Conjunto com identificação das Classes de Fogos construídas. Escala 1:5000. 257

Fig. 41. BCE Queluz (João Vaz Martins, 1958). Planta de Conjunto com identificação das Classes de Fogos construídas. Escala 1:5000. 258

Fig. 42. BCE Olivais Norte (João Vaz Martins, Lisboa 1956-59). Planta de Conjunto com identificação das Classes de Fogos construídas. Escala 1:5000. 260

Fig. 43. BCE São João da Madeira II (João Oliveira, 1961). Planta de Conjunto com identificação das Classes de Fogos construídas. Escala 1:5000. 262

Fig. 44. BCE Viso, Porto. Anteprojeto de João Andresen para os edifícios de habitação plurifamiliar (1958).[Foto do autor no Arquivo Cristiano Moreira] 263

Fig. 45. Bairro INA-Casa Monza (Vittorio Faglia, Augusto Magnaghi e Mario Terzaghi, 1953-55). Planta de Conjunto. [Biblioteca Digitale Lombarda. https://www.bdl.servizirl.it/vufind/Record/BDL-OGGETTO-3026 (acedido em novembro 2022)] 263

Fig. 46. BCE Viso (João Andresen [Plano], Porto 1958-65).Planta de Conjunto com identificação das Classes de Fogos construídas. Escala 1:5000. 266

Fig. 47. BCE Vila Nova de Gaia (João Andresen [Plano], 1958-66).Planta de Conjunto com identificação das Classes de Fogos construídas. Escala 1:5000. 268

Fig. 48. BCE Entroncamento II (João Oliveira, 1958-62). Planta de Conjunto com identificação das Classes de Fogos construídas. Escala 1:5000. 270

Fig. 49. BCE Rossio ao Sul do Tejo (João Oliveira, 1964). Planta de Conjunto com identificação das Classes de Fogos construídas. Escala 1:5000. 270

Fig. 50. BCE Oeiras (João Oliveira, 1967-70). Planta de Conjunto. Escala 1:5000 273

Fig. 51. BCE Oeiras (João Oliveira, 1967-70). Vista de espaço exterior partilhado entre blocos de habitação plurifamiliar. Fotografia de 2022. 274

Fig. 52. BCE Agualva-Cacém (João Abel Manta e Alberto Pessoa, 1965-76). Planta de Conjunto com identificação das Classes de Fogos construídas. 277

Fig. 53. BCE Caldas da Rainha (1967-75). Planta de Conjunto. Escala 1:5000. 280

Fig. 54. BCE Caldas da Rainha (1967-75). Vista dos espaços exteriores partilhados. Fotografia de 2018. 280

Fig. 55. BCE Faro II (1965). Vista da fachada principal de um dos blocos de Classe B. Fotografia de 2018. 292

Fig. 56. Projeto-tipo PT3E. Planta de fogo de Classe B2. Escala 1 :400. 293

Fig. 57. Projeto-tipo PT3E. Planta de fogo de Classe B3. Escala 1 :400. 293

Fig. 58. BCE Agualva-Cacém (Alberto Pessoa e João Abel Manta, 1965-76). Vista de uma das torres de Classe C. Fotografia de Tiago Casanova para o Projecto Mapa da Habitação. [Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto & Tiago Casanova] 294

Fig. 59. Projeto-tipo PT3D. Planta de fogo de Classe “a”3. Escala 1 :400. 295

Fig. 60. Projeto-tipo PT3D. Planta de fogo de Classe “a”4. Escala 1 :400. 295

Fig. 61. Projeto-tipo PT3D. Planta de fogo de Classe A3. Escala 1 :400. 295

Fig. 62. Projeto-tipo PT3D. Planta de fogo de Classe A4. Escala 1 :400. 295

Fig. 63. Projeto-tipo PT3D. Planta de fogo de habitação plurifamiliar em torre de Classe C3. Escala 1 :400. 296

Fig. 64. Projeto-tipo PT3D. Planta de fogo de Classe D4. Escala 1 :400. 297

Fig. 66. BCE Agualva-Cacém (Alberto Pessoa e João Abel Manta, 1965-76). Vista de edifícios de habitação plurifamiliar de Classe "a." Fotografia de Tiago Casanova em 2019 para o Projecto Mapa da Habitação. [Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto & Tiago Casanova] 299

Fig. 65. BCE Agualva-Cacém (Alberto Pessoa e João Abel Manta, 1965-76). Vista de moradias geminadas de Classe D. Fotografia de Tiago Casanova em 2019 para o Projecto Mapa da Habitação. [Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto & Tiago Casanova] 299

Fig. 68. Projeto-tipo PT3C. Planta de fogo em habitação plurifamiliar de acesso direto, de Classe A3. Escala 1:400 301

Fig. 69. Projeto-tipo PT3C. Planta de fogo em habitação plurifamiliar de acesso direto, de Classe A4. Escala 1:400. 301

Fig. 67. BCE Caldas da Rainha (João Oliveira, 1967-75). Moradias em banda de Classe B3 . Fotografia de 2018. 301

Fig. 70. Projeto-tipo PT3C. Planta de fogo de Classe B3. Escala 1 :400. 302

Fig. 72. Projeto-tipo PT3C. Planta de fogo de Classe B3 Variante. Escala 1 :400. 302

Fig. 71. Projeto-tipo PT3C. Planta de fogo de Classe B4. Escala 1:400. 302

Fig. 74. Projeto-tipo PT3C. Planta de fogo em habitação plurifamiliar de acesso direto, de Classe A3. Escala 1:400. 303

Fig. 75. Projeto-tipo PT3C. Planta de fogo em habitação plurifamiliar de acesso direto, de Classe A4. Escala 1:400. 303

Fig. 73. BCE Almada II (João Oliveira, 1966). Vista de blocos plurifamiliares de acesso comum da Classe B. Fotografia de 2022. 303

Fig. 76. BCE Marinha Grande II (João Oliveira, 1970). Vista de blocos plurifamiliares de acesso direto da Classe A. Fotografia de 2018. 304

Fig. 77. Projeto-tipo PT3C. Planta de habitação unifamiliar de Classe A3. Escala 1:400. 305

Fig. 78. Projeto-tipo PT3C. Planta de habitação unifamiliar de Classe A4. Escala 1:400. 305

Fig. 79. Projeto-tipo PT3C. Planta de habitação unifamiliar de Classe B3. Escala 1:400. 305

Fig. 80. Projeto-tipo PT3C. Planta de habitação unifamiliar de Classe B4. Escala 1:400. 305

Fig. 81. BCE Marinha Grande II (João Oliveira, 1970). Vista de moradias unifamiliares geminadas de Classe C. Fotografia de 2018. 306

Fig. 82. Projeto-tipo PT3C. Planta de habitação unifamiliar de Classe C3. Escala 1:400. 306

Fig. 83. Projeto-tipo PT3C. Planta de habitação unifamiliar de Classe C4. Escala 1:400. 306

Fig. 84. Projeto-tipo PT3C. Planta de habitação unifamiliar de Classe D4. Escala 1:400. 306

Fig. 85. BCE Olivais Sul (Falcão e Cunha [Plano], Lisboa 1959-64). Vista de um dos edifícios de habitação plurifamiliar de Classe A. Fotografia de 2022 311

Fig. 86. Projeto-tipo PT3B. Planta de fogo em habitação plurifamiliar de acesso comum, de Classe "a"2. Escala 1:400. 312

Fig. 87. Projeto-tipo PT3B. Planta de fogo em habitação plurifamiliar de acesso comum, de Classe "a"3. Escala 1:400. 312

Fig. 88. Projeto-tipo PT3B. Planta de fogo em habitação plurifamiliar de acesso comum, de Classe "a"4. Escala 1:400. 312

Fig. 89. Projeto-tipo PT3B. Planta de fogo em habitação unifamiliar, de Classe A/B3. Escala 1:400. 313

Fig. 90. Projeto-tipo PT3B. Planta de fogo em habitação unifamiliar, de Classe A/B4. Escala 1:400. 313

Fig. 91. Projeto-tipo PT3B. Planta de fogo em habitação unifamiliar, de Classe C/D3. Escala 1:400. 313

Fig. 92. BCE Olivais Sul (Falcão e Cunha [Plano], Lisboa 1959-64). Vista de um dos edifícios de habitação unifamiliar. Fotografia de 2022 315

Fig. 93. BCE São João da Madeira II (1961). Vista de uma das moradias unifamiliares em banda de Classe "a." Fotografia de 2021. 316

Fig. 94. Projeto-tipo PT3A. Planta de fogo em habitação plurifamiliar de acesso comum, de Classe "a"2. Escala 1:400. 317

Fig. 95. Projeto-tipo PT3A. Planta de fogo em habitação plurifamiliar de acesso comum, de Classe "a"3. Escala 1:400. 317

Fig. 96. Projeto-tipo PT3A. Planta de fogo em habitação plurifamiliar de acesso comum, de Classe "a"4. Escala 1:400. 317

Fig. 97. Páginas do Álbum "Documentação Fotográfica de uma Moradia da Classe "a" Tipo "III" Construída como Experiência no Agrupamento de Casas Económicas de S. João — Vale Escuro. Prazo de Execução — 29 Dias." [Fotografias do autor na Coleção Fotográfica, Arquivo da DGPC, Forte de Sacavém] 319

Fig. 99. BCE Viso. Anteprojeto de João Andresen para moradias unifamiliares. 1958. [Fotografia do Autor no Arquivo Cristiano Moreira (2006)] 322

Fig. 98. Grupo CIAM Porto, "Nova Comunidade Agrícola." [Mariana Arantes, "A minha casa, a minha aldeia: a participação portuense nos CIAM e os seus reflexos na arquitetura portuguesa," Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Universidade do Minho, 2019] 322

Fig. 100. BCE Benfica (João Vaz Martins, Lisboa 1958). Vista de moradias unifamiliares de Classe B, s/d. [Fotografia do autor ao Álbum Fotográfico DGEMN, Coleção Fotográfica, Arquivo da DGPC, Forte de Sacavém] 327

Fig. 101. Projeto-tipo PT2H. Planta de fogo em habitação unifamiliar, de Classe A1. 329

Fig. 102. Projeto-tipo PT2H. Planta de fogo em habitação unifamiliar, de Classe A3. Escala 1:400. 329

Fig. 103. Projeto-tipo PT2H. Planta de fogo em habitação unifamiliar, de Classe B1. Escala 1:400. 329

Fig. 104. Projeto-tipo PT2H. Planta de fogo em habitação unifamiliar, de Classe B3. Escala 1:400. 329

Fig. 105. Projeto-tipo PT2H. Planta de fogo em habitação unifamiliar, de Classe C1. Escala 1:400. 330

Fig. 106. Projeto-tipo PT2H. Planta de fogo em habitação unifamiliar, de Classe C3. Escala 1:400. 330

Fig. 107. Projeto-tipo PT2H. Planta de fogo em habitação unifamiliar, de Classe D1. Escala 1:400. 330

Fig. 108. Projeto-tipo PT2H. Planta de fogo em habitação unifamiliar, de Classe D4. Escala 1:400. 330

Fig. 110. BCE Vilarinha (João Vaz Martins, Porto 1955-57). Vista de moradias unifamiliares em banda de Classe B. Fotografia de 2023. 331

Fig. 109. BCE Benfica (João Vaz Martins, Lisboa 1958). Vista de moradias unifamiliares de Classe D. Fotografia de 2022. 331

Fig. 111. BCE Entroncamento (João Vaz Martins 1951-56). Vista de moradias unifamiliares de Classe B, s/d. [Fotografia do autor ao Álbum Fotográfico DGEMN, Coleção Fotográfica, Arquivo da DGPC, Forte de Sacavém] 332

Fig. 112. Projeto-tipo PT2G. Planta de habitação unifamiliar de Classe A2. Escala 1:400. 333

Fig. 113. Projeto-tipo PT2G. Planta de habitação unifamiliar de Classe A3. Escala 1:400. 333

Fig. 114. Projeto-tipo PT2G. Planta de habitação unifamiliar de Classe B2. Escala 1:400. 333

Fig. 115. Projeto-tipo PT2G. Planta de habitação unifamiliar de Classe B3. Escala 1:400. 333

Fig. 116. BCE Entroncamento (João Vaz Martins 1951-56). Vista de moradias unifamiliares de Classe B. Fotografia de 2023. 334

Fig. 117. BCE Almada (Irmãos Rebelo de Andrade, 1946-54). Vista de moradias unifamiliares de Classe B, s/d. [Fotografia do autor ao Álbum Fotográfico DGEMN, Coleção Fotográfica, Arquivo da DGPC, Forte de Sacavém] 335

Fig. 118. Projeto-tipo PT2F. Planta de habitação unifamiliar de Classe A2 "Correnteza." Escala 1:400. 336

Fig. 119. Projeto-tipo PT2F. Planta de habitação unifamiliar de Classe A2 Geminada. Escala 1:400. 336

Fig. 120. Projeto-tipo PT2F. Planta de habitação unifamiliar de Classe A3. Escala 1:400. 336

Fig. 121. Projeto-tipo PT2F. Planta de habitação unifamiliar de Classe B2. Escala 1:400. 337

Fig. 122. Projeto-tipo PT2F. Planta de habitação unifamiliar de Classe B3. Escala 1:400. 337

Fig. 123. BCE Portalegre (Vasco Regaleira). Vista de moradias unifamiliares geminadas de Classe B, s/d. [Fotografia do autor ao Álbum Fotográfico DGEMN, Coleção Fotográfica, Arquivo da DGPC, Forte de Sacavém] 338

Fig. 124. Projeto-tipo PT2E. Planta de habitação unifamiliar de Classe A2. Escala 1:400. 338

Fig. 125. Projeto-tipo PT2E. Planta de habitação unifamiliar de Classe A3. Escala 1:400. 338

Fig. 126. Projeto-tipo PT2E. Planta de habitação unifamiliar de Classe B2. Escala 1:400. 339

Fig. 127. Projeto-tipo PT2E. Planta de habitação unifamiliar de Classe B3. Escala 1:400. 339

Fig. 128. BCE Restelo (João Guilherme Faria da Costa, Lisboa 1947-53). Vista de moradias de classe C, s/d. [Fotografia do autor ao Álbum Fotográfico DGEMN, Coleção Fotográfica, Arquivo da DGPC, Forte de Sacavém] 340

Fig. 129. Projeto-tipo PT2D. Planta de habitação unifamiliar de Classe B2. Escala 1:400. 340

Fig. 130. Projeto-tipo PT2D. Planta de habitação unifamiliar de Classe B3. Escala 1:400. 340

Fig. 131. Projeto-tipo PT2D. Planta de habitação unifamiliar de Classe C2. Escala 1:400. 341

Fig. 132. Projeto-tipo PT2D. Planta de habitação unifamiliar de Classe C3. Escala 1:400. 341

Fig. 133. Projeto-tipo PT2D. Planta de habitação unifamiliar de Classe D2. Escala 1:400. 341

Fig. 134. Projeto-tipo PT2D. Planta de habitação unifamiliar de Classe D3. Escala 1:400. 341

Fig. 135. BCE Calhabé (Januário Godinho, Coimbra 1944-51), s/d. [Fotografia do autor ao Álbum Fotográfico DGEMN, Coleção Fotográfica, Arquivo da DGPC, Forte de Sacavém] 342

Fig. 136. Projeto-tipo PT2C. Planta de habitação unifamiliar de Classe A2. Escala 1:400. 342

Fig. 137. Projeto-tipo PT2C. Planta de habitação unifamiliar de Classe A3. Escala 1:400. 342

Fig. 138. Projeto-tipo PT2C. Planta de habitação unifamiliar de Classe B3. Escala 1:400. 343

Fig. 139. Projeto-tipo PT2C. Planta de habitação unifamiliar de Classe C3. Escala 1:400. 343

Fig. 140. BCE Marechal Gomes da Costa (Manuel Fernandes de Sá, 1947-49), s/d. [Fotografia do autor ao Álbum Fotográfico DGEMN, Coleção Fotográfica, Arquivo da DGPC, Forte de Sacavém] 344

Fig. 141. Projeto-tipo PT2B. Planta de habitação unifamiliar de Classe B3. Escala 1:400. 344

Fig. 142. Projeto-tipo PT2B. Planta de habitação unifamiliar de Classe C3. Escala 1:400. 344

Fig. 143. Projeto-tipo PT2B. Planta de habitação unifamiliar de Classe D3. Escala 1:400. 345

Fig. 144. BCE Marechal Gomes da Costa (Manuel Fernandes de Sá [Plano], 1947-49). Vista de moradias de Classe C. Fotografias de 2023. 345

Fig. 146. Projeto-tipo PT2Av. Planta de habitação unifamiliar de Classe B3. Escala 1:400. 347

Fig. 147. Projeto-tipo PT2Av. Planta de habitação unifamiliar de Classe C3. Escala 1:400. 347

Fig. 145. BCE Évora (Alberto Sousa, 1944-48). Vista de moradias unifamiliares geminadas de Classe A. Fotografia de 2022. 347

Fig. 148. BCE Encarnação (Paulino Montez, 1939-45). Vista de moradias unifamiliares geminadas de Classe B. [Arquivo Municipal de Lisboa PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SAL/000133] 348

Fig. 152. BCE Amial. Vista de moradias unifamiliares geminadas de Classe B3. Fotografia de 2023. 350

Fig. 149. BCE Encarnação (Paulino Montez, 1939-45). Vista de moradias unifamiliares geminadas de Classe B3. Fotografia de 2022. 350

Fig. 153. BCE Contumil II (1944-46). Vista de moradias unifamiliares geminadas de Classe B3. Fotografia de 2023. 350

Fig. 151. BCE Contumil (Manuel Fernandes de Sá, 1939-42). Vista de moradias unifamiliares geminadas de Classe B3. Fotografia de 2023. 350

Fig. 150. BCE Madre de Deus (Luís Benavente, 1939-45). Vista de moradias unifamiliares geminadas de Classe B3. Fotografia de 2022. 350

Fig. 154. BCE Setúbal (Alberto Sousa, 1949). Vista de moradias unifamiliares geminadas de Classe B3. Fotografia de 2022. 350

Fig. 155. Projeto-tipo PT2A. Planta de habitação unifamiliar de Classe A1. Escala 1:400. 351

Fig. 157. Projeto-tipo PT2A. Planta de habitação unifamiliar de Classe A2. Escala 1:400. 351

Fig. 156. Projeto-tipo PT2A. Planta de habitação unifamiliar de Classe A3. Escala 1:400. 351

Fig. 160. Projeto-tipo PT2A. Planta de habitação unifamiliar de Classe B1. Escala 1:400. 352

Fig. 159. Projeto-tipo PT2A. Planta de habitação unifamiliar de Classe B2. Escala 1:400. 352

Fig. 158. Projeto-tipo PT2A. Planta de habitação unifamiliar de Classe B3. Escala 1:400. 352

Fig. 162. Projeto-tipo PT1E. Planta de habitação unifamiliar de Classe A1. Escala 1:400. 355

Fig. 163. Projeto-tipo PT1E. Planta de habitação unifamiliar de Classe A3. Escala 1:400. 355

Fig. 161. BCE Ponta Delgada (1935-48). Fotografia de José Pacheco Toste, 1948. [Instituto Cultural de Ponta Delgada. ICPD/Coleção Fotográfica Digital: PT/ICPD/CFPD.01580] 355

Fig. 164. BCE Alvito (Paulino Montez 1937-44). [Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/POR/052572] 356

Fig. 165. Projeto-tipo PT1D. Planta de habitação plurifamiliar de acesso direto de Classe A2. Escala 1:400. 357

Fig. 166. Projeto-tipo PT1D. Planta de habitação plurifamiliar de acesso comum de Classe A3. Escala 1:400. 357

Fig. 167. BCE Alvito (Paulino Montez 1937-44). Vista de edifícios de habitação plurifamiliar de Classe A. Fotografia de 2022. 358

Fig. 168. "Uma Iniciativa Admirável: Casas 'bungalows' para operários que resolvem o problema dos bairros de lata." [*Diário de Lisboa,* ano XVII, nº 5520 (4 de abril de 1938): 5] 361

Fig. 169. Casas Desmontáveis. Fotografia de Mário Novais. [Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian. CFT003.100371] 362

Fig. 170. BCE Jardim (Rogério de Azevedo, 1932-38). Vista de moradias unifamiliares geminadas de Classe A. Fotografia de 2023. 366

Fig. 171. Projeto-tipo PT1C. Planta de habitação unifamiliar de Classe A1. Escala 1:400. 366

Fig. 172. Projeto-tipo PT1C. Planta de habitação unifamiliar de Classe A2. Escala 1:400. 366

Fig. 173. Projeto-tipo PT1C. Planta de habitação unifamiliar de Classe A3. Escala 1:400. 366

Fig. 174. BCE Olhão (Eugénio Correia 1934-38). Vista de moradias unifamiliares geminadas de Classe A. [Fundação Calouste Gulbenkian - Biblioteca de Arte, CFT164.102209] 368

Fig. 175. Projeto-tipo PT1B. Planta de habitação unifamiliar de Classe A2. Escala 1:400. 368

Fig. 176. Projeto-tipo PT1B. Planta de habitação unifamiliar de Classe A3. Escala 1:400. 368

Fig. 177. Projeto-tipo PT1B. Planta de habitação unifamiliar de Classe B2. Escala 1:400. 369

Fig. 178. Projeto-tipo PT1B. Planta de habitação unifamiliar de Classe B3. Escala 1:400. 369

Fig. 179. BCE Terras do Forno (Raul Lino, Lisboa 1934-38). Vista de moradias de Classe A, s/d. [Fotografia do autor ao Álbum Fotográfico DGEMN, Coleção Fotográfica, Arquivo da DGPC, Forte de Sacavém] 370

Fig. 180. Projeto-tipo PT1A. Planta de habitação unifamiliar de Classe A1 Urbano. Escala 1:400. 372

Fig. 181. Projeto-tipo PT1A. Planta de habitação unifamiliar de Classe A1 Rural. Escala 1:400. 372

Fig. 182. Projeto-tipo PT1A. Planta de habitação unifamiliar de Classe A2 Urbano. Escala 1:400. 372

Fig. 183. Projeto-tipo PT1A. Planta de habitação unifamiliar de Classe A2 Rural. Escala 1:400. 372

Fig. 184. Projeto-tipo PT1A. Planta de habitação unifamiliar de Classe A3 Urbano. Escala 1:400. 373

Fig. 185. Projeto-tipo PT1A. Planta de habitação unifamiliar de Classe A3 Rural. Escala 1:400. 373

Fig. 186. BCE(?) Montemor-o-Novo, (Raul Lino, 1939-40). Desenho de alçado. [Fundação Calouste Gulbenkian — Biblioteca de Arte, RL 420] 374

Fig. 187. "Grupo de Casas Económicas (esboceto)," apresentada por Raul Lino na referida conferência no Brasil. [Ramos, Rui Jorge Garcia, e Marta Rocha Moreira, "Reconstituição da conferência 'Casas Económicas' proferida por Raul Lino no Instituto de Engenharia de S. Paulo, Brasil, em Junho de 1935," 2013] 375

Fig. 189. Vila Viçosa, 11 de março de 1934. [Fotografia do autor ao Álbum Fotográfico DGEMN, Coleção Fotográfica, Arquivo da DGPC, Forte de Sacavém] 383

Fig. 188. BCE Vila Viçosa, (Raul Lino, 1934-36). Vista de moradias unifamiliares geminadas de Classe A. [Centro Português de Fotografia/DGLAB/SEC, PT/CPF/ALV/005091] 383

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Parte Superior: Despesa Efetiva com a Construção de Casas Económicas 1936-1972 (em percentagem do total da Despesa Efetiva do Estado). Parte inferior: Variação entre Dotação Orçamental e Despesa Efetiva da Construção de Casas Económicas. Fonte: Contas Gerais do Estado. 164

Gráfico 2 - Fogos construídos por ano segundo o Decreto-Lei nº23.052. Fonte: Estatísticas de Produção Industrial, Instituto Nacional de Estatística. 167

Gráfico 3 - Distribuição de Casas Económicas pelo Instituto Nacional do Trabalho e da Previdência 1934-1974. Fonte: Boletim do INTP. 169

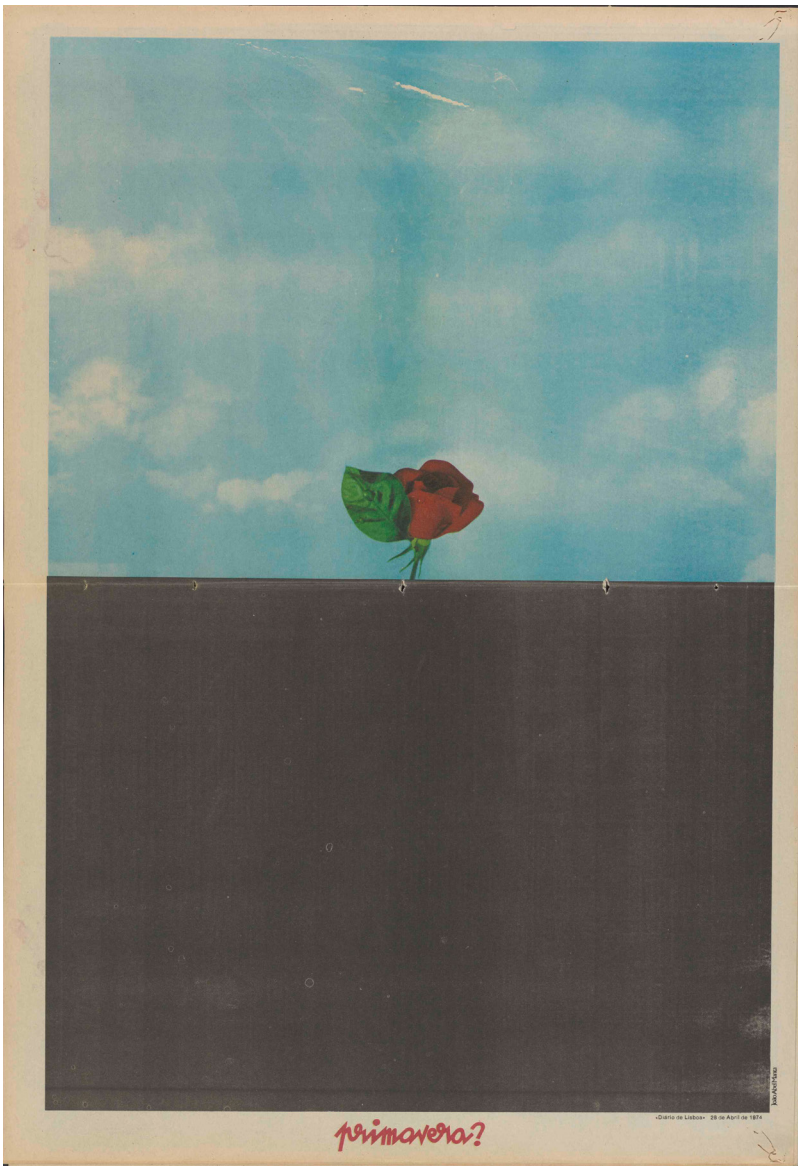

Fig. 1. Ilustração de João Abel Manta, projetista do Bairro de Casas Económicas de Agualva-Cacém, para o Diário de Lisboa. Publicada a 28 de abril de 1974 com a nota "o 'poster', alusivo ao atual momento político português, é da autoria de João Abel Manta, artista que, por motivos demais conhecidos, há tempo não publicava qualquer trabalho no nosso jornal." *Diário de Lisboa*, nº 18442, Ano 54 (28 de Abril de 1974). [Fundação Mário Soares / DRR - Documentos Ruella Ramos, Disponível http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_4893 (consultado em 25 de janeiro de 2023)]

PRÓLOGO

Nas primeiras semanas de exílio que se seguiram ao 25 de Abril, Marcello Caetano (1906-1980) redigiu o seu "Depoimento," um livro-síntese do seu papel enquanto sucessor de António Oliveira Salazar (1889-1970) no cargo de Presidente do Conselho de Ministros, topo hierárquico da estrutura do Estado Novo.[1] Era um *ditador por inerência de cargo*, uma figura invulgar entre as ditaduras que proliferaram na Europa de meados do século XX, que, na maioria dos casos, terminaram com o desaparecimento dos seus líderes.[2] Naturalmente, a leitura daquele documento tem de ser feita tendo em conta a proximidade temporal dos acontecimentos à data da escrita e a proximidade pessoal do autor ao regime, à sua criação, e à sua principal figura, Salazar.

Se o próprio autor tenta estabelecer alguma distância, julgando "indispensável recordar que assumi[u] o poder constitucionalmente,"[3] procurando afastar-se assim do autoritarismo que o cargo que ocupou pressupunha, a ausência dessa distância é clara numa leitura atual do documento — e seria-o também na época, certamente —, e é particularmente percetível em temas mais delicados. Estes temas, que não cabem no nosso, nem nesta tese, incluem a censura — que "desabituara os jornalistas do sentimento das responsabilidades"[4] e por isso se teria mantido — e a polícia política — lembrando as "recomendações constantes, [suas] e do Ministério do Interior, no sentido de que as investigações e os interrogatórios decorressem sempre de modo a não haver motivos para crítica fundada."[5] Procurava assim descartar responsabilidades sobre uma "eventual" (embora ali tacitamente assumida) ação violenta da polícia política, a Direção-Geral de Segurança (DGS) que em 1968, por iniciativa do próprio Caetano, substituiu a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE). Apesar da ausência de distância, ou principalmente porque essa distância não existe, este é um documento válido para uma compreensão da valorização dada por Caetano e pelo regime a determinados temas, incluindo a ação social do Estado Novo, de que nos interessa particularmente a relativa ao domínio da habitação.

1. Este ponto e o seguinte citam e remetem para o nosso artigo: Sérgio Dias Silva, "Anacronia das Casas Económicas: Bases para um Estudo do Programa-bandeira do Estado Novo," in *Contexto, Programa, Projeto: Arquitetura e Políticas Públicas de Habitação* (Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2019).

2. "A confusão entre personalização do poder ou emergência de cultos do chefe pelos aparelhos de propaganda, inerente à maioria das ditaduras do século XX, e carismatização é grande e tem caracterizado, por vezes, alguma análise do salazarismo. Mas Salazar foi sobretudo mestre na manipulação de uma legitimidade racional-legal pervertida, com escassa utilização de recursos carismáticos que ultrapassassem a mediação burocrática entre a sua figura e a 'nação.'" António Costa Pinto, "O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945)," *Análise Social* XXXV, nº 157 (2000).

3. Marcello Caetano, *Depoimento* (Rio de Janeiro: Record, 1974), 47.

4. Ibid., 72.

5. Ibid., 78.

Não é claro se o foco dado ao assunto no livro se deve ao interesse do próprio Caetano - que esteve desde a primeira hora envolvido na construção do sistema burocrático e legislativo do Estado Novo, mas de quem quase não se conhecem intervenções sobre o tema da habitação - ou à pertinência e atualidade dessas questões naquele período e contexto político específicos. No entanto, o capítulo do livro relativo ao "Estado Social" destaca o "grande esforço no domínio da habitação económica" e a construção de Casas Económicas segundo um princípio de *propriedade resolúvel*, "regime ainda em vigor em 1974." Dá nota da construção de casas de renda económica e da obra de (tentativa de) extinção das "ilhas" na cidade do Porto, assim como da criação do Fundo de Fomento da Habitação em 1969 e da Secretaria de Estado de Urbanismo e Habitação em 1972, que abarcaram todas as iniciativas estatais no campo da habitação.

Fig. 2. Bairro de Casas Económicas de Agualva-Cacém (Alberto Pessoa e João Abel Manta, 1965-76). Fotografia de Tiago Casanova para o Projeto de Investigação Mapa da Habitação. [Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto & Tiago Casanova.]

Não tendo conseguido ver o "impulso espetacular que sonh[ara] (...) traduzido nas dimensões almejadas," destaca um caso particular, considerando que haviam ficado "lançadas bases de ações futuras e o governo que [lhe] sucedeu encontrou pronta a 1ª fase do bairro de Agualva-Cacém,"[6] o maior bairro de Casas Económicas construído (em número de fogos).

Neste contexto, a propósito das Casas Económicas,[7] uma expressão salta-nos à vista, quando Caetano indica, de passagem, que a edificação era feita "nesse tempo sob a forma de moradias familiares independentes."[8] Como veremos, a forma aligeirada como esta informação é aqui colocada obscurece a importância que a questão da casa — e da propriedade — individual (a palavra *independente* não é inocente) assumiu em toda a duração do Programa das Casas Económicas. Aliás, não será por acaso que Caetano destaca o regime da *propriedade resolúvel* e a *independência* da casa, fatores que praticamente durante todo o Estado Novo foram quase exclusivos às Casas Económicas.

Little boxes on the hillside, / Little boxes made of ticky tacky, / Little boxes on the hillside, / Little boxes all the same.

Mais de uma década antes da queda do Estado Novo, em contexto económico e político muito diverso, em 1962 nos EUA, Malvina Reynolds compunha "Little Boxes," uma representação musical de um ativismo político que desconfiava do crescimento suburbano das cidades americanas com recurso a centenas de milhares de habitações unifamiliares.[9] Este crescimento, se representava por um lado o vigor da economia americana e do nascimento/crescimento de uma classe média que conseguia adquirir a sua própria casa e atingir o *american dream*, trazia também consigo um lado mais obscuro de cristalização de divisões sociais e raciais e de *padronização de comportamentos*: uma família-tipo, numa casa-tipo, com um carro-tipo, e o pai num emprego-tipo e a mãe em casa, tipo-criada (feita independente pela evolução tecnológica, desde que dentro da sua cozinha-enclave).[10]

Para lá das distâncias ditadas pelo caráter de cada um dos regimes políticos, esse *american dream* que Malvina Reynolds criticava, aqui

6. Ibid., 138-42.

7. De forma a reduzir alguma da confusão gerada pela expressão, iremos uniformizar a forma de redação para clarificar o que está a ser referido. Assim, "Programa das Casas Económicas" ou "Casas Económicas" referir-se-ão ao programa em estudo na tese. A expressão "casas económicas" será evitada, mas usada com minúsculas quando necessário para indicar habitação de custo reduzido. Usaremos também a expressão "Casas Económicas da Primeira República" para referir as iniciativas lançadas tendo como base o decreto 4.137, de 25 de abril de 2018.

8. Caetano, *Depoimento*.

9. Amanda Kolson Hurley, *Radical Suburbs: Experimental Living on the Fringes of the American City* (Belt Publishing, 2019).

10. Ver, a propósito das limitações impostas pela suburbanização americana, Dolores Hayden, *Redesigning the American Dream: The Future of Housing Work, and Family Life* (New York: W.W. Norton, 2002 [1984]).

Fig. 3. Comunidade de Radburn, New Jersey, EUA. Fotografia Aérea. Fonte: "The Kings of Suburbia", *Tablet* (1 setembro 2020). [https://www.tabletmag.com/sections/community/articles/kings-of-suburbia (acedido em dezembro de 2022)]

Fig. 4. BCE Restelo (João Guilherme Faria da Costa, Lisboa 1945-1951). Fotografia Aérea. [Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/MAO/000418]

Fig. 5. BCE Vilarinha (João Vaz Martins, Porto 1955-57) e Bairro de Casas de Renda Económicas de Ramalde (Fernando Távora, 1950-54). Fotografia de 2023.

apresentado de forma necessariamente redutora, e o *sonho português* que Salazar e Caetano queriam ter levado mais longe, num "impulso espetacular" - muitas vezes anunciado, mas nunca concretizado - estarão assim tão afastados?

De Levittown ou Radburn (Fig.3) viajamos um pouco mais do que 5.000 km para a rua Dr. Vasco Valente, no Porto, onde encontramos outra escala, mas onde nos encontramos entre duas abordagens do projeto habitacional que, nas suas diferenças, carregam formas distintas de ver a casa, a economia e a sociedade. A norte da rua, o projeto de Fernando Távora (1923-2005) para o Bairro de Casas de Renda Económica de Ramalde[11] [MdH DB a22] (1950-1954); no lado sul, o projeto coordenado por João Vaz Martins[12] para o **BCE Vilarinha** [B48] (1955-1957) (Fig.5).

Entre um e outro, encontramos, pelo menos na aparência, os dois lados de alguns dos principais debates sobre habitação que marcaram a formação do discurso arquitetónico do século XX: estamos entre a habitação plurifamiliar e a habitação unifamiliar, estamos entre a cidade-moderna de influência *corbusiana* e a "cidade-aldeia" que é publicitada por figuras do estado como herdeira de uma ideia de cidade-jardim. Estamos entre sensibilidades políticas e económicas distintas, entre uma visão social centrada na vida comunitária e outra na vida familiar. Estaremos, talvez, - de novo, apenas aparentemente - entre a *visão social* e a *visão económica*, uma divisão que está ainda associada à questão da propriedade, entre a solução de arrendamento e o incentivo à propriedade individual.

Entre um projeto e outro, encontramos muitas das indecisões e contradições da abordagem do Estado Novo ao problema da habitação. Na rua Dr. Vasco Valente estamos entre duas visões do papel do Estado, a norte um possível embrião de estado-providente — mais na visão dos autores do que na dos gestores - e a sul uma cedência por parte do regime de Salazar à inevitabilidade de intervenção do estado na questão habitacional, ainda que de cariz capitalista. Neste sul, encontramos o Programa das Casas Económicas (PCE), uma longa política de

11. Nesta tese focaremos o lado sul; este "lado norte" já foi analisado por Maria Tavares, quer na sua dissertação de mestrado quer na sua Tese de Doutoramento. Maria Fernanda Gaspar Tavares, "Habitações Económicas — Federação de Caixas de Previdência. Arquitectura e Modos de Actuação no Exercício do Projecto." (Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, 2016).

12. João Filipe Vaz Martins (1910-1990), formado em Arquitetura pela EBAP, colaborou com a DGEMN a partir de 1935, ainda como estudante, sendo contratado em 1937 como arquiteto de 3ª classe e tendo chegado a Chefe de Repartição Técnica a partir da década de 1950. "Arquitecto João Vaz Martins," AHIHRU — Textual, Forte de Sacavém, pasta 5107.

habitação que acompanhou todo o Estado Novo e que, por isso, refletiu em diversos momentos as ideias, hesitações e transformações que ao longo de quatro décadas caracterizaram a relação do regime com o problema habitacional. Esta evolução reflete transformações maiores que não se esgotam na organização política e se estendem à forma como a sociedade portuguesa encarou a casa; propomos para este trabalho de estudo dessa iniciativa habitacional uma progressiva aproximação à escala da habitação que sugerirá uma aprendizagem da *consciência da casa* e, consequentemente, da *exigência da casa* que marcaria os anos pós-25 de abril, com ramificações extensas na perceção social das responsabilidades do Estado e do ideal da casa própria.

I. ÂMBITO, PERTINÊNCIA E ESTRUTURA

O PCE nasceu com a publicação do Decreto-Lei nº 23.052, de 23 de setembro de 1933 e, como já vimos através das palavras de Marcello Caetano, estava ainda bem presente, pelo menos nas obras que ainda decorriam, quando se deu a Revolução de 25 de Abril de 1974. O intervalo temporal deste estudo é, então, o do Estado Novo: de 1933, ano da publicação da Constituição de base corporativa, a 1974, ano da queda do regime; em 1974, no entanto, o PCE já havia sido absorvido pelo Fundo de Fomento da Habitação (FFH) e estava, assim, integrado numa "nova" interpretação política da habitação, pelo que o intervalo temporal desta investigação é, assumidamente, político e focado numa leitura da abordagem *corporativa* ao problema da habitação.

O âmbito do estudo é o da produção *construída* do PCE, ou seja, do que foi efetivamente realizado, assim excluindo o que não passou do papel. Esta distinção é inevitável num esforço de redução da dimensão da tarefa a que nos propomos. As dificuldades no acesso à informação confirmam a validade dessa opção; no futuro, esperamos que outras investigações possam partir do espólio de projetos gerado pelo PCE, ainda por explorar, para dar seguimento, ou contraponto, às pistas que pretendemos lançar e encontrar novos pontos de partida para outras formulações. A informação relativa ao Programa encontra-se simultaneamente concentrada e espalhada, facilmente acessível e completamente oculta, entre arquivos abertos ao público e espólios quase abandonados, pelo que se propõe essencialmente o lançamento de um corpo de investigação que poderá originar muitas leituras futuras, mais ou menos específicas, desta produção de projeto de cidade e de casa.

Se o ponto inicial é claro, não é tão óbvia a identificação do ponto em que o PCE terminou, já que o Programa passou por diversas transformações, particularmente nos últimos anos do regime. O decreto original e o seu regime de propriedade resolúvel foram atualizados apenas em 1993, pelo decreto-lei 167/93, de 7 de maio, e a alienação das casas construídas através do Programa foi regulada em 1982, pelo decreto 329/82, de 17 de agosto.

Talvez a verdadeira *morte política* das Casas Económicas tenha acontecido em 1976, quando foi estabelecida, pelo decreto-lei 461/76, de 9 de junho, a entrega, sem concurso, de uma casa económica a quem previamente tivesse sido expulso de uma por motivos políticos. Ou talvez tenha ocorrido logo em 29 de maio de 1974, quando a Portaria nº 343/74 estabeleceu o Regulamento de Atribuição de Habitações Sociais, aplicável a todas as habitações construídas, promovidas, e/ou coordenadas pelo Fundo de Fomento da Habitação, conjunto que desde 1972 incluía também as Casas Económicas.

O certo é que quando se deu a Revolução de 25 de Abril de 1974 o Programa continuava a existir e a construir e, parece poder dizer-se, com um nível de atividade considerável. Enquanto programa-bandeira do regime, numa leitura política que influencia, inevitavelmente, a leitura arquitetónica da produção de habitação, o Programa — e o âmbito desta Tese — termina, em nosso entender, quando a Revolução de Abril levou a que a estrutura política que sustentava o Programa finalmente desabasse.

Muito graças à forma como a historiografia de arquitetura — em particular a de arquitetura de habitação - foi montada ao longo do século XX, focando-se nas peças icónicas e/ou mais consentâneas com a vanguarda arquitetónica da respetiva época,[13] a escolha do objeto de estudo obriga à partida a uma *defesa da honra*, enfrentando um certo desinteresse e menorização que estão refletidos na limitada investigação relativa ao tema, especialmente, mas não só, do ponto de vista do projeto de arquitetura e desenho urbano.

Esta é uma história da arquitetura das Casas Económicas, mas insere-se numa mais vasta história do projeto habitacional e, particularmente, uma história das várias formas de (sub)urbanidade que ajudaram a construir a cidade portuguesa ao longo do século XX, com a intervenção fundamental da habitação, em geral, e da habitação apoiada pelo estado, em particular. A abordagem projetual das Casas Económicas, quase sempre *extensiva,* traz à discussão as questões da densidade habitacional, da escala urbana, das unidades de vizinhança, do zonamento, e das formas de habitar a cidade. As Casas Económicas

13. Nos últimos anos várias investigações se têm focado numa análise crítica da historiografia do Movimento Moderno, Anthony Vidler, *Histories of the Immediate Present: Inventing Architectural Modernism* (Cambridge: Massachusetts Institute of Technlogy, 2008). Antonio Pizza, *La Construcción del Passado: Reflexiones sobre Historia, Arte y Arquitectura* (Madrid: Celeste Ediciones, 2000).

permitem ainda, enquanto ação de um conjunto de autores de reconhecida importância no panorama português, uma contribuição/ interpretação de diversas *leituras do moderno*, ou *modernidades alternativas,* na(s) forma(s) como este conjunto de autores interpretou e encarou a modernidade em arquitetura perante a oportunidade de abordar um dos *mais modernos programas*, o da habitação de interesse social.

Enquanto escrevemos, entre o final da segunda e o início da terceira década do século XXI, o tema da reabilitação urbana é motivo de frequentes atualizações de legislação, de regimes de exceção e de condicionamento. Ao mesmo tempo, o *boom* turístico e os processos de gentrificação obrigam a encarar os centros urbanos de novas formas. Muitos dos bairros de que falaremos viram o seu valor imobiliário disparar (Fig.6), um processo que nas Casas Económicas tem uma evolução específica, pelo particular cruzamento no Programa entre baixa densidade urbana, espaço verde privado e potencial de intervenção na habitação em si.

Esta leitura histórica da intervenção do Estado na habitação, mesmo que limitada à visão parcelar da Arquitetura, pretende também uma contribuição para a história política e económica da Casa e para uma releitura do papel governamental na abordagem à questão da habitação.

Fig. 6. Casa no BCE Olivais Sul (Falcão e Cunha [Plano], Lisboa 1959-64) do Projeto-tipo PT3B (Luís Fernandes Pinto, 1959) à venda em 2023. [http://www.imovirtual.com/ (acedido em janeiro de 2023)]

Procuraremos enriquecer a construção de uma visão mais informada das políticas de habitação, na linha de outras investigações nos campos da sociologia e da economia. A questão da *propriedade da casa* tem sido alvo de um interesse particular de investigação científica nesses campos.[14] Essa propriedade — e, particularmente, a *promessa* dessa propriedade — configuram um pilar central da economia, "a key element of the social cement of contemporary capitalism."[15]

> *"The promotion of home ownership was certainly believed, and clearly stated by many politicians and academic analysts, to encourage social stability, social responsability, political conservatism and a stronger sense of territorial attachment."*[16]

Cesare di Feliciantonio e Manuel Aalbers encontram nos regimes ditatoriais de Mussolini e Franco "the historical roots of neoliberal housing policies, mottos and principles."

> *"To stimulate economic growth in a situation of autarchy, both regimes saw the construction sector and the promotion of homeownership as keys to fuel the accumulation process while believing this guaranteed social order."*[17]

Este é também o objetivo fundamental do PCE, que ultrapassará as questões formais, focando a provisão de Casas Económicas, tal como nos regimes italiano e espanhol, como um instrumento político, "a means to enhance national stability and secure support for the regime."[18]

Não ignoramos, no entanto, a escala comparativamente reduzida, relativamente à intervenção de outras iniciativas habitacionais europeias, da ação do Programa das Casas Económicas, que construiu em quatro décadas tantas habitações como a cidade de Frankfurt edificou em cinco anos de ação de Ernst May;[19] o valor da atividade do PCE está mais na carga *representativa* de uma interpretação política da casa. Essa atividade manteve-se sempre próxima da cúpula governativa, e afastada da, por comparação, relativa liberdade com que outras instituições estatais ou paraestatais desenvolveram os seus projetos, como as Habitações Económicas da Federação das Caixas de Previdência.

14. Várias investigações recentes têm abordado a influência de determinadas iniciativas de promoção habitacional, em regimes autoritários ou não, na criação de sistemas de promoção cultural e social da *casa própria*. Destacamos o trabalho de Richard Ronald, que tem analisado esse tema em diferentes contextos geográficos. Richard Ronald, *The Ideology of Home Ownership: Homeowner Societies and the Role of Housing* (New York: Palgrave Macmillan, 2008).

15. Ray Forrest e Yosuke Hirayama, "The financialisation of the social project: Embedded liberalism, neoliberalism and home ownership," *Urban Studies* 1, nº 12 (2014).

16. Ibid.

17. Cesare Di Feliciantonio e Manuel B. Aalbers, "The Pre-Histories of Neoliberal Housing Policies in Italy and Spain and their Reification in Times of Crisis," *Housing Policy Debate* 27: in press (2017).

18. Ibid.

19. Ernst May (1886-1970) liderou o projeto e edificação de cerca de 15 mil fogos em Frankfurt, Alemanha, entre 1925 e 1930, tendo sido para esse efeito criado um cargo específico. "May se encuentra que pode regir, en plena simbiosis com la edificación municipal: es director de toda actividade edificadora de Francfort; redactor del plano regulador general; vicepresidente y después presidente de las dos empresas de construcción (de las que la municipalidad posee el 90 por 100 del capital accionario)." Manfredo Tafuri e Francesco Dal Co, *Arquitectura Contemporanea* (Madrid: Aguilar, 1978 [1976]), 179.

Este estudo associa-se a um conjunto de investigações em campos de ação próximos ou tangentes ao nosso, ou seja, da habitação programada e/ou de interesse social em Portugal, e que já resultaram em teses de doutoramento, nomeadamente as de Eliseu Gonçalves,[20] Filipa Guerreiro,[21] Maria Tavares,[22] Filipa Serpa,[23] e Gonçalo Antunes,[24] esperando que, por proximidade temática, a pertinência e qualidade desses trabalhos contaminem este.

O conjunto edificado do PCE não é uma coleção homogénea em termos de localização, datação, autoria ou tipologia. No entanto, os diversos agrupamentos construídos têm em comum uma política habitacional específica que os unifica e que, pela sua especificidade, sugere os temas que permitem enquadrar devidamente aquele conjunto. A tese estará organizada em volta de três temas fundamentais que remetem diretamente para os referidos debates fundamentais da arquitetura de habitação no séc. XX que, embora interligados, avançam no tempo de formas variadas, às vezes contraditórias; esta não-linearidade refletir-se-á na forma como contaremos esta história.

Começamos com o tema da política, do Estado, como se viu, pelo fim; a ideia de que o PCE perdeu fulgor, transmitida pelo progressivamente mais reduzido destaque dado pela máquina de propaganda do regime à iniciativa, é um pequeno mito que procuraremos desmontar desde o princípio e que permite uma visão diferente do conjunto desta produção afinal ainda em crescimento em 1974. Assumido esse ponto de partida, recuaremos lentamente, percorrendo a leitura política do programa, ou seja, a visão a partir de cima, do regime, dos serviços do estado e dos ministérios. Chegaremos assim a 1933 com um conhecimento mais aprofundado da caracterização legal dada ao Programa e das diferentes formas de a transmitir publicamente.

Iniciaremos, então, na Parte 2, a viagem pela Cidade, pelo desenho urbano, agora em sentido convencional, começando em 1933 e avaliando a evolução da abordagem urbana do Programa das Casas Económicas com um foco na escala e integração (ou não) na cidade até à queda do regime, desde a ligação a uma linha de influência romântica e da cidade-jardim até soluções de escala regional que transitarão para o período democrático.

20. Eliseu Gonçalves, "Bairros de habitação popular no Porto, 1899-1933. A prática de uma Arquitectura Económica, Saudável e Cómoda nas vésperas do Moderno" (Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, 2015).

21. Filipa de Castro Guerreiro, "Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960. A casa, o assentamento, o território" (ibid.2016).

22. Tavares, "Habitações Económicas — Federação de Caixas de Previdência. Arquitectura e Modos de Actuação no Exercício do Projecto.."

23. Filipa Viegas Serpa dos Santos, "Entre habitação e cidade: Lisboa, os projectos de promoção pública : 1910-2010" (Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, 2015).

24. Gonçalo Antunes, "Políticas sociais de habitação (1820-2015): espaço e tempo no Concelho de Lisboa" (Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2017).

No terceiro tema, chegaremos à Casa e faremos de novo a viagem de 1974 até 1933, enriquecendo, esperamos, o conhecimento relativo ao período mais obscuro do Programa e terminando de volta a 1933 e a uma nova visão do papel de Raul Lino, figura central de um período *clássico* das Casas Económicas que foi o principal combustível das diversas leituras já feitas sobre esta iniciativa.

Referíamos na proposta de tese original, em 2013, que se trata de uma história da construção de três *sentimentos de pertença*, e mantemo-lo, ainda que já não a consideremos o aspeto central da tese. Mas essas três ligações que o Estado Novo quis construir — o pertencer a uma nação, o pertencer a um bairro, o pertencer a um lar — são, ainda, o mote para todas estas intenções que tinham como objetivo final a estabilização e o *viver habitualmente* de um regime; sem nunca esquecer, mesmo quando não se o refere, que também para isso o regime se fez autoritário, castrador e assassino.

Dividiremos esta tese em três partes, correspondentes a cada uma dessas ligações, numa já referida aproximação à escala da casa que reflete a evolução da visão política da habitação ao longo do tempo em estudo, de um arranque do Estado Novo marcado por uma visão ideológica da casa para uma progressivamente menor carga política e um progressivamente maior entendimento da casa enquanto questão social ou, pelo menos, técnica. Esta *visão política da casa* estruturará todo o trabalho, particularmente a primeira parte, focada na vertente política do PCE, quer do ponto de vista da sua estruturação e funcionamento, quer dos fundamentos que lhe dão origem.

O PCE tem como ponto de partida uma série de crenças ideológicas à volta de ideias difusas, mas intencionais, de sociedade, de família e de lar; simultaneamente, o seu desenvolvimento reflete discussões à volta de representações políticas e de ideias de modernidade que importa analisar. Estas crenças ramificam-se num conjunto de questões que percorrem toda a tese e toda a abordagem ao tema, nomeadamente o paralelismo entre o que é a palavra política, ou seja, o discurso, a propaganda, e o que é a letra da lei, a concretização formal dessa palavra política.

No caso específico do Estado Novo, autoritarismo de gabinete montado por académicos especializados nas questões do direito, esta formalização, que se densifica, complexifica e complica ao longo do tempo, gera uma estrutura burocrática que mantém o regime preso a si mesmo e sustentado em si mesmo (o que também ajuda a explicar porque muita dessa estrutura burocrática se tenha mantido no pós-25 de Abril). Era uma malha estrutural kafkiana, que o Projeto do Mapa da Habitação começou a clarificar, que simultaneamente glorificava a letra da lei e se embrulhava nela, o que, frequentemente, dificultou a execução das melhores e piores ideias.

Porque o regime de Salazar se especializou em equilibrar a balança de intenções e interesses de grupos distintos conforme o momento exigia, o regime foi fértil em contradições e combates ideológicos internos. Essas contradições refletem-se na imagem que o regime queria dar, e mesmo na imagem que o regime tinha de si mesmo. Um (des)equilíbrio constante entre correntes ruralistas e industrialistas, ou conservadoras e progressistas, marcou a evolução do regime, mais afincadamente nas suas duas primeiras décadas, e a figura de António Ferro e do seu Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), que depois se tornou Secretariado Nacional da Informação (SNI), é só a face mais visível dessa dualidade, da construção de um "Fascismo Moderno."[25] Compreender o PCE não é possível sem tocar essa busca de Ferro por um Estado que queria ser simultaneamente moderno na imagem e conservador na base, paralelamente monumental e chão, como na oposição visível na Exposição do Mundo Português de 1940 entre os grandes pavilhões modernamente iluminados e impactantes e as pequenas casinhas mimetizando ambientes regionais com que Jorge Segurado preenche o Núcleo das Aldeias Portuguesas.

A *Cidade* é o tema da Parte 2, que se foca nas questões urbanas. Em meados da década de 1930 esse aspeto interessou particularmente Duarte Pacheco, levando-o a usar a rede de contactos de Pardal Monteiro para recorrer a reputados urbanistas europeus para intervir nas principais cidades portuguesas. Ao mesmo tempo, o Estado patrocinava a formação de jovens técnicos, como os primeiros urbanistas portugueses, João Guilherme Faria da Costa (1906-1971) e David Moreira da Silva (1909-

25. António Ferro não é uma figura central nesta história das Casas Económicas mas é pertinente a referência às interrogações à volta da figura, ora considerada representante dos interesses dos Modernos no centro do regime, ora precisamente o oposto. "António Ferro (...) sublinhou as vantagens da estetização da política (...) o investimento no 'espírito' geraria lucros avultados recuperáveis a muito breve prazo (...) interessavam-lhe menos os objetos culturais que a acumulação política resultante da explícita finalidade de bem impressionar os múltiplos receptores (...) Emerge aqui uma característica essencial da modernidade: a arte, e dela sobretudo tratava, como a indústria, expandir-se-ia de acordo com a lógica massificadora. Introduzia a noção de escala. (...) Ferro tinha já naturalmente feito a sua opção. Ante a (...) querela tradicionais/modernos, escolhera os segundos, preceituando que urgia aproveitar a 'alma dos novos'." Jorge Ramos do Ó, *Os Anos de Ferro: O Dispositivo Cultural Durante a "Política do Espírito" 1933-1949* (Lisboa: Editorial Estampa, 1999), 104-05. "António Ferro, the chief of propaganda — whom many wrongly consider a modernist intellectual — commissioned a house to build in Sintra adopting the regional style." Rita Almeida de Carvalho, "Ideology and Architecture in the Portuguese "Estado Novo": Cultural Innovation within a Para-Fascist State (1932-1945)," *Fascism*, nº 7 (2018): 163.

2002), formados pelo Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris, então com pouco mais de uma década de existência,[26] pormenor em si também indicativo da relativa novidade do tema.

Esta intervenção de Duarte Pacheco teve resultados diversos, entre uma relativa obscuridade dos planos (ou, no caso, esquemas) dos racionalistas Marcello Piacentini (1881-1960) e Giovanni Muzio (1893-1982) para a cidade do Porto, e o impactante papel dos mais *conservadores* Alfred Agache (1875-1959), e Etienne de Groer (1882-1952) particularmente em Coimbra e em Lisboa, sendo importante assinalar a influência clara e duradoura destes últimos sobre uma geração de arquitetos já instalada, que aprendeu urbanismo *on the job*, perante a necessidade de dar resposta aos muitos planos a executar na sequência de legislação lançada pelo Estado Novo. Essa influência, assim como o impacto posterior do contacto da *novíssima geração* com os mestres do Movimento Moderno e as discussões dos CIAM (e outras, mais prosaicas, como se verá), ajuda a contar a história das Casas Económicas; e as Casas Económicas ajudam, por isso, a contar essa *história da cidade*.

Numa terceira parte, passaremos da grande angular para a teleobjetiva, e o foco estará na célula, no fogo, na *Casa*. No final da década de 1960 a casa já era mais uma questão quantitativa, *tecnocrática*, do que política; milhares de pessoas em bairros de lata foram empurrando a resposta à falta de habitações para um debate político progressivamente mais difícil de disfarçar, cada vez menos ideológico e mais técnico, revelando as limitações da ação do Estado até esse momento. O papel de Nuno Teotónio Pereira (1922-2016), a tentar mudar o sistema a partir de dentro como figura central das Habitações Económicas da Federação das Caixas de Previdência[27] e como opositor com ação política que o tio, Pedro Teotónio Pereira (1902-1972), ou pelo menos a sua ligação a este, ia conseguindo proteger de estadias mais alongadas em instalações da PIDE e da DGS — a ligação não foi suficiente para impedir que, já após a morte de Pedro Teotónio Pereira, o sobrinho passasse os últimos meses da ditadura preso em Caxias — contribui para esta progressiva centralidade do tema da habitação, de nota de rodapé dos orçamentos até tema fulcral dos últimos Planos de Fomento.

26. O Institut d'Urbanisme de Paris foi fundado em 1919 como École des Hautes Études Urbaines, por ação de Marcel Poëte (1866-1950) e Henri Sellier (1883-1943), um dos principais divulgadores do conceito da cidade-jardim em França.

27. O papel de Nuno Teotónio Pereira na ação das FCP-HE é analisado na Tese de Doutoramento de Maria Tavares, Tavares, "Habitações Económicas — Federação de Caixas de Previdência. Arquitectura e Modos de Actuação no Exercício do Projecto.."

Tal como o tema do desenho urbano, o projeto habitacional reflete a proximidade e a visão crítica — poderá dizer-se, por vezes, acrítica? — dos arquitetos portugueses relativamente às grandes discussões em curso. A Casa Económica reflete evoluções culturais, evoluções sociais, e reflete também duas transformações paralelas, outra das referidas dualidades e contradições que pululam pelo regime. Por um lado, as Casas Económicas evoluem no sentido de uma transformação no público-alvo do programa, incluindo um âmbito de rendimentos cada vez maior dentro do mesmo conjunto — tocando o tema da heterogeneidade, fator essencial para o sucesso urbano, como já defendia Jane Jacobs (1916-2006). Por outro lado, as mesmas Casas Económicas são simbólicas da evolução na visão da casa e do papel do Estado no seu suprimento, partindo, na década de 1930, de uma visão da habitação como missão caritativa do Estado, herdeira dos ideais filantrópicos e higienistas do início do século, para, na década de 1970, uma leitura mais próxima das realidades coevas dos estado-providência, expondo uma crescente *exigência da casa*, prequela da explosão reivindicativa do pós-25 de Abril.

A não-linearidade deste tema com forte carga política será apresentada do ponto de vista da prática da arquitetura e do urbanismo; três gerações de arquitetos fundamentais na gestação e desenvolvimento da arquitetura moderna em Portugal — a geração de Raul Lino (1879-1974), a geração de Luís Benavente (1902-1993), e a geração de João Andresen (1920-1967), três dos principais transformadores do PCE, ainda que com âmbitos de ação diversos — ajudam a contar (e a enriquecer, esperamos) uma parte da história da arquitetura de habitação em Portugal.

Será inevitável uma atenção particular a uma possível *história política e social da arquitetura*, que não pode ignorar não só o contexto do desenvolvimento do Programa como uma (talvez inevitável) fratura entre essas três gerações: a geração de Lino (mais velho do que Salazar e D. Manuel II), que regressou no final do século XIX a um Portugal ainda a viver em monarquia; a geração de Benavente, e de Carlos Ramos, e dos Rebelo de Andrade e, deve dizer-se, de Duarte Pacheco e Marcello Caetano, que iniciaram a sua prática profissional em

meados da década de 20, nos últimos anos da Primeira República e na sequência da grave crise económica do primeiro pós-guerra; e a geração de Andresen, e Távora, e Nuno Teotónio Pereira, que iniciaram as suas carreiras no contexto de um regime ditatorial plenamente instalado, ainda que desacreditado e embrulhado nas suas indefinições do pós-2ª Guerra Mundial, mas do qual terão de depender perante a escassez de encomenda alternativa no contexto português.[28] *Não é por acaso, então, que terminaremos com um regresso a Lino*, figura ímpar que percorre e marca indelevelmente, por produção primeiro, por opinião depois, por polémica sempre, todo o período em estudo, e que desaparece, com o Programa e com o regime, em 1974.

28. Neste contexto há que notar a proatividade de Andresen na participação de concursos internacionais de arquitetura, invulgar, que se saiba, no contexto português da época, nomeadamente para a "Casa de Amanhã," no Canadá, e para um Monumento em Auschwitz, na Alemanha. Luís Miguel Rodrigues Moreira Pinto, "João Andresen (1920/1967) obra (in)completa" (Tese de Doutoramento, Universidad de Valladolid, 2019).

II. LEITURAS ANTERIORES

Enquanto objeto de estudo, as Casas Económicas não são, como se percebe, um tema inédito. Apesar disso, na área da investigação em arquitetura, são escassas as abordagens que identificámos, o que nos reforça a crença na pertinência de uma leitura do Programa enquanto conjunto. Poderá dividir-se, cremos, a produção relativa ao PCE em três conjuntos temporais distintos, em que a variação da carga política é notória. Desde logo, a produção de época, diretamente relacionada com o Estado ou não, é limitada pelas condicionantes próprias do regime ditatorial e da maior ou menor oficiosidade do estudo. Nos primeiros anos do regime democrático, o inverso é válido: a proximidade do regime carregava politicamente qualquer análise que se pudesse fazer das iniciativas estatais, elemento que deve ser tido em conta ao recuperar esses textos. Mais recentemente, a distância temporal tem permitido uma reinterpretação mais distanciada e, espera-se, focada num caráter descritivo e analítico, reduzindo, sem nunca ignorar, a importância de considerações políticas.

Abordaremos mais à frente a produção de propaganda ou diretamente saída dos gabinetes de gestão do PCE ou da sua órbita; interessa-nos para já focar o que são análises externas ao tema da habitação de apoio público, particularmente o caso em estudo. Numa análise de produção escrita em contexto autoritário, por vezes torna-se difícil definir o que é interno ou externo ao regime; assim, consideraremos no capítulo seguinte não só o que é produção oficial de ministérios ou instituições públicas como o que, sendo claramente propaganda, se poderá caracterizar genericamente como "opinião," nomeadamente artigos de jornais.

Focar-nos-emos para já numa produção de caráter académico, ou, pelo menos, técnico, que de formas diversas e com profundidades variadas se centra no tema da habitação programada, particularmente no PCE; guardaremos para mais tarde, ainda assim, casos particulares como o de Paulino Montez, que dedica a bairros do Programa dois números da sua coleção de "Estudos de Urbanismo em Portugal," um dos primeiros esforços em Portugal de teorização incipiente de uma prolífica atividade

profissional, a par de Lino, ou talvez até um pouco à frente deste no que se refere ao foco nos objetivos técnicos.

Encontramos na Seara Nova uma abordagem precoce — no contexto do regime autoritário — à questão da habitação enquanto problema técnico. Raúl Tamagnini Barbosa[29] (1878-1939) publica entre 1937 e 1938 um conjunto de artigos relativos ao tema do ponto de vista do cooperativismo, campo caro à revista e a um dos seus principais dinamizadores, António Sérgio (1883-1969). No primeiro de quatro artigos com o tema das "Diferentes Formas de Cooperativismo de Habitação," indica que a Cooperativa O Problema da Habitação, sedeada no Porto, já construíra por altura daquela publicação 45 casas em regime cooperativo, permitido pelos Decretos-Lei nº16.055 e nº16.085, que permitiam "aos sócios adquirir casas, por preços módicos e de uma forma suave, que depois de algum tempo, e uma vez pagas as mensalidades-resgate, ficam sendo definitivamente *suas*." Entre o regime "da propriedade definitiva, ou *burguesa*, e o da propriedade temporária em relação a uma família, ou 'socialista'"[30] indica ser mais benéfico o primeiro, pela vantagem de a casa ficar na posse do sócio. No segundo artigo, subdivide ainda a produção cooperativa entre "a casa fixa e a casa móvel," pondo três hipóteses para a primeira: "habitação isolada," "habitação em falange (falanstérios, ou falangestérios de Fourier)" e "familistério, de Godin, abrangendo neste (...) as *repúblicas*, de estudantes, as 'popotes' francesas, e os próprios prédios adquiridos por andares por indivíduos diferentes." A propósito da casa isolada, indica acreditar que

> *"dilui, é certo, pela desagregação, a fé cooperativista, diminui o poder de propaganda, mas, por outro lado, é uma prova para os leigos e mal intencionados que cooperativismo e bolchevismo não são uma e a mesma coisa, o que fica, de resto, exuberantemente provado quando, no sistema burguês, o associado chama definitivamente sua à casa que habita, logo que ultimou o resgate."*

29. À época Presidente da Assembleia Geral da Cooperativa "O Problema da Habitação," da cidade do Porto.

30. Raúl Tamagnini Barbosa, "Diferentes Formas de Cooperativismo de Habitação [1]," *Seara Nova*, nº 527 (18 setembro 1937).

Por oposição, "o falanstério, conjunto de casas, geralmente do mesmo tipo, conserva em permanente contacto os cooperativistas e (...) faz-lhes lembrar sempre (...) como foi adquirida aquela casa, o seu lar," incentivando-os a praticar "outras modalidades do Cooperativismo, de observarem a máxima cristã: *Amai-vos uns aos outros.*" Raúl Tamagnini usa, assim, para defender o falanstério os mesmos argumentos que eram usados contra esse tipo de habitação comunitária e, tal como fará o regime, refere a importância da propriedade. Notamos assim como a casa-propriedade é uma aspiração que não se limita aos objetivos económicos do regime.

O segundo artigo aborda ainda o tema da "casa desmontável" como uma hipótese para a resolução de carências habitacionais, podendo as cooperativas habitacionais sedeadas em centros urbanos fazer trabalhos de preparação de casas em instalações próprias — embora descreva as casas como "desmontáveis" estaria a referir-se a casas pré-fabricadas - para depois as transportar e entregar aos proprietários no local definitivo.[31] O terceiro artigo é dedicado ao tema dos seguros e dos empréstimos, propondo que o sistema cooperativista substituísse o "capitalista," se às cooperativas fosse permitido emprestar dinheiro para a construção de habitações e criar seguros ligados à habitação, nomeadamente contra risco de incêndios.[32]

O último artigo dedicava-se ao conceito de "régie-cooperativa," ou seja, a utilização de um sistema cooperativista para habitação programada de grande escala, usando como exemplo as sociedades de construção existentes à época na Bélgica e em Inglaterra para a construção de casas económicas, indicando como "a casa que um simples sócio recebe, seja êle operário, pequeno comerciante ou pequeno industrial, não é o produto de um favor político ou benesse, mas sim a satisfação de âquele direito que, em nome da boa razão e da boa justiça, deve ser sagrado."

Embora as Casas Económicas do regime nunca sejam referidas nominalmente, não será por acaso que este conjunto de artigos aborda uma série de temas em que o discurso político relativo ao PCE se foca: partindo da vantagem da casa própria, *vende* o cooperativismo como uma alternativa mais justa à visão capitalista, permitindo

31. Raúl Tamagnini Barbosa, "Diferentes Formas de Cooperativismo de Habitação [2]," *Seara Nova*, nº 537 (27 novembro 1937).

32. Raúl Tamagnini Barbosa, "Diferentes Formas de Cooperativismo de Habitação [3]," *Seara Nova*, nº 546 (29 janeiro 1938).

respostas mais amplas para necessidades como a da "reconstrução do Pôrto, isto é, a demolição das *ilhas* e dos bairros velhos e insalubres, substituindo êsses focos de infecção por casas novas, obedecendo aos sãos princípios da higiene e *da moral."* É um esforço de aproximação do regime cooperativo às bases conservadoras e cristãs do regime que "pelo sistema capitalista, [oferece] ao burgo 300 casas" quando "são precisas 15.000."[33] Uma nada subtil crítica à capacidade do regime de dar resposta ao problema habitacional, numa altura do final da década de 1930 em que o Programa das Casas Económicas era visto como uma espécie de resposta única por parte do regime.

Naquilo que é a produção tangente à estatal, entre as primeiras referências ao tema estará a de J.J.M. Nogueira Soares, técnico da Câmara Municipal do Porto, no capítulo sobre zonas residenciais do seu livro *Alguns Rudimentos de Urbanização,*[34] onde juntou artigos publicados por si n'*O Comércio do Porto*. Mais do que o caráter exageradamente elogioso da escrita — "Não se conhece solução mais perfeita que a prevista para a construção de casas económicas"[35] — é de assinalar o destaque ao tema e à importância do *zoning* para o planeamento urbano, um pouco por toda a obra. Sem desenvolver muito o tema, o autor destaca a necessidade de colocar as zonas residenciais "longe do bulício do centro da cidade (...) em extensão, com habitações unifamiliares," elementos de "honrosa tradição"[36] na cidade. O cargo do autor, à época diretor dos serviços de urbanização da Câmara, e a proximidade temporal ao projeto do município para o bloco na Rua Duque de Saldanha[37] tornam ainda mais curiosa a defesa feita à inevitabilidade da desigualdade, "lei fundamental do mundo," e ao remate do capítulo: "nada de colmeias, de promiscuidade e densidade excessiva; moradias unifamiliares com os seus logradouros."[38] No ano seguinte a esta publicação, em 1946, Nogueira Soares estará no XVIII Congresso Internacional de Urbanismo e Habitação de Hastings, defendendo no relatório que depois apresenta à CMP[39] a inscrição do município do Porto na Federação Internacional de Habitação e Urbanismo, agremiação paralela aos Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna (CIAM), associações que também recuperaremos adiante.

33. Raúl Tamagnini Barbosa, "Diferentes Formas de Cooperativismo de Habitação [4]," *Seara Nova*, nº 553 (19 março 1938).

34. J.J.M. Nogueira Soares, *Alguns Rudimentos de Urbanização* (Marânus, 1945).

35. Ibid., 24.

36. Ibid., 25.

37. Cf. Rui Jorge Garcia Ramos, Eliseu Gonçalves, e Sérgio Dias Silva, "Segregation in Housing and Urban Forms: An Issue of Private and Public Concern," *Social Sciences* 7, nº 9 (August 2018).

38. Soares, *Alguns Rudimentos de Urbanização*, 28.

39. Nogueira Soares publica, através da CMP, o relatório da sua participação no primeiro congresso pós-2ª Guerra Mundial da IFHP, em Hastings, Inglaterra. Destaca os casos ingleses e holandeses e os temas da defesa da descentralização urbana e da expropriação de terrenos por poderes públicos. Dá ainda particular atenção aos sistemas de habitação pré-fabricada em aço, madeira e alumínio. J.J.M. Nogueira Soares, *Congresso Internacional de Urbanismo e Habitação: Relatório* (Porto: Câmara Municipal do Porto, 1947).

Keil do Amaral, no seu livro *O Problema da Habitação,*[40] de 1945, resultante de uma conferência realizada um par de anos antes, refere a "louvável acção [do governo] de provar que é possível dar a cada família uma casa com quintal,"[41] sem citar diretamente o programa. Keil expõe uma resumida história da questão habitacional urbana, uma síntese que destacaremos por nos permitir evitar a reescrita de um contexto que é conhecido e ciclicamente recuperado, o da transformação na realidade da vida urbana nos inícios do século XX.

A transformação nas condições de vida das populações urbanas é destacada por Keil, notando as "legiões de pequenos agricultores e artífices despojados das suas terras em benefício de grandes latifundiários" que se viram forçosamente integrados na Revolução Industrial e transformados numa "massa de operários dessas mesmas fábricas cujos donos os haviam arrancado aos seus tradicionais modos de vida." Consequentemente, a deslocação destas populações para as cidades gerou um crescimento exponencial da necessidade de novos alojamentos, com consequências nas "condições higiénicas das habitações, descuradas, sujeitas ao jôgo das vantagens económicas," tornando-se "cada vez mais precárias." Keil aponta uma "curíosissima" evolução, em que "todos os governos que então defendiam e representavam a iniciativa particular, a livre concorrência e o lucro" só atingiam soluções "realmente económicas quando as subtraíam a propósitos lucrativos e as libertavam dos encargos trazidos pela especulação."[42] A escolha cuidada de palavras não oculta o caráter da mensagem, crítica da abordagem capitalista ao problema da habitação e que pode ajudar a explicar a leveza da referência que Keil faz à que era, à época em que este texto foi escrito, uma das poucas ações do Estado Novo nesse campo; não deixa de ser digno de nota, no entanto — e um bom primeiro indicador da relação entre a profissão e a encomenda do regime — que nesta fase Keil do Amaral se encontrasse já a desenvolver estudos para o **BCE Benfica** [B49], em Lisboa.[43]

A reduzida expressão desta referência de Keil ao PCE é por isso importante mais pelo autor em si do que propriamente pelo que é escrito, e transporta consigo o tema da ambiguidade da aproximação maior ou menor ao regime. Keil é simultaneamente um dos autores com

40. Francisco Keil do Amaral, *O Problema da Habitação* (Porto: Livraria Latina Editora, 1945).

41. Ibid., 35.

42. Ibid., 16-20.

43. O campo de seleção de arquitetos para as obras públicas do Estado Novo era, particularmente nas primeiras décadas do regime, relativamente reduzido. Foi frequente a contratação de figuras assumidamente oposicionistas para o desenvolvimento dos projetos, embora lhes fosse barrada, também com frequência, a docência e a participação em órgãos gerentes de instituições corporativas — como no caso de Keil do Amaral e do Sindicato Nacional dos Arquitetos (ver nota seguinte). Sobre a oposição ao regime dentro da profissão, ver Joana Brites, "Arquitectos e Oposição ao Estado Novo," in *Autoritarismos, Totalitarismos e Respostas Democráticas*, coord. Carlos Cordeiro (Coimbra e Ponta Delgada: Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra - CEIS20, 2011).

uma obra pública mais vasta e uma das figuras da classe que mais viu a sua atividade política resultar em limitações à sua ação profissional, desde logo notando-se a sua exoneração em 1948 do cargo de presidente do Sindicato Nacional dos Arquitetos por ordem do Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social.[44]

António Faria, engenheiro da DGEMN, publica em 1948 *O Problema das Casas Económicas*, integrado na coleção Biblioteca Cosmos, dirigida por Bento de Jesus Caraça (1901-1948) — que já integrara em 1942, na secção de Artes e Letras, *A Arquitectura e a Vida*, também de Keil do Amaral[45] — em que faz um estudo detalhado, quase se diria *proto-sociológico*, da questão das condições mínimas da habitação, focando-se não apenas nas questões técnicas da construção mas também nas necessidades de alimentação e de vestuário de uma família-tipo, comparando-as com os salários, para estabelecer valores de referência para despesas com o alojamento e assim propor soluções para contextos rurais e urbanos. Usa, como exemplos reais, os bairros de Casas Económicas da Encarnação e do Alvito e as casas de renda económica do bairro de Alvalade. Faria estabelece três tipos de habitação — rural, económica e média —, fazendo uma análise das necessidades específicas de cada tipo.

É de notar que para recolha de exemplos, para diferentes contextos — refere EUA, Checoslováquia, Inglaterra e Alemanha, entre outros — cita uma publicação, *Habitation et Urbanisme*, que presumimos corresponder ao periódico de designação trilingue *Habitation et Urbanisme / Housing and Town Planning / Wohnungswesen und Städtebau.* editado pela então denominada International Federation for Housing and Town Planning (IFHTP).

A investigação de António Faria, elemento ativo no PCE, levanta uma questão que percorrerá todo o Programa — a ideia de uma abordagem técnica, e uma leitura economicista e redutora que originará, essencialmente, respostas pragmáticas ao programa da habitação de custos controlados, concentrada na simplificação e gestão de recursos e relativamente despreocupada com a imagem formal — sendo que no ano em que Faria publica o seu livro o *formal* (e a imposição de um tipo específico de formalidade) foi um dos

44. Keil do Amaral foi eleito para a direção do Sindicato Nacional dos Arquitectos antes da realização do congresso. Oito meses depois do envio da lista de eleitos para o Instituto Nacional do Trabalho e da Previdência, essa escolha foi anulada pelo INTP, com a indicação de que não dava garantias de "cooperar com o Estado na realização da ordem social estabelecida," conforme previsto no Decreto-Lei nº23.050, que regulava o funcionamento dos Sindicatos Nacionais.

45. Francisco Keil do Amaral, *A Arquitectura e a Vida*, Biblioteca Cosmos, (Lisboa: Edições Cosmos, 1942).

motivos para uma inédita aproximação e — quase — unanimidade dos arquitetos (entre os participantes ativos...) enquanto classe profissional.

O I Congresso Nacional dos Arquitectos, também em 1948, merece uma leitura atenta, pelo papel, se não transformador, pelo menos histórico na evolução da relação dos arquitetos com a profissão e com o Estado. Entre as teses do Tema II — "O Problema Português da Habitação," o PCE está mais subentendido do que referido. António Lobão Vital (1911-1978), embora se dedique a responder à pergunta "como se tem procurado resolver o problema do alojamento?," fá-lo mais pelas falhas do que pelas respostas tentadas; ainda assim, note-se a referência ao Congresso da IFHTP de 1931, em Berlim.[46] Embora seja uma referência que denota um conhecimento dos debates técnicos em curso internacionalmente — o que por si contraria a ideia mantida em alguma historiografia do afastamento dos arquitetos portugueses em relação a esses debates — não deixa de ser uma referência relativamente datada.

Viana de Lima (1913-1991), na sua comunicação, opta por citar os CIAM e defende a construção de unidades de habitação "com pleno cabimento na Organização Corporativa,"[47] assumindo uma postura mais defensiva, apesar da dispensa de passar as comunicações pela censura.[48] Miguel Jacobetty (1901-1970) não *moderniza* tanto o seu discurso, notando que, se a preferência fosse o fator predominante, seria "natural que se tivesse de optar pela modalidade das moradias isoladas unifamiliares," mas a resolução do problema obriga a "pôr de parte o sistema urbanístico adoptado"[49] até então. Jorge Segurado (1898-1990) assinala, numa crítica à abordagem extensiva das Casas Económicas — também sem as nomear - "o desperdício de enormes áreas de terreno, por exemplo, nas extensíssimas cidades-jardim, com casas uni-familiares, quanto muito com dois andares, com arruamentos inúmeros e extensos e com quilómetros e quilómetros de canalizações de toda a ordem."[50]

Nuno Teotónio Pereira (1922-2016) e Manuel Costa Martins (1922-1996), então ainda estudantes, trazem ao debate uma precoce abordagem *sociológica,* destacando a questão da unidade de vizinhança, ou seja, dos serviços comuns paralelos à habitação, a que chamam "necessidades extra-familiares."[51]

46. António Lobão Vital, "A casa, o homem e a Arquitectura," in *1º Congresso Nacional de Arquitectura [Edição Fac-Similada]*, coord. Ana Tostões (Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2008 [1948]).

47. Viana de Lima, "O Problema Português da Habitação," ibid. (2008 [1948]).

48. Nuno Teotónio Pereira indica como uma das "circunstâncias decisivas (...) na base to terramoto que o Congresso 48 provocou ao nível da profissão (...) a garantia dada pelo governo ao presidente do Congresso Cottinelli Telmo, de que as comunicações não seriam censuradas." Nuno Teotónio Pereira, "Que fazer com estes 50 anos?," ibid. (2008), 45.

49. Miguel Jacobetty, "A racionalização na Habitação e na Urbanização," ibid. (2008 [1948]).

50. Jorge Segurado, "A solução vertical na habitação colectiva e os aposentamentos," ibid.

51. Nuno Teotónio Pereira e Manuel Costa Martins, "Habitação económica e reajustamento social," ibid.

Pardal Monteiro é o único a referir-se especificamente às iniciativas de investimento público, "casas mandadas construir pelo Governo e pela câmara municipal — agrupamentos e bairros de casas económicas — de rendas baixas, sorteadas e distribuídas entre os sócios dos Sindicatos Nacionais, funcionários, pessoal dos organismos corporativos e de coordenação económica, etc,"[52] destacando ainda a iniciativa do Bairro de Alvalade, embora a sua comunicação se foque essencialmente em formas de atrair o investimento privado na habitação.

O Congresso ocorreu num período de transição, pós-2ª Guerra Mundial, em que o horizonte de investimento público em habitação se multiplicou por diversas frentes; ainda assim, é pertinente perceber por que motivo os programas já em execução — não só as Casas Económicas, mas também as Casas Desmontáveis, Casas para Pescadores e Colonização Interna — estão praticamente ausentes da discussão. Nuno Portas, João Andresen, Fernando Távora, Nuno Teotónio Pereira, Celestino de Castro, Bartolomeu Costa Cabral, e toda a geração transformadora do projeto habitacional, tinham menos de 30 anos por altura do Congresso — e nem todos participaram. Diríamos que, mais do que um momento de transformação, o Congresso representou uma passagem de testemunho de uma geração a outra, da geração que praticamente nasceu com o século (Cassiano em 1896, Montez, Cottinelli, Pardal, Ramos e Cassiano em 1897, Segurado e Rogério de Azevedo em 1898) à geração que despontava para a profissão no contexto da industrialização do pós-2ª Guerra.

Cachulo da Trindade publica em 1951 uma análise técnica da legislação fundamental dos programas de Casas Económicas, Casas de Renda Económica e Casas para Famílias Pobres que, pela sua especificidade, será alvo de análise mais à frente.

Em 1963, Raul da Silva Pereira, no seu artigo "Problemática da Habitação em Portugal," dividido entre os dois primeiros números da revista *Análise Social,*[53] anuncia uma nova abordagem teórica à questão da habitação, nascida da criação do Gabinete de Investigações Sociais, que focou desde a sua criação a questão da habitação.[54]

52. Porfírio Pardal Monteiro, "Contribuição para o estudo do problema da habitação económica em Lisboa," ibid.

53. Raul da Silva Pereira, "Problemática da Habitação em Portugal - I," *Análise Social* 1, nº 1 (1963). Raul da Silva Pereira, "Problemática da Habitação em Portugal - II," *Análise Social* 1, nº 2 (1963).

54. O Gabinete de Investigações Sociais, depois Instituto de Ciências Sociais, foi criado por Adérito Sedas Nunes em 1961 a partir do Gabinete de Estudos Corporativos, fundado em 1949 na Universidade de Lisboa,

Silva Pereira caracteriza sumariamente o problema da habitação, identificando quatro elementos fundamentais da questão: a "insuficiência (...) do número de alojamentos" existentes; a "insuficiência do ritmo de produção de novos alojamentos," atendendo ao crescimento da população; o elevado custo dos alojamentos construídos; e a insuficiência qualitativa."[55]

Estas questões já haviam sido levantadas por Keil do Amaral na sua leitura do problema, mas são a partir deste ponto associadas a uma abordagem que se pode classificar como mais científica. Esta transformação de abordagem teve um impacto claro nos métodos de projeto, à medida que o processo arquitetónico se interessou e aproximou de leituras de outras áreas de investigação, particularmente a sociologia, tema fundamental para a nova geração que no final da década de 1950 e início da década de 1960 assume a liderança da formulação teórica e técnica da investigação em arquitetura. Interessa-nos focar particularmente a análise que Silva Pereira faz do papel do Estado.

Neste ponto, Silva Pereira enumera os diversos programas públicos de intervenção na habitação, "sem que possa dizer-se que a contribuição de alguns deles tenha sido de molde a alimentar grandes esperanças,"[56] dando especial atenção às Casas Económicas. Identificando os principais fundamentos do PCE, nomeadamente a "intenção clara de protecção à família," nota que entre 1951 e 1960 a ação das Casas Económicas se limitou a menos de 2% do total de habitações construídas no território continental. A postura de Silva Pereira é de um equilíbrio entre o elogio e a crítica, pretendendo "aproveitar desta experiência tudo o que ela tem de bom — e que se julga ser muito," sem deixar de apontar as limitações inerentes ao próprio regime legal que, como se verá, são em parte inerentes ao próprio regime político. O foco nos agregados familiares já existentes, consequência da limitação do acesso aos chefes de família, excluía, no entender do autor, os agregados a formar por casais jovens. Além disso, é notada a exclusão dos trabalhadores agrícolas ou de profissões não integradas em sindicatos. Esta caracterização legal põe de parte as populações rurais e os pequenos empresários, não enquadrados nas *gavetas* do corporativismo.

55. Pereira, "Problemática da Habitação em Portugal - I," 33-34.

56. Pereira, "Problemática da Habitação em Portugal - II," 226.

Silva Pereira propunha ainda que as limitações de idade — entre 21 e 40 anos, conforme previa a lei — fossem ultrapassadas pelo pagamento, com a entrega da casa, por candidatos com idade excessiva, das anuidades correspondentes ao excesso de idade. Com esta adaptação, permitir-se-ia a aplicação de poupanças familiares em património imobiliário, alargando ao mesmo tempo o público-alvo.

Silva Pereira aponta ainda outras limitações, nomeadamente a das instituições abrangidas pela lei (câmaras municipais, corporações administrativas e organismos corporativos), sugerindo o alargamento aos setores privado e cooperativo que então recorriam a outros sistemas de financiamento do Estado, e ainda o das próprias características físicas da Casa Económica. A obrigação da construção de moradias de família com quintal afastava, no entender de Silva Pereira, a possibilidade de construção nas grandes cidades, considerando que a formulação da lei era mais compatível com o contexto rural do que com o contexto urbano. A propriedade própria, aparentemente a grande vantagem identificada no PCE, teria de ser balançada com a facilidade na troca por outra, solução mais compatível com o estilo de vida da população urbana, mais ligada à sua situação profissional do que a um local específico. Não só isso, como a possibilidade de construir em propriedade horizontal,[57] ou mesmo de considerar a construção de casas não integradas em conjuntos - como o regime de construção de casas através de empréstimo já permitia - também tinham como objetivo o alargamento da produção.

A listagem de dificuldades continua, agora nas questões económicas, nomeadamente na obtenção de capitais para o investimento na construção de Casas Económicas, até 1957 limitadas à ação do Estado e a partir daí aberta a instituições de Previdência. Para além da disparidade entre o orçamentado e o executado, a evolução da economia não permitia que o pagamento dos 25 anos de contrato da Casa Económica se refletisse numa disponibilidade para novo investimento por parte do Fundo das Casas Económicas. É um "sacrifício colectivo, em benefício de uma família." Assim, Silva Pereira propunha a correção periódica do valor das amortizações e que a venda da casa amortizada só pudesse ser feita à própria instituição promotora para nova distribuição, tendo

57. A construção de habitações em propriedade horizontal estava já autorizada pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações desde 1956, mas a distribuição iniciou-se apenas em 1962.

como base o custo inicial, atualizado conforme a evolução económica e o estado da habitação e evitando por isso a especulação. Propunha ainda a participação de outro tipo de capitais (leia-se, capitais privados).

Silva Pereira desenvolvia ainda a questão de obtenção de terrenos e capitais e a rentabilidade do investimento. É de notar a centralidade dada ao PCE pelo autor, numa altura em que outros programas de apoio público aparentavam já ter outra margem de manobra; a questão da *propriedade,* centro do PCE e fator de distinção relativamente a praticamente todas as outras iniciativas públicas, multiplica, na perspetiva de Silva Pereira, o potencial do Programa enquanto instrumento económico.

Notando-se mais uma vez a escassa produção de investigação relativa ao tema na época, facto assinalado pelo autor, também Silva Pereira, tal como Nogueira Soares, refere Keil do Amaral e a sua comparação entre diversas abordagens estatais ao problema. Assim se nota, também, a relativamente isolada posição de Keil do Amaral, "único teórico da sua geração"[58] no esforço de discussão do tema da habitação.

Como se verá, muitas das questões levantadas por Silva Pereira quanto às possibilidades de transformação do PCE e utilização do Programa como linha orientadora da intervenção do Estado na habitação estão presentes em todo o desenvolvimento do programa. Muitas delas são, aliás, resultado da própria leitura ideológica da habitação estabelecida nos primeiros anos do regime; são, por isso, símbolo da imobilidade do regime e das suas limitações. A evolução possível do PCE, que será visível a partir de meados da década de 1960 e de uma transformação do próprio debate político, refletirá essas questões e anunciará a evolução do pós-25 de Abril.

O PCE está praticamente ausente do capítulo que Nuno Portas (1934) escreve em 1973 e acrescenta à *História da Arquitectura Moderna* de Bruno Zevi em 1978; nota-se como "a burocracia dos Ministérios prevalece na barragem às inovações de linguagem ou mesmo de programa, defendendo-se pela adopção de projectos-tipo, quase anónimos, (...) dos próprios bairros (poucos) que se vão fazendo."[59] Destaca a importância da participação das Caixas de Previdência no

58. Ana Tostões, "O Congresso e "os verdes anos" 50," in *1º Congresso Nacional de Arquitectura [Edição Fac-Similada]*, coord. Ana Tostões (Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2008), 15.

59. Nuno Portas, "A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: Uma Interpretação," in *A Arquitectura Para Hoje seguido de Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal*, coord. Nuno Portas (Lisboa: Livros Horizonte, 2008 [1973]).

esforço a partir de finais dos anos de 1940, apelidando-as de "maior promotora de habitação não-lucrativa." Presumimos que Nuno Portas se refere aqui às Habitações Económicas - Federação das Caixas de Previdência, que Nuno Teotónio Pereira liderou, e não ao alargamento generalizado do financiamento de habitação às instituições de Previdência estabelecido a partir da década de 1950. O epíteto talvez exagerado é explicado com a proximidade do autor a Nuno Teotónio Pereira (também destacado nominalmente), que reflete, também, um maior interesse profissional na obra das HE-FCP do que na restante oferta habitacional de apoio público.

Voltaremos a Nuno Portas a propósito de outras paragens inevitáveis nesta linha de tempo, mas importa notar a algo redutora leitura dos "bairros sociais," para usar a mesma denominação que o autor usa,

> *"devidos, na sua maioria, a Paulino Montes,[60] que representam o vector rústico tradicionalista, consequente com a ideologia antiurbana de Salazar e Lino — para uso das camadas populares e em oposição à cidade monumental da burguesia (...) sendo nítida a sua evolução desde o exemplo mais interessante do Bairro Salazar, incrustação concentrada no Monsanto, à pseudocidade jardim da Encarnação."*[61]

É uma ideia que perdurará na historiografia das Casas Económicas. De resto, o PCE, nunca nomeado (embora, diga-se, Portas não faça referência específica a qualquer programa de habitação) não tem qualquer menção posterior, com os Olivais a serem abordados como plano, sem que o autor se interesse — o que se justifica com a exiguidade de espaço para um horizonte alargado de tempo — pelas múltiplas realidades internas de financiamento e desenho tanto em Olivais Norte como em Olivais Sul, mesmo tendo tido participação ativa nos mesmos. Ainda assim, a redução do PCE ao seu período *áureo*, no que se refere à sua exposição pública por parte do regime, é sintomática, ligando a crítica ao Programa ao período em que este esteve mais presente na propaganda do regime.

No início da década de 1980, e no contexto da Exposição d'"Os Anos 40 na Arte Portuguesa," a visão de Nuno Portas é ligeiramente diferente;

60. Na realidade, apenas dois dos bairros integrados no PCE podem ser atribuídos inquestionavelmente a Montez, sendo possível considerar a sua intervenção noutros exemplos.

61. Portas, "A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: Uma Interpretação."

embora mantendo que "os primeiros bairros sociais serão miniaturas de cidade-jardim (é olhar para uma planta de Lisboa e procurar 'asas de borboleta')" nota que

> *"o realismo obriga ao abandono da ideologia da aldeia e, discretamente, passam aos blocos paralelos e alinhados a que os jovens progressistas já não têm mais objecções a pôr do que a de serem poucos e a de esses blocos não serem todos paralelos ao eixo este-oeste, não terem dez em vez de quatro andares e terem telhado em vez de terraços..."*[62]

Notámos nesta análise de Nuno Portas uma evolução na construção da sua historiografia da arquitetura portuguesa. Nuno Portas identifica ali uma alternativa precoce à ortodoxia do Movimento Moderno, nas figuras de Keil do Amaral e a sua obra na região de Lisboa e de Januário Godinho nas instalações para as hidroelétricas, ainda na década de 1940, e assume uma primeira responsabilização dos arquitetos na falta de procura de "códigos mais inteligíveis à maioria da população e soluções mais coerentes com os condicionalismos ambientais e construtivos."[63] Ou seja, procura alargar o debate sobre o âmbito de experimentação da prática arquitetónica portuguesa durante o regime, notando a existência de fatores adicionais, internos à profissão, que se somam às imposições formais.

Na sua leitura de conjunto, José-Augusto França também ignora, praticamente, os bairros do programa; como Portas, destaca o Alvito, "de linhas modernistas," e o da Encarnação, notando a "visão de compromisso meio rural dos agrupamentos urbanos"[64]

Marielle Christine Gros é um exemplo essencial, com o seu livro *O Alojamento Social sob o Fascismo*, ainda que o texto seja, em si, compreensivelmente extremado. Gros identifica um "discurso ideológico de tipo pequeno-burguês radical, destinado a ganhar as classes médias,"[65] uma importante análise que de forma original ultrapassa a leitura do regime em discurso direto, para passar a uma visão crítica das intenções políticas. Gros identifica na institucionalização do corporativismo o objetivo de "desenvolver, em direcção à pequena burguesia e às classes laboriosas urbanas, uma ideologia de negação da

62. Nuno Portas, "Arquitectura e Urbanística na Década de 40," in *Os Anos 40 na Arte Portuguesa* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982), 39.

63. Ibid., 41.

64. José-Augusto França, *A Arte em Portugal no Século XX 1911-1961* (Lisboa: Livros Horizonte, 2009 [1974]), 180.

65. Marielle Christine Gros, *O Alojamento Social sob o Fascismo* (Porto: Edições Afrontamento, 1982), 39.

luta de classes," substituindo o partido de massas — o *movimento fascista* que Manuel de Lucena identificara como ausente no caso português[66] — com a "persistência de importantes aparelhos ideológicos tradicionais; é o caso da Igreja e, sobretudo, da família, cujo papel repressivo se reforça (...) através da conservação duma moral rígida."[67]

Marielle Gros identifica três grandes etapas na evolução do regime: uma primeira entre os anos de 1930 e os anos de 1950, de consolidação; uma segunda de meados dos anos de 1950 até ao final dos anos de 1960; e uma última fase do final da década de 1960 até 1974 (correspondendo aproximadamente esta última fase ao período em que Marcello Caetano lidera o Estado Novo). A separação é feita usando critérios que nos interessarão. Na primeira fase, há um crescimento significativo da população industrial e, portanto, de uma "classe operária." Na segunda fase, há uma política de crescimento industrial, "acompanhada do reforço das estruturas fascistas (corporações, grémios...) com vista a favorecer a concentração do capital."[68] Na fase final do regime, Gros identifica a situação de uma "sociedade bi-polarizada na medida em que, ao imenso fosso que separa a grande burguesia do proletariado, se junta a crise crescente da pequena burguesia comercial, industrial e agrícola."[69]

Já no capítulo dedicado à "Política fascista de habitação," Gros assinala a contradição "entre **a vontade de rentabilizar o capital** — considerando portanto habitação como qualquer mercadoria cuja produção e consumo deva permitir realizar um lucro substancial — e o **fraco poder de compra das classes trabalhadoras.**" Nesta lógica, a habitação individual é o instrumento preferencial do regime não só pelo evitar da "promiscuidade, física e socialmente perigosa" como, principalmente — acrescentamos nós — por ser "propícia ao reforço da ordem social pelo acesso à propriedade e pela consolidação da instituição da família."[70] Esta é uma perspetiva económica que é particularmente pertinente no caso do Estado Novo e das Casas Económicas, concluindo afinal da inabilidade das classes de mais baixos rendimentos de terem acesso a esse sistema, assinalando uma "repressão constante provocada pela ausência de uma política habitacional."[71]

66. Manuel de Lucena, *A Evolução do Sistema Corporativo Português*, 2 vols., vol. 1 - O Salazarismo (Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1976).

67. Gros, *O Alojamento Social sob o Fascismo*, 41.

68. Ibid., 45.

69. Ibid., 49.

70. Ibid., 102. Bold no original.

71. Ibid., 148.

Se esta visão economicista da casa é particularmente pertinente, ela também assinala uma subtil contradição que está inerente a todo o sistema das Casas Económicas. O objetivo identificado por Gros de "forçar as populações a um esforço financeiro de forma a tornar-se solvente e entrar no ciclo de acesso à propriedade privada" remete para uma interpretação da casa como bem de consumo, que é um elemento fundamental da visão *capitalista* da casa e da cidade dentro do regime. No entanto, essa visão não é completamente compatível com a lógica do *casal de família*, de estabilização da instituição familiar e de uma propriedade familiar externa ao mercado. Essa contradição gerou situações dúbias na alienação de casas já em propriedade plena, mas não em casal de família.

Em 1992, Manuel C. Teixeira resumiu na Análise Social a história das políticas de habitação em Portugal entre 1880 e 1940, destacando o PCE e notando como "o regime de propriedade que lhe estava associado, adequava-se à política oficial de tornar cada família portuguesa a proprietária da sua própria casa e, ao mesmo tempo, prevenia o que o regime considerava as 'perigosas' concentrações de trabalhadores em blocos de habitação colectiva." Cita o discurso de Salazar sobre a *intimidade da vida familiar*; como indicámos acima, são as palavras que invariavelmente se citam quanto o tema é habitação no Estado Novo. Manuel C. Teixeira descreve ainda as Casas Económicas como representantes de "um certo modelo de viver rural transplantado para a cidade," mas contrapõe a essa ideia o facto "inegável que elas adquiriram um valor cultural a posteriori e são hoje uma referência importante para a compreensão do clima político e ideológico dos anos 30 e 40. Quer a forma das habitações, quer o seu regime de propriedade, eram justificados fundamentalmente por razões ideológicas. A promoção da casa própria tornou-se a política oficial do governo." Para Manuel C. Teixeira, o objetivo do Estado Novo era que "o exemplo frutificasse e que outros agentes —instituições de segurança social, corporações, serviços públicos, cooperativas, promotores privados— se motivassem a construir habitação social em associação com o Estado" e que "o número de casas colocadas no mercado pelas casas económicas viesse a forçar o abaixamento das rendas das habitações no mercado livre. Nada disto veio a acontecer."[72]

72. Manuel C. Teixeira, "As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940," *Análise Social* XXVII, nº 115 (1992).

Quando se contavam 60 anos do Estatuto do Trabalho Nacional, em 1993, Nuno Teotónio Pereira mantinha ainda a ideia dos "conjuntos que pretendiam reproduzir a estrutura das aldeias, incrustrados [sic] na cidade," embora assinalasse a transição nos bairros dos Olivais, em que, a par do Viso "o regime se vê obrigado a abrir mão do ideal da casa unifamiliar."[73]

Margarida Souza Lôbo, no seu estudo da evolução dos Planos de Urbanização lançados por Duarte Pacheco, faz uma leitura por gerações de autores, individualizando assim as referências a bairros do PCE. Os destaques são os que Portas já referira, ou seja, os de Montez, entre o Alvito, onde se destaca o "espírito das *Siedlungen* alemãs," e a Encarnação e a "grande composição de conjunto."[74] Merece referência ainda o Bairro Jardim, em Viana do Castelo, desenhado por Rogério de Azevedo (1898-1983) também na linha, segundo a visão da autora, da mesma corrente germânica. Se nessa análise não há uma associação desses bairros de origem comum, à autora deve-se a que será a primeira leitura de conjunto do PCE,[75] que inclui um esforço de contabilização do número de fogos construídos, que esperamos vir a completar.

Luís Vicente Baptista, na sua investigação de doutoramento[76] e no livro que dela resultou,[77] faz o mais detalhado estudo do PCE a partir da sua área de investigação em sociologia. Não por acaso, a arquitetura do PCE refletirá muitas das questões levantadas por Luís Baptista, desde logo com o debate entre "a casa individual ou o edifício em altura e em torno das suas consequências sintetizadas no binómio 'virtude social/custo económico';"[78] Baptista ultrapassa a questão ideológica, focando-se na associação "mítica" da casa individual à propriedade individual e, por inerência, à liberdade individual, citando estudos que nos anos de 1970 em França indicavam uma aspiração à casa individual na maioria da população. ´

Luís V. Baptista divide a ação do Estado nos anos 30 entre a procura de "reter nos campos os que tendencialmente viriam para as cidades," através da Junta de Colonização Interna, e de garantir através das Casas Económicas habitação para os que "inevitavelmente" iriam para as cidades, repetindo nos novos bairros "o contexto da *aldeia*

73. Nuno Teotónio Pereira, "Chegarão 100 anos para acabar com as barracas?," in *Lisboa: Temas e Polémicas* (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2011 [1993]).

74. Margarida Souza Lôbo, *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*, coord. Manuel Mendes (Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1995).

75. Margarida Souza Lôbo Howell, "Casas Económicas. Um Programa Emblemático da Politica Habitacional do Estado Novo," in *Caminhos do Património - 1929-1999* (Lisboa: DGEMN, 1999).

76. Luís V. Baptista, "A Cidade em Reinvenção: Crescimento Urbano e Emergência das Políticas Sociais de Habitação. Lisboa, Século XX." (Dissertação de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 1996).

77. Luís V. Baptista, *Cidade e Habitação Social: o Estado Novo e o Programa de Casas Económicas em Lisboa* (Oeiras: Celta, 1999).

78. Ibid., 12.

abandonada." Esta visão sugere a procura de uma imagem específica para os bairros, embora seja algo contraditória com o público-alvo estabelecido no decreto-lei original do Programa — sócios de sindicatos nacionais e funcionários públicos com situação de emprego estável, uma população tendencialmente urbana.

Também algo redutora é a visão de que, com a multiplicação de respostas habitacionais de iniciativa estatal, o regime "mata tacitamente o Programa das Casas Económicas, mantendo na imaculidade a sua parca continuidade, e desenvolve uma nova iniciativa," as Casas de Renda Económica. Mesmo considerando que Luís V. Baptista focou a sua investigação particularmente nos bairros do PCE em Lisboa, e como veremos nos capítulos seguintes, as décadas de 1950 e 1960 são de construção de alguns dos maiores bairros da cidade, incluindo a integração de um milhar de Casas Económicas nos Olivais Sul, e não há uma quebra na produção do Programa — pelo contrário.

Uma das conclusões de Luís V. Baptista é particularmente pertinente para esta tese — após o segundo pós-guerra, "o pressuposto da defesa de uma ordem social sucumbe à urgência de actuar no domínio da ordenação do urbano (...) a tentativa de resolução do 'problema social,' de cariz mais ideológico, equacionado num primeiro tempo, dá lugar à intenção mais técnica de atender ao problema urbano'."[79] Mesmo assim, as Casas Económicas não deixaram de ser *ideológicas*, mesmo quando foram mais *urbanas*.

Paulo Almeida, na sua Dissertação de Mestrado sobre os Bairros de Casas Económicas do Porto, faz uma análise particularmente focada na estruturação do Programa e na distribuição de casas, que "revela um sistema de distribuição de casas que começa na capacidade económica das famílias, passando depois pela garantia de fidelidade ao regime, terminando em aspectos mesquinhos, localizados, mas não menos relevantes ou metódicos, como os favorecimentos, as denúncias, as recompensas." Simultaneamente, nota a montagem de um sistema burocrático que justifica os processos menos claros de distribuição de moradias:

79. Ibid., 205-06.

> *"nos processos de distribuição de casas económicas, porque muito procuradas, recordemos, o normativo legal é violado frequentemente em benefício de famílias preferidas, e é através dessa prática e de uma eventual contestação que se produzem novos instrumentos normativos, sejam decretos-lei, decretos, despachos ou pareceres, com a finalidade de legitimar esses procedimentos."*[80]

Devemos notar, no entanto, que a limitação da análise aos bairros do Porto pode criar uma leitura parcial da questão, já que o último bairro do Porto foi concluído em 1965, sugerindo uma redução da expressão do Programa a partir desse momento. Além disso, Paulo Almeida foca a sua análise em dois bairros do Porto, o **BCE Costa Cabral** [B23] e o **BCE Marechal Gomes da Costa** [B35], o que por si também pode constituir uma amostragem pouco esclarecedora. Sendo um dos objetivos desta Tese a análise dos tipos de casas construídos, veremos como alguns bairros, particularmente o **BCE Marechal Gomes da Costa** — poderíamos também citar o exemplo do **BCE Restelo** [B44], em Lisboa — pelos tipos de fogos construídos, apenas de Classes altas (predominando as Classes C e D), se vistos isoladamente, podem estabelecer uma imagem da população-alvo do Programa que, sendo pertinente, é de difícil generalização.

Virgílio Borges Pereira e João Queirós dedicaram uma pequena monografia ao estudo, no ponto de vista da sociologia, do **BCE Amial** [B10], no contexto de uma investigação mais ampla ligada à transformação urbana e social gerada pela intervenção do estado na questão habitacional, centrada na cidade do Porto. Apesar da especificidade do objeto, ou precisamente por isso, aquela investigação permite um conhecimento muito mais aproximado do funcionamento de um Bairro de Casas Económicas, cruzando entrevistas, análise de documentação produzida pelos moradores, com uma leitura do Programa em si e um aprofundamento da perceção que os próprios moradores tinham da vida nos bairros — "lá vão lembrando que aqueles bairros não são 'como os outros', pois 'não era qualquer um' que a eles acedia." Uma segregação consciente, que os autores notam existir mesmo no interior do bairro, separando famílias de escalas de

80. Paulo Almeida, "Favor, Recompensa e Controlo Social: Os Bairros de Casas Económicas do Porto (1935-1965)" (Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010), 90.

rendimentos diferentes. Como nos focamos no momento do *construído*, interessa-nos particularmente a leitura de época, nomeadamente algumas questões que percorrerão todo o programa:

> *"o desagrado de alguns candidatos relativamente à localização do Bairro (considerada, à época, bastante periférica), o descontentamento face à qualidade construtiva dos fogos (...) a incapacidade revelada logo aquando da atribuição da moradia ou algum tempo depois da mudança, de certos 'moradores-adquirentes' para suportarem as rendas mensais."*

Como notaremos, a vivência do bairro pós-construção ficará ausente da nossa análise, mas a ideia de *segregação* externa e interna está diretamente relacionada com o projeto — a leitura dos projetos urbanos permitirá uma identificação da intencionalidade, ou não, dessa segregação.

A investigação de Ricardo Carvalho[81] é particularmente pertinente para o desenvolvimento desta tese, representando uma leitura mais ampla do papel da habitação de interesse social na transformação urbana num período quase idêntico ao que estudamos, no caso entre 1930 e 1970, mas num âmbito mais vasto, abordando diversas iniciativas portuguesas de habitação apoiada pelo estado. Interessa-lhe o "legado da cidade social" e a importância da "qualidade da arquitectura e da sua capacidade para configurar um suporte consistente da diversidade de formas habitacionais."[82]

A linha genealógica montada por Ricardo Carvalho antecipa algumas das questões que abordaremos, como a divisão e o cruzamento entre "cidade-jardim" e "siedlung." Divide os casos de estudo em três temas, o "Impasse," o "Desenvolvimento" e o "Fragmento," e o Programa das Casas Económicas é frequentemente referido. No tema do "Impasse," onde inclui casos de estudo que "permitem pensar o bairro como projecto urbano alternativo à cidade consolidada," insere o **BCE Olhão** [B9] e o **BCE Alvito** [B26], assinalando uma recusa nesses projetos da continuidade entre bairros e cidade. No tema do "Desenvolvimento," destaca as áreas de expansão urbana de Lisboa, em Alvalade e nos Olivais, referindo o **BCE Encarnação** [B28], e de Coimbra, com o exemplo do **BCE Calhabé** [B38].

81. Citaremos neste ponto o livro: Ricardo Carvalho, *A Cidade Social: Impasse, Desenvolvimento, Fragmento* (Lisboa: Tinta da China & Universidade Autónoma de Lisboa, 2016). Desenvolvido a partir da tese: Ricardo Carvalho, "Habitat, Habitação Colectiva e Forma Urbana: Construir o Bairro em Portugal, da Cidade-Campo à Cidade-Periférica, 1930-1970" (Tese de Doutoramento, Instituto Superior Técnico, 2013).

82. Carvalho, *A Cidade Social: Impasse, Desenvolvimento, Fragmento*, 220.

Neste último, Ricardo Carvalho identifica "opções de desenho que permitem uma relação equilibrada entre o público e o privado," diferenciando, na opinião daquele autor, aquele de outros bairros do mesmo período. Outro exemplo referido, por associação ao **BCE Calhabé**, é o **BCE Faro** [B39], notando em ambos um sistema policêntrico, com uma rede de espaços públicos ajardinados, numa "síntese entre os traçados das *cidades operárias*" e o recurso pontual ao léxico de 'Town Planning in Practice'."[83] Notamos assim, nesta análise de Ricardo Carvalho, pontos de partida para a nossa própria investigação, na procura de soluções de transformação urbana alternativas à heterodoxia do Movimento Moderno, com uma certa seletividade, quase ecletismo, de referências, que se vão encontrando nos exemplos construídos do Programa das Casas Económicas.

Pedro Teixeira Pereira, recentemente, integrou na "estruturação de uma rede previdente em Portugal, (...) uma das realizações sociais mais apreciadas pelo regime, a sua política de casas económicas," notando como os discursos políticos demonstram que "esta componente da política social do regime se afirmava como estruturante;" numa conclusão que nos interessa particularmente, sugere que "a implicação do Estado nos mecanismos de proteção social conduziu-o num caminho contrário ao expresso querer do regime, ou seja, no sentido de um Estado-Providência e não rumo ao que consideramos ser o mais fundo desiderato social do salazarismo — a construção de uma sociedade que se bastasse a si mesma."[84]

Esta ideia de uma *exigência social* involuntariamente criada pelo regime tem reflexo direto na *exigência da casa*, algo também sugerido por Pedro Ramos Pinto. Este princípio interessa-nos não só pela noção de que a habitação — e a sua arquitetura — reflete uma transformação não só interna, como envolvente ao regime, já que a própria perceção do papel do Estado na resolução das questões sociais se transformou, também, através das políticas de habitação — "the transformation of housing from a private concern to a social right in the eyes of the majority of the population was a byproduct of the Estado Novo's policies" — como, cremos, isto reforça a necessidade e a pertinência de um estudo de conjunto, de uma leitura de política(s) e arquitetura(s)

83. Ibid.

84. Pedro Teixeira Pereira, *O Estado Novo e a Construção da sua Política Social: Previdência e Assistência 1933-1945* (Porto: Universidade do Porto, 2015).

de habitação enquanto *linha de tempo* da interpretação que o regime fez da questão da habitação e, inerentemente, das formas de habitar: "it is striking how little we know about the changing opinions and life strategies of ordinary citizens under the dictatorship."[85]

Gonçalo Antunes publicou em 2018, numa feliz coincidência temporal com o desenvolvimento do Projeto do Mapa da Habitação e com uma similitude de interesses, uma leitura de 200 anos de políticas de habitação em Portugal, abordagem de dimensão vasta desenvolvida a partir da sua Tese de Doutoramento[86] com um foco particular na cidade de Lisboa. Da leitura de Gonçalo Antunes, destacamos algumas notas, como uma análise que "demonstra que os bairros económicos foram construídos na periferia da cidade, em espaços isolados e alheados dos preceitos elementares da experiência urbana, como a existência de estabelecimentos comerciais, culturais, entre outros."[87]

Já em 2019, Nelson Mota publicou uma análise das políticas habitacionais em Portugal entre 1926 e 1976, um período temporal que se explica com o interesse particular dedicado ao Programa SAAL imediatamente após a queda do Estado Novo em 1974. Esse interesse particular reflete uma visão do SAAL, e do período pós-revolucionário, como de profunda transformação na política habitacional do estado, o que, sendo *ideologicamente* verdade, minimiza toda a estrutura burocrática e rede de técnicos ativos (alguns deles oposicionistas) que já existia quando se deu a Revolução. Quanto às Casas Económicas, Nelson Mota destaca o **BCE Encarnação** [B28], pela dimensão, refletindo a maior divulgação dada ao período mais *gráfico* da propaganda do regime, considerando que o restante Programa é predominantemente constituído por conjuntos pequenos adaptados à topografia. A análise resultante desta Tese permitirá, cremos, identificar outras intencionalidades ao longo de toda a duração do programa. Ainda assim, a falta de resposta dada pelo Programa é notória: "most of the urban poor were left out by a government that failed to develop consistent or thorough housing policies that would have benefited them,"[88] gerando um deficit habitacional dramático para o qual o SAAL constituiu uma resposta de caráter diferenciado, ainda que em termos quantitativos tenha sido obstruído pelas limitações que externa e internamente

85. Pedro Ramos Pinto, "Housing and Citizenship: Building Social Rights in Twentieth-Century Portugal," *Contemporary European History* 18, nº 2 (2009).

86. Antunes, "Políticas sociais de habitação (1820-2015): espaço e tempo no Concelho de Lisboa."

87. Gonçalo Antunes, *Políticas de Habitação 200 Anos* (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2018), 194.

88. Nelson Mota, "From House to Home: Social Control and Emancipation in Portuguese Public Housing, 1926–76," *Society of Architectural Historians Journal* 78, nº 2 (2019): 209.

lhe foram sendo criadas. Consideramos também importante, como notamos acima a propósito da investigação de Pedro Ramos Pinto, a ideia da *emancipação*, ou seja, da tomada de consciência por parte da população da necessidade de uma maior intervenção do estado na questão habitacional, que é também uma consequência das ações e inações do regime.

Em 2020, Ricardo Agarez publicou uma leitura resumida de cem anos de políticas de habitação em Portugal, dando continuidade a uma investigação que tem colocado a habitação apoiada pelo estado numa posição central do debate académico enquanto tema de projetos de investigação. Sobre as Casas Económicas, a que chama "Casas para Todos (Os Apoiantes do Regime)," esta leitura reflete a atualização das investigações sobre o tema, destacando os claros objetivos económicos do Programa e o foco na habitação unifamiliar, considerando "até certo ponto, natural que um regime baseado na limitação de direitos e liberdades civis visse na disponibilização de habitação acessível uma oportunidade de compensar os seus apoiantes por tais condicionamentos."[89] Ricardo Agarez nota ainda a discrepância estatística entre os dados do Comissariado de Desemprego (contabilizando 258 bairros de Casas Económicas) e levantamentos posteriores em que participámos, reforçando a pertinência da clarificação do uso da designação de "casa económica" e a necessidade de estudos mais abrangentes, mesmo para lá da ação direta da DGEMN, a que esta tese se refere.

89. Ricardo Agarez, *A Habitação Apoiada em Portugal* (Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2020), 41.

III. AUSÊNCIAS E OBJETIVOS

Um campo de ação vasto, física e temporalmente, obriga-nos à partida a assumir certas impossibilidades, por nossa própria limitação, relativas a tudo o que vai ficar a faltar nas páginas seguintes. Esperamos contribuir para muitas outras investigações que complementem e corrijam esta, assumindo uma *obsolescência inevitável* à medida que mais informação se torne acessível, ou que a informação existente possa ser alvo de outro tipo de tratamento.

De forma a balizar esta investigação, estabelecemos algumas *linhas vermelhas* para nosso próprio conforto que, inevitavelmente, resultarão em ausências notadas ao longo do trabalho. Desde logo, o foco na obra *construída* do PCE reduz a atenção dedicada a projetos mais ou menos desenvolvidos com que nos cruzamos, mas que não se concretizaram; onde se aplique, incluiremos referências a esses projetos, que por vezes não passam de intenções[90] mas que em certos casos chegam à escolha do local e ao projeto completo, esbarrando em circunstâncias que muitas vezes desconhecemos.

Outra *linha vermelha* é do ponto em que abandonaremos os bairros, o da entrega das casas; esta é uma investigação *chave na mão* que, mais uma vez, por conforto, se foca na visão de quem desenha, constrói ou manda construir, só ocasionalmente entreabrindo a porta para focar em quem *habita* — omissão simultaneamente imperdoável e inevitável e que justificaria uma ação multidisciplinar que cruzasse a arquitetura com os domínios da sociologia, da economia e da antropologia, entre outros. Ultrapassar essa omissão alargaria o âmbito desta investigação a um ponto que nos seria incomportável manter, e traria certamente mais falhas dos que ganhos. Aqui, mais uma vez, e onde possível, notaremos outras investigações que, certamente muito melhor do que o faríamos, se focam na vivência histórica ou atual destes conjuntos.

Praticamente excluídas ficarão também as experiências realizadas na mesma época noutros contextos. Embora, naturalmente, uma investigação deste género não se faça sem identificar referências para aquilo que estava a ser desenhado em Portugal, uma análise mais alargada, sendo pertinente, é dificultada simultaneamente, e paradoxalmente,

90. Notamos aqui, a título de exemplo, alguns esforços para construir bairros de Casas Económicas, como o da Câmara Municipal da Figueira da Foz, para cujo bairro existiu projeto, orçamento, e aprovação da despesa, mas a construção nunca avançou, e o da Câmara Municipal do Funchal, que chegou a fazer a cerimónia de lançamento da primeira pedra do Bairro de Casas Económicas, que não teve seguimento.

pela quantidade de informação disponível e pela dificuldade de acesso à informação disponível. Se nos casos espanhol e italiano a bibliografia é extensa e poderia ser acessível, e talvez incomportável, o caso alemão é de mais difícil aceção dada a escassa bibliografia noutras línguas, o que se lamenta dada a particular pertinência se considerarmos a existência clara de uma linha *germanófila* em alguns arquitetos mais próximos do regime nomeadamente Cottinelli Telmo (1897-1948) e Raul Lino[91]– assim como de algumas figuras do regime -, que culmina com a presença de Albert Speer na inauguração da exposição "Moderna Arquitectura Alemã" em Lisboa em 1941.[92] Citar-se-ão alguns casos, onde aplicável, sem que uma *perspetiva comparada*, que enriqueceria certamente o trabalho, seja um objetivo.

Esta tese procura uma contribuição original para a história da arquitetura, particularmente da arquitetura de habitação, no século XX em Portugal, tentando uma linha de questionamento da historiografia tradicional baseada nas peças de exceção, opondo-lhe uma produção, a do Programa das Casas Económicas — por vezes assinada por autores de algumas dessas peças de exceção — habitualmente desvalorizada ou, pelo menos, não vista como tendo características homogéneas que sugerem e justificam a necessidade de uma leitura enquanto conjunto.

A anterior enumeração, inevitavelmente burocrática, das visões parcelares que se ocuparam do programa, lança uma série de questões, ou ângulos de abordagem, a que temos por objetivo responder após a abordagem aos três temas principais já referidos. Este conjunto de questões corresponde a uma leitura *analítica* do Programa das Casas Económicas.

- Quantos bairros, fogos, e que tipos de fogos foram construídos no âmbito do decreto 23.052 de 23 de setembro de 1933?

- Quem ordenou a construção desses bairros e com que objetivos?

- Quem projetou esses bairros e esses fogos?

- De que forma refletem esses projetos o contexto da profissão à data da sua produção?

91. Raul Lino, "Algumas Considerações sobre a Arquitectura Alemã Contemporânea " *Boletim do Insituto Alemão da Universidade de Coimbra* X (1943).

92. O sucesso da exposição da Moderna Arquitectura Alemã é notado por Ana Neiva: "Just one year after the Double Centenary Commemorations, Portugal hosted the first dedicated architecture show ever, an international travelling blockbuster exhibition about the modern German architecture, produced under Nazi Germany: "Moderna Arquitectura Alemã" (Neue Deutsche Baukunst) (...) it is known that in Lisbon, for example, fourteen different projects were exhibited through twenty-six big models and about fifty large scale photos occupying 700 m² throughout four rooms of SNBA (...) The public participation in "Moderna Arquitectura Alemã" was impressive: the more than one hundred thousand visitors in the fourteen days it remained open, made it the most visited exhibition ever presented in Portugal, what is even more meaningful considering it was an architecture exhibition." Ana Catarina Neiva, "Exhibiting Portuguese Architecture. Twentieth-century Curatorial Strategies" (Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, 2019), 159-60. O catálogo da exposição era também um dos poucos livros ligados à arquitetura e urbanismo existentes na biblioteca de Salazar. Carvalho, "Ideology and Architecture in the Portuguese "Estado Novo": Cultural Innovation within a Para-Fascist State (1932-1945)," 149.

- De que forma esses bairros e esses fogos refletem posturas oficiais relativas à cidade, à habitação e à organização do Estado?

- Nessa lógica, qual é o nível de intervenção do Estado na definição dos princípios e desenho desses bairros e desses fogos?

A partir desta análise, baseada numa leitura das fontes primárias que é, pela dimensão do objeto de estudo, inevitavelmente superficial, avançar-se-á para uma abordagem *intuitiva* ao Programa das Casas Económicas, em particular, e a habitação apoiada pelo Estado, genericamente, enquanto peças fundamentais da construção de uma *história técnica e política da arquitetura de habitação.*

Como ponto de partida para essa construção, colocamos como hipótese uma superioridade da técnica à imagem, ao contrário do que uma leitura inicial dessa produção poderá sugerir. Apesar de o *gosto* ser um elemento fundamental na construção da imagem de propaganda do Estado Novo, no que se refere às Casas Económicas a *imagem* não é, em nosso entender, o principal fator de transmissão dos ideais políticos, sociais e económicos. A *imagem* destes conjuntos, quer urbana, quer arquitetónica, integra-se, cremos, num contexto projetual cuja variação parece estar menos dependente de imposições estabelecidas pelo regime, se as houve, do que da ação individual — do *gosto*, portanto — dos autores, sendo natural, ocasionalmente, a influência dos gestores que em cada momento intervêm no programa. Porque a escolha dos autores não é aleatória, este tema gerará, certamente, muitas questões nesta oposição entre *gosto* e a construção de uma *imagem* particular que o Estado procura.

Num caminho que foi trilhado, bem o sabemos, quase sempre com alguma distância (alguns diriam atraso) relativamente ao que eram tidos como os modelos fundamentais da vanguarda arquitetónica internacional — mas com pleno conhecimento destes — a habitação apoiada pelo Estado, em geral, e as Casas Económicas, particularmente, contribuíram para a introdução em Portugal dos principais debates da profissão, por vezes antecipando-se na aceitação e generalização de soluções técnicas e de desenho. Um contacto constante com outras realidades, provavelmente naquele momento apenas possível com

o apoio do Estado, enriqueceu o pensamento urbano e arquitetónico português, mesmo quando a aplicação de conceitos foi adaptada ao gosto ou às intenções de figuras mais ou menos próximas do topo hierárquico, se não mesmo as desse mesmo topo.

As casas económicas, as instituições associadas ao Programa e os seus técnicos, constituem parte de uma produção que tem sido remetida para um *segundo plano* do desenvolvimento da arquitetura habitacional, menorizado perante projetos formalmente mais próximos da *vanguarda* e, deve dizer-se, também mais próximos dos autores dessa mesma historiografia. Talvez sem a densidade poética, de discurso e de desenho dessa vanguarda, embora sempre consciente desta e tantas vezes a ela tangente, este *segundo plano* revelou algum desinteresse pelo purismo ortodoxo das formas e pela centralidade do funcionalismo *maquinal*, procurando antes um caminho de *praticidade*. Nessa lógica, aproximou a atividade de projeto da realidade de uma indústria de construção pouco desenvolvida e pouco dada a evoluções e à especialização operária, também nas principais cidades mas particularmente em centros urbanos de menor dimensão. Apesar disso, essa produção soube apropriar, por vezes mesmo antecipar, algumas das questões abraçadas pela vanguarda arquitetónica ao longo das quatro décadas em estudo, quer ao nível da atenção ao planeamento urbano e regional, quer à racionalização e estandardização de soluções onde possível, passando por questões mais específicas como o caráter evolutivo e adaptativo da habitação.

Então como agora, a habitação contém uma vertente política que alimenta essa evolução e adaptação a duas *realidades:* a realidade que encontra no terreno, e que não pode ignorar, quer no que se refere à capacidade técnica quer ao público-alvo; e a realidade que quer criar, ou, pelo menos, que quer *vender*. Começaremos então por tentar perceber, afinal, a visão que o Estado Novo tinha da política das Casas Económicas — e como essa política evoluiu no contexto mais amplo das políticas de habitação do regime.

Propomos como hipótese que, se as casas económicas representam o regime, não é pela abordagem urbana ou pela imagem de casa que criam, em vários momentos claramente enquadradas num conjunto de produção de habitação que se encontra em diversos quadrantes e contextos económicos, em Portugal e não só. Sendo a casa unifamiliar uma constante no programa, e o único *tipo arquitetónico* que se repete em todos os bairros, o principal objetivo do programa, o que o torna diferente e o que o manteve mesmo quando todas as outras respostas pareciam funcionar melhor, é a questão e o objetivo da *plena propriedade*, a estabilização de uma classe média: satisfeita com ou pelo menos indiferente ao regime, estável e consumidora, contribuindo para a manutenção da economia nacional para lá das necessidades básicas.

Antes de começarmos, deixamos uma nota essencial: a descrição do que foi conseguido no período da ditadura é feita sem nunca esquecer que pressão, opressão e repressão são sinónimos de um regime que prendeu, exilou e matou, a espaços indiscriminadamente; e o que se fez *apesar do regime* não apaga o muito que estava por fazer quando o regime caiu.

> *"This is the thing about authoritarian regimes: they're terrible at everything. They can't feed their people. They can't provide security for their people. They can't educate their people. But they only have to be good at one thing to survive. If they can deny political alternatives, if they can force all opposition into exile or prison, they can survive, no matter how incompetent or corrupt or terrible they are."*[93]

93. David Remnick, "The Weakness of the Despot: An expert on Stalin discusses Putin, Russia, and the West.," *The New Yorker*, 11-03-2022, 2022.

1. ESTADO

1.1. O PROGRAMA DAS CASAS ECONÓMICAS NO CONTEXTO DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA HABITAÇÃO

Ao contrário do que muitos dos estudos sobre as Casas Económicas indicam, a ação do Programa manteve-se surpreendentemente estável ao longo de toda a duração do Estado Novo. Neste capítulo analisaremos a forma como se foi montando a visão do regime do problema habitacional, em geral, e do Programa das Casas Económicas, em particular, começando em 1974 e recuando até 1933. Dois princípios essenciais norteiam a transformação do PCE: o objetivo económico da garantia da propriedade individual, que se sobrepôs a todas as opções formais do Programa, e o equilíbrio entre vontades e gostos que levou a que essas opções formais fossem sendo enquadradas de acordo com as intenções do regime, permitindo-se o desenvolvimento de opções modernas de gestão, organização e projeto. Desenvolve-se assim uma *modernidade alternativa* que não se enquadrava na vanguarda arquitetónica representada pela ortodoxia do Movimento Moderno; esta, de resto, aparentemente, não agradava às figuras de topo do regime nem interessava particularmente à maioria dos autores ligados ao programa.

O Estado Novo é um regime de caracterização difícil, como as polémicas à volta da sua historiografia revelam[94] e as primeiras tentativas de o estudar anunciavam. Embora essa caracterização nos interesse, esta tese não tem o contexto que justifique uma análise crítica detalhada dessa discussão.[95] No entanto, duas ideias relacionadas com essa caracterização interessam-nos. A primeira é a noção de que o Estado Novo, ao contrário da maioria dos regimes autoritários da Europa do século XX, não foi feito predominantemente por militares; ou, para ser mais claro, não foi *estruturado* pelos militares, embora seja herdeiro de uma ditadura militar. A segunda ideia é a de que o Estado Novo se baseou profundamente em experiências legislativas de contextos variados — tanto ditatoriais como democráticos — para construir a sua própria legislação; esta influência nota-se tanto na legislação fundamental do regime como em abordagens ao projeto de arquitetura e urbanismo.

94. Recordamos aqui, por exemplo, a polémica à volta da publicação em 2009 da *História de Portugal* coordenada por Rui Ramos, originando um debate público à volta da classificação do Estado Novo. A propósito da evolução da análise do conceito de "fascismo," designação habitualmente utilizada para descrever o regime de Oliveira Salazar, ver António Costa Pinto, coord., *Rethinking the Nature of Fascism: Comparative Perspectives* (Palgrave Macmillan, 2011).

95. Ver, por exemplo, António Costa Pinto, "O salazarismo na recente investigação sobre o fascismo europeu — velhos problemas, velhas respostas?," *Análise Social* XXV, nº 108-109 (4º e 5º 1990).

Recuperamos a figura de Marcello Caetano, o mais jovem de entre o núcleo central da construção legislativa do Estado Novo, para o destacar também como símbolo de um regime que fez várias alterações cosméticas à sua organização ao longo do tempo, mas que se mantém surpreendentemente estável, com figuras que alternam entre postos até 1974 mantendo-se mais ou menos próximas da cúpula do Estado. Veja-se, além de Caetano (Ministro das Colónias, Presidente da Câmara Corporativa[96] e Ministro da Presidência antes de ser Presidente do Conselho), os casos de Pedro Teotónio Pereira (Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Ministro do Comércio e da Indústria, embaixador em Espanha, Brasil, EUA e Inglaterra, e Ministro da Presidência), Castro Fernandes (também SECPS, Ministro da Economia, e Presidente da União Nacional), Mota Veiga (Presidente da Junta Central das Casas do Povo, depois SECPS e Ministro da Presidência), João Lumbrales (Subsecretário de Estado das Finanças, SECPS, Ministro do Comércio e Indústria, Ministro da Presidência, para além de interinamente ter assumido as pastas do Interior e das Obras Públicas e Comunicações). Estamos aqui a cingir-nos, apenas, às figuras que tiveram a tutela do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, instituição central nesta história das Casas Económicas — e que, por esse motivo, estiveram na dependência direta do Presidente do Conselho de Ministros.

Existe, portanto, ao nível da cúpula do regime, uma estabilidade assinalável, de resto destacada por autores como António Costa Pinto, que nota como "Salazar tinha por hábito recolher as opiniões de um reduzido, mas estável núcleo de conselheiros. (...) Apesar de sempre distante e prudente, era a este círculo mais ou menos íntimo ou até familiar que Salazar recorria,"[97] nomeadamente, para a discussão da seleção de ministros para os seus governos.

Interessar-nos-ão outros nomes, mais específicos, com percursos politicamente mais discretos mas nem por isso menos pertinentes para esta *genealogia,* como a pequena rede de técnicos que salta dos serviços da Câmara Municipal de Lisboa dirigida por Duarte Pacheco para voos mais altos, em que se destacam José Frederico Ulrich (na CML Diretor dos Serviços de Salubridade, depois de Urbanização e Obras, antes de

96. A propósito das funções da Câmara Corporativa enquanto órgão consultivo do regime, e do âmbito e limites da sua ação, ver José Luís Cardoso e Nuno Estêvão Ferreira, "A Câmara Corporativa (1935-1974) e as Políticas Públicas no Estado Novo," *Ler História*, nº 64 (2013).

97. Pinto, "O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945)," 14.

ingressar no Ministério das Obras Públicas e Comunicações ainda com Duarte Pacheco, como chefe de gabinete deste, depois Subsecretário de Estado, Secretário de Estado, e finalmente Ministro entre 1947 e 1954) e Eduardo de Arantes e Oliveira (um dos engenheiros responsáveis pelo projeto de Alvalade, enquanto Diretor dos Serviços de Urbanização e Obras da CML entre 1938 e 1947, primeiro Diretor do Laboratório Nacional de Engenharia Civil entre 1947 e 1954 e Ministro das Obras Públicas entre 1954 e 1967, chegando ainda a Governador-Geral de Moçambique na altura do arranque do projeto de Cahora Bassa). Estes dois técnicos tornados ministros participam em quase toda a discussão do tema da habitação programada ao longo do regime.

É paradigmático, de resto, que seja tão facilmente identificável um papel da câmara de Lisboa enquanto "centro de estágio" para os gabinetes ministeriais. Para lá de um claro centralismo e elitismo que vamos optar, por falta de recursos, por ignorar, esse papel reflete, de certa forma, não só a dimensão do município como a própria expressão e concentração dos grandes investimentos; até Nuno Teotónio Pereira passa diretamente de um estágio na obra de Alvalade para a coordenação das Habitações Económicas da Federação das Caixas de Previdência.[98]

Voltando atrás, é óbvio que o Estado Novo deu continuidade a uma ditadura militar, nasceu de um golpe militar, e teve um grande apoio da cúpula militar portuguesa — e, como é sabido, a redução desse apoio teve um papel preponderante na queda do regime em 1974. Mas a montagem teórica do regime corporativo, aquele que mais nos interessa, teve como base o *fascismo de cátedra*[99] que recorreu à elite intelectual próxima a Coimbra e a Salazar. A pertinência dessa origem neste estudo está no papel formativo e justificativo atribuído à legislação produzida pelo Estado Novo. A legislação produzida pelo regime está repleta de vastas introduções e explicações detalhadas, justificando passo a passo as opções tomadas. Recuos, cedências, e transformações são transmitidos como opções lógicas e plenamente contextualizadas dentro da ação do Estado, recorrendo a *spins ideológicos* rebuscados. O Estado Novo especializou-se em adaptar o seu discurso às exigências do momento; assim, com a mesma inabalável confiança, conceitos ligados à habitação que seriam vistos, em teoria, como "contrários à situação"

98. "Com a experiência da assistência técnica que presta em Alvalade, é convidado a integrar os quadros das HE, como responsável pelo sector de estudos e projectos da delegação central, em Lisboa." Ver Maria Tavares, "Leituras de um percurso na habitação em Portugal - as Habitações Económicas - Federação das Caixas de Previdência," in *Habitação Para o Maior Número. Portugal, os Anos de 1950-1980.*, coord. Nuno Portas (Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2013).

99. Na expressão de Miguel de Unamuno (1864-1936). Ver Jorge Pais de Sousa, "O Estado Novo de Salazar Como um Fascismo Catedrático: Fundamentação Histórica de uma Categoria Política," *Intellèctus* 12, nº 2 (2012).

foram sendo introduzidos sub-repticiamente até serem inevitáveis às portas da democracia, quando Marcello Caetano registou as suas memórias no *Depoimento* pós-revolução. Afinal, como estava, quando caiu o Estado Novo, o "impulso espetacular" na produção habitacional por que ansiava Caetano?

Como indicamos, não identificamos no percurso de Marcello Caetano grande interesse pelo tema da habitação, nem na sua obra publicada, nem nos poucos debates em que participou na Câmara Corporativa, a que pertenceu desde a primeira hora, inicialmente enquanto presidente do Grémio dos Seguradores. As palavras no seu *Depoimento* parecem, então, mais resultado da centralidade do tema em meados da década de 70. Esse deslocamento do tema da habitação para o centro do debate político já tinha sido notado ao mais alto nível, numa intervenção de Caetano em 1969, no seu programa na RTP *Conversa em Família* e no contexto do "Colóquio sobre Política de Habitação," do mesmo ano. A abordagem faz-se de forma bastante superficial, mas sendo as únicas palavras de Marcello Caetano sobre o tema que encontrámos, transcrevemos na íntegra:

> *"O problema da habitação económica tem-me preocupado desde o primeiro dia do Governo. É daqueles problemas que nunca se podem dizer resolvidos, porque a população cresce, as exigências de conforto também, a corrida dos campos para as cidades é contínua, e por isso, quanto mais casas se constroem parece que mais são necessárias. Há um longo caminho a percorrer até se poder assegurar que disporemos de casas baratas para quantos delas careçam. O que é preciso é não descurar o problema e fazer o possível para aumentar o ritmo da edificação, numa ação combinada do Estado com os Municípios e as entidades privadas. O Fundo de Fomento de Habitação agora criado no Ministério das Obras Públicas destina-se a ser o instrumento da política habitacional do Estado. Note-se que os particulares, sobretudo as empresas agrícolas e industriais, têm tido e deverão continuar a ter papel de relevo na resolução do problema habitacional dos seus empregados, assim como a Previdência continuará a realizar*

> *a sua meritória ação. Porque não queremos impedir que além do Estado outros trabalhem neste campo, pelo contrário, todas as ajudas são bem-vindas. E promover o concurso de todos os competentes para o estudo das soluções mais ajustadas a esta grave e premente necessidade é justamente o objetivo do Colóquio sobre Habitação que por iniciativa governamental se vai realizar dentro em breve. Eu ponho as maiores esperanças nas conclusões do trabalho dessa reunião."*[100]

Algumas ideias genéricas, o que se justifica com o contexto e o público-alvo da comunicação, mas em que, ainda assim, se nota a importância dada à partilha do esforço com a iniciativa privada e a ausência de referência à população específica a ser alvo do apoio estatal. Além disso, é de assinalar que a "corrida dos campos para a cidade" não é identificada, por si, como um problema de base, mas antes apresentada como uma inevitabilidade. A visão é, puramente, económica: maior número de fogos, venham de onde vierem, resultarão numa redução do seu custo médio para as famílias, sejam quais forem os seus rendimentos — uma *fé no mercado*, por assim dizer. De Marcello Caetano pouco mais encontramos sobre o tema da habitação.

Mas, na verdade, não se pode dizer que o antecessor de Caetano tenha dito assim tanto sobre o tema.[101] Podemos desde já tirar do caminho as palavras que não só resumem — aparentemente —, a interpretação *oficial* do tema da habitação, como, tendo sido das poucas a ser pronunciadas *a partir do topo*, contaminaram todas as análises posteriores ao tema, sendo invariavelmente citadas quando o tema é habitação no Estado Novo. Vale a pena recuperar o extrato do discurso proferido por Salazar a 16 de março de 1933 bem mais carregado ideologicamente do que as palavras de Marcello Caetano em 1969 que transcrevemos acima - na sede da União Nacional:

> *"A intimidade da vida familiar reclama aconchego, pede isolamento, numa palavra exige a casa, a casa independente, a casa própria, a* nossa *casa. (...) É naturalmente mais económica, mais estável, mais bem constituída a família que abriga sob teto próprio. Eis porque nos não interessam os grandes*

100. Marcello Caetano, "Conversa em Família" de 18-06-1969, *Arquivos RTP*, acedido em 07-06-2021, https://arquivos.rtp.pt/conteudos/conversa-em-familia-2/

101. Nem parece poder dizer-se, atendendo à bibliografia oficial, que o tema fosse de particular interesse para o chefe de Estado. J. Silva Saraiva, na sua análise d'"O Pensamento Político de Salazar," poucas referências faz ao assunto. Dividindo a sua leitura em três partes, "O Homem na Comunidade Nacional," "O Estado," e "O Nacionalismo Moderado e a Democracia Orgânica, como Princípios de Solução," Saraiva coloca, certamente propositadamente, o *pensamento político* do ditador num patamar filosófico, distante de questões *mundanas*. Apenas num Apêndice encontramos enumerações mais concretas de soluções apontadas, como uma listagem de "tópicos gerais para solução do problema social:" a segurança do trabalhador, a dignidade do trabalho, o acesso à propriedade, o acesso à instrução, e a organização social. Na alínea do acesso à propriedade "se filia a tendência para dar uma casa a cada trabalhador e escolher os colonos dos casais agrícolas, etc. Assim entendida, a propriedade será uma força contra a desagregação da família, especialmente operária." J. Silva Saraiva, *O Pensamento Político de Salazar* (Coimbra: Coimbra Editora, Limitada, 1953).

> *falanstérios, as colossais construções para habitação operária, com seus restaurantes anexos e sua mesa comum. Tudo isso serve para os encontros casuais da vida, para as populações já semi-nómadas da alta civilização actual; para o nosso feitio independente e em benefício da nossa simplicidade morigerada, nós desejamos antes a casa pequena, independente, habitada em plena propriedade pela família."*[102]

A "casa independente," o "feitio independente," a "casa pequena," "independente"; mais subtis, as referências à propriedade: a "casa própria," o "teto próprio," a "plena propriedade." Não por acaso, algumas linhas antes, Salazar notava as duas instituições que a família "exige:" "a propriedade privada e a herança." Ou seja, Salazar associa a estabilidade da instituição familiar à casa própria, ao lar familiar enquanto bem físico que é propriedade da família, transmissível às gerações seguintes. Talvez por isso Salazar tenha ficado confortável com a denominação sidonista da *casa económica*, que não seria necessariamente *casa barata*, termo a que recorreram os governos espanhóis nas suas primeiras políticas de habitação, no início do século XX.[103] A casa é *económica* não (apenas) por ser de custo reduzido, mas também porque é o centro da *economia* familiar.

Não se retira muito mais de outras famosas palavras nas entrevistas de António Ferro a Salazar. As referências à habitação económica balizam cenicamente as conversas publicadas em diversos jornais, surgindo na primeira entrevista de 1932 — "atacaremos com largueza e decisão o magno problema da habitação económica" - mais como uma intenção, em que "alguma coisa se fará de interessante para todo o País (...) a certeza duma habitação limpa e clara, a água, a higiene, a assistência às crianças, são passos fundamentais para a educação do operário;"[104] já a última entrevista, de 1938, passa pelos bairros recentemente concluídos do **BCE Alto da Ajuda** [B6] e **BCE Terras do Forno** [B8], em Lisboa, em que o chefe de governo elogia jardins e hortas, assinalando como "o trabalho em terra própria é o grande inimigo da taverna." Quanto às casas, "dois ou três quartos arejados, brancos, cozinha ampla e clara, casa de banho, propriedade plena do seu habitante ao fim de alguns anos de renda mensal (...) entre moradia e moradia, o espaço

102. Salazar, *Discursos*, vol. I (Coimbra: Coimbra Editora, 1935), 202.

103. A propósito da especifidade desta denominação, devemos notar a existência no Arquivo Salazar de um documento de preparação da legislação de habitação, em que alguém escreveu a lápis "Casas Económicas" sobre o título que inclui a expressão "Casas Operárias." "Intendência das Casas Operárias," Arquivo Salazar, Torre do Tombo. Cota PT/TT/AOS/D-M/14/1/3.

104. António Ferro, *Entrevistas a Salazar* (Lisboa: Parceria A.M. Pereira Livraria Editora Lda., 2007), 20.

suficiente para aumentar a propriedade se a família crescer." Diz Ferro. De Salazar, presume-se que sejam as palavras seguintes, indicadas em discurso direto: "a casa pequena, independente, e o sossego, a tranquilidade, o amor, o sentimento justo da propriedade, a família. A colmeia é a promiscuidade, a revolução, o ódio, simultaneamente o indivíduo é a multidão." Uma enumeração em tom talvez demasiado *poético*, encaixando mais no discurso de Ferro do que no de Salazar. Mais de acordo com a imagem do chefe de governo são as palavras com que fecha a visita ao bairro, fazendo "a apologia da vida modesta, familiar, onde não falta o indispensável, e até o que suaviza a vida, mas sem aspirações excessivas, desumanas."[105]

Sem aspirações excessivas.

Um pequeno opúsculo publicado em 1943 pelo Secretariado da Propaganda Nacional apresenta algumas imagens de bairros de Casas Económicas já concluídos; no entanto, apresenta diversas gralhas na identificação dos Bairros: uma imagem do **BCE Terras do Forno** [B8] é apresentada como sendo do Bairro da Ajuda — confusão que talvez se explique com a localização do Bairro na zona da Ajuda, em Lisboa; de explicação mais difícil é a identificação de uma imagem do **BCE Amial** [B10] como sendo do **BCE Jardim** [B12]. De qualquer forma, parece revelar-se aqui, nesta publicação oficial, algum desinteresse ou, pelo menos, desconhecimento, por parte do SPN relativamente ao Programa. Mas a publicação inclui textos apresentando as prioridades para o programa, sem que se acrescente muito ao que já citámos.

Nesta altura, em 1943, quando o Programa já se alterara profundamente, mantém-se a ideia de que se destinava às "famílias menos afortunadas" e às "classes menos abastadas," com a perspetiva de "proteger a família, instituição básica da sociedade, dotando-a com a habitação própria que a abrigue." Foca-se a necessidade da intervenção do estado "onde a iniciativa privada se mostre insuficiente," um princípio que norteia a formação do "edifício da organização corporativa portuguesa, considerando-se como fins da organização económica nacional a realização do máximo de produção e riqueza socialmente útil e o estabelecimento de uma vida colectiva de que resultem poderio para o

105. Ibid., 169-72.

Estado e justiça entre os cidadãos."[106] É a habitual perspetiva paternalista que apresenta o estado como uma proteção dos trabalhadores contra os seus próprios defeitos, ou seja, a eliminação da luta de classes. O texto continua destacando o Estatuto do Trabalho Nacional e a obra social do regime, repetindo: "dotar as famílias dos trabalhadores com a sua habitação própria, o que servirá para fortalecer e elevar essa instituição que constitui a base da actual organização social portuguesa."[107] A mesma publicação inclui dois textos mais "técnicos."

O primeiro texto é dedicado aos programas habitacionais anteriores e aos bairros herdados da Primeira República, e faz uma análise económica do investimento realizado, por comparação entre o regime republicano e a ditadura, criticando a dimensão do investimento republicano que resultara em bairros não concluídos quando se inicia a ditadura. Esta meia-verdade[108] tem sido repetida com frequência, faltando avaliar quão fidedigna é a transição que é feita: através de uma conversão para libras esterlinas e de novo para contos transforma os cerca de 14.000 contos investidos pela República no Bairro da Ajuda/ Boa-Hora em 25.000 contos "em moeda actual" e os cerca de 10.000 contos gastos no Bairro Social do Arco do Cego transformam-se, pela mesma conversão, em 40.000 contos. A utilização da conversão para libras, de que não encontramos muito mais exemplos em publicações oficiais, não é certamente inocente já que se refere a um período pós-1ª Guerra Mundial de hiperinflação do escudo e de sobrevalorização da libra. Não temos a (in)formação necessária para confirmar aquelas contas, mas devemos deixar a nota de que esta multiplicação de custos dos bairros de iniciativa republicana foi sendo repetida por muitos autores.

Dos falanstérios ouviremos falar pouco, embora constituam sempre um *inferno subentendido* quando se renega a habitação plurifamiliar. Mais importante para esta história será a questão da propriedade; cremos que será mesmo o fator central. Saltaremos entre a "cidade" *pitoresca* e a cidade moderna, entre a casa individual e o *bloco*, e apenas esse elemento de *garantir a propriedade* se manterá como o objetivo estável do Programa das Casas Económicas que, de certa forma, terá continuidade não só na ação do Fundo de Fomento da Habitação, na década de 1970, como em iniciativas que, já na década

106. *Casas Económicas*, (Lisboa: Secretariado da Propaganda Nacional, 1943).

107. "A Habitação dos Trabalhadores na Política Social do Estado Novo," in ibid.

108. Na realidade, o ponto avançado da construção dos bairros foi o que acabou por levar o Estado Novo a concluir as obras com apoio estatal.

de 1980, substituíram o esforço revolucionário do pós-25 de abril, encaminhando praticamente toda a política de habitação para a facilitação do crédito de aquisição de casa própria, nomeadamente através de juros bonificados suportados pelo estado.

Importa perceber que o tema da habitação económica era já inevitável quando se deu o golpe de estado de 1926. A proposta de lei nº214[109] discutida em 1914, assinada pelo Ministro das Finanças Tomás Cabreira (1865-1918) e pelo Ministro do Fomento Aquiles Gonçalves Fernandes (1880-1915), abordava, de forma superficial, várias *polémicas* que nos interessam e que abordaremos, desde logo com as implicações daquelas terminologias, das *casas* que na proposta de 1914 ainda eram *baratas*. A expressão "Tem-se feito 'urbanismo'"[110] lança o tema da importância da habitação apoiada pelo estado no crescimento e no fazer cidade, fazendo uma referência a essa relativamente recente profissão,[111] provavelmente mais cedo do que seria de esperar para o contexto português. Não menos importante é a referência ao papel social da casa, com temas caros ao conservadorismo que, por isso mesmo, o serão também em relação à ditadura; "o operário que possui uma casa bem feita [...] não vai para a taverna," tal como ouvimos Salazar dizer.

Essa proposta de 1914 focava-se principalmente nos benefícios fiscais, atitude comum à época, embora refira um "interessante" movimento que pretende "que as casas passem para a posse dos seus habitantes, mediante uma pequena anuidade." Não chegando a dar esse passo, propõe isenções fiscais e facilitação do crédito, para além de uma outra alínea que veremos ser ideologicamente pertinente: as casas serão "consideradas bens de família [...] não podendo ser executadas enquanto for vivo um dos cônjuges e houver filhos menores de 21 anos." Esta legislação não se destinava a uma ação direta do estado central, privilegiando a iniciativa privada, mas abrangia "estabelecimentos públicos de assistência ou [...] municipalidades." Esta legislação é claramente herdeira dos princípios higienistas da viragem do século, uma noção que é reforçada pelas figuras presentes nas comissões de estudo e salubridade de casas económicas a criar nas capitais de distrito, todas elas integrando o médico municipal, acrescentando-se no Porto e em Lisboa um lente da Faculdade de Medicina, sendo que

109. *Diário da Câmara dos Deputados,* 43ª Sessão Ordinária (26 de fevereiro de 1914): 4 e seguintes.

110. Idem, p.5

111. Leonardo Benevolo assinala o início da urbanística moderna nas grandes transformações urbanas que se seguiram à Revolução Francesa de 1848: "os *grands travaux* de Haussmann em Paris (1853-1869) e de Anspach em Bruxelas (1867-1871), a criação do Ring de Viena (1857), a ampliação de Barcelona (1859)." Leonardo Benevolo, *As Origens da Urbanística Moderna* (Lisboa/São Paulo: Editorial Presença / Martins Fontes, 1981 [1964]), 113. Quanto ao termo "urbanismo," Christian Cordua marca o início da generalização do seu uso em 1861, a partir de Ildefonso Cerdà. Christian Hermansen Cordua, "The idea of modernity in Cerdá's Teoría General de la Urbanización," in *Manifestoes and Transformations in the Early Modernist City*, coord. Christian Hermansen Cordua (Ashgate, 2010), 93.

só na comissão da capital, a maior, com nove vogais, se garantia a presença de um arquiteto.

Para além das isenções fiscais, a proposta de decreto estabelecia as funções das câmaras municipais na construção de casas económicas, ideias que se revelarão constantes na legislação de habitação produzida nas décadas seguintes. As câmaras eram responsabilizadas pela cedência de terrenos para construção de habitações, pelos trabalhos de urbanização e de redes de águas e iluminação, para além da limpeza, dos bairros; nos casos de Lisboa e Porto, deveriam ainda contratar com empresas de viação a garantia de transportes baratos de ligação entre os bairros e os centros industriais ou comerciais.

Destaca-se ainda, na proposta de 1914, a criação de institutos de construção de casas económicas, destinados a gerir a produção de habitação e de edifícios de apoio aos bairros, proibindo-se desde logo a venda de bebidas espirituosas nos bairros, num combate direto ao problema do alcoolismo. As casas seriam obrigatoriamente vendidas a preço de custo. Esta proposta mimetizaria, aparentemente, as *building societies* inglesas.

A discussão desta proposta não gerou qualquer lei, sendo que só em 1918, por iniciativa do governo de Sidónio Pais (1872-1918), se publica o Decreto nº 4137, de 25 de abril,[112] ligado à promoção de construção de casas económicas, o primeiro do género em Portugal. Um vasto prólogo de análise da situação legislativa no campo da habitação em diversos países anuncia uma proposta profundamente estudada, que inclui referências a Louis Auguste Blanqui (1805-1881), Jules Siegfried (1837-1922) e Luigi Luzatti (1841-1927).

Notamos então a transição *estilística* da proposta de 1914, abandonando-se a expressão "casas baratas"[113] e assumindo-se a expressão "casas económicas," que se manterá na legislação do Estado Novo. A casa como estabilização familiar, uma ideia reforçada pelos males que vem combater: o papel social da casa própria praticamente abre o texto introdutório do decreto, numa época em que "a embriaguez e a desmoralização crescem nos grandes centros em proporções aterradoras."

112. Diário do Govêrno nº 87/1918, Série I de 1918-04-25, 451-457. Um processo com vários equívocos que tiveram início logo na histórica data de publicação, corrigida depois para 24 de abril, correção que se perdeu no tempo.

113. Tradução direta da primeira legislação espanhola sobre habitação de interesse social, a Ley de Casas Baratas, publicada em 1911.

A análise de exemplos estrangeiros de intervenção dos diversos estados aborda legislação francesa, inglesa, belga, italiana, espanhola e até alemã — isto, recorde-se, vários meses antes do final da Primeira Guerra Mundial. Em cada um desses exemplos são destacadas características que ajudarão a justificar a proposta de lei portuguesa. No caso da Inglaterra, é dado destaque à iniciativa municipal e à possibilidade de expropriação. No caso espanhol, citam-se os comités responsáveis pela fiscalização das "casas baratas" e a importância da iniciativa privada, ainda que com cedência de terrenos pelo Estado Espanhol e isenções fiscais. No caso belga, junta-se à discussão a integração das companhias de seguros no desenvolvimento de políticas de proteção da propriedade em caso de morte prematura do chefe de família.

O Decreto nº 4.137 terá uma profunda influência no estabelecimento do PCE. As quatro páginas de texto introdutório tocam vários pontos que se manterão na abordagem do Estado Novo. No entanto, há diferenças assinaláveis, desde logo na demarcação do objeto, identificando como casas económicas as "que se destinarem ao alojamento das classes menos abastadas, construídas nos centros de povoação, arrabaldes ou praias, e que satisfaçam as condições de salubridade e o preço"[114] ali definido. Dado o contexto de discussões e políticas higienistas, a atenção dada às questões da salubridade é fácil de explicar, integrando comissões de salubridade numa avaliação contínua das condições da habitação e fazendo depender dessas condições a manutenção do estatuto de casa económica. As vantagens para estas casas económicas estavam principalmente nas isenções fiscais, nomeadamente do pagamento de contribuição predial, impostos de selo e impostos de transmissão; outra vantagem, mais pertinente para o nosso estudo, é a de serem automaticamente consideradas "casais de família"[115] quando adquiridas "por um operário ou artista, e por um empregado público ou particular que ganhe até 60$ mensais."

Da proposta de lei de 1914, recuperam-se as Comissões de Salubridade, prevendo-se nesta nova versão a presença de um arquiteto da Câmara Municipal na comissão tanto em Lisboa como no Porto e um arquiteto ou engenheiro da Câmara Municipal nos restantes distritos.

114. Decreto nº 4.137, de 25 de abril de 1918. Diário do Govêrno nº 87/1918, Série I (1918-04-25): 454

115. Formalizado pelos Decretos nº 7033 e 7034, de 16 de outubro de 1920, o "casal de família," embora permitindo contexto tanto rural como urbano, nascia da defesa da "vitalidade que a pequena propriedade agrícola apresenta[va] em Portugal," protegendo-a de hipotecas, licitações e fraccionamento. *Diário do Govêrno* nº 208/1920, Série I de 1920-10-16. Analisaremos ainda neste ponto a interpretação dada ao regime do "casal de família" pelo PCE.

O decreto destina-se à construção de casas por um vasto conjunto de entidades: "corpos administrativos (...) sociedades legalmente constituídas para êste efeito (...) empresas industriais ou mineiras (...) pela Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência (...) pelas misericórdias e instituições de assistência" ou diretamente pelo Estado. De fora, dir-se-ia, ficariam apenas entidades privadas focadas no rendimento imobiliário, ainda que as sociedades de construção de Casas Económicas tivessem liberdade para explorar economicamente o conceito, desde que cumprindo os limites estabelecidos para as rendas, para além de terem benefícios adicionais de isenção de impostos relativos à constituição das entidades, alguns rendimentos e subscrição de seguro de vida.

Possibilitava-se também a aquisição da propriedade, com a adição de um valor relativo à amortização ao valor do aluguer, associado a um pagamento de seguro de vida e possibilitando-se o acréscimo de valor relativo à "probabilidade duma indemnização, no caso do comprador sofrer de doença ou falta de trabalho." Estamos neste ponto perante um antecedente dos seguros associados às rendas mensais do PCE; ainda que o decreto evite o termo "seguro" e não use ainda o termo "desemprego," é de um protótipo de seguro de saúde e de desemprego que fala.

O Decreto nº 4.137 estabelecia também facilidades aos corpos administrativos na venda de terrenos destinada a casas económicas, assim como as obrigações daqueles no que se referia à urbanização dos terrenos e ao "estabelecimento de transportes baratos."

A intervenção do Estado na habitação era, no dealbar do Estado Novo, uma exigência. Veja-se as referências citadas por Fátima Patriarca, como, a título de exemplo, os pedidos da Federação das Associações Operárias do Porto em 1930, que incluíam "facilidades que incitem e intensifiquem a construção de casas económicas (...) contribuindo para atenuar o agravado problema do inquilinato."[116] Esta é uma história de ação (por vezes inação) política; a figura de Duarte Pacheco não é a única que constrói esta narrativa e, atrevemo-nos a sugerir, não é seu o verdadeiro salto na *produção habitacional* do Estado.[117]

116. Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, vol. I (Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1995), 82.

117. Contrariando assim alguma historiografia, como a obra de Marielle Gros, que defende a ideia de que a partir da década de 1950 há uma redução da ação do estado central e dos fundos do Orçamento de Estado no campo da habitação — "o Estado, nos anos 50/60, deixa de financiar directamente, através de receitas orçamentais, os investimentos destinados à construção de casas económicas; faz antes apelo aos recursos do fundo de desemprego (sem falar nos financiamentos cada vez mais numerosos por parte das instituições de previdência)." Gros, *O Alojamento Social sob o Fascismo*, 126.

Mas o Estado Novo é um regime centralizado e profundamente hierarquizado, e foi de *figuras* (por vezes figurões) e de *chefes* que se fez, ainda que, como sugeriremos, tenha estado nos técnicos a sua força no campo da habitação.

Organizaremos esta parte da tese, para além de seguir uma sequência temporal invertida, que explicamos atrás, através de blocos cronológicos ligados a processos decisórios lançados por duas destas figuras. O centro desta Parte I será certamente o mandato de Arantes e Oliveira como Ministro das Obras Públicas, em que veremos surgir uma postura renovada, que se refletirá nos grandes planos de ação rápida em Lisboa (Plano de Novas Construções, que resultará nos conjuntos dos Olivais Norte e Sul e Chelas) e no Porto (Plano de Melhoramentos) e numa produção com uma velocidade a que nem a *vertigem* da ação de Duarte Pacheco assistiu — facilmente confirmado nos gráficos de resumo da produção habitacional gerados pelo projeto Mapa da Habitação -, e uma inversão de registo que contaminou as Casas Económicas, não em quantidade mas na transformação do projeto urbano e da célula habitacional.

Começaremos, como dissemos, no fim da linha, analisando o estado final do PCE, procurando simultaneamente perceber o que no campo da habitação ultrapassou o regime: que visões do papel do Estado e que iniciativas legislativas e instituições sobreviveram à queda da ditadura? O que fez Caetano sentir a necessidade de se referir à ação no campo da habitação no seu mandato? Este bloco temporal-1956-1974- corresponderá, grosso modo, aos períodos de mandato de Arantes e Oliveira, já referido, de José Albino Machado Vaz (1903-1973), entre 1967 e 1968, e de Rui Sanches (1919-2009), até 1974.

O bloco seguinte, que recuará de 1956 a 1938, será já contaminado pela tal *vertigem* de Duarte Pacheco que cremos, já não o parecerá tanto — e também por isso queremos virar esta história temporalmente do avesso. Incluirá o considerável mandato de José Frederico Ulrich, entre 1947 e 1954, e os de Augusto Cancela de Abreu (1895-1965), entre 1944 e 1947, e João Lumbrales, entre 1943 e 1944, para além da 2ª passagem de Duarte Pacheco pelo Ministério, entre 1938 e 1943.

No bloco final, recuaremos de 1938 a 1933, incluindo o "interregno na continuidade" no mandato de Joaquim Abranches (1888-1939) entre 1936 e 1938 e os primeiros, dramáticos, anos de Duarte Pacheco no cargo.

Duarte Pacheco *morreu mito*, o que, não lhe tirando o mérito das grandes obras, ofuscou todas as obras grandes que se lhe seguiram, pelo que terminaremos com ele. A escolha da figura do Ministro das Obras Públicas como elemento central de uma parte desta história não é casual; pretende-se contribuir para uma *história da ação política* no campo da habitação. Como notaremos, partiu sempre daquele Ministério o esforço centralizador da habitação programada de iniciativa ou apoio público. Ora com as Casas Económicas, ora com a evolução dos serviços técnicos (particularmente a DGSU), e ainda, mais tarde, com o FFH, foi na órbita das Obras Públicas que se manteve sempre a resposta, e a falta de resposta, ao problema da habitação.

1.2. UMA AVALIAÇÃO INTERNA DO PROGRAMA DAS CASAS ECONÓMICAS

A Direção-Geral da Previdência e Habitações Económicas (DGPHE)[118] produziu em 1972 um documento aparentemente provisório, mas que pode ser consultado no Arquivo do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, que resumiu as transformações e as permanências do PCE ao longo de quase toda a sua existência. Não será coincidência que este documento/resumo seja produzido nesse ano 1972, por altura da criação da Secretaria de Estado de Urbanismo e Habitação,[119] que transferiu para o FFH o Fundo das Casas Económicas, concluindo uma transição de serviços que, não extinguindo completamente o programa, o retirou da alçada da DGEMN e, de certa forma, começou a preparar a sua conclusão, pelo menos a crer na inexistência de projetos iniciados no âmbito do PCE depois de 1971, segundo a informação encontrada. A versão do documento consultada seria uma versão provisória, atendendo às anotações.[120] Este documento representa um resumo da transformação burocrática do programa, esclarecendo, de um ponto de vista essencialmente legal, a sua evolução.

O documento arranca com a referência ao nº1 do art. 14º da Constituição de 1933[121] que indica a obrigação do Estado de "favorecer a constituição de lares independentes e em condições de salubridade e a constituição do casal de família," termos que serão importantes na configuração do PCE, enumerando alguma da legislação existente ligada à habitação e procurando uma distinção entre designações, propensas, como sabemos, a confusões. Assim, o estudo faz uma curiosa separação entre Casas Económicas e Casas de Renda Económica, distinguindo-as não pelo modelo de propriedade, mas pela promoção, indicando que nas Casas Económicas a construção seria feita pelo Estado, ao contrário das Casas de Renda Económica, que seriam realizadas por "entidades de utilidade pública ou entidades idóneas de direito privado." Estarão a ser considerados aqui os vários modelos legislativos de apoio, desde logo as Casas Adquiridas Através de Empréstimo (CAAE), e não apenas as Casas de Renda Económica.

118. "Súmula de um Estudo sobre Casas Económicas," Ministério das Corporações e Previdência Social, Direcção-Geral da Previdência e Habitações Económicas, 2ª Repartição. AMTSSS.

119. Decreto-Lei nº 283/72, *Diário do Governo* nº 187/1972, Série I (1972-08-11): 1059-1060.

120. Não valorizaremos grandemente estas anotações, já que a sua origem é desconhecida. Ainda assim, porque algumas aparentam ser correções com vista a uma revisão do documento, são dignas de nota, até pela leitura política que parece possível retirar delas. A título de exemplo, indicamos o ponto de interrogação e o sublinhado na expressão "reduzida capacidade económica," a propósito do público-alvo do programa; a expressão "Daí o seu carácter unifamiliar" riscada, numa altura em que as soluções de habitação plurifamiliar já eram correntes no programa.

121. 13º na publicação original, 14º a partir da republicação em 1935.

O público-alvo é, também, apresentado como distinto: enquanto as Casas de Renda Económica se destinam a "famílias de reduzida capacidade económica," as Casas Económicas são tidas como "a ser atribuídas a certos chefes de família." A esta curiosa especificidade, acrescenta-se, de certa maneira contradizendo a distinção anterior, que as Casas Económicas "não se destinam a resolver directamente o problema habitacional, mas a dar alojamento condigno a uma família que dele necessite e dar-lhe a propriedade de uma casa (...) que, de outro modo, não poderia adquirir."

O documento prossegue, descrevendo o Programa em três temas principais: *Construção e Conceitos Gerais*, *Distribuição*, e *Administração*. "O Estado promove a construção (...) em colaboração com as câmaras municipais, organismos corporativos (...) e instituições de previdência social."[122] Caberia às câmaras municipais ou, "em casos de conveniência para maior rapidez na execução do empreendimento," à DGEMN, adquirir os terrenos com vista à construção de moradias de cinco classes diferentes: "a," A, B, C, e D.

O decreto original previa apenas as classes A e B, tendo sido criadas as classes C e D pelo Decreto-Lei nº33.278, de 1943, e a classe "a" pelo Decreto-Lei nº 40.552, de 12 de março de 1956. O documento nota que, na altura em que se redigia, "nas cidades de Lisboa e Porto e respectivas zonas suburbanas só se têm construído moradias com quintal nas classes "C" e "D" [e] as restantes têm sido construídas em blocos, no regime de propriedade horizontal, para dar lugar à construção de mais casas e ainda para contrabalançar os custos dos terrenos."

Para cada uma das classes poderiam ser construídos quatro tipos diferentes: I, II, III e IV.[123] Após a construção das habitações, as câmaras municipais seriam responsáveis pelos trabalhos de urbanização e infraestruturação. As despesas seriam divididas em partes iguais entre municípios e Estado, cabendo ao Fundo das Casas Económicas o pagamento das despesas às autarquias.

122. A participação de instituições de Previdência Social na construção de Casas Económicas não estava prevista no decreto original, tendo sido permitida e legislada pelo Decreto-Lei nº 35.611, de 25 de abril de 1946. *Diário do Governo* nº 89/1946, Série I (1946-04-25): 301-304. A Lei 1884, de 16 de março de 1935, classificava como instituições de previdência social: "instituições de previdência dos organismos corporativos", "caixas de reforma ou de previdência", "associações de socorros mútuos", "instituições de previdência dos servidores do Estado e dos corpos administrativos." Cachulo da Trindade, *Casas Económicas, Casas de Renda Económica, Casas de Renda Limitada, Casas para Família Pobres: Legislação Anotada* (Coimbra Editora, Limitada, 1951), 85.

123. No decreto inicial estavam previstos três tipos: I, para famílias sem filhos; II, para famílias com um filho ou dois filhos do mesmo sexo; e III, para famílias com mais de um filho. O tipo correspondia, genericamente, ao número de quartos da habitação. O Decreto-Lei nº 39.978, de 20 de dezembro de 1954, indicava que "mesmo as casas maiores — as do tipo 3º - são ainda, por vezes, inadequadas ao alojamento, em convenientes condições habitacionais de famílias mais numerosas, porquanto contam apenas três quartos, número manifestamente insuficiente." Esse decreto criou o tipo IV, com o mínimo de 4 quartos na classe A e 5 quartos nas restantes, alterando ligeiramente a lógica de distribuição de tipos: o tipo I passa a ser destinado também a famílias com um filho, pressupondo por isso a existência de um mínimo de 2 quartos.

Após a conclusão da obra, as moradias eram entregues ao Ministério das Corporações e Previdência Social.[124] Em cada bairro existia um fiscal[125] e uma assistente social.[126] Era ainda criada em cada município uma Comissão de Fiscalização.[127] O documento continua com a apresentação de três definições fundamentais para a compreensão do Programa e dos seus objetivos: "Chefe de família," "casal de família," e "propriedade resolúvel." É de notar a abordagem *seca* do documento a estas questões, claramente políticas, reduzindo-as à sua expressão legal; de certa forma, esta leitura é compatível com a nossa referência anterior ao carácter burocrático, *kafkiano*, da organização do regime.

O documento nota que falta na legislação relativa às casas económicas uma definição de chefe de família, remetendo por isso essa definição para o regime do "casal de família." Esse regime, alterado pelo Estado Novo através do Decreto nº 18.551 de 3 de julho de 1930, tem origem numa portaria de 1918 (poucas semanas depois da publicação do primeiro decreto sobre casas económicas, o que não será coincidência) que encarregou Adriano Xavier Cordeiro[128] de organizar um projeto de lei para adaptar à legislação portuguesa o conceito de *homestead* britânico, projeto que, tendo sido apresentado no Senado a 8 de janeiro de 1919, não chegou a ser transformado em lei.

Embora em 1920 o Decreto nº 7033, de 16 de outubro, tenha instituído o casal de família como proteção da pequena propriedade agrícola, defendendo-a de hipotecas e desagregações, considerou o Estado Novo que essa definição era demasiado limitada e desenvolveu-a, a partir do referido trabalho de Adriano Xavier Cordeiro, no Decreto 18.551. Define-se então nesse decreto a possibilidade de qualquer chefe de família instituir um casal de família "indivisível e inalienável," compreendendo a casa de habitação da família e as dependências necessárias a qualquer ofício mecânico, assim como glebas cultivadas diretamente pela família; para esse efeito, seriam considerados chefes de família "cidadãos portugueses dum ou doutro sexo, no pleno exercício dos seus direitos civis, que sejam casados ou (...) tenham a seu cargo a sustentação" de dependentes. Com essa instituição, a propriedade em causa tornava-se assim "inalienável voluntária ou coercivamente,"[129] ou seja, o que o regime representava era uma

124. A partir da criação deste em 1950; antes, ao Subsecretariado de Estado das Coporações e Previdência Social.

125. A partir da publicação do Decreto-Lei nº 23.585, de 22 de fevereiro de 1934. *Diário do Govêrno*, I Série, nº 43 (22-02-1934).

126. Previstos pelo Decreto-Lei nº39.288, de 21 de julho de 1953. *Diário do Govêrno,* I Série, nº155/1953 (21-07-1953). Pertencentes aos quadros do Fundo das Casas Económicas a partir do Decreto-Lei nº 44.186, de 10 de fevereiro de 1962. *Diário do Govêrno*, I Série, nº 30/1962 (10-02-1962).

127. Criadas pelo Decreto-Lei nº 33.278, de 24 de novembro de 1943. *Diário do Govêrno*, I Série, nº 256/1943 (24-11-1943). Como exemplo do funcionamento das Comissões de Fiscalização, no caso a do Porto, apesar de não ter sido permitido o acesso ao arquivo da Comissão, ver Almeida, "Favor, Recompensa e Controlo Social: Os Bairros de Casas Económicas do Porto (1935-1965)."

128. Adriano Xavier Cordeiro (1880-1919) licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra em 1903, integrando o grupo fundador do Integralismo Lusitano. Foi oficial da Direcção Geral da Instrução Pública e Senador pelo Algarve na 1ª República.

129. Decreto nº 18.551, de 3 de julho de 1930. *Diário do Govêrno* nº 152/1930, Série I (1930-07-03): 1231-1235.

proteção da propriedade imobiliária, já antecipada no decreto de 1920: defender a propriedade das suas principais ameaças, "a dívida hipotecária, a licitação e ainda a desagregação pelo seu sucessivo fraccionamento, resultante [...] de sucessão."[130]

Cachulo da Trindade referia já em 1951 esse como um dos problemas do sistema das Casas Económicas, o da "transmissão definitiva da sua propriedade para os moradores-adquirentes ou para os seus herdeiros." Enquanto as cláusulas do contrato de aquisição asseguravam a propriedade plena com o pagamento da última prestação, o decreto original das Casas Económicas do Estado Novo previa a obrigação da constituição do casal de família para a formalização da propriedade plena. Esta instituição só podia, por sua vez, ser realizada com bens imobiliários que fossem já propriedade do instituidor. Um "ciclo vicioso de impossibilidades," uma "lei impraticável, pelo menos à primeira vista." Pretendendo funcionar como uma "garantia de permanente existência do lar que o chefe de família fundou com a ajuda valiosa do Estado," ao tornar a propriedade inalienável — e por isso excluída do mercado imobiliário — e impenhorável — protegendo assim a função básica habitacional, mesmo em condições adversas, o próprio regime do casal de família incluía exceções suficientes para facilmente ser anulado.[131]

Já no que se refere à "propriedade resolúvel"[132], este documento de 1972 que temos referenciado remete para o Código Civil, onde se indicava que aquela era a que "está sujeita a ser revogada, independentemente da vontade do proprietário"[133] ou seja, é uma propriedade *condicional* de acordo com o comportamento do adquirente, passível de rescisão nos casos previstos na lei das Casas Económicas — "não realização de obras de reparação da moradia, prestação de falsas declarações no concurso de habilitação, falta de pagamento de prestações de amortização, manuseamento e utilização de explosivos na moradia, *mau comportamento, moral ou social*, de um dos membros do respectivo agregado familiar."[134] O regime das casas económicas previa ainda a isenção de contribuição predial durante os primeiros 10 anos de amortização do valor das habitações.

130. Decreto 7.033, de 16 de outubro de 1920. *Diário do Govêrno* nº 208/1920, Série I (1920-10-16): 1356-1358.

131. Trindade, *Casas Económicas, Casas de Renda Económica, Casas de Renda Limitada, Casas para Família Pobres: Legislação Anotada*.

132. O documento nota a possibilidade, levada a efeito em certos casos, de poderem ser atribuídas casas económicas em regime de arrendamento, nomeadamente a serviços de assistência religiosa e social, de educação e de segurança pública. "Súmula de um Estudo sobre Casas Económicas," 7.

133. Ibid.

134. Ibid. Itálico nosso.

Relativamente à Distribuição, esta era feita por concurso publicitado em Diário do Governo e em jornais da localidade em que o bairro se situava, podendo concorrer os chefes de família de "pelo menos 21 anos de idade e [que não tivessem] ainda completado 45 anos na data de abertura do concurso," devendo para isso preencher um questionário onde indicavam "identidade, número e parentesco das pessoas que [compusessem] o agregado familiar e o rendimento." Depois de definido um número de habitações a distribuir por contingente ("funcionários públicos e operários dos quadros permanentes do Estado ou das câmaras municipais; sindicalizados; beneficiários das instituições de previdência social"), os candidatos eram ordenados, priorizando-se aqueles que habitassem fogos demolidos para construção do bairro e sendo distribuídos por grupos de acordo com as classes das moradias para as quais eram elegíveis, cálculo feito recorrendo ao rendimento do agregado. A partir desse ponto, a ordenação era feita sucessivamente, pela dimensão e caracterização do agregado (maior número de filhos, menor idade destes), do próprio candidato (maior idade), e pelo menor rendimento. Como fator de distribuição final seria usado o critério da existência de outras pessoas no agregado familiar.

O contrato, assinado pelo morador-adquirente na presença de um representante do INTP, apresentava um conjunto de condições que incluíam não só o pagamento das prestações, como a instituição de um casal de família, para além da proibição de praticar qualquer ramo de comércio ou indústria na habitação — numa separação entre "casa" e "trabalho" que é de assinalar -, e da obrigatoriedade de manter "bom comportamento" e o bom estado de limpeza e higiene da habitação. Não era permitido o subarrendamento da habitação. O contrato poderia ser rescindido pelo morador-adquirente para se habilitar a um novo concurso (processo que foi identificado como "desistência"), ou pela Administração em caso de incumprimento das condições do contrato ou de se provar que tinham sido prestadas falsas declarações em fase de concurso.

A criação desta possibilidade de eliminação da propriedade, por critérios tão subjetivos como o comportamento, configurava um poder discricionário do Estado e uma ameaça pendente sobre os habitantes, criando uma relação de dependência dos habitantes em relação

ao regime. Logo em 1934, ainda antes de estar concluído qualquer bairro, o Decreto-Lei nº 23.585 determinava a contratação, em cada Bairro de Casas Económicas, do "pessoal indispensável à fiscalização a exercer nesses bairros." O Fiscal tornou-se o representante do estado nos Bairros, acumulando funções, num misto de polícia e zelador que garantia um fluxo de informação constante para o INTP relativamente ao funcionamento do bairro e ao dia-a-dias dos habitantes, servindo frequentemente de *detetive* para confirmar denúncias feitas, ou diretamente ao próprio Fiscal, ou às entidades estatais responsáveis pelas Casas Económicas, que delegavam no Fiscal a verificação dos factos.[135]

Jorge Ramos do Ó encontra na gestão do campo cultural do Estado Novo duas formas de ação que são expansíveis a muita da ação do regime, incluindo as Casas Económicas. A um "*poder de influência*, condicionando as condutas em nome de crenças comuns (...) uma estratégia de vinculação licenciada que, tendo por base afinidades (...) não parecia nessa medida necessitar da pressão material, isto é, da coercibilidade," associada em simultâneo um "*poder de injunção*, servindo-se privilegiadamente da punição ou da constante ameaça dela."[136] Um equilíbrio constante também nos bairros do PCE, e de que o Fiscal era uma espécie de representante local, entre o *querer pertencer* e o *merecer pertencer*. Mas estes poderes, impostos pela dependência em relação ao regime, eram, aparentemente, externos ao ato de projeto: se esta relação de poderes se pode ligar à investigação de Michel Foucault sobre vigilância hierárquica, não se deteta qualquer intenção de controlo na concretização física das Casas Económicas. Foucault nota o exemplo do acampamento militar como "diagrama de um poder que age pelo efeito de uma visibilidade geral," e, na lógica do seu estudo das prisões, de uma "arquitetura que não é mais feita simplesmente para ser vista (fausto dos palácios), ou para vigiar o espaço exterior (geometria das fortalezas), mas para permitir um controle interior." A *vigilância* nas Casas Económicas não é, na verdade, hierárquica, mas sub-reptícia; o fiscal é um representante, um observador, sem

135. A complexidade dos processos de averiguação de incumprimentos e, mais uma vez, o caráter burocrático da organização do regime, podem ajudar a explicar o reduzido número de efetivas anulações de contrato. No arquivo do ex-IGAPHE podem ser encontrados alguns desses processos de averiguação, como o caso de um morador do Bairro do Entroncamento, funcionário da Câmara Municipal de Pombal: em dezembro de 1957 o INTP solicita ao fiscal do bairro diligências "no sentido de saber onde se encontra atualmente" o dito morador; o fiscal indica em janeiro de 1958 que na moradia atribuída se encontra a residir um funcionário da Câmara do Entroncamento; em fevereiro, o morador original solicita autorização para que a moradia "continue em regime de subarrendamento, ao que o INTP responde indicando que o subarrendamento não é permitido e é motivo para rescisão do contrato. O morador responde que "na verdade, não está a moradia que [lhe] foi atribuída (...) em regime de subarrendamento por ser [ele] próprio quem suporta mensalmente o encargo," autorizando depois o INTP que a situação se mantenha. "Bairro do Entroncamento," AHIHRU — Textual, Forte de Sacavém. Pasta 5157.

136. Ó, *Os Anos de Ferro: O Dispositivo Cultural Durante a "Política do Espírito" 1933-1949*, 39.

poder efetivo. O controlo social surge exclusivamente da autocensura, estabelecida por ligação contratual e necessidade de cumprimento desse contrato, e da censura dos pares, também eles observadores atentos do comportamento comunitário, como os processos disciplinares e as queixas recebidas pelas entidades governativas demonstram.

O período de amortização era de 20 anos originalmente, e a partir da publicação do Decreto-Lei nº 35.602, de 17 de abril de 1946, passou a ser de 300 prestações, ou 25 anos; as rendas eram estabelecidas "de forma a garantir o reembolso total dos valores investidos pelas instituições e os respectivos juros, a taxa não inferior a 4% ao ano, bem como o custeio das despesas de administração."

O PCE estabeleceu desde a primeira hora um sistema de seguros cujo prémio estava incluído no valor pago mensalmente e que incluíam seguro de vida, invalidez permanente, doença e desemprego e contra incêndios, que cobriam o valor das prestações em falta à data do sinistro. Inicialmente os seguros eram tomados diretamente pelo Grémio dos Seguradores, passando a partir de 1957 a ser tomados pelo Fundo das Casas Económicas.[137]

Em caso de necessidade de obras de reparação, a partir de um despacho ministerial de 27 de novembro de 1953 passou a ser possível ao FCE conceder pequenos empréstimos para a realização dessas obras; com o Decreto-Lei nº 43.973, de 20 de outubro de 1960, passou também a ser possível o mesmo tipo de procedimento para obras de ampliação das moradias, ficando este procedimento sujeito a um novo contrato com as mesmas condições do relativo à moradia original.

Embora os objetivos iniciais do PCE indicassem a possibilidade de as moradias mais pequenas serem ampliadas — e, frequentemente, os próprios projetos previam essa possibilidade — a partir do Decreto-Lei nº 36.256, de 30 de abril de 1947, era permitida a transferência para uma moradia de maiores dimensões em caso de aumento do agregado familiar ou do vencimento.

A amortização antecipada dos pagamentos era possível inicialmente; em 1941, Trigo de Negreiros (1900-1973), à data SECPS, determinou

137. Criado pelo Decreto-Lei nº 24.041, de 20 de junho de 1934. O primeiro Presidente da Direção do Grémio foi Marcello Caetano. À importância dada ao tema dos seguros não será alheia a ligação de Pedro Teotónio Pereira ao ramo, sendo o pai, João Teotónio Pereira Jr. (1869-1948) acionista maioritário da Companhia de Seguros Fidelidade e tendo o próprio Teotónio Pereira fundado o ramo "vida" da companhia em 1926.

que as amortizações ficassem dependentes da constituição do casal de família e, por despacho do Ministro das Corporações e Previdência Social de 18 de dezembro de 1959, passaram a ser recusadas.

Caso os moradores pretendessem abandonar a moradia em definitivo antes do final do contrato era posta em prática a figura do "resgate," que representava uma reposição da propriedade ao INTP através do pagamento por esta entidade de uma percentagem do valor pago até ao momento da saída; a esse valor seria deduzido o valor correspondente a estragos não decorrentes de um uso normal e acrescentado o valor de benfeitorias realizadas pelo morador.

Ao FCE, criado pelo artigo 6º do decreto original das Casas Económicas, alojado na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, cabia a colaboração com as entidades promotoras, suportando as despesas com a administração e fiscalização dos bairros e obras de interesse geral de conservação das moradias ou para benefício dos moradores. Reunia as verbas destinadas à construção de Casas Económicas, as comparticipações das diversas entidades promotoras, a cobrança de prestações de casas já distribuídas e eventuais rendimentos resultantes da aplicação de fundos não utilizados na construção. Estava ainda prevista a alocação de terrenos à Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho para a realização de edificações de caráter cultural ou recreativo.

Esta era a configuração final do programa, no momento, ou pouco tempo antes, da sua transferência para a gestão do FFH, nos últimos anos do regime. Apesar das pequenas adaptações aqui identificadas, os princípios identitários do programa, particularmente na questão da propriedade e da atribuição das habitações, mantiveram-se estáveis ao longo do programa. O início da década de 70 é, no entanto, um momento de transformação profunda na visão que o Estado assume do seu próprio papel no campo da habitação. Procuraremos então perceber, nestes momentos finais do regime, como é visto o *problema da habitação*, numa fase em que o tema assume um papel central no debate político português — a *atualidade do tema* que referimos justificar a atenção dada por Marcello à ação no campo da habitação.

Para lá dos temas do fazer moderno (e fazer Moderno), do fazer ou não fazer cidade, do pitoresco ou progressista, da casa ou do bloco, um tema representará a constante em todo o PCE e ensombra toda a questão habitacional: a *propriedade*, em várias escalas. A propriedade dos terrenos evoluiu para o que se chamaria *política dos solos*. O menos paciente Duarte Pacheco resolveu a questão com expropriações mais ou menos coercivas (com participação minoritária dos proprietários na discussão e até 1948 sem possibilidade de recurso da decisão de valor atribuído aos terrenos) de tal forma que "de 1938 a 1949, cerca de *um terço* da área total do concelho de Lisboa foi adquirida ou expropriada pelo respetivo município,"[138] sendo essa área fundamental na expansão da cidade através dos diversos instrumentos de financiamento dos programas habitacionais do regime — veja-se a importância da área dos Olivais para a transformação da cidade e para a resposta habitacional pública; limitadas as expropriações, a questão fundiária regressou ao centro do debate à medida que os técnicos ultrapassavam os políticos no debate do problema habitacional. À escala da célula, o mesmo tema da *propriedade* marca a distância entre o PCE e quase todas as outras iniciativas do regime; ao Estado Novo interessava pouco ser senhorio e interessava muito garantir que uma franja intermédia da população — a de funcionários públicos, votantes e contribuintes que, mudando de ideias, seria mais rápida a desestabilizar o regime porque toda a sua estrutura se suportava nela.

Não é, certamente, coincidência que o frequente regresso dos técnicos à solução de habitação plurifamiliar no contexto do PCE só tenha tido concretização em 1956: só então um estado profundamente preso à palavra da lei (um estado que tinha necessariamente de criar na lei as exceções que lhe permitissem ser autoritário e ditatorial, como fez), após a formalização de um regime de propriedade horizontal, poderia permitir-se a distribuição de fogos "em bloco" em que a questão da *propriedade* estava garantida. Um decreto de 1934 indiciava essa visão de incompatibilidade entre o regime das Casas Económicas e a construção em altura, dispensando os habitantes do Bairro de Casas Económicas da Ajuda/Boa-Hora do estabelecimento do casal de família previsto no Decreto-Lei nº 23.052 precisamente por o bairro ser constituído por blocos plurifamiliares.[139]

138. Vitor Matias Ferreira, "A Lisboa do Império e o Portugal dos Pequeninos: estrutura fundiária e politica urbana de Lisboa, anos de 1930-40," *Análise Social* XIX, nº 77-78-79 (3º-4º-5º 1983).nº 77-78-79 (3º-4º-5º 1983

139. Despacho do Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social. *Diário do Govêrno,* I Série, nº120/1934 (24-05-1934): 661.

1.3. DE 1974 A 1956, HABITAÇÃO PROGRAMADA EM GRANDE ESCALA

Lisboa, 19 de abril de 1974. A poucos dias do final do regime, na Assembleia Nacional, debate-se a criação de um plano estadual de habitação para Angola e Moçambique. Almeida Penicela (1928-2003), eleito pelo círculo de Moçambique, sugere que "dada a escassez da contribuição do sector privado para a solução do problema, no tocante aos menos favorecidos, a habitação social é fundamentalmente uma obrigação do Estado."[140] Uma discussão antiga, mas uma combinação de palavras moderna: *habitação social*.

Tão moderna, que, do que nos foi possível apurar, as *Actas da Assembleia Nacional* a registaram pela primeira vez menos de uma década antes; a 14 de dezembro de 1964, a propósito da proposta de lei para autorização de receitas e despesas de 1965 — que incluía os primeiros investimentos de Plano Intercalar de Fomento de 1965-67[141] — o tema da habitação é trazido por Veiga de Macedo,[142] fazendo uma súmula dos "primeiros regimes legais de habitação social,"[143] onde inclui os primeiros decretos de Casas Económicas e de Bairros Sociais, ainda da 1ª República, as Casas Económicas, de 1933, as Casas Desmontáveis, de 1938, e as Casas de Renda Económica, de 1945.

Este alto funcionário do Estado na área *social,* chamemos-lhe assim, considerando que o INTP e a FCP eram do mais próximo que haveria de *social* no Estado Novo, ignora assim uma série de programas habitacionais. É, também, uma definição bastante lata de "habitação social," mas cabe-lhe a honra de ser o primeiro, que tenhamos identificado, a usar a expressão em debates parlamentares; de resto, não é uma listagem longa, a do uso da expressão em debates, o que constitui por si um sinal da ambiguidade com que o Estado Novo viu a questão habitacional.

Parece natural alguma simplificação do mapa institucional da resposta estatal ao problema da habitação, dada a complexidade das transformações nessa organização nos anos finais do regime. Entre a *palavra da lei* e a *palavra política* há, no entanto, um intervalo que importa avaliar. Qual era a mensagem que saía dos gabinetes?

140. Sessão nº 51, em 19 de abril. *Diário das Sessões* nº 53 (20 de abril de 1974).

141. Em que se incluía, ainda integrado no capítulo referente à Indústria, a previsão de investimentos na habitação, e especificamente no PCE.

142. Henrique Veiga de Macedo (1914-2005), licenciado em direito, manteve-se ligado a instituições públicas ao longo de toda a sua vida profissional, inicialmente como subdelegado do INTP no Porto e em Braga, depois como Vice-Presidente das FCP-HE entre 1942 e 45, Subsecretário de Estado da Educação Nacional entre 1949 e 1955, Ministro das Corporações e Previdência Social entre 1955 e 1961, Presidente da Comissão Executiva da União Nacional entre 1961 e 1965 e neste ano Presidente da FCP e Director-Geral do Trabalho e Corporações.

143. *Diário das Sessões,* nº 169 (15 dezembro 1964): 4180.

Recuperaremos discursos de responsáveis políticos da área da habitação nos vários momentos da intervenção estatal — numa amostra naturalmente enviesada, já que é tarefa ingrata encontrar referências que não sejam publicações oficiais e, por isso, filtradas.

Quando caiu o regime, estava em vigor o IV Plano de Fomento, para o período 1974-1979. Eduardo Arantes e Oliveira foi o relator do parecer da Câmara Corporativa ao Plano, parecer esse que é esclarecedor quanto à evolução profunda que a visão do regime em relação à questão habitacional sofreu ao longo do tempo; simultaneamente, é também demonstrativo da incapacidade do regime em encontrar soluções para o problema, assumindo-se, ao fim de quarenta anos de Estado Novo, que faltavam centenas de milhares de habitações e que o problema se agravava anualmente. A oferta privada era limitada ao rendimento, e a oferta pública de habitação estava muito longe das reais necessidades das populações.

Embora a sua aplicação praticamente não se tenha iniciado, o IV Plano de Fomento foi, também, uma prequela das transformações do pós-25 de abril, começando a identificar-se abordagens que serão o ponto de partida para novos tipos de resposta à provisão eficaz de habitações. O Urbanismo e a Habitação são colocados lado a lado como dois grandes temas, de âmbito *social*, a ser alvo de intervenção; apesar disso, e de começarmos a notar, como dissemos, a sugestão de alguns temas fortes do pós-25 de abril, o IV Plano de Fomento continua a limitar-se, em grande parte, a criar formas de gestão, mais do que agilizar as existentes. Mesmo na listagem do que seriam os objetivos concretos do Plano, estes são algo *etéreos:* "perfeito conhecimento das características do mercado da habitação," "conhecimento das necessidades específicas dos diferentes grupos sociais," "acompanhamento permanente dos diferentes factores" e "adopção das medidas aconselhadas em função dos objectivos anteriores." Ao referir a concentração de meios no FFH, não se aprofunda muito mais. "Definição (...) das fórmulas que permitam institucionalizar a canalização de meios financeiros," "efectiva coordenação das entidades públicas que intervêm no sector" e "garantir a (...) utilização dos meios e facilidades concedidos aos promotores." Uma lista de objetivos um tanto circular, que depois se transforma numa intenção de construir "85 000 fogos, dos quais cerca

de 20 000 a atribuir em regime de propriedade resolúvel, destinando-se os restantes a renda económica." Isto no que se refere à habitação pública, já que se lista, em relação à iniciativa privada, o objetivo de que se construam "cerca de 170 mil fogos destinados ao mercado (...) sem ajuda," ou seja, sem intervenção do estado, e mais "50 000 habitações de renda condicionada em função de ajuda directa ou indirecta recebida do Estado."

Mais interessante é, na área do Urbanismo, a intenção de incentivar "a participação das populações nos trabalhos de preparação dos planos que lhes dizem respeito," tema central do período pós-revolucionário, embora esse objetivo pareça aqui resumir-se à *informação* mais do que à *participação*, com a "elaboração e difusão de brochuras," "a realização de sessões informativas" e "a realização sistemática do Inquérito público já previsto na lei e a publicação dos respectivos resultados."[144]

Uma visão mais pragmática tinham as subsecções da Câmara Corporativa consultadas para uma avaliação do Plano;[145] ainda que o aprovem, expõem muito claramente as limitações da ação do regime — quase ao ponto de nos esquecermos que dois dos autores do Parecer das subsecções são os engenheiros José Frederico Ulrich e Eduardo Arantes e Oliveira, que tiveram a tutela das Obras Públicas durante vinte dos quarenta anos que o regime já contava em 1973. O Parecer faz uma resenha da intervenção dos Planos de Fomento anteriores — curiosamente, ignora o I Plano — notando "a evolução gradual dos planos de fomento — inicialmente confinados a objectivos puramente económicos - para verdadeiros planos de desenvolvimento" e "a consciência da importância e da acuidade crescentes do problema da habitação no quadro da política social, conduziram o Governo a dedicar-lhe um capítulo próprio logo no Plano Intercalar."

A perspetiva não é, propriamente, positiva: "com base nas precárias indicações estatísticas disponíveis (...) foi então feita pela primeira vez [1964] uma tentativa de definição da problemática habitacional do país." Da análise feita para esse Plano Intercalar, "os totais de famílias [em] condições de deficiência habitacional foram computados em 462 000 e 497 000 em relação aos anos de 1950 e 1960, respectivamente — o que

144. *Projecto do IV Plano de Fomento - Tomo I: Continente e Ilhas Adjacentes*, (Lisboa: Secretaria-Geral da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, 1973), Cap.IV, 325 e seguintes.

145. A partir deste ponto cita-se o "Anexo III — Parecer subsidiário das subsecções de Indústrias de construção, da secção de Indústria, e de Obras públicas e comunicações, da secção de Interesses de ordem administrativa. *Projecto do IV Plano de Fomento - Tomo IV: Pareceres da Câmara Corporativa - Continente e Ilhas Adjacentes*, (Lisboa: Secretaria-Geral da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, 1973). Assinam o Parecer Augusto Viana Rebelo (1916-?), Jorge Adrião Sequeira (1898-?), Manuel Cerqueira Pimentel (1920-?) Pedro Arsénio Nunes (1917-2000), José do Canto Moniz (1912-?), José Frederico Ulrich e Eduardo Arantes e Oliveira, sendo este último o relator.

levava a concluir por um agravamento da situação na década de 1950-1960." Da análise dessa informação, concluíra-se "pela necessidade adicional de 34 000 fogos por ano para preenchimento deste déficit."

Das Estatísticas de Produção Industrial entre 1953 e 1962 retirava-se que o investimento público estava ligado a apenas 5% dos fogos construídos. Sobre o III Plano de Fomento, os autores do Parecer de 1973 dizem não ter, naquele momento, informação que permitisse verificar o cumprimento dos objetivos de cerca de 50 mil fogos a construir, optando antes por valorizar a "intensa actividade desenvolvida" que originou a criação da Secretaria de Estado do Urbanismo e Habitação em 1972, e a reforma da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização e do Fundo de Fomento da Habitação, criado em 1969.

Depois deste levantamento da ação do regime até ao momento, passa-se à análise do IV Plano, continuando a, aparentemente, ignorar o papel dos próprios autores no déficit habitacional que parecia não ter tido alteração no período de aplicação dos Planos de Fomento anteriores. Aponta-se a dificuldade, utilizada pelo IV Plano como justificação, gerada pelo "desconhecimento dos resultados do censo de 1970" e da "inexistência de um órgão responsável pela política habitacional do País." É uma muito curiosa distância em relação à situação, por parte de figuras com intervenção ao mais alto nível no regime desde a década de 1940. A propósito de ser viável, dentro das possibilidades do mercado da construção, "eliminar os déficits habitacionais do País em cerca de dezoito anos" (o tempo de três planos de fomento), assinala-se, no entanto, que "90% (...) dos investimentos globais no sector da habitação que nos últimos anos se deveram à iniciativa privada, aplicando-se, sobretudo, no regime de mercado livre, 'em construções luxuosas ou com deficientes condições de habitabilidade', em busca de elevadas taxas de remuneração para os capitais investidos" contribuindo para o agravamento da situação habitacional "resultante da inacessibilidade das rendas a vultosa parcela da população, que assim se vê forçada ao recurso à sublocação, à sobreocupação, ao abrigo em barracas e outras situações inaceitáveis."

Destacamos o "muito apreço" registado pelas subsecções à intenção do IV Plano de Fomento de orientar para o setor privado financiamentos e apoios para uma partilha de esforços na construção de habitação de interesses sociais, um otimismo hesitante em que se nota que esse é um campo que "é necessário explorar com persistência e imaginação fecunda, não podendo deixar de ter-se presente as indesejáveis repercussões que poderiam resultar para o nível de actividade da construção civil - o mais importante dos sectores industriais do país, e em que a construção de imóveis para habitação ocupa lugar dominante." Aparentemente, sendo importante a contribuição do setor privado para a resolução do problema habitacional, não se poderia pôr em causa os interesses do mesmo setor privado. Uma mensagem de intenções vagas, exatamente o mesmo que os procuradores criticam na proposta de Plano.

A análise das subsecções da Câmara Corporativa ao projeto de IV Plano de Fomento termina com uma rápida análise à parte do projeto intitulada "Objectivos específicos," com uma postura algo crítica, considerando o título pouco apropriado, já que "nenhuma indicação consta dela acerca de investimentos e fontes financeiros, limitando-se o projecto a fazer uma enumeração ordenada dos programas de acção que se propõe realizar." Ou seja, um conjunto de intenções sem um plano de intervenção claro e sem bases devidamente estruturadas.

Contavam-se então quarenta anos de regime e quarenta e seis de ditadura, e a falta de respostas para o problema habitacional era encarada por figuras próximas do topo do regime, com décadas de ação governativa, como algo *etéreo*, sem culpados identificados que não a evolução da situação da população, e sem um caminho estabelecido para inverter uma lógica de déficit habitacional que só estabilizara (sem se corrigir) na década de 1960, que foi de emigração massiva de populações jovens, item que fica de fora de análise deste conjunto de especialistas do tema.

Nas suas notas de preparação daquele parecer, consultáveis no espólio, Arantes e Oliveira reforça a importância de reconhecer "mais nitidamente o 'direito à cidade' e aos serviços que esta assegura a todas as categorias da população" (devendo notar-se que sob "categorias" está

riscada a palavra “classes” …), destacando o exemplo das novas cidades da região parisiense e concluindo ser “portanto possível assegurar uma reforma do conjunto das ajudas públicas, que deveriam ser melhor moldadas aos proveitos dos beneficiários e orientadas em prioridade para os + desfavorecidos.”[146] Estas notas datarão de entre os anos 1972 e 1973 e sublinham essa perceção ao mais alto nível das limitações da resposta pública ao problema habitacional — e, como indicamos acima, também uma certa resignação (ou negação) em relação ao papel dos próprios agentes governativos.

É um desinvestimento crónico — veja-se o ponto 1.6 desta Tese, em que analisamos as contas do estado relativas ao investimento em Casas Económicas — que não se limita ao campo habitacional, mas que reflete uma abordagem política de estagnação. Mário Murteira identifica nos Planos de Fomento um “écran” para a realidade portuguesa, com resposta variada, assinalando “o desencanto da própria ‘technostructure’ da administração pública portuguesa pelos III e IV Planos de Fomento, ao invés do relativo entusiasmo com que acompanhara a preparação dos anteriores.”[147]

A leitura do IV Plano de Fomento revela essa transparência, esse “écran” para uma realidade no campo habitacional que era já impossível esconder, até mesmo pelas figuras com responsabilidade no tema. Já notamos que nos parece que as referências de Marcello Caetano ao tema da habitação são mais fruto dessa centralidade e inevitabilidade do tema do que do seu próprio interesse na questão. Essa centralidade demonstra-se também com um exercício rápido de análise de três encontros realizados no espaço de poucas semanas no início de 1973.

Entre as conclusões do 3º Congresso da Oposição Democrática, realizado no início de abril desse ano, Carlos Barbeitos, Helena Roseta e Bruno Soares, no tema “Urbanismo e Habitação,” estavam já um passo adiante na discussão do problema, indicando a importância da integração das populações no processo urbano, sugerindo como elemento de democratização da vida portuguesa a possibilidade de “agrupamento de moradores com vista à intervenção nas decisões (…) criando eles próprios as situações que conduzam a uma melhoria das

146. “Preparação do IV Plano de Fomento,” Processo “Relatórios e memorandum,” Arquivo Histórico da Economia — Acervo das Obras Públicas e Comunicações, cota PT/AHMOP/AO/02/01/59.

147. Mário Murteira, *O Problema do Desenvolvimento Português* (Lisboa: Moraes Editores, 1974), 58.

condições em que se encontram."[148] Intenções que estariam na base do Programa de Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL)[149] no pós-25 de Abril e que vão mais longe do que os *panfletos* que o IV Plano de Fomento propunha.

Um mês depois, o I Congresso da Acção Nacional Popular, o novo nome da União Nacional, nas conclusões, notava simultaneamente a "situação de carência, não apenas de natureza quantitativa, mas também de qualidade" como o "enorme esforço já desenvolvido" e a "reforma institucional operada pela criação da Secretaria de Estado do Urbanismo e Habitação" (que seria mantida no pós-25 de Abril com Nuno Portas e que teria um papel preponderante na reestruturação da resposta estatal à questão da habitação), que tinha assegurado "a integração dos empreendimentos habitacionais em planos de urbanização mais vastos."

Defendia-se que fosse "intensificada a iniciativa do sector público no domínio da habitação, designadamente pelo recurso sistemático a planos em que a Administração comande as operações de urbanização e de construção,"[150] o que não configurava propriamente uma postura radical, repetindo-se ideias que Duarte Pacheco defendera 35 anos antes e basicamente defendendo a postura de então, de investimento nos grandes Planos Integrados, sem dar destaque a questões como o financiamento e a atribuição.

Mais um mês passou e o II Colóquio dos Industriais da Construção Civil dedicou-se também ao problema habitacional, focando-se nas limitações da indústria da construção civil, com uma grande percentagem de empresas sem dimensão para dar resposta às carências habitacionais do país e calculando que o Estado, para resolver por si a questão da falta de habitações, teria de multiplicar consideravelmente a sua atividade,[151] apelando-se ao agrupamento de empresas de dimensão média, evitando a dispersão dos investimentos por muitas centenas de pequenas entidades. Concentração económica e parcerias entre o Estado e a iniciativa privada, melodia, como sempre, para os ouvidos do regime, ainda que se defendesse uma maior intervenção do Estado.

148. *Diário de Lisboa*, ano 52º, nº 18.063 (7 de abril de 1973): 3.

149. Sobre o SAAL, ver José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007).

150. *Diário de Lisboa,* ano 53º, nº 18.092 (7 de maio de 1973): 24.

151. "O Colóquio de Construção Civil," *Diário de Lisboa,* ano 53º, nº18.122 (6 de junho de 1973).

É uma sinfonia de vozes a pedir mais, as de fora a exigir mais ação do regime, as de dentro a tentar perceber quem culpar pela inação crónica, ou pela ação frequentemente limitada a operações burocráticas e de legislação de que resultou muito pouco. Referimos a importância do ano de 1972 para o PCE, mas esse ano foi de transformação transversal a toda a ação do estado no campo da habitação, com a concentração no FFH de um conjunto de serviços e instituições que afunilou uma consideravelmente espartilhada intervenção estatal numa só superestrutura de gestão.

No seu relativamente curto período de vida, entre 1969 e 1981,[152] o FFH viveu quase tanto tempo em ditadura como em democracia, mas só nos focaremos na primeira metade e, de resto, com particular atenção às decisões relativas ao PCE, até porque o estudo recente sobre o século de políticas de habitação em Portugal já abordou com algum detalhe o funcionamento do FFH.[153] Foram tempos de transformações recorrentes e pouco espaçadas — como, por exemplo, entre o Decreto nº 214/73, de 9 de maio, e o Decreto-Lei nº 583/72, de 30 de dezembro. Este último partia do objetivo inicial do Fundo de "unificar os serviços que, no Ministério das Obras Públicas, tinham competência em matéria de habitação" para afetar aos programas do FFH os capitais das caixas de previdência, do Fundo Permanente da Caixa Nacional de Previdência da CGDCP, e do Fundo de Casas Económicas — que assim era extinto, efetivamente centralizando no FFH a gestão da execução, distribuição e a partir daí também do financiamento do PCE.

Joaquim Dias da Silva Pinto,[154] à data SETP, explicava em 1971 a importância do FFH e a sua

> *"competência para delinear, no prosseguimento do Colóquio sobre Política da Habitação, uma estratégia social e territorial da habitação (...) promovendo (...) o desenvolvimento integrado da política da habitação económica como sector social do planeamento em geral e mais concretamente do planeamento urbanístico."*[155]

Apresentando sumariamente os valores de investimento previsto para o triénio 1971-73, faz uma abordagem um tanto mecânica da

152. Se considerarmos como final do FFH a Resolução do Conselho de Ministros nº 224/81, em que se determina a elaboração do projeto de decreto-lei de extinção por se considerar que a instituição é "insusceptível de reconversão" para o novo objetivo de "garantir condições que fomentem a mobilização de recursos privados para investimento em habitação." *Diário da República* nº 250/1981, Série I (1981-10-30): 2876.

153. José António Bandeirinha et al., "O Fundo de Fomento da Habitação de 1969 a 1982: Ordenamento, alternativas e mercado," in *Habitação: Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal*, coord. Ricardo Agarez (Lisboa: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2018).

154. Joaquim Dias da Silva Pinto (1935-2022), Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa em 1958, foi Subsecretário de Estado das Obras Públicas (1968-70), Secretário de Estado do Trabalho e Previdência (1970-73) e Ministro das Corporações e Previdência Social (1973-74). Exilado em 1974, regressou a Portugal em 1981, tendo sido depois eleito Deputado pelo Partido Socialista (1993-95).

155. "Discurso proferido por Sua Excelência o Secretário de Estado do Trabalho e Previdência, Dr. Joaquim Dias da Silva Pinto, na inauguração do bairro de habitações económicas para operários da empresa Cotesi, em 22 de Maio de 1971," *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, Ano XXXVII, nº: 1459-1461.

política de habitação, integrando o apoio à iniciativa (construção de 50 moradias para operários) das empresas Cotesi e Corfi nesse conjunto de investimentos e anunciando a aprovação de um empréstimo do Estado para a construção de mais 240 habitações. A presença do Presidente da República nessa cerimónia de inauguração é usada como argumento demonstrativo do esforço de "melhoria das condições de vida da população portuguesa," e pouco mais é dito relativamente às intenções e ao público-alvo do investimento estatal. Cerca de um ano antes, Baltazar Rebelo de Sousa[156] procurava, de forma já quase subliminarmente europeísta, analisar essa possível intervenção do Estado corporativo num contexto de

> *"uma comunidade de nações, com um esquema de relações inter-sociais que progressivamente se acentua: é irreversível a tendência para uma crescente integração em espaços globalmente caracterizados por um sistema económico. O isolamento de sistema seria afinal tão irreal quanto o isolacionismo por fuga ou aversão às opções concretas a realizar."*[157]

A aproximação a outras realidades parecia prosseguir neste período uma marcha inevitável, refletida na geração de independentes que em 1969 aceitou entrar nas listas da União Nacional para a Assembleia Nacional, que progressivamente abandonaram à medida que as ilusões relativas à suposta *primavera* se foram desfazendo.[158] São os tempos do *Estado Social*, o esforço de Caetano para ultrapassar o conceito de Estado Novo. Este já não era Novo há muito, e aquele nunca chegou a ser "social," embora se tenha tentado aproximar de ideias novas, mais apelativas *para fora* do que *para dentro* das estruturas do regime. Esse estado "social," mais previdência do que providência, é resumido pelo próprio Caetano como tendo por "fins essenciais o progresso moral, cultural e material da colectividade, numa ascensão equilibrada e harmoniosa que, pela valorização dos indivíduos e pela repartição justa das riquezas"... até certo ponto, porque quer ser social "mas não socialista, pois se pretende conservar, dignificar, estimular até a iniciativa privada e animar as empresas a fazer aquilo que o Estado *nunca poderia realizar sozinho."*[159]

156. Baltazar Rebelo de Sousa (1921-2002), Licenciado em Medicina pela Universidade de Lisboa em 1949 e com especializações em Medicina Tropical e Sanitária, chegou a ser secretário pessoal de Marcello Caetano em 1947; foi Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa (1956), Subsecretário de Estado da Educação Nacional (1955-61), Governador-Geral de Moçambique (1968-70), Ministro das Corporações e Previdência Social e da Saúde e Assistência (1970-73) e Ministro do Ultramar (1973).

157. "Palavras proferidas por Sua Excelência o Ministro das Corporações e Previdência Social e da Saúde e Assistência, Dr. Baltazar Rebelo de Souza em 23 de Julho de 1970, na Câmara Municipal de Évora," *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência,* Ano XXXVII, nº16 (31 de Agosto de 1970): 1047-1049.

158. Luís Reis Torgal, *Marcello Caetano, Marcelismo e "Estado Social": Uma Interpretação* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013).

159. Citado em ibid., 57-58. Itálico nosso.

Perante as limitações impostas à *crítica*, a postura tinha de ser proativa, propondo soluções que deixassem subentendidas as limitações da resposta do Estado. E fazia-se por iniciativa de promotores inesperados, como no colóquio "A consciência cristã e o direito à habitação," organizado pela paróquia de Arroios, em Lisboa, em março de 1970. Nuno Portas assumiu papel de destaque no colóquio, como assinalou o Diário de Lisboa: "chamou a atenção para o facto de uma política de habitação que descrimine de uma forma classista poder ser mais um meio de impedir a esperança de vida e o plano desenvolvimento das populações mais desfavorecidas," usando os desalojamentos em discussão no Vale Escuro, em Lisboa, como exemplo de várias falhas na política habitacional, nomeadamente a de deslocar famílias com habitação no centro para a periferia, adicionando custos extra com deslocações. "Faltam ao país 500 000 habitações e (...) esse número para a zona de Lisboa era de 150 000 (quase metade da população)."[160]

O Decreto-Lei nº 49.033, de 28 de maio de 1969,[161] a lei inaugural do Fundo, avançou com parte da centralização de responsabilidades, destinando os fundos do Fundo das Casas Económicas ao FFH (embora mantendo a sua dotação na órbita do banco público e, por isso, do Ministério das Finanças) e deslocando para o FFH o pessoal dos serviços de Casas Económicas da DGEMN. As primeiras palavras deste decreto são, não por acaso, para recordar a ação do decreto original das Casas Económicas e de como este declarava a importância da habitação para o regime: "com a publicação de um dos seis primeiros diplomas corporativos - o Decreto-Lei nº 23.052, de 23 de setembro de 1933 -, o Estado colocou a habitação em plano cimeiro das suas realizações, definindo os princípios a observar na construção de casas económicas."

Referindo vários passos da evolução da legislação relativa à habitação, dá mais atenção às questões da *gestão*. Refere o Decreto-Lei nº 28.912, de 12 de agosto de 1938, que permitiu a participação de outras instituições no esforço de construção de habitações, mas ignora as Casas Desmontáveis originadas pelo mesmo decreto; refere de passagem as Casas de Renda Económica e as Casas de Renda Limitada, alongando-se pouco mais na descrição dos Planos de Melhoramentos da Cidade do Porto e de Novas Construções da Cidade de Lisboa. Estas

160. *Diário de Lisboa,* ano 49º nº 16.962 (12 de março de 1970).

161. *Diário do Governo* nº 126/1969, Série I (1969-05-28): 581-586.

primeiras páginas são, afinal, uma resenha que "documenta de alguma forma a crescente importância atribuída à problemática do sector habitacional, importância que determinou o Governo a conceder-lhe carácter prioritário no Plano Intercalar e no III Plano de Fomento."

É lançada então a grande transformação na organização estatal de produção de habitação, com a criação do Fundo de Fomento da Habitação, "a que são cometidas todas as atribuições do Ministério das Obras Públicas em matéria da habitação, centraliza-se num único organismo a prossecução de diversas medidas de política habitacional estabelecidas legalmente e que, algumas vezes, vinham a não ser aproveitadas em todo o seu alcance."

Embora o trabalho do Fundo de Fomento da Habitação ainda não esteja devidamente estudado, a evolução da investigação no campo da habitação programada nos últimos anos começa a permitir uma leitura integrada da sua ação. José António Bandeirinha, Tiago Castela, Rui Aristides e Joana Gouveia Alves notam no FFH, num primeiro momento, essencialmente uma "reforma administrativa" que reuniu na nova entidade "a experiência técnica" dos serviços da DGEMN e da DGSU.[162] Esse esforço de conjugação técnica procurava a "revisão dos regulamentos de distribuição, renda e propriedade," a "agilização de mecanismos de promoção e gestão habitacional: a responsabilidade direta de projetar, adjudicar e gerir" e "um processo de sistematização de projeto."[163] Além disso, notam os mesmos autores, o FFH representou "um projeto mais complexo de economia política." A grande novidade no FFH é o planeamento à escala regional, refletido na criação dos Planos Integrados, que representarão o principal campo de intervenção do Fundo, "associando a habitação ao planeamento urbano, e criando dinâmicas económicas de grande escala."[164]

No contexto da criação do FFH, é organizado em julho de 1969 um Colóquio de Políticas de Habitação — que Caetano referiu no seu programa na RTP, que já citámos, reforçando a importância do encontro. Essa importância foi também assinalada pelo *Diário de Lisboa*, cujo colaborador Sérgio Ribeiro, notava no primeiro dia do colóquio:

162. Ver Bandeirinha et al., "O Fundo de Fomento da Habitação de 1969 a 1982: Ordenamento, alternativas e mercado," 244.

163. Ibid., 245.

164. Ibid., 251.

> *"parece-nos notar um certo nervosismo, alguma intranquilidade [...] Há uma situação quanto ao problema que se define carencial; mas o habitual não é explicitar as carências. Há a procura (afirmada) de debate aberto no sentido de se obterem sugestões para a resolução [...] porque a situação de facto é ineludível"*[165]

A aparente, e rara, oportunidade de discutir "livremente" temas em que a ação do regime pudesse ser criticada foi aproveitada por um conjunto de técnicos que discutiam nos gabinetes a questão habitacional. "Seriam esses técnicos — engenheiros, arquitectos, assistentes sociais, economistas — que, desde o início dos anos sessenta do século XX e, nos respectivos serviços, vinham desenvolvendo vários trabalhos de âmbito analítico, de sistematização metodológica ou, mesmo, de projecto."[166] De uma forma menos organizada e mais ingénua, muitas das preocupações haviam sido referidas desde a década de 1930; aliás, algumas dúvidas sobre a melhor forma de atuação do estado datavam já do início do século e não pareciam ter resposta unânime.

Para o regime, renovado na cúpula, era a oportunidade de começar de novo e transformar as políticas ainda ativas — datadas, na sua maioria, das décadas de 1930 e 1940 — numa espécie de passado com que se aprendia, mas que se procurava ultrapassar, embora as questões fossem as de sempre. "Reduzir os custos por fogo," "o controlo do solo, (...) assumido como a questão central da resolução de quase todos os problemas urbanos," "a integração dos esquemas de autoconstrução, ou autogestão, nos mecanismos (...) da promoção habitacional," "a necessidade dos utentes interessados colaborarem na definição e na execução dos planos imediatos, nos planos a prazo, e até no processo de execução das operações."[167] As mais *mensuráveis* — e mais ligadas à visão mercantilista do fornecimento de habitação -, como as questões dos custos por fogo e da gestão dos terrenos, já eram colocadas nas Casas Económicas desde o início do Programa.

Nuno Teotónio Pereira, num texto clandestino, considerando que a única resposta possível passava pela "*socialização do solo, dos recursos financeiros e dos meios de produção*," resumiu o colóquio a uma "*nova*

165. "Mais um colóquio?," *Diário de Lisboa,* nº 16.714, Ano 49 (2 de julho de 1969): 10

166. José António Bandeirinha, "Construir uma Política da Habitação num Contexto Adverso: O Colóquio de 1969," in *Habitação para o Maior Número: Portugal, os Anos de 1950-1980*, coord. Nuno Portas (Lisboa: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana e Câmara Municipal de Lisboa, 2013), 65.

167. Ibid.

forma, menos brutal e mais insidiosa, de manter a opinião pública passiva, delegando a solução dos seus problemas, não já numa clique de políticos herméticos, mas sim num escol de técnicos sabedores e arejados."[168] Técnicos que o estado reunia agora numa nova instituição de gestão da questão habitacional, o FFH. Uma instituição de gestão, mas também uma instituição de crédito: Tiago Castela identifica no FFH o "início do regime do crédito à habitação," dando continuidade à lógica de promoção da casa própria que de forma mais ou menos propagandeada foi, sempre, a base do PCE, e que teria sequelas nos apoios habitacionais pós-revolução de Abril.[169]

Embora o âmbito da sua ação tenha sido certamente influenciado pela nova equipa governativa, pela dimensão da decisão, parece improvável que a criação do FFH tenha sido um gesto de Marcello Caetano e Rui Sanches, ministro das Obras Públicas desde a tomada de posse do primeiro, ou seja, pouco mais de oito meses antes. É pouco crível que num regime profundamente burocratizado uma transformação se operasse de forma tão rápida. O FFH e o colóquio foram, cremos, o corolário da ação e pensamento de Arantes e Oliveira; esta crença é reforçada por uma comunicação do próprio Arantes e Oliveira para o Diretor-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais:

> *"O grande volume dos programas de construção de casas económicas torna indispensável a reorganização do respectivo Serviço (...) convém resolver dentro do mesmo organismo responsável pela realização dos programas (...) as actividades do Ministério das Obras Públicas, e porventura, mais tarde, de outros Ministérios (...) em torno do problema da habitação, ganhariam em eficiência e rendimento se as concentrássemos no mesmo organismo a que se fez referência"*[170]

O período em que Arantes e Oliveira ocupou a pasta das Obras Públicas é muito relevante para a historiografia da intervenção do Estado na habitação e merece um destaque particular.

168. Nuno Teotónio Pereira, citado em ibid.

169. Ver Tiago Castela, "Cidadania Proprietária e Emergência da Financeirização da Habitação em Portugal Após 1968," in *A Nova Questão da Habitação em Portugal: Uma Abordagem de Economia Política*, coord. Ana Cordeiro Santos ([edição digital]: Conjuntura Actual Editora, 2019).

170. Cópia de carta dirigida ao Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, datada de 30 de junho de 1955. "Correspondência com diversas entidades," AHIHRU — Textual, Forte de Sacavém, pasta 5145.

1.4. O MANDATO DE ARANTES E OLIVEIRA

Um dos fatores que sublinha a relativa inação do regime na questão da habitação (sugerida pelos relatores do Parecer sobre o IV Plano de Fomento) é o crescimento económico acelerado que se fez sentir entre 1958 e 1965, durante grande parte do mandato de Arantes e Oliveira, e entre 1965 e 1974, "período de transformações estruturais: a taxa de crescimento do PIB está acima da média europeia, o que nunca acontecera, e, em 1963, a produção industrial ultrapassa pela primeira vez a agrícola."[171] Isso não foi suficiente para dar resposta às necessidades crescentes de habitação condigna às populações que continuavam a deslocar-se para as cidades, como o próprio Arantes e Oliveira notava no citado parecer à proposta de IV Plano de Fomento.

Ainda assim, foi com a ação de Arantes e Oliveira (ministro, como vimos, entre 1954 e 1967) que foi dado o maior impulso na construção de habitações e na transformação urbana desde as comemorações dos centenários de 1940. No final da década de 1950 as duas maiores cidades portuguesas foram palco de iniciativas de construção programada de dimensão considerável: o Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto[172] e o Plano de Novas Construções da Cidade de Lisboa.[173] Com financiamento direto a partir do Ministério das Obras Públicas e recorrendo à organização e a fundos de programas já existentes — com foco nas Casas para Famílias Pobres no caso do Porto e nas Casas de Renda Económica no caso de Lisboa — em poucos anos essas iniciativas construíram tantas ou mais casas do que o PCE em toda a sua duração.[174] Estas iniciativas refletem a intervenção de Arantes e Oliveira e diversos outros técnicos que a partir de meados da década de 1940 integraram os quadros do Estado e renovaram lentamente a visão oficial da habitação e da cidade.

O Plano Intercalar de Fomento, para 1965-67 é o primeiro a prever investimentos em habitação na "metrópole" e, mais significativamente, representa um primeiro sinal de uma transformação anunciada mas que só se realizaria no final da década, anunciando como objetivo a "Estruturação de uma política habitacional para se dispor, com vista

171. Francisco Louçã, "A Jaula Oligárquica: A Modernização Conservadora ao Longo do Século XX," in *O Século XX Português: Política, Economia, Sociedade, Cultura, Império*, coord. Fernando Rosas et al. (Lisboa: tinta-da-china, 2021).

172. Ver Virgílio Borges Pereira, coord., *A Habitação Social na Transformação da Cidade. Sobre a Génese e Efeitos do "Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto" de 1956* (Porto: Afrontamento).

173. Ver, entre outros, Ana Tostões, "The City of the 1950s," *Rassegna*, nº 59 (1994). Teresa Valsassina Heitor, "Olivais and Chelas: a Large-Scale Housing Programme in Lisbon," in *Hidden in Plain Sight: Politics and Design in State-Subsidized Residential Architectur*, coord. Rui Jorge Garcia Ramos et al. (Zurich: Park Books, 2021).

174. Considerando nesta comparação a informação disponível na Base de Dados do Mapa da Habitação à data em que escrevemos — 14 mil fogos nas Casas Económicas, 15 mil fogos no Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto e 18 mil fogos no Plano de Novas Construções da Cidade de Lisboa. Cf. https://www.up.pt/mapa_habitacao_db (consultado a 25 de março de 2021).

ao plano seguinte, de um conjunto de directivas e instrumentos adequados," sugerindo assim a perceção de uma certa desregulação resultante da sobreposição de instituições e programas.

Até àquele momento, os primeiros Planos de Fomento, para os períodos de 1953-58 e 1959-1964, focavam-se essencialmente no fomento agrícola e industrial, apostando na infraestruturação (construção ou alargamento de portos, saneamento, eletrificação, etc.), não contendo praticamente previsões relativas à habitação — embora o II Plano de Fomento previsse investimentos na colonização de territórios africanos.

No Plano Intercalar de Fomento estava previsto um investimento de quase 2 milhões de contos para a habitação,[175] com particular foco nas Casas de Renda Económica (918 mil contos para 8.350 fogos) e nas Casas Económicas (207 mil contos), sendo que no caso destas se indicavam especificamente três conjuntos: Oeiras (desenvolvido na DGEMN e que viria a ser construído e distribuído dentro do PCE), Agualva-Cacém (desenvolvido na DGEMN, concluído já pelo FFH), e Chelas (cujo plano estava já a ser desenvolvido pelo GTH).[176]

A previsão de investimento apresenta uma grande variação de custo por fogo, refletindo a disparidade da oferta então em desenvolvimento nas Casas Económicas: para Agualva-Cacém, estimava-se um custo de 87 contos por fogo; para Chelas, 93 contos por fogo; e para Oeiras, 140 contos por fogo. Por comparação, a previsão de investimento nas Casas de Renda Económica era de 110 contos por fogo, enquanto o investimento em Casas para Famílias Pobres e Casas de Pescadores era de 50 contos por fogo.

Esta variação indica uma questão importante, que não é central para esta investigação, mas que deve, no entanto, ser assinalada: embora as Casas de Renda Económica sejam tradicionalmente abordadas, particularmente na historiografia da arquitetura portuguesa, por oposição às Casas Económicas na procura da habitação para o maior número, o público-alvo (membros contribuintes das Caixas de Previdência) e a complexidade dos projetos não se reflete necessariamente numa redução do investimento por fogo, apontando as Casas de Renda Económica predominantemente para um mercado

175. Embora a comparação não possa ser feita diretamente, devido às alterações provocadas pela evolução monetária, para referência indica-se que entre 1933 e 1963 a despesa acumulada do Estado com o Programa das Casas Económicas era de cerca de 500 mil contos. No ponto 1.6 agrupamos alguma informação estatística relativa ao PCE e ao investimento estatal.

176. O conjunto de Chelas é identificado em diversa documentação consultada como estando associado às Casas Económicas. Como a distribuição de fogos é posterior a 1974, não foi possível apurar se alguma das zonas do plano foi construída com financiamento do PCE.

de classe média, tal como as Casas Económicas. Na Lei nº 2007/1945, que lançou o Programa das Casas de Renda Económica, definia-se um intervalo de rendas entre 240$00 e 400$00 para fogos "em casa de vários fogos" e entre 300$00 e 500$00 para moradias independentes; desde 1943, as rendas de Casas Económicas estavam num intervalo entre 130$00 e 600$00, incluindo já os seguros associados ao sistema de propriedade resolúvel, abrangendo por isso, em teoria, um leque mais alargado de famílias. Naturalmente, a oferta reduzida de habitações construídas limitava este acesso, embora a nível local se procurassem outras respostas, mais específicas - o que reforça a pertinência da continuação de estudos já lançados relativos à ação de municípios na provisão da habitação e também no trabalho da DGSU.[177]

Mantinha-se a esperança de sempre, com a "aplicação de um conjunto de medidas para coordenar a iniciativa privada e orientá-la para a satisfação das carências habitacionais das classes de mais fracos rendimentos," mas o projeto de Plano de Fomento é criticado no parecer da Câmara Corporativa, precisamente nesse foco do investimento na classe média. Notava o parecer que se o objetivo do Governo, indicado no Plano, era a "construção de agrupamentos de habitações em escala considerável predominantemente dirigidos para as classes de menores recursos" então a real distribuição prevista dos fundos implicava que "se destinam a tal política menos de 15 por cento do gasto do programa do Governo." Notando a ausência de investimento na habitação rural, a Câmara Corporativa indica também o seu ceticismo quanto à participação da iniciativa privada que referimos atrás.

> *"Não está a Câmara convicta de que possa ter grande êxito este tipo de acção (...) por muito que se queira ser adepto da economia de mercado e da capacidade reguladora dos mecanismos de preços e lucros (...) não se consegue ignorar que existem dificuldades enormes para que tais mecanismos funcionem em casos de intenção social básica, como é o da habitação."*[178]

Era reconhecido então, por uma das instituições fundamentais da organização corporativa, que a aposta do governo não era no aumento da oferta de habitação para classes mais desfavorecidas; essa aposta, tendo

177. Ver, a título de exemplo, Maria Tavares e João Miguel Duarte, "O arrendamento social público (1945-1969): Nova escala, novos programas e agentes.," in *Habitação. Cem anos de políticas públicas em Portugal, 1918-2018*, coord. Ricardo Agarez (Lisboa: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2018). e Ricardo Agarez, "Obras Públicas e "Melhoramentos" Locais: Entre Lisboa e o País (Real)," in *Obras Públicas no Estado Novo*, coord. Joana Brites e Luís Miguel Correia (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020).

178. "Parecer subsidiário das secções de Indústria (subsecção de Construção, vidro e cerâmica) e de Interesses de ordem Administrativa (subsecção de Obras públicas e comunicações) sobre o capítulo VIII (Habitação)," *Actas da Câmara Corporativa,* nº 82, VIII Legislatura (17 de novembro de 1964).

naturalmente uma carga ideológica associada, também se explica pela gestão financeira. Era, afinal, mais fácil prever investimentos em áreas com "retorno" - como as Casas Económicas, em que as transferências para o Fundo das Casas Económicas eram parcialmente recuperadas através do sistema de renda resolúvel - ou em que os fundos estavam já disponíveis ou, pelo menos, quase garantidos, como nas CRE, apoiadas no acumular de verbas disponíveis na Federação das Caixas de Previdência[179] que refletiam a sua parca ação efetiva no campo social. O investimento era assim, *desviado* dos programas com sistemas de renda mínima, como as CFP e as CP, que serviam realmente populações com rendimentos limitados e com reduzida possibilidade de aceder ao mercado habitacional privado, evitando sistemas de redistribuição que obrigariam a realocar fundos destinados a habitações de classe média.

No contexto das eleições para a Assembleia Nacional de 1965 e da abertura artificial à crítica e ao debate que precedia os escrutínios, um texto do Diário de Lisboa ia no mesmo sentido negativo, apontando não só as deficiências da oferta habitacional como as deficiências no real conhecimento da situação.

> *"Neste capítulo, como em tantos mais da vida portuguesa nos últimos quarenta anos, os primeiros factos a considerar são a carência de informação franca, a primasia das propagandas turiferárias sobre o estudo objectivo e corajoso, a ausência de um plano estruturado no escalonamento das soluções, a inexistência de uma política habitacional à escala da Nação e das realidades sociais e económicas (...) continuando a ignorar-se o dimensionamento objectivo das necessidades a atender prioritáriamente e, como já se faz em tantos, senão em quase todos os países da Europa, as bases de uma autêntica planificação na matéria à escala nacional"*

A propósito dos objetivos do Plano de Fomento, como indicámos, "implicitamente se reconhece que não foi definida ainda uma 'política habitacional'."[180] Fazendo uso das palavras de Raul da Silva Pereira, publicadas dois anos antes nos primeiros números da revista *Análise Social* (e recorrendo ao mesmo título), notava-se que a variedade de

179. "Uma outra circunstância é de assinalar: o avolumar constante dos capitais da Previdência, devido a estar-se na fase inicial do sistema, já que as contribuições excediam largamente os subsídios e pensões que eram pagos — capitais esses que careciam de aplicação, pois era dos respectivos juros que saíam as prestações aos beneficiários." Nuno Teotónio Pereira, "A Federação das Caixas de Previdência - 1947-1972," in Nuno Teotónio Pereira, *Escritos (1947-1996, selecção)* (Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1996), 207.

180. "A Problemática da Habitação," *Diário de Lisboa*, nº 15.396, ano 45 (26 de outubro de 1965): 1-2.

regimes legais de produção de habitação não tinha resultado numa solução visível para o problema. Afinal, mesmo dentro dos serviços do Estado, em 1960 já não havia dúvidas:

> *"o Serviço de Construção de Casas Económicas não tem por finalidade resolver o problema habitacional das famílias de modestos recursos que não dispõem sequer do que se possa considerar habitação. Constrói, sim, habitações num regime especial para permitir o acesso à sua propriedade."*[181]

Arantes e Oliveira merece certamente uma atenção que esta tese não lhe poderá dar; ainda assim, é um nome inevitável nesta história invertida que queremos contar. Listámos há algumas páginas os cargos que assumiu, e que são sempre próximos dos momentos transformativos desta história. Foi em 1938, o ano em que Duarte Pacheco regressou ao Ministério com vista à preparação dos Centenários, que Arantes e Oliveira chegou à direção dos Serviços de Urbanização da Câmara Municipal de Lisboa; foi já com Arantes e Oliveira no Ministério que foram lançados os Planos de Melhoramentos e de Novas Construções de Porto e Lisboa.

O período de mandato de Arantes e Oliveira é assim marcado por profundas transformações, não só no campo da habitação, nem apenas na área de ação do ministro. No rescaldo da conflituosa eleição presidencial de 1958, em que Humberto Delgado[182] ameaçou a estabilidade do regime e do poder de Salazar, muito estava posto em causa no regime. O discurso proferido por Salazar na sede da União Nacional a 1 de julho de 1958 é defensivo. Reconhecendo implicitamente a dimensão do movimento oposicionista, Salazar contrapõe-lhe a sua própria visão da impossibilidade da organização desse movimento dadas as diferentes correntes — "não se poder ser liberal e socialista ao mesmo tempo (...) não se pode ser monárquico e republicano," identificando o principal inimigo, os únicos com "uma doutrina, uma fé, métodos próprios de acção: são os comunistas."[183] Em 1958 os amigos internacionais são outros, mas o inimigo mantém-se, por conveniência; a prioridade é também identificada, o "assunto dos vencimentos e ordenados do funcionalismo civil e do pessoal militar."[184]

181. Carta do Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais ao Director-Adjunto da Empresa Editorial Eletrotécnica Edel, datada de 24 de setembro de 1960. "Vários assuntos respeitantes ao 'Estudo sobre Habitação'," SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGEMN:RSA CE-0039.

182. Humberto Delgado (1906-1965), como outras figuras da época, manifestou-se a favor do Estado Novo e dos regimes ditatoriais europeus nas décadas de 1930 e 1940, tendo-se progressivamente movido para a área da oposição, sendo assassinado em 1965 por uma brigada da PIDE.

183. António Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, vol. V - 1950-1958 (Coimbra: Coimbra Editora Lda., 1959), 490-91.

184. Ibid., 498.

De passagem, como habitualmente, as limitações de sempre, em que "um dos problemas mais prementes é o da habitação e também o da assistência na doença."[185]

Este discurso foi proferido duas semanas antes do pró-memória do bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes (1906-1989), que o levaria ao exílio no ano seguinte; Salazar sentiria já algum descontentamento no setor católico, transmutando o discurso em homilia durante alguns parágrafos e sugerindo a meditação em torno de parte da Paixão de Cristo. Para lá deste cerrar de fileiras, a habitação teria, como vimos, de esperar; deve destacar-se, ainda assim, a importância dada pelo ditador a dois grupos fundamentais para a sua própria continuidade, os militares e uma classe média de funcionários do regime, alvos essenciais da oferta habitacional de apoio público.

1958 foi então um ano de inversão nessa relação fundamental entre o regime e a Igreja Católica — também externamente, com um conflito crescente com o Vaticano, que se agravaria a partir da visita do papa Paulo VI a Bombaim em 1964; "A velha cumplicidade rompia-se."[186] 1958 é também o ano em que é regulada a participação das instituições de Previdência e das Casas do Povo na construção de habitações económicas (termo aqui usado na sua leitura mais lata e não especificamente referente às HE-FCP), através da Lei nº 2092, de 9 de abril. O Relatório da Proposta de Lei abre da forma habitual:

> *"a um aumento considerável e progressivo da procura [de habitações] não correspondeu a oferta em medida suficiente. As causas do seu agravamento, entre as quais avultam o aumento demográfico e o urbanismo, não puderam ser contrariadas por capitais privados que, em regra, procuraram outras formas de aplicação tidas como mais rendosas."*

Nesse final da década de 1950, a perspetiva ainda era quase *higienista*, apontando a saúde, as epidemias e o aumento da mortalidade como motivo para a necessidade de intervenção no campo habitacional. O alargamento das instituições com possibilidade de intervenção na habitação — a utilização de fundos da previdência na construção, especificamente, de Casas Económicas, já tinha sido ampliada em

185. Ibid., 499.

186. Fernando Rosas, *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar.* (Lisboa: tinta-da-china, 2012), 278-80.

1955, com o Decreto-Lei nº 40246, de 6 de julho — alocava fundos disponíveis em instituições de ação social limitada e que acumulavam fundos através de taxas aplicadas aos seus membros ou a transações comerciais. "Este método (...) permitiu acumular fundos avultados, que encheram os cofres das caixas sindicais (...) Durante décadas, os fundos retidos nas caixas contrastaram com os benefícios sociais realmente atribuídos."[187] Assim, sem aumentar a alocação de fundos do orçamento, o regime aumentava o âmbito de seleção de instituições que podia encaminhar para o investimento em casas económicas, situação que veio a refletir-se, dentro do PCE, na construção dos **BCE Vilarinha** [B48], **BCE Benfica** [B49], **BCE Queluz** [B52], **BCE Olivais Sul** [B60], **BCE Almada II** [B63], **BCE Oeiras** [B67] e **BCE Caldas da Rainha** [B69] em que se aplicaram "fundos da Previdência," embora a documentação que consultamos não tenha permitido identificar mais especificamente a origem desses fundos.

A intervenção de Arantes e Oliveira no PCE teve também um impacto profundo não tanto no *número,* mas essencialmente na *forma de fazer*. Identificamos, aliás, duas ações distintas. A primeira ação *é legal, com o Decreto-Lei nº 40*.552, de 12 março de 1956, que reconhecia que as classes previstas para as Casas Económicas (que na altura eram A, B, C e D) "não permit[iam] a atribuição dessas moradias às famílias de mais modestos recursos — precisamente aquelas que mais interessa proteger." Assim, era criada uma classe "a" para trabalhadores com remunerações mensais compreendidas entre 600 e 1400 escudos,[188] no mesmo momento em que se permitia que famílias com rendimentos superiores aos limites fixados, mas que tivessem mais de três filhos, tivessem acesso às Casas Económicas e se desse preferência às famílias com mais filhos. A segunda ação de Arantes e Oliveira foi a autorização da construção de casas económicas em *blocos*, ou seja, em altura. Embora esta segunda ação tenha tido um impacto muito mais relevante na imagem do PCE — ou, talvez, por isso mesmo —, foi feita de forma informal, que se deduz pela correspondência encontrada a propósito do tema. Uma carta datada de 1 de agosto de 1958 explicava a (então) exceção aplicada ao Bairro do Viso, no Porto, cujo projeto estava a ser desenvolvido por João Andresen.

187. Álvaro Garrido, *Cooperação e Solidariedade: Uma História da Economia Social* (Lisboa: tinta-da-china, 2016), 209.

188. O mesmo decreto estabelece o intervalo de rendimentos mensais familiares para cada classe: Classe A, entre 1200 e 2400 escudos; Classe B, entre 2200 e 3400 escudos; Classe C, entre 3000 e 4800 escudos, e Classe D, entre 4200 e 6000 escudos. Note-se que em 1962 o ordenado médio mensal em contexto industrial variava entre 1971 escudos na indústria da lã e outras fibras e os 6063 escudos na indústria da cerveja. Xavier Pintado, "Níveis e estruturas de salários comparados: os salários portugueses e os europeus," *Análise Social* V, nº 17 (Jan-Mar 1967 1967).

> *"(...) propoz-se a construção, para as famílias de mais modestos recursos, de alguns blocos de habitação, ainda em propriedade resolúvel, mas dentro do regime de propriedade horizontal (...) S. Ex.ª o Ministro das Obras Públicas aceitou esta proposta, em princípio e a título experimental, mas determinou que se ouvisse o Ministério das Corporações e Previdência Social, o qual informou continuar a preferir o sistema tradicional de casas económicas independentes."*[189]

Esta decisão representa, naturalmente, uma alteração assinalável na lógica do PCE, de tal forma que consideramos que esta data de 1956 representa o final de um Segundo Tempo das Casas Económicas, representado num novo vigor do programa, agora com um campo de ação e um público-alvo mais diversificados.

A referência ao regime de propriedade horizontal merece também alguma atenção, já que este tinha sido publicado pouco antes, em 1955, com o Decreto-Lei nº 40.333, de 14 de outubro. Margarida Acciaiuoli já analisou o impacto desta transformação e os sistemas que a antecederam, notando que, embora a propriedade horizontal já existisse legalmente por diversas provisões, estava numa situação legal algo ambígua que, de resto, Salazar já prometia resolver desde o final da década de 1940.[190] Para lá da ideologia, num regime de burocracias e burocratas a construção, pelo estado, de casas em propriedade própria em altura só era possível *havendo uma lei que o permitisse* — mas a ideologia esteve sempre lá, como refere Acciaiuoli, notando que Ferreira Deusdado, jurista que mobilizou esforços pela criação do regime, ouvira de um professor de Direito que o "temperamento dos portugueses não se harmonizava com a instituição da propriedade por andares." *Numa palavra, exige a casa*, repetindo a ideia de Salazar?

Nas notas de encontros de Arantes e Oliveira com Salazar,[191] uma sequência datada de 3 de dezembro de 1954 assume particular importância para esta história. Começa por querer identificar a opinião de Salazar quanto à continuidade do Decreto-Lei nº 35.602, de 17 de abril de 1946; note-se que este decreto-lei, então já com mais de oito anos, se referia ainda à construção de 4000 casas económicas em

189. Carta assinada por José Pena da Silva, Eng. Director dos Serviços, datada de 1 de agosto de 1958. SIPA, Forte de Sacavém, Cota PT-DGPC/SIPA DGEMN: DREMN — 1375/03.

190. Margarida Acciaiuoli, *Casas com Escritos: Uma História da Habitação em Lisboa* (Lisboa: Editorial Bizâncio, 2015), 583-91.

191. "Despachos com o Presidente do Conselho," Arquivo Histórico da Economia, cota PT/AHMOP/AO/02/01/58.

Lisboa, Porto, Coimbra e Almada determinada por outro Decreto-Lei, o nº33.278, de 24 de novembro de 1943. Ou seja, uma legislação com onze anos, o que é sintomático da velocidade a que as decisões eram tomadas e as ações concretizadas.

Mas o encontro terá tomado um caminho mais interessante, mais genérico, sobre a questão da habitação, o que leva Arantes e Oliveira a interrogar-se, sobre o ditador: "Anima-se a pensar no problema?" Estamos, relembre-se, em 1954, e a vontade é o "estabelecimento de um plano de construção de habitações em todo o país, p/ um período de uns 10 anos." Intenção antiga, a que Arantes e Oliveira quereria dar um novo impulso, anotando — ficando por saber se o terá transmitido a Salazar — que

> *"os resultados, no campo da habitação p/ as classes trabalhadoras, não são suficientes (...) quanto às chamadas casas p/ pobres (terminologia a mudar) também não se tem caminhado muito (...) não há dúvida que o problema persiste. É oportuno procurar atacá-lo? A dificuldade primária estará no financiamento. Depois haverá outras de ordem técnica, organização, etc... mas estas são estudáveis."*[192]

Terminologia a mudar. Cosmética de identificação, uma especialidade do Estado Novo, que Salazar testou — quando no pós-guerra o Secretariado da Propaganda Nacional passou a Secretariado Nacional de Informação — e que Caetano levou ao limite, o SNI passou a ser Secretaria de Estado de Informação e Turismo, e a polícia política passou de Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) a Direção-Geral de Segurança.[193]

O arquivo pessoal de Arantes e Oliveira, que doou ao Ministério e que se encontra à guarda do Arquivo Histórico da Economia, tem, como tantos arquivos com que nos cruzamos, um enorme potencial para estudos futuros. Se Duarte Pacheco apostando na eternidade, nada escrevia e pouco registava, Arantes e Oliveira seguiu a via oposta, colecionando notas, registos, papéis, recibos, cartões, postais, fotografias, cartas e recados que permitirão estabelecer uma cronologia dos seus mandatos

192. "Despachos com o Presidente do Conselho," Arquivo Histórico da Economia, cota PT/AHMOP/AO/02/01/58, f.60.

193. Alterações que não tiveram consequências de maior na organização do regime, reafirmando a estabilidade que já assinalamos. Luís Reis Torgal analisou essa "nova cosmética do regime" por ação de Marcello Caetano, "diluindo-se praticamente todas as veleidades no sentido de alterar, com alguma eficácia e profundidade, a estrutura" do regime. Luís Reis Torgal, *Estados Novos, Estado Novo: Ensaios de História Política e Cultural*, vol. 1 (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009), 342-43.

e das suas ações e opiniões.[194] Joana Brites já notou o "carácter meticuloso" na agregação de informação que permitiu, por exemplo, identificar uma "lista de profissionais formados em cada área desde o final do século XIX até à década de 1960" deduzindo "que o ministro subscrevia (também) a lógica da meritocracia no modo como lidava com os arquitectos."[195]

No caso desta tese, teremos de nos contentar com um exercício de *cherry picking* que lança pistas, ainda que as respostas nos possam vir a falhar. Enquanto diretor dos SUCML, Arantes e Oliveira participa em eventos da IFHP, nomeadamente viagens de estudo. Notamos uma visita a Liverpool no final da década de 1940 — no contexto do Congresso da IFHP em Hastings em 1946 - em que terá partilhado parte da viagem com a americana Catherine Bauer[196] (1905-1964), cujo livro *Modern Housing* (1934) analisara exemplos europeus de habitação plurifamiliar para encontrar lições a aplicar nos EUA. No mesmo ano de 1934, uma exposição do MOMA de New York, "Housing Exhibition of the City of New York" tinha lançado a discussão relativa à necessidade do investimento público na habitação.[197] Notamos assim como Arantes e Oliveira é um exemplo de um tecnocrata com uma vida ligada ao regime que procurou manter-se a par do desenvolvimento dos debates internacionais sobre construção e, particularmente, sobre a habitação.

194. Não podemos deixar de registar a comparação entre a postura destes dois políticos relativamente ao *arquivo* e o paralelismo estabelecido por Beatriz Colomina entre Adolf Loos e Le Corbusier, a propósito da modernidade enquanto "publicidade do privado." Beatriz Colomina, *Privacy and Publicity: Modern Architecture as Mass Media* (Cambridge: The MIT Press, 1996 [1994]).

195. Joana Brites, *O Capital da Arquitectura, Estado Novo, Arquitectos e Caixa Geral de Depósitos 1929-1970* (Prosafeita, 2014), 146-47.

196. Catherine Bauer (1905-1964), com formação em Arquitetura, colaborou com Lewis Mumford a partir dos anos de 1920, tendo desenvolvido atividade como ativista de melhores condições habitacionais para populações mais desfavorecidas e estudado em diversos momentos os exemplos de arquitetura habitacional europeia e procurado a sua divulgação no contexto americano na década de 1930. A partir da publicação do Housing Act de 1937, relativo ao financiamento público de iniciativas habitacionais, de que foi a principal autora, tornou-se Diretora da United States Housing Authority, entidade gestora desse financiamento.

197. A exposição incluía a remontagem de um apartamento recentemente demolido para demonstrar as condições habitacionais de parte da população da cidade: "a three-room flat lifted almost intact, furniture and all, from an old-law tenement house recently demolished. The entire lenght of the three-room flat is twenty-eight feet and its width thirteen feet! Only one room has windows on an outside court. A single window in each of the other rooms opens on a dark, airless shaft. In this actual apartment, known as a "dumb-bell" because of its shape, eight persons lived until recently." The Museum of Modern Art, "For Release Thursday, October 11, 1934" (MOMA: New York, 1934).

1.5. DE 1956 A 1938, HERANÇAS E AÇÕES DE DUARTE PACHECO

1956 é então, como vimos, e possivelmente por ação de Arantes e Oliveira, um ponto de transformação no PCE em termos *qualitativos* e *quantitativos*, com o alargamento do público-alvo e a autorização para a construção em altura.

Como indicamos antes, um dos objetivos desta *inversão temporal* no contar da história que estamos a montar é um esforço de desmistificação de certos aspetos do Estado Novo que, porque corresponderam ao seu período *épico*, foram alvo de mais divulgação, mais atenção e mais estudos. A questão da propaganda política é um dos que mais leituras gerou, e a predominância da figura de António Ferro nessa história é paradigmática; mas se o seu papel é inegável, também é verdade que o regime durou mais tempo sem Ferro do que com ele, e a propaganda não desapareceu. Ter-se-á tornado talvez mais sub-reptícia, como várias linhas de investigação recentes têm revelado. O bloco temporal em causa neste ponto inclui esta não tão subtil transição interna do regime, em que a corrente mais crente numa postura económica baseada no crescimento industrial e na integração internacional assumiu uma posição dominante. Essa corrente sempre existiu, mas manteve-se equiparada a outras no período em que Salazar e o seu círculo próximo mais procuraram o equilíbrio entre fações internas. No contexto de transição entre a 2ª Guerra Mundial e a Guerra Fria, a abertura internacional foi uma necessidade e uma conveniência para o Estado Novo.

Não é coincidência que ocorram neste bloco temporal intermédio do Estado Novo dois momentos de aparente *união de classe* entre os arquitetos que têm marcado a historiografia da arquitetura portuguesa do século XX: o Inquérito à Arquitectura Popular, iniciado em 1951, e o I Congresso Nacional dos Arquitectos, em 1948. Embora tradicionalmente enquadrados como momentos de reação profissional às imposições do regime, estes momentos configuram uma consequência das alterações no equilíbrio de forças internas do regime. Há em ambos os momentos posições desafiadoras em relação, principalmente, ao controlo estabelecido pelo regime, na perspetiva dos arquitetos, em relação à imagem arquitetónica.

O caso do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal, no entanto, parece constituir um comprovativo da ausência de uma linha formal clara dentro do regime. Entre o patrocinador e os executantes do Inquérito havia uma clara diferença de objetivos na iniciativa — o primeiro procurava demonstrar a existência de valores *nacionais e perenes*, os segundos procuravam demonstrar uma multiplicidade de realidades, positivas e negativas, sendo que estas últimas teriam de ficar subentendidas para que o Inquérito passasse o crivo da censura. O Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal refletiu, entre os arquitetos, uma intenção antiga de *regresso crítico* à arquitetura popular, lançada por Fernando Távora com o texto "O Problema da Casa Portuguesa," de 1945, em que defendia um estudo crítico da construção tradicional em Portugal, identificando o que esta tinha de mais racional e pragmático, ou seja, *moderno*. Procurava-se assim combater o recurso aos elementos de construção tradicional como *catálogo de objetos* para atingir um tipo específico de pitoresco ruralista de cariz supostamente nacional, passando a um novo olhar para a construção tradicional como exemplo de uma resposta empírica e lógica às condições do local, de vida — ao *contexto*.

Nesta lógica, houvesse a visão ruralista-nacionalista sido uma visão unívoca e constante no Estado Novo, o Inquérito poderia ter representado um encontro improvável de vontades, entre uma visão epidérmica da construção tradicional por parte do regime e uma reinterpretação moderna de lições da casa tradicional por parte dos projetistas para chegar, não a um acordo, mas a uma solução de compromisso entre cliente e fornecedor de serviços, cada um com os seus interesses. Se o regime quisesse impor essa *imagem*, essa pesquisa, que teve uma influência clara no desenvolvimento da arquitetura portuguesa na década de 1950, seria um ponto de encontro involuntário entre partes mais ou menos desavindas; no entanto, como veremos na Parte 3, no caso das Casas Económicas, quando houve a oportunidade de aplicar, no final da década de 1950, uma solução (neo) *realista* com referências à arquitetura tradicional, o regime optou antes por uma solução-tipo de imagem "Carta de Atenas," do bloco isolado num espaço "verde."

A arquitetura portuguesa desenvolveu-se no século XX em caminhos variados e o Inquérito tornou mais clara a separação entre algumas linhas de desenvolvimento da profissão que terão impacto generalizado no projeto, e também especificamente no projeto habitacional. Um desses caminhos é essa reinterpretação de elementos de construção tradicional, tornados abstratos e assim passíveis de integração numa arquitetura de feição assumidamente Moderna. Outro dos caminhos que o Inquérito aproveitou foi uma aproximação a princípios de interpretação sociológica, com um estudo dos agregados familiares, de hábitos e de necessidades espaciais; essa aproximação representa uma evolução clara relativamente à perceção exclusivamente *funcionalista* da habitação e contaminará o desenvolvimento da habitação programada com apoio do estado. No entanto, não se pode dizer que, formalmente, o Inquérito e as transformações na prática de projeto que lhe são contemporâneas contaminem o PCE.

A propósito da integração da leitura sociológica ao planeamento da provisão de habitação, devemos destacar a ação da Direção-Geral da Previdência e Habitação Económica (DGPHE), criada pelo Decreto-Lei nº 37.244, de 27 de dezembro de 1948. Criada inicialmente no INTP, transitando depois para a tutela direta do Ministério das Corporações e Previdência Social após a criação deste em 1950, a DGPHE foi refletindo, discretamente, uma evolução e densificação da análise técnica do problema habitacional no interior do regime. Embora com frequência essa análise fosse superficial, burocrática, e tecnocrática, a progressiva transformação dos serviços da DGPHE, que transitariam em 1969 para o FFH, criaram as bases para uma mais completa leitura da questão do fornecimento de habitação pelo estado.

A título de exemplo, indicamos o Decreto-Lei nº 39.978, de 20 de dezembro de 1954, que regulava o redimensionamento das Casas Económicas a construir a partir desse momento, criando um "Tipo 4," com quatro quartos na Classe A e cinco quartos nas restantes, destinado a famílias mais numerosas para quem o máximo de três quartos previsto até então era insuficiente. Por entre as disposições desse Decreto-Lei, o artigo 3º passa a prever a realização de inquéritos

nos locais em que se pretenda a construção de Casas Económicas, com vista à análise e quantificação das reais necessidades habitacionais. Este artigo viria a dar origem ao Serviço de Inquéritos Habitacionais da DGHPE, que até à criação do FFH iria desenvolver estudos sobre a oferta habitacional dos locais em análise, incluindo, em determinados casos, uma análise da oferta habitacional de iniciativa privada. Até esse momento, esse tipo de estudos estava limitado a levantamentos menos técnicos e mais empíricos, realizados pelas Câmaras Municipais, que eram, do que nos é dado perceber pela documentação consultada, mais ingénuos e, simultaneamente, mais independentes numa aceção da realidade habitacional do país. Ainda assim, é de destacar a evolução técnica da leitura do tema, certamente influenciada pelo conhecimento de outras realidades, através da aquisição de bibliografia técnica e da participação em encontros e congressos internacionais.

A legislação de Casas Económicas era já, no início da década de 1950, bastante extensa e com ramificações complexas. Embora não caiba no âmbito dessa tese uma leitura demasiado específica dessas ramificações legais, devemos notar a publicação, já referida, por Cachulo da Trindade, de uma súmula de legislação relativa a habitação programada em 1951, com destaque para as Casas Económicas. Para além da legislação em si, Cachulo da Trindade anexa-lhe pareceres que foram complementando e esclarecendo os muitos fatores dúbios que foram marcando a organização do programa. Esses fatores reforçam a ideia de um regime preso à sua própria estrutura legal, procurando legislar tudo sem deixar de ser ambíguo o suficiente para se permitir as exceções necessárias ao contentamento de determinado público-alvo.

Entre as clarificações recolhidas por Cachulo da Trindade, devemos notar a de "chefe de família" — que Mota Veiga, em 1946, enquanto Diretor-geral do INTP (viria a ocupar o cargo de SSECPS e de Ministro de Estado e da Presidência do Conselho, como vimos), faz remeter para o decreto-lei que institui o casal de família — "cidadãos portugueses, de um ou doutro sexo, no pleno exercício dos seus direitos civis que sejam casados ou que, embora o não sejam, tenham a seu cargo a sustentação de um ou mais descendentes, irmãos ou descendentes destes."[198] Esse esclarecimento alargou, efetivamente,

198. Trindade, *Casas Económicas, Casas de Renda Económica, Casas de Renda Limitada, Casas para Família Pobres: Legislação Anotada*, 15.

o âmbito de seleção dos concursos de Casas Económicas, que até àquele momento excluíam solteiros.

A leitura do levantamento de Cachulo da Trindade permite identificar um aspeto digno de nota, o choque entre a legislação geral e as leis específicas das Casas Económicas. Por exemplo, um acórdão da Relação de Lisboa de 1947 impediu a transmissão da casa, por morte casual, ao beneficiário indicado no contrato de aquisição, antes sujeitando essa transmissão "às regras gerais do direito." Este aspeto revela, simultaneamente, a complexidade da malha legislativa do regime e a sobreposição da letra da lei às vontades de instituições do estado. Mesmo em questões mais ambíguas, produziram-se instruções de referência, como quando o Supremo Tribunal Administrativo, em 1949, indicou que "as desavenças familiares não justificam, só por si, a sanção da cláusula 11ª do contrato de aquisição"[199] [relativa ao "bom comportamento"].

Por volta de 1950, embora para os técnicos ligados ao tema da habitação o contacto com o exterior fosse já considerado fulcral desde o início da década de 1930, e depois de anos a investir numa imagem para dentro, e certamente muito por culpa do contexto do pós-2ª Guerra Mundial, o regime preocupou-se mais ainda com a imagem para fora. Vasco Ribeiro nota a importância da contratação no início da década de 1950, da George Peabody and Associates, uma empresa de relações públicas de Nova Iorque, que também manteve correspondência com Pedro Teotónio Pereira, entre outras figuras de topo do regime. O objetivo era claro: "colocar Portugal e o seu regime sob uma luz favorável da opinião pública norte-americana."[200] O produto já não era Salazar enquanto personagem mítica mas sim o país enquanto centro turístico e cultural, vendendo agora mais os resultados da ação do regime na transformação de Portugal do que a figura do seu Chefe de Estado. Salazar continuava, ainda assim, a ser vendido como salvador da pátria, procurando talvez contrariar a má imagem criada pela investigação da Time que resultou na capa da "maçã com bicho"[201] que levou à proibição da venda da revista em Portugal (Fig. 7).

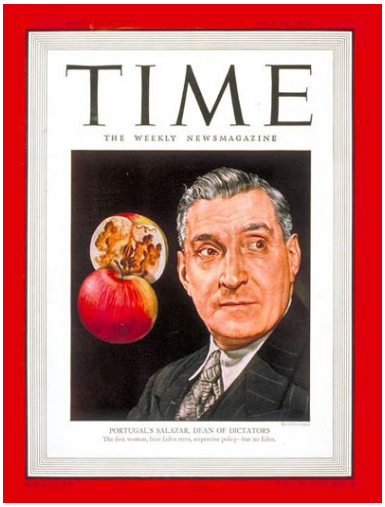

Fig. 7. Capa da revista *Time* de 22 de julho de 1946. [https://content.time.com/time/covers/0,16641,19460722,00.html (acedido em janeiro de 2023)]

199. Ibid., 61.

200. Vasco Ribeiro, "A empresa de relações públicas norte-americana contratada por Salazar (1951-1962) — A estreia da ditadura no modelo assimétrico bidirecional no período pós-António Ferro," *Media & Jornalismo* 18, 2, nº 33 (2018): 160.

201. "Behind this glossy exterior of success, decay eats away at Portugal. Financial Wizard Salazar has not balanced the budgets of Portuguese families. Food prices have nearly doubled since 1939. One typical family with a monthly income of 1,200 escudos in May paid out 1,663 escudos for rent, food, clothing, water and light. Strictly controlled wages lag far behind. Government workers, especially important to a dictatorship, got a 25% increase in 1944 to meet a 112% rise in the retail price index." *Time*, Vol. XLVIII, nº 4 (22 de julho de 1946).

O período do pós-2ª Guerra obrigou então o regime a ir apagando António Ferro e as suas ideias, alterando a lógica da construção da imagem que transmitia para o interior e para o exterior. Os anticorpos relativamente a Ferro (que terão sempre existido…) são reforçados pela necessidade de encontrar novas formas de melhorar a imagem do país e do Estado Novo. As críticas eram transmitidas diretamente a Salazar, como numa carta de Pedro Teotónio Pereira, de 8 de março de 1948, onde notava que o Boletim do SNI "est[ava] outra vez a resvalar para o estilo de auto-louvor que convém evitar a todo a custo"[202] e sugere a vontade de editar o mesmo Boletim em língua inglesa.

A par deste virar para fora da propaganda do Estado Novo está, inevitavelmente, a questão do financiamento internacional, outro aspeto que a historiografia *self-made* do Estado Novo foi conseguindo apagar, para criar o mito de uma total independência das "potências" e das "democracias." Como nota Rui Ramos, "a prioridade das democracias não foi a extinção de ditaduras conservadoras,"[203] pelo que o regime conseguiu um novo fôlego com a adesão às Nações Unidas, em 1955, à Organização do Tratado do Atlântico Norte, em 1949 e à Organização Europeia de Cooperação Económica, em 1948 — já não tão "orgulhosamente sós." Maria Fernanda Rollo assinalou a mudança de rumo: "entre Setembro de 1947 e Setembro de 1948, o Governo português efectuou aquela que consideramos ser uma das mais importantes (e agora evidente) inversões de política externa levada a cabo durante a vigência do Estado Novo, alterando no espaço de um ano a sua posição face ao auxílio financeiro Marshall."

Depois da rejeição do apoio numa primeira fase, com anúncio destacado de que esse apoio era desnecessário, uma série de fatores encaminhou o regime para a solicitação do mesmo apoio — "a deterioração da situação económica e cambial," uma sobreavaliação da "capacidade produtiva portuguesa" no contexto de um processo de industrialização recente, e os efeitos de uma crise internacional. O esforço da diplomacia, ainda assim, "conseguiu manter incólumes os pilares em que continuou a fundamentar-se a política externa portuguesa," nomeadamente a questão colonial. [204] Note-se que embora o apoio se tivesse focado na industrialização e modernização agrícola, algum do apoio foi orientado

202. João Miguel Almeida, *António Oliveira Salazar, Pedro Teotónio Pereira: Correspondência Política 1945-1968* (Temas e Debates, 2008), 344.

203. Rui Ramos, *História de Portugal* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2010 [2009]).

204. Fernanda Rollo, *Portugal e o Plano Marshall* (Lisboa: Editorial Estampa, 1994), 296-97.

para áreas do interesse do setor da construção, nomeadamente o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e a DGSU.[205]

1948 é, também, o ano em que se associa às comemorações dos 15 anos do Estado Novo a celebração da política de obras públicas de que Duarte Pacheco tinha sido o expoente máximo, merecendo até uma homenagem particular na Exposição de Obras Públicas que esteve patente no Instituto Superior Técnico, em Lisboa. Nessa exposição, coordenada por Jorge Segurado, a DGEMN esteve representada no setor dedicado ao "problema da habitação," a par da DGSU e CML, com coordenação de Alberto Saraiva e Sousa (1912-2013) e decoração de Frederico George (1915-1994). "Num período definido por crises internas e pela necessidade de posicionar favoravelmente o Estado Novo no cenário internacional," Ana Mehnert Pascoal identifica na exposição "um papel político inequívoco" para "que a sociedade se relacionasse com as instituições detentoras do poder e entendesse o progresso material como um feito coletivo nacional."[206] A par da Exposição, e por iniciativa do Ministro — embora as pequenas histórias desta questão tornem essa atribuição dúbia — são organizados Congressos Nacionais de Engenheiros e Arquitetos; no caso destes últimos, seria a primeira vez em que se reunia a classe.

Nuno Portas caracterizou o Congresso de 1948 como um "momento capital da 'resistência' arquitectónica em que, pela primeira vez, são os problemas do contexto social e económico da produção da arquitectura que tomam o primeiro plano" e destacou o Inquérito "que visava em 56 desmistificar o alegado 'estilo tradicional português'."[207] A mitificação do Congresso foi-se esbatendo com o tempo, e abordagens mais recentes, sem pôr em causa a importância do momento, integram-no já num contexto mais alargado de renovação no pós-2ª Guerra Mundial, da inevitável industrialização e atualização do regime perante a pressão resultante da vitória das democracias. José António Bandeirinha nota "as ridículas exigências de ordem estilística que, salvo honrosas exceções, as instituições oficiais cada vez mais faziam, bem como, e não menos importante, a ratificação dessas imposições pela opinião pública dominante."[208]

205. Ver Quadro 18, "Aproveitamento da ajuda Marshall," ibid.

206. Ana Mehnert Pascoal, "Encenação do Estado Novo na exposição Quinze Anos de Obras Públicas (Lisboa, 1948)," *MIDAS - Museus e estudos interdisciplinares* nº 12 (2020).

207. Portas, "A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: Uma Interpretação."

208. José António Bandeirinha, "O Congresso de 1948. Tudo o Que É Sólido, Um Século Depois.," *Revelar o Património. Coleção Forte de Sacavém. 1º Congresso Nacional de Arquitectura 1948-2018*, nº 1 (2019).

Sobre o Congresso já muito foi escrito, sendo genericamente apontado como um ponto de viragem na forma como a classe encarava o que seriam as orientações do regime e como o regime encarava a profissão. Já vimos, com a releitura de algumas das comunicações, como o Congresso abordou a questão específica da habitação programada, ou do papel do Estado na provisão de habitação.

A apresentação no Congresso dos projetos de Casas de Renda Económica de Miguel Jacobetty, e a visita às obras do Bairro de Alvalade, demonstram alguma da disparidade entre a mensagem transmitida por alguns grupos participantes no Congresso e o que estava efetivamente em marcha no terreno. O projeto de Jacobetty,[209] estudado segundo o sistema delineado por Alexander Klein-embora através da interpretação de Griffini-, foi a primeira concretização do Programa das Casas de Renda Económica, e demonstra que a solução da habitação plurifamiliar não parecia ser, já, tão *abominável*. Além disso, a aplicação das teorias de Alexander Klein, demonstra, mais pela abordagem projetual do que pelo resultado formal, um assinalável conhecimento e utilização de ferramentas modernas de projeto.

Se "o urbanismo parecia tomar uma definitiva importância na consciência de classe,"[210] isso também se explica com a mais de meia centena de arquitetos (vários com comunicações no Congresso) que em 1948 tinham Projetos de Urbanização a seu cargo.[211] Mas a *consciência de classe* talvez seja a maior novidade no congresso, mais do que o urbanismo; a Carta de Atenas, tão velha quanto o regime, foi recorrentemente citada um ano depois das primeiras críticas de Van Eyck no CIAM VI em Bridgewater. Só uma análise de projetos pode revelar se as origens da transformação na atitude de projeto - e aí, reconhecemos, as Casas Económicas não serão o melhor caso de estudo, ainda que possam contribuir para a discussão - "lie in the Congress or if the latter was primarily a vehicle for the expansion and awareness of a transformation that had been underway since the end of the Second World War"[212]

O período do pós-2ª Guerra Mundial foi marcado na Europa pelo esforço de reconstrução, que foi associado a uma aceleração do

209. Por altura da apresentação no Congresso o projeto tinha já sido publicado na Revista Municipal de Lisboa.

210. Ana Tostões, "O Congresso e "Os Verdes Anos" Cinquenta," *Revelar o Património. Coleção Forte de Sacavém. 1º Congresso Nacional de Arquitectura 1948-2018*, nº 1 (2019).

211. Ver Anexo II, "Relação dos Urbanistas com Indicação das Localidades que Tinham a seu Cargo em 1948." Lôbo, *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco.*

212. Joana Brites, "The New State, Architecture and Modernism," in *Hidden in Plain Sight: Politics and Design in State-Subsidized Residential Architecture*, coord. Rui Jorge Garcia Ramos et al. (Zurich: Park Books, 2021).

investimento industrial, muito por culpa do apoio dos EUA, através do Plano Marshall e de formações diversas. Como indica Fernanda Rollo, "os diversos 'planos' elaborados pelos governos europeus apresentavam uma grande semelhança," com um foco na "reorganização das infra-estruturas agrícolas e industriais e um acréscimo da produção." No caso português, embora o país não estivesse diretamente envolvido no esforço bélico, as implicações económicas fizeram-se sentir, até ao ponto do racionamento de produtos alimentares e de combustíveis. Ainda assim, "durante os anos da Guerra, Portugal viu aumentar (...) o saldo da sua balança comercial, devido, sobretudo, à exportação de produtos anormalmente valorizados," resultando daí que no final do conflito "Portugal dispusesse de uma reserva excepcional de ouro e divisas (...) uma situação financeira extremamente desafogada quer a nível das contas do Estado, quer a nível das entidades privadas."[213] O contexto certo para uma inversão no pensamento económico, que se reorientou para políticas de industrialização e eletrificação, muito por ação de José Ferreira Dias (1900-1966), engenheiro ligado às infraestruturas hidráulicas e elétricas que manteve sempre uma postura crítica em relação às políticas de condicionamento industrial, nomeadamente através do seu livro *Linha de Rumo*, de 1945. Diretor dos Serviços Elétricos a partir de 1931, Presidente da Junta de Eletrificação Nacional desde 1936, chegando ao governo em 1940, Ferreira Dias manteve uma ação preponderante no campo da atualização técnica, através das leis 2002 e 2005, ambas de 1945, respetivamente da Eletrificação e do Fomento e Reorganização Industrial, ação essa que veio a ser facilitada pelo referido contexto do pós-guerra.

Fernando Rosas identifica no contexto da chamada ao governo de Ferreira Dias o período em que "pela primeira vez, o Estado Novo vai definir uma política industrial coerente," com duas preocupações principais: a normalidade da produção e a estabilização dos preços, substituindo, sempre que possível, as importações; e partir desse objetivo, partir para a "reorganização industrial" do país, incluindo uma liberalização parcial do regime de condicionamento industrial para os bens de maior consumo. Para Fernando Rosas, as duas leis de

213. Rollo, *Portugal e o Plano Marshall*.

Ferreira Dias são "a expressão do vencimento — ao menos no plano das opções políticas teóricas — da estratégia industrialista de aproveitar as condições de guerra para um arranque industrial." Esta estratégia não foi suficiente, no entanto, para em qualquer momento quebrar o "autoritarismo intervencionista do Estado. Uma modernização industrial idealizada não no quadro fundamental do liberalismo económico, do funcionamento basicamente livre das leis do mercado, mas como expressão da vontade disciplinadora e organizadora do Estado sobre o mercado e os agentes económicos," tornando a reorganização um efetivo "processo de concentração tendencialmente monopolista da exploração dos principais sectores industriais."[214]

Tudo isto se passou depois da morte do *técnico* Duarte Pacheco, em 1943, reduzindo a tração de uma política de obras públicas que renovou estradas e lançou a infraestruturação do país, mas que foi desenvolvida em paralelo com uma visão conservadora e *cristalizada* de um país cujo governo dependia também do contentamento do mundo agrícola. Iniciativas de modernização agrícola chocaram nos interesses e conservadorismo dos proprietários. Nos primeiros anos do regime

> *"os latifundiários contestaram qualquer esboço de reforma agrária com a virulência da propriedade, alertando contra o 'vírus bolche' (...) Os proprietários agrícolas tinham um poder político considerável, (...) estavam no Governo, no partido da ditadura e, sobretudo, contavam para a decisão e os equilíbrios que Salazar geria com cuidado. Por isso multiplicavam os avisos, sempre políticos: o regime dependeria dessa ruralidade submissa. (...) Desde que tudo se mantivesse na mesma, uma mudança seria aceitável."*[215]

O grande, e talvez o último, exemplo desta dualidade política que o regime procurou equilibrar até ao pós-guerra foi simultaneamente auge estético e político e canto de cisne desse equilíbrio instável. A Exposição do Mundo Português, em Lisboa em 1940, celebrando em simultâneo oito séculos de país e três séculos de independência de Espanha, foi desenhada para dentro e para fora, e associada a uma série de obras de melhoramento que incluíam acessos nacionais,

214. Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, coord. José Mattoso, vol. VII, História de Portugal, (Círculo de Leitores, 1994), 339-41.

215. Louçã, "A Jaula Oligárquica: A Modernização Conservadora ao Longo do Século XX," 145-46.

rodoviários, e internacionais, por via marítima e aérea, à capital, e uma rede de equipamentos turísticos. Com Cottinelli Telmo (1897-1948) como comissário-geral, a efemeridade do evento, preenchido por pavilhões temporários, permitiu-lhe a espaços uma modernidade específica, *classicizante* mas de linhas retas e depuradas, muito marcadas pela influência do racionalismo italiano — regressaremos a este tipo de classicismo no ponto final deste capítulo. Da Exposição, retiramos alguns pontos que nos parecem particularmente pertinentes nesta análise da visão que o regime tinha do que podia ser a imagem

Fig. 8. Padrão dos Descobrimentos (Cottineli Telmo) e Edifício do Espelho d'Água (António Lino), Exposição do Mundo Português, Lisboa, 1940. Fotografia Mário Novais. [Fundação Calouste Gulbenkian - Biblioteca de Arte. CFT178 061.ic]

Fig. 9. Casa de Santo António (Arq. Vasco Regaleira), Exposição do Mundo Português, Lisboa, 1940. Fotografia Estúdio Horácio Novais. [Fundação Calouste Gulbenkian - Biblioteca de Arte. CFT164.190498]

da nacionalidade, refletida na arquitetura. Desde logo, a dualidade entre duas mitificações, entre os pavilhões de linhas geométricas — a imagem do Portugal heróico, nação imperial — e o Núcleo das Aldeias Portuguesas — representação do Portugal rural, espírito original da nação. Veja-se a oposição entre o Edifício do Espelho d'Água, de António Lino (1914-1996) (Fig. 8), por oposição à "Casa de Santo António," que Vasco Regaleira (1897-1968), projetista do **BCE Portalegre** [B45], desenhou para a Exposição (Fig. 9). Simultaneamente, notamos as várias escalas de leitura de *nacionalização do desenho*, entre a estilização de elementos decorativos e a justaposição, ou pastiche, estilística — diferentes níveis de entendimento da utilização possível desses elementos tidos como característicos portugueses.

Para Rui Pereira, "a experiência espácio-temporal do recinto permite ao visitante auferir uma viagem pelo tempo e pelo espaço, proporcionando a associação de uma 'imagética' — que 'privilegia uma leitura acessível e imediata, facilitando a apreensão dos dogmas oficiais' — com uma compreensão, também imediata, de diversos domínios do globo."[216] Facilidade de assimilação, mas com o estabelecimento de uma linha de intenção comum, graças ao domínio do *realizador* Cottinelli. A Exposição foi também associada, deve notar-se, a um alargamento da oferta de habitação programada, com a criação do Programa das Casas Desmontáveis no contexto do arranque das preparações das celebrações dos Centenários. Esse aumento da oferta, numa resposta de *emergência*, perante a necessidade de realojar populações desalojadas pelas iniciativas de embelezamento da capital, refletiu o papel renovado de Duarte Pacheco como ministro.

A saída e o regresso de Duarte Pacheco à pasta das Obras Públicas e Comunicações não foram, do que nos é dado perceber, alvo de grandes explicações. "Por pressões várias"[217] terá saído, por pressão idêntica terá regressado; convidado "quando Oliveira Salazar reforça os seus poderes" em 1938 — uma década depois de o próprio Duarte Pacheco ter ido a Coimbra convencer Salazar a assumir a pasta das Finanças — "retoma o lugar, com poderes ampliados (...) e reforçados pelo apoio explícito que publicamente lhe é manifestado pelo Presidente do Conselho, que lhe aponta um amplo programa de melhoramentos para

216. Rui Pereira, "O culto da nação: a Exposição do Mundo Português e a formalização do discurso ideológico do Estado Novo," in *A Conquista Social do Território: Arquitetura e Corporativismo no Estado Novo Português*, coord. Fátima Moura Ferreira, Francisco Azevedo Mendes, e Natália Pereira (Coimbra: Edições Tenadas, 2016), 227.

217. Maria da Assunção Júdice Moreira, coord., *Evocar Duarte Pacheco no Cinquentenário da Sua Morte, 1943-1993* (Lisboa: Gabinetes de Estudos Olisiponenses, 1993).

a Capital."[218] A 25 de maio de 1938 Duarte Pacheco regressa ao Ministério, e a 12 de agosto é publicado o Decreto-Lei nº 28.912 que opera uma transformação profunda no PCE e na intervenção pública na habitação.

O texto desse Decreto-Lei nº 28.912 merece uma análise. Relembrando o decreto original das Casas Económicas, o Programa — que contava então com pouco mais de mil habitações construídas - foi então no texto do novo Decreto-Lei reduzido a "uma primeira experiência da orientação definida;" afinal, dos 110 mil contos orçamentados tinham-se executado pouco mais de 20 mil. "Quis o Govêrno, como é sua norma, antes de se abalançar a uma larga acção nessa obra de interêsse nacional, colhêr os resultados da experiência, para apreciar com rigor os méritos do sistema." Ou seja, justifica-se a limitação da ação das Casas Económicas até àquele momento com a intenção de estudar a questão. Note-se o que cremos ser uma referência subtil ao Bloco do Saldanha,[219] onde "prossegu[ia] ainda, por iniciativa da Câmara Municipal do Porto, a experiência de outro sistema baseado numa concepção diferente."

> *"Estão satisfeitíssimos os moradores-adquirentes e suas famílias; está inteiramente satisfeito o Govêrno (...) Os factos confirmam que a casa económica portuguesa constitue um excelente instrumento de defesa da instituição familiar e de conservação da ordem social existente (...) Continua assim o Govêrno a afastar-se de outras soluções seguidas em alguns países, na resolução do problema da habitação. O que interessa é resolver o nosso problema e não o de outros países; e isso tem ser feito por nós e* para nós."

Notando genericamente que "alguns grandes países (...) recentemente mudaram de caminho" para soluções mais próximas da portuguesa, aponta-se a necessidade de

> *"dar abrigo aceitável, em pequenas casas higiénicas de construção precária, a grande número de pessoas que nos grandes centros vivem em condições arripiantes e que não podem ainda aspirar à sua casa económica. Mas pondera-se que êsse não é o caminho a seguir com carácter definitivo"*

218. Lôbo, *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*, 37.

219. Marta Rocha Moreira, Eliseu Gonçalves, e Sérgio Dias Silva, coords., *Cadernos de Habitação*, vol. 2 - "Bloco Duque de Saldanha" (Porto: Universidade do Porto - Faculdade de Arquitectura, 2019).

Anuncia-se então o que seria o primeiro programa habitacional ativo no Estado Novo pós-CE, as Casas Desmontáveis; embora desde o ano anterior, 1937, as Casas de Pescadores já tivessem nas suas atribuições a construção de habitações para os seus sócios, apenas na década de 1940 avançariam com construções. Antes, então, e muito rapidamente, o Programa das Casas Desmontáveis passou do papel à realidade. A propósito das Casas Desmontáveis, a informação disponível é reduzida, como já tivemos a oportunidade de escrever.[220] Um relatório relativo à assistência social prestada no Bairro de Casas Desmontáveis da Quinta da Calçada,[221] identifica esse bairro e o da Boavista, do mesmo programa, como substituição de bairros de construção precária existentes em Lisboa, o Bairro da Bélgica e o Bairro de Monsanto. Alguns elementos contidos nesse relatório indicam não só alguma informação que o tempo apagou — como o facto de as casas terem sido pintadas com as cores verde, azul, e encarnada, de acordo com o tipo de casa — como uma postura muito clara de um simultâneo paternalismo e preconceito relativo às populações a alojar.

O relatório indica-nos a construção "em obediência ao critério de reduzir ao mínimo o contacto com os vizinhos," e em relação ao processo de seleção (que se presume limitado às famílias dos bairros demolidos), é dito que "a situação moral de algumas [famílias] era tam grave e escandalosa que se julgou mais prudente não as admitir." Além disso,

> *"algumas famílias recusaram-se a habitar o novo bairro e outras abandonaram as barracas para regressarem à sua terra natal. Uma grande parte desta gente não via com bons olhos a sua transferência, pois corriam boatos de que, no novo bairro, seriam submetidos a uma disciplina férrea e nem sequer teriam liberdade de entrar e sair quando lhes apetecesse."*[222]

Entretanto, aproveita-se para passar para o município a responsabilidade de manter a "política que vem realizando do embaratecimento de transportes para as massas operárias, generalizando-a a todos os moradores dos bairros económicos, e tanto mais acentuadamente quanto mais longe do centro da cidade ficarem localizados." Sendo este decreto-lei emitido diretamente do gabinete do Ministro, não deixa

220. Ver Virgílio Borges Pereira et al., "Casas económicas e casas desmontáveis: Génese, estruturação e transformação dos primeiros programas habitacionais do Estado Novo," in *Habitação: Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal 1918-2018*, coord. Ricardo Agarez (Lisboa: IHRU, 2018).

221. Eugénia Magalhães, *Bairro da Quinta da Calçada (Relatório)* (Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1941).

222. Ibid., 15-16.

de ser curioso que o Ministro Duarte Pacheco registe o problema dos transportes para os habitantes dos bairros e relembre o Presidente da Câmara Duarte Pacheco[223] da necessidade de lhe dar resposta.

A par das Casas Desmontáveis, dá-se um novo impulso às Casas Económicas, com a construção de 2 mil casas em Lisboa até 1940, com uma orientação formal:

> *"abandona-se a orientação inicialmente seguida de, para a classe A, se construírem casas térreas, dado o aspecto de pobreza que, apesar de tudo, apresentam e que constitue nota discordante desagradável à vista do citadino, habituado a viver num meio de edificações de altura elevada. Todas as moradias, tanto as da classe A como as da classe B, passam a ter dois pavimentos."*[224]

A transformação gerada por esta frase do Decreto-Lei nº 28.912 no PCE e na política habitacional do Estado é de tal forma que justifica, cremos, que se fale de uma segunda fase do Programa das Casas Económicas a partir de 1938. Afinal, o projeto-tipo que tinha marcado o primeiro quinquénio do PCE era posto de parte, obrigando a desenvolver uma nova imagem para o Programa.

Retiramos deste Decreto-Lei três ideias fundamentais sobre a Casa Económica, na perspetiva do Estado Novo. 1) A casa económica não pode transmitir uma ideia de pobreza; isto *hierarquiza* desde logo a produção habitacional do estado, quando ao mesmo tempo se cria uma Casa Desmontável que pode suportar o ar *provisório*. Este novo termo de referência para o desenho implica, necessariamente, um agravamento dos custos e uma complexificação do projeto, reforçando essa hierarquização, que nos leva à ideia 2) não só a Casa Económica não dá resposta para as populações de menores recursos, como se presume, ou se assume, que não seria possível dar. Em vez de transformar as Casas Económicas através de soluções pelo menos empiricamente mais eficientes (como aparentava ser a habitação plurifamiliar), optou-se por criar uma alternativa de construção precária[225] para dar resposta à *urgência* gerada pelo limitado mercado de habitação acessível, situação agravada pela falta de resposta do regime.

223. Embora oficialmente estivesse a ser substituído por Eduardo Rodrigues de Carvalho (1891-1970) no município.

224. Decreto-Lei nº 28912, de 12 de agosto de 1938. *Diário do Govêrno* nº 186/1938, Série I (1938-08-12): 1198.

225. Apesar de "temporários," os Bairros de Casas Desmontáveis de Lisboa existiram em parte até à década de 1990. Em 1943, através do Decreto-Lei nº 33.278, de 24 de novembro, o Programa das Casas Desmontáveis foi alargado a Coimbra, com o Bairro de Casas Desmontáveis de Celas [MdH a554], e ao Porto, com o Bairro de Casas Desmontáveis da Corujeira [MdH a555]. Nestes dois casos utilizaram-se sistemas de construção tradicional, em alvenaria. Em 1945, o Programa das Casas Desmontáveis foi transformado no Programa das Casas para Famílias Pobres, através do Decreto-Lei nº 34.486, de 6 de abril.

Essa falta de resposta é também assumida pelo regime, que, no que consideramos ser outra ideia fundamental do Decreto-Lei, a 3) a ação limitada no campo habitacional é justificada com o carácter específico das Casas Económicas até àquele momento, já que afinal o governo não queria que a ação realizada fosse mais do que "uma primeira experiência." É mais um exemplo claro da adaptabilidade às circunstâncias da mensagem política ligada à habitação. Todos os problemas gerados pela circunscrição da ação do regime no campo habitacional às Casas Económicas estão ali subentendidos - a mensagem que se procura transmitir é a de que o regime não falhou com as Casas Económicas, simplesmente procurou encontrar as melhores respostas e só naquele momento, em 1938, ia avançar com as soluções.

Ainda assim, há que pôr em causa a ideia de uma completa centralização do processo decisório, tanto em termos formais como ideológicos. Cruzamo-nos no decurso desta investigação com o processo do Bairro para Pobres do Pontal, em Portimão, de onde se deduz alguma liberdade, que será talvez específica a municípios mais proativos — e talvez mais distantes de Lisboa. Um documento de abril de 1943 indica que a construção do bairro teve a aprovação e o "entusiasmo" do Subsecretário da Assistência Social[226] e recebeu fundos da "Comissão de Auxílio às Victimas do Ciclone" de fevereiro de 1941. No entanto, uma carta do Presidente da Câmara de Portimão ao Ministro Duarte Pacheco, datada de 3 de agosto de 1943, indicia que o processo terá sido desenvolvido, de certa forma, à revelia do governo central. O bairro encontrava-se já em construção e o Presidente da Câmara, Frederico Ramos Mendes, nota que enviara ao Ministroz em abril desse ano de 1943 a memória descritiva do bairro. Não tivemos acesso à resposta do Ministério, mas a série de argumentos apresentada pelo Presidente da Câmara indicam que a reação não terá sido positiva. "Tal memória descritiva, certamente por falta de clareza, não foi bem interpretada nesse Ministério" e teria sido criticada com "premissas de pura fantasia."

226. Cargo criado no Ministério do Interior, pelo Decreto-lei nº 30.692, de 27 de agosto de 1940, no contexto da criação do Ministério da Economia. *Diário do Govêrno* nº 199/1940, 1º Suplemento, Série I (1940-08-27): 985.

Continua Frederico Ramos Mendes:

> *"cada vez estou mais convencido que soube interpretar bem o pensamento de Salazar (...) nunca se pensou em tomar como tipo, exemplo ou muito menos imitação, os magníficos bairros de casas económicas (...) trata-se de uma obra puramente de assistência social (...) a Câmara Municipal de Portimão não pretendeu levar a efeito a construção dum bairro de casas económicas, mas sim tão somente a construção de moradias para indigentes e pobres sem meios (...) estou convencido que há vantagem socialmente em se estabelecer uma diferença entre uma casa onde não se paga renda, mas sim uma taxa de ocupação e uma casa construída para render um certo juro ao capital e mais tarde ser propriedade do seu inquilino."*

Apesar disso, a construção do Bairro já estava em curso e a eventual posição negativa do Ministério não teve impacto na obra; a carta termina com um pedido ao ministro para a construção de um novo bairro de casas económicas em Portimão "que bem ficar[ia] em desde já batisar de 'Bairro do Engenheiro Duarte Pacheco'," anexando-se depois uma listagem dos habitantes selecionados para o Bairro para Pobres com uma avaliação das suas (fracas) condições habitacionais.

Este processo do Bairro do Pontal em 1943, anterior à criação do Programa das Casas para Famílias Pobres, simboliza aqui também a necessidade sentida localmente, particularmente pelos municípios, de dar resposta ao problema da falta de habitações para as classes com menores rendimentos (ou sem rendimentos); No final da década de 1930 a *resposta única* da casa económica não era suficiente, por muito que os primeiros anos do Programa tivessem tentado provar o contrário. Abordemos então esses primeiros cinco anos de desenvolvimento do regime e do PCE.

1.6. DE 1938 A 1933, A CASA ECONÓMICA COMO ÚNICA RESPOSTA POSSÍVEL

A Exposição do Mundo Português foi a imagem física de um regime que tanto queria ser *núcleo de aldeias* como *praça do império*, embrulhado em mitificações tanto do passado histórico como do presente rural. Já vimos como esse hibridismo de mensagens baralhou também os objetivos do PCE, a partir da referida transformação que Duarte Pacheco trouxe no seu regresso ao ministério. Até então, o PCE tinha-se mantido, apesar de tudo, fiel a certos princípios de abordagem no primeiro quinquénio de existência. Esses princípios refletiam principalmente a visão dos técnicos que, aparentemente em número reduzido, foram dando resposta às necessidades do programa.

Os cinco anos de desenvolvimento do PCE são, na verdade, três: do mandato de Joaquim Abranches como Ministro das Obras Públicas e Comunicações, entre 18 de janeiro de 1936 e 23 de maio de 1938, pouco há a referir. O próprio ministro, em entrevista ao *Diário da Manhã* em julho de 1936, indicava uma postura de continuidade em praticamente todos os temas, subentendendo-se ainda assim algum desacordo com abordagens prévias.

> *"A obra enorme de reconstrução das nossas velhas estradas (...) será continuada (...) uma vez que se constata que o intenso tráfego automóvel já tem danificado muitas das que tinham sido reconstruídas (...) os nossos Monumentos continuarão a ser restaurados (...) nos portos de mar muito se tem feito, mas há que concentrar esforços em vez de os dispersar, semeando portos por toda a parte."*

Sobre as Casas Económicas,

> *"novos bairros económicos serão levados a efeito, mas estudando-se novos tipos de moradias de construção mais barata, de forma a que as rendas possam estar mais ao alcance das classes menos abastadas a que se destinam, pois verifica-se que tem havido alguma dificuldade em fazer habitar muitas das casas já construídas, justamente por serem altas as rendas*

que o custo da sua construção impõe. É um assunto que carece de revisão cuidada."[227]

Em 1936, estas palavras destoavam de outros discursos oficiais do mesmo período; não por acaso, no seu discurso de regresso, Duarte Pacheco disse que "o [seu] regresso (...) parece ter o significado — ao menos tem-no para [ele] — de 'veredictum' da Nação à obra que iniciei nêste Ministério em 1932 e foi interrompida."[228]

Fernando Jácome de Castro (1892-1964) foi o primeiro diretor da Secção de Casas Económicas da DGEMN e em janeiro de 1935, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Lisboa, apresentou as linhas gerais do PCE, numa conferência intitulada "Bairros Económicos." A sua visão do tema é simultaneamente moderna e romântica; de forma aparentemente mais ideológica do que informada, transmite em simultâneo uma visão puramente técnica, como, por exemplo, na opção de concentrar zonas de água juntando cozinha e instalação sanitária, a uma oposição aos princípios corbusianos, apontando como "parece complicado que uma máquina como alguns querem por força que seja, possa com a maior simplicidade, satisfazer a tanta exigência."[229] A figura de Fernando Jácome de Castro tem certamente uma importância considerável na formação do Programa das Casas Económicas, embora seja um exercício complexo determinar o real âmbito da sua ação. Cremos que, pelos recursos limitados da Secção das Casas Económicas da DGEMN — que no início do Programa contaria com poucos funcionários -, a formalização do Programa terá tido uma grande ligação com as crenças e o saber deste técnico em específico. A ação de Jácome de Castro terá influenciado certamente a leitura do programa doméstico, tanto que Manuel Vicente Moreira parece atribuir ao próprio Jácome de Castro a autoria dos projetos das Casas Económicas até ao final da década de 1930,[230] ideia que pomos em causa nesta Tese. Também na formalização, parece ser de Jácome de Castro a escolha de Raul Lino para o desenho das fachadas das primeiras Casas Económicas (ver Parte 3 desta Tese); Jácome de Castro dirigiu a construção do Pavilhão de Portugal na Exposição Ibero-Americana de Sevilha em 1929, para a qual Raul Lino escreveu *A Casa Portuguesa,*[231] estabelecendo aí certamente uma proximidade de interesses que se refletiriam na contratação de Lino em 1934.

227. "O sr. Ministro das Obras Públicas e Comunicações expõe ao nosso jornal o plano de realizações imediatas do seu Ministério," *Diário da Manhã*, Ano VI nº 1374 (7 de julho de 1936): 1.

228. Duarte Pacheco citado em Maria Antónia Almeida, "Duarte Pacheco: Uma Biografia," *Al-ulyã. Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, nº 5 (1996).

229. Fernando Jácome de Castro, *Bairros Económicos*, Separata da "Conferência Sobre Políticas de Urbanização, realizadas no Salão Nobre dos Paços do Concelho, de novembro de 1934 a janeiro de 1935", (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1936), 196.

230. Não é claro se Vicente Moreira se refere à autoria ou à cedência dos desenhos, referindo em legendas "as plantas são tôdas do Eng. Jacome de Castro." Ver Manuel Vicente Moreira, *Problemas da Habitação: Ensaios Sociais* (Famalicão: Tip. Minerva, 1950).

231. Raul Lino, *A Casa Portuguesa* (Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa [Ed. Comissariado-Geral da Exposição de Sevilha], 1929).

Suspeitamos — termo que nos desagrada *cientificamente* mas que é o único que a informação consultada nos permite — que cabe a Jácome de Castro a "substituição" de Pardal Monteiro por Raul Lino no desenvolvimento da Casa Económica do Estado Novo, como referiremos também na Parte 3. Na comunicação de Fernando Jácome de Castro em 1935 encontramos uma série de aspetos que ajudam a perceber o arranque do PCE: uma visão *paternalista* do público-alvo do Programa, a quem importa "ensinar a viver"; uma visão *higienista* da casa, associando soluções técnicas à melhoria das condições de vida das populações; e uma visão *nacionalista* da arquitetura, recusando soluções "universais" e associando — ou, diríamos nós, confundindo — técnicas construtivas convencionais e de uso generalizado com uma imagem *arquetipal* de casa.

> *"Tudo a realizar (...) sem preocupações de materiais chamados modernos, mas antes com a fundamental preocupação de aplicação racional daquilo que temos. Material e mão de obra nacional, única maneira de fazer este trabalho, dentro da função social que lhe compete."*[232]

Em documentação existente no Arquivo Salazar na Torre do Tombo, encontramos um documento preparativo de um concurso a lançar para um bairro de 1000 casas económicas a construir em Lisboa.[233] Este concurso tinha lançamento previsto para dezembro de 1934, ou seja, antes de estar concluído qualquer bairro, e não só configuraria uma iniciativa relativamente inédita de realização de um concurso de arquitetura patrocinado pelo Estado Novo, como dá indícios das intenções do Programa, pelo menos nesta fase precoce do seu desenvolvimento. A inauguração estava desde logo prevista para 28 de maio de 1936, os dez anos do golpe de estado que instaurou a ditadura militar. O conselho, que se presume ser o júri, incluiria delegados designados pela Presidência do Conselho, pelo Ministério do Interior, pelo Ministério das Obras Públicas, pelo Ministério da Instrução, pelo Ministério da Agricultura, pela Câmara Municipal de Lisboa e pela Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência.

232. Castro, *Bairros Económicos*, 203.

233. Abordámos já este concurso no artigo Sérgio Dias Silva e Rui Jorge Garcia Ramos, "Housing, Nationalism and Social Control: The First Years of the Portuguese Estado Novo's Affordable Houses Programme," in *Southern modernisms from A to Z and back again*, coord. Maria Helena Maia Joana Cunha Leal, Begoña Farré Torres (Porto: IHA/FCSH-UNL, CEAA/ESAP-CESAP, 2015). A informação do concurso está disponível em "Realização de Concurso para o Anteprojecto de um Bairro de Casas Económicas do tipo de Cidade Jardim, a construir em Lisboa pela Caixa Geral de Depósitos e Previdência," Arquivo Oliveira Salazar — Torre do Tombo, cota PT/TT/AOS/D-G/2/1/8.

Pedia-se na descrição do concurso o anteprojeto de

> *"uma cidade jardim (...) uma tentativa nova em Portugal (...) o princípio que estabelece o plano de dotar cada habitação de terreno suficiente para horta e jardim vem permitir o aumento de rendimento do habitante porque facilita a cultura dos elementos vegetais que constituem a base da alimentação das pessoas que na cidade vão residir, além de servir de atracção aos chefes de família e impedir o desperdício dos tempos livres dos seus trabalhos em logares de actividades perniciosas para a vida intelectual."*

Previa-se ainda a "construção de edifícios destinados a fins morais e sociais, e a sua manutenção terá que ser necessariamente da responsabilidade do estado."

Quanto aos termos do concurso, indicavam que

> *"o princípio fundamental que deve orientar os autores do projecto é o de claramente diferenciarem a habitação da cidade jardim da casa vulgar (...) na primeira - sita na cidade jardim - o habitante terá ambiente para sentir-se alegre e feliz na sua nova moradia (...) Há que ter sempre presente que uma parte importante da população exercerá durante o dia a sua actividade ao longo do Tejo (...) não se descurando, porém, a possibilidade de também ser moradia de indivíduos com ocupação na Baixa."*

O público-alvo não é claramente definido, presumindo-se pela descrição que se destina a trabalhadores das zonas industriais junto ao rio. Na abordagem ao projeto do espaço doméstico, as indicações indiciam um caráter paternalista que nos parecem mais próximos da lógica das Casas Desmontáveis do que propriamente dos habitantes que tendencialmente ocuparam as Casas Económicas. Esse *paternalismo* sublinha uma intencionalidade do Programa se destinar, na sua lógica inicial, a populações de menores rendimentos.

> *"O novo habitante terá que ser orientado pela casa na disposição dos seus móveis; ser-lhe-á por assim dizer imposto o modo de ali viver (...) ao novo habitante será poupado o esforço de pensar sôbre o logar ou logares em que vai desenvolver a sua actividade doméstica. A colaboração de boas donas de casa no arranjo do plano interior será provavelmente útil a todos os concorrentes."*

Para além dos edifícios públicos referidos atrás, indicava-se ainda a necessidade prever espaços comerciais "a situar perto das principais avenidas, como a mercearia, a farmácia, a drogaria, a padaria, o talho e outros estabelecimentos."

Uma nota indicava ainda que na CGDCP existiam "muitos elementos sob a forma de relatórios, livros, folhetos, tanto de origem oficial como particular, que dão uma súmula do que sobre o assunto há feito na Áustria, Alemanha, França, Holanda e Inglaterra." A esta informação não será alheia a viagem de José Araújo Correia, administrador do banco público, a esses países também em 1934.[234]

Devemos notar a particularidade de não haver representante no Conselho que julgaria o concurso quer do INTP, quer do teoricamente responsável máximo pela distribuição das casas, o SSECPS, o que nos leva a presumir alguma distância deste cargo, então ocupado por Pedro Teotónio Pereira, e o desenvolvimento do programa.

A correspondência publicada entre Pedro Teotónio Pereira e Salazar, na primeira metade da década de 1930, antes e depois de aquele ocupar o cargo de SSECPS - numa altura em que Pedro Teotónio Pereira estaria, segundo Nuno Teotónio Pereira, a ter um papel importante na criação da legislação de Casas Económicas - pouco toca o tema da habitação económica; essa correspondência revela, no entanto, uma admiração incondicional pelo ditador e um desconforto constante com o cargo. Logo em junho de 1933, poucos meses depois de assumir o lugar[235], Pedro Teotónio Pereira encontrava-se em Genebra, na Conferência Internacional do Trabalho, assinalando o seu algo sobranceiro incómodo com um grupo específico.

234. Por despacho ministerial, José Araújo Correia foi encarregado de visitar a Alemanha, a Áustria e a Hungria entre agosto e setembro de 1934, "a fim de estudo as condições de crédito desses países e métodos actualmente utilizados na construção de casas económicas." *Diário do Govêrno,* II Série, edição de 9 de agosto de 1934.

235. Embora a nomeação de Pedro Teotónio Pereira para o cargo ocorra apenas a 11 de abril de 1933, pelo Decreto nº 22.476 — *Diário do Govêrno,* I Série, nº 82 (1933): 658 — em carta datada de 12 de fevereiro de 1934 assinala 18 meses desde que assumira o cargo, apontando para agosto de 1932 o início de funções, embora o próprio cargo seja criado a 10 de abril de 1933, no contexto da entrada em vigor da nova Constituição.

> *"o espírito dominante e a maioria são declaradamente Socializantes (...) o costume é ver leader operário (que é um francez) falar grosso como em terreno conquistado (...) Era ver os operários falarem de oferta e de procura, de poder de compra e de chomage tecnológico. Uma verdadeira escola de mediocrisação da mais reles."*[236]

Este desconforto é uma constante na correspondência publicada entre as duas figuras. Em fevereiro de 1934, um ano depois de assumir o cargo, constatava o desânimo não só com o seu próprio papel, mas, de uma forma geral, com a expressão real do corporativismo no Estado Novo — "desde os primeiros momentos achei pouco conveniente a fórmula dum sub-secretariado (...) Organização Corporativa é apenas sindicatos e casas do povo. Eu estou absurdamente transformado pela força dos factos numa espécie de procurador infeliz dos interesses proletários." Segue-se uma sugestão de que não seja escolhido um novo SECPS, reforçando a ideia de que considerava esse cargo o formato errado para assumir a gestão do sistema corporativo estatal, e insiste no pedido: "que me não obrigue mais a voltar a este posto no qual me conservei até agora só por lealdade e obediência."[237]

Quanto às casas económicas, apenas duas referências são dignas de nota na restante correspondência publicada. No contexto das celebrações do 1º de maio de 1935, centradas em Guimarães, Pedro Teotónio Pereira assinala o pedido de operários para "a constituição de um grupo de casas económicas, a exemplo do que sucedeu em Braga." Notando a existência da verba necessária no FCE, assinala que tinha dado indicação ao governador para "dizer em Guimarães logo a seguir às Festas que os operários teriam o seu bairro." Embora esta indicação sugira uma certa independência relativamente a Salazar na definição dos investimentos do programa, o parágrafo termina com um inseguro "Fiz bem?"[238]

A segunda referência às casas económicas é já posterior ao mandato como SSECPS e enquanto agente especial do Governo português junto de Franco, no contexto da guerra civil espanhola. Uma carta datada de 25 de agosto de 1938 descreve um encontro com o general e uma

236. João Miguel Almeida, *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar*, 3 vols., vol. I (1931-1939) (Mira-Sintra: Presidência do Conselho de Ministros - Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1987), 20.

237. Ibid., 27.

238. Ibid., 36.

conversa sobre o alcance das políticas sociais do Estado Novo. Cita Franco, "*que não compreendia os grandes saldos das nossas contas de exercício quando havia tanta coisa a fazer. Ele pessoalmente não estava disposto a ter excedentes!"* Por entre vários destaques a obras "de interesse público" levadas a cabo pelo regime em Portugal, destaca

> *"o problema das casas económicas para trabalhadores e (...) grande parte das medidas de progresso social actualmente em curso. Em época, como a actual, em que muitas vezes fraqueja a iniciativa privada ou se mostra insuficiente, a salvação estava justamente em que o Estado tivesse uma boa situação sob o aspecto financeiro para ajudar com as suas reservas ou para recorrer ao crédito em condições satisfatórias."*[239]

A referência à influência de modelos externos, sejam formais ou teóricos, é frequente nos estudos sobre o Estado Novo. Veja-se as semelhanças entre a *Carta del Lavoro* italiana, publicada por decreto de 1927, e o Estatuto do Trabalho Nacional, publicado no mesmo dia que o Decreto do Programa das Casas Económicas, de 1933. No seu primeiro ponto, a Carta indica "La Nazione italiana è un organismo avente fini, vità, mezzi di azione superiori per potenza e durata a quellidegli individui divisi o raggruppati che la compongono. È una unità morale, politica ed economica, che si realizza integralmente nello Stato fascista."[240] O primeiro artigo do ETN indica que "A Nação Portuguesa constitue uma unidade moral, política e económica, cujos fins e interesses dominam os dos indivíduos e grupos que a compõem."[241] A propósito da centralidade do trabalho na organização nacional (e corporativa), diz o ponto II da Carta: "Il lavoro, sotto tutte le sue forme organizzative ed esecutive, intellettuali, tecniehe, manuali è un dovere sociale."[242] Já o ETN indica que "o trabalho, em qualquer das suas formas legítimas, é para todos os portugueses um dever de solidariedade social."[243] Os pontos de contacto entre os documentos são muitos, tal como são próximos os objetivos corporativos de ambos, ainda que no caso português a formalização das corporações tenha sido um processo longo, que não cabe aqui detalhar. Num ponto que nos interessa para esta tese, a Carta entra rapidamente na formalização da organização do trabalho, enquanto o ETN prioriza outro tema, a propriedade, no seu art. 12º:

239. Ibid., 192-93.

240. *Gazzetta Ufficiale del Regno d'Italia*, Ano 68, nº 100 (30 aprile 1927): 1794. [https://www.gazzettaufficiale.it/eli/gu/1927/04/30/100/sg/pdf , consultado em 29 abril 2022.]

241. Decreto-Lei nº 23.048, de 23 de setembro de 1933. *Diário do Govêrno*, I Série, nº 217/1933 (23 de setembro de 1933): 1655.

242. *Gazzetta Ufficiale del Regno d'Italia*, Ano 68, nº 100 (30 aprile 1927): 1794. [https://www.gazzettaufficiale.it/eli/gu/1927/04/30/100/sg/pdf , consultado em 29 abril 2022.]

243. Decreto-Lei nº 23.048, de 23 de setembro de 1933. *Diário do Govêrno*, I Série, nº 217/1933 (23 de setembro de 1933): 1655.

> *"O Estado reconhece o direito de propriedade e respectivos poderes de gôzo e disposição, em vida ou por morte, como imposição racional da natureza humana, condição do maior esfôrço individual e colectivo na família e na sociedade, e uma das bases essenciais da conservação e progresso sociais."*[244]

Assim, mesmo no documento que visa estruturar a organização do trabalho, o Estado Novo reforça a importância da propriedade como um dos elementos centrais da formalização do regime.

Mais do que a Constituição de 1933, a peça estruturadora da visão corporativista do Estado Novo é esse Estatuto do Trabalho Nacional, publicado no conjunto de decretos fundamentais da organização corporativa a 23 de setembro de 1933 — Decreto-Lei nº 23.048 (Estatuto do Trabalho Nacional — ETN), Decreto-Lei nº 23.049 (Grémios), Decreto-Lei nº23.050 (Sindicatos), Decreto-Lei nº 23.051 (Casas do Povo), **Decreto-Lei nº 23.052 (Casas Económicas)**, Decreto-Lei nº23.053 (Instituto Nacional do Trabalho e da Previdência) e Decreto-Lei nº 23.054 (Secretariado da Propaganda Nacional). Este agrupamento é propositado e preparado, até pela designação prévia dos decretos com letras — o estudo de decreto sobre Casas Económicas era designado pela letra E e tinha o título "Intendência das Casas Operárias"; na versão disponível na Torre do Tombo alguém assinalou "Casas Económicas" à mão na capa, não havendo indicação da data dessa "correção" feita na capa.[245]

No ETN as bases da "república unitária e corporativa são lançadas," organizando a nação em função do *trabalho* e identificando "na iniciativa privada o mais fecundo instrumento do progresso e da economia da nação." A *propriedade*, o *capital*, e o *trabalho*, os três eixos da organização económica.

> *"Os Sindicatos Nacionais de empregados e operários e os Grémios formados pelas entidades patronais constituem o elemento primário da organização corporativa e agrupam-se em Federações e em Uniões, elementos intermédios da Corporação que realiza a forma última daquela organização."*[246]

244. Ibid., 1656.

245. "Organização Corporativa — Decreto E," dentro da pasta "Construção de Casas Económicas." Arquivo Oliveira Salazar — Arquivo Nacional da Torre do Tombo. PC-10 cx. 538, pt. 3. Cota PT/TT/AOS/D-M/14/1/3.

246. Decreto-Lei nº 23.048, de 23 de setembro de 1933. *Diário do Govêrno,* Série I, nº 217/1933, (23 de setembro de 1933): 1655–1658.

Os Grémios representavam a "organização corporativa das entidades patronais," agrupando as empresas ou entidades que interviessem num mesmo ramo de atividade. Cabia aos Ministérios criar e regular os Grémios, ficando estes na dependência do SSECPS para todas as questões relacionadas com "acção social, disciplina do trabalho, salários e comparticipação para os organismos de previdência."[247]

Se o Decreto-Lei dos Grémios não inclui mais do que algumas disposições genéricas, já o dos Sindicatos é bem mais específico, criando no INTP um "registo especial dos sindicatos nacionais, e nesse registo serão averbados todos os factos mais importantes da vida de cada sindicato, bem como das respectivas secções." Ou seja, logo à partida é estabelecido um escrutínio muito maior do funcionamento dos sindicatos do que dos grémios, demonstrando desde logo o desequilíbrio da suposta "balança social" em que se baseava o corporativismo. Ambos os decretos limitam a ação das entidades corporativas ao âmbito nacional; no entanto, se o dos grémios não estabelecia consequências para o incumprimento dessa regra, o dos sindicatos determinava, em caso de incumprimento, "a dissolução imediata do sindicato e a perda dos direitos políticos, por dois anos, para os indivíduos que constituem os seus corpos gerentes." O Decreto-Lei tem mesmo um capítulo determinando a dissolução dos sindicatos "que se desviarem do fim para que foram instituídos, não cumprirem os seus estatutos, não prestarem (...) as informações que lhes forem pedidas (...), promoverem ou auxiliarem greves ou suspensões de atividade"[248]. Ou seja, os sindicatos pouco mais seriam do que um registo das classes trabalhadoras e uma subordinação destas ao controlo por parte do estado, no caso através do INTP.[249] Estava dependente da inscrição nos sindicatos a ligação a instituições de previdência — no caso das Casas Económicas, cabia aos Sindicatos escolher entre os seus sócios os candidatos às quotas estabelecidas pelo INTP para atribuição de casas.

O Decreto-Lei nº 23.051 determinava a criação das Casas do Povo, enquanto instituições de organização corporativa de trabalhadores rurais, em substituição dos sindicatos, para evitar uma divisão por ramo de atividade que em contexto rural seria mais limitativo. Às Casas do Povo cabia a previdência, assistência e instrução dos trabalhadores

247. *Diário do Govêrno* I Série nº 217/1933 (23 de setembro): 1658-59.

248. *Diário do Govêrno* I Série nº 217/1933 (23 de setembro): 1659-62.

249. Fátima Patriarca descreve a evolução dos sindicatos no período de transição para o sistema corporativo, perdendo-se o caráter reivindicativo e esvaziando-se o sindicato das suas funções políticas; seria este, de resto, o objetivo da utilização da designação "sindicato." A partir de 1935, o Partido Comunista Português passa a defender a participação nos sindicatos nacionais corporativos, o que contribuiu para esse esvaziamento da ação política: com essa viragem, "a censura e a pressão social anticorporativas, nos meios sociais influenciados pela esquerda, tenderão, neste aspecto, a desvanecer-se. A pertença a um sindicato nacional, que até aí fora considerada 'indignidade' e acto de 'traição', passará a ser não só um acto banal mas um 'dever' de todo o bom operário e de todo o bom comunista." Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, I, 336.

e a participação em obras locais de utilidade pública. Também para as Casas do Povo a dissolução era determinada "no caso em que a sua acção se torne prejudicial aos interêsses da ordem política e social, independentemente das sanções penais previstas na lei." As Casas do Povo são assim reduzidas a um papel doutrinário, de *instrução* — relembramos que em 1936 o Ministério da Instrução se transformou em Ministério da Educação Nacional, assumindo essa função *doutrinária*.

Tal como nos sindicatos, também nas Casas do Povo o Estado Novo se apropria de sistemas previamente existentes, regulando-os, controlando-os e removendo-os da ação política.[250]Caberia assim, e coube, ao INTP, criado pelo Decreto-Lei nº 23.053, "assegurar a execução das leis de protecção ao trabalho e as demais de carácter social, integrando os trabalhadores e restantes elementos da produção na organização corporativa prevista no Estatuto do Trabalho Nacional"[251] — uma função efetiva de fiscalização da aplicação e funcionamento da organização corporativa do estado; num estado organizado à volta do trabalho, o INTP tinha a função de *polícia apolítica*, funcionando como uma balança social (marcada à partida pelo referido desequilíbrio de forças entre patrões e trabalhadores) que burocratizava a formalização do corporativismo. Para esse efeito, é criada a figura do Delegado, representante do INTP em cada distrito, e são criadas as Repartições do Trabalho e Corporações, da Previdência Social, e das Casas Económicas, a Inspecção do Trabalho e os Tribunais do Trabalho; nestes últimos, "os juízes do trabalho não obedecem nas suas decisões a instruções prévias ou ordens de serviço; julgam segundo a lei e a sua consciência, inspirando-se no espírito de equidade e conciliação indispensáveis à paz social"[252]. Fátima Patriarca resume as consequências do corporativismo enquanto organização social:

> *"O regime não viera equilibrar, antes viera desequilibrar, e de forma inexorável, as condições e os poderes entre as partes. A desigualdade e a assimetria entre capital e trabalho viam-se agravadas. Nestas circunstâncias, ao Estado não resta outra alternativa que não seja compensar esse desequilíbrio, assumindo o ónus da defesa dos 'de baixo' e, com ele o encargo de resolver as tensões mais fortes ou as desigualdades mais críticas."*[253]

250. "'Casas do Povo' — com aquelas funções e aquela mesma designação — já existiam, no nosso país, se não às centenas, pelo menos às dezenas, tanto em zonas rurais como urbanas e eram exactamente uma velha instituição de aspiração e influência socialista." Ibid., II.

251. *Diário do Govêrno,* I Série nº 217/1933 (23 de setembro): 1671.

252. *Diário do Govêrno,* I Série nº 217/1933 (23 de setembro): 1673.

253. Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, II, 651.

O Estado como *procurador infeliz dos interesses proletários*, como vimos acima Pedro Teotónio Pereira lamentar-se, a propósito da sua ação como SSECPS.

António Costa Pinto distingue o corporativismo social do político, o primeiro enquanto sistema de representação hierárquica de interesses com supervisão estatal, e o segundo enquanto sistema político que substitui o modelo eleitoral por um modelo de organização social. Este modelo parte de uma visão da sociedade enquanto organismo constituído por vários ramos — desde a família às organizações profissionais. Costa Pinto centra a origem do movimento corporativista no final do século XIX, enquanto alternativa promovida pela Igreja Católica ao socialismo e ao capitalismo, promoção essa representada historicamente na encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XII, em 1891.[254] Esse documento organizava a visão católica da "condição dos operários" e a sua leitura é em vários pontos coincidente com os princípios do regime, assim como um contributo importante na compreensão das origens do PCE. A proximidade entre regime e igreja ajuda a trazer à tona vários temas importantes para esta história: o corporativismo político, o perfil *caritativo* do regime e da sua ação social, e a questão da propriedade.

> *"Na sua expressão prática de instrumento de controlo e 'disciplina' social do movimento operário e sindical e, simultaneamente, do principal quadro orgânico de regulação e equilíbrio entre os diversos sectores da classe dominante e as suas estratégias de acumulação, o corporativismo seria, sem dúvida, um dos mais importantes (e menos referenciados enquanto tal) factores da longevidade política do Estado Novo."*[255]

Logo no segundo ponto, a encíclica *Rerum Novarum* indica que o século anterior — no caso, o XVIII — "destruiu, sem as substituir por coisa alguma, as corporações antigas, que eram para [os homens das classes inferiores] uma protecção."[256] Indicia-se a mitificação das corporações medievais, inspiração para o *século do corporativismo,*[257] uma visão e ilusão que naquele fim de século eram adequadamente *românticas*; quase em simultâneo, partindo de uma idêntica crítica aos

254. António Costa Pinto, "Corporativismo, ditaduras e representação política autoritária," in *A vaga corporativa: corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina*, coord. António Costa Pinto (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016). Esta proximidade é apontada por vários autores, não só no regime como um todo, como mesmo para a construção das ideias políticas do próprio Salazar. Filipe Ribeiro de Meneses, *Salazar: Uma Biografia Política*, 7 vols., vol. 1 (Alfragide: Dom Quixote, 2009).

255. Rosas, *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar.*, 280.

256. "Rerum Novarum," (encíclica papal), 1891. [https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html (consultado a 21 de julho de 2021)]

257. António Costa Pinto também nota a "romantização das sociedades feudais da Europa medieval encetada pelos conservadores do século XX." Pinto, "Corporativismo, ditaduras e representação política autoritária," 30.

efeitos da revolução industrial mas divergindo na forma de os resolver, William Morris (1834-1896) construía a sua própria mitificação da arte e sociedade medievais, usando-as como inspiração para a revolução proletária do seu *News from Nowhere* (1890). *"Although he was aware (...) that medieval labour was exploited, for Morris the crucial element was that the labourer in the Middle Ages nonetheless played a creative role in the making of the object."*[258] Mais papal que revolucionário, Pedro Teotónio Pereira, em 1933, considerava também que

> *"o assalariado das cidades [é] um elemento económico e social que se não estabilizou (...) A democracia individualista, destruindo com ferocidade todos os laços de corporativismo antigo que dava aos homens de ofício uma dignidade especial, e o próprio carácter da nossa civilização, demasiado materialista, que veio substituir nas suas engrenagens industriais o artista pelo proletário, geraram o problema mais grave e ao mesmo tempo mais delicado que o mundo moderno tem de resolver."*[259]

Não é apenas uma romantização do contexto medieval, mas também uma saudade de uma hierarquia social (e espacial) mais clara, que podemos associar a palavras de Michel Foucault, quando assinalava uma "hierarchic ensemble of places: sacred places and profane places: protected places and open, exposed places: urban places and rural spaces (...) that constituted what could very roughly be called medieval space: the space of emplacement,"[260] um "espaço de localização," ou, sugerimos nós, um *sentido de lugar,* cada coisa no seu sítio, "a cada um o seu lugar."[261]

Voltando à encíclica papal, os pontos 3 a 5 focam-se na questão da propriedade privada como garante de estabilidade e o objetivo final de quem trabalha: "conquistar um bem que possuirá como próprio." Criticando os "socialistas" e a sua intenção de supressão da propriedade e de concentração da administração nos Municípios e no Estado, considera que "a propriedade particular e pessoal é, para o homem, de direito natural."

258. Edward Robbins, "News from Nowhere: A Utopian Dream," in *Manifestoes and Transformations in the Early Modernist City*, coord. Christian Hermansen Cordua (Surrey: Ashgate, 2010), 40.

259. Pedro Teotónio Pereira, *A batalha do futuro. Organização corporativa.* (Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1937).

260. Michel Foucault, "Of Other Spaces: Utopias and Heterotopias," *Diacritics* 16, nº 1 (Spring 1986).

261. Para usar as palavras do Ministro da Educação Nacional, Carneiro Pacheco (1887-1957). A propósito desta citação e do reflexo deste culto da imobilidade na política feminina, ver Irene Flunser Pimentel, *A Cada Um o Seu Lugar: A Política Feminina do Estado Novo* (Maia: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011).

> *"dividida em propriedades particulares, a terra não deixa de servir à utilidade comum de todos, atendendo a que não há ninguém entre os mortais que não se alimente do produto dos campos. Quem os não tem, supre-os pelo trabalho, de maneira que se pode afirmar, com toda a verdade, que o trabalho é o meio universal de prover às necessidades da vida"*

O trabalho como centro e justificação, como refletido no ETN, mas também a família com célula fundamental da sociedade, como indica o ponto 6 da encíclica:

> *"a família, isto é, a sociedade doméstica, sociedade muito pequena certamente, mas real e anterior a toda a sociedade civil, à qual, desde logo, será forçosamente necessário atribuir certos direitos e certos deveres absolutamente independentes do Estado. Assim, este direito de propriedade que Nós, em nome da natureza, reivindicamos para o indivíduo, é preciso agora transferi-lo para o homem constituído chefe de família"*

Também a propriedade merece a atenção do papa, quando indica que "o primeiro fundamento a estabelecer por todos aqueles que querem sinceramente o bem do povo é a inviolabilidade da propriedade particular." Na já citada primeira entrevista a Ferro, Salazar sobrepunha à questão da pequena e grande propriedade a necessidade de "formação sistemática de pequenos casais-famílias de camponeses estabelecidos na *sua* propriedade," notando o interesse do Estado em "criar o maior número de pequenos proprietários que, longe de favorecer o Comunismo ou o Socialismo, passam a constituir a reserva conservadora da Nação, aquela que mais se oporá ao desenvolvimento das ideias libertárias."[262]

Sobre a luta de classes, "o primeiro princípio a pôr em evidência é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível"; afinal, "as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital." Afirma-se a futilidade da luta de classes, presumindo a necessidade de hierarquização social, e regressa-

262. Ferro, *Entrevistas a Salazar*, 41.

se no ponto 18 ao tema do trabalho, que "tem uma tal fecundidade e tal eficácia, que se pode afirmar, sem receio de engano, que ele é a fonte única de onde procede a riqueza das nações."

Em relação ao papel do estado, é de *educação* (podendo aqui subentender-se repressão), já que embora

> *" por certo que a maior parte dos operários quereriam melhorar de condição por meios honestos sem prejudicar a ninguém (...) não poucos há que, embebidos de máximas falsas e desejosos de novidade, procuram a todo o custo excitar e impelir os outros a violências. Intervenha portanto a autoridade do Estado, e, reprimindo os agitadores, preserve os bons operários do perigo da sedução e os legítimos patrões de serem despojados do que é seu."*

Um dos exemplos dados é o das greves, onde se volta a pedir ao estado que tenha intervenção, já que "o trabalho muito prolongado e pesado e uma retribuição mesquinha dão, não poucas vezes, aos operários ocasião de greves. E preciso que o Estado ponha cobro a esta desordem grave e frequente," mas sem exageros, já que, podendo ser

> *"de temer que nestes casos e em outros análogos, como no que diz respeito às horas diárias de trabalho e à saúde dos operários, a intervenção dos poderes públicos seja importuna, sobretudo por causa da variedade das circunstâncias, dos tempos e dos lugares, será preferível que a solução seja confiada às corporações ou sindicatos"*

E assim se conclui com a apologia do corporativismo: "com prazer vemos Nós irem-se formando por toda a parte sociedades deste género, quer compostas só de operários, quer mistas, reunindo ao mesmo tempo operários e patrões."

Perante este documento, comprovamos que a igreja recebeu e "aplaudiu o corporativismo e deixou clara a sua defesa do sistema. Uma ideia central do pensamento social católico português dos anos trinta residia no elogio das virtudes sociolaborais das corporações da Idade Média."[263]

263. Garrido, *Cooperação e Solidariedade: Uma História da Economia Social*, 205.

Esta encíclica papal é uma referência fundamental das ideias corporativistas que alimentaram o Estado Novo; mas é, também, demonstrativa de uma intenção de cristalização da sociedade corporativa, de negação da luta de classes, de defesa da propriedade própria, e de estabilização social — objetivos que, cremos, são partilhados pelo Programa das Casas Económicas. É uma posição "anti-iluminismo"[264] que procura retomar uma relação de proximidade entre igreja e estado, uma ideia conservadora, cristalizada e, naquela visão, *perene* de sociedade de equilíbrio entre *quem tem de mandar e quem tem de obedecer*; o culto da casa-propriedade tem como base essa procura de uma cristalização, normalização e *resignação* com o "viver habitualmente."

Embora o Estatuto do Trabalho Nacional esteja mais próximo de uma estrutura legal do corporativismo português, para instituir o Estado Novo foi necessário redigir uma nova constituição. A Constituição de 1933 é um documento que representa cabalmente o Estado Novo, na medida em que contém um conjunto de pequenas contradições que refletem as indecisões e indefinições que marcam todo o regime. A propósito do princípio da encíclicia *Rerum Novarum* de que "é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível," o artigo 5º da Constituição de 1933 indicia "a igualdade dos cidadãos perante a lei" e justapõe-lhe a desigualdade como ponto de partida da organização do Estado, não só na figura da mulher e das "diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família" como as "impostas pela diversidade das circunstâncias ou pela natureza das coisas."[265] O Título III, dedicado à família, estabelece como função do Estado "a constituição e defesa da família, como fonte de conservação e desenvolvimento da raça, como base primária da educação, da disciplina e harmonia social, e como fundamento de toda a ordem política pela sua agregação e representação na freguesia e no município" assim como "favorecer a constituição de lares independentes e em condições de salubridade, e a instituição do casal de família." A *propriedade* e a *herança*, mais uma vez.

264. A propósito desta associação entre regimes genericamente classificados como fascistas e uma lógica anti-Iluminismo, com reflexos também em visões políticas contemporâneas, ver Tamas Dezso Ziegler, "The Anti-Enlightenment Tradition as a Common Framework of Fascism and the Contemporary Far Right," *Fascism*, nº 10 (2021).

265. "Constituição Política da República Portuguesa", conforme publicação através do Decreto-Lei nº 22.241, de 22 de fevereiro de 1933. *Diário do Govêrno*, nº 43/1933 (22 de fevereiro): 227 e seguintes.

Paula Borges Santos notou, a propósito da evolução das várias versões provisórias da Constituição produzidas pelo Estado Novo, como aquela permite "matizar a ideia de Salazar como figura do legislador preponderante e sem contraditório." Nota ainda como se esteve "longe de estabelecer uma 'economia corporativa' ou uma 'organização corporativa da economia'" e como se garantiu a "propriedade privada (quer de meios de produção, quer de bens de consumo) (...) condicionada por um 'interesse geral' representado pelo Estado." Embora o referido artigo 5º definisse a república como corporativa, "as corporações económicas não foram dotadas de funções de disciplina da produção e do mercado (...) e aquelas funções cairiam nas mãos do próprio Estado."[266]

As corporações eram, no entanto, um objetivo. Na já citada primeira entrevista a António Ferro, em 1932, Salazar indicava muito genericamente o caminho pretendido: reunir "os elementos necessários e os colaboradores necessários para chegarmos com a possível brevidade, ao regime das Corporações, um dos fundamentos do Estado Novo." A *possível brevidade* é difícil de medir; o Ministério das Corporações e Previdência Social foi criado apenas em 1950, pelo Decreto-Lei nº 37.909, de 1 de agosto, extinguindo o Subsecretariado. José Soares da Fonseca (1908-1969) foi o primeiro titular da pasta, cuja orgânica foi publicada em Diário de Governo a 17 de janeiro de 1951. Este novo Ministério herdou assim a gestão do Instituto Nacional do Trabalho e da Previdência, e vê ser criada a Direção-Geral da Previdência e Habitações Económicas, mesclando-se entre estas duas entidades a organização dos ramos de distribuição de Casas Económicas e de *manutenção social*, com a escolha e supervisão dos fiscais de bairro, efetivamente representantes oficiais do Ministério nos vários agrupamentos.

A organização corporativa nunca se libertou da gestão política a partir de cima, como descreve Fernando Rosas, não apresentando "nada que se assemelhe a um plano sistemático e coerente," mas antes respostas pontuais a situações de crise.[267] Mas, no início, tudo parecia parte de um grande plano. O *Diário de Notícias* anunciou em agosto de 1933 a publicação daqueles decretos centrais da organização corporativa, em que se incluía o das Casas Económicas:

266. Paula Borges Santos, "A Constituição de 1933 e a Composição da sua Estrutura Económico-social," in *Economia e História: Estudos em Homenagem a José Maria Brandão de Brito*, coord. Alice Cunha, Cristina Rodrigues, e Ivo Veiga (Lisboa: Colibri, 2019), 89-90.

267. Isso ajuda a explicar a dispersão de entidades corporativas que foram surgindo praticamente até ao final do regime — como, por exemplo, as Corporações das Artes, Ciências e Letras e da Educação Física e Desportos, criadas apenas em 1966.

> *"a primeira experiência a realizar ao abrigo deste decreto destina-se sobretudo, e como seria lógico supôr, a favorecer as classes laboriosas, não dizemos já desprovidas de conforto, mas de condições normais de vida (...) as casas operárias serão dos tipos mais simples e a maior parte delas, senão todas, destina-se a ser distribuída pelos membros dos sindicatos nacionais que as desejarem."*[268]

Não é coincidência a publicação do decreto das Casas Económicas no contexto do conjunto de legislação fundamental da organização corporativa.

> *"muito embora, formalmente, esta matéria não respeitasse à criação da estrutura corporativa propriamente dita, a verdade é que é sintomático que tenha sido pensada para ser posta em marcha juntamente com todas as outras tidas como explicitamente corporativas (...) seria no domínio da política, da acção social do Estado que se deveria apresentar legislação e rapidamente passar à acção"*[269]

Embora a centralidade de Pedro Teotónio Pereira na formulação do Estatuto do Trabalho Nacional tenha sido já alvo de atenção, não se identifica, ao contrário desse e de outros temas caros ao regime, uma figura central no PCE.[270] Em Salazar, Teotónio Pereira e Marcello, todos eles ativamente envolvidos em publicações periódicas no início da carreira política, não encontramos, como fomos notando, grande atenção ao tema da habitação.

A essa ausência, cruzada com a também notada aversão de Duarte Pacheco à recolha de apontamentos, juntamos as notas biográficas de Teotónio Pereira, que indiciam uma reduzida colaboração com Duarte Pacheco no tema das Casas Económicas. Será provavelmente Duarte Pacheco a figura principal no lançamento físico do programa, com uma colaboração direta e especial de Pardal Monteiro. Curiosamente, embora Pardal ainda fosse "o" arquiteto de Duarte Pacheco neste início de década de 1930, não é envolvido oficialmente na questão habitacional, mas antes a título pessoal.

268. *Diário de Notícias*, Ano 69, nº 24.249 (5 de agosto de 1933): 6.

269. Fernando Manuel Santos Martins, "Pedro Theotónio Pereira: Uma Biografia (1902-1972)" (Doutoramento, Universidade de Évora, 2004), 436.

270. Deve notar-se que Nuno Teotónio Pereira, em entrevista em 2010, atribuía a Pedro Teotónio Pereira a autoria da legislação de Casas Económicas: "a primeira sei eu quem foi (a de [19]33). Foi o meu tio Pedro que era ministro das Corporações, que tinha como chefe de repartição de Casas Económicas o Dr. Pedro de Castro Almeida." Nuno Portas, coord., *Habitação Para o Maior Número. Portugal, os Anos de 1950-1980* (Lisboa: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana e Câmara Municipal de Lisboa, 2013), 163.

Terá existido um convite por parte de Duarte Pacheco a Pardal para apresentar uma proposta de Casa Económica, a propósito da qual se conhece correspondência, mas não se conhecem peças desenhados. Por iniciativa de Duarte Pacheco, Pardal Monteiro terá trabalhado o tema e apresentado uma proposta.[271] Abordaremos a memória descritiva de Pardal Monteiro da Parte 3 desta tese, no contexto da análise dos primeiros projetos-tipo de Casas Económicas que poderão ter resultado dessa mesma proposta.

Nesta investigação não integraremos o estudo dos projetos dos bairros cuja distribuição de fogos viria a ser assegurada pelo PCE, mas que originalmente se deviam a iniciativas legislativas distintas, nomeadamente o Bairro de Casas Económicas da 1ª República da Ajuda/ Boa-Hora [MdH a215] e o Bairro Social do Arco do Cego [MdH a216]. Ainda assim, merece nota a apropriação política dessas iniciativas por parte do Estado Novo, numa lógica de afirmação da ordem por oposição ao caos anterior à ditadura — já referimos o investimento nestes conjuntos, que o Estado Novo publicitou como descontrolados e um exemplo do falhanço republicano. Na inauguração do Arco do Cego, o próprio Pedro Teotónio Pereira assume essa dualidade de posições, entre o mostrar obra e o distanciamento relativamente ao passado:

> *"Não tenho palavras para dizer a Vª Exª a grande satisfação com que vejo poder renovar-se a distribuição benéfica já verificada com o Bairro da Ajuda. Este tipo de andares-moradias de algumas das casas do Arco do Cego — embora constituindo adaptação de conceito já posto de parte por antieconómico e anti-social — vai contudo, permitir que se dê satisfação a alguns casos de instante necessidade, frequentes na classe média."*[272]

A este propósito, remetemos para os trabalhos de Maria da Conceição Tiago e Orlando Azevedo, que estudaram, respetivamente, o Bairro de Casas Económicas da Ajuda/Boa-Hora e o Bairro Social do Arco do Cego. Maria da Conceição Tiago marca uma distinção clara entre as duas iniciativas, as Casas Económicas de 1918 e os Bairros Sociais de 1919, destacando a importância da política anti-inflacionista que

271. João Pardal Monteiro, "Para o Projeto Global - Nove Décadas de Obra: Arte, Design e Técnica na Arquitetura do atelier Pardal Monteiro" (Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa, 2012), vol.2, 28.

272. *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e da Previdência*, Ano II, nº 8 (15/3/1935): 187.

estabilizou a economia a partir de 1924, com a ditadura militar a herdar os sucessos desse esforço económico.[273] Orlando de Azevedo, focando a sua investigação na perspetiva do projeto urbano e de arquitetura, apresenta o Bairro Social do Arco do Cego como "espaço de expectativa," o 1º Bairro Social, em que "não era mais de casas como abrigos que se falava (...) Era todo um habitat que se propunha."[274] Uma utopia, nas palavras de Orlando Azevedo, "na sua ambição original (...) 'trecho de cidade ideal' porque pressupunha uma realização e foi projectada sobre uma base utópica, política e social, para uma comunidade."[275]

Interessa-nos particularmente uma ideia de modernidade que o Arco do Cego representa e que é a ideia de conforto, em si um conceito novo na habitação urbana para classes menos favorecidas, para além de novas lógicas de funcionalidade, com a marcação da "cozinha (...) já não como um espaço nodal do fogo da reunião da família (...) é agora um espaço funcional e encerrado sobre si próprio."[276] O próprio conceito de Bairro Social é, em si, moderno, associando à habitação de custo reduzido uma série de edifícios (Teatro-Circo-Biblioteca, Restaurante, Mercado, Edifício para a Administração dos Bairros Sociais, Estação Telégrafo Postal...) que fariam a transição do espaço familiar para o espaço comunitário mas que nunca chegaram a ser construídos. Esta falsa partida do pensamento da cidade social, repescando o conceito de Ricardo Carvalho, irá marcar praticamente todo o desenvolvimento de habitação programada em Portugal, sendo raros os casos em que o espaço comunitário ultrapassa a lógica dos programas "mínimos" na visão do regime, a escola e a igreja, para se alargar a edifícios de convivência.

273. Maria da Conceição Tiago, "O Bairro Social da Ajuda/Boa-Hora: um projecto da República e uma realização do Estado Novo 1918-1935" (Dissertação de Mestrado em História Social Contemporânea, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1997).

274. Orlando Azevedo, "Bairro Social do Arco do Cego: Uma Ética, Uma Estética, Uma Poética" (Dissertação de Mestrado em Cultura Arquitectónica Contemporânea e Construção da Cidade Moderna, Universidade Técnica de Lisboa, 1998), 37.

275. Ibid., 51.

276. Ibid., 69.

1.7. ANÁLISE ESTATÍSTICA DO PROGRAMA DAS CASAS ECONÓMICAS

Como indicamos na organização dos pontos anteriores deste capítulo, identificamos três momentos essenciais no desenvolvimento do Programa das Casas Económicas. Um Primeiro Tempo, entre 1933 e 1938, de formalização e estabilização (tanto do regime como do programa), caracterizado pela aplicação praticamente de um único projeto-tipo em todo o país. O momento em que Duarte Pacheco exige o abandono da solução de casas térreas marca o início do Segundo Tempo, que balizamos entre 1938 e 1956, caracterizado por uma multiplicação dos arquitetos envolvidos, por vezes com projetos específicos para um só bairro, embora em muitos casos apenas desenvolvendo desenhos de fachada para um mesmo projeto-tipo. E no Terceiro Tempo, entre 1956 e 1974, o Ministro Arantes e Oliveira permite o desenvolvimento de Casas Económicas em propriedade horizontal, desenvolvendo-se a partir desse momento projetos tanto de habitações unifamiliares como plurifamiliares.

Note-se que, embora até ao final do Programa se continuem a fazer bairros exclusivamente de habitações unifamiliares, não identificamos nenhum caso em que se fizesse uso exclusivo de habitações plurifamiliares. Apresentamos a listagem dos bairros em estudo (ver Anexo I — Fichas da Base de Dados de Bairros de Casas Económicas Construídos) e dos projetos-tipo aplicados (Ver Anexo II — Fichas da Base de Dados de Projetos-Tipo de Casas Económicas). A listagem, com numeração idêntica à das Fichas da Base de Dados de Bairros Construídos que seguem anexas a esta Tese, está ordenada pela data de conclusão do bairro.

Esta opção de ordenação está relacionada com o *tempo longo* de desenvolvimento de vários bairros, sendo por vezes desenvolvidos diversos anteprojetos para um mesmo local; assim, a ordenação por "data inicial" induziria certamente em erro. Raramente acontecia, no entanto, um projeto ficar na gaveta e ser retomado mais tarde, ou seja, os projetos eram alvo de uma *renovação* antes de passarem à execução. Assim, a ordenação por data de conclusão permite um agrupamento mais coerente por autores e por projetos-tipo.[277]

277. A título de exemplo, notem-se os casos do BCE Pasteleira, desenvolvido por Joaquim Madureira na década de 1930 para uma localização próxima ao BCE Marechal Gomes da Costa [B35], que optamos por considerar projetos distintos. Outros exemplos são o projeto de Luís Amoroso Lopes para o BCE Vilarinha, desenvolvido na década de 1940 mas que foi substituído por um projeto totalmente novo assinado por João Vaz Martins na década de 1950, ou os projetos de Manuel Fernandes de Sá e Octávio Lixa Filgueiras para o BCE Vila Nova de Gaia na década de 1930 e de Rogério de Azevedo para o mesmo local no final da década de 1950, nenhum deles com seguimento, sendo executado o plano de João Andresen, desenvolvido imediatamente a seguir ao Plano de Rogério de Azevedo.

LISTAGEM DE BAIRROS CONSTRUÍDOS PELO PROGRAMA DAS CASAS ECONÓMICAS DO ESTADO NOVO

PRIMEIRO TEMPO

FICHA	DESIGNAÇÃO	DATA CONC.	PROJ. TIPO
B1	BCE ILHÉU	1935	PT1A
B2	BCE BRAGANÇA	1936	PT1A
B3	BCE PORTIMÃO	1936	PT1A
B4	BCE CONDOMINHAS	1936	PT1A
B5	BCE VILA VIÇOSA	1936	PT1A
B6	BCE ALTO DA AJUDA	1938	PT1A
B7	BCE ALTO DA SERAFINA	1938	PT1A
B8	BCE TERRAS DO FORNO	1938	PT1A+2A
B9	BCE OLHÃO	1938	PT1B
B10	BCE AMIAL	1938	PT1A+2A
B11	BCE AZENHA	1940	PT1A
B12	BCE JARDIM	1938	PT1C
B13	BCE S. JOÃO DA MADEIRA	1938	PT1A
B14	BCE BRAGA	1939	PT1A+2A
B15	BCE RAMALDE I	1939	PT1A
B16	BCE PARANHOS	1939	PT1A
B17	BCE COVILHÃ I	1938	PT1A
B18	BCE AZENHA II	1940	PT2A
B19	BCE PARANHOS II	1941	PT2A
B20	BCE LORETO	1941	PT1A
B21	BCE GUIMARÃES	1941	PT1A

SEGUNDO TEMPO

FICHA	DESIGNAÇÃO	DATA CONC.	PROJ. TIPO
B22	BCE CONTUMIL	1941	PT2A
B23	BCE COSTA CABRAL	1942	PT2A
B24	BCE MADRE DE DEUS	1944	PT2A
B25	BCE GUARDA	1944	PT1A+2A
B26	BCE ALVITO	1944	PT1D
B27	BCE CALÇADA DOS MESTRES	1945	PT2A
B28	BCE ENCARNAÇÃO	1945	PT2A
B29	BCE CONTUMIL II	1946	PT2A
B30	BCE CASELAS	1948	PT2A
B31	BCE ÉVORA	1948	PT2AV
B32	BCE PONTA DELGADA	1948	PT1E
B33	BCE SETÚBAL	1949	PT2A
B34	BCE COVILHÃ II	1949	PT2A
B35	BCE M. GOMES DA COSTA	1949	PT2B
B36	BCE ALTO DA AJUDA II	1950	PT2A
B37	BCE RAMALDE II	1950	PT2A
B38	BCE CALHABÉ	1951	PT2C
B39	BCE FARO	1951	PT1B
B40	BCE ENTRONCAMENTO	1951	PT2G
B41	BCE VALE ESCURO	1951	PT2D
B42	BCE ENG. DUARTE PACHECO	1951	PT1B
B43	BCE CUMEADA	1952	PT2C
B44	BCE RESTELO	1953	PT2D
B45	BCE PORTALEGRE	1952	PT2E
B46	BCE ALMADA	1954	PT2F
B47	BCE AMIAL II	1957	PT2H
B48	BCE VILARINHA	1957	PT2H
B49	BCE BENFICA	1958	PT2H
B50	BCE PORTIMÃO II	1958	PT2C
B51	BCE ANTÓNIO AROSO	1958	PT2H
B52	BCE QUELUZ	1958	PT2H
B53	BCE OLIVAIS NORTE	1959	PT2H
B54	BCE MADRE DE DEUS II	1961	PT2A

TERCEIRO TEMPO

FICHA	DESIGNAÇÃO	DATA CONC.	PROJ. TIPO
B55	BCE S. JOÃO DA MADEIRA II	1961	PT3A
B56	BCE MARINHA GRANDE	1962	PT3A+3B+3C
B57	BCE VIANA DO CASTELO II	1962	PT3A
B58	BCE ENTRONCAMENTO II	1962	PT3B+3C
B59	BCE ROSSIO SUL DO TEJO	1964	PT3B
B60	BCE OLIVAIS SUL	1964	PT3B
B61	BCE VISO	1965	PT3B
B62	BCE FARO II	1965	PT3E
B63	BCE ALMADA II	1966	PT3C
B64	BCE VILA NOVA DE GAIA	1966	PT3B
B65	BCE ESTREMOZ	1969	PT3C
B66	BCE MARINHA GRANDE II	1970	PT3C
B67	BCE OEIRAS	1970	PT3C
B68	BCE ALCOBAÇA	1971	PT3C
B69	BCES CALDAS DA RAINHA	1975	PT3C
B70	BCE AGUALVA-CACÉM	1976	PT3D

Um dos objetivos de base desta investigação é uma quantificação efetiva da produção do PCE. Esse objetivo relativamente direto não tem uma concretização fácil, já que apesar da centralização e burocratização do Programa não existem elementos oficiais homogeneizados que se possam utilizar como referência. Além disso, o facto de nenhum dos espólios arquivísticos de entidades com responsabilidades no Programa estar, enquanto esta tese foi elaborada, completamente tratado e organizado, impediu uma consulta mais expedita e objetiva de documentação burocrática que permitisse, de forma mais imediata, essa quantificação.

O foco desta tese não deixa de ser o *projeto dos conjuntos de Casas Económicas efetivamente construídos segundo o Decreto-Lei nº 23.052, de 23 de setembro de 1933, em Portugal*, mas consideramos essencial o cruzamento de informação estatística e financeira relativa ao Programa para confirmação da efetiva dimensão do mesmo. Esta leitura deverá ser sempre vista como relativamente informal, já que entra em aspetos e ciências que não dominamos e que o âmbito da investigação não justifica pormenorizar. No entanto, procedemos a uma análise quantitativa em três vetores que nos parece ser fundamental ler em conjunto para ter uma ideia mais clara da evolução do PCE.

Perante algum desacerto das estatísticas públicas quando cruzadas com informação interna das várias instituições envolvidas no programa, somos levados a crer que nenhum dos vetores que listamos a seguir, se visto isoladamente, pode transmitir uma imagem completa.[278]

Por coincidência, cada um dos vetores analisados corresponde a um elemento diferente do Governo. O primeiro vetor é o económico, do peso do investimento do Estado em Casas Económicas, ou seja, depende do Ministério das Finanças;[279] o segundo vetor é o produtivo, da quantidade de fogos construídos por ano, da responsabilidade da pasta das Obras Públicas, por ação da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, primeiro, e pelo Fundo de Fomento da Habitação, a partir de 1968;[280] e o terceiro vetor é o da distribuição efetiva de fogos pelo Instituto Nacional do Trabalho e da Previdência, dependente da gestão do tema *social*, primeiro na órbita de Salazar e

278. A propósito da viabilidade das estatísticas oficiais como elemento de estudo, Paula Borges Santos e José Maria Brandão de Brito notam como até a Câmara Corporativa assinalou as suas limitações "such elements are scarce and 'deserving of little confidence,' especially those related to the adjacent islands (...) the record of this statistical insufficiency is still important to historicize and exemplify the constraints that affected the planning projects." Paula Borges Santos e José Maria Brandão de Brito, "Corporatism and Affordable Housing in the Portuguese Urban Environment (1933–1974)," in *Hidden in Plain Sight: Politics and Design in State-Subsidized Residential Architecture*, coord. Rui Jorge Garcia Ramos et al. (Zurich: Park Books, 2021).

279. Tendo por base as Contas Gerais do Estado entre 1934 e 1971, que incluem, nas despesas do Ministério das Obras Públicas e Comunicações (até 1946), e do Ministério das Obras Públicas (a partir de 1947), um campo específico relativo às Casas Económicas, permitindo identificar claramente o investimento no programa. Em 1970 e 1971 a despesa relativa às Casas Económicas, embora discriminada, é já incluída nas despesas no âmbito do III Plano de Fomento. A partir de 1972, as despesas com a construção de habitações são já incluídas na despesa geral do Fundo de Fomento da Habitação. Não sendo possível identificar a despesa específica com Casas Económicas, os anos de 1972 a 1974 não foram considerados.

280. Tendo por base as Estatísticas de Produção Industrial do Instituto Nacional de Estatística, que identificam os fogos construídos no âmbito do Decreto-Lei nº 23.052, de 23 de setembro de 1933. Até 1957, essas estatísticas identificam o número de fogos por bairro; a partir de 1958, passam a indicar os números por distrito, não existindo identificação do bairro.

do Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social e depois gerido pela Direção-Geral da Previdência e Habitações Económicas do Ministério das Corporações, a partir de 1950.[281]

281. Tendo por base os resultados dos concursos de atribuição de Casas Económicas publicados no Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e da Previdência (até 1972). Apesar de, percentualmente, representarem valores muito reduzidos, foram contabilizados também resgates, transferências de fogos e rescisões de contrato.

INVESTIMENTO EM CASAS ECONÓMICAS

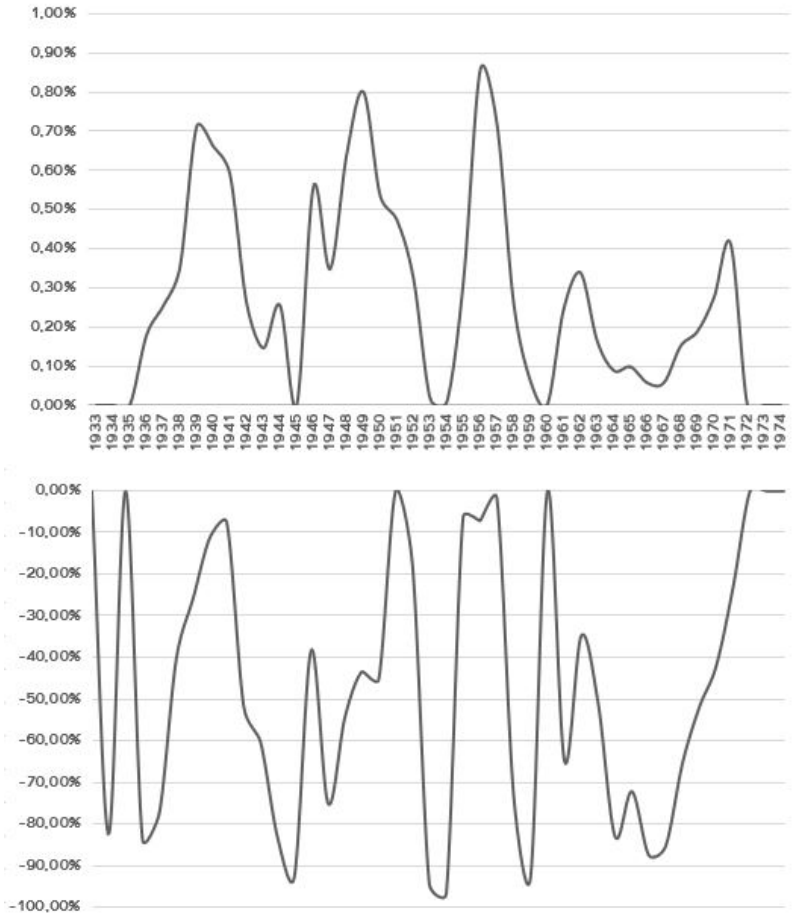

Gráfico 1 - Parte Superior: Despesa Efetiva com a Construção de Casas Económicas 1936-1972 (em percentagem do total da Despesa Efetiva do Estado). Parte inferior: Variação entre Dotação Orçamental e Despesa Efetiva da Construção de Casas Económicas. Fonte: Contas Gerais do Estado.

Através da análise dos Orçamentos e das Contas Gerais do Estado, estabelecemos uma quantificação das *intenções* e da *realidade*, na oposição entre o investimento previsto e a despesa realmente efetuada na rubrica de Construção de Casas Económicas. O peso da construção de Casas Económicas nas contas do Estado tem essencialmente três picos: 1939 (0,71% da despesa efetiva do Estado), 1949 (0,80%) e, 1956 (0,86%). De resto, esse peso varia bastante ao longo do tempo, como se pode perceber pela leitura do gráfico, com pontos mínimos em 1943 (0,15%), 1953 (0,02%) e 1954 (0,01%). Note-se que estes períodos de investimento mais reduzido correspondem, grosso modo, a transições de liderança no ministério, como a morte de Duarte Pacheco em 1943 e

os anos finais de mandato de José Frederico Ulrich; simultaneamente, os períodos de alta do investimento correspondem a inícios de mandato, no regresso de Duarte Pacheco ao cargo em 1938 e nos primeiros anos de mandato de José Frederico Ulrich, ministro a partir de 1947, e de Arantes e Oliveira, ministro a partir de 1954.

Esta correspondência sugere alguma preponderância da figura do Ministro das Obras Públicas no desenvolvimento do PCE, numa urgência de "mostrar serviço" ao assumir a pasta. Esta vertente *técnica* do PCE é fundamental; aliás, ajuda a explicar a evolução na abordagem à questão da habitação programada em Portugal durante o Estado Novo. Sendo, como parecem indicar estes dados, real a importância da figura e ação de cada Ministro, fica destacada a componente de *como fazer* da resposta às Casas Económicas, mais ligada à *construção* do que às *finanças;* é, como indicamos nos pontos anteriores, na órbita das Obras Públicas que se apurou, e se procurou desenvolver, o conhecimento mais técnico relativo à questão habitacional, quer na DGEMN, primeiro, quer na DGSU, depois, concentrando-se toda esta visão nos serviços do FFH, no final da década de 1960.

Ainda assim, a discrepância entre despesa orçamentada e despesa efetiva é, quase sempre, considerável, espelhando a falta de capacidade que o regime revelou para dar uma resposta capaz, como vimos, aliás, notado pela Câmara Corporativa no Parecer de análise ao IV Plano de Fomento. A produção de habitação, no que se refere às Casas Económicas, raramente atingiu os valores que lhe eram atribuídos em cada Orçamento. Essa discrepância pode ser explicada de várias formas, das quais duas nos parecem mais pertinentes.

A primeira explicação poderá estar nas dificuldades encontradas pelos serviços técnicos em avançar com muitos dos projetos, quer pela demora no desenrolar de cada processo, quer nos custos elevados associados, por exemplo, à aquisição dos terrenos, questão que percorreu todo o desenvolvimento do Programa e que foi sendo notada por todas as entidades envolvidas. Outra explicação poderá, talvez, ser encontrada nas limitações impostas à despesa pública por parte do Ministério das Finanças ou da Presidência do Conselho de Ministros. Se a segunda

hipótese é historicamente fácil de enquadrar, conhecendo-se o controlo apertado de despesas realizado pessoalmente por Salazar, a primeira terá sido certamente também real, já que no Arquivo do Ministério das Finanças se encontram diversas aprovações de despesa para bairros que não chegaram a ser executados, ou seja, disponibilizações orçamentais que perante dificuldades técnicas não chegaram a ter concretização.[282]

Da análise feita das Contas Gerais do Estado, apenas em 1950 o valor executado com a construção de Casas Económicas corresponde ao orçamentado; de resto, como é visível no Gráfico, os valores estiveram quase sempre afastados do previsto. Em 1945, dos 40 mil contos previstos apenas foram despendidos 2,8 mil (-93%), o que se poderá explicar com o contexto de final da 2ª Guerra Mundial e, também, com a criação das Casas para Famílias Pobres, que reorientariam parte da despesa pública com habitação. Em 1953, dos 20 mil contos previstos apenas se executaram cerca de mil (-95%); em 1959, do valor previsto de 82 mil contos apenas foram gastos cerca de 6 mil (-93%).

Fazendo o exercício, meramente teórico, de somar os valores orçamentados nos anos analisados, chegamos a um valor de quase 700 mil contos; somando a despesa executada, temos aproximadamente 360 mil contos, cerca de metade.[283] A exceção é o referido ano de 1950, em que o orçamento correspondeu à execução; sendo um ano intermédio entre as ações intensivas de Duarte Pacheco no final da década de 1930 e de Arantes e Oliveira no final da década de 1950, o orçamento refletirá uma perspetiva mais técnica e realista do andamento efetivo, e das reais possibilidades, da intervenção do estado.

282. A título de exemplo, indicamos os processos, com despesa aprovada, de construção de Casas Económicas em Chaves, em 1938 - Câmara Municipal de Chaves, "Melhoramentos Diversos," Arquivo do Ministério das Finanças, cota PT/ACMF/SG/EMP/CHV/003 — e na Figueira da Foz, em 1940 - Câmara Municipal da Figueira da Foz, "Construção de um bairro de casas económicas," Arquivo do Ministério das Finanças, cota PT/ACMF/SG/EMP/FIG/005.

283. Representando um valor médio de 58 contos por fogo; optamos por não dar importância a estes valores médios em intervalos de vários anos uma vez que os valores considerados de despesa orçamentada e executada não estão ajustados à inflação.

ESTATÍSTICAS DE CONSTRUÇÃO DE CASAS ECONÓMICAS

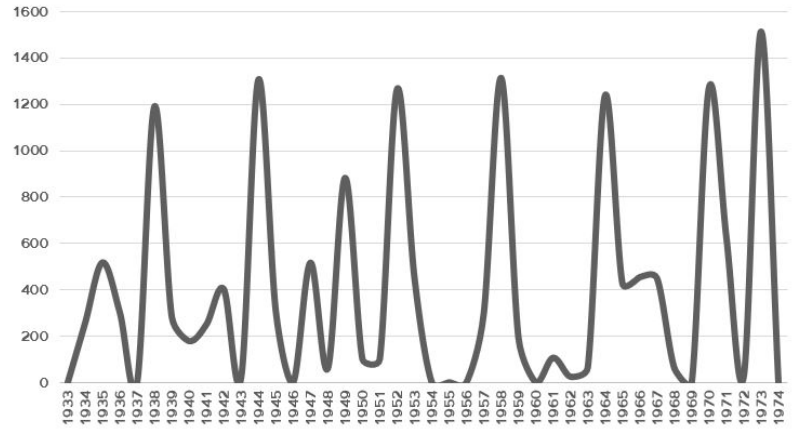

Gráfico 2 - Fogos construídos por ano segundo o Decreto-Lei nº23.052. Fonte: Estatísticas de Produção Industrial, Instituto Nacional de Estatística.

Passando à leitura da execução, ou seja, da concretização do investimento na construção de fogos que o Ministério indicava ao INE como tendo sido concluídos num determinado ano, as datas alteram-se ligeiramente. Nesse caso, os picos de produção correspondem a 1944 (1306 fogos concluídos), 1952 (1265 fogos concluídos), 1958 (1313 fogos concluídos), 1964 (1238 fogos concluídos) e 1970 (1273 fogos concluídos).

Curiosamente, 1938, ano do regresso de Duarte Pacheco ao Ministério, é um ano de investimento baixo (0,35% da despesa do Estado) mas um ano em que as estatísticas indicam um número proporcionalmente elevado de fogos concluídos (1190 fogos), o que reforça a ideia de que nenhum destes vetores pode ser visto isoladamente. No caso específico de 1938, a explicação poderá estar numa transformação profunda no Programa ordenada por Duarte Pacheco e que terá obrigado a uma revisão da forma de pensar e projetar as Casas Económicas; ou, como sugerimos atrás, num certo desinteresse pelo tema do Ministro Joaquim Abranches, que ocupou o cargo entre 1936 e 1956.

Tendo os blocos temporais que identificamos no Programa dimensão muito variável, importa fazer uma avaliação da produção média de cada período. No Primeiro Tempo das Casas Económicas, segundo as estatísticas oficiais, foram construídos 2265 fogos, num valor médio de 453 fogos por ano.[284] No Segundo Tempo, entre 1939 e 1956, construíram-se 6121 fogos integrados no PCE, numa média de 340 fogos por ano. Já

284. Considerando apenas os anos de 1934 a 1938, já que em 1933 não havia ainda construção em curso.

no Terceiro Tempo, entre 1957 e 1974, foram concluídos, ainda segundo as estatísticas do INE, 8050 fogos, numa média de 537 fogos por ano. Estas contas rápidas eliminam, desde logo, um conjunto de ideias feitas sobre as Casas Económicas. Não só há uma aceleração da produção a partir do momento em que se passa a permitir a habitação plurifamiliar, como o período com a produção média mais reduzida é aquele que se associa mais tradicionalmente à ação das Casas Económicas; é, afinal, o período em que se executam os conjuntos do **BCE Madre de Deus** [B24], **BCE Alvito** [B26],[285] e **BCE Encarnação** [B28], alguns dos bairros cuja imagem mais recorrentemente é associada às intenções do regime em relação ao Programa.

Já referimos a inconstância das estatísticas e a sua fiabilidade dúbia, quer por seletividade do regime na informação a partilhar quer pelas falhas na interpretação dos dados do lado de quem os fornece e do lado de quem os publica. Devemos notar que o pico de construção de fogos de 1970 nos parece ser devido a uma clara confusão na identificação dos programas em causa: na informação enviada pelo então relativamente recente FFH sobre Casas Económicas construídas em 1970, encontramos diversos conjuntos que não fazem, ao que julgamos saber, parte do Programa.[286]

285. Embora o BCE Alvito [B26] não tenha sido originalmente integrado no PCE, quando isso aconteceu o conjunto foi integrado nas Estatísticas de Produção Industrial do INE como ligado ao Decreto-Lei das Casas Económicas.

286. A "Relação das Obras Concluídas no Ano de 1969" elaborada pelo FFH denomina "Agrupamento de Casas Económicas" não só o BCE Estremoz [B65] como conjuntos em Cerdal, Arruda dos Vinhos, Tavira, Alenquer, Venda Seca, entre outros. "Gabinete do MOP - Obras concluidas e a inaugurar," AHIHRU — Textual, Forte de Sacavém, pasta 5780.

DISTRIBUIÇÃO DE CASAS ECONÓMICAS[287]

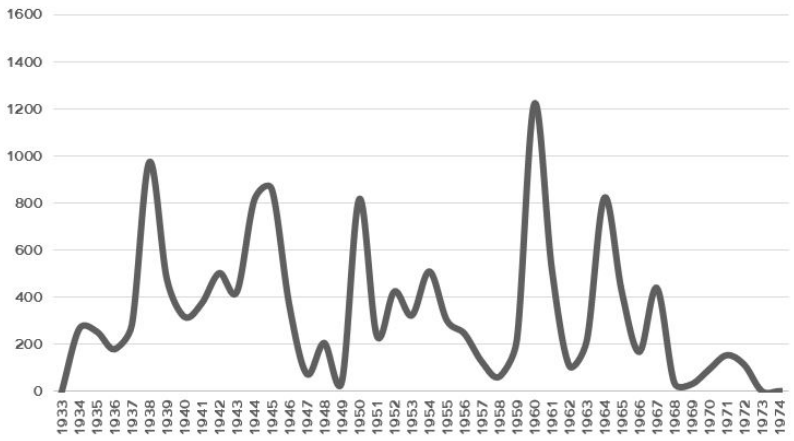

Gráfico 3 - Distribuição de Casas Económicas pelo Instituto Nacional do Trabalho e da Previdência 1934-1974. Fonte: Boletim do INTP.

287. Conforme dados publicados no Boletim do INTP.

A análise da distribuição de Casas Económicas, realizada pelo INTP através de concursos de atribuição, revela novamente algum desalinhamento de datas em relação aos dois itens anteriores. Este desalinhamento está, provavelmente, relacionado com a transição burocrática entre ministérios, por um lado, e com a própria evolução da execução dos conjuntos, por outro. Era frequente os trabalhos de urbanização, habitualmente da responsabilidade das Câmaras Municipais, serem realizados após ou próximo da finalização da construção das habitações. Assim, há provavelmente um período de intervalo entre o que o Ministério das Obras Públicas considerava o final da construção da parte que era a sua responsabilidade e a distribuição efetiva das casas. Além disso, foi também frequente um intervalo de tempo entre a disponibilização das casas pelo MOP e pela DGEMN ao INTP e a concretização dos concursos, sendo que encontramos vários casos de comunicações internas entre entidades com responsabilidades governativas procurando compreender os motivos pelos quais determinados bairros não estavam a ser ocupados apesar de estarem concluídos.

Devemos também notar uma discrepância de valores: identificámos um total de cerca de 14.000 fogos distribuídos pelo INTP, mas este valor inclui, frequentemente, a redistribuição de fogos resultante das diversas formas de cessação de contrato.

CESSAÇÕES DE CONTRATO

Aproveitando o registo da informação publicada pelo INTP relativa às Casas Económicas fizemos também uma contabilização dos motivos para cessação de contratos, publicados no Boletim da entidade. Havia, essencialmente, três formas de cessar o contrato de atribuição de uma Casa Económica. Essas três formas são a Desistência, o Resgate, e a Rescisão de Contrato.

A Desistência ocorria, habitualmente, logo após a atribuição da Casa. O candidato optava por não dar seguimento ao processo de atribuição, por vezes não chegando sequer a ocupar a casa. Não encontrámos na informação consultada referência a motivos para desistência. No Boletim do INTP contabilizámos 1143 desistências, sendo que poderá dar-se o caso de simplesmente o critério para publicação ter sido alterado, já que a primeira desistência publicada surge apenas em 1939, o que parece improvável, e daquele valor total praticamente metade (475) concentram-se no período entre 1940 e 1943, sendo mais equitativamente distribuídas a partir daí.

O Resgate, previsto pelo artigo 52º do Decreto-Lei das Casas Económicas, permitia a devolução da casa ao INTP, que, caso fosse aceite pelo SSECPS ou, depois, pela DGPHE, implicava a devolução ao ex-morador-adquirente de uma percentagem dos valores pagos, deduzidos dos seguros e taxas de juro associados à renda. Identificámos 362 resgates, com o primeiro a realizar-se em 1941.

Mais pertinente para a perceção do papel político do Programa é a leitura das rescisões de contrato. A Rescisão de Contrato acontecia por ação do INTP e era a aplicação efetiva do conceito de *renda resolúvel*. Implicava um processo de averiguação, a aprovação das várias entidades envolvidas e poderia durar anos até ficar concluída — um estudo destes processos, com uma visão abrangente, teria certamente interesse sociológico, histórico e político. Neste caso, apenas notamos a contabilização de 226 rescisões de contrato publicadas no Boletim do INTP, que corresponde a uma percentagem de 1,61% do total contabilizado de fogos distribuídos. Destas 226 rescisões, cerca de 30% (67) corresponde a incumprimento de pagamentos (ou

por não pagamento ou por pagamentos recorrentemente fora das datas estabelecidas) e 38% (86) por incumprimento das cláusulas do contrato que indicavam que os moradores-adquirentes deveriam ser "bons cumpridores dos seus deveres familiares e sociais, com perfeita moralidade" e manter a "limpeza e boa higiene" das habitações. Cerca de 22% das rescisões contabilizadas (50) não tinham indicação de motivo. Confirma-se, então, que há uma aplicação efetiva do princípio da propriedade resolúvel por motivos de análise subjetiva, como o comportamento dos habitantes — sendo que a referida análise dos processos poderia certamente revelar quantos foram lançados para se chegar a este número de rescisões definitivas e publicadas no Boletim do INTP. Recordemos que, mesmo dentro das instituições públicas do regime, estas interpretações legais não eram unívocas e eram frequentemente alvo de trocas de correspondência.

1.8. PITORESCO PROGRESSISTA, MODERNO RELUTANTE

Feita esta leitura, superficial e limitada, tanto da discussão do tema da habitação ao longo de quatro décadas de regime como da produção do Programa das Casas Económicas, algumas linhas homogéneas podem ser identificadas que contribuem para os objetivos desta investigação.[288]

Lançámos uma proposta de divisão da produção das Casas Económicas entre "pitoresco progressista" e "moderno relutante," identificando uma renovação em certos elementos do ato de projeto, e de *tipologia*, na primeira fase das Casas Económicas, por oposição à adoção sem evolução do espaço habitacional de *modelos* formais "modernos" a partir do final da década de 1950.

A historiografia das Casas Económicas não se monta, aliás, sem alguma hibridez de conceitos entre *modelo* e *tipo*, atualizando a posição sugerida por Eliseu Gonçalves, cujo estudo se foca no período imediatamente anterior ao PCE, de associação "do *modelo* ao ensino politécnico e do *tipo* ao ensino académico de *Belas-Artes*"[289]. O mesmo indica Rafael Moneo, apontando uma inversão na transição para a arquitetura do Movimento Moderno: "paradójicamente la teoria funcionalista iba a proporcionar las bases para un nuevo modo de entender la ideia de tipo." Através do exemplo de Alexander Klein, figura importante até para arquitetos portugueses onde tal não se esperaria — como vimos com os esquemas de Jacobetty para as Casas de Renda Económica — Moneo encontra na sistematização dos elementos da casa unifamiliar, abordagem científica recorrente na década de 1920, um reconhecimento "del tipo como estructura subyacente que daba forma a los elementos de toda arquitectura."

Onde esperaríamos encontrar o *modelo* da casa ruralizada/nacionalizada, nos primeiros anos das Casas Económicas, vamos encontrar uma racionalização do projeto da casa, reduzida aos seus elementos principais e com expansão pré-definida por associação de novos elementos — "un grupo de objectos caracterizados por tener la misma estructura formal."[290] Onde seria expectável o *tipo* científico da casa mínima, encontraremos o *modelo* — "repetición mecânica de un objecto"[291] - do bloco, que não questiona efetivamente nem o espaço

288. Este ponto cita e desenvolve um texto nosso anterior: Sérgio Dias Silva, "Progressively Picturesque, Reluctantly Modern: Building a Timeline of the Casas Económicas (1933-1974)," in *Hidden in Plain Sight: Politics and Design in State-Subsidized Residential Architecture*, coord. Rui Jorge Garcia Ramos et al. (Zurich: Park Books, 2021).

289. Gonçalves, "Bairros de habitação popular no Porto, 1899-1933. A prática de uma Arquitectura Económica, Saudável e Cómoda nas vésperas do Moderno," 281.

290. Rafael Moneo, "Sobre la Noción de Tipo," *El Croquis - Rafael Moneo 1967-2004* (2004 [1978]): 584.

291. Ibid., 588.

doméstico nem o espaço urbano, com a consequência, frequentemente, da criação de exteriores partilhados sobrantes de difícil qualificação.

Para lá da defesa da casa individual, enquanto símbolo (politicamente, aí sim, enquanto modelo) mais do que propriamente enquanto contraposição ao bloco, muito pouco de impositivo relativamente ao projeto encontrámos em comunicações, leis, discussões ou correspondência. Mesmo nessa luta individual/coletivo (porque o receio do regime era mais o coletivo do que propriamente o plurifamiliar), as referências são esparsas, embora seja clara pontualmente a inclinação de certas figuras para a solução de habitação isolada. Mas o próprio Jácome de Castro, na já referida comunicação de apresentação do Programa em 1935, não excluía a hipótese da construção em altura — "se o espaço falta, se a necessidade de ocupação do local obrigar, teremos que recorrer a soluções em vertical em vez de horizontal como esta mas o caso, então, é diferente. As intenções serão outras, portanto, as soluções diferentes."[292]

Se há uma ideologia coerente e constante ao longo de todo o PCE, esta é económica e não formal, e é a defesa da propriedade individual enquanto fator de estabilização social e, pelo menos na teoria, manutenção do *status quo*. Na realidade, no entanto, essa teoria foi negada pelo tempo, com a rápida absorção das Casas Económicas pelo mercado livre que ainda hoje se reflete na hipervalorização financeira de vários dos conjuntos, que referimos no Prólogo.

Esta *obsessão* pela propriedade individual enquanto fator estabilizador foi tradicionalmente confundida com a visão ruralista, do bairro-aldeia, que naturalmente existia em determinados patamares do regime e que se encaixava na perfeição no cenário montado por António Ferro no seu SPN e, até certo ponto, na visão formal de Raul Lino. Mas esta relação entre o *unifamiliar* e o *independente* não esteve, de todo, limitada e ligada ao pensamento autoritário. No contexto dos programas de construção de habitações lançados no Reino Unido no período durante e após a 1ª Guerra Mundial,[293] Mark Swenarton nota a importância do *independente*:

292. Castro, *Bairros Económicos*, 204.

293. Para uma introdução à resposta britânica à questão habitacional, ver Mark Swenarton, "Homes Fit for Heroes," in *Hidden in Plain Sight: Politics and Design in State-Subsidized Residential Architecture*, coord. Rui Jorge Garcia Ramos et al. (Zurich: Park Books, 2021).

> *"What was the meaning attached to the gardens, bathrooms and other improvements in housing standards that the MPs demanded? (...) By building the new houses to a standard previously reserved for the middle classes, the government would demonstrate just how different their lives were going to be in the future. (...) the housing programme would persuade the people that their aspirations would be met under the existing order (...) the new houses built by the state — each with its own garden, surrounded by trees and hedges, and equipped internally with the amenities of a middle-class home — would provide visible proof of the irrelevance of revolution."*[294]

Mantendo-nos no contexto britânico, mas saindo da esfera da ação do estado, vemos os pontos identificados por Deborah Sugg Ryan no seu estudo das habitações-protótipo representadas nas exposições *Ideal Home Show*, organizadas pelo jornal Daily Mail entre 1918 e 1939.[295] "The home — and particularly owner-occupation — was (...) linked to citizenship and social status."[296] Embora refira o culto romântico do rural idílico e idealizado como uma referência cultural importante trazida do século XIX, Sugg Ryan destaca o aspeto metafórico da *casa familiar* enquanto representação do *império*.

> *"The idea of 'home' was important in the construction of a distinctly British national and imperial identity that has been overlooked by many architectural and design historians. 'Home' in an imperial context, embraced the microscopic, in the form of the individual dwelling, and the macroscopic, as the 'mother country,' looking outwards to the wider shores of the Empire."*[297]

Lá como cá, a família como célula-base. A *aspiração pela casa individual* era (é?) relativamente universal, e Portugal não seria exceção — Eliseu Gonçalves refere a importância de Pierre-Guillaume-Frédéric Le Play (1806-1882) e da sua defesa do conjunto de casa e horta — que tanto ocupa como garante complemento do sustento - enquanto património familiar "em elementos materiais chave para o fortalecimento, sedentarização e perpetuação do grupo familiar e, consequentemente, para a estabilidade física e emocional."[298] Mas que arquitetura queria o regime para esta casa?

294. Mark Swenarton, *Homes Fit For Heroes. The Politics and Architecture of Early State Housing in Britain*. (London: Heinemann Educational Books Ltd., 1981), 86-87.

295. O jornal organizou a *Ideal Home Show* entre 1908 e 2009.

296. Deborah Sugg Ryan, *Ideal Homes, 1918-39. Domestic Design and Suburban Modernism*. (Manchester: Manchester University Press, 2018), 29.

297. Ibid., 168.

298. Gonçalves, "Bairros de habitação popular no Porto, 1899-1933. A prática de uma Arquitectura Económica, Saudável e Cómoda nas vésperas do Moderno," 80.

IMPOSIÇÕES FORMAIS

> *"A visão ortodoxa fala de um Estado Novo como conceito blocado, clama pela existência de uma arquitectura de Estado, imposta artificialmente, e supõe os arquitectos todos — com algumas raras excepções - identificados com uma visão política de esquerda. Mas de facto o Estado Novo nunca terá existido como um todo ideológico coerente, nunca definiu nem impôs uma arquitectura, nem os arquitectos assumiram no geral uma clara oposição profissional ao regime."*[299]

Nas Casas Económicas não se deteta uma linha "editorial," uma intenção geral, uma vontade comum; na documentação consultada, referente na sua grande maioria à gestão central da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, praticamente não se encontram críticas formais ou sugestões. Veremos nos capítulos seguintes que se encontram, antes, conjuntos integrados no contexto da obra dos seus autores. Naturalmente, a própria escolha dos autores seria, por si, ideológica, forçando um caminho — é o que parece acontecer no início do Programa com a secundarização da figura de Pardal Monteiro relativamente ao "especialista na casa portuguesa" Raul Lino. No entanto, a contratação de João Andresen em 1956, contemporânea com o abandono da sua proposta vencedora para o monumento em Sagres, assim como, posteriormente, em 1959, de Luís Fernandes Pinto, jovem arquiteto com estágio nos EUA e, em 1963, da equipa técnica de Agualva-Cacém, indicia que a escolha dos arquitetos se referiria mais a uma circulação de certos autores na órbita da encomenda pública do que propriamente do maior ou menor interesse do regime numa imagem ou num eventual aspeto vanguardista ou conservador dos trabalhos desses arquitetos.

Como sugerimos a propósito do Congresso, a escolha de novos autores para o Programa demonstra a inevitabilidade de uma nova geração, nascida na segunda década do século e que dava os primeiros passos na profissão no final da década de 1940, passar aos poucos a ditar a abordagem de projeto nos programas de investimento público.

299. Pedro Vieira de Almeida, "Arquitectura e Poder: Representação Nacional [1997]," in *Apontamentos - Para Uma Teoria da Arquitectura* (Lisboa: Livros Horizonte, 2008).

"Se o Governo na realidade tivesse querido *impor* uma arquitectura ao país, tê-lo-ia feito, com ou sem vontade dos arquitectos. Vivíamos num estado autoritário, minuciosamente despótico, policial."[300] Talvez tenha realmente sido decisão de Salazar a de não construir o *Mar Novo,* a proposta com que João Andresen venceu o concurso para o Monumento em Sagres;[301] mas nem Arantes de Oliveira, o mesmo que permitiu a habitação plurifamiliar no PCE, estava convencido das virtudes da proposta.[302] Encontrar-se-ão, certamente, críticas individuais. Afinal,

> *"as imposições apareceram claro, e nada o pretende ocultar, mas eram formuladas por personagens secundários, criticamente de nível muito rudimentar, que tomavam nos seus respectivos cargos atitudes de pequenos déspotas de falsa estatura intelectual. O pior efeito das ditaduras foi sempre a criação destes personagens secundários, vazios, que sobrevivem na babugem do poder, poder que outros detêm."*[303]

Assinala-se assim a força dos *pequenos poderes* que funcionariam, por vezes, nos dois sentidos. Demos o exemplo da autonomia da Câmara Municipal de Portimão no processo do Bairro para Pobres do Pontal, em 1943, mas aí o maior problema terá sido o público-alvo, considerado socialmente desenquadrado, mais do que a imagem do projeto. Outro episódio algarvio do final da década de 1940, o do Centro de Assistência Social Polivalente de Loulé, é contado por Ricardo Agarez, não tendo o desagrado registado pelo Ministro José Frederico Ulrich relativamente ao projeto, de linhas modernas, impedido o desenvolvimento do processo, já que a obra avançou segundo o projeto de Manuel Laginha (1919-1985) e Rogério Martins (1920-1997). Assim se vai notando como "contrariamente à visão cultivada pela historiografia da arquitetura e do urbanismo do século XX em Portugal, o poder do governo central na definição da feição arquitetónica das Obras Públicas de 'interesse local' não se terá sobreposto sistematicamente ao papel dos atores que (...) participaram no processo."[304]

300. Pedro Vieira de Almeida, *A Arquitectura no Estado Novo* (Livros Horizonte, 2002), 39.

301. Pedro Vieira de Almeida analisa com detalhe os vários concursos para Sagres. Ibid.

302. "Despachos com o Presidente do Conselho," AHE — EOPTC, s , Cx.58, 45-46.

303. Almeida, *A Arquitectura no Estado Novo*, 172.

304. Agarez, "Obras Públicas e "Melhoramentos" Locais: Entre Lisboa e o País (Real)," 144.

Embora na sua análise da arquitetura no Estado Novo Pedro Vieira de Almeida se tenha encaminhado para a questão da monumentalidade, dá também alguma importância a esses poderes, de que a referida ação de Jácome de Castro poderá constituir um exemplo. Não existindo uma "directiva oficial centralizada," ficava remetido às *figuras*, por vezes às instituições, a definição, não de uma diretiva, mas de um caminho de tentativa e erro a que os arquitetos se foram adaptando, por autocensura ou opção, de forma a garantir aprovações, já que as indicações, quando existiam, seriam relativamente vagas — "quando estes miniditadores de relógio de ponto falavam de arquitectura," procuravam aplicar a sua visão do que acreditavam ser a visão de Salazar, "a versão estatal, operativa, burocratizada, do que seria a (...) *instituição de portugalidade.*"[305]

Notámos ainda, no PCE, visões distintas entre ministérios, particularmente no mandato de Arantes e Oliveira no Ministério das Obras Públicas, entre 1954 e 1967. Esta ideia de duas correntes existentes ao nível da coordenação ministerial, contraditórias entre si, demonstra, ou pelo menos sugere, a inexistência, em relação ao Programa, tanto de qualquer linha coerente intencional do regime, como de uma imposição formal "vinda de cima" que orientasse a ação dos ministérios no tema da habitação, aliás já percetível na relativa liberdade com que se desenvolveu o Programa das Casas de Renda Económica.[306] É necessário fazer neste ponto uma distinção em relação a outros programas de construção lançados pelo Estado Novo, em que a imposição de uma certa pesquisa formal está mais claramente *documentada*, mesmo que não chegue nunca a corresponder tanto a uma "linha oficial" como à imposição do gosto de determinadas personagens envolvidas nos processos. No contexto do Plano Geral de Edificações para os CTT, Carlos Bártolo encontra "uma imposição estética do poder que se sobrepôs à liberdade criativa inicial." Os projetos-tipo iniciais, do final da década de 1930, eram marcados por uma horizontalidade e depuração de linhas que caracterizaríamos como de inspiração *art deco*; no entanto, ao analisar as concretizações, verifica-se que há uma adaptação dessa imagem exterior com a inclusão de referências de cariz vernacular, logo no primeiro projeto construído, em Alcobaça,

305. Almeida, *A Arquitectura no Estado Novo*, 42.

306. Tavares, "Habitações Económicas — Federação de Caixas de Previdência. Arquitectura e Modos de Actuação no Exercício do Projecto.."

"exceção a este anseio de modernidade."[307] Adelino Nunes (1903-1948), autor dos projetos-tipo das instalações dos CTT — e que também terá colaborado com a Secção de Casas Económicas da DGEMN numa fase inicial do Programa, na década de 1930[308] - justificava na época a opção, em Alcobaça por uma imagem mais próxima do vernáculo com a proximidade ao Mosteiro e a casas típicas.[309] A imposição de uma imagem específica parece estar então associada a questões de *contexto*, sendo particularmente difícil a opção, pelos autores dos projetos, de uma imagem tida como moderna na proximidade de centros históricos ou em contextos em que os valores de representação se sobrepõem aos valores de expressão da funcionalidade do edifício, como é o caso, também analisado por Carlos Bártolo, do episódio do edifício das Centrais Telegráfica e Telefónica em Lisboa, em que um parecer de Raul Lino parece ter tido clara influência na imposição de alterações ao projeto.[310]

A mesma lógica de maior limitação de ação de projeto em contextos consolidados/históricos parece identificar-se nos projetos para a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, a que Joana Brites tem dedicado extensa investigação, a par de uma pesquisa mais abrangente sobre a relação entre o Estado Novo e os arquitetos, não só em termos de imposições formais como da atividade política de arquitetos e das consequências desta na sua atividade profissional.[311] Nos processos de desenvolvimento de projetos para a CGDCP, Joana Brites identificou interferências em diferentes graus e de diferentes entidades, destacando a intervenção das Câmaras Municipais, variando entre "uma concordância quase passiva" e uma "resistência organizada com capacidade de efetivamente condicionar os projetos."

> *"Uma proposta arquitetónica 'desalinhada' dificilmente sobreviveria à extensa e poliédrica triagem montada. Independentemente do* input *(um arquiteto com uma mundividência e preferências específicas), o regime detinha a capacidade de normalizar — no grau desejado e com a margem de tolerância permitida pelas esferas de decisão envolvidas — o* output."[312]

307. Ver Carlos Bártolo, "Função, Forma e Fantasia: O Plano Geral de Edificações dos CTT, 1937-1952," in *Obras Públicas no Estado Novo*, coord. Joana Brites e Luís Miguel Correia (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019).

308. Adelino Nunes foi contratado pela DGEMN para colaborar com Raul Lino na elaboração de elementos gráficos relativos ao BCE Portimão [B3]. Carta dirigida à DGEMN, datada de de 28 abril de 1934. Processo "Construção de Casas Económicas Decreto-Lei nº 23.052 — Assuntos de Interesse Geral." AHIHRU — Textual, Forte de Sacavém, pasta 5348.

309. Citado em Bártolo, "Função, Forma e Fantasia: O Plano Geral de Edificações dos CTT, 1937-1952."

310. Ibid., 336-38.

311. Joana Brites, "Entre o poder da arte e a arte do poder: Modernismo versus neoclassicismo monumentalista na arquitectura das décadas de 1920 a 1940?," *Revista Portuguesa de História* XXXVII (2005); Brites, "Arquitectos e Oposição ao Estado Novo."; Brites, *O Capital da Arquitectura*; Brites, "The New State, Architecture and Modernism."; Joana Brites, "Do Caixote à Caixa: Filiais e Agências do Banco do Estado (1929-1970)," in *Obras Públicas no Estado Novo*, coord. Joana Brites e Luís Miguel Correia (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019).

312. Brites, "Do Caixote à Caixa: Filiais e Agências do Banco do Estado (1929-1970)," 297.

Isto não significa, no entanto, a imposição de "receitas estéticas" específicas, mas sim o poder de encaminhar a reformulação de projetos num sentido considerado mais apropriado, o que, no caso dos edifícios para a CGDCP, se focava essencialmente na "exigência da 'adaptação ao local' ou a ênfase na indispensabilidade de conferir ao edifício a 'nobreza' e/ou a 'dignidade' correspondentes à sua função pública."[313] Ou seja, tal como nas edificações para os CTT, a procura de uma imagem de referência formal a *estilos* ou a componentes de construção vernacular, que tradicionalmente a historiografia associou à produção arquitetónica com o apoio do Estado, foi circunstancial e associada a contextos específicos questão que, nas Casas Económicas, se torna secundária pela localização quase sempre isolada dos conjuntos.

Isto não exclui, naturalmente, a possibilidade de imposições formais terem existido, formal ou informalmente, nas Casas Económicas, algo que futuras investigações poderão vir a identificar. Ainda assim, se o projeto de edifícios públicos no Estado Novo teve certamente uma componente exógena, quer pela integração em contextos consolidados, quer pela necessidade de representação, nas Casas Económicas esse processo é tendencialmente endógeno, pela frequente ausência de contexto físico específico, tornando os conjuntos necessariamente *autorreferenciados*, caracterização que poderá ajudar a explicar a aparente ausência dessas imposições formais claras e a eventual opção por, em determinadas alturas, autores específicos que garantiam, não por imposição mas por opção, o seguimento de uma linha formal de fácil assimilação por parte do público-alvo.

Essa facilidade de assimilação começaria pela cúpula do regime. O Presidente do Conselho teria as suas preferências, mas estas não tinham uma base técnica ou cultural que permitisse imposições específicas para lá de ideias genéricas,[314] apesar de o Estado Novo ter conseguido criar uma aura de omnipresença e omnisciência da sua maior figura que contaminou a historiografia de arquitetura. A fama garantida por Salazar de ter conhecimento e intervenção em quase todos os assuntos da gestão do estado[315] faria supor uma participação no desenvolvimento do Programa das Casas Económicas, no que se refere ao projeto. Mas, também aí, não encontramos documentação que pudesse sustentar ou

313. Ibid.

314. Veja-se o episódio da conversa entre Keil do Amaral e Salazar, em que este aceita a visão de Keil sobre uma eventual *nobreza do betão* na apresentação da publicação do Inquérito à Arquitetura Popular, contado em entrevista por Alfredo da Matta Antunes. Francisco Manuel Portugal e Gomes, "Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa: Contributo para o Entendimento das Causas do Problema da «Casa Portuguesa»" (Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2018), Anexo I - Entrevistas, 6.

315. Pinto, "O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945)."

sequer sugerir essa hipótese. Naturalmente, poderá dar-se o caso de a intervenção ter sido realizada de forma oficiosa. Dado o obsessivo registo por parte de Salazar da sua atividade diária, parece improvável que tal acontecesse sem deixar pistas, até porque é relativamente simples encontrar no Arquivo Salazar da Torre do Tombo informação que sugere uma ação direta noutros aspetos muito específicos da gestão do PCE, como a escolha dos fiscais e atribuição de casas.[316] A evolução do tratamento arquivístico do espólio de Salazar poderá vir a revelar outros aspetos até este momento desconhecidos — mas devemos notar que os Diários de Salazar, recentemente disponibilizados, têm poucas referências às Casas Económicas.[317]

Também devemos notar que Salazar tendia a manter junto a si funções que considerava politicamente significativas, não as atribuindo a Ministros — de que os exemplos mais flagrantes são o tema das Corporações, até à década de 1950 geridas pelo Subsecretariado das Corporações e Previdência Social, e da Propaganda, com o Secretariado da Propaganda Nacional. A área de projeto das Casas Económicas esteve desde o primeiro momento diretamente sob a alçada do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações[318] e assim continuou, ainda que, como vimos na análise do espólio de Arantes e Oliveira, o tema fosse alvo de discussão com o Presidente do Conselho em termos muito gerais.

Não se pode negar ainda a importância do SPN na criação de uma imagem específica de estado — ainda que multifacetada, e cuidadosamente adaptada ao contexto de cada situação. Coloca-se a dúvida sobre quem chega primeiro, se a casa económica em ambiente que se poderá entender como "ruralizado," ou pelo menos *não urbanizado*, se o Portugal do SPN e de Ferro, de artesanatos, monumentos, "Verdes-Gaios" e galos de Barcelos.

Na verdade, quase não há referências ao SPN nos processos que consultámos de Casas Económicas,[319] quer na DGMEN, quer no ANTT; mas as Casas Económicas dos primeiros anos encaixam na imagem que Ferro montara e assim são vendidas em publicações de público variado, de que destacamos os exemplos do *Mundo Gráfico* (Fig. 10),[320] da *Panorama*,[321] e do boletim da Mocidade Portuguesa Feminina.[322]

316. Existem no Arquivo Salazar da Torre do Tombo inúmeros processos já tratados relativos a pedidos de atribuição de casas — quer pedidos de casas dirigidos diretamente ao ditador, quer correspondência de agradecimento pela atribuição — e à nomeação de fiscais — processos de candidatos, pedidos de contratação e informação enviada diretamente por fiscais contratados.

317. Madalena Garcia, coord., *Diários de Salazar (1933-1968): O dia a dia, a hora a hora, da vida pública e privada de António Oliveira Salazar* (Porto Editora [edição digital], 2021). As referências encontradas às Casas Económicas são esparsas e dão nota de algumas visitas a bairros e abordagem do tema em reunião com Ministros.

318. A partir de 1947 e do Decreto-Lei 36.601 dividido entre o Ministério das Obras Públicas, que mantém a tutela das Casas Económicas, e o Ministério das Comunicações.

319. A exceção encontrada é um conjunto de pedidos de informação estatística sobre Casas Económicas para utilização nas publicações já do Secretariado Nacional da Informação, ou seja, pós-1945. "Pedido de informação do SNI sobre Casas Económicas," SIPA, Cota PT-DGPC/SIPA DGEMN CE-0445.

320. "Uma Porta e Uma Janela!...", *Mundo Gráfico* 1, nº 8 (30 janeiro 1941).

321. "Casas Económicas: Janelas Abertas para a Vida," *Panorama* 1, nº 2 (Julho 1941).

322. Francisca de Assis, "Um Problema," *Mocidade Portuguesa Feminina*, nº 51-52 (Julho-Agosto 1943).

Para lá das entrevistas a Salazar, não se nota grande interesse do SPN pelo tema da habitação económica, o que por si é de assinalar quando se sabe que o secretariado se dedicou longamente ao tema da imagem da *casa de férias* e do ambiente *local* das pousadas.[323]

323. Ver Marta Lalanda Prista, "Discursos sobre o Passado: Investimentos Patrimoniais nas Pousadas de Portugal" (Tese de Doutoramento em Antropologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011).

Vila Viçosa já tem uma aldeia nova que é êste lindo bairro batido de sol e florido de sardinheiras.

UMA PORTA E UMA JANELA!...

Portugal povoa-se de aldeias brancas. Hoje uma, amanhã outra. Nascem no meio das serras, numa floração de neve; estendem-se nas margens dos rios tranqüilos onde se reflectem num sorriso de alegria ou, então, coroam os subúrbios das cidades descobrindo os horizontes mais belos da paisagem em perspectivas ainda inéditas para a visão.

O sol beija-as contente de entrar à vontade pelas janelas largas, sem pedir licença a uma empena hostil, ou descer, timidamente, a parede salitrosa de um saguão coberto de detritos.

Brinca nos quintais tamaninos, como lenços de assoar, garridos nas suas ramagens naturais de flores, onde há sempre uma serpe de madresilvas perfumadas e duas rosas vermelhas como corações apaixonados.

Já não existem os bairros de lata feitos de materiais arbitrários, estendal de miséria pungente, que cercavam, com os seus acampamentos de farrapos, as cidades e que eram uma triste recordação da outra guerra.

Não existiam apenas, é bom dizê-lo, em Portugal. Havia-os por tôda a parte, mais desesperados ainda na sua fisionomia faminta e trágica. Insalubres, tristes, batidos pelo vento, a tiritar de frio e encharcados de chuva, horríveis na sua promiscuidade humana, êsses bairros negros eram como que os destroços do terrível naufrágio económico que assolara a Europa.

Mercê do Estado Novo, os trabalhadores portugueses já têm hoje o seu lar, uma das tais casinhas brancas, com uma porta e uma janela, mesmos duas, que é deles pago lentamente em prestações de rendas, onde a vida decorre feliz e tranqüila, sem medo do senhorio, nem das incertezas do dia de amanhã. A obra das casas económicas atingiu notáveis proporções. Lisboa está rodeada dessas pequenas cidades, com escola, cinema, teatro, biblioteca, postos de socorro, etc. que se bastam a si próprias. Na província sucede o mesmo. No mês passado, coube a vez à Covilhã de inaugurar o seu bairro. Mas há-os também no Porto, Braga, Fur al, Olhão, Portimão, Viana do Castelo, Vila Viçosa, S. João da Madeira, Bragança, já baptisados e habitados — casinhas novas, muito ridentes e compostas, algumas até com o seu ar de luxo, palácios de sonho que mais de um milionário certamente invejará.

Já repararam que os prédios também têm a sua fisionomia? E que a sua felicidade íntima se reflecte na parede? Pois são assim as moradias dos trabalhadores portugueses.

Muito caiadas, entre flores, de gelosias verdes beirais onde as andorinhas nedificam e um alpendre onde nas tardes de sesta as crianças brincam e cantam — elas são uma imagem déste Portugal doce, sereno do seu destino, que assim constroi os mais belos e úteis monumentos da vida humana.

É a tarefa magnífica prossegue. No próximo ano, cinco mil trabalhadores terão o seu lar individual. Portugal cresce!

«Somos mais, somos melhores — disse Salazar, a quem se deve também o espírito e a realidade desta frase que é uma das melhores legendas da sua política de reconstrução nacional: enquanto houver um português sem lar, a Revolução continua.

As casas brancas parecem noivas no meio da paisagem rural. A luz canta nas suas fachadas pequeninas

As crianças brincam entre flores. As casas dos operários fazem inveja a muitos milionários.

12

Fig. 10. "Uma Porta e Uma Janela!..." [*Mundo Gráfico* Ano I nº8 (30 janeiro 1941): 12.]

NOVAS FUNÇÕES DO ESTADO

> *"Dois universos de sentido que se harmonizariam no português. Teríamos, por um lado, a memória de um percurso histórico protagonizado pelas elites governantes e construído no seio da 'cultura superior,' enquanto numa outra dimensão se manifestaria a preservação dos elementos basilares da identidade nacional, expressos num conjunto de práticas, comportamentos e tradições que o 'povo', distante das dinâmicas de mudança pelas quais a sociedade passava, teria conseguido preservar"*[324]

A ideia de que o PCE tinha objetivos económicos, de criação de uma classe de proprietários nos grandes centros urbanos tendencialmente satisfeitos com o regime, se não mesmo dependentes deste e do seu próprio comportamento para a estabilização familiar, é relativamente unânime nos autores que abordaram o Programa. Essa intenção permite a leitura do Programa das Casas Económicas, na sua interpretação política, como um instrumento de engenharia social.

A opção, porque o foi,[325] de retardar a industrialização do país, não pôs em causa a utilização, por parte do regime, de instrumentos modernos de caracterização, primeiro, e reeducação, depois, da sociedade. "The ideia that one of the central purposes of the state was the improvement of all the members of society — their health, skills and education, longevity, productivity, morals and family life — was quite novel,"[326] diz James C. Scott. É uma visão científica e, por isso mesmo, moderna, da sociedade e das *massas*, que podem ser moldadas e adaptadas, ou *reeducadas*; Scott chama a essa *aspiração pela uniformidade* "high modernism," considerando que ocorre essencialmente com o cruzamento de três elementos. Desde logo, essa aspiração por uma ordem social específica, "the administrative ordering of nature and society." O segundo elemento está numa revisão do papel do estado burocrático - "the unrestrained use of the power of the modern state as an instrument for achieving these designs." O terceiro elemento está no alvo desta ação, no caso português uma sociedade civil recetiva à ideia, pelo menos nos primeiros anos da ditadura, de prescindir de liberdades

324. Luís Cunha, *A Nação nas Malhas da Sua Identidade: o Estado Novo e a Construção da Identidade Nacional* (Porto: Edições Afrontamento, 2001).

325. Fernando Rosas identifica para os primeiros anos do Estado Novo "a característica de fundo da política económica salazarista: o congelamento e protecção das estruturas e dos grandes interesses agrários, especialmente dos ligados à vinha e ao trigo (...) Em suma, uma coligação rural/comercial/colonial/monopolista contra o desenvolvimento do capitalismo e da indústria." Fernando Rosas, *O Estado Novo nos Anos Trinta 1928-1938* (Lisboa: Editorial Estampa, 1996), 30.

326. James C. Scott, *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed* (Yale University Press, 1998), 91.

para garantir a paz social — "a weakened or prostrate civil society that lacks the capacity to resist these plans."[327]

O Estado Novo reuniu esses elementos para afirmar uma visão específica de sociedade, atribuindo uma importância extrema à centralização de recursos e gestão de todos os aspetos da modernização do país; as obras públicas demonstram-no.[328] Não por acaso, entre as primeiras grandes obras representativas do regime estão o edifício do Instituto Nacional de Estatística[329] — a visão científica, *quantificável*, *estratificada* da sociedade — e o Instituto Superior Técnico — a formação superior *técnica*.

> *"In place of multiple sources of invention and change, there was a single planning authority; in place of the plasticity and autonomy of existing social life, there was a fixed social order in which positions were designated."*[330]

Esta é uma descrição do objetivo do *High Modernism,* nas poderia ser uma descrição das intenções do corporativismo: como descreve Fernando Rosas, para o Estado Novo "socialmente a organização corporativa assegurara a 'renovação e desenvolvimento' num ambiente de 'paz social'," "negando a luta de classes."[331] As Casas Económicas, são, também, um instrumento de apaziguamento social, e não só de uma *classe de apoiantes*, embora essa seja um elemento fundamental da organização do programa. O espírito revolucionário do século XVIII trouxe a novidade da *rua* como palco de combates sociais, e o receio dos *operários* enquanto mole com potencial de revolução marcou as primeiras décadas do século XX e fez parte integrante das fundações dos regimes autoritários de entre guerras. Particularmente nos primeiros anos do programa, da garantia de *paz social* fazia também parte a provisão de habitação, teoricamente, acessível, em zonas onde existia uma maior concentração de *massas operárias* com potencial risco de revolta. Este tema mereceria um estudo por si, mas deve notar-se que não é por acaso, então, que entre as primeiras iniciativas das Casas Económicas encontremos exemplos em Portimão e Olhão, diretamente ligados à indústria conserveira, Vila Viçosa, com a transformação do mármore, e Covilhã, de forte presença da indústria dos lanifícios. Estabilizar estas massas, anunciando-lhes a *possibilidade de uma casa*

327. Ibid., 88-89.

328. "Integrando profundamente a noção política de acção para o bem público, tratava-se de uma chamada de 'ordem' a um estado de 'ordem' para uma nova disciplina arquitectónica e urbanística com um duplo objectivo: dotar o país tão carenciado de novos equipamentos públicos e, simultaneamente, afirmar, do modo mais mediático e perene, a imagem de um 'novo' regime." Ana Tostões, *A Idade Maior: Cultura e Tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa* (Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2015), 176.

329. Certamente não por acaso, o governo de Domingos Pereira (1882-1956), ao lançar o "maior conjunto de leis sociais jamais publicado em Portugal," os 340 decretos publicados a 10 de maio de 1919, colocou a Direcção dos Serviços de Inspecção, Estatísticas e Cadastro na alçada do então criado Insituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral. Assim se associava a melhoria das condições sociais à recolha e gestão da informação estatística. Sobre os decretos de 1919, ver Garrido, *Cooperação e Solidariedade: Uma História da Economia Social*. Sobre os antecedentes do Instituto Nacional de Estatística, ver a "Proposta de lei que cria o Instituto Nacional de Estatística," in *Diário das Sessões*, nº 37 (29 de março de 1935):703 e seguintes.

330. Scott, *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*, 93.

331. Rosas, *O Estado Novo nos Anos Trinta 1928-1938*, 33.

(a habitação foi sempre mais uma *ilusão* do que uma realidade, como vimos no ponto 1.6), foi bem mais importante para o regime do que a imagem que essas casas teriam.

Como indicámos, pela dimensão e objetivos do trabalho, evitámos as comparações com modelos internacionais, a que recorreremos esparsamente; ainda assim, a investigação de Marla Stone sobre o Fascismo italiano parece uma referência pertinente, a propósito da *dualidade* que será igualmente cara ao Estado Novo. "Seeking an image of continuity and change, Fascist taste in the fine arts was an amalgam of traditional, bourgeois, and high modernist tastes."[332] Outra ideia importante lançada por Stone é a de que "as of 1930, very few governments had offered official support to the European avant-gardes, with the inconsistent exception of the Soviet Union in the 1920s and certain local governments under the Weimar Republic."[333] Ou seja, a recusa de um Movimento Moderno mais ortodoxo a nível estatal não foi exclusiva de um tipo de regimes, embora uma historiografia focada na vanguarda possa originar generalizações que o sugerem.

A propósito de uma clarificação da noção de modernidade, alguma historiografia mais recente dos regimes autoritários de cariz fascizante na Europa tem-se dedicado à particular relação desses regimes com o *tempo*. Fernando Esposito e Sven Reichardt notam como "while (...) allegedly counterrevolutionary and restorative concepts are frequently associated with fascism — take, for example, the emphasis on Nazi agrarian romanticism or Fascism's ruralism — scholars have often underestimated its revolutionary drive."[334]

No caso do regime português, não havia a mesma necessidade de *agregar* que marcava a herança histórica de Itália e Alemanha, ambas contando, no início dos respetivos regimes autoritários, décadas de unificação territorial. Nesses casos foi necessário recuar no tempo para encontrar um *tempo comum* com que a população se pudesse identificar. No caso português, mesmo com a unidade territorial, essa agregação foi feita por duas vias, simultâneas, como no caso da Exposição do Mundo Português: em paralelo, um Portugal heróico, imperial — da época dos *castelos* e da época dos *descobrimentos* — e

332. Marla Stone, *The Patron State: Culture and Politics in Fascist Italy* (Princeton: Princeton University Press, 1998), 69.

333. Ibid., 159.

334. Fernando Esposito e Sven Reichardt, "Revolution and Eternity: Introductory Remarks on Fascist Temporalities," *Journal of Modern European History* 13, nº 1 (2015): 26.

um Portugal de alma rural, idílica, campestre. Mas, simultaneamente, era preciso mudar tudo para que tudo ficasse na mesma.

"How was this paradox of revolution and eternity, of accelerating and halting time, resolved? Overall, the fascist orientation towards an alternative future remained oddly abstract. Faith, action, combat and the deed replaced concrete ideas of how, and to what end, the future was actually being shaped."[335] A noção de *tempo novo*, apropriada pelo regime, indicia uma intenção de criar uma "comunidade imaginada," segundo a lógica de Benedict Anderson, que lista outros exemplos de *tempos novos*, desde logo a Revolução Francesa e o seu

> *"sentimento profundo de que estava a dar-se uma ruptura radical com o passado — uma 'explosão do continuum da História'? Nada exemplifica melhor esta intuição do que a decisão, tomada pela* Convention Nacionale *a 5 de outubro de 1793, de acabar com o calendário cristão, que vigorava há séculos, e inaugurar uma nova era mundial com o Ano 1, que começaria na abolição do Antigo Regime."*[336]

Mas o *comunitário* interessava pouco, e não há incentivos à partilha nos Bairros de Casas Económicas, nem com espaço nem com equipamentos públicos — nem mesmo com incentivos a uma participação na vida social do bairro, como notam Virgílio Borges Pereira e João Queirós na sua análise das vivências do Bairro do Amial, no Porto. A "comunidade imaginada" do Estado Novo não passou dessa interpretação abstrata, de *portugalidade* e do *tempo novo*, e mesmo esta esgotou-se rapidamente. O calendário ficou a zero, o tempo contava-se a partir do golpe de estado, mas se o "Ano X da Revolução Nacional" ainda foi celebrado efusivamente, à medida que o tempo avançou esse novo tempo foi-se misturando com o antigo.[337]

"The purpose of the cult of romanità, the attempt to breed a *romano moderno*, the topos of the empire or Reich as well as the cult of the Germanic and the medieval," e o objetivo da *política do espírito*, acrescentamos nós, "was not to induce a «counterrevolutionary» return to a status quo ante or a romanticised past, but to anchor the new beginning and the «new time».[338] Os tempos do liberalismo e do

335. Ibid., 38.

336. Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo* (Lisboa: Edições 70, 2012 [1983]), 255.

337. Seria-o também, simbolicamente, com as Casas Económicas, se o referido concurso de 1934 tivesse avançado. O Bairro de Casas Económicas do Entroncamento ainda ostenta no seu padrão original a contagem do "Ano XXVI," mas de Bairro Oliveira Salazar passou a Bairro da Liberdade.

338. Esposito e Reichardt, "Revolution and Eternity: Introductory Remarks on Fascist Temporalities," 42.

individualismo tinham de ser ultrapassados. "The age of decline and the relativism of values would be followed by the advent of an eternal, unmoving time, where immutable values reigned, existence was imbued with meaning and the life of the nation or the Volk transcended death."[339]

Será redutor ler o Estado Novo, e os regimes autoritários coevos, como anti modernistas — mesmo que os próprios apregoassem esse anti modernismo, numa retórica que lhes interessava para se aproximarem de uma população que tinha dificuldades em compreender as vanguardas. "By establishing this nexus between future-oriented dynamics and an eternity which obviously encompassed the past, fascism was able to fulfil not just the need for a new beginning and «revolution» but also the longing for rootedness."[340]

A ideia de "High Modernism" e de engenharia social, assim como esta visão específica do *tempo*, encaminha-nos para a investigação de Roger Griffin, que renega alguns *mitos* relativos ao fazer moderno; embora Griffin se dedique a uma interpretação mais alargada, maximalista, dos fascismos, a sua investigação utiliza frequentemente a arquitetura, enquanto *expressão de regime,* como argumento. A tese defendida por Griffin é particularmente pertinente para esta investigação: a noção de que os *fascismos*, usando o termo como designação maximalista e genérica para os regimes autoritários e ditatoriais de meados do século XX, são inerentemente modernos, pela noção de *palingénese* de que partem para a construção de um "homem novo," de um novo mundo que quer, na teoria, ultrapassar os vícios e falhas do anterior.[341]

Ao "High Modernism" de Scott, que se baseava numa ordenação forçada, a partir de cima, Griffin associa uma lógica de renovação profunda, um *reinício* da sociedade. Griffin acrescenta ainda, na sua investigação, a essa renovação social uma abordagem específica, que intitula "Rooted Modernism."

Para chegarmos a estes *modernismos alternativos* na expressão arquitetónica, temos antes de abrir os horizontes do termo, como o próprio Griffin indica: "the concept 'modernism' must logically be extended to embrace not just formal experimentalism in literature, art, and architecture, but a wide range of experimental, innovative

339. Ibid.

340. Ibid., 43.

341. Sobre esta contribuição para a historiografia dos fascismos, escreve Fernando Rosas que "mais inovador é o contributo de Roger Griffin, também assente num detalhado comparativismo, apresentando o fascismo como um mito ideológico regenerador, um "populismo ultranacionalista," uma "religião totalitária" em que a ideologia é considerada um sistema totalmente desligado da prática social e da sua base material." Fernando Rosas, *Salazar e os Fascismos: Ensaio breve de história comparada* (Lisboa: Tinta-da-China, 2019), 21.

phenomena in the spheres of intellectual and spiritual life, social reform, applied science, and radical or revolutionary politics."[342] Políticas de transformação, como as Casas Económicas: mesmo que se considere que o PCE reflete uma perspetiva de projeto conservadora, de *aldeia* — lógica em que temos reservas, como procuraremos explicitar nas Parte 2 e 3, referentes mais ao *projeto* do que à *política* — referir-nos-íamos sempre a uma visão idílica, romantizada e estilizada, de aldeia, e nunca a uma cópia ou repetição de uma situação conhecida e pré-existente. Uma *sociedade nova* não precisa de ser *futurista,* e é aí que nos cruzamos com a ideia de um "rooted modernism."

Roger Griffin encontra, em diversas investigações à volta do tema das obras públicas de diversos regimes autoritários,[343] uma linha comum de enquadramento desses projetos num impulso específico: "to create buildings that *simultaneously* invoked idiosyncratic national traditions, and deliberately generated an ethos of international modernity and national renewal."[344] Aplicando esse princípio de "rooted modernism" à realidade portuguesa, assinala o movimento de transformação e renovação de que resulta a construção da Universidade de Coimbra (e as consequentes demolições de vastas áreas da cidade existente) e o momento particular da Exposição do Mundo Português, como também já referimos, "which combined monuments to Portugal's Golden Ages celebrating the birth of the nation and its imperalistic achievements with statements of an unashamedly modernist aesthetic."[345]

Rita Almeida de Carvalho, na sua investigação, parte também da visão de Griffin para uma reinterpretação das grandes obras públicas do Estado Novo, contrariando a ideia de que a ideologia política dos autores estaria associada a uma maior ou menor propensão para o *modernismo*, embora note uma generalizada submissão dos arquitetos portugueses às vontades dos já referidos "pequenos poderes" — "their designs were conceived to suit the project's commissioners who, although unconstrained by state directives, discouraged modernist innovation and experimentation."

Esta submissão presumida, quando aplicada à obra construída do Estado Novo como uma prática generalizada, dificulta a separação

342. Roger Griffin, "Fascism's Modernist Revolution: A New Paradigm for the Study of Right-wing Dictatorships," *Fascism*, nº 5 (2016).

343. Veja-se, a título de exemplo, análises de abordagens semelhantes a diferentes regimes autoritários surgidos entre guerras na Europa do século XX num número especial de *Fascism*. Roger Griffin, "Building the Visible Immortality of the Nation: The Centrality of 'Rooted Modernism' to the Third Reich's Architectural New Order " *Fascism*, nº 7 (2018). Aristotle Kallis, "Futures Made Present: Architecture, Monument, and the Battle for the 'Third Way' in Fascist Italy," ibid. Daniel Domenech, "The National Revolution Architecture: Rooted Modernism in the Spanish New State (1939–1959)," ibid.

344. Roger Griffin, ""Rooted Modernism": The Ethos of Public Works in the "Fascist Era"," in *Obras Públicas no Estado Novo*, coord. Joana Brites e Luís Miguel Correia (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020), 35.

345. Ibid., 38. Paulo Pereira, por sua vez, considera o contrário: "O historicismo imperava formalmente na exposição, numa arquitetura que declinava um *modernismo domesticado*." Paulo Pereira, *Arquitetura Portuguesa: História Essencial* (Lisboa: Temas e Debates - Círculo de Leitores, 2022), 547.

entre o que é a vontade do autor e a vontade do gestor e fomenta leituras que podem ser superficiais — como a associação imediata entre as Casas Económicas e uma ideia específica de pitoresco, ou de ruralismo. A análise dos projetos do Programa enquanto *conjunto* nega essa uniformidade.

A questão que se coloca, que colocaremos nos capítulos seguintes, é se realmente a visão de estado do regime se reflete no ato de *projeto* das Casas Económicas, ou se a ele é imposta, conforme sugere o enquadramento dado por muita da historiografia da arquitetura portuguesa do século XX. Uma hipótese parece-nos clara: há uma discrepância entre a *abordagem* e a *imagem* nos projetos das Casas Económicas, quer a segunda seja ou não imposta — que não nos parece ser, embora a escolha de autores não seja inocente. O Programa é lançado com uma abordagem consideravelmente evoluída — dado o contexto, diríamos que é uma abordagem quase radical — do projeto doméstico, tendo em consideração discussões internacionais coevas de transformação da arquitetura habitacional e do papel social da arquitetura; a esta abordagem Raul Lino justapõe a sua interpretação de vernáculo estilizado e determinados elementos de qualificação espacial de referência popular — um *pitoresco progressista*. A partir do final da década de 1950, e em simultâneo com os projetos dos Olivais e a ação do GTH, o Programa absorve uma visão *radiosa* e, naquela fase já relativamente datada, de cidade e de *edifício no parque* — um *moderno relutante* - embora não associe a essa transformação formal um efetivo questionamento e transformação nem do espaço doméstico, nem do modelo da casa unifamiliar, nem do próprio papel político do Programa.

Seja a imagem imposta a partir de fora ou a partir de dentro do Programa, não temos dúvidas de que nesta visão de engenharia social e de modernização do estado com objetivos de controlo social, as Casas Económicas, para lá da sua formalização, que discutiremos nos capítulos seguintes, têm um papel de *representação*. Integram-se, não por acaso, num conjunto de atos legislativos fundamentais do Estado Novo. A publicação desses atos fundamentais inicia-se em 1930, com o Acto Colonial — a representação do "Império" - e passa em 1933 pela formalização da organização corporativa - a representação do "Trabalho." Pela garantia da casa como propriedade privada, e, consequentemente (na visão do regime) garantia e metáfora da estabilidade familiar, a Casa Económica enquanto resposta única ao problema da habitação é, na legislação fundamental do Estado Novo, a representação da "Família" — estaria no *espaço familiar* o garante da continuidade moral e estabilidade social.

2. CIDADE

2.1. A HABITAÇÃO E O *BAIRRO*

As questões da propriedade projetam uma espécie de sombra que cobre todo o Programa das Casas Económicas tanto à escala urbana, dos solos, como da célula *habitacional*. No discurso oficial, Salazar assume, como já citamos, a "casa independente" e a "plena propriedade" como fatores essenciais; de resto, outros eufemismos ocuparão as palavras políticas, mais preocupadas por vezes em vender a ideia romantizada do *lar familiar* do que com as implicações económicas da solução de propriedade resolúvel.

Ainda que seja, como fomos demonstrando, a constante do programa, o tema da *posse* é então deixado frequentemente para segundo plano, talvez não tão subliminarmente como isso. Mas é uma questão fundamental para um regime que anunciava uma *economia nova*; no caso da habitação, isso significava tentar ultrapassar uma situação de profusão de sistemas de inquilinato, sublocação e sobreocupação para apoiar uma classe com rendimentos, mas sem a capacidade de entrar num mercado privado que apostava sobretudo no "prédio de rendimento."[346] Ou seja, generalizar a casa familiar, idealmente unifamiliar, aproveitando isso para repetir — resta saber o nível de intencionalidade da escolha - um sistema que se ensaiou de diversas formas ao longo do século XX em diversos contextos e regimes, que Spiro Kostov designou como "communities of exclusion," e que abrange uma variedade de soluções, desde os *borgate*[347] do Fascismo italiano, afastados uns dos outros e em situação periférica em relação a centros urbanos, e os *projects*[348] americanos de meados do século: "by using the structure of low-income housing to perpetuate segregation, both economic and racial, elected officials avoided the wrath of suburbanites, and kept a carefully composed mechanism of voting districts intact."[349] Uma estratificação social imposta e cristalizada a partir de cima.

Aldo Rossi dedica uma parte da sua *Arquitectura da Cidade* à "cidade como campo de aplicação de forças diversas," nomeadamente as forças económicas. O estudo da importância da história cadastral para a

346. Ver Acciaiuoli, *Casas com Escritos: Uma História da Habitação em Lisboa*.

347. Para um exemplo da ação do regime ditatorial italiano na criação de novas cidades, ver Luciano Villani, *Le Borgate del Fascismo* (Milano: Ledizioni, 2012).

348. De que o exemplo mais *dramático* será o conjunto Pruitt-Igoe (Minoru Yamasaki, St. Louis, Missouri, EUA, 1950-55), demolido entre 1972 e 1976 depois de se considerar que tinha falhas graves de planeamento e execução.

349. Spiro Kostov, *The City Assembled: The Elements of Urban Form Through History* (London: Thames & Hudson, 2010 [1992]), 120.

evolução urbana é um passo que está por dar e que no caso da habitação assume particular relevo; a evolução da especulação imobiliária, ou seja, da valorização de determinadas áreas da cidade, também tem um impacto profundo na localização das intervenções de habitação programada. Estas tenderam a realizar-se em terrenos afastados dos centros urbanos, o que poderia configurar, por si, uma segregação intencional das populações alvo destes conjuntos. No caso das Casas Económicas, no entanto, a questão da proporção do custo dos terrenos no investimento geral em cada bairro foi um tema e uma preocupação constante dos técnicos, sugerindo o domínio da visão economicista sobre qualquer intenção de instrumentalização da localização destes conjuntos. A exceção está na ação impositiva de Duarte Pacheco e a política de expropriações coercivas do final da década de 1930.

Vítor Matias Ferreira, que já citamos na Parte 1, precisamente a propósito da importância da política de solos, descreveu a transformação da política fundiária de Lisboa nas primeiras duas décadas do regime.[350] Vários pontos dessa análise nos interessam ao entrar no tema das políticas/abordagens urbanas do PCE, nomeadamente a hipótese colocada "da existência de uma 'urbanística fascista' do Estado Novo." Evitando, uma vez mais, a discussão académica da utilização do epíteto "fascista," uma frase capta-nos a atenção, a propósito da impositiva ação do regime na transformação do território da capital, particularmente no período de preparação das celebrações dos centenários de 1940: "diríamos que duas características essenciais, não necessariamente contraditórias — *modernidade* e *autoritarismo* -, se articulam numa *mesma atitude estética e política.*"[351]

A celebração da *palingénese*, regressando a Roger Griffin, refletida na renovação urbana de Lisboa, por todos os meios necessários, mesmo que isso implicasse pôr em causa interesses de proprietários de grandes áreas de terreno da capital. O faseamento da intervenção urbanística descrito por Matias Ferreira é também pertinente: 1932-38 "atuação progressiva," 1938-43 "intervenção intensa," 1943-48 declínio/ transição para uma nova conjuntura de visão da cidade, a partir dos anos de 1950, como "espaço metropolitano," ultrapassando-se a

350. Ferreira, "A Lisboa do Império e o Portugal dos Pequeninos: estrutura fundiária e politica urbana de Lisboa, anos de 1930-40."

351. Ibid., 696.

procura da "monumentalidade imperial." Não pode deixar de se notar como os blocos temporais definidos por Matias Ferreira estão ligados à ação de Duarte Pacheco, com o período de "intervenção intensa" a corresponder ao período de regresso ao Ministério e lançamento das celebrações dos centenários, concluindo-se com a morte do Ministro em 1943.

Esta ação impositiva de Duarte Pacheco recorda-nos a investigação de Barbara Lane, que compara a relação com o poder das ações de Ernst May e Albert Speer em fases muito diferentes da história alemã, encontrando pontos em comum.

> *"May's deepest desire was to build a new society out of the best of the old; Speer's, to preserve the appearance of the old in the service of a new monumental architecture. Both cases also show (...) that, to achieve major commissions in the twentieth century, great power, or the patronage of great power, is necessary. (...) To achieve the realization of an architect's goals, it would seem almost necessary that he either become a dictator of style himself, or find a dictator as a patron. In the process, he will also almost necessarily become a planner"*[352]

É um momento particular da evolução do Estado Novo; a ação autárcica de Duarte Pacheco, de difícil aplicação fora de um contexto de governo autoritário, resultou paradoxalmente num desafio aos poderes instalados de grandes proprietários da região de Lisboa — setor que interessaria ao regime manter *do seu lado* — e na criação de um parque de terrenos disponíveis para intervenção estatal que será fundamental nas grandes intervenções de habitação programada do final da década de 1950 nos Olivais. A obra de Duarte Pacheco, e a leitura desta a partir de uma perspetiva técnica, tende a contribuir para uma *suavização* do seu papel político no regime, embora a sua ação tenha sido fundamental para, entre outras coisas, convencer Salazar a integrar o governo no final de década de 1920 e reforçar a máquina de propaganda na primeira década do regime.

352. Barbara Miller Lane, "Architects in Power: Politics and Ideology in the Work of Ernst May and Albert Speer," *Journal of Interdisciplinary History* XVII, nº I (1986): 308-09.

A intervenção imobiliária de Duarte Pacheco transformou a escala de pensamento urbano em Portugal. Diríamos (e retomaremos o tema mais à frente, a propósito da intervenção técnica de Agache) que o *pensamento à escala regional* foi lançado durante o período de análise do artigo citado de Matias Ferreira e possibilitou o desenvolvimento da visão metropolitana que se lhe seguiu. A transformação de escala não foi, no entanto, imediata. Mais do que *pensar a cidade,* no início do PCE a ação deste é limitada a locais escolhidos a dedo conforme a disponibilidade e as condições do terreno. A visão *filantrópica-caritativa-católica* de criação de habitação para famílias de menores recursos aparenta ser o ponto de partida, pelo menos no crer dos técnicos envolvidos, que querem dar casas (ou casinhas) a quem não pode consegui-lo por si. Mas esta *casa portuguesa* não precisava de o ser, bastava parecer.

Quase inevitavelmente, é então a Raul Lino que em 1934 a Secção de Casas Económicas da DGEMN vai recorrer para definir a imagem do então recém-criado programa; quase inevitavelmente, diríamos também, Lino é inicialmente contratado apenas para desenhar fachadas.[353] A sua ação irá, cremos, muito para além disso, não só nas habitações em si, a que regressaremos no final do próximo capítulo, como na própria caracterização dos conjuntos urbanos, a que daremos atenção neste. A ação direta de Lino no PCE terá sido, ainda assim, limitada ao período entre 1934 e 1936, antes de ser convidado para voos mais altos na DGEMN, mas marcou a primeira fase do programa, até ao já referido ponto de viragem de 1938. O processo individual de Joaquim Madureira, a partir de 1934 arquiteto da secção norte da DGEMN, indica-nos a sua colaboração com Lino nos primeiros bairros da cidade do Porto,[354] a que se somam as primeiras iniciativas na cidade de Lisboa e uma intervenção direta em conjuntos já iniciados em Vila Viçosa e Portimão.

Embora Lino se apresente como "arquitecto-chefe" da secção de Casas Económicas numa conferência sobre o Programa que realizou no Brasil em 1935,[355] não há no seu processo indicação de cargo, que só terá sido oficializado em 1936 quando passa à função de Chefe da Repartição de Estudos e Obras em Monumentos, que ocupará até chegar ao lugar de Diretor-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em 1949.[356]

353. Segundo o processo de Raul Lino na DGEMN, a 2-3-1934 Jácome de Castro propõe ao Ministro das Obras Públicas a colaboração de Lino com a SCE. Lino apresenta em 31-3 proposta para execução de desenhos de fachadas. Até ao final de 1935 sucedem-se as prestações de serviços, progressivamente mais abrangentes: "elementos necessários para a construção" a 10-7-34, "desenhos e estudos necessários à urbanização" a 20-9-34, inspeção da obra do bairro de Portimão a 27-12-34, entre outras, até uma última proposta de estudo de implantação e distribuição dos bairros na cidade do Porto a 15-9-35. A 19-12-35 propõe-se a nomeação de Lino para Chefe da Repartição de Estudos e Obras de Monumentos da DGEMN. SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGMEN:DSARH-PESSOAL-0572/01.

354. Processo Pessoal de Joaquim Madureira. SIPA, Forte de Sacavém, cota PT DGMEN: DSARH-PESSOAL-0077/05.

355. Lino, Raul, "Casas Económicas," citado em Marta Rocha Moreira, "O Valor do tempo. O Programa intelectual e arquitectónico de Raul Lino." (Tese de Doutoramento, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2017), 305.

356. Paulo Simões Rodrigues, "Raul Lino e a DGEMN. Património edificado e arquitectura pública: avaliar, superintender e projectar (1934-1974)." In Margarida Alçada (coord.), *Raul Lino 100 Anos Depois,* Blau, 2005.

O **BCE Ilhéu** [B1] (1934-35) e o **BCE Condominhas** [B4] (1934-36), no Porto, e, em Lisboa, o **BCE Alto da Serafina** [B7] (1934-36) e as primeiras fases quer do **BCE Alto da Ajuda** [B6] (1934-38), quer de **BCE Terras do Forno** [B8] (1934-38), apresentam características comuns. Estas características tanto os podem enquadrar num conceito mais genérico e habitualmente utilizado de *influência da cidade jardim* como, cremos, nos podem remeter para uma *genealogia de desenho urbano* com outro tipo de referências que a obra, e a própria visão cultural, de Lino sugerem; no contexto português da época, quase diríamos que *só por ser Lino* é que estas referências se encontram ali representadas.

Já foram analisados em diversos trabalhos os estudos de Raul Lino em Inglaterra e na Alemanha,[357] e o próprio os destacava no seu percurso; a real importância do seu percurso formativo entre os 10 e os 17 anos para a sua obra é discussão para outros campos. Cremos, no entanto, que não é dúbia a importância dos contextos com que contactou.[358] Ora nos locais onde residiu, ora no contacto com Karl Albrecht Haupt (1852-1932), Lino começou a construir uma *anglo e germanofilia* que serão determinantes para a sua obra e, também, de relativa exceção no contexto português, onde as *Beaux Arts* de Paris eram o centro de formação de excelência para a *elite* da profissão, como Ventura Terra (1866-1919) e os grandes mestres de Arquitetura das Escolas de Belas Artes de Lisboa e Porto do início do século XX, José Luís Monteiro (1848-1942) e Marques da Silva (1869-1947),[359] entre diversos outros técnicos que estudaram em Paris.

Não é novidade afirmar que esta influência francófila, e a oposição nacionalista a esta, dominaram a cultura arquitetónica do primeiro quartel do século XX português;[360] já referimos os casos de Faria da Costa e Moreira da Silva, os primeiros urbanistas portugueses formados em Paris, mas a ligação ultrapassou as bolsas atribuídas pelo Estado. Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957) viria a ser um elemento de contacto fundamental. Em 1919, tal como Duarte Pacheco, alistou-se no Batalhão Académico (era Monteiro estudante da EBAL desde 1910, e Pacheco estudante do IST desde 1917) que combateu as tropas monárquicas que ocuparam Monsanto;[361] um ano depois, no IST, o primeiro era já professor da cadeira de arquitetura do curso

357. Relembramos a importância dada ao tema em Pedro Vieira de Almeida, "Raul Lino, Arquitecto Moderno," in *Raul Lino. Exposição Retrospectiva da Sua Obra*. (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970). e Paulo Manta Pereira, "Raul Lino: Arquitectura e Paisagem (1900-1948)" (Tese de Doutoramento, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, 2013).

358. Pereira, "Raul Lino: Arquitectura e Paisagem (1900-1948)."

359. Todos eles com formação na École Nationale Supérieure des Beaux-Arts em Paris: Monteiro entre 1873 e 1878, Ventura Terra entre 1886 e 1896 e Marques da Silva entre 1889 e 1896.

360. "Pode observar-se o pitoresco no campo da arquitectura como reacção à produção arquitectónica de influência francesa e académica, correspondendo à procura e afirmação de uma identidade portuguesa." Ver Rui Jorge Garcia Ramos, *Modernidade Inquieta. Arquitectura e Identidades em Construção: Desdobramento de Um Debate em Português* (Porto: Edições Afrontamento, 2015).

361. Ver Ana Tostões, coord., *Pardal Monteiro*, Fotobiografias Século XX (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2009).

de Engenharia Civil, e o segundo era ainda estudante desse curso, que concluiria em 1923, chegando rapidamente a diretor, em 1927, numa história já bem conhecida.As viagens frequentes de Monteiro e o contacto com Auguste Perret (1874-1954) e Pierre Vago (1910-2002) ligam-no desde cedo à revista francesa *L'Architecture d'Aujourd'hui,*[362] publicada a partir de 1930, precisamente com Vago como editor e Perret como patrono. Estes nomes surgem a par de outros que exerceram sobre os arquitetos portugueses influência mais ou menos direta, como Robert Mallet-Stevens (1886-1945), André Lurçat (1894-1970)[363] e Donat-Alfred Agache, este último uma figura central não tanto na formação de urbanistas como na reeducação para o urbanismo da primeira geração de modernos. Essa geração, que embarcou no programa de desenvolvimento de planos de urbanização lançado por Pacheco no início da década de 1930, encontrou no urbanista francês uma figura de referência que se adaptava facilmente à sua própria formação de referências clássicas *beauxartianas*.

Está hoje então ultrapassada a ideia, proposta por alguma historiografia, nomeadamente por Nuno Portas,[364] de que os arquitetos portugueses não estavam a par das produções arquitetónicas mais recentes. Quer através de publicações periódicas,[365] quer através de viagens por iniciativa própria ou com o patrocínio do Estado Novo, é certo que existia uma circulação de modelos e referências que contaminaram o desenvolvimento da arquitetura portuguesa do século XX. O tema da *viagem* em arquitetura tem sido abordado com relativa frequência, com um interesse crescente no caráter formativo, particularmente na primeira metade do século XX.

Menos interesse tem despertado a participação de técnicos portugueses em variados congressos de associações temáticas de maior ou menor dimensão, relegando para segundo plano essa construção essencial de uma rede de contactos e, particularmente, de referências cujo conhecimento é um complemento essencial à montagem de uma história técnica e política da arquitetura e, particularmente, da habitação. A esta participação em congressos associamos um tema que tem sido alvo de algum interesse académico nos últimos anos e que se define habitualmente como "policy tourism,"[366] ou seja, a ideia de organizar

362. Pardal Monteiro é identificado na publicação como correspondente em Portugal a partir do nº 3, ano II, série III, de abril de 1932; A sede da publicação será instalada em Lisboa, no escritório do próprio Pardal Monteiro, durante a 2ª Guerra Mundial.

363. Assinalamos aqui a publicação precoce, na revista Contemporânea, de imagens de exemplos de projetos de Lurçat, Le Corbusier, e Mallet-Stevens a par — "Galeria Contemporânea — Arquitectura," *Contemporânea*, 3ª Série, nº 3 (julho-outubro 1926): 139. Esta publicação de uma pequena imagem de exemplo de uma obra de cada um dos referidos autores antecede em alguns anos a publicação na *Magazine Bertrand* de fotografias da Villa à Garches, de Le Corbusier, em 1930, a primeira referência ao arquiteto em publicações nacionais identificada por Michel Toussaint. Michel Toussaint, *Da Arquitectura à Teoria: Teoria da Arquitectura na primeira metade do Século XX em Portugal* (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2012).

364. "A ligação ao internacionalismo militante do *Esprit Nouveau*, de Le Corbusier ou da Bauhaus, de Gropius, fez-se indirectamente pela frágil via de algumas estadas em Paris, alguma viagem à Alemanha já pré-hitleriana, à Itália mussoliniana ou apenas a Madrid... ou à consulta das raras revistas que aqui chegavam ('o Ramos é que conhecia a *Moderne Bauformem*', revista que não era sequer a guarda-avançada da renovação)." Portas, "A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: Uma Interpretação," 174.

365. Rita Almeida de Carvalho dá nota da referência por Cristino da Silva, em 1938, de que uma grande parte dos arquitetos portugueses assinava periódicos estrangeiros de arquitetura. Carvalho, "Ideology and Architecture in the Portuguese "Estado Novo": Cultural Innovation within a Para-Fascist State (1932-1945)," 160.

366. Ian R. Cook e Ida Andersson fazem um pequeno levantamento da bibliografia recente acerca do tema no seu texto sobre as visitas às áreas de expansão de Vällingby e Växjö, na Suécia. Ian R. Cook e Ida Andersson, "Tour Guides and the Hosting of Policy Tourism: Show and Tell in Vällingby and Växjö," in *Globala flöden och lokala praktiker — policymobilitet i tid och rum, Årsboken Ymer* (Stockholm: Svenska Sällskapet för Antropologi och Geografi, 2018).

viagens com técnicos (não necessariamente arquitetos) envolvidos em políticas públicas de construção e gestão para visitar "políticas:" não para ver *arquitetura* no sentido mais convencional, de *grand tour*, de visitar obras de referência, mas sim para conhecer *concretizações*, projetos reais, executados e em funcionamento, sem, presume-se, que a qualidade ou aspeto de maior ou menor vanguarda do projeto fosse um fator eliminatório. Referimos as viagens de José Araújo Correia e Francisco Almeida Garrett para estudar casas económicas, como poderíamos referir as viagens de Pardal Monteiro para estudar gares marítimas ou construções universitárias. [367]

Tal como a historiografia de arquitetura tradicional, também a historiografia da viagem em arquitetura se focou particularmente no conhecimento da vanguarda — vejam-se as referências às visitas à Exposição de Artes Decorativas em Paris em 1925,[368] que ajudou a formar o gosto da primeira geração de modernos, e à Unidade de Habitação de Marselha, de Le Corbusier, que marcou a *novíssima geração* de arquitetos nascidos por volta dos anos 1920. Mas a vanguarda talvez não interessasse muito ao(s) regime(s); referimos na Parte 1 algumas das visitas patrocinadas pelo Estado Novo, que se focaram, também, nas *concretizações,* mais do que no interesse arquitetónico específico das mesmas, e procuraram o estabelecimento de uma rede de contactos e de trocas de informação que está longe de estar devidamente estudada.

As ligações de Pardal Monteiro à UIA[369] ajudam a montar parcialmente uma genealogia dessa rede de contactos, coroada com a também conhecida e destacada organização do 3º congresso da UIA em Lisboa em 1953, que Ana Isabel Ribeiro classifica como o

> *"Congresso mais importante até então realizado não só pelo número e reconhecido prestígio dos seus participantes, mas também pela actualidade dos temas aí debatidos: a formação e posição social do arquitecto, as relações entre arquitectos e engenheiros, o problema da síntese das artes plásticas, o urbanismo, o habitat, as construções escolares e ainda a industrialização da construção."*

367. Destacamos também aqui o trabalho de Rita Almeida de Carvalho, que lança uma série de pistas sobre a inesperada frequência de contactos entre arquitetos portugueses e colegas estrangeiros. Rita Almeida de Carvalho, "Travelling Modernisms: the Tours and Acquaintances of Portuguese Architects" (paper apresentedo em Southern Modernisms. Critical Stances through Regional Appropriations: Conference proceedings, Porto, 2015).

368. Luiz Cunha, Porfírio Pardal Monteiro, Cassiano Branco, Cristino da Silva e Cottinelli Telmo terão visitado a exposição em ocasiões diferentes. Ibid., 90.

369. Tostões, *Pardal Monteiro.*

Carlos Ramos, que presidiu ao Congresso, abriu o evento com um discurso que apontava no mesmo sentido:

> *"É este o 1º Congresso Internacional de Arquitectos que se realiza entre nós. Se bem que há muito o merecemos, só agora foi possível torná-lo realidade. Escusado será referir-me à importância e à oportunidade deste acontecimento."*[370]

Mas um ano antes, em 1952, realizara-se em Lisboa o congresso da International Federation for Housing and Planning, não exclusivamente de arquitetos, mas abrangendo um vasto conjunto de técnicos, autarcas e responsáveis governativos nas áreas da habitação e do urbanismo. Por esta altura a IFHP estava focada em temas técnicos mais específicos: esse congresso tem sido citado pela particular atenção ao tema da habitação em contexto tropical, mas teve mais três sessões, "Orientação a preconizar para a utilização dos terrenos a urbanizar," "Reconstrução a longo prazo" e "Relação entre o tipo e plano da Habitação e o traçado dos Bairros Residenciais."[371] Este já era o 21º Congresso internacional que a federação organizava, tendo evoluído de um papel propagandístico de uma solução urbana para um outro estatuto, de caráter consultivo.

A Federação, criada em 1913 com o nome de International Garden Cities and Town Planning Association,[372] refletindo a sua origem — fundada por Ebenezer Howard e com o objetivo primordial de difundir internacionalmente o ideal da cidade-jardim — congregou associações nacionais que no início do século se formaram na Europa com princípios e objetivos similares.

No final da década de 1920, um conjunto de membros da Federação, descontente com a gestão "britânica," procurou centralizar os serviços no continente; perante a recusa da direção, um grupo dissidente é formado com a liderança de Floor Wibaut (1859-1936), autarca de Amesterdão, que consegue o apoio da Alemanha para criar uma nova associação, a International Housing Association, designada comummente pelo seu nome alemão, Verband, com sede em Frankfurt. Foi a esta associação, reintegrada na IFHP já sob o domínio germânico em 1937, que a Secção de Casas Económicas da DGMEN aderiu em 1934.

370. "A sessão de abertura do congresso dos arquitectos," *Diário de Lisboa,* Ano 33, nº 11.064 (20 de setembro de 1953): 7.

371. Segundo Programa Preliminar. "International Federation for Housing and Planning," AHIHRU — Textual, Forte de Sacavém, pasta 5349.

372. É relativamente recente o estudo desta instituição. Destacamos a investigação e a tese de doutoramento de Michael Geertse, que procurou contar detalhadamente a história da IFHP até ao final da 2ª Guerra Mundial - Michael Geertse, "Defining the Universal City. The International Federation for Housing and Town Planning and transnational planning dialogue 1913-1945" (PhD, Vrije Universiteit, 2012). Michel Geertse, "Cross-Border Country Planning Dialogue in Interwar Europe," *SAGE Open* (July-September 2015). Renzo Riboldazzi tem dedicado a sua investigação também à IFHP, com foco na discussão gerada nos congressos e a influência no desenvolvimento da urbanística moderna. Renzo Riboldazzi, *La Costruzione della Città Moderna: Scritti Scelti dagli Atti dei Congressi dell'IFHTP 1923-1938* (Milano: Editoriale Jaca Book, 2010); Renzo Riboldazzi, *Un'Altra Modernità: l'IFHTP e la Cultura Urbanistica tra le Due Guerre 1923-1939* (Roma: Gangemi Editore, 2009); Renzo Riboldazzi, "Getting to the Root of the Crisis of Urbanity: The Debate on Urban Open Spaces in the IFHTP Congresses between the two Wars," *Planum* (May 2012); Renzo Riboldazzi, "Historical heritage, landscape and modernity: aspects of the Italian contribution to the IFHTP congresses between the two wars," *Planning Perspectives* 28, nº 3 (2013); Renzo Riboldazzi, "The IFHTP congresses between the wars: a source for studies on modern town planning," *Town Planning Review* 84, nº 2 (2013).

Se contar a história da federação é uma tarefa complexa, identificar a participação portuguesa na sua atividade torna-se quase impossível neste momento. Os registos são escassos e vagos; as sugestões de inscrição são frequentes, mas as adesões efetivas difíceis de confirmar. Ainda assim, é de assinalar, como indicamos, a inscrição da Secção de Casas Económicas da DGEMN na Verband logo em 1934[373] e da autorização do Ministro das Corporações e Previdência Social para a inscrição da Direcção-Geral da Previdência e Habitações Económicas em 1966[374] - mais de três décadas depois, ainda que com um constante contacto com a informação gerada pelos congressos.[375]

A documentação parece indicar uma atitude mais proativa do diretor adjunto da secção, Francisco Almeida Garrett que chegou, de resto, já após a união da Verband com a IFHTP, a pertencer ao Conselho Geral da instituição,[376] cargo no âmbito do qual solicitou o fornecimento de elementos sobre as Casas Económicas para a biblioteca da Federação.[377] A informação disponível é reduzida, mas sabemos que em 1939, já num período de algum predomínio alemão na Federação, Francisco de Almeida Garrett propôs a realização do congresso da Federação em Lisboa nesse ano,[378] e sabemos que no início da década seguinte já pertencia ao Conselho Geral da instituição. É curiosa — e talvez sintomática - esta proximidade de Francisco Almeida Garrett à IFHTP precisamente na altura em que esta é dominada pelos interesses germânicos. Aliás, no final de 1939, já após o início da 2ª Guerra Mundial, Francisco Almeida Garrett propõe Lisboa para a realização de um novo congresso da IFHTP.[379]

Em 1939, César Cort (1893-1978) funda, com sede no seu próprio escritório em Madrid, uma associação com nome semelhante, a Federación de Urbanismo y Vivienda, com a intenção de estabelecer uma rede internacional de contactos paralela à IFHTP — que, relembramos, estava controlada pela Alemanha e o pelo regime Nazi naquela altura -, lançar publicações e organizar congressos para discussão dos temas de interesse da federação.[380] Esta dissensão da IFHTP estará certamente relacionada com o domínio alemão na federação "original." Um grupo de arquitetos portugueses associou-se rapidamente à iniciativa, com a organização de um congresso tripartido entre Madrid, Sevilha e Lisboa

373. "Estando este serviço encarregado de proceder aos necessários estudos para construção de casas económicas em Portugal (...) e sendo meu desejo manter a mais intima ligação com todos os centros científicos que a tal especialidade se dedicam" é a a justificação apresentada por Fernando Jácome de Castro, Ofício nº249/ Exp., dirigido ao Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, datado de 27 de junho de 1934 com anotação do D.G. de autorização datada de 29 de julho do mesmo ano.

374. "International Federation for Housing and Planning," AHIHRU — Textual, Forte de Sacavém, pasta 5349.

375. Ibid.

376. Numa carta datada de 4 de agosto de 1941, Almeida Garrett indica pertencer ao Conselho Geral da IFHP e solicita ao Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais o envio de documentação relativa às Casas Económicas; numa carta posterior, de 30 de setembro de 1941, agradece, em nome da IFHP, o envio de plantas de "Novos Tipos de Casas Económicas" para a biblioteca da Federação. "Casas Económicas - Diversos Assuntos," AHIHRU — Textual, Forte de Sacavém, pasta 5305.

377. "International Federation for Housing and Planning," AHIHRU — Textual, Forte de Sacavém, pasta 5349.

378. Geertse, "Defining the Universal City. The International Federation for Housing and Town Planning and transnational planning dialogue 1913-1945," 218.

379. Ibid.

380. María Cristina García González e Salvador Guerrero, "The National Federation of Town Planning and Housing, 1939–1954: A Network for Town Planners and Architects in Franco's Spain," *Journal of Urban History* 40, nº 6 (2014).

em outubro de 1944,[381] e a organização de congressos da federação em Lisboa em julho de 1947[382] e no Porto em junho de 1951,[383] coincidindo este com a exposição de arquitetura do grupo ODAM.[384]

No congresso de 1944 — em plena 2ª Guerra Mundial, note-se -, a participação dos arquitetos portugueses abordou os temas da "Protecção do campo contra as infiltrações da urbanização defeituosa" e "A habitação modesta nos grandes núcleos urbanos" (comunicações de Couto Martins, Pardal Monteiro e António Veloso Reis Camelo em ambos os temas e de Carlos Rebelo de Andrade apenas no segundo tema), antecipando vários temas que marcarão o I Congresso dos Arquitectos de 1948.

A propósito da habitação modesta, a comunicação de Couto Martins não hesita e afirma "[ser] pela tradição," usando esse argumento para defender a conjugação de habitação de franjas da população de diferentes rendimentos, à imagem da cidade tradicional; "não concordamos, portanto, com os chamados bairros, que formam conjuntos uniformes dentro dos planos das cidades, onde as casas são quási todas em série, formando manchas que mais parecem nódoas e onde, isoladamente, vivem indivíduos que, por êste sistema, parecem não ter o direito de fazer parte da urbe"[385]. Neste mesmo ano de 1944, era adjudicada a obra do **BCE Caselas** [B30], que o mesmo Couto Martins projetava desde o final da década anterior, um dos bairros de Lisboa mais isolados dentro do PCE. A comunicação de Pardal Monteiro antecipa a discussão plurifamiliar/unifamiliar, concedendo "as condições que tal solução tem para facilitar e desenvolver a promiscuidade, com todos os perigos de ordem moral e social que dela naturalmente resultam," embora considere que a solução de bairros de moradias individuais "não consegue obstar aos mesmos inconvenientes." Tal como Couto Martins, foca-se na *lição* dos bairros antigos de Lisboa, onde "ricos, burgueses e nobres acotovelam-se todos os dias, na mesma rua, no mesmo passeio e no mesmo jardim público, com operários e empregados." Assim, por oposição à construção de bairros periféricos (embora encontre justificação para estes no caso da proximidade a centros industriais), defende a intervenção na cidade consolidada, expropriando e demolindo construções precárias ou degradadas, para as substituir por habitação nova de renda acessível.

381. Com comunicações de Albano Couto Martins, António Veloso Reis Camelo, Carlos Rebelo de Andrade e Porfírio Pardal Monteiro subordinadas aos temas "A habitação modesta nos grandes núcleos urbanos" e "Protecção do campo contra as infiltrações da urbanização defeituosa."

382. Com 62 participantes portugueses e 22 espanhóis. "Uma reunião Luso-Espanhola: O abaixamento das rendas das casas de habitação foi proclamado um dos objectivos principais pelo Congresso de Urbanismo e Habitação," *Diário de Lisboa*, ano 27, nº3 (1 de julho de 1947):6.

383. "O Congresso de Urbanismo e Habitação: Os inquéritos urbanos deverão ser periodicamente revistos para actualização dos planos de urbanização," *Diário de Lisboa*, Ano 31, nº10.254 (19 de junho de 1951): 7.

384. A propósito do grupo ODAM e da importância da Exposição, ver Edite Maria Figueiredo Rosa, "ODAM: Valores Modernos e a Confontação com a Realidade Produtiva" (Tese de Doutoramento, Universitat Politècnica de Catalunya, 2006).

385. A. Couto Martins, "Protecção do campo contra as infiltrações da urbanização defeituosa," in *III Congreso de la Federación de Urbanismo y de la Vivienda* (1944).

Carlos Rebelo de Andrade, que viria a desenvolver o **BCE Almada** [B46] no final dessa década de 1940, considerando que ainda não se teria encontrado a solução ideal, abandonando-se a ideia dos "'Bairros Sociais', tipo de 'casas de rendimento'" (referir-se-ia talvez às Casas Económicas da Primeira República da Ajuda/Boa-Hora) e passando naquela fase pelas

> *"incertezas de mais uma tentativa, guiado pela imagem, tão sedutora para o feitio lírico do povo português, da 'Moradia Individual', aglomerada em 'Bairros Económicos'." Terá melhor sorte a tentativa do tipo 'Cidades-Jardins' que neste momento está sendo posta à prova sob a designação de 'Bairros Económicos'? Receio bem que não. O objetivo (...) chega a ser idílico. Proporcionar um 'lar' a cada operário, transformando-o num pequenino burguês, gozando a sua casinha independente com pequena horta e jardim florido. (...) Observo, porém, que: o tipo 'Cidade-Jardim' é um tipo rico de bairro residencial, não só pela dispersão que causa na construção civil e excessiva percentagem de arruamentos (...) como pelas grandes áreas de terreno que ocupa. Observo também que apesar de (...) estarem previstos, senão todos, pelo menos os principais edifícios e recintos de reunião, recreio e cultura física (...) quási tudo desses complementos parece estar relegado para um segundo plano de realizações."*

Carlos Rebelo de Andrade considera que a fórmula do Bairro Económico pode ser viável para trabalhadores rurais, mas não o é para os grandes centros urbanos, onde nota a existência de outro problema, o dos "indigentes," para os quais nota a possibilidade de "viver[em] à margem da comunidade, em alojamentos apropriados, sob a vigilância e protecção de uma assistência que os encaminhe à redenção." Foca-se, então, no fornecimento de habitação para as "massas trabalhadoras cosmopolitas: a classe operária e a classe média," considerando existir menos resposta para a segunda.

A comunicação de Carlos Rebelo de Andrade, apesar de uma sequência de ideias algo confusa, ajuda a identificar uma postura conservadora, elitista, que estará próxima da visão da cúpula do regime; embora defenda a conjugação de famílias de rendimentos diversos nos mesmos conjuntos habitacionais, e, preferencialmente, nos centros urbanos, parte da quase inevitabilidade da imobilidade social e remete a habitação dos "indigentes" para situações de urgência, "sob a vigilância e protecção de uma assistência que os encaminhe à redenção," postura que é equivalente à que originou a criação do Programa das Casas Desmontáveis. Nas conclusões defende a solução de "correnteza"[386] de moradias de um só piso para "massas operárias," blocos até três pisos para a classe média, e a "casa de moradia" apenas em situações de exceção.

As conclusões da comunicação de Carlos Rebelo de Andrade refletem o que cremos ser um pensamento teórico pouco desenvolvido sobre o tema, sendo óbvia apenas a defesa de uma transposição para o desenho de uma hierarquização social clara: moradias "mais humildes ladeando ruas mais estreitas; as de categoria intermédia, flanqueando as ruas de 2ª categoria e enquadrando-se êstes aglomerados com as avenidas, reservando-se estas para os prédios de grande rendimento."[387]Veremos como uma interpretação da cidade com integração de elementos do Movimento Moderno só será trazida pelo primeiro urbanista português, Faria da Costa; até lá, uma geração de "pré-urbanistas," para usar o termo de Françoise Choay, foi educada para o urbanismo por uma leitura mais formal e derivativa do que crítica da ação e presença de Donat-Alfred Agache e Etienne de Groer em Portugal. A contratação de Agache por parte do estado português representa a escolha de uma linha à época relativamente dominadora internacionalmente, de que a popularidade da IFHTP é só um exemplo, de herança das ideias de Howard e da defesa de um equilíbrio entre a formalidade do desenho urbano e a pequena escala da habitação, por oposição às ideias então minoritárias de que Le Corbusier na radicalidade das propostas,[388] e Ernst May, na aplicação concreta, eram os expoentes máximos.

A *sucessão* de Agache, garantida por Etienne de Groer, reforçará essa genealogia do projeto urbano e acirrará mais a defesa da escala unifamiliar, relacionando "o nome de Le Corbusier com a construção

386. Designação para habitações em banda que utilizará no projeto do BCE Almada [B46].

387. Carlos Rebelo de Andrade, "A Habitação Modesta nos Grandes Núcleos Urbanos," in *III Congresso da "Federacion de Urbanismo y de la Vivienda" Madrid-Sevilha-Lisboa Jerna II* (Lisboa: Gráfica Santelmo, 1944).

388. Note-se a proximidade temporal entre a presença de Agache no Brasil, entre 1927 e 1930, para desenvolver o Plano para o Rio de Janeiro, e a primeira visita de Le Corbusier à cidade em 1929, em que apresenta o estudo para um viaduto habitável com edifícios de 12 pisos.

em altura, considerando a construção alta e densa como uma experiência anterior à guerra e definitivamente ultrapassada."[389] A par de Lino, Cottinelli Telmo e Cristino da Silva, como indicamos, vão mantendo alguma proximidade às influências alemãs, embora outros procurem também referências a norte, como Keil, Segurado e Januário Godinho no seu interesse pela — e citação da — arquitetura holandesa do primeiro terço do século.

A referência (visual) da cidade-jardim marcará o PCE, embora a partir do final da década de 1950 a importância dessa citação se vá esbatendo à medida que outros modelos de cidade entram no *mainstream* da produção habitacional do Estado, muito por culpa da ação de Nuno Teotónio Pereira e das FCP-HE. Perceber esta divisão no contexto de um programa centralizado em organizações estatais, ao contrário das HE, que trabalhavam com relativa independência, ajudará certamente a compreender a progressiva aceitação de ideias diferentes de cidade, por ação quer de técnicos contratados para prestação de serviços de projeto quer, e principalmente, de funcionários em cargos progressivamente mais elevados que introduzirão na máquina estatal essas novas ideias.

Os dois "modelos fundamentais," como os descrevia Aldo Rossi, a *garden city* e a *cité radieuse,* vão confrontar-se no PCE representando duas correntes nem sempre contraditórias entre si nos projetistas que vão trabalhando para e com os serviços da DGEMN; não será por acaso, até porque, continuando a citar Rossi, "são também os modelos mais claros no que respeita à imagem da cidade."[390] Isso explica, também, que a discussão desta relação seja feita, frequentemente, de forma algo redutora e superficial, particularmente num contexto, como é o do PCE e de muita da produção habitacional do estado, em que a discussão se faz entre técnicos de funções e formações muito distintas e em que ao público-alvo dos escassos textos técnicos que são feitos interessaria pouco a caracterização teórica desses *modelos*.

Porque é, essencialmente, de *modelos* que aqui falamos, em mais do que um sentido. A clássica separação de Françoise Choay entre o "modelo culturalista" e o "modelo progressista"[391] induz uma fronteira marcada entre elas que, se em determinados momentos e contextos de afirmação

389. Lôbo, *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*, 75.

390. Aldo Rossi, *A Arquitectura da Cidade* (Lisboa: Edições Cosmos, 2001 [1966]), 118.

391. Françoise Choay, *O Urbanismo* (São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1992 [1965]).

de correntes[392] é compreensível, torna-se menos clara quando as correntes em causa ou estão já estabelecidas ou são lidas de forma superficial, como nos parece ser o caso da oposição cidade-jardim/ cidade-radiosa no desenvolvimento do desenho urbano em Portugal neste período das décadas de 1930-40. Choay encaixa no "modelo progressista," a partir de Tony Garnier, os exemplos de Le Corbusier e dos CIAM, e no "modelo culturalista" Camillo Sitte, na linha de Ruskin e Morris, também abraçada por Ebenezer Howard. Nesta marcação de fronteira temos essencialmente a oposição da geometria rígida à curva, ou da "arquitectura subordinada à natureza"; mais interessante é que Choay, ao aprofundar a utilização do modelo da cidade-jardim, encontre uma hibridez que torna a tal fronteira menos clara: "as *garden cities* apresentam um certo número de pontos comuns com os modelos progressistas (...) as cidades-jardim francesas (...) são simplesmente, apesar da designação, uma subcategoria do modelo progressista."[393]. Essa *hibridez* caracterizou muita da produção urbanística em Portugal, sendo mais raros os exemplos de uma aplicação direta dos modelos do que os do cruzamento e seleção de elementos de diversas fontes.

Agache traz para a realidade portuguesa uma abordagem holística ao projeto urbano, que os seus "sucessores" mais ou menos formalmente educados para o urbanismo compreenderão (ou não) de formas variadas. A visão que Agache tem do desenho urbano é de cruzamento da "arte da composição" com a utilização da Natureza como elemento de trabalho, "integrada na relação entre cheios e vazios ou servindo de cenário a traçados e espaços públicos" e com o recurso a "elementos da cidade tradicional, tratados com sentido inovador e integrando contributos mais recentes da disciplina urbanística."[394] Um desses contributos coevos é o pensamento à escala regional, na linha de Patrick Geddes (1854-1932) e Lewis Mumford (1895-1990), que foi um dos principais suportes teóricos da IFHTP ao longo do período em estudo. Esse pensamento regional tem uma aplicação precoce e incipiente em Portugal nos Planos de Urbanização que se desenvolvem a partir de meados da década de 1930, ainda muito ligados à composição formal de elementos, embora já com alguns princípios de lógicas de funcionamento urbano. Só com os Olivais, particularmente Olivais Sul,

392. Veja-se o caso do "confronto" entre Raul Lino e Ventura Terra no início do séc. XX.

393. Choay, *O Urbanismo*, 32.

394. José M. Ressano Garcia Lamas, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2000), 279.

veremos associada à escala regional uma lógica de relação funcional entre habitação e cidade. Vemos Agache, então, como um representante da linha *híbrida* que referimos em Choay e a sua presença dominante no aparecimento da disciplina urbanística em Portugal prolonga a influência dessa hibridez, poucas vezes verdadeiramente contestada, com a exceção do projeto para as Casas de Renda Económica de Ramalde, de Fernando Távora, que referimos no início desta Tese.

Os desenhos que acompanham esta parte da Tese foram realizados a partir de cartografia digital cedida pelos municípios e de peças desenhadas existentes principalmente no espólio do IHRU à guarda do Serviço de Informação do Património Arquitetónico no Forte de Sacavém. As áreas exteriores foram divididas em quatro temas essenciais: Vias de Circulação (que inclui circulação automóvel e pedonal, devido à dificuldade em clarificar os usos em muitos dos exemplos), Áreas Exteriores Privadas (áreas de uso limitado a uma habitação), Áreas Exteriores Partilhadas (áreas que não sendo de circulação podem ser utilizadas comunitariamente — incluindo, por exemplo, áreas ajardinadas, praças e espaços de paragem), e Áreas para Edificação (áreas reservadas nos planos dos bairros para a construção de equipamentos, expansão do bairro ou edifícios de outros usos que não o habitacional).

Da informação consultada, os projetos resultaram frequentemente de trocas de informação entre os projetistas dos serviços das Casas Económicas, ou projetistas contratados por esses serviços, que elaboravam os primeiros estudos e os reviam posteriormente, e os técnicos de algumas câmaras municipais, que tinham intervenção efetiva em certos elementos, como a localização e o dimensionamento das vias. Os trabalhos de urbanização eram, de resto, da responsabilidade dos municípios.

2.2. FORA DA CIDADE: O JARDIM, O SUBÚRBIO, O ENCLAVE

São escassas, infelizmente, as descrições relativas à abordagem dos técnicos das Casas Económicas ao desenho urbano; aliás, de uma forma geral, as descrições são apenas isso, descrições, subentendendo-se aqui e ali alguma intenção mais formal. Identificar referências e intenções torna-se, por isso, um exercício de uma certa suposição. Há vários "primeiros bairros" de Casas Económicas, dependendo da forma como se interprete essa questão de novidade. Um dos diversos bairros cujo projeto é iniciado antes do início do Programa é o **BCE Viana do Castelo** [B12], projetado por Rogério de Azevedo em 1932. Um decreto do Ministério do Interior de 1 de abril de 1933 enquadra essa iniciativa na figura dos "Melhoramentos Urbanos"[395] e destaca a intenção do município de Viana do Castelo, já de 1930, de construir um bairro, indo "assim ao encontro de uma das mais instantes reformas sociais que o Govêrno tem em vista."[396] Duas notas rápidas são de realçar: a ideia, já referida, de que o Estado Novo pretendia abarcar numa iniciativa ainda em desenvolvimento as diversas produções de habitação em curso; e, ao mesmo tempo, a perceção de que as iniciativas existentes na legislação relativa a políticas de habitação não se enquadravam nas intenções do regime que, assim, prefere ignorar os programas anteriores e integrar este bairro numa outra abordagem mais geral, a dos Melhoramentos Urbanos.

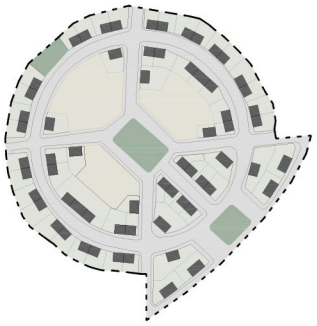

Fig. 11. BCE Jardim (Rogério de Azevedo, Viana do Castelo 1932-38). Planta de Conjunto. Escala 1:5000.

Rogério de Azevedo desenvolve um esquema radial,[397] a partir de uma praça retangular que descreve como "Centro Cívico," da qual partem quatro arruamentos nos cantos e um arruamento, a eixo, a sul (Fig. 11). O bairro forma um conjunto aproximadamente quadrado, com uma via circular interna à volta da qual se organizam a maioria das habitações. Para lá do interesse gráfico da proposta, que Margarida Souza Lôbo associa às *siedlungen,*[398] as notas que acompanham o desenho de conjunto são de destacar. O Centro Cívico é ladeado por três edifícios de maiores dimensões: "Escola e creche" a norte, e duas "cooperativas" nos lados nascente e poente. Numa zona deixada livre a poente do retângulo do bairro, identifica-se um "Terreno para horta a dividir" e, a sul, rematando o arruamento que parte da praça central, uma "Ramada" junto ao Caminho de Ferro do Vale do Lima indicia a intenção de criar um apeadeiro ligado ao Bairro. Trata-se, por isso,

395. Figura regulada pelo Decreto nº 21.697, de 19 de setembro de 1932. *Diário do Govêrno* nº 230/1932, Série I (1932-09-30): 1972–1974. A propósito dos Melhoramentos urbanos, ver Agarez, "Obras Públicas e "Melhoramentos" Locais: Entre Lisboa e o País (Real)."

396. Decreto nº 22.380, de 1 de abril de 1933. *Diário do Govêrno* nº 75/1933, Série I (1933-04-01): 443–444.

397. "Bairro em Viana do Castelo," AHIHRU — Textual, Forte de Sacavém, pasta 5178.

398. Lôbo, *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*, 146.

de um desenho que associa a habitação económica a uma série de equipamentos e áreas de apoio, numa perspetiva abrangente que não se concretizou no projeto final e que foi rara no programa. Não foi edificado qualquer um dos equipamentos e as zonas livres do bairro viriam a ser utilizadas numa expansão, novamente apenas com habitações, já no final da década de 1950.

Curiosa, também, é a designação dada ao projeto. No Anteprojeto, datado de 1932, o título que lhe é dado é "Plano duma Cidade-Jardim para Viana do Castelo"[399]. Já quando o projeto é publicado no Boletim do Comissariado do Desemprêgo, o título dado é "Plano dum Bairro Jardim para Viana do Castelo"[400], sendo que essa designação de "Bairro Jardim" será a que lhe será popularmente aposta. A referência visual da Cidade Jardim será citada ocasionalmente ao longo do programa, certamente mais procurando a imagem pitoresca dos conjuntos desenhados por Unwin e Parker do que propriamente uma concretização da teoria original de Howard.

Referimos já, por exemplo, a iniciativa do concurso de 1934, para uma "Cidade Jardim," também assim designada na documentação do concurso, a construir na cidade de Lisboa; pouco mais se refere quanto à ideia urbana para lá dessa noção genérica, indicando-se apenas que existiam na CGDCP "muitos elementos sob a forma de relatórios, livros, folhetos, tanto de origem oficial como particular, que dão uma súmula do que sobre o assunto há feito na Áustria, Alemanha, França, Holanda e Inglaterra."[401]

Perceber o que seria a cidade-jardim na perspetiva do Terreiro do Paço, ou de São Bento, não é tarefa fácil. Apenas em 1945 encontramos referências ao termo, nas já referidas discussões na Assembleia Nacional, no contexto da discussão da legislação referente às casas de renda económica. Araújo Correia, que como vimos viajara para estudar o assunto no início da década anterior, assinala os "quarenta anos — desde que Howard lançou a sua ideia das cidades-jardim,"[402] sugerindo um conhecimento generalizado do termo. Só 14 anos depois, na Câmara Corporativa, o parecer da entidade à proposta de lei nº14, do *Plano Director do Desenvolvimento Urbanístico da Região de Lisboa* faz, esse sim, uma análise um pouco mais aprofundada, mesmo que seletiva,

399. Ibid., 147.

400. *Boletim do Comissariado do Desemprego,* nº1 (julho 1934).

401. "Realização de Concurso para o Anteprojecto de um Bairro de Casas Económicas, com o tipo de Cidade-Jardim, a construir em Lisboa pela Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência," Processo PT/TT/AOS/D-G/2/1/8, Arquivo Nacional da Torre do Tombo. O Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos não tem informação, atualmente, da existência dessa documentação.

402. *Diário das Sessões* nº137 (9 de fevereiro de 1945): 303.

das intenções da ideia original,[403] a que não será alheia a presença de Inácio Peres Fernandes[404] entre os signatários da proposta, com uma descrição inusitadamente técnica e detalhada; Peres Fernandes será também um dos autores, uma década depois, do texto base do Colóquio sobre Políticas de Habitação. Partindo do problema levantado pela aglomeração industrial e deslocação de populações rurais para as cidades, gerando uma "desmesurada concentração urbana," o parecer cita estudos de Gaston Bardet (1907-1989) sobre a dimensão ótima para a "cidade humana concentrada" na ordem das 10 mil famílias (30 a 50 mil habitantes), notando como Letchworth e Welwyn estão dentro dessas dimensões. Citam-se então os princípios básicos da teoria de Howard,

> *"eliminação da especulação sobre terrenos (...) 'Contrôle' do crescimento e limitação da população, definindo-se os limites do centro urbano por meio de uma 'zona verde' circundante (...) [e] Equilíbrio funcional, estabelecido mediante o estudo das necessárias relações entre a cidade e o campo e dos aspectos mais relevantes da estrutura urbana, designadamente: a residência, o mercado, a indústria, as funções políticas, sociais e espirituais, as diversões, etc."*

Ficam por referir os preceitos económicos de Howard, e fica uma leitura final, ainda assim, redutora: "não se reporta a uma 'cidade com jardins', como alguns erradamente supõem, referindo-se antes a uma 'cidade no meio de um jardim' (a zona agrícola circundante)."[405]

Esta divisão entre "cidade com jardins" e "cidade no meio do jardim" dá-nos o mote para uma curta análise de algumas definições que, não sendo tema central da tese, importa analisar antes de avançar com o estudo dos projetos urbanos do PCE, até porque a distinção entre elas pode ajudar a clarificar a leitura desses projetos. Os termos a clarificar são "cidade-jardim," "siedlung," "bairro operário" e "subúrbio-jardim," termos utilizados com alguma frequência na bibliografia que interessa a esta parte da tese que, porque em alguns aspetos se sobrepõem, podem tornar-se pouco claros.

403. "Parecer nº11/VII," in *Actas da Câmara Corporativa* nº51 (18 de abril de 1959). Subscrito por Afonso de Melo Pinto Veloso (1878-1968, magistrado, Ministro da Justiça e da Instrução Pública na 1ª República), Augusto Cancella de Abreu (1895-1965, Ministro das Obras Públicas entre 1944 e 1947 e do Interior entre 1947 e 1950), António da Mota Veiga, Francisco Pereira de Moura (1925-1998, Economista), João Faria Lapa (1904-?, Economista), José Seabra Castelo Branco (1913-?, representante na CC dos Municípios rurais do Centro), Francisco Manuel Moreno (1902-?, representante na CC dos Municípios rurais do Sul), Inácio Peres Fernandes (1910-1989, Arquiteto da DGEMN e à época Presidente do SNA), António Pereira Caldas de Almeida (1921-?, Engenheiro Agrónomo, Presidente da Corporação da Lavoura) e Reinaldo dos Santos (1880-1970, Médico e Historiador, Presidente da Junta Nacional de Educação) e tendo como relator José Pires Cardoso (1904-1990, Economista).

404. Inácio Peres Fernandes (1910-1989) formou-se em Arquitetura pela Escola de Belas Artes de Lisboa em 1934. Esteve, com Faria da Costa e Keil do Amaral, ligado ao Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Lisboa a partir de 1938. Foi colaborador da DGEMN, da Junta Autónoma de Estradas e Inspetor de Obras Públicas do do Conselho Superior de Obras Públicas. A partir de 1951 foi Presidente do Sindicato Nacional dos Arquitectos, sendo, por inerência do cargo, nomeado procurador da Câmara Corporativa.

405. "Parecer nº11/VII," in Actas da Câmara Corporativa nº51 (18 de abril de 1959).

Da "cidade-jardim" de Ebenezer Howard, já notamos que é um conceito híbrido — suficientemente vago e, simultaneamente, rico de ideias para ser alvo frequente de um exercício de *seletividade* que reduz a ideia a alguns chavões. Lewis Mumford nota essa apropriação e uso da "cidade-jardim" como "scapegoat for the open type of planning characteristic of suburbs since the middle ages."[406] Sabemos que *The Culture of Cities* era um livro que circulava entre os arquitetos portugueses[407] pelo que não é descabido considerar que influenciou a descrição que retiramos do parecer da Câmara Corporativa; Mumford identifica três características fundamentais da ideia de Howard, duas das quais o parecer cita: a ideia do controlo do crescimento da população e de cada cidade-jardim através da criação de uma reserva verde envolvente para lá da qual o aglomerado não se poderia expandir, que se popularizaria com a designação *Green Belt*, destinada a agricultura ou recreação, e a do equilíbrio funcional entre cidade e campo e entre funções internas do agrupamento.[408] Para o Estado Novo convinha que a terceira característica fundamental da proposta de Howard ficasse escondida; "Not merely did Howard seek to eliminate the private landlord: he eliminated the temptation to increase density in order to raise land values."[409] A vertente mais *económica* da proposta original era a que não interessava à visão do regime português.

Mais do que uma ideia, a cidade-jardim representou em Portugal (e não só) uma imagem, despida da ideologia original, que talvez se possa resumir com as palavras de dois nomes fundamentais nesta história. No relatório que Paulino Montez e Luís Benavente apresentam em 1943, a propósito dos estudos de urbanização para Lisboa que abordaremos mais à frente, os autores notam que, *por indicação superior*, os bairros "devem acusar a característica fundamental das cidades-jardins," que neste caso resumem a um princípio de distribuição de "casas construídas em ambiente de ar livre e sol a jorros, em talhões com determinada área e que permitam o emolduramento de tôdas elas com manchas de verdura, deixando, por outro lado, a descoberto, as clareiras donde se disfrutem rasgadas perspectivas paisagísticas."[410] É a primeira identificação de uma ideia formal a aplicar nos bairros de Casas Económicas, e representa uma leitura superficial do conceito,

406. Lewis Mumford, *The Culture of Cities* (New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1970 [1938]), 397.

407. Rui Jorge Garcia Ramos e Sérgio Dias Silva, "João Andresen: A Casa do Pós-Guerra e o Debate Arquitectónico nos Anos de 1950," in *Januário Godinho: Leituras do Movimento Moderno*, coord. Alexandra Cardoso, Fátima Sales, e Jorge Cunha Pimentel (Porto: Centro de Estudos Arnaldo Araújo, 2012).

408. Esta passagem é transcrita quase literalmente no Parecer da Câmara Corporativa: "there was to be a balance between town and country; in its internal development, there was to be a balance between home, industry, and market, between political, social and recreational functions." Mumford, *The Culture of Cities*, 397.

409. Ibid.

410. Paulino Montez e Luís Benavente, "Bairros de Moradias Económicas para a Classe Média," Espólio Luís Benavente, Torre do Tombo, cota PT-TT-LB-C-001, f.2.

reduzido, como vimos, à expressão formal das obras de Unwin e Parker; essa leitura superficial parece ser partilhada tanto por quem estabelece essa "indicação superior," como pelos dois arquitetos. Sendo aqueles dos principais nomes daquela geração de arquitetos portugueses, é sintomático que façam esta leitura relativamente acrítica do princípio da cidade-jardim, denunciando uma interpretação bastante limitada do conceito. Esta redução da cidade-jardim a um *modelo formal* não é, no entanto, exclusiva nem do contexto português, nem de contextos conservadores, nem de regimes autoritários.[411]

A propósito da destrinça entre Cidade Jardim e Subúrbio Jardim, com um foco particular neste último, Robert A.M. Stern, David Fishman e Jacob Tilove estabeleceram uma subdivisão dentro do mesmo princípio, separando o Subúrbio Jardim entre *garden village* e *garden enclave*, a primeira enquanto "independent entities connected to the city by railroad (...) with community attributes such as shops and civic buildings in addition to their residential components," e a segunda numa leitura de *parque residencial*: "organized along naturalistic lines (...) the character of the garden enclave is almost always the result of coordinated land-use planning — controlling setbacks, landscape, and the like — in order to stand apart from its immediate surroundings (...) garden enclaves consist almost exclusively of house sites."[412] Este símbolo do *parque* residencial estará próximo da visão da cidade-jardim dos políticos portugueses e, de certa forma, dos próprios técnicos que associaram ao conceito linhas mais próximas de um paisagismo clássico, avoengo do *City Beautiful*.

Mumford encontra as origens deste "middle class romantic suburb" na fuga da Londres sobrepovoada da revolução industrial no final do século XVIII por quem tinha possibilidade de ter uma *villa* no campo e fazer a deslocação para a cidade quando necessário: "the romantic suburb was a collective attempt to live a private life."[413] Serão estas as referências que marcarão o início do PCE, nesta transposição de ideais caros a Raul Lino.

411. Carlo Doglio analisou essa leitura superficial do modelo num conjunto de textos destacado por Aldo Rossi; este considerou a investigação de Doglio "um dos trabalhos mais estimulantes e inteligentes da literatura urbanística italiana do pós-guerra."

412. Robert A.M. Stern, David Fishman, e Jacob Tilove, *Paradise Planned: the garden suburb and the modern city* (The Monacelli Press, 2013), 48.

413. Mumford, *The Culture of Cities*, 215.

> *"Following romantic principles, house and plot pattern and garden changed: the street avoided straight lines, even when no curves were given by nature; when the cult of naturalism finally invaded German town planning toward the end of the nineteenth century contour levels of even the minor sort were treated as definitive guiding lines for the sake of the irregularity they produced: an exaggerated rebuke to the engineer's habit of forgetting them completely."*[414]

Robert A.M. Stern, David Fishman e Jacob Tilove descrevem o conceito de subúrbio jardim: "a village or enclave located within the catchments of a city, and sometimes directly embedded in the city itself" nascido, como indicava Mumford, da vontade de fugir da cidade industrial, e com uma evolução no sentido, por um lado, da redução da unidade habitacional e do lote (por oposição à casa senhorial no centro de uma grande propriedade), e, por outro lado, de um equilíbrio de poderes entre classes sociais, com uma apropriação progressiva, por parte de uma classe média, de conceitos ligados tradicionalmente à nobreza — a *utopia da casa senhorial* de Mumford.[415] "Suburbia was not a retreat from urban society and its problems (...) but a new way of expressing dominance within that society. Suburbia proved to be the perfect setting in which the older symbolism of aristocratic power could be appropriated by the middle classes."[416] Acrescentaríamos a esta descrição a limitação de usos, um dos principais fatores que distingue o subúrbio-jardim da cidade-jardim, sendo o primeiro, habitualmente, totalmente dependente da cidade a que está apenso para praticamente todos os usos para lá do de residência.

A noção de "siedlung," no contexto desta discussão, está associada a este mesmo fenómeno de deslocação de populações para subúrbios mais ou menos qualificados; como a expressão alemã significa, literalmente, *assentamento*, é usada para descrever vários tipos de áreas de expansão urbana em contextos variados. Vamos evitar o recurso à expressão, que se internacionalizou com a circulação de iniciativas na Alemanha na década de 1920 — de que o Weissenhofsiedlung talvez seja o exemplo mais popular — mas é tradicionalmente utilizada para referir os agrupamentos construídos na proximidade de centros industriais e

414. Ibid., 214.

415. Lewis Mumford, *História das Utopias* (Lisboa: Antígona, 2007 [1922]).

416. Robert Fishman, citado em Stern, Fishman, e Tilove, *Paradise Planned: the garden suburb and the modern city*, 31.

na periferia das cidades alemãs no final do séc. XIX e início do séc. XX, por vezes por iniciativa de grandes empresas para alojar os seus trabalhadores — é a esse momento que Margarida Souza Lobo associa o projeto de Rogério de Azevedo às *siedlungen,* e é nesse momento que Ricardo Carvalho identifica o início da sua *cidade social.*[417] Reforçando esta diferença, está a oposição notada por Peter Hall entre Ernst May em Frankfurt, apostando na cidade-satélite, na linha da cidade-jardim, e Martin Wagner em Berlim, com um papel semelhante: "His big difference with May concerned the role, and thus the character and the location, of the new estates. Wagner did not believe at all in satellites; his ideal was the Siedlung — the concept and the term were first developed by the coal and iron barons of the Ruhrgebiet — wherein houses were grouped around a factory, but with no independent — or even semi-independent — existence from the rest of the city."[418]

Esse momento e esse contexto na Alemanha são parte necessária da compreensão desta genealogia, num momento em que se entra num certo círculo de referências e contaminações que exemplifica a importância da circulação de modelos. Esses assentamentos, a par com iniciativas filantrópicas do mesmo género de industriais ingleses e americanos, tiveram uma influência clara em Howard, como Manfredo Tafuri e Francesco Dal Co notaram: "El cuadro idílico de la ciudad-jardín se presenta (...) como continuación de las más avanzadas *company towns*, de las cuales proviene también el principio de la autosuficiencia económica."[419] Simultaneamente, a abertura do conceito de Howard à *amostragem seletiva* de elementos de acordo com o contexto, como vimos, vai ser abraçada muito rapidamente na Alemanha. Logo em 1902, uma associação é criada à imagem da Garden City Association, a Deutsche Gartenstadt-Gesellschaft, que terá também um papel importante na criação da IFHTP; Hellerau (Richard Riemerschmid, Dresden, 1909) é um exemplo precoce da execução de um plano segundo alguns dos princípios de Howard.

417. Carvalho, *A Cidade Social: Impasse, Desenvolvimento, Fragmento.*

418. Peter Hall, *Cities of Tomorrow: An Intellectual History of Urban Planning and Design since 1880* (Wiley-Blackwell, 2014), 129.

419. Tafuri e Co, *Arquitectura Contemporanea*, 37.

Entre estes dois conceitos, de cidade-jardim e de *siedlung*, encontramos Henrich Tessenow (1876-1950). Como indica Carlos Martí Arís,

> *"La arquitectura residencial de Tessenow constituye una crítica radical al pintoresquismo que a menudo acompaña a las propuestas de ciudad jardín, basada em la búsqueda de los aspectos esenciales y permanentes de la casa en la cultura doméstica centroeuropea. El tradicionalismo de Tessenow se orienta hacia el logro de la unidad y persigue el entronque con el arquétipo de casa que subyace a tantas variantes, rechazando la dispersión de linguajes y estilos característica del eclectismo."*[420]

420. Carlos Martí Arís, *Las Formas de la Residencia en la Ciudad Moderna* (Barcelona: Edicions UPC, 2000 [1991]), 22.

2.3. ENTRE CAMILO SITTE E RAYMOND UNWIN

No decreto original das Casas Económicas poucas eram as indicações que fossem limitadoras para o desenho urbano, no que ia para além da ideia definidora das "moradias de família, com quintal." Alguma noção da dimensão — entre 50 e 100 moradias de classe A, entre 25 e 50 moradias de classe B[421] — e algumas indicações genéricas. "As moradias económicas deverão ser localizadas em pontos de fácil acesso e servidos de meios de transporte económicos e serão agrupadas por classes, formando conjuntos que se integrem harmonicamente nos planos de urbanização." Se se *subentende* uma série de questões pertinentes — desde logo, a dependência de um centro urbano e a questão da segregação interna dos bairros — nada há aqui indicado em termos de *imagem*. Não será por aí, então, que a abordagem do projeto urbano será condicionada.

Ao apresentar o Programa das Casas Económicas na referida conferência no Brasil, em 1935, Lino abordou rapidamente a questão urbana, apontando apenas a facilidade de "encontrar bons locais espalhados por tôda a cidade, cuja expropriação não era dispendiosa" (novamente destacando a questão do *investimento* no planeamento da localização das Casas Económicas).

Não era assim tão fácil conseguir terrenos, sabemo-lo já, até pela importância que o tema da aquisição de terrenos terá no desenvolvimento do PCE, mas Lino destaca os locais já escolhidos naquele momento como "excelentes quanto à sua topografia e situação (...) inclinados, expostos ao Sul, auferindo assim boa exposição solar, abrigo das incómodas nortadas e, em grande parte, bela vista sobre o estuário do Tejo." Nota ainda a "novidade agradável" dos "arruamentos, que, não obedecendo cegamente à linha recta, raras vezes deixam [de] respeitar as curvas de nível naturais do terreno, pelo que assumem certo ar engraçado e recreativo de ruas de parque."[422] Este *desprendimento* poderia sugerir que Lino não participou neste desenho e tem de ser lido com reservas, já que encaixa num estilo de escrita que se irá repetir noutras descrições de projetos do próprio. Ainda assim, as dúvidas relativamente ao nível de participação de Lino persistem, como veremos mais adiante.

421. Este balizamento do número de fogos nem sempre foi respeitado, desde o arranque do programa, quer não chegando a esses números (por exemplo no BCE Bragança [B2], com 24 fogos apenas), quer ultrapassando (por exemplo no BCE Alto da Ajuda [B6], com 198 fogos de classe A).

422. Para uma análise da conferência de Raul Lino no Brasil em 1935 no contexto da sua produção teórica, ver Rocha Moreira, "O Valor do tempo. O Programa intelectual e arquitectónico de Raul Lino.," 306.

Também de passagem, Lino refere as *Laubenkolonien* alemãs, que traduz como 'colónias de caramanchão', apontando-as como uma consequência da "deficiência dos grandes blocos."[423] Na verdade, se este princípio de *horta deslocada* tem como origem, como indica Lino, as condições habitacionais das classes trabalhadoras, em conjuntos de grande densidade e sem terreno livre, esta "culpa" dos blocos poderá ser vista como uma leitura tendenciosa de Lino. Datando essa tradição de meados do século XIX, não será, por isso, tanto uma consequência da solução dos "blocos," como do mais genérico problema de densidade habitacional provocado pelo crescimento das cidades ou da situação económica das classes trabalhadoras.[424] Martin Wagner, no contexto da exposição *Sonne, Luft und Haus fur Alle* (Berlim, 1932), a que regressaremos na Parte 3, abordara também o crescimento destas colónias improvisadas, explicando-as com o desemprego crescente nas cidades alemãs no início da década de 1930, no contexto da Grande Depressão, que levara as populações a procurar nessas colónias habitações de custo mais reduzido.[425]

Aquela nota de Lino é, ainda assim, curiosa. A referência a estas hortas comunitárias, chamemos-lhes assim, é feita como contraponto — já o dissemos, algo falacioso — à construção dos grandes blocos, ignorando a importância dada aos espaços exteriores pela produção de habitação para famílias de menores recursos, que atingiu na Alemanha na década anterior à conferência de Lino uma dimensão sem paralelo a nível internacional. Poder-se-á dizer que, como Salazar, Lino se foca aqui na questão da *propriedade*. Ainda assim, parece improvável que Lino não esteja a par das realizações da época, apesar de tudo ainda em desenvolvimento na Alemanha, embora com tendência para se reduzirem desde a chegada ao poder de Hitler em 1933, que culminará com a paragem das iniciativas desse âmbito em 1939 e a priorização de sistemas de habitação unifamiliar com espaço exterior privado.[426]

Mais improvável parece esse conhecimento limitado de Lino quando este tema dos espaços próprios para cultivo tinha sido alvo de uma atenção particular por parte de Leberecht Migge (1881-1935) nos seus livros *Die Gartenkultur des XX.Jahrhunderts* (1913) e *Die Deutsche Binnen-Kolonisation* (1926).

423. Ibid., 304. Lino referir-se-à à tradição dos *allotment gardens,* comum a vários países europeus a partir do século XIX. Tinham como objetivo inicial a produção de alimentos para consumo familiar. As *Lauben* são construções de pequenas dimensões edificadas pelos próprios utilizadores para apoio a essas hortas e por vezes utilizadas como pequenos alojamentos de uso temporário. Maja Lorbek e Milena Martinsen, *"Allotment Garden Dwellings: Exploring Tradition and Legal Framework," Urbani izziv* Volume 26, Supplement, November 2015 *s98-s113*.

424. "Citizens there, mostly working-class folk, could rent for a token sum small gardens at the edge of town, where they could be out in the fresh air with their families, and incidentally raise food to supplement their diets. In early 19th-century Birmingham, which had no parks or other public open spaces, many thousands took advantage of this wholesome excursion." Kostov, *The City Assembled: The Elements of Urban Form Through History*, 57.

425. Tom Avermaete et al., *Martin Wagner - Das wachsende Haus - The Growing House*, Wohnungsfrage, (Berlin: Haus der Kulturen der Welt, 2015).

426. Esta transição no regime Nazi tem certamente paralelismos ideológicos com o regime de Salazar — nomeadamente na valorização da propriedade individual. Ver Maja Lorbek, "Idealizations of the Kleinhaus: On the Typology of the Small Single-Family House in Germany, 1920s–1960s," *Architectural Histories* 6, 1, nº 13 (2018); ibid.

Não se tendo encontrado referências diretas de Lino a Migge, a relação de Lino com Francisco Caldeira Cabral (1908-1992), um dos precursores da disciplina de arquitetura paisagista em Portugal, sugere pouco risco na assunção de que Lino teria um amplo conhecimento do desenvolvimento da profissão na Alemanha, tendo recomendado a Caldeira Cabral o estudo em Berlim e mantido, com este, correspondência.[427]

Os bairros com ação direta de Lino, identificados através do processo de Joaquim Madureira[428] no arquivo da ex-DGEMN e de algumas peças desenhadas assinadas pelo próprio, apresentam, como se indicou, alguns princípios comuns de paralelismo evidente. A escolha dos terrenos em encosta é partilhada pelos **BCE Ilhéu** [B1] (Fig. 12), **BCE Condominhas** [B4] (Fig. 14), **BCE Alto da Ajuda** [B6], **BCE Alto da Serafina** [B7] (Fig. 13), e **BCE Terras do Forno** [B8], sendo a caracterização dos conjuntos também semelhante.

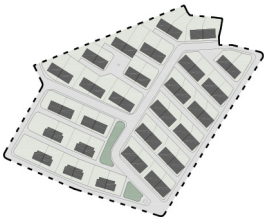

Fig. 12. BCE Ilhéu (Raul Lino e Joaquim Madureira, Porto 1934-35). Escala 1:5000.

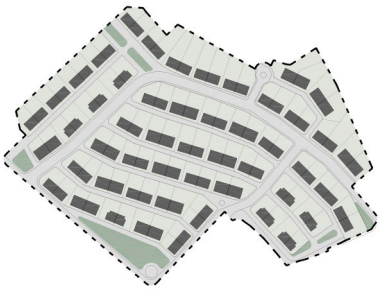

Fig. 14. BCE Condominhas (Raul Lino e Joaquim Madureira, Porto 1934-1936). Plantas de Conjunto. Escala 1:5000.

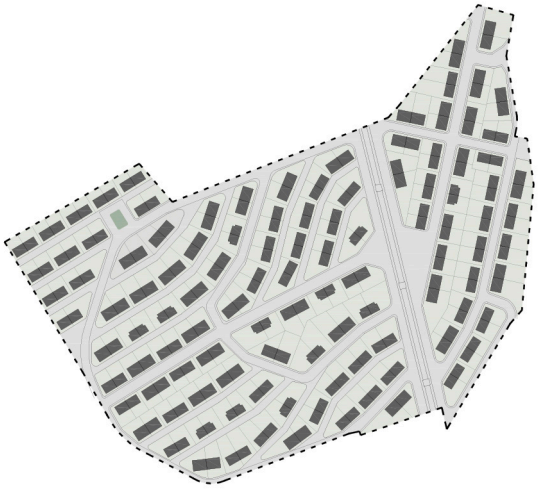

Fig. 13. BCE Alto da Serafina (Raul Lino, Lisboa 1934-38). Planta de Conjunto. Escala 1:5000.

427. Ana Catarina Dias Santos Antunes, *A influência alemã na génese da Arquitetura Paisagista em Portugal,* Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto em Arquitetura Paisagista e Ecologia Urbana, 2019.

428. Joaquim Madureira (1908-?) colaborou com os serviços de Casas Económicas a partir de 5-2-1934, incialmente em regime de prestação de serviços. Em 1935 foi contratado para serviços de fiscalização, sendo integrado na SCCE a 21-4-1936, onde colaborou até maio do ano seguinte. Segundo o seu processo individual, terá colaborado com Raul Lino nos projetos dos bairros do Ilhéu, das Condominhas e de Bragança, tendo ainda iniciado os estudos de bairros do Porto (Ameal, Paranhos, Azenha, Ramalde, Gomes da Costa), Braga, Guimarães, Vila Real, Coimbra (Calhabé) e Covilhã (Penedos Altos, Oliveira, Estação e Cruz da Rata). SIPA, Forte de Sacavém, cota PT DGMEN: DSARH-PESSOAL-0077/05.

A estrutura viária é hierarquizada em dois níveis, uma circulação principal com maior largura, para atravessamento automóvel, e circulações secundárias, aproximadamente perpendiculares àquelas, para acesso às habitações. Como indicado nas palavras de Lino, há um esforço de aproveitamento da topografia, resultando em vias curvilíneas.

As habitações apresentam uma orientação aproximada a sul, resultando na criação de perfis viários com fachadas de habitação a norte e quintais a sul. Esta orientação quase *obsessiva* das habitações para sul, comum a este conjunto de bairros de Lino, é, de resto, invulgar para a época e pode representar, em nosso entender e como já escrevemos, uma *negação da cidade*[429] tradicional; "il faut tuer la rue corridor," pensaria Lino? Vistas as imagens de época dos bairros em que Lino trabalhou, estas vias nem seriam entendidas como ruas, dada a informalidade e permeabilidade visual dos limites dos lotes, marcados com pequenos jardins junto à fachada (ainda assim, recuada em relação à via, ao contrário do que veremos em Paulino Montez) e redes ao fundo dos logradouros. Rapidamente, no entanto, muitos proprietários ergueram muros de delimitação dos jardins e dos quintais, criando vias desqualificadas, entre muros, muitas vezes em impasse.

Não parece despropositado fazer uma ligação desta visão de Lino a um local que certamente conheceria, Bedford Park (Londres, 1875), um "subúrbio-jardim" precoce, e a um autor coevo, Hermann Muthesius (1861—1927). A descrição que Muthesius fez do conjunto de Bedford Park, no seu livro *Das Englische Haus,* de 1904, praticamente poderia ser usada para descrever a abordagem de Lino aos bairros do PCE em que intervém:

> *"Streets were pleasantly winding and care was taken to see that the houses faced in the best possible direction — south-east to south — and every house had its small or not so small garden (...) Most of the houses were detached, a few were semi-detached and there were also a few terraced houses, for the planners were aware that where extreme cheapness was required, this could only be achieved with terraced housing."*[430]

A procura de uma imagem mais convencional de rua de duas frentes era a solução mais comum e que, de resto, voltou a ser a dominante no

429. Pereira et al., "Casas económicas e casas desmontáveis: Génese, estruturação e transformação dos primeiros programas habitacionais do Estado Novo."

430. Muthesius descreve o conjunto de Bedford Park como uma visita obrigatória e publica as plantas das "pequenas casas." Hermann Muthesius, *Das Englische Haus* (Berlin: Ernst Wasmuth, A.-G., 1908), 134-38. A citação, já traduzida, é retirada de Stern, Fishman, e Tilove, *Paradise Planned: the garden suburb and the modern city*, 40.

desenvolvimento do PCE a partir do momento em que Lino abandona a SCE. Já com outras funções na DGEMN, mas ainda em colaboração com as Casas Económicas, Lino desenvolveu, presumimos, a segunda fase do **BCE Terras do Forno** [B8],[431] em expansão para sul, com essa organização mais convencional, de rua tradicional e frentes opostas. Por ser um dos primeiros bairros em que há a transição para os novos projetos-tipo de Casas Económicas, com dois pisos, gera um novo tema, o da *hierarquia*, passando a distribuição tipológica a representar, em si, uma opção de desenho e intencionalidade urbana. No caso do **BCE Terras do Forno**, as casas de Classe B, para rendas mais altas, são dispostas em zonas convencionalmente mais *nobres*, nomeadamente o alargamento a sul que marca a entrada do Bairro e a localização da Escola e a "avenida" que define o limite poente do conjunto. Cabe a Lino, também neste bairro, a oportunidade de aplicar pela primeira vez no Programa, que tenhamos identificado, um sistema de casas em banda; embora sem alterar o projeto-tipo, combina várias Classes, provavelmente com um objetivo mais económico, de conseguir mais fogos em menor área, do que formal.

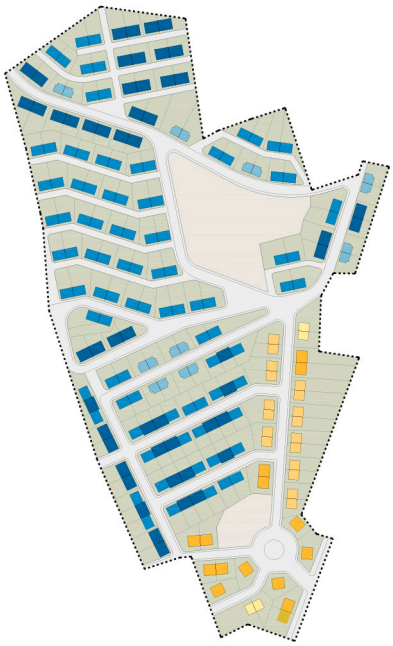

Fig. 15. BCE Terras do Forno (Raul Lino, Lisboa 1934-38). Planta de Conjunto com Identificação de Classes de Fogos Construídos.. Escala 1:5000.

Deve notar-se, a propósito desse alargamento da via, que nenhum dos bairros de Lino previa a criação de qualquer espaço público, à exceção de pequenas áreas ajardinadas ou arborizadas de cariz decorativo, usadas para preencher vazios de transição entre a malha do bairro e as vias ou, quando existiam, construções envolventes. Na sua abordagem de cariz pitoresco, em que a linha curva quebra a relação entre construções, Lino fica mais próximo do *enclave-jardim*, em versão económica, do que do *subúrbio-jardim*.

A questão da proximidade de Lino ao contexto alemão levanta uma questão pertinente, o do contacto com as *fontes originais*. Enquanto Lino terá, possivelmente, contactado com as versões originais de Sitte e de Tessenow, muitos arquitetos europeus contactaram com traduções mais ou menos felizes — e mais ou menos criativas — do trabalho de Sitte. Enquanto a cidade de Sitte era centrada nos pontos focais — as praças — o desenho da rua (e o seu caráter pitoresco) tinha uma atenção reduzida na edição original em alemão. No entanto, a versão em língua francesa, *L'Art de bâtir les villes*, com tradução do suíço

431. "Bairro Terras do Forno, Belém." AHIHRU — Textual, Forte de Sacavém, pasta 5319.

Camille Martin (1877-1928), incluía todo um capítulo da autoria deste último, resultando numa receção que desvirtuaria o centro do trabalho de Sitte, "often reduced to some of its aspects, like for exemple the question of the straight or crooked streets which was not even part of Sittes original version";[432] esta não é uma questão menor se notarmos, por exemplo, que Raymond Unwin, um seguidor de Sitte com uma vasta influência no desenvolvimento do projeto urbano na primeira metade do século, terá contactado com este através da versão francesa.[433]

Entretanto, para o primeiro bairro construído de raiz no Algarve, a escolha da DGEMN recai sobre Eugénio Correia,[434] que desenvolveu para o **BCE Olhão** [B9][435] (Fig. 16) um conjunto ordenado por três vias dispostas em triângulo, definindo um espaço central arborizado que, no projeto inicial, incluiria um equipamento que não foi construído. Ainda assim, esta organização, que envolve um espaço público com o qual comunicam praticamente todas as fachadas principais do bairro, criou um efeito de comunidade de acesso controlado que não se vira ainda no programa. Aliás, a centralidade formal deste espaço público sobrepõe-se à própria organização das habitações, obrigando a orientar os acessos (e, consequentemente, dadas as Classes que analisaremos mais à frente, os espaços principais das habitações) para norte e/ou noroeste, algo que Lino procurou evitar nos conjuntos que projetou, incluindo na zona sul do **BCE Portimão** [B3],[436] a primeira obra do PCE a ser lançada pela DGEMN.[437]

Iniciado pela indústria conserveira local, o **BCE Portimão** foi adquirido pelo Estado já em fase de obra, tendo-se aproveitado, segundo Lino, habitações já parcialmente construídas.[438] Em carta datada de 24 de fevereiro de 1934, Caetano Feu propõe ao Ministro Duarte Pacheco ceder o terreno para o bairro de Portimão, com construção já iniciada, por 60 mil escudos. Esta carta representa, certamente, a formalização de um acordo já atingido, até porque Fernando Jácome de Castro entrega três dias depois um relatório sobre a situação do terreno em causa, indicando que o visitou a 18 do mesmo mês.

Dá nota da existência de "quatro pequenos blocos destinados cada um a quatro moradores (...) como planta não é aproveitável, porem como

432. Ruth Hanisch, "Camillo Sitte: *City Planning According to Artistic Principles*, Vienna 1889," in *Manifestoes and Transformations in the Early Modernist City*, coord. Christian Hermansen Cordua (Ashgate, 2010), 129.

433. A obra de Sitte apenas teve uma versão inglesa em 1945, e a bibliografia de Unwin cita a versão francesa de Sitte. Raymond Unwin, *Town Planning in Practice: An Introduction to the Art of Designing Cities and Suburbs* (London: T. Fisher Unwin Ltd, 1920 [1909]). Mesmo Françoise Choay, ao analisar a obra de Sitte, fá-lo através da versão francesa, destacando itens como "conservar as irregularidades." Choay, *O Urbanismo*, 217.

434. Eugénio Correia (1897-1985) teve uma atividade considerável no campo da habitação apoiada pelo Estado, nomeadamente nos bairros edificados para funcionários dos Caminhos de Ferro e ao serviço da Junta de Colonização Interna. No caso das Casas Económicas, a sua ação terá ficado restrita a bairros no Algarve (Bairro Económico e Bairro da Horta da Cavalinha, em Olhão, e Bairro do Bom João, em Faro) e à 2ª fase do Bairro do Alto da Ajuda, em Lisboa. Ver Guerreiro, "Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960. A casa, o assentamento, o território." Agarez, "Obras Públicas e "Melhoramentos" Locais: Entre Lisboa e o País (Real)." e Ricardo Agarez, *Algarve Building: Modernism, Regionalism and Architecture in the South of Portugal, 1925-1965* (London & New York: Routledge, 2018).

435. "Casas para Pobres em Olhão," AHIHRU — Textual, Forte de Sacavém, Depósito 19, pasta 142.

436. "Construção de Casas Económicas em Portimão, Faro. 1º Volume," SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGEMN CE-0916.

437. Nos primeiros anos do PCE a DGEMN identificou sequencialmente as obras do PCE em administração direta. Deixamos aqui o registo dessa sequência: Portimão (nº1), Ilhéu (nº 2), Alto da Ajuda (nº 3, 7, 8 e 30), Condominhas (nº4), Vila Viçosa (nº5), Bragança (nº6), Alto da Serafina (nº 9, 10 e 14), Telheiro (nº 11) Amial (nº 12 e 13), Alto dos Toucinheiros (nº 15, 18 e 19) Terras do Forno (nº 16, 17, 22 e 31), Paranhos (nº21), Azenha (nº 24), S.J. Madeira (nº25) Ramalde (nº 26), Urgezes (nº27), Foz — Porto (nº32 — anulada), Covilhã (nº33, 36 e 37), Loreto (nº34), Espinho (nº35 — anulada).

438. Rocha Moreira, "O Valor do tempo. O Programa intelectual e arquitectónico de Raul Lino.," 617-37.

existem só as parêdes exteriores dever-se-há imediatamente estudar uma disposição interior de maneira a aproveitar o que está feito."[439]

Informações contraditórias dificultam a compreensão desta transição no bairro. Algumas fontes sugerem as dificuldades da indústria conserveira em concluir o bairro,[440] sendo que nos parece que não é de excluir a hipótese de um interesse comum entre a vontade do regime de apresentar obra com alguma rapidez, associada a zonas de maior concentração de comunidades operárias, e a da própria indústria conserveira de partilhar com o estado os custos de construção e manutenção das habitações, ou por incapacidade, ou por conveniência. Salazar teria um conhecimento próximo da situação, que se reflete tanto na escolha de Sebastião Ramires (1898-1972), industrial conserveiro, para ser o primeiro a ocupar a pasta do Comércio, Indústria e Agricultura entre 1932 e 1933, como na correspondência com Caetano Feu (1886-1946),[441] proximidades que justificam uma muito publicitada visita de Salazar ao Algarve logo em 1931, ainda apenas como Ministro das Finanças, para analisar de perto os problemas do setor das conservas.

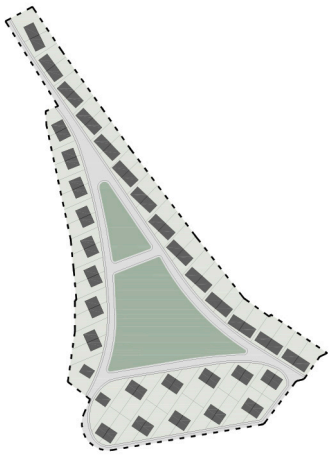

Fig. 16. BCE Olhão (Eugénio Correia, 1934-38). Planta de Conjunto. Escala 1:5000.

Embora o projeto-tipo de habitação trabalhado por Raul Lino tenha continuado a ser utilizado até 1938, a partir do momento em que deixa de ter uma colaboração direta com a SCE os conjuntos urbanos passam a seguir uma estrutura mais tradicional de lotes costas com costas e linhas retas. A passagem de testemunho de Lino para Joaquim Madureira nos bairros do Porto, já tendo este último trabalhado sozinho nos **BCE Amial** [B10], **BCE Azenha** [B11], **BCE S. João da Madeira** [B13], **BCE Braga** [B14], **BCE Ramalde** [B15], **BCE Paranhos** [B16], e **BCE Covilhã** [B17][442] uma série que estabelece um conjunto de bairros de abordagem homogénea. Ao contrário das intervenções que presumimos lideradas por Lino, estes bairros em que a autoria será apenas de Joaquim Madureira apresentam estruturas viárias de geometria mais rígida, predominantemente reticular, com exceção do bairro da Azenha, de estrutura radial.

A hierarquização viária reflete a abordagem de projeto diferenciada, com basicamente dois tipos de vias: via larga arborizada com separação de sentidos na relação com espaços públicos e/ou equipamentos, e

439. "Casas Económicas de Portimão. 2º Volume." SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGEMN CE-0917.

440. Fernando Manuel Amaro Barata Ramos, "O Bairro Operário de Portimão: História e Património" (Dissertação de Mestrado em Estudos do Património, Universidade Aberta, 2010).

441. Carta de Caetano Feu a Salazar (Portimão, 01-02-1934), Arquivo Oliveira Salazar, Torre do Tombo. Cota PT/TT/AOS/D-M/14/1/3.

442. Conforme indicado em relatórios apresentados pelo próprio Joaquim Madureira e que pertencem ao seu processo na DGEMN. SIPA, Forte de Sacavém, cota PT DGMEN: DSARH-PESSOAL-0077/05.

via estreita apenas com acesso a habitações. De resto, a ideia de *uso público* é a novidade nestes conjuntos desenvolvidos por Madureira, enriquecidos com pequenos espaços públicos ajardinados ou com a integração de escolas primárias associadas ao Plano dos Centenários.[443] Nesta rigidez geométrica de vias, formalmente mais austera do que as intervenções de Lino, o trabalho de Madureira aproxima-se mais das propostas alemãs e italianas da época do que de referências mais romantizadas e "pitorescas" — como as anteriores — ou *classicizantes* — como as que se seguirão. Os traçados de Madureira apresentam uma ortogonalidade que parece ter sido relativamente rara no programa, e que dão a estes conjuntos uma condição híbrida de integração urbana que segue em certos aspetos as pisadas dos bairros de Lino, ligando as vias principais à malha urbana envolvente e isolando vias secundárias.

Estabelecer a genealogia destas propostas de Madureira parece um exercício mais complexo. Embora recorra a um vocabulário urbano que remete para a lógica de Unwin e do seu *Town Planning in Practice*, o léxico é relativamente reduzido, não recorrendo aos princípios mais influentes das propostas de Unwin, nomeadamente os impasses. Possivelmente, poderá estabelecer-se uma relação com as colónias operárias, na relativa rigidez aplicada onde a topografia o permite. Carlos Sambricio opõe os "parques urbanizados" da burguesia aos bairros operários, associando aos primeiros as linhas curvas e aos segundos a malha ortogonal. "Si los primeiros se trazaron desde la nostalgia de la ciudad medieval, la geométrica composición de la barriada de casas baratas se explicaba desde la voluntad por lograr el máximo aprovechamiento del suelo."

A secção Norte da DGEMN teve uma atividade particularmente profícua nesse final da década de 1930, representando uma vasta percentagem do número de intervenções no âmbito do PCE. Dos 18 bairros que associamos ao "Primeiro Tempo" das Casas Económicas, 11 são ação direta daquela secção, com uma preponderância da figura de Madureira. Embora o Bairro de Bragança tenha sido desenvolvido com Raul Lino, a estrutura rígida, de lotes costas com costas, e a própria orientação, afasta este conjunto daqueles em que Lino terá tido maior intervenção.

443. A propósito do plano de construção de escolas, ver Gonçalo Canto Moniz e António M. Rochette Cordeiro, "A Educação e a Rede de Equipamentos Escolares no Estado Novo," in *Obras Públicas no Estado Novo*, coord. Joana Brites e Luís Miguel Correia (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019).

O **BCE Amial** [B10][444] (Fig. 17) procura cruzar duas direções dominantes, uma a norte, da Rua da Telheira, o principal eixo viário existente à época de construção e onde se localizava uma subestação de transportes e uma a sul, que terá resultado de um conjunto de fatores, entre os limites do terreno disponível para o bairro e os planos de abertura da Via de Cintura Interna.[445] Também aqui uma alameda rasga o bairro, embora não completamente, ligando a Rua da Telheira a uma praça ajardinada na proximidade do terreno da Escola (hoje Escola dos Miosótis). Na zona a sudoeste os quarteirões são mais alongados e o perfil das vias mais reduzido. A resolução do triângulo resultante do cruzamento das duas direções é algo irregular, com diversos espaços verdes sobrantes — um dos quais viria a ser ocupado por uma capela - e alguma aleatoriedade no posicionamento das moradias.

444. "Ameal, Porto. Plantas e alçados," SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGEMN CE-0188.

445. A Via de Cintura Interna estava incluída no Plano Regulador da Cidade do Porto, elaborado por Antão de Almeida Garrett (1896-1978) entre 1947 e 1952.

Fig. 17. BCE Amial (Joaquim Madureira, Porto 1934-38). Planta de Conjunto. Escala 1:5000.

Fig. 18. BCE Azenha (Joaquim Madureira, Porto 1934-38). Planta de Conjunto. Escala 1:5000.

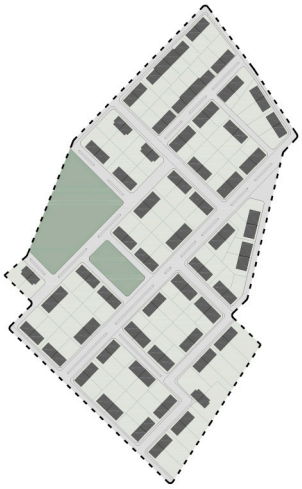

Fig. 19. BCE Ramalde (Joaquim Madureira, Porto 1934-38). Planta de Conjunto. Escala 1:4000.

Como indicado, o **BCE Azenha** [B11] tem uma estrutura radial, a partir de um alargamento viário que marca o início de uma via central do bairro com perfil bastante largo, permitindo uma imagem de alameda, com duas faixas de circulação e um corredor central arborizado. Para o terreno no final da alameda, onde hoje existe um pequeno jardim, estava prevista a construção de uma escola. As vias do lado nascente da alameda têm um perfil secundarizado, de acesso às habitações, opondo frentes a traseiras de lotes, numa imagem próxima dos bairros com intervenção de Raul Lino; a orientação das habitações é aqui, no entanto, definida pela grande via de referência que delimita o bairro a nascente. Do lado poente a organização é híbrida, com a repetição do perfil de alameda em vias de curta extensão que assim definem pequenos quarteirões, ou bolsas de casas, perdendo-se a regra geométrica que caracteriza o lado nascente.

O **BCE Ramalde** [B15] (Fig. 19) apresenta uma malha mais rígida, praticamente reticular, usando como referência a Avenida Epitácio Pessoa (hoje Avenida Antunes Guimarães). Tal como no bairro da Azenha, uma alameda rasga o bairro em duas partes de cariz algo distinto, uma a norte, na proximidade da zona destinada à escola (hoje Escola Básica dos Correios) e outra a sul, junto à referida Avenida. A parte norte é mais regular e qualificada, com a criação de um amplo espaço ajardinado na zona fronteira à escola e um alargamento viário, também ajardinado, que faz a ligação entre o espaço comum amplo e a alameda central. Na parte sul, talvez porque afunila ligeiramente em direção a nascente, uma via segue um percurso mais recortado, definindo várias bolsas de casas e um grande quarteirão que fecha completamente o bairro em relação à Avenida.

A este conjunto de bairros desenhados por Joaquim Madureira, juntaríamos a proposta para o BCE Pasteleira[446] (Fig. 20) onde recorre ao mesmo conjunto de elementos urbanos que usa nos bairros referidos atrás, nomeadamente o perfil de alameda como elemento de marcação das principais vias, nos parece um pouco mais rico; naquela proposta, Joaquim Madureira enriquece o conjunto com uma maior variedade nos espaços de "praça" e trabalhando elementos como impasses e edifícios de frente contínua para assinalar a presença de equipamentos e outros programas

446. O BCE Pasteleira representa uma primeira fase do desenvolvimento do BCE Marechal Gomes da Costa [B35], numa localização próxima mas diferente. Entre a proposta de Joaquim Madureira e o bairro construído não há muitas semelhanças para lá da direção predominante, definida pela Avenida Marechal Gomes da Costa.

associados ao bairro. Joaquim Madureira desenvolveu outros planos de bairros, depois abandonados ou substituídos por planos posteriores; embora não encaixe no âmbito deste trabalho, deve destacar-se o projeto para um BCE S. Victor (Fig. 21), no Porto, em que testa uma solução de habitação plurifamiliar com acessos em galeria, solução que seria à época inédita na habitação de apoio público em Portugal e viria depois a ser aplicada no vizinho Bloco de Saldanha[447] e que anuncia, também, uma certa independência da secção Norte da DGEMN, pelo menos na fase de desenvolvimento dos projetos.

447. Moreira, Gonçalves, e Silva, *Cadernos de Habitação,* vol.2 - Bloco de Saldanha.

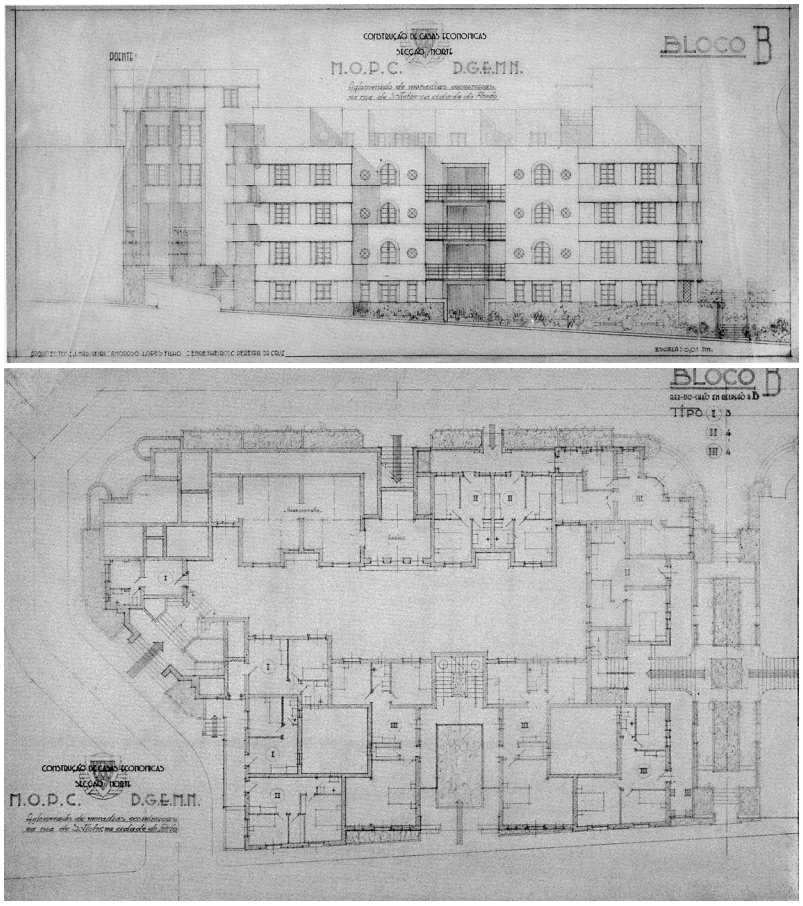

Fig. 21. BCE S. Victor (Joaquim Madureira, Luís Amoroso Lopes e C. Pereira Cruz, Porto 1935). Alçado e Planta de Conjunto. [Manuel Mendes, *(in)Formar a Modernidade: Arquitecturas Portuenses, 1923-1943: Morfologias, Movimentos, Metamorfoses* (Porto: FAUP Publicações, 2001), 245-246]

Fig. 20. BCE Pasteleira (Joaquim Madureira, Porto 1937). Planta de Conjunto. [Gonçalves, Eliseu, e Rui Jorge Garcia Ramos. "Primeiras propostas de habitação operária no Porto: A casa unifamiliar, o carré mulhousien e a cité-jardin." *Ciudades* vol. 19, nº1 (2016):77-98.]

Reforça-se assim a ideia de que o controlo do estado central sobre o desenvolvimento dos projetos, particularmente fora de Lisboa, não seria tão profundo quanto isso — embora as soluções, no caso das Casas Económicas, tivessem de ser aprovadas a nível ministerial, o que não acontecia necessariamente com os trabalhos municipais, como vimos no caso do Bairro do Pontal, em Portimão e se verá também no Bloco de Saldanha. Em termos de integração urbana, e para lá da questão do plurifamiliar/unifamiliar, dois temas ligam esta proposta para a rua de S. Victor e a proposta da Rua Duque de Saldanha: a intervenção na cidade consolidada, associando a intervenção a um quarteirão existente, e a definição de um espaço central, reminiscente dos *hof* de Viena,[448] mais claro no Saldanha do que em S. Victor. Em ambos os casos, é de notar também não só que se intervém na cidade *consolidada,* como na cidade *construída*, substituindo habitação existente mais ou menos precária (ilhas) por habitação plurifamiliar com apoio do Estado no mesmo local. Sabendo o que sabemos já, naturalmente percebemos que dificilmente poderia haver uma transposição direta de habitantes dessas ilhas para as Casas Económicas, dada a especificidade do sistema de concurso de distribuição de moradias e o nível de rendimentos necessário, mas decerto as propostas partilham essa intencionalidade.

Não se conhecendo os motivos para o abandono da solução, não deixa de ser significativa a aplicação de propostas de habitação plurifamiliar, discussão que se manterá ao longo de todo o Programa sendo, como se verá adiante, também no Norte que se testará, presume-se que pela primeira vez com autorização da tutela, a solução de habitação plurifamiliar já no final da década de 1950.

O **BCE Braga** [B14] (Fig. 22) parece prenunciar a transição para outro tipo de influências. Embora, de acordo com os processos consultados, pareça ser igualmente atribuível a Joaquim Madureira, apresenta uma estrutura distinta, de geometria mais fluida; de certa forma, constitui um híbrido das duas abordagens, com um conjunto de vias de uma só frente, como se viu nos bairros de Lino, a nascente, e conjuntos com definição de quarteirão mais rígido a poente, numa distribuição que aparenta pouca relação com a topografia.

448. Manuel Mendes, *(In)formar a modernidade: Arquitecturas portuenses, 1923-1943: morfologias, movimentos, metamorfoses* (Porto: FAUP Publicações, 2001).

Fig. 22. BCE Braga (Joaquim Madureira, 1935-39). Planta de Conjunto. Escala 1:5000.

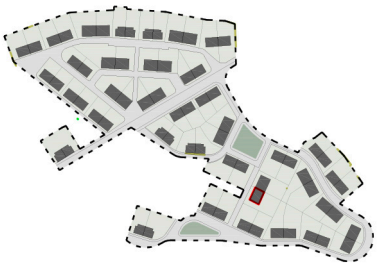

Fig. 23. BCE Covilhã I (Joaquim Madureira, 1935-39). Planta de Conjunto. Escala 1:5000.

No **BCE Covilhã** [B17],[449] (Fig. 23) cuja primeira fase será ainda projeto de Joaquim Madureira, a distribuição de moradias é feita de forma relativamente informal, sem se detetarem linhas orientadoras para lá de algum trabalho com a complexa topografia do local, com influência no traçado curvilíneo das vias, e a definição de um pequeno espaço público que cria uma zona de paragem aproximadamente a meia encosta, com o recuo de um dos pares de moradias em relação à rua. Embora o traçado das vias adaptado às curvas de nível lembre a abordagem de Raul Lino, a disposição das moradias é feita sempre face a face.

Numa postura que nos interessa na análise da intervenção de Lino, K. Michael Hays identifica também em Tessenow "an attempt, against the *lacuna* that was the avant-garde, to maintain architectural and cultural continuity by appealing to the 'memory' that is said to be lodged in essentializations of traditional architectural typologies." Hays, aceitando a lógica de Martí Arís e outros críticos — a redução em Tessenow da casa ao "essencial e permanente" - opõe-lhe uma intencionalidade de oposição à imagem moderna, uma "alegoria" que não é uma mera continuidade de uma cultura tradicional, mas uma invenção: "a new, conciliatory and compensatory system of communication that, by affiliating itself with the canons of classicism and a popular vernacular, attempts to reinstate vestiges of the kind of hegemony associated in the past with the traditional order," numa reprodução de "tightly knit hierarchies."[450]

449. "Bairro de Penedos Altos, Covilhã," AHIHRU — Textual, Forte de Sacavém, pasta 5323.

450. K. Michael Hays, "Tessenow's Architecture as National Allegory: Critique of Capitalism or Protofascism?," *Assemblage*, nº 8 (Fevereiro 1989): 122.

Diríamos nós, um novo código visual que reflete uma nostalgia pela hierarquia. A fase seguinte dos projetos urbanos das Casas Económicas procurará, também, uma vontade de hierarquização com reminiscências do desenho urbano barroco que marcou o urbanismo *beauxartiano* do início do século XX. Da *nostalgia pelo vernáculo* da intervenção de Lino passamos à *nostalgia pela estética do plano*.

2.4. ENTRE AS *BEAUX ARTS* E O *CITY BEAUTIFUL*

O regresso de Duarte Pacheco à pasta das Obras Públicas, em 1938, está associado ao lançamento das comemorações dos Centenários e à decisão do ministro de abandonar a solução de habitações de um só piso, ou seja, de rejeitar o projeto-tipo trabalhado por Raul Lino. Estas decisões originaram uma transformação profunda no programa, que se refletiu também na dimensão dos agrupamentos e, consequentemente, no desenho urbano. Um novo conjunto de projetistas é associado ao programa, trazendo consigo ideias que não se poderão classificar como *novas,* mas que, ainda assim, são uma novidade no contexto do PCE. Antes de analisar esse conjunto de novos projetistas, há que relembrar os ativos contactos internacionais da SCCE. Francisco de Almeida Garrett, que, como vimos, solicitara a inscrição da secção na Verband, entretanto integrada na IFHTP, mantinha o seu esforço de ligação internacional. Antes de regressar à SCCE para substituir Jácome de Castro na direção daquele ramo da DGEMN, Almeida Garrett dedicou-se ainda à investigação à volta tema da habitação colonial, marcado por uma visão tendencialmente racista, de oposição entre *indígenas* e *colonos*, considerando os primeiros inferiores relativamente aos segundos, não apenas socialmente.[451]

Três nomes ganham particular relevância no final da década de 1930 no PCE. Paulino Montez e Luís Benavente[452] em Lisboa, e Manuel Fernandes de Sá (1903-1980)[453] no Porto. A integração destes projetistas trouxe ao PCE o *lado francês* que Raul Lino não tinha e em que Joaquim Madureira parecia não estar muito interessado. Em 1935, Paulino Montez publica na sua coleção de "Estudos de Urbanismo em Portugal" uma conferência sobre a história da cidade de Lisboa citando Sitte e Le Corbusier e aproximando-se em discurso da abordagem de Lino, quando indica que "sobre terreno acidentado, a curva tem direitos *a priori*."[454] Numa frase que resume a dicotomia de abordagem do projeto urbano nesta fase das casas económicas, Paulino Montez afirma que "se a linha ondulada é mais pitoresca, a linha recta é mais monumental."[455] Se nesta altura Paulino Montez ainda não colaborava com a DGEMN,[456] estaria a começar o projeto do **BCE Alvito** [B26],[457] momento de particular interesse na evolução do programa.

451. Francisco de Almeida Garrett, *A Casa Colonial* (Ministério da Economia: Junta Nacional da Cortiça, 1940). Francisco de Almeida Garrett, *A Casa do Colono em Terras da África Tropical: Condições a que Deve Obedecer a Construção da Habitação do Colono e do Indígena* (Lisboa, 1940). Francisco de Almeida Garrett, *A Habitação na Colonização do Império: Estudo Detalhado da Casa Colonial em Meio Rural* (Lisboa, 1941).

452. Luís Benavente (1903-1980) foi contratado pela DGEMN em 1933, integrando o quadro permanente da instituição em 1941, chegando a Director dos Serviços dos Monumentos Nacionais em 1952. A partir de 1938 colaborou com a SCE, particularmente em projetos-tipo, mas sendo também responsável pelo Bairro da Madre de Deus, em Lisboa, e por projetos para bairros nas capitais de distrito dos arquipélagos da Madeira e Açores — Funchal e Ponta Delgada. José Manuel Fernandes e Maria de Lurdes Janeiro, *Luís Benavente | arquitecto* (Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais | Torre do Tombo, 1997).

453. Manuel Fernandes de Sá (1903-1980) concluiu em 1928 o curso de Engenharia Civil da Universidade do Porto e em 1933 obteve o *Diplome d'Architecte* da *École Nationale des Beaux-Arts* de Paris. Contratado pela DGEMN no final do mesmo ano e colocado na Direcção dos Edifícios do Norte. A partir de 1938 chefiou a Secção de Estudos das Casas Económicas da mesma Direção.

454. Paulino Montez, *A Estética de Lisboa*, Estudos de Urbanismo em Portugal, (1935), 32.

455. Ibid., 71.

456. "Diário de Lisboa," nº 3828, Ano 13, Segunda, 10 de Julho de 1933, Fundação Mário Soares / DRR — Documentos Ruella Ramos, disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_28639 (Consultado em 15 de outubro de 2020)

457. "Bairro Dr. Oliveira Salazar, Alvito," SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGEMN CE-0145/0146.

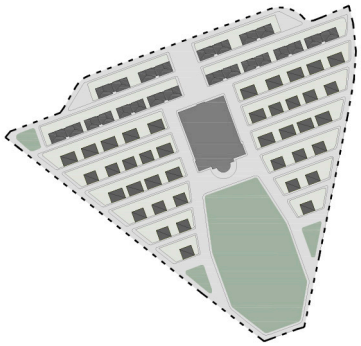

Fig. 24. BCE Alvito (Paulino Montez, Lisboa 1937-44). Planta de Conjunto. Escala 1:5000.

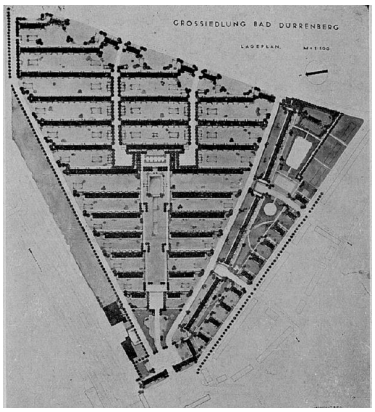

Fig. 25. Grossiedlung Bad Durrenberg (Alexander Klein, 1929-30). Planta de Conjunto. [*L'Architecture d'Aujourd'hui,* Ano 1, nº6 (agosto-setembro 1931): 72]

O **BCE Alvito (Fig. 24)** será, atendendo à informação encontrada, o primeiro bairro desenvolvido fora dos serviços das Casas Económicas; foi construído por iniciativa da Caixa de Socorros e Reformas dos Operários Assalariados da Câmara Municipal de Lisboa (CSROA-CML). Paulino Montez desenvolve o projeto *pro bono*, enquanto vereador municipal. Os terrenos, localizados na encosta entre a Tapada da Ajuda e o Vale de Alcântara, enquadram-se nos critérios que Lino usara para selecionar a localização dos "seus" bairros. A organização forma um híbrido que reflete a formação clássica do autor, com a marcação de um eixo de simetria marcado pela estrada de acesso, jardim central e equipamento social, e acesso às habitações por vias secundárias perpendiculares àquele eixo.

Tal como nos bairros de Lino, as moradias viram-se para sul, criando uma relação frente-traseiras nessas vias secundárias, embora Paulino Montez elimine o espaço de transição frontal às habitações, estabelecendo o limite da rua com as fachadas. Esta pequena alteração, aliada ao reduzido espaço entre habitações, uniformiza o plano de frente de rua, remetendo assim para uma definição de espaço público mais próxima de uma Lisboa pombalina (ainda que em menor escala e apenas no lado norte das vias) do que da imagem mais *pitoresca* dos conjuntos desenvolvidos por Lino.

Outro motivo de interesse é que a zona norte do Bairro é ocupada por blocos de três pisos, representando, provavelmente, e a par do Bloco de Saldanha, no Porto, uma das primeiras utilizações da habitação plurifamiliar com apoio público no contexto do Estado Novo. Estes blocos apresentam, no entanto, uma disposição semelhante aos das moradias de dois pisos, não havendo por isso uma transformação significativa da leitura do espaço público nesta zona norte do bairro. Analisaremos a imagem e a organização tipológica deste conjunto na Parte 3, destacando desde já essa importante homogeneidade visual que tem impacto no desenho do Projeto-Tipo e na distribuição de fogos, e que dava a este bairro de blocos brancos, linhas estilizadas e coberturas planas um caráter inovador no contexto português.

Para além da imagem geral do bairro, a sua própria organização revela influências alemãs, de resto já notadas por Margarida Souza Lôbo[458] e na linha do que já notamos para a intervenção de Joaquim Madureira. Embora Margarida Souza Lôbo associe o "recurso ao traçado de avenidas divergentes, em pata de ganso" ao movimento City Beautiful, não parece haver risco em notar a semelhança entre a proposta de Paulino Montez e a intervenção de Alexander Klein (1879-1961) na Siedlung Bad Durrenberg, em Leipzig, de 1930 (Fig. 25). Se Paulino Montez teria facilmente acesso a informações sobre esse projeto, quer pela proximidade com Agache, parceiro de Klein em vários congressos da IFHTP, quer pela disseminação, por exemplo através da *Architecture d'Aujourd'hui*,[459] o *parentesco* entre os dois projetos pode não ser de citação direta de Montez mas de uma partilha de referências visuais e urbanas comuns, o que acarreta, por si, algum interesse. A referida "pata de ganso" é um instrumento comum do urbanismo de herança francesa, desde o plano de L'Enfant para Washington ao plano de Lutyens para New Delhi, portanto há um tronco comum a que tanto Montez como Klein recorrem e a que justapõem as suas próprias visões — ou as visões da entidade-cliente — de casa e de cidade.

Se há semelhanças entre Raul Lino e Paulino Montez na forma como os fogos são virados homogeneamente para sul, resultando numa organização de frentes contra traseiras, uma diferença é de notar. Montez alinha todos os edifícios segundo uma grelha rígida de linhas paralelas (ainda que, como Lino, seguindo a topografia do local); nessa rigidez e relação entre lotes, e também na redução tipológica que caracteriza o Bairro, vemos uma aproximação ao que Carlos Martí Arís identifica como o "novo paradigma" que utiliza como critério diferenciador do projeto habitacional moderno, a edificação em linha, que simboliza "la fuerza dinámica y la aspiración igualitaria de la sociedad moderna"[460].

Que esta proposta venha de Montez, um dos arquitetos mais ativos nas instituições estadonovistas e mais convencionalmente *beauxartiano*, como veremos no **BCE Encarnação** [B28], é algo paradoxal; cremos que reflete, simultaneamente, o conhecimento das propostas da vanguarda arquitetónica e um certo desprendimento na seleção de

458. Lôbo, *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*, 132.

459. "L'Urbanism à L'Étranger: Groupement de Mille Habitations à Bad Durrenberg, Arch. Ing. Alexandre Klein, Berlin," Architecture d'Aujourd'hui nº6, Août-Septembre 1931, 71-73 e nº7, 83-85. Neste último número publicam-se também os esquemas de circulação interna desenvolvidos por Klein que terão grande influência nos primeiros projetos de Casas de Renda Económica em Alvalade.

460. Arís, *Las Formas de la Residencia en la Ciudad Moderna*, 33.

Fig. 26. BCE Encarnação (Paulino Montez, Lisboa 1939-45). Planta de Conjunto. Escala 1:5000.

elementos de gramática urbana de diferentes origens. Estes elementos (tanto os *modernos* como os *beauxartianos,* diríamos) são libertados do seu contexto e, particularmente, da sua função social, e transformados em opções gráficas, aplicadas de forma algo indiscriminada, mas sem pôr em causa as qualidades, chamemos-lhe clássicas, de proporção e equilíbrio, só possível pela própria qualidade técnica e cultura do autor. Levanta-se a questão se o mesmo poderá dizer-se de Raul Lino: se as opções são menos formais e mais intencionais, ou se é o conjunto de referências que é mais afunilado, quer pela diferença geracional (que a distância do tempo parece esbater, mas que certamente existiria, dados os vinte anos de diferença entre Lino e Montez), quer pelo desdém assumido de Lino em relação à vanguarda arquitetónica.

Estas semelhanças, sejam gráficas ou intencionais, indiciam um caminho que é feito pelos arquitetos portugueses em paralelo com os seus contemporâneos de outras realidades, juntando influências inerentes à sua própria formação clássica a outras experiências que, ainda de forma incipiente, tocam os temas da modernidade. Afinal, a mesma "pata de ganso" e as grandes vias de miscigenação *Beaux Arts* e *City Beautiful* definem a proposta urbana de Le Corbusier em 1922 para uma "Ville contemporaine de trois millions d'habitants."

Esse caráter inovador do **BCE Alvito** [B26] não foi certamente percebido pelo Estado Central ou, pelo menos, não foi suficiente para repelir a participação deste, que viria aliás a utilizar o Bairro como peça de propaganda. O bairro foi concluído em 1937, mas em 1938 a CSROA-CML delibera a sua cedência ao INTP, ficando o bairro por ocupar até 1943.[461] Em ata municipal, dando-se nota de que o bairro estava desocupado, indicava-se que decorriam negociações entre o MOPC e o INTP.[462] Em 1943, perante a degradação das construções, são feitas várias intervenções no conjunto. Para além da substituição de rebocos, são edificadas sobre as coberturas planas originais novas coberturas em telha. Não encontramos, no entanto, qualquer referência a justificações para a criação de um novo sistema de cobertura, não sendo possível por isso afirmar que teve motivações políticas ou ideológicas relativamente à solução modernista original.[463]

461. Acta Municipal de 17/19-11-1938 indica que a CSROA-CML deliberou ceder o bairro ao INTP. Escrevemos sobre o bairro em [CdH Alvito]

462. A acta da reunião de Câmara de 16-3-39 indica que o assunto estaria a ser tratado "pessoal e verbalmente" pelo SSECPS e pelo Ministro das Obras Públicas. A acta de 16-11-1939 confirma que o bairro continuava desocupado naquela data.

463. Nos Livros de Notas da CML encontram-se referências a várias propostas e adjudicações relativas aos trabalhos no Bairro do Alvito: "Empreitada de construção de coberturas e diversos trabalhos no Bairro Doutor Oliveira Salazar," entregue em agosto de 1943 a Ruy Miller de Magalhães; picagem de todas as paredes e rebocos, contrato de 2-8-1943 com João Batista de Barros; construção e reparação de arruamentos, contrato de 9-12-1943 com António Joaquim Fereira, entre outros. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, Livro de Notas 68A. PT/AMLSB/CMLSB/AH/RNAU/001/000327/019.

O projeto do **BCE Alvito** poderá ter funcionado como alavanca para uma reformulação do sistema de desenvolvimento de projetos de Casas Económicas já que, no final da década de 1930, tem início a contratação de arquitetos externos aos serviços, sendo Montez e Benavente escolhidos para estudar, em conjunto, a distribuição de bairros económicos na zona oriental da cidade, entre Sacavém e o Alto de São João, colaboração que resultou nos bairros da Encarnação e da Madre de Deus, assim como nos primeiros estudos para os Olivais.[464] Notamos aqui uma viragem, rumo a uma influência mais marcadamente *francesa*, que se anunciara nos primeiros planos de urbanização desenvolvidos por Carlos Ramos (Plano Geral de Melhoramentos da Praia de Moledo, de 1929, e Plano de Urbanização da Praia da Rocha, de 1935), e que se irá sentir de uma forma generalizada nos planos que terminarão no início da década de 1940, período áureo do planeamento urbano em Portugal, fruto em grande parte da presença marcante de Agache e de Groer.[465]

Paulino Montez desenvolveu também, em 1944, um plano para a zona do Lanço Noroeste do Aqueduto das Águas Livres com um "aglomerado de habitações."[466] Este aglomerado absorveria o bairro existente do Alto da Serafina, estendendo-o para sul, poente e nascente, dando continuidade à utilização do Aqueduto como elemento referencial do conjunto. Este plano justificará a frequente atribuição da autoria do Bairro da Serafina a Paulino Montez, que não hesitamos em atribuir a Raul Lino.[467]

Os poucos anos que separam a elaboração do Bairro do Alvito e a do **BCE Encarnação** [B28][468] não impedem uma abordagem distinta ao projeto urbano por parte de Paulino Montez. Os elementos clássicos são mantidos, tanto no eixo central ajardinado, aqui noutra escala, com a criação de uma ampla alameda que reforça a marcação desse eixo, como na simetria do conjunto.[469] A dimensão do bairro alarga o leque de hierarquização de espaços, com a criação, para além da alameda central, de duas alamedas secundárias que rematam o conjunto a norte e a nascente, cada uma delas coroada com um espaço público marcado por um equipamento, no caso os Mercados de Encarnação Sul e Encarnação Norte, quatro vias principais que convergem para a praça-jardim central e uma malha de vias secundárias em curva formando seis zonas de distribuição de moradias. Nota para o desenvolvimento

464. "Bairro de Casas Económicas nos Olivais em Lisboa," Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Código de Referência PT/TT/LB/C/001/0111.

465. Lôbo, *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*.

466. Paulino Montez, *Lisboa Alcântara, Zona do Lanço Noroeste do Aqueduto das Águas Livres*, Estudos de Urbanismo em Portugal, (Lisboa: Revista Arquitectura, 1977).

467. Para além de um desenho do Bairro do Alto da Serafina com identificação de Raul Lino como arquiteto do bairro (AHIHRU — Peça Desenhada, Forte de Sacavém, cota A-824), o próprio Paulino Montez identifica o bairro económico como existente na altura de desenvolvimento do plano. Ibid.

468. "Bairro da Encarnação. Diversos assuntos," SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGEMN:RSA CE-0013.

469. A colocação do equipamento a coroar esse eixo, outro elemento repetido nos dois planos, não era a primeira opção do autor no caso da Encarnação.

e construção, inéditos no Programa — e que só voltamos a encontrar no **BCE Agualva-Cacém** [B70] — de edifícios de habitação com componente comercial (Fig. 27), que eram distribuídos por concurso, mas em regime de arrendamento.[470] Estes edifícios representam uma variação do projeto-tipo, que analisaremos na Parte 3, com a adição de grandes arcos na fachada que funcionam como montras.

470. *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, Ano XII, nº5 (15 de março de 1945).

Fig. 27. BCE Encarnação (Paulino Montez, Lisboa 1939-45). Edifício com integração de área comercial. Fotografia de 2022.

Os espaços públicos assumem aqui um carácter claramente cenográfico, próximo de uma *Grand Manner*[471] que se alimenta mais da marcação de eixos visuais e dos seus remates do que propriamente da funcionalidade destes espaços (Fig. 28). Quatro pequenas clareiras arborizadas, duas triangulares e duas retangulares, fecham a lista destes espaços que, numa lógica que se repetirá frequentemente neste período do programa, são rodeados por vias de circulação e não contêm quaisquer elementos de atração para um uso para lá do contemplativo.

O bairro é definido como um conjunto hermético, cujo desenho se fecha sobre si mesmo resultando num *logotipo urbano,* desenhado para ser visto de cima, a partir dos aviões que chegavam e partiam do vizinho Aeroporto da Portela, já previsto no Plano Diretor e com construção simultânea ao bairro. O aeroporto foi inaugurado em 1942 e a ligação ao bairro seria reforçada mais tarde pela atribuição de moradias do bairro a funcionários do Aeroporto.[472] É lógica uma identificação com

471. Spiro Kostov identifica como *Grand Manner* uma linha de evolução do desenho urbano que parte de elementos de composição barrocos para a criação de uma imagem urbana institucional. "The Grand Manner is not the currency of little towns. It is neither practical nor modest (...) Tipically, behind designs in the Grand Manner stands a powerful, centrist State (...) This is, in fact, a public urbanism. It speaks of ceremony, processional intentions, a regimented public life." Spiro Kostov, *The City Shaped: Urban Patterns and Meanings Through History* (London: Thames & Hudson Ltd., 2009 [1991]), 240.

472. O Decreto-Lei nº 36115, de 25 de janeiro, autorizou a cedência de trinta e cinco moradias do BCE Encarnação [B28] a pessoal do Aeroporto de Lisboa. *Diário do Governo,* nº 21/1947, Série I (25-01-1947): 61-62.

Fig. 28. BCE Encarnação (Paulino Montez, Lisboa 1939-45). Alameda central do plano. Fotografia de Mário de Oliveira, s/d. [Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/MAO/000518]

as influências de Agache e de Groer,[473] com um papel predominante no desenvolvimento do urbanismo em Portugal; no entanto, identificamos uma proximidade formal não só ao trabalho de Agache em Portugal mas também a um Agache em início de carreira, mais ligado à rigidez do desenho urbano de influência beaux-arts, a referida *grand manner*.

A proposta classificada em 3º lugar para a nova cidade de Camberra em 1913 é um exemplo próximo das propostas resultantes da "colaboração em paralelo" entre Luís Benavente e Paulino Montez,[474] que desenvolvem em conjunto uma ampla área a oriente da cidade de Lisboa, entre o **BCE Madre de Deus** [B24],[475] próximo do rio, e a zona dos Olivais, onde se localiza o **BCE Encarnação** [B28]; para o que depois corresponderia à área do plano de Olivais Sul, Benavente e Montez desenvolvem uma soma de partes graficamente independentes que corresponde a uma primeira intenção de zonamento, precursora do plano de Olivais Sul que ocupará esta área. Ali identifica-se uma utilização relativamente precoce (e relativamente incipiente) do conceito de unidade de vizinhança, ainda mais preocupado com a conjugação formal das diversas partes do que com uma visão mais focada nos habitantes, mas ainda assim notando os autores algum zonamento funcional e a necessidade de criar em cada uma das zonas

473. Lôbo, *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*.

474. Assumida no referido relatório conjunto, em que identificam a divisão da área em estudo em duas partes, ficando Paulino Montez com a zona norte e Luís Benavente com a zona Sul. "Bairro de Casas Económicas nos Olivais em Lisboa," Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Código de Referência PT/TT/LB/C/001/0111.

475. "Bairro da Madre de Deus," SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGEMN:DSC/SCCE CE-0144.

> *"núcleos destinados a construções de interesse colectivo (Igreja, mercado, cinema, estabelecimento comercial, etc.); distribuindo-se além disso, por diferentes sectores, os locais reservados a grupos escolares ou culturais, a pequenos edifícios públicos ou de idêntico interesse, descongestionando serviços e quebrando a monotonia dos agrupamentos de casas."*[476]

A aplicação do princípio da unidade de vizinhança dava então os primeiros passos em Portugal. Como notou João Pedro Costa,[477] o relatório de 1947 da Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras da CML ajuda a datar a generalização do conceito, indicando, a propósito da urbanização do sítio de Alvalade, que "em fins de 1944 (...) a crescente gravidade do problema da habitação da Cidade e a consequente necessidade do realojamento dos moradores dos prédios a demolir, conjugada com o novo conceito da organização da Cidade baseado na 'unidade de vizinhança' — constituído em volta da escola como núcleo central" [478] obrigou à alteração dos planos iniciais para o local e o desenvolvimento do novo plano de Faria da Costa.

Se parece lógico que Luís Benavente e Paulino Montez estivessem a par dessa discussão, ligados como estavam à CML, a descrição dada pelos dois técnicos para o conjunto dos Olivais parece remeter para um conhecimento superficial do princípio a que Clarence Perry designa como "common," a área de centro cívico da unidade de vizinhança[479] até pela referência a programas como serviços públicos e cinema. No entanto, a proposta para os Olivais desconsidera dois pontos que são essenciais para a compreensão dos princípios de Perry, nomeadamente a relação de proximidade com o equipamento escolar, em que Perry analisa detalhadamente a relação de distâncias a percorrer a partir de cada conjunto habitacional, e a existência de espaços de convívio e desportivos em qualquer uma das variantes apresentadas. Perry compara quatro exemplos/variantes de unidade de vizinhança, uma para habitações modestas (que viria a ter maior divulgação), uma para um "distrito mais denso e mais central," uma para edifícios plurifamiliares e uma em que o próprio edifício habitacional atinge uma dimensão tal (no caso, para 1000 famílias) que configura uma unidade de vizinhança por si.

476. Benavente e Montez, "Bairro de Casas Económicas nos Olivais em Lisboa."

477. João Pedro Costa, *Bairro de Alvalade: Um Paradigma no Urbanismo Português* (Lisboa: Livros Horizonte, 2010 [2002]).

478. *Anais do Município de Lisboa: 1947*, (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1948), 112.

479. Clarence Arthur Perry, *Regional Survey, Volume VII: Neighborhood and Community Planning:* (New York: Regional plan of New York and its environs, 1929).

Clarence Perry define os valores de referência de ½ milha (cerca de 800m) para a distância à escola e ¼ milha (cerca de 400m) para a distância a uma área de recreio infantil; descreve também a importância de uma rede de espaços verdes e do sistema viário numa época em que a multiplicação do uso do automóvel obrigou à reformulação de *standards* de tráfego. Essa evolução justifica a defesa da criação de uma rede de artérias de maior circulação envolventes à unidade de vizinhança, eliminando o tráfego de atravessamento, e, por oposição à justaposição de uma grelha regular "leading nowhere in particular," defende a criação de uma rede de vias internas com alguma fluidez e variabilidade associada aos percursos mais ou menos utilizados: "leading to places where people go."

Em relação às dimensões gerais da unidade de vizinhança, apresenta valores gerais de cerca de 65 hectares para 5 ou 6 mil famílias, dedicando 10% da área a pequenos espaços verdes e recreativos. Se em relação às dimensões gerais não há muitas intervenções que se aproximem desta escala na realidade portuguesa — Alvalade com 230 ha para doze mil famílias (a dividir em oito células), **BCE Encarnação** [B28] com 60 ha para cerca de 1000 famílias, Olivais Norte com 40 ha para 1600 famílias, Olivais Sul com 186 ha para 8000 famílias (a dividir em seis células, das quais 4 configurando unidades de vizinhança), e **BCE Agualva-Cacém** [B70] com 40 ha para 2000 famílias. Poucas vezes, no entanto, as áreas exteriores comuns chegaram aos valores de referência de Perry.

O **BCE Madre de Deus** [B24], desenvolvido por Luís Benavente, segue uma abordagem semelhante ao **BCE Encarnação**, embora a utilização da linha curva, pela dimensão que assume, perca algum do perfil *pitoresco* que caracteriza o traçado mais intrincado do desenho de Paulino Montez. Benavente estabelece uma avenida central, que é simultaneamente eixo de simetria do conjunto, coroada por um conjunto de espaços ajardinados de caráter cénico. A avenida divide o bairro em duas áreas, norte e sul, que se pretendiam idênticas mas que esbarraram na realidade, não sendo o conjunto realizado na totalidade e por isso resultando numa zona sul mais pequena e recortada. Ao centro de cada uma das zonas, uma área ajardinada triangular assume

também uma função essencialmente visual, já que o afunilamento resultante sugere uma dinâmica mais de passagem do que de estadia. Definem-se essencialmente dois perfis viários, o principal da avenida central e o secundário das vias perpendiculares em curva, e a distribuição de fogos é também claramente hierárquica. As casas de Classe B são colocadas na proximidade da avenida e na envolvência das áreas ajardinadas, secundarizando a posição das casas de Classe A.

Um desenho de matriz semelhante é identificável no **BCE Contumil** [B22],[480] (Fig. 29) no Porto. Situado a poucas centenas de metros do **BCE Ilhéu** [B1], apresenta uma estrutura também radial, a partir de uma praça central arborizada, com quatro ruas que partem dos cantos da praça. Uma organização que também remete para o urbanismo *beaux-arts,* pelo que fará sentido a atribuição a Manuel Fernandes de Sá. O mesmo Manuel Fernandes de Sá será também, pelo que é possível discernir da documentação encontrada, responsável por dois outros bairros do Porto, o **BCE Costa Cabral** [B23] e o **BCE Marechal Gomes da Costa**[481] [B35] (Fig. 30). Estes dois bairros, no entanto, apresentam uma malha completamente ortogonal, com distribuição assimétrica e por isso menos hermética do que os bairros da Encarnação, Madre de Deus e Contumil. Essa malha mais rígida poderá ser devedora tanto de estudos anteriores — os referidos estudos de Joaquim Madureira para o BCE Pasteleira têm claramente heranças no desenho final — como da proximidade a eixos viários estruturantes que lhes definem a direção: a Avenida Marechal Gomes da Costa, no caso do bairro com o mesmo nome, e a Avenida Fernão de Magalhães, no caso do **BCE Costa Cabral**.

480. "Bairro em São Roque da Lameira," AHIHRU — Textual, Forte de Sacavém, pasta 5178.

481. "Bairro Marechal Gomes de Costa," AHIHRU — Textual, Forte de Sacavém, pasta 5138.

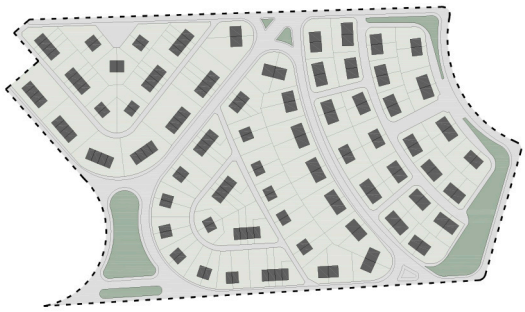

Fig. 29. BCE Contumil I (Manuel Fernandes de Sá [Plano], Porto 1939-42). Planta de Conjunto Escala 1:5000..

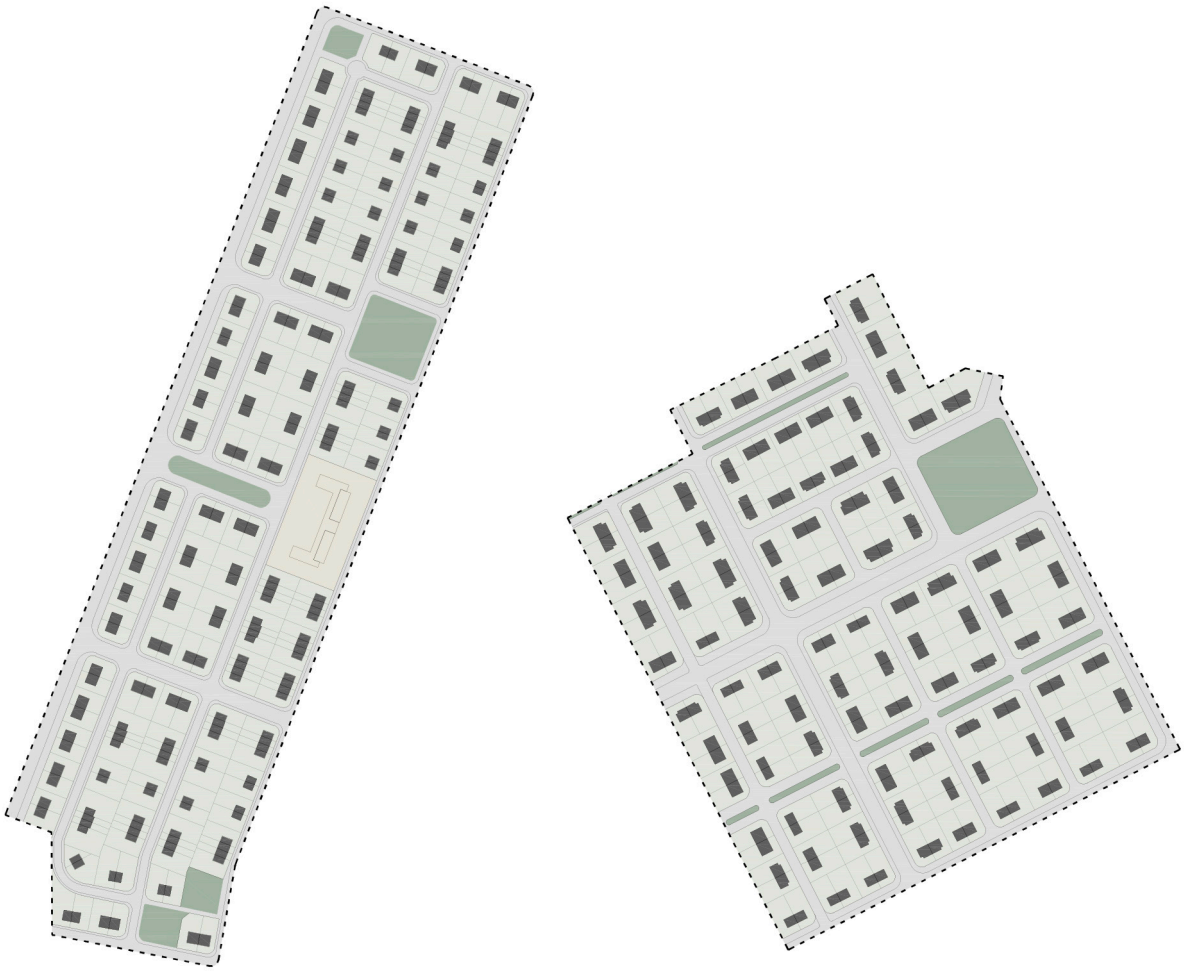

Fig. 30. BCE Costa Cabral (Manuel Fernandes de Sá, Porto 1939-42) e BCE Marechal Gomes da Costa (Manuel Fernandes de Sá, Porto 1947-49). Plantas de Conjunto. Escala 1:5000.

No **BCE Calçada dos Mestres**[482] [B27], em Lisboa, [B27], Lima Franco (1904-1970) e Vasco Lacerda Marques (1907-1972) desenvolveram um conjunto dentro da mesma lógica de herança de desenho autoreferenciado de utilização do valor da rua em linha curva, com uma intervenção que nos parece revestir-se de um interesse particular. Tratando-se de um terreno de intervenção complexa, cortado a meio pelo Aqueduto das Águas Livres e com uma topografia acentuada, os autores assumem uma postura contrária à que vemos nesta fase do Programa, utilizando essas características do terreno como instrumentos do projeto. Embora os espaços partilhados sejam essencialmente cénicos, como é apanágio deste período das Casas Económicas, são associados ao Aqueduto das Águas Livres, assumindo o caráter monumental deste; a proporção dos espaços exteriores é aqui estabelecida na criação de espaço para reforço da presença do Aqueduto, utilizado, em associação com a linha curva, como um elemento cénico no conjunto do bairro. De notar também, como acontecia no projeto original do **BCE Encarnação** [B28], a posição secundarizada da localização da igreja (que não chegou a ser construída), ainda que a sua hierarquização seja reforçada pela marcação de uma escadaria fronteira também em aproveitamento da diferença de cotas entre ruas internas do bairro.

482. "Agrupamento de Casas Económicas. Calçada dos Mestres," SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGEMN:DSC/SCCE CE-0104.

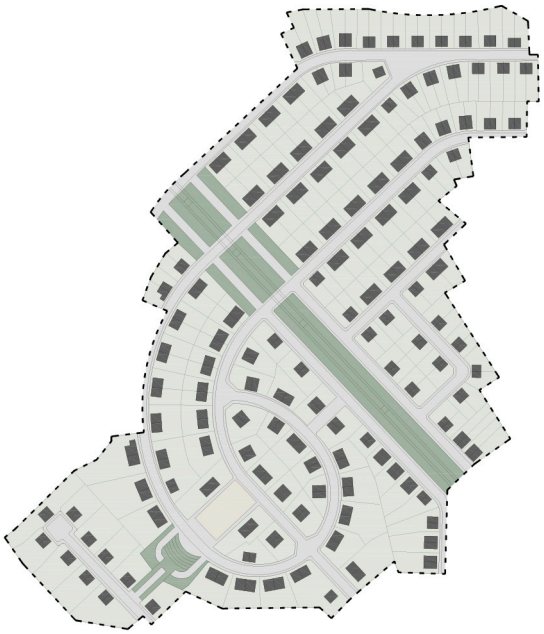

Fig. 31. BCE Calçada dos Mestres (Lima Franco e Lacerda Marques, Lisboa 1945). Planta de Conjunto.

Uma faixa ajardinada acompanha a passagem do aqueduto e grandes escadarias fazem a ligação entre cotas (Fig. 32); essa faixa, semelhante à que rasga o projeto da Encarnação, não tem aqui a mesma desproporção relativamente ao conjunto habitacional precisamente porque é utilizada como área de *respiração* do monumento. Note-se, por oposição, como o mesmo aqueduto é praticamente ignorado alguns metros acima na mesma encosta, no **BCE Alto da Serafina** [B7].

Fig. 32. BCE Calçada dos Mestres (Lima Franco e Lacerda Marques, Lisboa 1945). Vista da escadadaria e do Aqueduto das Águas Livres. Fotografia Artur João Goulart, 1962. [Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJG/004071]

Em Lisboa, António Couto Martins é contratado para desenvolver o projeto do **BCE Caselas**[483] [B30], tendo terminado o projeto em 1940 e a obra decorrido entre 1944 e 1948. Couto Martins defendia, como vimos no contexto do Congresso da Federação Internacional de Habitação e Urbanismo de 1944, que não se construíssem conjuntos isolados das cidades e que se criasse uma miscigenação de tipos de casas para não separar populações de diferentes rendimentos. O projeto de Caselas, já concluído por altura dessa comunicação, reflete, não sabemos se por circunstância, se por opção ou se por imposição, uma postura diametralmente oposta. O conjunto não só está isolado relativamente à malha urbana, conectado apenas por um ponto, como a distribuição das moradias é feita com uma hierarquia muito clara, associando as moradias de classe mais alta às vias principais de circulação e remetendo para vias secundárias as moradias de rendas mais baixas (Fig. 33).

483. "Bairro de Casas Económicas de Caselas," SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGEMN:DSC/SCCE CE-0127.

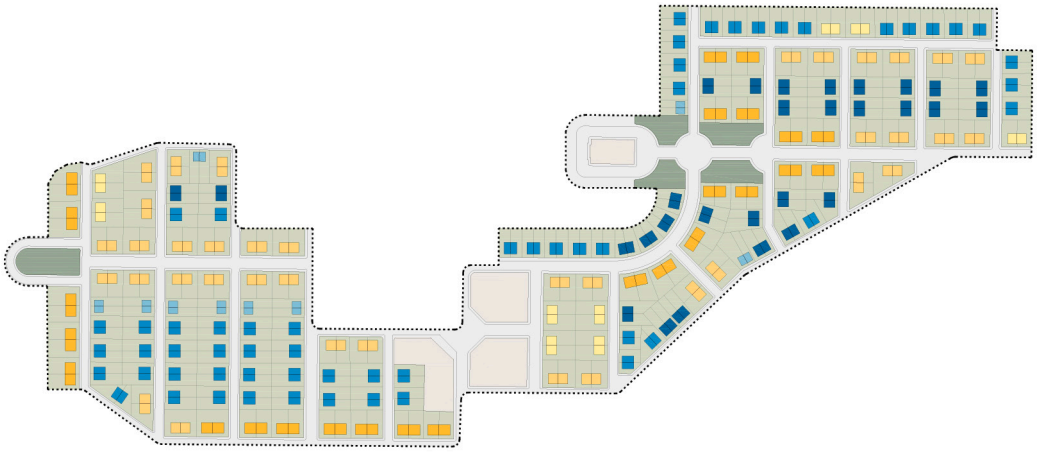

Fig. 33. BCE Caselas (Couto Martins, Lisboa 1940-48). Planta de Conjunto com identificação das Classes de Fogos construídas. Escala 1:5000.

É um plano que agrupamos no mesmo conjunto das produções de Paulino Montez e Luís Benavente, marcado por uma leitura clássica, quase barroca, dos alinhamentos e marcação de pontos de vista, reforçados pelo jogo de cheios e vazios criado pelas moradias que ladeiam as vias principais e que reforçam a perspetiva que marca o equipamento coletivo (a igreja) na zona oriental do bairro e a relação distante com a cidade (o miradouro) na zona ocidental. A difícil topografia do terreno poderá servir de atenuante na avaliação da ligação às zonas envolventes, e nota-se o esforço de, na zona central do bairro, integrar edificações existentes, ainda que as submetendo à regra geral da grelha, criando afastamentos dessas construções em relação às vias. O conjunto de Caselas, apesar da evolução da visão de Couto Martins, refletida na referida comunicação de 1944, integra-se neste conjunto de bairros do final da década de 1930 marcado por uma influência clássica, na linha de Agache.

2.5. DENTRO DA CIDADE: A HABITAÇÃO INTEGRADA NO PLANO

A estreita colaboração entre os serviços das Casas Económicas e os colaboradores da CML — que gerou algumas situações curiosas em troca de correspondência relativa a quem deveria assumir a responsabilidade do pagamento de honorários[484] — representa o início de um período em que a DGEMN vai contratar um conjunto de arquitetos externos os planos dos bairros a edificar durante a década de 1940. Esta contratação de serviços vai resultar na participação em simultâneo no Programa de arquitetos da geração de Paulino Montez e Luís Benavente — Eugénio Correia, Vasco Regaleira e Joaquim Areal — e de uma nova geração de arquitetos em relativo início de carreira — João Faria da Costa (1906-1971, com diploma do Institut d'Urbanisme de Paris de 1935 e conclusão da formação na ESBAL em 1936), Januário Godinho (1910-1990, formado na ESBAP em 1932), Cassiano Barbosa (1911-1998, ESBAP 1939), e Alberto Souza (formado na ESBAP em 1941).

O desenvolvimento de bairros nesta década corresponderá temporalmente ao desenvolvimento de planos municipais de urbanização lançados na sequência do Decreto-Lei nº 24.802, de 21 de dezembro de 1934, que obrigava a esse desenvolvimento para todas as sedes de municípios, localidades com mais de 2.500 habitantes com crescimento superior a 10% entre dois recenseamentos oficiais consecutivos, e centros urbanos ou zonas de interesse particular a definir pelos Ministérios do Interior e das Obras Públicas e Comunicações. Estes planos, que Margarida Souza Lôbo analisou em conjunto,[485] influenciarão de forma considerável o desenho dos bairros de Casas Económicas deste período.

Faria da Costa desenvolveu no final da década de 1930 o Plano da Encosta da Ajuda, no qual se irá incluir o **BCE Restelo**[486] [B44] ou do Restelo, desenvolvido no final da década seguinte. Neste conjunto do Restelo, Patrícia Bento d'Almeida[487] identifica alguns elementos em *antestreia* no urbanismo português, nomeadamente uma possível divisão do plano em células — embora não com essa designação — próximas do conceito de unidade de vizinhança; o mesmo princípio já tinha sido trabalhado, como vimos, por Paulino Montez e Luís

484. Ver Carta do Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais para o Ministro das Obras Públicas e Comunicações, datada de 4 de abril de 1940, solicitando o pagamento pela Câmara Municipal de Lisboa dos honorários de Luís Benavente, por aquele pertencer aos quadros da Direcção-Geral e não poder, por isso, ser a mesma entidade a assumir o pagamento. "Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais," AHIHRU — Textual, Forte de Sacavém, pasta 5145.

485. Lôbo, *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco.*

486. "Bairro de Casas Económicas na Encosta da Ajuda. Processo geral," SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGEMN:RSA CE-0070.

487. Patrícia Beirão da Veiga Bento d'Almeida, "Bairro(s) do Restelo: Panorama Urbanístico e Arquitectónico" (Tese de Doutoramento em História da Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2013).

Benavente na zona dos Olivais. A este plano do final da década de 1930, Faria da Costa irá sobrepor o Bairro de Casas Económicas, aproveitando a faixa localizada a sul, mais próxima da zona construída junto ao Rio Tejo. O Plano de Urbanização previa nesta zona uma ocupação quase exclusiva de moradias unifamiliares — de resto, o uso predominante previsto no plano — sugerindo a ocupação com blocos contínuos dos topos dos quarteirões junto às vias que radialmente ligavam a zona alta do Plano à zona junto ao rio.

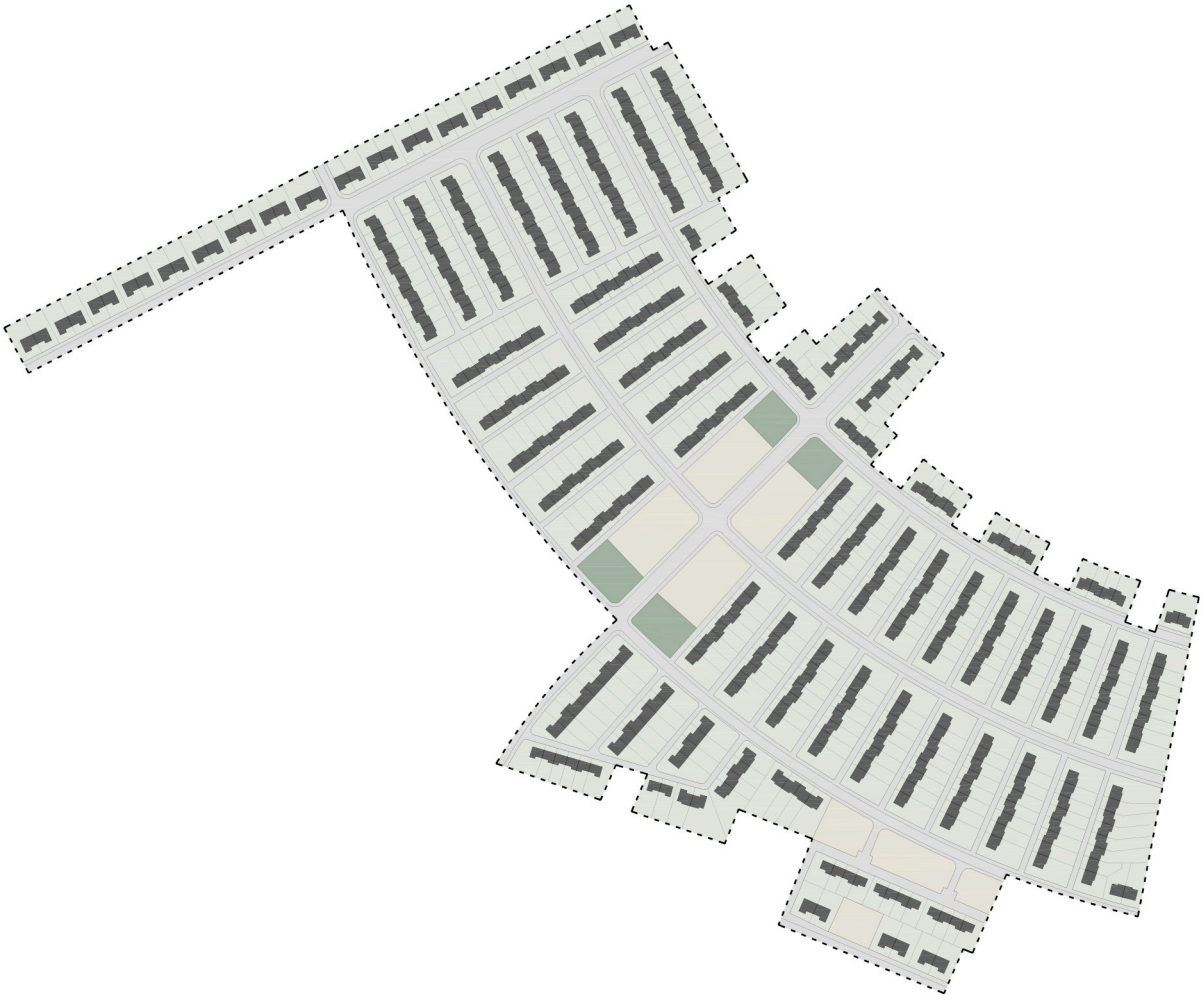

Fig. 34. BCE Restelo (Faria da Costa, Lisboa 1947-53).
Planta de Conjunto. Escala 1:5000.

Ao desenvolver o **BCE Restelo**, Faria da Costa abandonou esta relação direta entre as habitações e as ruas principais, criando uma malha de vias secundárias que garantiam o acesso a habitações em banda, com direção aproximadamente norte-sul, garantindo assim o aumento da densidade necessário a uma construção de tipo "económico" — considerando aqui o termo em comparação à zona de moradias unifamiliares de alto *standard* que ocupariam a zona norte do Plano; como veremos, este bairro apresenta um *standard* de moradia relativamente elevado, mesmo dentro do PCE.

O aumento da densidade e a utilização da habitação em banda, uma novidade no programa, criaram uma *ilusão de bloco*, possivelmente tendo em vista uma compensação da diferença de escala entre as moradias de diferente *standard* do Plano. Patrícia Bento d'Almeida nota aqui semelhanças com "sistemas utilizados pelos arquitetos alemães do Movimento Moderno,"[488] referindo o exemplo do bairro de Dammerstock, de Walter Gropius; sem discordar, acrescentaríamos como referência Bruno Taut, particularmente nos exemplos de Hufeisensiedlung e da Gartenstadt Falkenberg. Ali, Taut trabalha, cremos, precisamente o mesmo tema da conjugação volumétrica para aproximar a escala da casa mínima à escala da cidade, mas fá-lo com outro tipo de referências e, particularmente, de forma mais livre da ortodoxia moderna dos exemplos de Gropius.

O grande projeto urbano da década de 1940, e um dos maiores do período do Estado Novo, foi o Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro, em Lisboa, de 1945, assinado por Faria da Costa e comummente identificado como Plano de Alvalade. Com uma área total de 230 hectares, definia oito *células*, definidas pelas vias de delimitação, sendo cada uma delas associada a um equipamento escolar, também na lógica da unidade de vizinhança. O lançamento da execução do Plano de Alvalade foi dado através da Câmara Municipal de Lisboa e do financiamento do recém-criado Programa das Casas de Renda Económica, marcando uma primeira utilização de um programa habitacional público como instrumento de urbanização planeada e alargamento estruturado da cidade em grande escala, algo que veremos acontecer em Lisboa, com os conjuntos dos Olivais, no Porto, com o

488. Ibid.

Plano de Melhoramentos e o Programa das Casas para Famílias Pobres, e em Agualva-Cacém, aí exclusivamente com o PCE.

O Plano de Alvalade é um exemplo claro de uma abordagem de projeto informada, culta, entre o eclético e o indeciso, praticada por técnicos como Faria da Costa que, a uma formação técnica avançada para a época, associa uma posição de certa forma "culturalista," como assinala João Pedro Costa, que estudou profundamente o desenvolvimento do Plano de Alvalade. João Pedro Costa identifica uma sucessão de referências técnicas e culturais que foram o caráter específico do Bairro de Alvalade, desde o domínio de instrumentos de gestão territorial como a unidade de vizinhança e o zonamento funcional ao respeito muito particular pelas pré-existências enquanto instrumentos de projeto.[489] Com referências "ao Movimento Moderno, à Cidade Tradicional e à Cidade Jardim," Alvalade representa uma soma de elementos de origens diversas, cruzando uma gramática convencional de "rua-canal," praça, e avenida, com elementos de correntes distintas de projeto urbano, como os impasses e os traçados curvilíneos de influência da cidade-jardim e a aplicação de blocos perpendiculares às vias de circulação e zonamento característicos do urbanismo do Movimento Moderno. "Todos estes elementos e processos são assim descontextualizados da sua origem e combinados numa nova síntese formal," como assinala João Pedro Costa, identificando assim um ecletismo de desenho urbano[490] que influenciará o desenvolvimento da disciplina urbanística em Portugal, incluindo o desenvolvimento do PCE, nesta fase muito marcado pela integração em planos de urbanização.

Januário Godinho é contratado em 1945 para desenvolver o projeto do **BCE Calhabé**[491] [B38] (Fig. 35), em Coimbra. Ocupando uma área de expansão da cidade e seguindo princípios estabelecidos pelo Plano de Groer, Januário Godinho estabelece uma grelha viária ortogonal, regulada por uma rua central de maior largura. Uma malha de quarteirões de dimensão variável é interrompida por áreas de alargamento, ou praças, com uma direção nascente-poente claramente marcada e sem associação a variações de uso ou de escala.

489. Costa, *Bairro de Alvalade: Um Paradigma no Urbanismo Português*.

490. Ibid., 179 e seguintes.

491. Processo "Bairro do Calhabé," AHIHRU — Textual, Forte de Sacavém, pasta 5168.

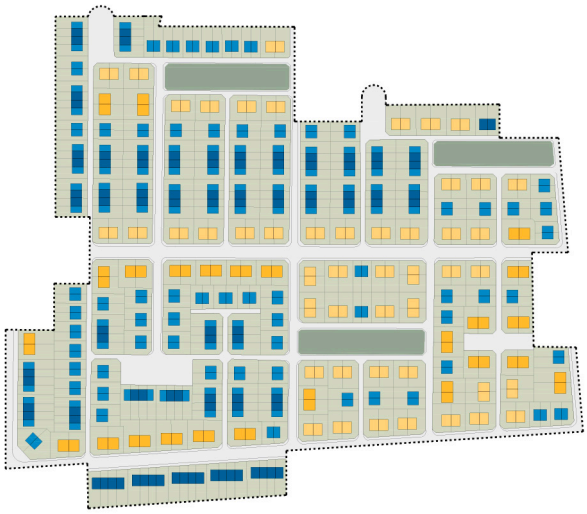

Fig. 35. BCE Calhabé (Januário Godinho, Coimbra 1944-51). Planta de Conjunto com identificação das Classes de Fogos construídas. Escala 1:5000.

Formam-se assim cinco praças retangulares, três delas de maiores dimensões — veremos na Parte 3 que há uma relação entre estes espaços públicos e a variação de Classes dentro do bairro — e são criadas ainda duas praças no limite norte da área de intervenção que se aproximam mais da figura do impasse, com topo em curva; de resto, o impasse é um elemento a que o Plano de Groer recorre com relativa frequência e que aparenta neste caso apenas uma intenção de permitir a criação de frente de rua para ocupação do interior de quarteirões de maior dimensão. A plena integração numa área mais ampla de urbanização e expansão da cidade garante uma diluição dos limites do bairro, afastando-se assim dos conjuntos mais herméticos abordados anteriormente.

Não encontramos referência ao autor do segundo Bairro construído em Portimão, mas há semelhanças gráficas entre as peças desenhadas deste bairro e de algumas das peças desenvolvidas por Januário Godinho para o Calhabé e para o não realizado BCE Celas,[492] também em Coimbra. As Classes utilizadas em Portimão são, também, as mesmas que Januário Godinho desenvolveu; no entanto, a informação não parece suficiente para atribuir a Januário Godinho a autoria do bairro. Também neste caso do **BCE Portimão II**[493] [B50] há uma transposição direta do Plano de Urbanização (Arq. Costa e Silva e Eng. Santos Silva, 1948-50) para a organização do bairro, embora, sem mais informação, a correspondência de datas (a obra de construção do Bairro iniciou-se

492. "Bairro de Celas, Coimbra," AHIHRU — Textual, Forte de Sacavém, pasta 5333.

493. "Bairro Económico de Portimão. Administração e Fiscalização," SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGEMN CE-0919.

em 1951) não clarifique qual dos elementos foi desenvolvido primeiro. O bairro organiza-se numa malha regular, integrando as moradias em quarteirões partilhados com moradias não pertencentes ao bairro. As peças desenhadas consultadas sugerem alguma hierarquização viária entre vias de distribuição e integração na malha urbana e vias secundárias de acesso a habitações que não se confirma no local, com as vias a assumirem perfis semelhantes.

Depois de ter desenvolvido o **BCE Olhão** [B9], Eugénio Correia ficará responsável na década de 1940 por outros dois bairros do Algarve, o **BCE Faro**[494] [B39] e o **BCE Eng. Duarte Pacheco**[495] [B42], também em Olhão. Também neste caso os planos de urbanização, no caso desenvolvidos por João Aguiar - Plano de Olhão, terminado em 1944, e Plano de Faro, terminado em 1945 — terão uma influência determinante na organização dos bairros.

No caso do **BCE Faro**, ou do Bom João (Fig. 36), a direção da malha regular é estabelecida pela Avenida 5 de Outubro, a norte do bairro, que funciona como eixo regulador da expansão da cidade para nascente, associada à construção do Liceu Nacional entre 1942 e 1948. Com a direção do bairro definida pelo Plano, Eugénio Correia marca uma rua central no bairro, paralela à referida Avenida, que funciona como um eixo de simetria que divide o bairro em seis zonas, quatro centrais organizadas à volta de pequenas praças oblongas e duas zonas nos topos, com zonas verdes trapezoidais que funcionam como remates para a rua central. Esta rua central é a única que tem início e fim no

494. "Bairro Económico de Faro. Diversos Assuntos," SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGEMN CE-0941.

495. "Construção de um agrupamento de 100 moradias económicas em Olhão," AHIHRU — Textual, Forte de Sacavém, Depósito 19, pasta 143.

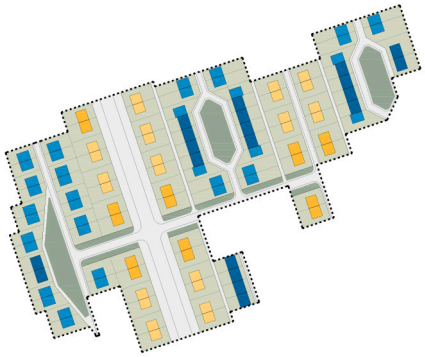

Fig. 36. BCE Faro (Eugénio Correia, 1945-51). Planta de Conjunto com identificação das Classes de fogos construídos. Escala 1:5000.

bairro, sendo que as seis vias perpendiculares a esta têm continuidade para sul e para norte, ligando o bairro à restante área de expansão urbana. Essa relação resulta num certo desequilíbrio de escala entre a via central do Bairro e a avenida Dr. Júlio Filipe de Almeida Carrapato, criando um corte entre a área poente do bairro e o restante conjunto.

Também a implantação do **BCE Eng. Duarte Pacheco** resulta diretamente da organização definida pelo Plano de João Aguiar. Embora o plano previsse uma área ampla a nascente para a construção de casas económicas, o bairro foi integrado na grelha radial definida pelo prolongamento do Passeio Público, hoje Avenida da República, para nordeste e do cruzamento dessa avenida com a nova via a norte do conjunto urbano, hoje Avenida D. João VI. Em ambos os casos, então, o desenho dos bairros é definido pelo plano, subjugando-se a uma estrutura que Margarida Souza Lôbo associa ao Plano de Alvalade, em desenvolvimento por João Faria da Costa no mesmo período.[496]

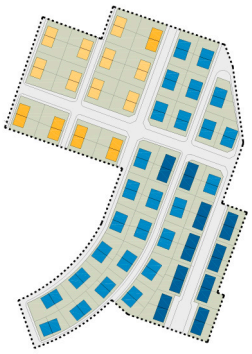

Fig. 37. BCE Eng. Duarte Pacheco (Eugénio Correia, Olhão 1948-51). Planta de Conjunto com identificação das Classes de fogos construídos. Escala 1:5000.

Joaquim Areal e Cassiano Barbosa desenvolveram o projeto urbano do **BCE Cumeada**[497] [B43], em Coimbra, entre 1946 e 1948, também adaptando a distribuição de moradias a uma organização viária ligada ao plano De Groer para uma zona bastante acidentada da cidade, com ruas adaptadas à topografia; ao longo do processo houve várias alterações à dimensão do bairro, tendo a ação dos arquitetos sido, aparentemente, limitada. A obra foi, aliás, adjudicada antes de o projeto final ser entregue; depois de, no final de novembro de 1947, o diretor dos serviços de Casas Económicas ter dado indicação da composição "final" do bairro (que ainda sofreria alterações posteriormente), entre dezembro e janeiro há uma sequência unilateral de correspondência que incluiu a ameaça de abandono do projeto, até que a 17 de janeiro de 1948 o projeto é enviado, o que aparentemente marca o final da participação dos arquitetos no processo.

Um processo semelhante acontece no **BCE Portalegre**[498] [B45], com a contratação de Vasco Regaleira para desenvolver um anteprojeto[499] que se foca essencialmente no desenho de um tipo próprio de moradias, a integrar numa rua prevista no Plano de Urbanização de Miguel Jacobetty. Possivelmente com a intenção de conseguir uma

496. Lôbo, *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*, 175.

497. "Bairro Económico da Cumeada," SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGEMN:DSC/SCCE CE-0201.

498. "Casas Económicas — Portalegre," AHIHRU — Textual, Forte de Sacavém, pasta 5142.

499. "Anteprojecto de um agrupamento de 50 casas económicas a construir em Portalegre," SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGEMN CE-0166.

maior variação formal, Vasco Regaleira desenvolve tipos de moradias geminadas e isoladas; no entanto, na sua versão executada, o "bairro" reduz-se à ocupação de partes de uma rua próxima do centro, utilizando apenas parcialmente os tipos de moradia desenhados por Regaleira. Nota-se, assim, algum desprendimento dos serviços de Casas Económicas relativamente aos projetos, em dois sentidos: os projetos são considerados, em diversos casos, como indicativos e são adaptados pelos serviços, antes da ou durante a obra; e, no que nos parece ainda mais de notar, os projetos, principalmente aqueles que são contratados externamente, são desenvolvidos de forma aparentemente independente, sem grande contacto entre os técnicos envolvidos.

Estará, possivelmente, na transição entre o anteprojeto e o projeto final o maior poder decisório dos serviços da DGEMN, não tendo sido, no entanto encontradas quaisquer comunicações que indiciassem uma rejeição de projetos por motivos formais. Os projetos encontrados, mesmo os não executados, enquadram-se num conjunto relativamente homogéneo. O único caso encontrado que sugere, por mera suposição, que terá motivos políticos para abandono da solução, é o caso do projeto do **BCE Benfica** [B49], que Francisco Keil do Amaral desenvolve a partir de 1943 e no qual será substituído não, aparentemente, pelo projeto em si, mas pela evolução da relação de Keil do Amaral com o regime no final da década de 1940.

João Vaz Martins tem neste período uma ação muito intensa de apoio à Secção de Construção de Casas Económicas da DGEMN com a coordenação do projeto de vários bairros entre o final da década de 1940 e o final da década seguinte. No **BCE Entroncamento**[500] [B40], cuja construção se iniciou em 1950, Vaz Martins utiliza uma malha regular, com um alargamento da frente dos lotes que resulta num maior afastamento entre moradias do que no **BCE Benfica;** consequentemente, a leitura dos quarteirões, é menos clara, embora a distribuição seja convencional, com moradias alinhadas pelas ruas que envolvem cada um dos quarteirões. Um ponto de destaque é a criação de uma pequena praça/jardim próximo do limite norte do bairro; este espaço público não está associado a qualquer alteração de escala, parecendo estar antes ancorado à via que limita o bairro a nascente.

500. "AgrupamentodeCasasEconómicas Salazar, Entroncamento," SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGEMN:DSC/SCCE CE-0337.

João Vaz Martins terá *herdado* o **BCE Benfica**[501] [B49] (Fig. 38) de Keil do Amaral, que este desenvolvia desde 1943, mas do qual terá sido afastado, provavelmente no contexto da sua já referida eleição para presidente do Sindicato Nacional dos Arquitectos e posterior exoneração por iniciativa do regime, que foi seguida por um abrandamento da encomenda pública. Um dos motivos pelos quais parece possível afirmar que o abandono do projeto de Keil do Amaral para Benfica se enquadra apenas em motivações políticas está na proximidade das soluções. Keil do Amaral segue uma lógica vertida no Plano Director de Urbanização de Lisboa, desenvolvido por Etienne de Groer entre 1938 e 1948.

501. "Bairro Económico de Benfica," SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGEMN CE-0162.

Fig. 38. BCE Benfica (João Vaz Martins, Lisboa 1958). Planta de Conjunto das Zonas Ocidental e Oriental com identificação das Classes de fogos construídos. Escala 1:5000.

O bairro ocupa a área envolvente da Mata de Benfica, sendo limitado a sul pelo caminho de ferro da Linha de Sintra, e divide-se em duas áreas, oriental e ocidental, e em ambas as propostas apresenta uma composição viária ligeiramente diferente entre zonas, numa malha mais regular na zona ocidental e recorrendo mais a linhas curvas na zona oriental. Essa diferenciação nota-se também nos desenhos do PDUL, com uma sequência de impasses à maneira de Radburn no limite ocidental do bairro e uma composição que sugere a existência de um equipamento no centro da zona oriental.

Possivelmente, o esquema indicado no PDUL representará apenas uma simplificação do trabalho em desenvolvimento por Keil do Amaral. Nas propostas que se conhecem de Keil do Amaral, previa-se ainda a associação de blocos, presume-se que habitacionais, ancorados a uma grande avenida de ligação a Queluz e a Sintra prevista no PDUL, com um primeiro plano de construções isoladas entre espaços públicos e nas costas destas zonas habitacionais de densidade mais baixa, com pequenos lotes e moradias em banda organizadas ao longo de vias estreitas de acesso a pequenos alargamentos — aparentemente não impasses, já que o posicionamento das habitações relativamente às vias sugeria uma malha regular sem interrupções, ainda que com alguma variação de escala viária.

É clara e fácil de explicar a proximidade formal entre a proposta de Keil do Amaral para Benfica e os princípios aplicados por Faria da Costa no Bairro de Alvalade, que estaria a ser desenvolvido na mesma altura, em que ambos colaboravam com a CML. A proposta de João Vaz Martins, embora tenha a mesma diferenciação na distribuição viária entre zonas, aproxima-se mais da leitura convencional do quarteirão, que Keil do Amaral evita com a colocação de bandas de moradias em posição perpendicular umas às outras, obrigando a uma rede viária mais complexa. A proposta de João Vaz Martins mantém, no entanto, o esquema previsto nos desenhos de Keil do Amaral para a avenida de ligação a norte, que não foi executada.

Não só pela variação formal do esquema viário como pela distribuição de moradias, com moradias de classes mais altas na zona oriental e

de classes mais baixas na zona ocidental, a diferenciação entre zonas presente nas propostas de Keil do Amaral e João Vaz Martins parece sugerir uma diferenciação entre cidade-jardim e bairro operário, com uma solução mais simplificada para a zona de construção de moradias de standard menor. Essa separação é ainda reforçada, em ambas as propostas, com o recurso a moradias em banda, sistema que Faria da Costa já testava, como vimos, no BCE Restelo [B44] e no BCE Vale Escuro [B41]. No entanto, enquanto em Faria da Costa - e, de forma menos clara, em Keil do Amaral - se parece deduzir a utilização da moradia em banda como forma de agrupar volumes, fugindo à leitura convencional do quarteirão e reforçando uma distinção entre escalas viárias de circulação e as vias de acesso e volumes perpendiculares, nas propostas de Vaz Martins a utilização da moradia em banda parece ter objetivos de economia de construção, mais do que de leitura urbana.

João Vaz Martins é indicado nos desenhos como o responsável pelos novos bairros do Porto deste período, BCE Vilarinha[502] [B48] e BCE António Aroso[503] [B51], onde, tal como em Benfica, vai justapor o sistema de moradias em banda a uma malha regular convencional. Em ambos os bairros a utilização das moradias em banda vai reforçar uma leitura de variação de escala de habitações (e, por inerência, de escalas de rendimentos dos habitantes) que, embora fosse sugerida no decreto original, poucas vezes foi tão clara no Programa como nestes bairros. No BCE Vilarinha (Fig. 40) a distinção é entre a zona a norte do equipamento escolar, com moradias geminadas na proximidade do Bairro de Casas de Renda Económica de Ramalde, e a zona de moradias em banda a poente e sul do equipamento. Aqui a lógica é a de assumir a rua a norte, que faz a separação com o Bairro de Ramalde, como via de referência. No BCE António Aroso (Fig. 39), a diferenciação é feita pela colocação das moradias geminadas na zona envolvente ao bairro, remetendo as faixas de moradias em banda para o centro do conjunto, mais isolado em relação à cidade. As bandas são ocasionalmente interrompidas, apenas de forma a evitar frentes demasiado longas, sem que isso esteja associado a outras alterações formais.

502. "Construção do Bairro da Boa vista Vilarinha," SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGEMN CE-0810.

503. "Aglomerados de moradias económicas. Epitácio Pessoa, António Aroso e Ameal (ampliação)," SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGEMN:DENN/SE CE-0190.

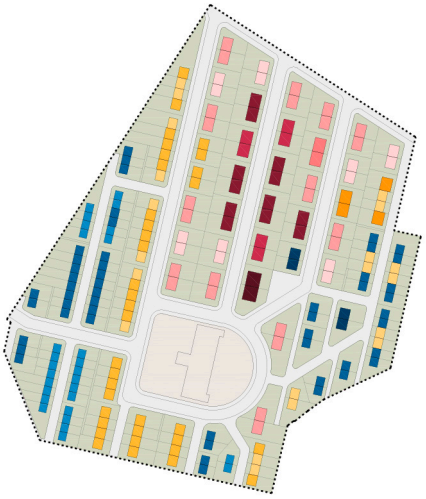

Fig. 40. BCE Vilarinha (João Vaz Martins, Porto 1955-57). Planta de Conjunto com identificação das Classes de Fogos construídas. Escala 1:5000.

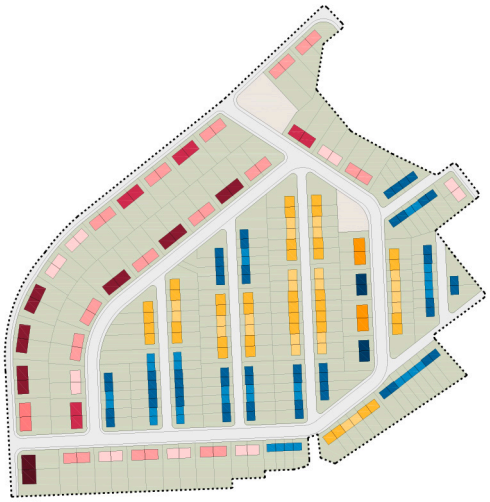

Fig. 39. BCE António Aroso (João Vaz Martins, Porto 1957-58). Planta de Conjunto com identificação das Classes de Fogos construídas. Escala 1:5000.

No BCE Queluz[504] [B52] (Fig. 41), João Vaz Martins recorre a um desenho um pouco mais orgânico, criando uma via principal curvilínea que é aproximadamente paralela aos limites do bairro; mais uma vez, separa as moradias por dimensão: localiza as moradias geminadas de maiores dimensões na zona envolvente e na proximidade de um pequeno jardim que marca o centro da zona mais larga da área de intervenção, e cria na zona central uma malha de vias paralelas entre si com moradias em banda de menores dimensões.

504. "Bairro de Queluz," AHIHRU — Textual, Forte de Sacavém, Depósito 19, pasta 73.

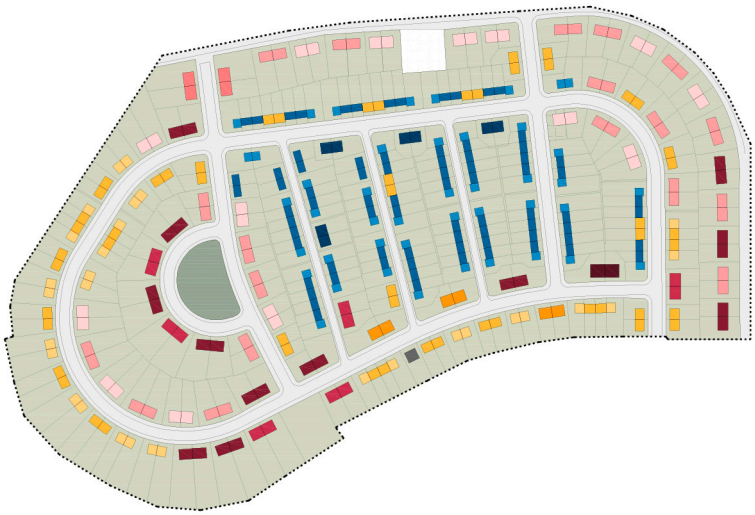

Fig. 41. BCE Queluz (João Vaz Martins, 1958). Planta de Conjunto com identificação das Classes de Fogos construídas. Escala 1:5000.

Embora João Vaz Martins vá desenvolver os projetos-tipo de moradias aplicados no BCE Olivais Norte[505] [B53], a extensão da sua ação não é clara; a construção do bairro tem início antes do desenvolvimento do Plano dos Olivais pelo GTH em 1959, mas os dois conjuntos que compõem o bairro estão integrados nesse mesmo plano. Essencialmente, o BCE Olivais Norte divide-se em zona sul, de moradias em banda de classes mais baixas, e zona norte, de moradias geminadas de classes mais altas. As moradias são agrupadas em conjuntos que alternadamente estão na proximidade das vias limite do plano ou recuados em relação a estas.

Esta disposição representa alguma evolução relativamente às propostas de João Vaz Martins, no que se refere à variação do espaço urbano resultante, mais condicente com as ideias de Unwin, o que leva a que o BCE Olivais Norte apresente uma configuração algo deslocada no contexto do conjunto do grande Plano de Urbanização dos Olivais Norte. Estes conjuntos de Casas Económicas, embora representem uma "frente" do Plano de Urbanização em contacto com a cidade envolvente, apresentam escala muito diversa e organização mais convencional, ainda longe das ideias de libertação de espaço público e colocação dos edifícios isolados que define a distribuição do plano. Para o conjunto de moradias em banda a sul uma explicação técnica é mais fácil de encontrar, já que a sua localização representa uma transição de escalas entre o **BCE Encarnação** [B28], imediatamente a sul, e o conjunto

505. "Agrupamento de Casas Económicas de Olivais Norte. Bairro da Encarnação," SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGEMN:DSC/SCCE CE-0335.

central do plano de Olivais Norte, para além de permitir a organização de moradias com zonas nobres a sul e zonas de serviço a norte. Já a norte, o conjunto de moradias geminadas surge algo deslocado no espaço e no tempo, criando um conjunto de pequena escala em relação direta com uma via de grande circulação, para além de obrigar, mantendo-se a lógica habitual das Casas Económicas de aproximar as zonas nobres do acesso principal, a virar essas zonas nobres para norte; não há, assim, nenhuma transição ou proteção deste conjunto relativamente à via a norte e cria-se, simultaneamente, uma tensão pouco consequente entre as traseiras destas moradias e os blocos habitacionais isolados, resultando num espaço público pouco qualificado.

O **BCE Olivais Norte** [B53] fecha o "segundo tempo" das Casas Económicas, e a relação difícil com o plano em que se insere reforça a ideia de um certo anacronismo da solução de moradias geminadas naquela época e, particularmente, naquele contexto urbano. O período de construção do bairro, no final da década de 1950, coincide com o desenvolvimento, muito por ação do Ministro Arantes e Oliveira, de uma nova visão para a expressão formal do programa. Jovens técnicos contratados pela DGEMN desenvolviam já as primeiras experiências de Casas Económicas em blocos plurifamiliares e, principalmente, testavam (em paralelo, aliás, com os planos do GTH para os Olivais) a disposição desses blocos isolados e a libertação de espaço público envolvente. Enquanto João Andresen desenvolvia para o **BCE Viso** [B61] a sua própria visão de cidade, cruzando novas referências, Luís Fernandes Pinto (1930-2018), formado em 1955 pela EBAL e regressado de um estágio de 2 anos nos EUA, é contratado para desenvolver um projeto-tipo de Casas Económicas em blocos plurifamiliares e novos projetos-tipo de moradias geminadas que irá ser aplicado em diversos bairros do final da década de 1950.

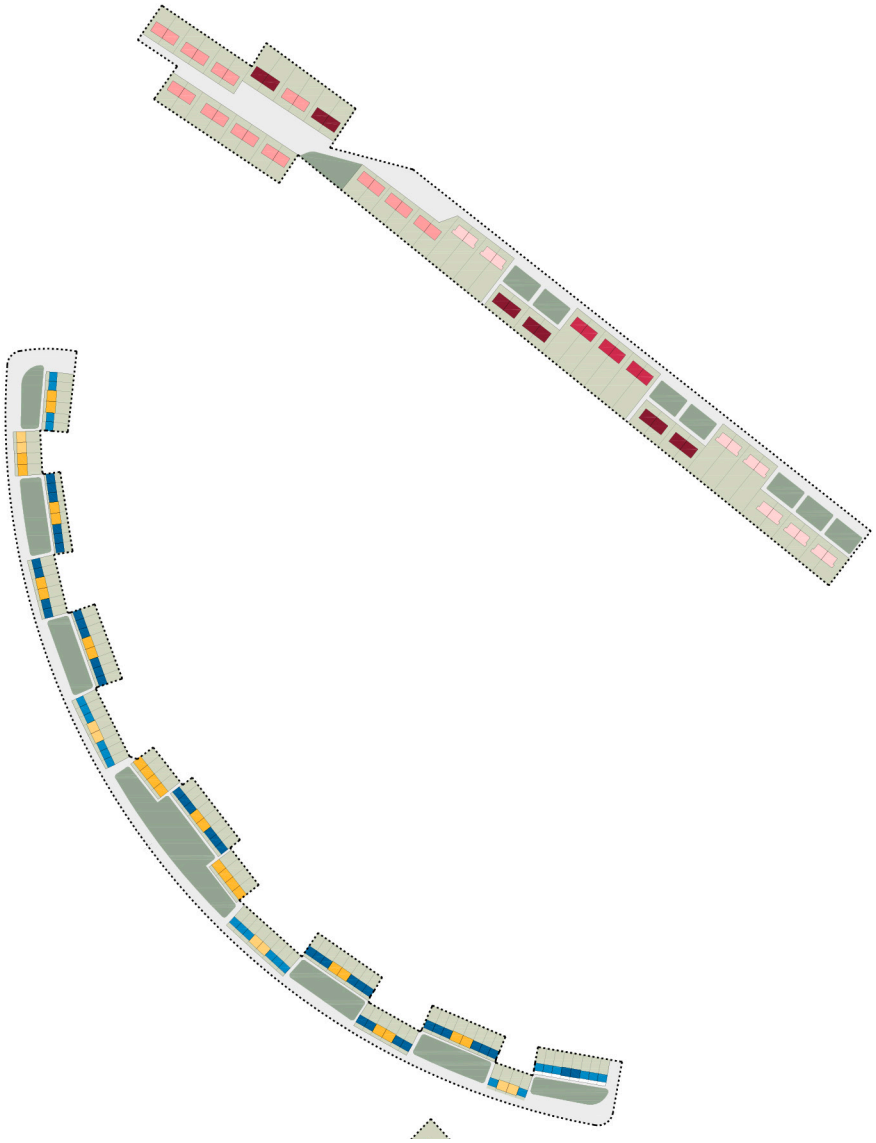

Fig. 42. BCE Olivais Norte (João Vaz Martins, Lisboa 1956-59). Planta de Conjunto com identificação das Classes de Fogos construídas. Escala 1:5000.

2.6. EXPERIÊNCIAS À VOLTA DA CIDADE MODERNA

O ano de 1956 determinou, como descrevemos na Parte 1, uma transformação interna profunda no PCE, com a criação da classe de fogos "a" e com a abertura do Programa aos ensaios de utilização de habitação plurifamiliar. "Ensaio" é o termo certo para descrever este período das Casas Económicas, em que se testam não só novas abordagens ao projeto urbano como também aos projetos-tipo de moradias que analisaremos na Parte 3. Neste contexto, Francisco de Almeida Garrett propõe em 1957 a contratação do arquiteto Miguel Guimarães Pestana, que desenvolve um tipo de moradia de um só piso cuja utilização viria a ser desaconselhada pelo Ministro Arantes e Oliveira no ano seguinte; entretanto, dois novos bairros são desenvolvidos com recurso a esse novo projeto-tipo.

Fig. 43. BCE São João da Madeira II (João Oliveira, 1961). Planta de Conjunto com identificação das Classes de Fogos construídas. Escala 1:5000.

No **BCE São João da Madeira II**[506] [B55] (Fig. 43) há um regresso à ocupação típica dos primeiros anos do programa, com a distribuição de moradias (agora em bandas de quatro moradias de um só piso) em encosta, com acesso através de ruas em impasse e todas as moradias com frente, no caso, para nascente. Entre a primeira linha de moradias, junto ao que é hoje a Avenida do Vale, e a segunda, uma área triangular foi transformada numa pequena praça ajardinada. O regresso à escala de um só piso e às ruas em impasse origina uma imagem pouco qualificada. O **BCE Viana do Castelo II**[507] [B57] representa, na verdade, uma ampliação do **BCE Jardim** [B12], utilizando a mesma estrutura viária que Rogério de Azevedo desenvolvera e fazendo com que o intervalo de quase três décadas entre a construção de um e de outro seja praticamente impercetível, também devido ao regresso a uma solução de construção relativamente simples — dir-se-ia, mesmo, relativamente pobre - e de pequena escala. De resto, como veremos, mesmo tipologicamente muito próxima dos primeiros anos do programa, o que poderá contribuir para explicar o rápido abandono da solução.

Paralelamente, outras soluções, com outras escalas, eram testadas a norte. O conhecimento do espólio de João Andresen[508] permite-nos abrir uma exceção nesta tese, já que existem naquela coleção elementos referentes ao anteprojeto do **BCE Viso**[509] [B61] que não viriam a ser

506. "Agrupamento de Casas Económicas de São João da Madeira," AHIHRU — Textual, Forte de Sacavém, Depósito 19, pasta 177.

507. "Agrupamento de casas económicas de Viana do Castelo. Ampliação. 1º volume," SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGEMN CE-0473.

508. Sérgio Dias Silva, "João Andresen: Uma Ideia de Arquitectura" (Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2007).

509. "Agrupamento de Casas Económicas do Viso, Porto," SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGEMN:DSC/SCCE CE-0178.

construídos. Tal como aconteceu com o projeto de Joaquim Madureira e Amoroso Lopes para o BCE S. Victor, no Porto, também a proposta não realizada de João Andresen para o **BCE Viso**[510] merece uma atenção especial. Se no primeiro caso se deduzem as motivações para o abandono da solução, no segundo isso já não é tão claro. João Andresen desenvolveu um projeto completo para o bairro, incluindo não só o plano, que foi parcialmente cumprido, como os projetos de arquitetura das diversas Classes a aplicar; a solução construída acabou por ser uma versão simplificada do plano de Andresen à qual foram justapostos os projetos-tipo desenvolvidos por Luís Fernandes Pinto,

510. "AgrupamentodeCasasEconómicas do Viso, Porto. Anteprojeto," SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGEMN:DSC/SCCE CE-0176.

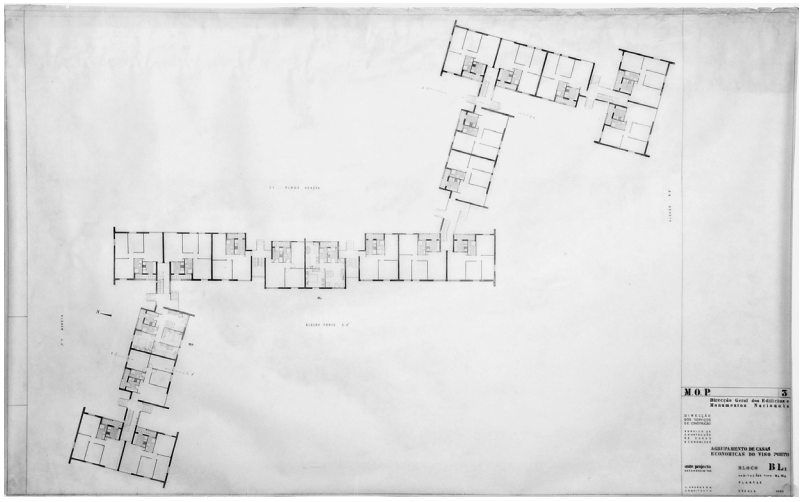

Fig. 44. BCE Viso, Porto. Anteprojeto de João Andresen para os edifícios de habitação plurifamiliar (1958).[Foto do autor no Arquivo Cristiano Moreira]

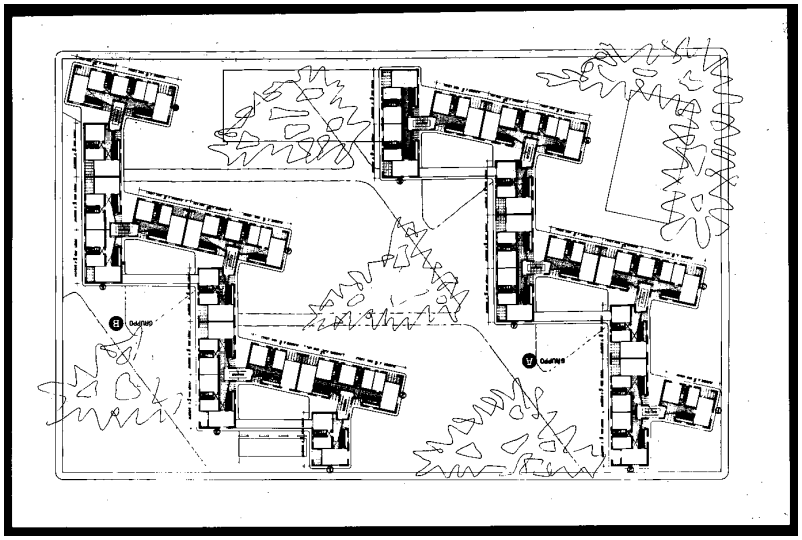

Fig. 45. Bairro INA-Casa Monza (Vittorio Faglia, Augusto Magnaghi e Mario Terzaghi, 1953-55). Planta de Conjunto. [Biblioteca Digitale Lombarda. https://www.bdl.servizirl.it/vufind/Record/BDL-OGGETTO-3026 (acedido em novembro 2022)]

que descreveremos na Parte 3. A utilização, por João Andresen, dos blocos de acessos verticais como elemento de rótula entre blocos regulares de habitações remetem de forma mais do que casual para alguns projetos recentemente construídos em Itália, no âmbito da ação do INA-Casa, e que circulavam entre os arquitetos portugueses, influenciando marcadamente o trabalho e as investigações de Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas e Pedro Vieira de Almeida. Neste caso particular do estudo de Andresen para o Viso (Fig. 44), parece pacífico afirmar uma proximidade a intervenções do INA-CASA em Itália,[511] nomeadamente às "casas siamesas" de Terni (1949-1951), de Mario Ridolfi, e à justaposição de edifícios em Monza (1953-55) por Vittorio Faglia, Augusto Magnaghi e Mario Terzaghi (Fig. 45).

A investigação de Luís Miguel Pinto da obra de João Andresen nota a pertinência de uma análise da Memória Descritiva desenvolvida para este anteprojeto, com vários pontos que se cruzam com os que aqui analisamos e que merecem uma revisão à luz do caráter experimental da proposta de Andresen no contexto do PCE. No caso do desenho do espaço público, é criado "um vasto logradouro comum que se presume venha a ser jardinado e tratado da melhor forma (...) sem isso a obra ficará incompleta," para que daí resulte "um conjunto variado, confortável, sem acusar preocupações de composição puramente abstractas, mas sem escala humana, tendo muito em atenção que o ponto de vista do observador se situa ao longo dos passeios e veredas," fornecendo "a quem passeie por aqui um dia, uma sequência de perspectivas variadas, muito favorecidas pelo contraste das habitações unifamiliares (...) e os blocos isolados no meio da verdura."[512]

Este "contraste," nascido da renitência em abandonar a referência da casa unifamiliar, lança no PCE esta relação de escalas, tema do bairro de Alvalade e que irá ser constante no Programa até à queda do regime; quase ao mesmo tempo, Nuno Teotónio Pereira testava o mesmo contraste em conjuntos como o Bairro das Pedreiras em Vila do Conde (1958-1964); alguns anos depois a DGSU conjugava também vários dos seus projetos-tipo em iniciativas como o Bairro Gulbenkian de Povos, em Vila Franca de Xira (1969-1971) [MdH a570].[513]

511. Para uma introdução à ação da INA-Casa em Itália, ver Orsina Simona Pierini, "Not Houses but Cities—Not Designs, but Designers. 1950s Italy: the INA-Casa Neighbourhoods," in *Hidden in Plain Sight: Politics and Design in State-Subsidized Residential Architecture*, coord. Rui Jorge Garcia Ramos et al. (Zurich: Park Books, 2021).

512. Ver Pinto, "João Andresen (1920/1967) obra (in)completa," vol. II, 181.

513. Apenas foram construídos os blocos mas o plano previa uma área de habitações em banda. Ver Jorge Malheiros et al., "Um século de respostas habitacionais públicas a catástrofes: Experiências passadas e reflexões para o futuro," in *Habitação. Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal 1918-2018*, coord. Ricardo Agarez (Lisboa: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2018), 386.

A investigação de João Andresen, ligado ao ensino do urbanismo na Escola de Belas-Artes do Porto desde 1948, reflete uma visão do papel do planeamento urbano desenvolvido para a época, refletida na comunicação que apresentou ao já referido Congresso da UIA em Lisboa em 1953. Nessa comunicação, Andresen nota a importância dos *prolongamentos da habitação*, os programas de proximidade associados ao fornecimento de habitação e que permitem a fruição de uma vida comunitária e doméstica qualificada — reflete, a título de exemplo, como a proximidade de comércio de bens alimentares pode não só facilitar a gestão familiar (função que atribui, ainda assim, à dona de casa) como reduzir as necessidades de espaço de armazenamento no interior da habitação.

João Andresen apresenta, nessa comunicação, um conjunto de preocupações que demonstram — tal como notámos no caso da investigação de Nuno Portas — um pensamento crítico que não tem necessariamente reflexo na qualificação do planeamento que lhe é encomendado, presume-se que devido à visão mais limitada das entidades promotoras. Esse pensamento crítico está muito ligado à leitura do local e das populações, em termos de caracterização climática mas também cultural e social, a ponto de notar a necessidade de atender às necessidades específicas de população com mobilidade condicionada, como os idosos.

A análise do conjunto de desenhos de João Andresen para o Viso reforça a ideia de que o final da década de 1950 representa um período de mudança profunda na visão da intervenção pública em habitação, como vimos noutros campos da atuação do estado na habitação, mas tendo reflexo no desenvolvimento do PCE não o transforma significativamente. Ainda assim, essa mudança, formal e tipológica, representa o fim da exclusividade de soluções de cariz *aburguesado* que marcaram o Segundo Tempo do PCE, que na década de 1950 foi marcado pela direção técnica de João Vaz Martins; no entanto, não representa já, no caso específico de Andresen, uma transição direta para a matriz do Movimento Moderno, do edifício no parque — que, aliás, Andresen testara uma década antes, com Rogério Martins, num primeiro estudo para o Bairro de Ramalde, profundamente influenciado pela obra de

Corbusier — mas uma pesquisa que é desenvolvida no contexto de um interesse profissional no desenvolvimento e nas conclusões do Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal, numa investigação que cruza elementos de matriz moderna, particularmente na afirmação do telhado como plano abstrato, tema que Andresen já experimentara no Bairro de Casas de Renda Económica de Cabo-Mor [MdH DB a30].[514]

Não se conhecendo os motivos para o abandono da solução proposta por João Andresen, não deixa de ser curioso notar como o PCE aceitou neste final de década de 1950 uma "vanguarda" com o referencial da Carta de Atenas que, por esta altura, já se tinha generalizado mas recusou, aparentemente, uma pesquisa que se poderia considerar perfeitamente integrada na evolução da abordagem projetual que já tinha leitura em outros programas, como o das Casas de Renda Económica, que tinham outra liberdade de ação — veja-se, por exemplo, o caso do Bairro de Santa Marta (1958-1962) [MdH a42], em Barcelos, de Nuno Teotónio

514. Marta Rocha Moreira, Eliseu Gonçalves, e Sérgio Dias Silva, coords., *Cadernos de Habitação*, vol. 5 - "Bairro de Casas de Renda Económica de Cabo-Mor" (Porto: Universidade do Porto - Faculdade de Arquitectura, 2019).

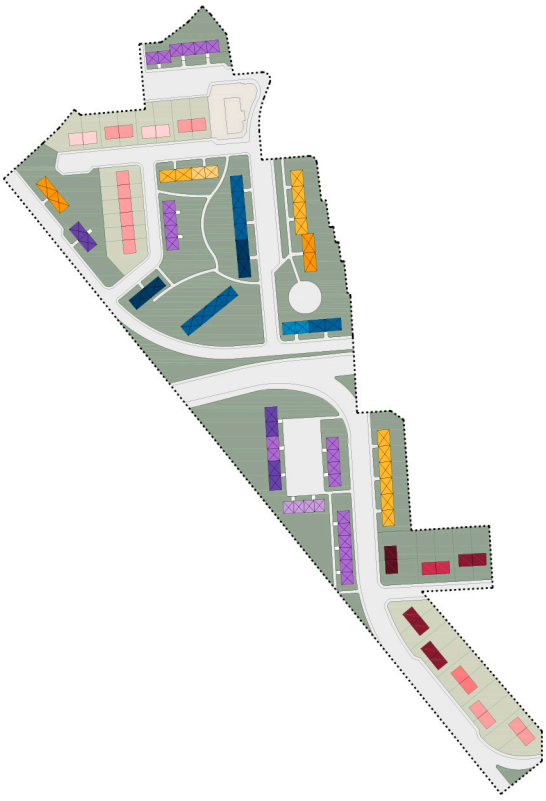

Fig. 46. BCE Viso (João Andresen [Plano], Porto 1958-65).Planta de Conjunto com identificação das Classes de Fogos construídas. Escala 1:5000.

Pereira; também para as CRE, e também na década de 1950, Fernando Távora desenvolvia a Unidade Residencial de Ramalde, mais próxima da Carta de Atenas e com menor variação de escala[515], que configura, como indicamos no ponto 2.1, uma rara aplicação *direta* dos princípios da Carta de Atenas, sem as concessões, ou sem a hibridez, que caracterizam os planos que temos analisado.

No **BCE Vila Nova de Gaia**[516] [B64] não identificámos anteprojetos, apenas estudos de urbanização com aplicação dos mesmos projetos-tipo de Luís Fernandes Pinto; para o mesmo local, junto à autoestrada de acesso à Ponte da Arrábida, e em meados da mesma década de 1950, Rogério de Azevedo tinha projetado um bairro ainda, aparentemente, apenas com moradias geminadas e com uma abordagem pouco diferente da que caracteriza o **BCE Jardim**[517] [B12]; antes disso, na década de 1940, Manuel Fernandes de Sá e Octávio Lixa Filgueiras (1922-1996) tinham também desenvolvido um plano de um bairro para o mesmo local, também na linha dos projetos que atribuímos a Fernandes de Sá.

515. Nuno Teotónio Pereira descreve a consideração, à época, do bairro de Ramalde "como um anti-alvalade, com os seus blocos paralelos e um vocabulário vincadamente racionalista" num artigo de 1983 que, embora use a expressão "casas económicas" no título, se refere ao trabalho das FCP-HE. Nuno Teotónio Pereira, "As casas económicas 1947-1969 [JA 16/17/18, março/abril/maio 1983, pp.11-12]," *Jornal Arquitectos*, nº 218-219 (janeiro a junho 2005).

516. "Plano de urbanização de um agrupamento de casas económicas em Vila Nova de Gaia (Quinta do Cedro)," SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGEMN CE-0165.

517. "Plano de Urbanização de um Agrupamento de Casas Económicas em Vila Nova de Gaia," Rogério de Azevedo, 1958. SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGEMN CE-1276.

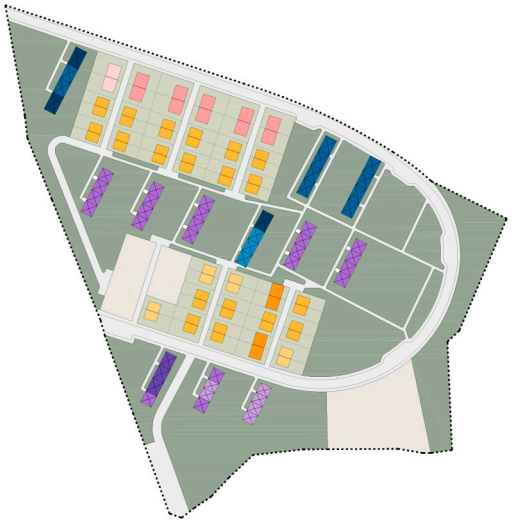

Fig. 47. BCE Vila Nova de Gaia (João Andresen [Plano], 1958-66).Planta de Conjunto com identificação das Classes de Fogos construídas. Escala 1:5000.

O plano executado do **BCE Vila Nova de Gaia**, que tudo leva a crer será também de João Andresen, divide a área de intervenção em quatro faixas paralelas, uma com blocos de habitação plurifamiliar nos limites e habitações geminadas no núcleo, duas apenas com blocos plurifamiliares e uma apenas com habitações geminadas. Uma grelha viária mais rígida torna os espaços públicos resultantes desta ocupação menos variados que os do Viso, que, mais do que criar um "logradouro único," cria alargamentos viários entre blocos de habitação plurifamiliar.

Em paralelo com esta transformação no PCE são lançados os dois grandes planos de construção de habitação que marcarão a década seguinte no Porto, com o Plano de Melhoramentos, regulado pelo Decreto-Lei nº40.616, de 28 de maio de 1956 (não será coincidência nessa data celebrarem-se os quarenta anos do golpe de estado), e em Lisboa, com o Plano de Construção de Novas Habitações, regulado pelo Decreto-Lei nº42.454, de 18 de agosto de 1959.

Depois de Alvalade abrir horizontes e de as FCP-HE generalizarem o recurso à habitação plurifamiliar ao longo da década de 1950, e por ação do Ministro Arantes e Oliveira, o fornecimento de habitação em contexto urbano com o apoio do estado multiplica a sua expressão em conjuntos de grande escala — pelo menos, para a realidade de cada contexto; se no Porto, embora numa ação concertada, se manteve uma postura de distribuição de novos conjuntos por localizações periféricas,

já em Lisboa o planeamento atinge um novo patamar de evolução com a perspetiva *celular* dos Olivais, associando iniciativas habitacionais de diferentes financiamentos e com diferentes objetivos (sociais e de mercado livre) a equipamentos e serviços complementares da habitação.

João Pedro Silva Nunes descreve o Decreto-Lei nº42.454 como "representando a renovação da convergência pública de organismos do Estado e do Município de Lisboa na definição de um sistema de relações financeiras, técnicas e administrativas que viesse a suportar a edificação de habitações de renda económica"[518] e identifica três condições criadas pelo decreto para intervenção na cidade: obtenção de terrenos através de expropriação por urgência; disponibilização de montantes financeiros; e criação de uma estrutura de planificação e estudo, concretizada na criação do Gabinete Técnico da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa, que ficaria responsável pela seleção dos terrenos e desenvolvimento dos planos e projetos. Embora João Pedro Silva Nunes isole o referido decreto como o estabelecimento pelo governo de "regras do programa urbanístico e social" e definição de "um sistema de acção na cidade," este Plano de Construção de Novas Habitações reflete, cremos, uma evolução da organização técnica estatal que foi ensaiada desde 1933 nos serviços de Casas Económicas da DGEMN e, principalmente, nos serviços das Habitações Económicas da Federação das Caixas de Previdência, organização essa que se foi densificando e tornando cada vez mais *profissional* à medida que o contacto com outras realidades e o conhecimento de outras gestões de políticas de habitação foram crescendo. Esta evolução continuou com o GTH que foi, por sua vez, também laboratório de ensaio para uma gestão centralizada de todos os aspetos da política habitacional que originaria o FFH.

Ana Tostões nota como para o plano dos Olivais Sul [MdH DB a193], "foi criada (...) uma estrutura celular hierarquizada que desenvolve a tradição das cidade-jardim e se afasta do modelo racionalista definido no âmbito dos CIAM e da Carta de Atenas," embora essa atualização não se reflita tanto na organização dos fogos, particularmente nos destinados a famílias com maiores rendimentos; embora abandonando alguns elementos mais *classistas*, como a separação da zona de serviço

518. João Pedro Silva Nunes, À Escala Humana: Planeamento Urbano e Arquitectura de Habitação em Olivais Sul. Lisboa, 1959-1969 (Câmara Municipal de Lisboa, 2007), 45.

da zona familiar, "continuam muito comprometidos com uma lógica de compartimentação do espaço."[519] Uma visão que encontraremos também na ação do PCE.

No plano do GTH para Olivais Sul foi integrado outro bairro do PCE onde são aplicados os projetos-tipo de Luís Fernandes Pinto, o **BCE Olivais Sul**[520] [B60]. A construção do **BCE Olivais Sul**, a partir de plano de Pedro Falcão e Cunha,[521] iniciou-se em 1960. Tal como em Olivais Norte, também aqui as Casas Económicas são remetidas para os limites do conjunto, no caso os limites poente e sul da célula B e limite sul das células D e E, representando, mais uma vez, os elementos de transição entre o plano e a envolvente. Neste caso, há uma alternância entre zonas de blocos plurifamiliares e zonas de moradias unifamiliares geminadas, com configurações mais variadas do que noutros exemplos da época; ainda assim, as áreas de habitações geminadas são relativamente convencionais, a espaços mimetizando a mesma relação difícil entre traseiras de lotes privados e as áreas comuns exteriores do plano que se nota em Olivais Norte.

Nas zonas de blocos plurifamiliares, os espaços entre blocos ganham alguma expressão, até pelo projeto de paisagismo da responsabilidade de Gonçalo Ribeiro Telles que garante, particularmente nas áreas onde a distribuição dos blocos configura praças de maior dimensão, uma qualificação de desenho que foi pouco frequente no programa; frequentemente, os espaços exteriores partilhados deste período, embora refletindo uma visão moderna de cidade, não tinham intervenção ou tinham intervenção reduzida, resultando em espaços pouco qualificados que acabavam por ser ocupados por áreas de estacionamento mais ou menos informal à medida que a utilização do automóvel se generalizou. É o caso do **BCE Entroncamento II**[522] (Fig. 48) [B58] e do **BCE Rossio ao Sul do Tejo**[523] [B59].

Um segundo bairro em Faro foi edificado em meados da década de 1960, sem que se tenha encontrado informação sobre o mesmo; segundo indicação do IHRU, esse **BCE Faro II**[524] [B62] corresponderá a um conjunto de três edifícios de habitação plurifamiliar situados na

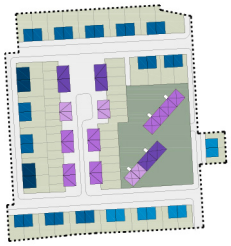

Fig. 48. BCE Entroncamento II (João Oliveira, 1958-62). Planta de Conjunto com identificação das Classes de Fogos construídas. Escala 1:5000.

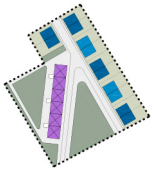

Fig. 49. BCE Rossio ao Sul do Tejo (João Oliveira, 1964). Planta de Conjunto com identificação das Classes de Fogos construídas. Escala 1:5000.

519. Ana Tostões, *Lisboa Moderna* (Lisboa: Docomomo International e Circo de Ideias, 2021), 80-81.

520. "Construção do Agrupamento de Casas Económicas de Olivais Sul," SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGEMN CE-0308.

521. Pedro Falcão e Cunha, autor do Plano de Olivais Sul no GTH, foi contratado pela DGEMN em dezembro de 1959 para a "elaboração do estudo do plano de urbanização do Agrupamento de Casas Económicas de Olivais-Sul." Pasta "Olivais Sul," AHIHRU, Forte de Sacavém. Cota CE-0324.

522. "Bairro no Entroncamento," AHIHRU — Textual, Forte de Sacavém, pasta 5239.

523. "AgrupamentodeCasasEconómicas de Rossio ao Sul do Tejo," SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGEMN:DSC/SCCE CE-0223.

524. "Grupo de casas de renda económica a construir em Faro," SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGSU:GEH CE-0973.

Avenida 5 de Outubro, junto à praça fronteira ao Liceu João de Deus. Esse conjunto coincide com o número de fogos distribuídos pelo INTP, segundo o boletim; no entanto, os desenhos, assinados por Jorge Albuquerque (1926-1992),[525] identificam o bairro como sendo de Casas de Renda Económica, estando prevista a construção de um conjunto idêntico no lado oposto da Avenida, que não foi realizado.

Dada a proximidade entre soluções, atribuímos a João Oliveira[526] um conjunto de bairros projetados entre o final da década de 50 e o final da década de 1960 pelos serviços das Casas Económicas; mais uma vez, nota-se que estamos aqui a associar diretamente a coordenação de projeto à autoria do projeto. Este conjunto representa uma interessante investigação no projeto de habitação plurifamiliar no contexto do PCE, denotando o trabalho de transformação de certos elementos — particularmente os acessos comuns — em instrumentos de qualificação formal do edifício, de resto na linha de algumas das soluções aplicadas nos projetos dos planos dos Olivais e do que já tínhamos notado no anteprojeto de João Andresen para o Viso. Esse trabalho reflete-se também numa interação entre a volumetria dos edifícios e a envolvente, de certa forma recusando, mais até do que Andresen, uma expressão direta do princípio moderno do bloco livre num espaço verde e criando jogos de planos recuados que relacionam os blocos entre si. Esta relação sugere mais uma atualização dos princípios e da imagem do conjunto de Alvalade do que propriamente dos projetos-referência dos Olivais — dir-se-ia até que, tal como referimos relativamente à especificidade do caso do **BCE Alvito** [B26], há uma reaproximação ao vocabulário mais tradicional de cidade, de rua e praça, do que um trabalho do edifício isolado.

A ação de João Oliveira nas Casas Económicas apresenta assim alguma originalidade no trabalho de uma variedade de *tipos* que associa às Classes de casas em causa. Trabalhando os temas da habitação unifamiliar geminada, da habitação plurifamiliar de acesso comum e da habitação plurifamiliar de acesso direto, os projetos de João Oliveira representam uma certa experimentação na variação de escalas e nos jogos de volumes, sem deixar de revelar alguma racionalidade no projeto doméstico de cada *tipo*. João Oliveira utiliza essas diferentes

525. Jorge Albuquerque, formado pela ESBAL em 1952, colaborou com as FCP-HE em Lisboa e Coimbra, para além de Faro.

526. Presumimos que este e João Alexandre de Oliveira, Arquiteto e Chefe de Divisão do FFH, com entrada na função pública no final da década de 1940, sejam a mesma pessoa. "Mapa de Pessoal Existente no Ex-FFH," "Listas de Pessoal do FFH," AHIHRU — Textual, Forte de Sacavém, pasta 5647.

escalas com alguma liberdade, aparentando a procura de uma maior ou menor *urbanidade* conforme o local de intervenção.

O **BCE Marinha Grande**[527] [B56], é o primeiro em que as peças desenhadas sugerem a intervenção de João Oliveira. É um bairro de dimensões reduzidas, em que a conjugação de volumes não é tão relevante como o princípio de base do projeto: é um bairro-protótipo, em que são experimentados três projetos-tipo em desenvolvimento no final da década de 1950, em habitação unifamiliar em banda (projeto-tipo de Miguel Pestana), habitação plurifamiliar de acesso comum (projeto-tipo de Luís Fernandes Pinto) e habitação plurifamiliar de acesso direto (projeto-tipo que atribuímos a João Oliveira). São 24 fogos de três quatros num projeto de caráter experimental, usado certamente como ensaio. A sul deste conjunto, é construído o **BCE Marinha Grande II**[528] [B66], novamente com projeto que atribuímos a João Oliveira e também com a mesma variedade de *tipos de acesso*, distribuídos conforme as Classes de casas, em duas vias integradas no conjunto urbano.

Na ampliação do Bairro de Almada, que designamos como **BCE Almada II** [B63], há uma lógica de preenchimento de áreas do plano de Rebelo de Andrade deixadas vagas, particularmente as áreas que ladeiam a praça fronteira à Igreja. João Oliveira aplica blocos de habitação plurifamiliar semelhantes aos que veremos no **BCE Oeiras** [B67], implantando-os num respeito claro pelas intenções originais do plano, quer pela definição de frentes de praça de escala superior ao restante conjunto (embora mantendo em exclusivo o uso habitacional), quer pelo afunilamento que marca o acesso ao bairro a sul.

O **BCE Estremoz**[529] [B65], que também atribuímos a João Oliveira, é integrado no conjunto de uma área de expansão da vila para norte do atual IP2 e estaria associado a um conjunto de programas coletivos, nomeadamente a Escola Técnica (hoje Escola Secundária Rainha Santa Isabel) e um edifício religioso, onde hoje se localiza a Junta de Freguesia de Santa Maria e Santo André. Este conjunto é simultaneamente um dos processos mais longos nos serviços das Casas Económicas, com

527. "[Construção do agrupamento de casas económicas da Marinha Grande]," SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGEMN:DSC CE-0474.

528. "Bairro na Marinha Grande," AHIHRU — Textual, Forte de Sacavém, pasta 5182.

529. "Agrupamento de Casas Económicas de Estremoz," SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGEMN:DSC CE-0870.

um primeiro estudo logo em 1935. No projeto que foi executado, João Oliveira recorre apenas à pequena escala, com habitação plurifamiliar de acesso direto em dois pisos sobrepostos para a Classe de casas mais baixa e habitação unifamiliar térrea para a Classe acima. A intervenção, com três vias paralelas de acesso às habitações, surge integrada na referida área de expansão sem que os seus limites sejam claros, fundindo-se com as vias restantes, numa lógica semelhante à do **BCE Marinha Grande II** [B66].

No **BCE Oeiras**[530] [B67] (Fig. 73) há uma divisão do bairro em duas zonas claras, de habitação plurifamiliar a poente e de habitações unifamiliares geminadas a nascente. Se na zona de habitações unifamiliares não há uma transformação relativamente ao que encontramos nos bairros do segundo tempo das Casas Económicas, com uma organização convencional de quarteirão rodeado por moradias sem variação de escala viária, na zona de habitação plurifamiliar encontramos alguma da experimentação espacial que referíamos. Apenas dois "blocos-tipo" são repetidos em diferentes posições, formando espaços intersticiais de caráter variado (Fig. 51).

530. "Construção do Agrupamento de Casas Económicas de Oeiras (Casal da Medrosa)," SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGEMN:DSC/SCCE CE-0169.

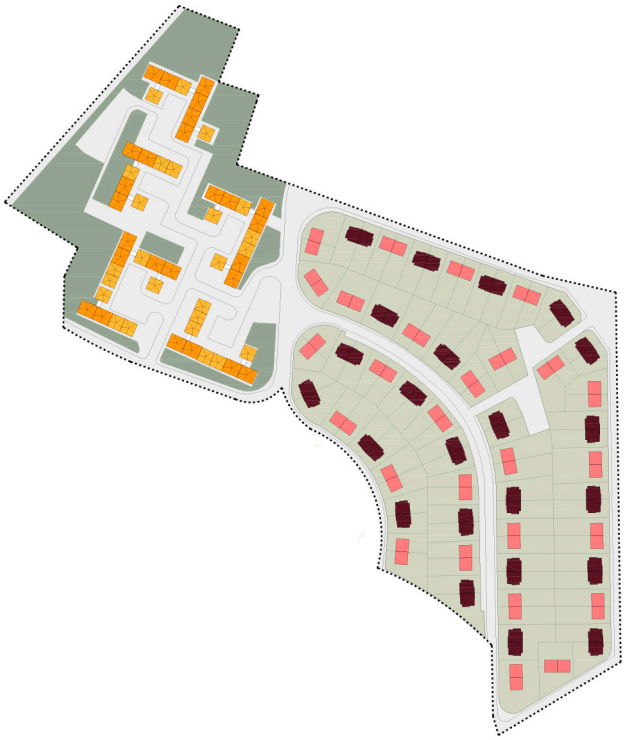

Fig. 50. BCE Oeiras (João Oliveira, 1967-70). Planta de Conjunto. Escala 1:5000

Fig. 51. BCE Oeiras (João Oliveira, 1967-70). Vista de espaço exterior partilhado entre blocos de habitação plurifamiliar. Fotografia de 2022.

A aplicação de um mesmo projeto-tipo em blocos posicionados em várias direções e justapostos de diversas formas cria um conjunto urbano particularmente dinâmico que forma pequenas bolsas de acesso aos blocos. Essas bolsas, denominadas "impasses" no projeto, remetem para as soluções do mesmo género aplicadas no Bairro de Alvalade. A utilização desses espaços como zona de estacionamento, aparentemente prevista desde o projeto inicial — tal como em Alvalade -, limita a arborização e reduz o potencial de qualificação dessas bolsas de acesso. Apesar da relativa simplicidade e repetição dos blocos, o posicionamento destes cria uma composição com alguma variação e com espaços resultantes mais claros, uma imagem de cidade mais percetível e que permite aos edifícios relacionarem-se entre si de forma equilibrada. A divisão em duas zonas, reforçada por uma via intermédia de alguma dimensão, transforma as duas zonas praticamente em dois conjuntos distintos com reduzido diálogo entre si, fugindo à relação entre escalas unifamiliar-plurifamiliar.

Em Alcobaça foi desenvolvido um Plano de Arranjo e Extensão (1945-1951) por Faria da Costa e um Anteplano de Urbanização (1956-59) por João Vaz Martins. Nenhum deles terá sido completamente aplicado.[531] A zona do **BCE Alcobaça**[532] [B68], projetada por João Oliveira, não estava prevista em nenhum dos planos, situando-se imediatamente

531. Elisabete Rodrigues e Horácio Bonifácio, "Expansão urbanística de Alcobaça (anos 50) : contributos para a modernidade," *Revista Arquitectura Lusíada*, nº 1 (2º semestre 2010).

532. "Alcobaça," AHIHRU — Textual, Forte de Sacavém, pasta 5123.

a norte do estádio municipal, cuja localização foi identificada no Anteplano de Vaz Martins. A distribuição é em encosta, virada a sul, concentrando os edifícios de habitação plurifamiliar de acesso comum, com os fogos de Classe mais baixa na cota mais baixa do bairro, embora com acesso a partir de norte. A nascente deste conjunto de habitação plurifamiliar situa-se um pequeno quarteirão das habitações de Classe mais alta, geminadas; é também rasgada uma nova rua para norte, perpendicular à direção das curvas de nível, que dá acesso às habitações de Classe intermédia, em habitação plurifamiliar de acesso direto. Embora o acesso à habitação plurifamiliar de acesso comum, por uma rua de cota elevada, indicie a preocupação de virar as habitações para sul, a distribuição das restantes é feita em relação com a rua, sem preocupações de orientação.

Regressamos ao parecer de 1959 da Câmara Corporativa citado acima, no ponto 2.1, em que se chega ao "conceito de *cidade nova,"* segundo a referência inglesa da *New Town*, notando que "a ideia não só é válida e útil para a implantação de aglomerados urbanos inteiramente novos, como também para os já existentes de volume populacional aquém ou além da dimensão óptima."[533] O parecer descreve depois em detalhe a ação do London City Council, com o estudo até 1958 de oito cidades-satélite a partir de aglomerados existentes, e nota a importância do pensamento à escala regional, cuja genealogia já notamos mas que neste período em específico ganha destaque com a divulgação das obras de Frederick James Osborn.[534] Este paladino das ideias de Ebenezer Howard teria outro destaque com o surgimento do movimento das *New Towns* no Reino Unido após a 2ª Guerra Mundial, particularmente após a publicação de *Green-Belt Cities* (1946). "The real value of the book (…) came with the very specific guidelines for what he called a 'national policy for dispersal,'"[535] um plano para relocalizar cerca de cinco milhões de pessoas em novas cidades a construir por todo o Reino Unido seguindo os princípios básicos da cidade-jardim — organização cooperativa, limitação da população, e criação de um anel verde envolvente que ordenasse a expansão de cada um desses conjuntos. Quase em simultâneo, o governo britânico criava o *New Towns Committee*, que desenvolveria o *New Towns Act*, ação legislativa publicada em agosto de 1946.[536]

533. "Parecer nº11/VII," in Actas da Câmara Corporativa nº51 (18 de abril de 1959): 627.

534. Frederick James Osborn (1885-1879) foi um dos principais difusores das ideias de Howard no período entre guerras. Ele próprio funcionário da Howard Cottage Society, na cidade-jardim de Letchworth, e depois morador e gestor na cidade-jardim de Welwyn viria a publicar diversos livros que atualizavam as ideias da obra original de Howard

535. Dennis Hardy, *From Garden Cities to New Towns: Campaigning for Town and Country Planning, 1889-1946* (London: Spon Press, 2011 [1991]), 277.

536. Dennis Hardy descreve a ação mais ou menos direta de Osborn na divulgação entre técnicos governamentais britânicos da ideia das *New Towns*, nomeadamente através do envio de documentação oficiosa – como um memorando intitulado "Creation of New Towns," submetido em 1944 e que serviria de base a *Green-Belt Cities*. Ibid., 279.

Apesar do lançamento de diversos projetos e da evolução de vários desses projetos até pontos avançados de desenvolvimento, da informação encontrada apenas foi possível identificar dois projetos iniciados pós-1965 cuja construção terminou, e que tenha sido iniciada antes da queda do regime. Em 1965, momento de transição fundamental na evolução do pensamento do problema da habitação no interior do regime, dá-se início à execução do Plano Intercalar de Fomento. É o primeiro Plano de Fomento em que a questão da habitação é abordada, um passo "dado na direcção conveniente," como notou Nuno Teotónio Pereira, com vista à integração completa do tema no Plano seguinte, o III Plano de Fomento, na forma de "um verdadeiro 'plano' habitacional"[537] e como também José António Bandeirinha, Tiago Castela, Rui Aristides e Joana Gouveia Alves assinalaram, com um foco na evolução da investigação e especialização técnicas na área da habitação: "Silva Pereira é publicado na então nova revista (...) *Análise Social"* e "Portas coordenava um núcleo de pesquisa no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC)."[538] Nuno Portas, paralelamente, participava numa discussão técnica a nível ministerial que antecipava os temas que, com a referida transição no pensamento governamental, passaram para o centro do debate político, anunciando uma evolução que passou pela criação do Fundo de Fomento da Habitação (FFH), e logo depois pelo Colóquio de Política de Habitação, evolução essa que transitaria para o período pós-revolucionário.

O **BCE Agualva-Cacém**[539] [B69] foi lançado em 1965, precisamente integrado nas realizações previstas pelo Plano Intercalar de Fomento. Com mais de 2000 fogos, seria, quando concluído, o maior bairro de Casas Económicas do país, o que desmonta a ideia de um esvaziamento do Programa após o período áureo do regime. Aliás, mesmo após a transição para o FFH da gestão do PCE continuaram a existir intenções de construir bairros de Casas Económicas e foram lançadas novas iniciativas, com diferentes desfechos. Várias foram absorvidas por definições mais genéricas dentro da nova entidade, particularmente o que se viria a designar como "Promoção Direta," englobando diversas fontes de financiamento e diversos públicos-alvo.

537. "A Política de Habitação nos Planos de Fomento," in Pereira, *Escritos (1947-1996, selecção)*, 50.

538. Bandeirinha et al., "O Fundo de Fomento da Habitação de 1969 a 1982: Ordenamento, alternativas e mercado."

539. "Bairro de Agualva-Cacém - Diversos Assuntos," AHIHRU — Textual, Forte de Sacavém, Depósito 19, pasta 49.

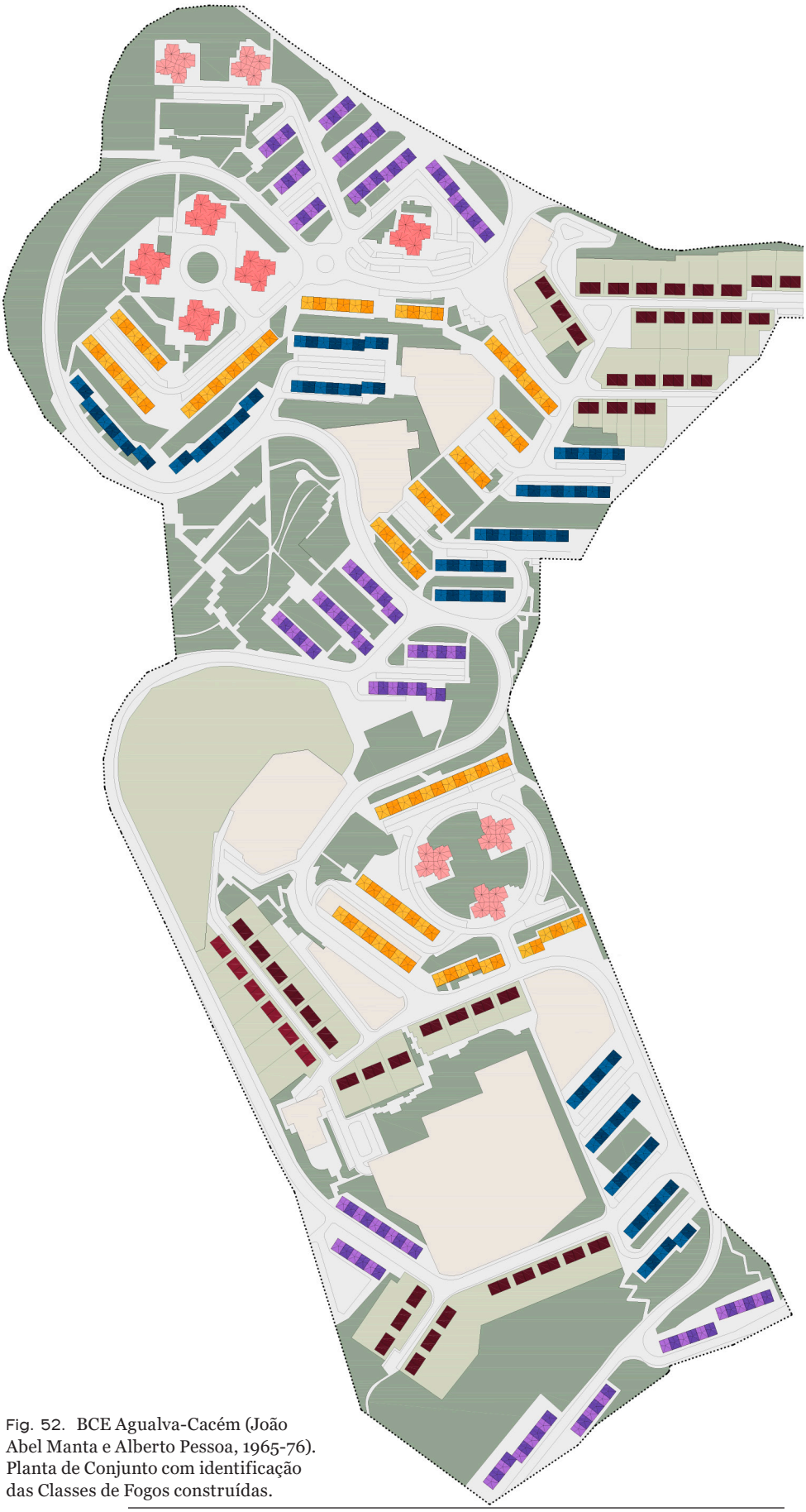

Fig. 52. BCE Agualva-Cacém (João Abel Manta e Alberto Pessoa, 1965-76). Planta de Conjunto com identificação das Classes de Fogos construídas.

A extinção do Fundo das Casas Económicas em 1972 e o relativo desinteresse pela solução de propriedade resolúvel no período pós-1974 (com a exceção talvez da ação da Comissão para o Alojamento de Refugiados que recorreu a um sistema semelhante de propriedade[540]) faz com que muitas iniciativas das quais sabemos terem sido iniciados trabalhos não tenham sido concluídas; mais complexa ainda é a tarefa de identificar se bairros que são identificados como de Casas Económicas em documentos do FFH, particularmente no período logo após a transição do Programa para o Fundo, o são efetivamente ou se não se trata, simplesmente, da utilização, como tantas vezes encontramos, do termo abrangente de "casa económica" para descrever iniciativas de origem diversa. Foram iniciados trabalhos, e em diversos casos os projetos chegaram a pontos bastante adiantados: o BCE Carnaxide, o BCE Bragança II, e o BCE Matosinhos[541] são referidos na documentação consultada como tendo trabalhos de urbanização iniciados, mas não parecem ter tido seguimento. No caso do BCE Bragança II, sabemos que na mesma localização foi construído um bairro do Programa CAR.

Regressando ao **BCE Agualva-Cacém** (Fig. 52)**,** os mesmos autores que assinalaram a evolução na discussão técnica da habitação notam como ali se lançava um protótipo de uma abordagem distinta, um "formato de plano integrado," a *nova escala* de pensamento do projeto urbano e habitacional, assumindo uma escala regional que associava "a habitação ao planeamento urbano (...) criando dinâmicas económicas de grande escala."[542] A novidade, que o não era mas que só agora era atingida, era o pensamento à escala macro, que se testara nos Olivais (tanto no trabalho do GTH como nas experiências mais ingénuas de Paulino Montez e Luís Benavente), e de certa maneira também em Alvalade. A diferença estava, afinal, no abandono da abordagem *científica*, ou talvez *racionalista,* que mecanizava o fornecimento de habitação (a resposta matemática de tantos fogos em tanta área para tantos habitantes) para uma abordagem *social* que ultrapassava o conceito da habitação enquanto necessidade básica a ser respondida e lhe associava já não só os equipamentos básicos da unidade de vizinhança — que via, no fundo, a cidade como uma máquina de habitar com uma *check-list*, um *existenzminimum* à escala urbana; a

540. Bandeirinha et al., "O Fundo de Fomento da Habitação de 1969 a 1982: Ordenamento, alternativas e mercado," 270.

541. Segundo levantamentos elaborados pelo FFH em 1969, por altura da transição dos serviços das Casas Económicas da DGEMN para aquela entidade.

542. Bandeirinha et al., "O Fundo de Fomento da Habitação de 1969 a 1982: Ordenamento, alternativas e mercado," 251.

escala da habitação era ou queria ser, agora, e finalmente, comunitária. Agualva-Cacém era uma "pequena cidade de 10.000 pessoas, com 2.090 fogos, escolas, comércio, escritórios, cinema, mercado, centro cultural, espaços verdes e uma rede de transportes eficaz"; em suma, "um compromisso entre a planta livre de áreas verdes contínuas e o esquema de rua e praça, numa composição propícia à criação de relações urbanas próximas das observadas na cidade tradicional."[543] Uma rua principal, a meia encosta, adaptada à topografia do terreno, ordenava todo o conjunto, numa sequência de zonas de escala variada, como já se testava no Programa desde o final da década de 1950, com altos e baixos. João Abel Manta (1928) e Alberto Pessoa (1919-1985), autores do plano com o engenheiro Tito Tavares e o arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles, juntam ao jogo de blocos e moradias uma nova escala, a da "torre," termo utilizado aqui com alguma liberdade já que se refere a edifícios com nove ou dez pisos.

Partindo da lógica utilizada até então, que mantêm, do bloco plurifamiliar para rendimentos mais baixos e da moradia geminada para rendimentos mais altos, os autores do plano invertem a relação rendimento-densidade, concentrando nas torres classes de rendimento relativamente alto. Também a distribuição é equitativa, com moradias, blocos e "torres" tanto em cotas mais elevadas como em cotas mais baixas, próximos da linha de comboio a sudoeste.

Fernando Correia Simões foi contratado para desenvolver o projeto de urbanização do **BCE Caldas da Rainha**[544] [B70] (Fig. 53) em 1968, não sendo claro se o projeto executado teve esse mesmo autor. A transferência da gestão do PCE para o Fundo de Fomento da Habitação em 1969 alterou a lógica de desenvolvimento do plano, passando, aparentemente, a ser aplicado um projeto-tipo desenvolvido internamente no FFH. O bairro construído organiza-se ao longo praticamente de uma só rua-impasse aproximando as moradias unifamiliares geminadas de classes mais altas do acesso ao bairro e da Estrada Nacional 8. O conjunto do bairro é organizado em "socalcos," distribuindo os blocos de habitação plurifamiliar por cotas progressivamente mais altas.

543. Ibid., 252.

544. "Casas Económicas construídas com capitais da Previdência- Decreto-Lei nº 40.246. Bairro das Caldas da Rainha," SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGPHE CE-1282.

Os espaços exteriores apresentam tratamento mínimo, aparentando uma intenção de definir um filtro entre a zona de moradias geminadas, mais próxima da Estrada Nacional, e a zona de habitação plurifamiliar. Ainda assim, nessa lógica, aproximam-se mais de um equilíbrio entre densidade construtiva e espaço verde próximo das ideias do Movimento Moderno mais ortodoxo (Fig. 54).

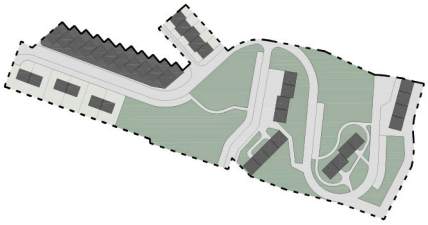

Fig. 53. BCE Caldas da Rainha (1967-75). Planta de Conjunto. Escala 1:5000.

Fig. 54. BCE Caldas da Rainha (1967-75). Vista dos espaços exteriores partilhados. Fotografia de 2018.

2.7. A HABITAÇÃO E A CIDADE NO CENTRO DO DEBATE TÉCNICO

> *"Las propuestas de la arquitectura moderna son vistas como pura negación o simple rechazo de las formas históricas de construcción de la ciudad. Nosotros, a través del estudio atento de las formas de la residencia que la cultura moderna ha ido desarollando, trataremos, en cambio, de mostrar que la idea de ciudad que en ellas está implícita, no parte de una "tabula rasa" conceptual com respecto a la tradición urbana, sino que, por ele contrario, define una tupida red de anexos, a veces sutiles, a menudo firmes y patentes, que la vinculan com la cultura histórica de la ciudad."*[545]

A produção do PCE, no que se refere ao projeto urbano, enquadra-se num esforço de ultrapassagem das "maleitas" da cidade industrial, seguindo a lógica proposta por Ebenezer Howard de elevar "a principio de urbanización la idea de recuperar la casa unifamiliar como elemento base para la extensión de la ciudad moderna,"[546] como indicava Martí Arís.

Fomos notando, ao longo do desenvolvimento do PCE, uma atenção a uma determinada linha de pensamento da cidade, inicialmente paralela à *Cité Radieuse*, partindo da baixa densidade. O contacto com a realidade internacional é constante, e é notório um esforço de participação, desde a primeira hora, nos centros de debate especializado, não necessariamente *arquitetónicos,* definitivamente não exclusivos à *vanguarda*, mas suportados por uma rede de técnicos de instituições locais e centrais que um pouco por todo o mundo se debatiam com os mesmos problemas e com as mesmas alternativas de resposta. É uma linha de investigação *institucional*, presa por grandes e pequenos poderes, e grandes e pequenos interesses políticos e financeiros, que levou à prática e ao terreno a execução das diferentes formas de abordar o problema.

Por oposição a esta visão claramente informada dos técnicos portugueses, e porque estamos, como vimos, a falar de abordagens *híbridas*, há que notar *o que falta*, os serviços complementares à habitação, praticamente ausentes do planeamento dos bairros do PCE. Fomos deixando a indicação onde eles existiam ou, pelo menos,

545. Arís, *Las Formas de la Residencia en la Ciudad Moderna*, 13.

546. Ibid., 20.

estavam previstos, mas os exemplos são raros. O **BCE Jardim** [B12], de Rogério de Azevedo, é um *outlier* no tipo e variedade de programas comunitários; o **BCE Alvito** [B26] estruturava-se à volta de um equipamento comunitário, na teoria do plano de Paulino Montez. Não será coincidência que estes dois bairros tenham sido desenvolvidos externamente ao Programa, e que no BCE Jardim não se tenha construído nenhum dos equipamentos previstos e no Alvito o Centro Social se tenha transformado em escola. O **BCE Olhão** [B9] tinha prevista uma área de lazer, também não executada. A escola é, de resto, o tipo dominante de edifício associado aos bairros.

Outro dos equipamentos que surge associado a bairros do PCE,[547] embora já nas décadas de 1950 e 1960, é o Centro de Recreio Popular; não se trata, então, de um equipamento associado ao projeto do bairro, mas sim justaposto a este, aproveitando alguma disponibilidade de terrenos, de localização variável - no caso do **BCE Caselas** [B30], a localização do Centro de Recreio Popular aproveita a localização prevista para duas escolas situadas em posição simétrica relativamente a uma via de circulação, tendo-se unido os dois terrenos para criar a área disponível para o CRP. Por oposição aos programas mais comuns dos conjuntos de habitação programada — a igreja e a escola — representações culturais de sistemas estabilizados e anteriores ao regime (ainda que a função da *educação* se tenha aproximado da *religião* no regime salazarista, por oposição à visão mais laica do regime republicano), os Centros de Recreio Popular são uma representação tardia do regime corporativo no contexto urbano. Ligados à Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) — mais um caso de influência clara dos regimes autoritários italiano, que em 1925 criou a Opera Nazionale Dopolavoro, e alemão, que em 1933 criou a Kraft durch Freude — os Centros de Recreio Popular procuravam organizar, regular e controlar as atividades em horário pós-laboral das comunidades periurbanas, tal como as Casas do Povo procuraram funções semelhantes para as populações rurais.

Como notam Luís Reis Torgal e Amadeu Carvalho Homem, "por esta via pretendeu-se incrementar, não apenas a prática desportiva, mas também o espectáculo recreativo e a preocupação cultural, esta

547. Por exemplo, nos BCE Encarnação [B28] e BCE Caselas [B30], em Lisboa, e no BCE Calhabé [B38], em Coimbra.

última patente nos incentivos dados à organização de bibliotecas que se ativessem à linha dos valores ideológicos salazaristas"[548] Não se trata, portanto, de um *complemento da habitação* no sentido de qualificar a vida comunitária, mas antes um instrumento adicional de controlo social de inspiração corporativa e de educação de adultos para a causa nacional, associando-os a atividades culturais, desportivas e recreativas com garantia de controlo por parte do regime.

A qualificação da vida comunitária, comum às várias correntes de desenho urbano que foram contaminando o PCE, não foi uma questão valorizada pelo regime salazarista, nem nos programas complementares, nem nos próprios espaços exteriores, frequentemente reduzidos a um caráter cénico. A questão fundamental que preocupou o regime na oposição cidade-jardim-cidade-radiosa, e que os CIAM já haviam discutido no final da década de 1930, são as questões da *altura* da construção e da variação na densidade populacional resultante da opção por soluções uni ou plurifamiliares, que os parcos discursos ideológicos do regime reduziram à oposição entre o *lar familiar* e a *colmeia*.

O valor de referência tradicionalmente associado à proposta de Ebenezer Howard é de cerca de 30 fogos por hectare; Raymond Unwin, no seu desenvolvimento das teorias de Howard, chega a um valor ligeiramente superior, de 38 fogos por hectare. Da análise que realizámos, percetível

548. Luís Reis Torgal e Amadeu de Carvalho Homem, "Ideologia salazarista e «cultura popular» — análise da biblioteca de uma casa do povo," *Análise Social* XVIII, nº 72-73-74 (1982).

nos gráficos das fichas da base de dados de bairros construídos que anexamos a esta Tese, concluímos que na maioria dos Bairros de Casas Económicas identificados a densidade aproxima-se destes valores de referência de Unwin, entre os 35 e os 40 fogos por hectare. Importa analisar as exceções.

O **BCE Viana do Castelo** [B12], com projeto de Rogério de Azevedo, tem uma densidade de 24 fogos por hectare. Tendo sido desenvolvido antes do arranque oficial do programa, apresenta, como vimos, um conjunto de programas complementares da habitação (que não foram construídos) que ajuda a explicar a densidade habitacional mais baixa da proposta. O **BCE Costa Cabral** [B23] (26 fogos por hectare) e o **BCE Marechal Gomes da Costa** [B35] (19 fogos por hectare), ambos projetados por Manuel Fernandes de Sá, com espaço para equipamento escolar no primeiro caso e uma praça com alguma presença no plano no segundo caso, caracterizam-se por uma dimensão média de lote superior à maioria dos conjuntos de Casas Económicas, com um maior distanciamento entre construções. Curiosamente, o mesmo autor projeta no **BCE Covilhã II** [B34] um conjunto mais denso, com 48 fogos por hectare.

A partir do momento em que o projeto considera a habitação plurifamiliar, as densidades, naturalmente, aumentam, mas, curiosamente nem sempre. O **BCE Alvito** [B26], o primeiro em que há utilização de edifícios plurifamiliares, chega a um valor de 51 fogos por hectare. No **BCE Entroncamento II** [B58], o valor é de 54 fogos por hectare. No **BCE Olivais Sul** [B60], em que há uma utilização proporcionalmente maior da habitação coletiva, o valor volta a baixar para os 37 fogos por hectare, devido às grandes áreas exteriores partilhadas. O **BCE Viso** [B61], também predominantemente de habitação plurifamiliar, apresenta um valor de 53 fogos por hectare. Até mesmo em Agualva-Cacém, onde se aplicam soluções de habitação plurifamiliar em "torre," a densidade não ultrapassa os 51 fogos por hectare.

Como vemos, a densidade, por si, e as soluções de agregação de fogos que lhe estão associadas, não é indicador suficiente de uma maior ou menor área de intervenção necessária para a criação de habitação.

Classificar a abordagem unifamiliar das Casas Económicas como *extensiva*, considerando apenas a proporção fogos/área, é claramente redutor. Mais pertinente seria, certamente, cruzar esta informação com uma análise que não nos é possível fazer, da evolução do custo médio por fogo ao longo do programa, já que às soluções plurifamiliares está, também, associada a redução das infraestruturas associadas. Tal estudo representaria uma avaliação mais completa da oposição entre soluções uni e plurifamiliares e do investimento necessário em cada uma das visões de cidade — sem esquecer, naturalmente, que a lógica subjacente à solução intensiva da habitação plurifamiliar era a da libertação de áreas exteriores partilhadas; como sabemos, tal teve níveis de concretização variados, sendo frequentes os casos de espaços exteriores em bairros do PCE que, pela situação secundarizada em relação às vias e aos acessos aos edifícios, se tornaram espaços sobrantes e menos qualificados.

O nosso principal objetivo nesta parte da Tese era a integração do pensamento urbano do Programa das Casas Económicas no seu contexto, procurando compreender se ali encontrávamos a imposição de uma visão específica, e retrógrada, de sociedade, tradicionalmente associada ao Programa. A visão talvez *ruralizante,* talvez híbrida, na linha de Tessenow, que Lino ajuda a desenvolver nos primeiros anos do Programa é, em vários momentos, informada, seletiva e crítica; a transformação do Programa no final da década de 1950 integra-se no seu contexto temporal, de formação do GTH e desenvolvimento dos planos dos Olivais, particularmente Olivais Norte, mais de *edifício no parque* do que de *células*; a experiência de Agualva-Cacém antecipa um pensamento à escala regional que marcará o final do regime, com os Planos Integrados do FFH que se prolongarão para o período pós-revolucionário e mais além.

Partiremos de novo desse tempo final do regime para percorrer, até 1933, os projetos-tipo aplicados em bairros de Casas Económicas, procurando o mesmo exercício de integração do Programa no conhecido contexto de entre guerras e do pós-2ª guerra mundial de profundo debate das soluções habitacionais, particularmente as de interesse social.

3. CASA

3.1. NOVAS FORMAS DE PENSAR A CASA

O Bairro de Agualva-Cacém, o maior bairro de Casas Económicas construído (em número de fogos), é simbólico do esforço técnico de, sem pôr em causa o princípio fundamental de *garantir a propriedade individual da casa*, adaptar as realizações a uma realidade política e social que sofrera, desde o início do regime, profundas transformações. O Bairro acompanhou, de resto, as duas transições mais marcantes na política habitacional: transitou em 1969 dos serviços da DGEMN para o recém-criado FFH, e, ainda em construção, foi ocupado informalmente em 1974, após a revolução de 25 de Abril, marcando o início de um longo processo judicial e político.[549] A distribuição de habitações no Bairro só foi concluída em 1976, quando o Programa das Casas Económicas já perdera o seu papel; a integração deste Bairro em novos, ou pelo menos reformulados, sistemas de distribuição de habitação apoiada pelo Estado, reforça o caráter de transição desta iniciativa, de dimensão assinalável — tão assinalável, que quando em 2001 a freguesia de Agualva-Cacém foi dividida em quatro, o conjunto do antigo Bairro passou a constituir a freguesia de Mira-Sintra.

Nuno Portas é uma figura central nestas transformações da política habitacional do estado, herdando após a revolução de 1974 o cargo de Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo[550] de José Luís Nogueira de Brito (1938) e rapidamente pondo em prática várias das ideias que vinha trabalhando e defendendo desde os seus tempos no LNEC. A ação de Nuno Portas na evolução do discurso técnico relativo à habitação em Portugal é assinalável em três vetores indissociáveis: enquanto projetista, nomeadamente no caso das torres para Olivais Norte; enquanto teórico, quer pela investigação académica representada no seu trabalho de "Concurso de Obtenção de Diploma de Arquitecto" (CODA)[551] quer pela profusão de textos críticos que elevaram o discurso arquitetónico em Portugal a partir do final da década de 1950; e enquanto *especialista*, participando desde cedo numa rede, que de resto ajudou a montar, de reuniões e discussões técnicas, quer no

549. "Processo Geral de Ocupações Ilegais, Bairro Mira Sintra." AHIHRU, Forte de Sacavém, Pasta 6142.

550. Secretaria de Estado criada dentro do Ministério das Obras Públicas através do Decreto-Lei nº 283/72 - Diário do Governo nº 187/1972, Série I de 1972-08-11 e transferida para o recém-criado Ministério do Equipamento Social e do Ambiente no I Governo Provisório pós-25 de Abril. Nuno Portas manteve-se na Secretaria de Estado de 16-05-1974 até 26-03-1975, com uma participação ativa no lançamento das principais iniciativas de habitação pública da democracia.

551. Nuno Portas, "A Habitação Social: Proposta para a Metodologia da Sua Arquitectura" (Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto, Escola de Belas-Artes do Porto, 1959).

Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) quer nos esforços de integração portuguesa num contexto internacional de discussão técnica da questão e das respostas ao problema habitacional.

A propósito da criação do LNEC enquanto instituição focada na análise técnica (a exemplo da criação de outros laboratórios de estado, como o Building Research Board no Reino Unido, em 1921, e o Centre Scientifique et Technique du Bâtiment, em França, em 1947), o próprio Nuno Portas nota a necessidade desse território de análise. Essa "oportunidade de lançar com continuidade este tipo de 'observação crítica' — diferente da 'crítica arquitectónica', que visava outros tipos de observação e de finalidade — só chegaria no início da década de 1960, quando o LNEC (...) decidiu criar (...) um núcleo de investigadores — inicialmente, arquitectos e sociólogos."[552]

O trabalho de Nuno Portas contribuiu vivamente para uma evolução da discussão do tema da habitação, e em particular da responsabilidade do Estado no fornecimento da habitação, alargando essa discussão a novos temas e a novas disciplinas; simultaneamente, quando analisado a par do desenvolvimento das Casas Económicas, amplifica a limitação do questionamento da questão habitacional, em geral, e do projeto do espaço doméstico, em particular, dentro do Programa. Os exemplos do trabalho do gabinete de Nuno Teotónio Pereira, há que notar, representam relativa exceção no panorama da habitação programada em Portugal, tendencialmente menos focada na qualificação do espaço familiar e na experimentação espacial. A transição entre as décadas de 1960 e 1970 foi um contexto de nova transformação na produção de habitação, que já se revelava em diversos projetos de investimento público em habitação, incluindo no PCE. No caso do último bairro do Programa que foi possível identificar, o **BCE Caldas da Rainha** [B70], os projetos foram já trabalhados pelos serviços do FFH, perdendo-se a designação de classes e tipos que tinha orientado todos os projetos do Programa até àquele momento, sem que essa alteração tenha representado uma transformação profunda relativamente ao que tinha sido a evolução do Programa desde o final da década de 1950, ou seja, de aplicação em simultâneo de projetos-tipo de habitação unifamiliar e plurifamiliar no mesmo bairro.

552. Nuno Portas, "A Pesquisa Aplicada ao Habitat: o Papel do Laboratório Nacional de Engenharia Civil e não só," in *Habitação Para o Maior Número: Portugal os Anos de 1950-1980*, coord. Nuno Portas (Lisboa: Intituto da Habitação e Reabilitação Urbana e Câmara Municipal de Lisboa, 2013), 102.

No **BCE Caldas da Rainha** [B69], no entanto, os projetos-tipo utilizados, embora com nova designação, correspondem a um repescar de projetos desenvolvidos por João Oliveira (que passou dos serviços das Casas Económicas da DGEMN para o FFH) para outros bairros durante a década de 1960. Assim, o FFH mantém uma pesquisa de projetos-tipo a aplicar por todo o país, independentemente do local e, por vezes, mesmo do programa para o qual os projetos estavam a ser desenvolvidos,[553] seguindo um caminho contrário ao que tinha sido, por exemplo, a evolução do trabalho das FCP-HE, no sentido do abandono do projeto-tipo para chegar ao "elemento funcional-tipo" e assim permitir uma intervenção específica para cada contexto e uma maior liberdade aos autores dos projetos.[554]

Não chega a existir, no PCE, uma inversão completa do modelo da casa unifamiliar, sempre presente no programa, mesmo que a partir de meados da década de 1950 a questão do recurso à habitação plurifamiliar se tenha colocado de forma inevitável como alternativa de menor custo unitário por comparação com a solução de habitação unifamiliar geminada. Não foi, no entanto, uma decisão pacífica, e os últimos quinze anos do PCE são marcados por uma alternância de modelos, passando por três fases praticamente simultâneas: desenvolvimento de soluções de habitação plurifamiliar para as classes de casas de rendas mais baixas e habitação unifamiliar para classes de rendas mais altas (solução aplicada nos grandes conjuntos do BCE Olivais Sul [B60], em Lisboa, e BCE Viso [B61], no Porto, mas também nos BCE Entroncamento II [B58], BCE Vila Nova de Gaia [B64] e BCE Rossio ao Sul do Tejo [B59]); uma solução híbrida, com algumas classes de rendas mais altas em habitação plurifamiliar de standard mais elevado (sistema aplicado no BCE Agualva-Cacém [B70], mas que segundo elementos existentes no arquivo do ex-IGAPHE se testou para ampliação de bairros existentes, como o BCE Terras do Forno [B8], em Lisboa, e do BCE Viso);[555] e uma resposta de continuidade, em que se procurou uma solução de habitação mínima de baixo custo em sistema unifamiliar em banda, que se aplicou nos BCE São João da Madeira II [B55], BCE Marinha Grande [B56] e BCE Viana do Castelo II [B57], que identificamos como Projeto-tipo PT3A.

553. No caso das Casas Económicas, a utilização de projetos-tipo pré-existentes não parece ter as possíveis motivações identificadas por Eduardo Vilaça e Teresa Ferreira para esse aspeto do trabalho do FFH; parece representar apenas uma solução de continuidade resultante da permanência das equipas técnicas dos serviços da DGEMN. "Da análise feita aos bairros de promoção direta construídos pelo FFH observam-se várias utilizações de um mesmo projeto. Não havendo muita literatura sobre esta questão, verifica-se que o mesmo projeto é aplicado nas mais variadas zonas do País, levando-nos a crer que a sua utilização teria mais a ver com empreitadas adjudicadas à mesma entidade ou necessidades habitacionais específicas (utilização de determinadas Classes), não propriamente devido a características geográficas." Eduardo Vilaça e Teresa Ferreira, "Os anos de crescimento (1969-2002)," in *Habitação: Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal 1918-2018*, coord. Ricardo Agarez (Lisboa: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2018), 332.

554. Tavares, "Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência. Arquitectura e Modos de Actuação no Exercício do Projecto.."

555. "Viso — Proposta para Ampliação do Agrupamento," datado de fevereiro 1968. AHIHRU -Peça Desenhada, cota A-114. "Bº das Terras do Forno, Belém," AIHRU — Textual, Forte de Sacavém, pasta 5725.

Não é fácil, como indicamos, identificar os autores dos projetos da maioria das Classes de Casas Económicas, não existindo assinaturas em muitas das peças desenhadas guardadas no arquivo do ex-IGAPHE. Mesmo relativamente às assinadas, tratando-se de um serviço centralizado, falar em "autoria" não será tão correto como falar em "coordenação de projeto." Ainda assim, as referências encontradas à exiguidade da equipa das Casas Económicas dentro da DGEMN permitem pensar com algum grau de certeza de que, se os arquitetos identificados não são os autores originais dos projetos, serão no mínimo os responsáveis pelo desenvolvimento destes.

Assim, este capítulo da tese será organizado — para além da linha temporal invertida — por grupos *temáticos* de projetos-tipo, com o que consideramos ser preocupações e/ou abordagens próximas. Como referimos, definir autorias no caso das Casas Económicas não é tarefa dada a certezas. É o que acontece com alguns dos projetos-tipo mais *omnipresentes* do programa, como, por exemplo, o momento de abandono da solução de um só piso no final da década de 1930 e que corresponde a uma das imagens mais comummente associadas às Casas Económicas, e o primeiro projeto-tipo. Para lá chegarmos, seguiremos a ordem inversa da evolução dos projetos-tipo, começando com o último projeto-tipo identificado.

Foram seleccionados desenhos retirados das fichas de projetos-tipo anexas a esta tese, para acompanharem o texto e facilitar a leitura das descrições dos projetos. Para uma leitura dos conjuntos completos de plantas dos projetos-tipo identificados, poderão consultar-se as referidas fichas.

PROJETO-TIPO PT3E

Fig. 55. BCE Faro II (Jorge Albuquerque, 1966). Vista da fachada principal de um dos blocos de Classe B. Fotografia de 2018.

O projeto-tipo PT3E foi desenvolvido por Jorge Albuquerque para o **BCE Faro II** [B62], sendo um projeto-tipo de Casas de Renda Económica que se aplicou no PCE; não encontramos, no entanto, exemplo de outra aplicação do mesmo projeto. Sendo um projeto de Casa de Renda Económica em contexto urbano, como já referimos, tem assumidamente um público-alvo de classe média. Essa assunção tem reflexo em elementos de qualificação do desenho tipológico. É um projeto com uma só classe, com três quartos,[556] (Tipo B3 — 107 m²) com uma variante no piso térreo (Tipo B2 — 107 m²) em que um dos quartos é eliminado para criar o átrio de entrada comum no edifício.

A circulação interna é reduzida a dois espaços, o átrio de entrada e o átrio dos quartos. A sala, dividida em duas áreas, e um dos quartos, fazem uso da fachada principal a sul, com uma varanda a toda a extensão que garante o sombreamento dos espaços. A cozinha, um pequeno espaço de lavandaria, a instalação sanitária e dois quartos viram-se para norte, para um logradouro dividido em parcelas para uso individualizado por cada proprietário. A eliminação de circulações é garantida pela possibilidade de atravessamento de dois dos espaços: a área mais ampla

556. Não existe referência na documentação consultada à classe de fogos aplicada no BCE Faro II [B65]. Para efeitos estatísticos, consideramos os fogos como sendo da Classe B3, com uma Classe B2 na variante do piso térreo.

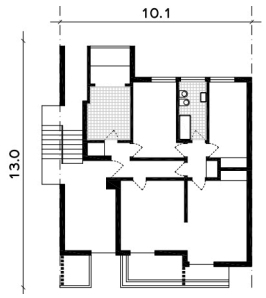

Fig. 56. Projeto-tipo PT3E. Planta de fogo de Classe B2. Escala 1 :400.

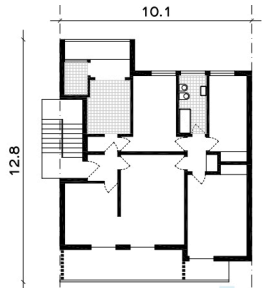

Fig. 57. Projeto-tipo PT3E. Planta de fogo de Classe B3. Escala 1 :400.

de sala e um dos quartos. Esta dupla abertura desse quarto atribui-lhe uma polivalência interessante, permitindo-lhe funcionar ou como quarto familiar ou como quarto de serviço/escritório, com relação mais direta com a entrada. A cozinha e a lavandaria estão ligadas a uma pequena varanda de serviço.

A referida polivalência de um dos quartos demonstra, de certa forma, alguma evolução na interpretação do espaço doméstico que não podemos deixar de associar à ligação ao Programa das Casas de Renda Económica, onde ao longo da década de 1960 se notou uma abordagem diferenciada no projeto habitacional. Essa abordagem foi limitada, cremos, à ação de um grupo restrito de autores pessoalmente dedicados a essa investigação. É um indício de uma ligação que nos parece notória nas Casas Económicas: seja por autocensura, seja por falta de um conhecimento aprofundado da questão, a evolução dos projetos-tipo e a consequente transformação no espaço doméstico parece ter estado sempre ligada mais às opções (e gosto) de cada autor do que a uma eventual intencionalidade demagógica imposta pelo regime.

PROJETO-TIPO PT3D

Fig. 58. BCE Agualva-Cacém (Alberto Pessoa e João Abel Manta, 1965-76). Vista de uma das torres de Classe C. Fotografia de Tiago Casanova para o Projecto Mapa da Habitação. [Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto & Tiago Casanova]

O edifício de tipo torre, único do género identificada no programa, é utilizado apenas no **BCE Agualva-Cacém** [B70], conjunto com projeto de Alberto Pessoa e João Abel Manta; um anteprojeto datado de 1967[557] confirma que são estes os autores do projeto-tipo que identificamos como PT3D na Base de Dados de Projetos-Tipo que faz parte dos anexos desta tese. A construção do Bairro foi adjudicada à ICESA, recorrendo a uma solução de prefabricação que aquele promotor/empreiteiro utilizou noutros conjuntos, o que resultou numa aproximação formal, pelo menos nos acabamentos exteriores, do conjunto de Santo António dos Cavaleiros (Reais Pinto e Ressano Garcia, Loures 1965-1968). É de notar essa utilização de uma solução construtiva pré-fabricada, no caso de Agualva-Cacém o sistema "Hochtief-Estiot," numa época em que o tema da pré-fabricação atinge nova dimensão. O conjunto de Santo António dos Cavaleiros foi, aliás, considerado por José Manuel Fernandes o "paradigma" dessas experiências de pré-fabricação pesada[558] — no caso de Santo António dos Cavaleiros, a própria distribuição dos blocos é determinada pela instalação das gruas, maximizando o aproveitamento do raio de ação do braço dos equipamentos, priorizando, radicalmente, a *obra* sobre o *contexto* no desenvolvimento do projeto.[559]

557. "Agrupamento de Casas Económicas de Agualva-Cacém - Anteprojectos das Habitações," AHIHRU — Textual, Forte de Sacavém, Depósito 19, pasta 50.

558. José Manuel Fernandes, coord., *Anos de Ruptura. Arquitectura Portuguesa nos Anos Sessenta* (Lisboa: Lisboa Capital Europeia da Cultura & Livros Horizonte, 1994).

559. Ana Patrícia da Silva Fernandes, "Habitação (Colectiva) Modular Pré-Fabricada: Considerações, Origens e Desenvolvimento" (Mestrado, Universidade de Coimbra, 2009).

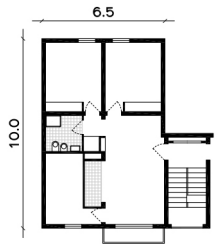

Fig. 59. Projeto-tipo PT3D. Planta de fogo de Classe "a"3. Escala 1 :400.

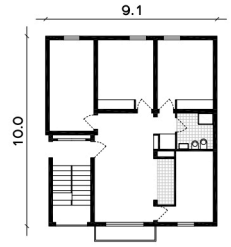

Fig. 60. Projeto-tipo PT3D. Planta de fogo de Classe "a"4. Escala 1 :400.

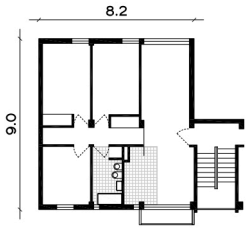

Fig. 61. Projeto-tipo PT3D. Planta de fogo de Classe A3. Escala 1 :400.

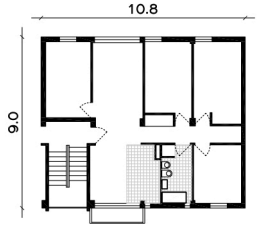

Fig. 62. Projeto-tipo PT3D. Planta de fogo de Classe A4. Escala 1 :400.

Os projetos-tipo destes bairros com intervenção da ICESA são, segundo o que foi possível apurar, diferentes. Nos desenhos do conjunto de Agualva-Cacém que foi possível consultar, existentes no Arquivo Municipal de Sintra, é possível identificar os projetos-tipo aplicados. Dessa análise, conclui-se que o conjunto de Agualva-Cacém parece ter mais valor pelo referido caráter de protótipo de *new town,* que abordamos na Parte 2, do que pelas soluções arquitetónicas, ainda que estas apresentem algumas soluções de organização e, particularmente, de racionalização do espaço doméstico que, embora estabeleçam uma continuidade em relação a projetos anteriores do Programa, revelam alguns elementos de cuidado de desenho e mesmo algumas inovações espaciais.

As Classes de habitação plurifamiliar mais convencionais, com rés-do-chão e quatro pisos, têm uma lógica semelhante de corredor longo que divide o fogo em duas partes, com frente com sala, cozinha tipo *kitchenette,* instalação sanitária e quarto, e traseiras com três (Classe "a"3 — 76 m²) ou quatro quartos (Classe "a"4 — 87 m²). A ligação direta entre os espaços de cozinha e de sala é, diríamos, o elemento mais inovador, no contexto do Programa, da proposta, sugerindo uma vivência familiar mais informal e menos hierarquizada do que é característico da maioria dos projetos de Casas Económicas. A memória descritiva do anteprojeto das habitações do **BCE Agualva-Cacém** [B70] valoriza ainda, nestas propostas de habitação plurifamiliar convencional, "a possibilidade de inversão da posição da escada (...) sem alterações na organização dos fogos nem na orientação dos compartimentos," uma variação que garantiria a melhor orientação solar — embora a distribuição do programa não permita identificar com clareza a orientação tida como mais favorável. Esta solução explica o posicionamento do quarto quarto nos Tipos 4, sempre em relação com a escada e com acesso a partir das salas comuns.

Nas Classes A e B a sala é dividida entre zona de estar e zona de refeições com cozinha em recanto, mas na Classe A o espaço de sala é contínuo, com duas frentes (Classe A3 — 81 m², Classe A4 — 93 m²). Os fogos de Classe B, também em blocos de rés-do-chão e quatro pisos, apresentam-se divididos em sistema de esquerdo/direito com um fogo

de três quartos (Classe B3 — 94 m²) e um de quatro quartos (Classe B4 — 107 m²) em cada piso. Com um sistema semelhante de corredor a eixo diretamente à frente da porta de entrada a garantir o acesso a todos os espaços, apenas a sala é completamente aberta para este espaço; de resto, a única característica distintiva desta Classe é o encerramento da sala de refeições, mantendo-se a solução de cozinha em recanto.

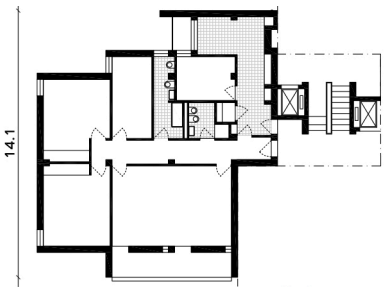

Fig. 63. Projeto-tipo PT3D. Planta de fogo de habitação plurifamiliar em torre de Classe C3. Escala 1 :400.

Os referidos edifícios tipo torre (Classe C3 — 160 m²; Classe C4 — 170 m²) apresentam quatro fogos idênticos por piso, cada dois partilhando um patamar de escada e por isso desfasados meio piso em altura; o aproveitamento do patamar configura uma solução de racionalização de espaços de circulação. As zonas de serviços e águas organizam-se à volta de um quarto de criada; a concentração de quatro fogos por piso obriga a sujeitar a configuração dos espaços à necessidade de os levar à fachada, resultando por isso em espaços de proporção alongada. Um corredor extenso marca o eixo do fogo, servindo a sala e terminando no acesso aos três quartos. O interesse da proposta de fogo está, então, mais nas áreas generosas — no contexto do programa — do que na configuração, relativamente direta na sua organização a partir de um corredor. Interessante também é esta situação de exceção de incluir Classes de classificação mais alta (no caso a C) num edifício de habitação plurifamiliar com 9 pisos, afastando-se assim completamente não só da suposta recusa da habitação plurifamiliar como também da solução que domina a década de 1960 do PCE de classes de rendas altas em habitação unifamiliar e classes de rendas mais baixas em habitação plurifamiliar.

A DGEMN realizou em 1963 um estudo económico de preparação do projeto, partindo da lógica habitual, naquele momento, das Casas Económicas, de Classes a, A e B em blocos de habitação plurifamiliar de quatro pisos e Classes C e D em moradias geminadas de dois pisos. No entanto, põe à consideração dos ministérios a hipótese de densificar mais a construção, subindo a altura dos blocos para cinco pisos.

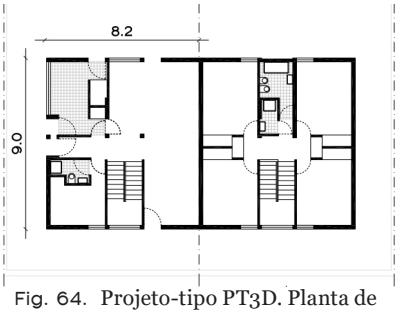

Fig. 64. Projeto-tipo PT3D. Planta de fogo de Classe D4. Escala 1 :400.

> *"Por se julgar da maior actualidade, somos tentados a fazer algumas considerações sôbre as vantagens de serem antes adoptados blocos habitacionais de 5 pisos, evidentemente sem acessos verticais mecânicos, dentro das disposições que o podem permitir (...) em vez de 200 blocos previstos, seriam construídos apenas 160, o que representa uma notável e importante redução no custo do Agrupamento."*[560]

Ainda assim, a classe mais alta, Classe D, continua a ser instalada em moradias unifamiliares geminadas de dois pisos (Fig. 65), mantendo a escala e a lógica que predominou no Programa a partir do final da década de 1930, sem alterações consideráveis na definição e organização do programa doméstico. A entrada é feita lateralmente, permitindo assim que o átrio de entrada se localize próximo do centro do fogo, um exercício de racionalização de circulações que encontraremos repetido em diversos projetos-tipo, particularmente naqueles em que o projeto doméstico se desmultiplica em mais espaços. O átrio de entrada dá acesso a cozinha, quarto com instalação sanitária e sala comum; a escada está posicionada entre a entrada e a sala. No piso superior são colocados três (Classe D3 — 134 m²) ou quatro quartos (Classe D4 — 147 m²), com dois espaços de instalação sanitária — uma completa e uma apenas com chuveiro e lavatório.

O **BCE Agualva-Cacém** [B70] representa o culminar de uma evolução de experimentação tipológica dentro do programa, construindo apenas fogos de Tipo 3 e Tipo 4 (na letra da lei destinadas a famílias com vários filhos) nas diversas Classes, efetivamente afunilando a oferta e tornando-a exclusivamente dependente do rendimento do agregado familiar e já não das características, como a dimensão ou o género dos filhos, deste. É uma racionalização da produção de Casas Económicas que se nota nos últimos bairros, abandonando a oferta de fogos de dois quartos. Antes, na década de 1940 e com a ação de João Vaz Martins, as Casas Económicas já tinham praticamente eliminado as classes de um só quarto. Sendo necessária uma análise que avaliasse os candidatos efetivos às Casas Económica, é possível que estas alterações sejam também um reflexo de uma priorização no Programa de famílias mais numerosas, ou, simultaneamente, um sinal de que a evolução do Programa reduziu a acessibilidade do mesmo, não

560. "Bairro de Agualva-Cacém - Diversos Assuntos," AHIHRU — Textual, Forte de Sacavém, Depósito 19, pasta 49.

estando, genericamente, dentro das possibilidades de famílias jovens ainda sem filhos que, na primeira fase do programa, tinham um Tipo de casa destinado.

Esta transformação na oferta das Casas Económicas revela também uma certa *cristalização* dos agregados-alvo; a redução a dois Tipos e a generalização de soluções de habitação plurifamiliar praticamente eliminam o caráter *evolutivo* de muitos dos projetos-tipo de Casas Económicas, pensados para serem ampliados e adaptados ao crescimento das famílias. Na fase final do programa, esta possibilidade estava reduzida, basicamente, às moradias unifamiliares, e mesmo aí de uma forma não tão evolutiva como *redutiva*: neste projeto-tipo PT3D, a diferença entre a Classe D3 e a Classe D4 é a eliminação de um quarto na primeira, deixando um *espaço de espera* para a possibilidade de ampliação, ou seja, o volume é deixado incompleto, na perspetiva de crescimento futuro. Esta solução é distinta da utilizada nas primeiras décadas do Programa, em que os volumes de ampliação eram justapostos ao volume *principal*, que é desenhado como completo por si; a solução do volume incompleto surge com o projeto-tipo PT3B, sendo que no intervalo entre esse e o projeto-tipo PT3D, aplicado em Agualva-Cacém, a ação de João Oliveira irá multiplicar as soluções tipológicas no PCE.

Fig. 66. BCE Agualva-Cacém (Alberto Pessoa e João Abel Manta, 1965-76). Vista de edifícios de habitação plurifamiliar de Classe "a." Fotografia de Tiago Casanova em 2019 para o Projecto Mapa da Habitação. [Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto & Tiago Casanova]
[nota: a posição da escada está invertida em relação às plantas apresentadas]

Fig. 65. BCE Agualva-Cacém (Alberto Pessoa e João Abel Manta, 1965-76). Vista de moradias geminadas de Classe D. Fotografia de Tiago Casanova em 2019 para o Projecto Mapa da Habitação. [Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto & Tiago Casanova]

3.2. JOÃO OLIVEIRA E A HABITAÇÃO NOS ANOS DE 1960

A década de 1960 do PCE é marcada pela diversificação da oferta tipológica nos conjuntos projetados, com uma recorrente associação da habitação plurifamiliar à sempre presente habitação unifamiliar, com alguns exemplos que, embora com algum cuidado de desenho, aparentam estar distantes das preocupações notadas noutros projetos de habitação programada, particularmente os resultantes da ação do atelier de Nuno Teotónio Pereira. Esse era o centro nevrálgico da discussão do projeto de espaço doméstico em Portugal com o próprio Teotónio Pereira, Nuno Portas, Pedro Vieira de Almeida, e Bartolomeu Costa Cabral, entre outros, e marcou o projeto e o discurso arquitetónicos da década e da transição para o período democrático.

PROJETO-TIPO PT3C

Fig. 67. BCE Caldas da Rainha (João Oliveira, 1967-75). Moradias em banda de Classe B3 . Fotografia de 2018.

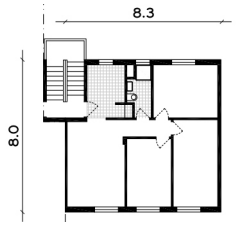

Fig. 68. Projeto-tipo PT3C. Planta de fogo em habitação plurifamiliar de acesso direto, de Classe A3. Escala 1:400

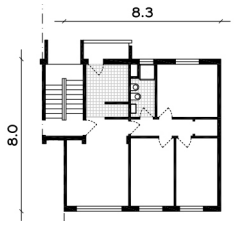

Fig. 69. Projeto-tipo PT3C. Planta de fogo em habitação plurifamiliar de acesso direto, de Classe A4. Escala 1:400.

Sob esta mesma designação agrupamos um conjunto de projetos que atribuímos a João Oliveira e que apresentam algumas preocupações, e aspetos formais, comuns, embora representem uma experimentação ao nível dos acessos que conjuga todas as soluções testadas até este momento no programa. Dividimos, por isso, as respetivas fichas da base de dados de projetos-tipo por tipos de acesso: habitação plurifamiliar de acesso comum, habitação plurifamiliar de acesso direto (sistema, até então só usado no **BCE Alvito** [B26]), habitação unifamiliar em banda e habitação unifamiliar geminada.

Os projetos de habitação em blocos plurifamiliares apresentam soluções relativamente convencionais. Na Classe A3 (80 m² — corresponde ao projeto que o FFH designou por 12/71) e na Classe A4 (83 m²), ambos aplicados no **BCE Alcobaça** [B68] e do **BCE Marinha Grande II** [B66]) e o primeiro também no **BCE Caldas da Rainha** [B69], organizados em esquema de esquerdo-direito com escada a eixo encostada à fachada traseira, o acesso aos fogos (simétricos, com três quartos cada) é feito através de uma área de entrada anexa à sala comum e aberta para esta. Um corredor a eixo, fechado, dá acesso aos quartos

e à instalação sanitária, que está junto à cozinha. A lavandaria, com espaço próprio, é colocada na fachada traseira, em frente à cozinha. O projeto designado por 11/71 pelo FFH, que também corresponde a uma Classe A3, apresenta uma organização semelhante, embora a deslocação da escada comum, projetando o patamar para fora da volumetria principal do edifício, desloque as entradas para a zona das cozinhas.

Os fogos em blocos do **BCE Oeiras** [B67], todos de classe B — B3 (87 m²), B3V (90 m²), e B4 (112 m²) -, que foram também utilizados no **BCE Almada II** [B63], apresentam alguns elementos de qualificação espacial que, pela raridade na habitação plurifamiliar no PCE, são de notar. A rigidez do programa e o recurso a um sistema de circulações estreitas são trabalhados com a marcação de algumas transições espaciais. Em todos a circulação horizontal é quebrada, criando um movimento que resguarda o acesso aos quartos da zona social do fogo. As salas têm áreas reduzidas, entre os 13 e os 16 m², mas as cozinhas ganham alguma largura, possibilitando a associação da zona de refeições à zona de confeção. Na largura das salas existem pequenas varandas, assim como na cozinha, sendo que nesta última o espaço exterior inclui a zona de lavandaria. Uma única instalação sanitária completa serve cada fogo, abrindo para o espaço exterior de lavandaria. Note-se ainda a previsão de instalação de armários embutidos na passagem da zona social para a zona privada do fogo, assim como nos quartos de maior dimensão.

O caso do **BCE Oeiras** [B67] é um dos exemplos que consideramos de particular qualidade de desenho dentro do conjunto das Casas Económicas, utilizando nos blocos em habitação plurifamiliar um desenho de piso idêntico, de cinco fogos, dois de Classe B4 e três de Classe B3, com duas caixas de escadas, uma delas partilhada por dois fogos, num sistema convencional de esquerdo-direito, e outra que é parcialmente exterior, unindo três fogos em cada piso. Esta última permite soltar as fachadas dos vários fogos, criando um fogo de Classe B3 (com duas variantes) de três frentes que funciona como rótula. Trata-se de um raro exemplo, no PCE,

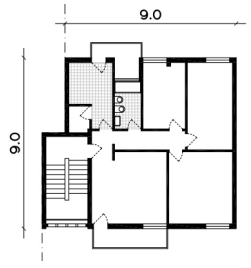

Fig. 70. Projeto-tipo PT3C. Planta de fogo de Classe B3. Escala 1 :400.

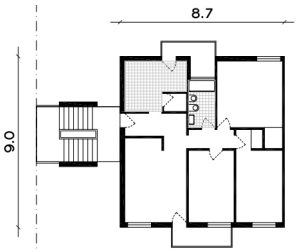

Fig. 72. Projeto-tipo PT3C. Planta de fogo de Classe B3 Variante. Escala 1 :400.

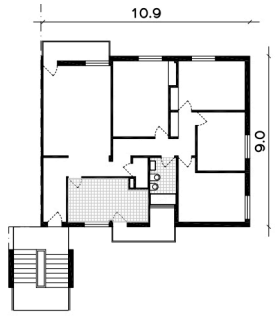

Fig. 71. Projeto-tipo PT3C. Planta de fogo de Classe B4. Escala 1:400.

Fig. 73. BCE Almada II (João Oliveira, 1966). Vista de blocos plurifamiliares de acesso comum da Classe B. Fotografia de 2022.

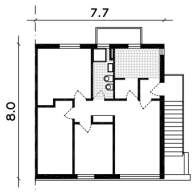

Fig. 74. Projeto-tipo PT3C. Planta de fogo em habitação plurifamiliar de acesso direto, de Classe A3. Escala 1:400.

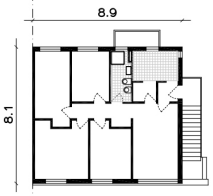

Fig. 75. Projeto-tipo PT3C. Planta de fogo em habitação plurifamiliar de acesso direto, de Classe A4. Escala 1:400.

de combinação de escalas, associando o desenvolvimento tipológico e o relacionamento entre Classes de casas com a escala urbana e a posição e acesso aos edifícios.

Em praticamente todos os bairros com intervenção de João Oliveira foi testado também um sistema raro no programa, de justaposição de dois fogos com acesso independente para manter a escala da habitação unifamiliar de dois pisos. Neste caso, cada piso corresponde a um fogo, um deles com acesso direto no piso inferior e outro com uma escada de acesso privada, um sistema que Paulino Montez já testara no Alvito. Também aqui encontramos, em simultâneo, um sistema de racionalização do projeto em que, com a mesma escala de moradias geminadas de dois pisos, se consegue ter apenas uma escada, e uma variação do regime da casa com quintal, já que para cada fogo era criado um espaço exterior privativo. Este sistema foi utilizado essencialmente em contexto de pequenas vilas, no **BCE Marinha Grande** [B56], **BCE Entroncamento II** [B58], **BCE Estremoz** [B65], **BCE Marinha Grande II** [B66], e **BCE Alcobaça** [68].

O fogo é em tudo semelhante a um sistema de acesso comum, com um átrio de acesso próximo do eixo longitudinal e um conjunto de cozinha e sala comum junto à fachada lateral, embora praticamente sem uso desta frente para abertura de vãos, e três ou quatro quartos no lado da

Fig. 76. BCE Marinha Grande II (João Oliveira, 1970). Vista de blocos plurifamiliares de acesso direto da Classe A. Fotografia de 2018.

meação, com o corredor a abrir diretamente para a sala. Uma variação deste modelo é utilizada também na Classe "a" no **BCE Estremoz** [B65], que também atribuímos a João Oliveira, sendo que nesse caso a entrada faz-se diretamente para a sala e o acesso à circulação dos quartos não é tão direto, criando-se ainda um espaço de transição, próximo de uma copa, na ligação entre a sala comum e o espaço da cozinha.

A necessidade de dar resposta a contextos sociais diferenciados obrigou ao desenvolvimento de projetos de moradias de classes variadas conforme o bairro a que se destinavam. Em Estremoz, onde apenas foram construídos fogos de classe "a" e A, as de classe superior recuperaram o sistema de moradia unifamiliar de um só piso, utilizado nos primeiros anos do programa, com entrada pela sala comum, dois quartos na fachada principal, e cozinha, instalação sanitária e mais um quarto (na Classe A3 — 59 m²) ou mais dois quartos (na Classe A4 — 71 m²) na fachada das traseiras. Este projeto-tipo praticamente transcreve os primeiros modelos de Casas Económicas, diferindo apenas na criação de um pequeno arco que marca a entrada principal e recuperando algum desenho *pitoresco* de simulação de cantarias presente em bairros da primeira geração, nomeadamente em Portimão e Vila Viçosa.

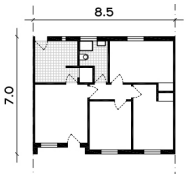

Fig. 77. Projeto-tipo PT3C. Planta de habitação unifamiliar de Classe A3. Escala 1:400.

Fig. 78. Projeto-tipo PT3C. Planta de habitação unifamiliar de Classe A4. Escala 1:400.

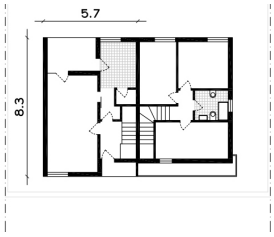

Fig. 79. Projeto-tipo PT3C. Planta de habitação unifamiliar de Classe B3. Escala 1:400.

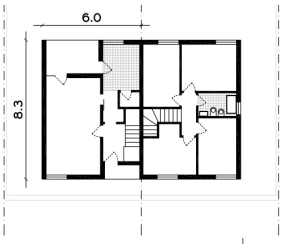

Fig. 80. Projeto-tipo PT3C. Planta de habitação unifamiliar de Classe B4. Escala 1:400.

Nos casos do **BCE Marinha Grande II** [B66] e **BCE Alcobaça** [B68], as moradias unifamiliares geminadas são de classe B — B3 (81 m²) e B4 (91 m²) , de resto como veremos nas casas da segunda fase das Casas Económicas, sendo que a grande diferença neste projeto de João Oliveira está na criação de recuos na fachada para a definição de espaços exteriores cobertos, solução que estará ligada à generalização da utilização de estruturas de pilar e viga, por oposição ao recurso a paredes de alvenaria que até aos anos de 1960 eram a solução predominante no PCE. Assim, a organização convencional de átrio, escada e cozinha junto à meação e sala comum junto à fachada lateral, idêntica nas Classes B3 e B4, passa a incluir um espaço coberto de entrada na frente e um espaço coberto de lavandaria nas traseiras. O piso superior tem três (na Classe B3) ou quatro quartos (na Classe B4), um ou dois na frente e dois nas traseiras, e uma instalação sanitária no miolo, aberta para a fachada lateral.

No **BCE Almada II** [B63], foi aplicado um conjunto de variantes, na documentação consultada todos indicados como de Classe C3, adaptando o projeto às dimensões dos lotes resultantes da ocupação de espaços deixados livres pelo projeto original do **BCE Almada** [B46].[561] Para além dessas moradias, João Oliveira desenvolveu projetos para moradias geminadas de Classes C e D . No caso da Classe C — C3 (113 m²) e C4 (118 m²) -, foram aplicadas nos **BCE Marinha Grande II** [B66] (C3 e C4), **BCE Oeiras** [B67] (apenas C4) e **BCE Caldas da Rainha** [B69] (apenas C3, com a designação "14/71" atribuída pelos serviços do FFH). A divisão do programa é, também aqui, convencional: o piso térreo é dividido entre zona de entrada e sala comum (embora quebrada para a criação de zonas distintas) na fachada de rua e zona de serviço, e área de serviço com cozinha, "quarto de criada" e instalação sanitária em relação com o logradouro; a escada, partindo do átrio de entrada e subindo paralelamente à fachada principal e a eixo do volume, dá acesso a um pequeno corredor de acesso a três quartos e instalação sanitária completa, isto na Classe C3. Na Classe C4, com um pequeno aumento da área do piso superior, para as traseiras, acrescenta-se um quarto, passando a instalação sanitária para o eixo do conjunto e criando uma zona coberta, em relação com o logradouro, no piso térreo.

561. Na especificidade do caso do BCE Almada II, quase não se pode falar em *projeto-tipo*, já que são projetos desenvolvidos, ao que foi possível apurar, para localizações específicas, mas os desenhos foram incluídos nas fichas do conjunto PT3C anexas a esta Tese.

O programa das habitações de Classe D4 (141 m²) é praticamente idêntico, mas a distribuição do piso inferior é rodada, criando duas frentes para a sala, com zona de convívio na frente de rua e zona de refeições em relação com uma área exterior nas traseiras. O quarto e instalação sanitária de criada viram-se para a zona livre entre moradias, e a lavandaria é interior, na sequência do espaço da cozinha. Nesta classe é criado um escritório na proximidade do vestíbulo de entrada. A escada, aqui colocada junto à fachada lateral da moradia, serve também um átrio central com acesso a quatro quartos e uma instalação sanitária. Neste caso uma das varandas, a das traseiras, serve apenas um quarto, enquanto a varanda da frente serve dois quartos.

As plantas das moradias sugerem algum dinamismo volumétrico; embora este tenha pouca expressão no exterior, revela algum cuidado no desenho, pelo movimento da varanda na classe C; esse cuidado é reforçado pela criação de um pano de tijolo que assinala a entrada. A pequena torção do plano de fachada na classe D sugere a intenção de marcação da entrada, mas a colocação desta num plano perpendicular à fachada elimina esse efeito, tornando a marcação da entrada menos clara do que na classe de moradias inferior.

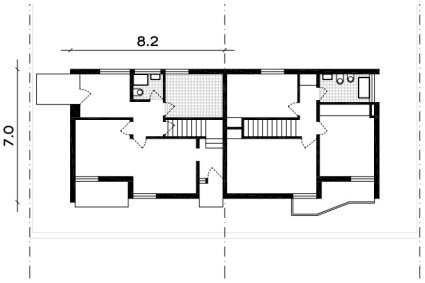

Fig. 82. Projeto-tipo PT3C. Planta de habitação unifamiliar de Classe C3. Escala 1:400.

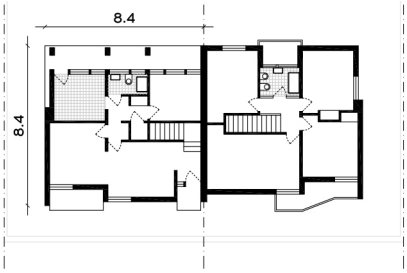

Fig. 83. Projeto-tipo PT3C. Planta de habitação unifamiliar de Classe C4. Escala 1:400.

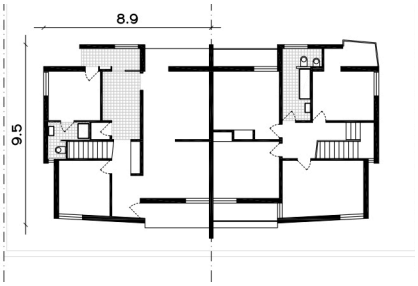

Fig. 84. Projeto-tipo PT3C. Planta de habitação unifamiliar de Classe D4. Escala 1:400.

Fig. 81. BCE Marinha Grande II (João Oliveira, 1970). Vista de moradias unifamiliares geminadas de Classe C. Fotografia de 2018.

O trabalho de João Oliveira no PCE apresenta alguma atenção à organização dos fogos, com uma racionalização dos espaços; os esforços de qualificação dos conjuntos, com variação da localização dos acessos verticais, como referimos a propósito dos **BCE Almada II** [B63] e **BCE Oeiras** [B67], prejudicam, em alguns dos exemplos, a organização interna dos fogos, obrigando à multiplicação de espaços de circulação. Não se nota, no entanto, um efetivo questionamento do programa doméstico convencional, mantendo-se assim alguma distância para com o contexto da habitação programada em Portugal na década de 1960, marcado pelo desenvolvimento dos grandes conjuntos dos Olivais. Ali irão testar-se diversas novas abordagens, com uma atenção particular à integração de uma vertente sociológica no projeto de habitação. Esta integração seguia em grande medida a linha de pensamento de Paul-Henry Chombart de Lauwe (1913-1988); logo no arranque da década de 1960 o Sindicato Nacional dos Arquitectos organizou o "Colóquio sobre Aspectos Sociais do Habitat," com presença destacada do sociólogo francês. Tiago Lopes Dias, na sua investigação da obra teórica de Nuno Portas e Pedro Vieira de Almeida, nota os pontos principais da participação de Chombart de Lauwe, que nas suas intervenções se focou em temas como a "noção de *espace familial*, os prolongamentos da habitação, os sistemas distributivos como espaços de relação, e o agrupamento das células em "tecido social" — com o exemplo das casas-pátio."[562] Tiago Lopes Dias assinala ainda uma ligação entre os temas tratados por Chombart de Lauwe e a obra projetual do atelier de Nuno Teotónio Pereira, nomeadamente a importância do estabelecimento de relações vicinais através da qualificação dos espaços comuns, particularmente visível no projeto da torre para a Célula A do conjunto de Olivais Norte [MdH BD a191].

O próprio Nuno Portas, à época colaborador do atelier de Nuno Teotónio Pereira, recontou essa história em artigo escrito para o *Jornal Arquitectos*, em 2002, apresentando uma renovada visão de conjunto da ação do atelier e dos grandes conjuntos em que participara. A propósito da intervenção nos Olivais Norte, destacou o foco nas áreas comuns, por terem "conseguido 'abrir' a torre ao meio para que o patamar de acesso aos elevadores e escada tivesse ar e luz do dia e uma

562. Tiago Lopes Dias, "Teoria e Desenho da Arquitectura em Portugal, 1956-1974 : Nuno Portas e Pedro Vieira de Almeida" (Tese de Doutoramento, Universitat Politècnica de Catalunya, 2017), 34.

pequena área de estar" — qualificação dos espaços partilhados, algo que não encontramos na obra construída do PCE — e, na cobertura, "arrecadações e estendais privativos e, ainda, uma área colectiva." Em ambos os casos, fatores que denotam uma influência dos princípios da Unidade de Habitação de Le Corbusier, a primeira das quais se construíra em Marselha entre 1947 e 1953.

Para os Olivais Sul, a equipa de Nuno Teotónio Pereira considerou

> *"ser o momento para levar mais longe a crítica ao mainstream racionalista: tentar inserir a praça, a rua, o pátio como espaços positivos (menos residuais) que os edifícios por seu turno, mais encostados uns aos outros, moldariam. E ainda introduzir funções não habitacionais nos edifícios (...) para que essas ruas ou praças não ficassem apenas na retórica do 'feitio'."*

Em relação à organização do espaço doméstico, nota a procura de relações entre as "peças mais vividas" e o interior dos quarteirões ou a rua, virando as salas de estar "para o exterior da 'célula'." Curiosa é também a referência à compatibilização entre "modos de vida que já então [percebiam] serem contraditórios entre si."

Ao "standard *racionalista"* como o define Portas, com acesso direto à sala e acesso a partir desta aos quartos e um "passa-pratos entre uma cozinha-laboratório e a sala," opõem a criação de um "recanto de comer" no espaço da cozinha e a possibilidade de encerrar o espaço mais especializado da sala de refeições. Preocupações que tinham "afinidades com experiências dos bairros INA-Casa italianos, dos Quaroni, Aymonino, Ridolfi, De Carlo, etc." [563] Como vimos, a ação de João Oliveira nas Casas Económicas corresponde temporalmente a esta investigação nos Olivais, mas apesar de algum cuidado de desenho, como notámos, não encontramos no PCE as mesmas preocupações com uma evolução do pensamento do espaço doméstico. A exceção é um projeto que foi apresentado na exposição associada ao "Colóquio sobre os Aspectos Sociais do Habitat" de 1960.

563. Nuno Portas, "A Habitação Colectiva nos *Ateliers* da Rua da Alegria," *Jornal Arquitectos*, nº 218-219 [Antologia 1981-2004] (janeiro a junho 2005 [texto original de 2002]).

A listagem de projetos presentes nessa Exposição funciona como um "quem é quem" da habitação programada em Portugal naquele momento, para além de constituir uma representação fidedigna da importância dada pelos arquitetos portugueses a cada uma das iniciativas representadas; essa representação tem, de resto, reflexos no peso dado a essas iniciativas pela historiografia de arquitetura portuguesa. Das Casas Económicas, apenas o projeto de João Andresen para o Viso, então em desenvolvimento, está presente; [564] o projeto exposto não viria, aliás, a ser construído naqueles moldes, como veremos no ponto seguinte. De resto, há uma predominância considerável de projetos das HE-FCP e projetos integrados nos conjuntos dos Olivais, além de representações da DGSU, da Câmara Municipal de Almada e da Câmara Municipal do Porto (com projetos do Plano de Melhoramentos e, curiosamente, também o Bloco de Saldanha).[565] No PCE, em 1960, encontrava-se já em uso um projeto-tipo de continuidade em relação aos *modelos racionalistas*, na linha da definição de Nuno Portas, herdeiros da discussão da casa mínima e da sistematização e racionalização do espaço doméstico *maquinal*.

564. Na reportagem da RTP são claramente visíveis os projetos tipológicos desenvolvidos por Andresen para o Viso. "I Colóquio Sobre os Problemas da Habitação," Arquivos RTP. https://arquivos.rtp.pt/conteudos/i-coloquio-sobre-os-problemas-da-habitacao/ (acedido em 14 de novembro de 2022).

565. Ver anexos da Tese de Tiago Lopes Dias, Dias, "Teoria e Desenho da Arquitectura em Portugal, 1956-1974 : Nuno Portas e Pedro Vieira de Almeida.."

3.3. LUÍS FERNANDES PINTO E A HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR

No final da década de 1950, período marcado pelo desenvolvimento do Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto e pela criação do GTH no contexto do Plano de Novas Construções para a Cidade de Lisboa, que originou os conjuntos dos Olivais e de Chelas, lançam-se as bases para essa grande transformação na habitação programada que se operou ao longo da década seguinte.

Paralelamente, concluem-se os trabalhos do Inquérito à Arquitectura Popular, que será publicado em 1961, orientando o foco de uma parte da profissão, provavelmente a mais próxima da academia e dos meios de divulgação, de novas pesquisas formais, que terão o seu reflexo na aproximação a referências do realismo italiano. A ação do INA-Casa, instituição maior de produção de habitação na Itália do pós-2ª Guerra Mundial, marcou uma nova vanguarda no trabalho de projeto em Portugal, cruzando as preocupações de contexto populacional à procura de pontos de ligação com a arquitetura tradicional, não enquanto catálogo, mas enquanto postura crítica. Como notou Ana Tostões,

> *"O contacto com a realidade exterior aos centros urbanos facultada pelo* Inquérito *e as experiências no domínio da habitação social em curso conduzirão à tomada de consciência da necessidade de conhecimento das realidades sociais das populações para quem se dirige a operação"*[566]

566. Tostões, *A Idade Maior: Cultura e Tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa*, 452.

Fig. 85. BCE Olivais Sul (Falcão e Cunha [Plano], Lisboa 1959-64). Vista de um dos edifícios de habitação plurifamiliar de Classe A. Fotografia de 2022

Também no PCE há um esforço de renovação da imagem do programa, com uma abordagem diferenciada, embora ainda aparentemente afastada das questões lançadas pelo inquérito. Em 1959, Luís Fernandes Pinto, um jovem arquiteto lisboeta que regressara de um estágio nos EUA, foi contratado para desenvolver uma solução de casa económica com uma linguagem atualizada, a ser aplicada, como nos primeiros tempos do programa, independentemente do local. Luís Fernandes Pinto desenvolveu um projeto-tipo, que designamos por PT3B nas fichas da Base de Dados de Projetos-Tipo anexas a esta tese, para as Classes A e "a" em habitação plurifamiliar — com três variações cada, Tipo 2 (53 m² na classe "a," 65 m² na classe A), Tipo 3 (64 m² na classe "a," 80 m² na classe A) e Tipo 4 (76 m² na classe "a," 95 m² na classe A), conforme o número de quartos — e para as classes A, B, C e D em habitação unifamiliar — com dois tipos, Tipo 3 e Tipo 4 — também conforme o número de quartos.

Este projeto-tipo PT3B, de Luís Fernandes Pinto, representa um exemplo dos projetos de referência com aplicação em diversos contextos, abordagem de que encontramos exemplos nos três tempos

das Casas Económicas; o projeto-tipo PT3B é aplicado no **BCE Viso** [B61] e no **BCE Vila Nova de Gaia** [B64], em Vila Nova de Gaia, ambos com plano de João Andresen, e é aplicado também nos **BCE Entroncamento II** [B58], e **BCE Rossio ao Sul do Tejo** [B59], em Abrantes, e **BCE Olivais Sul** [B60] em Lisboa. Curiosamente, e provavelmente por proximidade física, o mesmo projeto-tipo é utilizado pelo Fundo de Fomento da Habitação no Conjunto Habitacional de Rossio ao Sul do Tejo (1976), imediatamente a sul do conjunto de Casas Económicas.[567]

As soluções de habitação unifamiliar do projeto-tipo PT3B são similares entre si, identificadas como A/B e C/D, com aumento de área na Classe C/D mas com distribuição idêntica do programa. São soluções de dois pisos que tanto são aplicadas em sistema de habitações geminadas como em banda, e se definem por três linhas estruturais que dividem a habitação em duas partes. No piso inferior localizam-se átrio de entrada (com acesso à escada interior da habitação), sala comum e cozinha com um pequeno espaço de arrecadação, e no piso superior dois (Tipo 2) ou três quartos (Tipo 3) e instalação sanitária. As linhas estruturais são usadas para criar recuos de fachada que marcam um espaço exterior coberto de entrada na fachada principal e um espaço de serviço/lavandaria, também exterior coberto, na fachada traseira.

Embora este projeto-tipo de Luís Fernandes Pinto represente uma transformação formal em escala e em materialidade, integrando pela primeira vez as estruturas de betão armado no PCE, não se pode dizer que se identifiquem consequências consideráveis dessas transformações. O programa doméstico apresenta alguma rigidez, no que se aproxima de soluções anteriores que eram limitadas pelo uso de soluções construtivas de alvenaria de pedra; a alteração ao material da estrutura não tem consequências na flexibilização do espaço interior. Aliás, é criada, nos tipos de habitação unifamiliar, uma linha estrutural intermédia que condiciona fortemente o projeto, obrigando, por uma questão de dimensão dos espaços, a uma divisão do programa muito próxima da existente nos projetos-tipo anteriores.

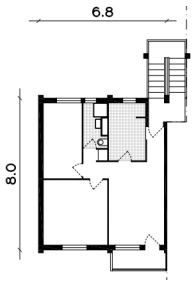

Fig. 86. Projeto-tipo PT3B. Planta de fogo em habitação plurifamiliar de acesso comum, de Classe "a"2. Escala 1:400.

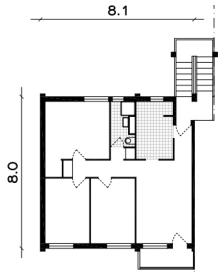

Fig. 87. Projeto-tipo PT3B. Planta de fogo em habitação plurifamiliar de acesso comum, de Classe "a"3. Escala 1:400.

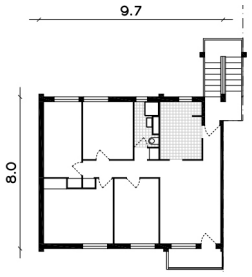

Fig. 88. Projeto-tipo PT3B. Planta de fogo em habitação plurifamiliar de acesso comum, de Classe "a"4. Escala 1:400.

567. "Conjunto Habitacional em Rossio ao Sul do Tejo - Abrantes," Fundo de Fomento da Habitação, 1976. Arquivo Municipal de Abrantes, cota [3d963.

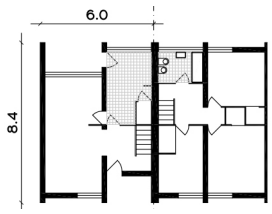

Fig. 89. Projeto-tipo PT3B. Planta de fogo em habitação unifamiliar, de Classe A/B3. Escala 1:400.

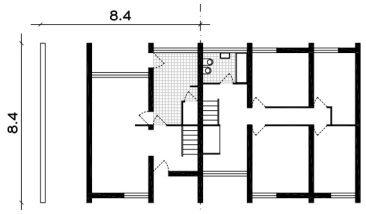

Fig. 90. Projeto-tipo PT3B. Planta de fogo em habitação unifamiliar, de Classe A/B4. Escala 1:400.

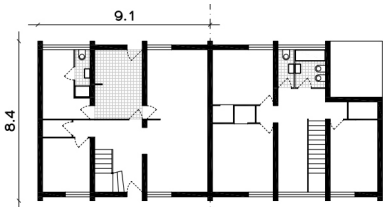

Fig. 91. Projeto-tipo PT3B. Planta de fogo em habitação unifamiliar, de Classe C/D3. Escala 1:400.

A única qualificação resultante da utilização de sistemas de betão armado é a quebra da fachada por piso que permite a criação de espaços exteriores cobertos no piso inferior, recuperando alguma experimentação de espaços de transição que vamos encontrar na intervenção de Raul Lino no Programa.

De resto, se não se esperaria a esta distância temporal uma aplicação dos "5 pontos" de Corbusier, também não há grande aproveitamento das vantagens da solução estrutural, mantendo-se a utilização de vãos reduzidos, certamente por motivos orçamentais, aplicando-se apenas um parente afastado da *fenêtre à longueur* na forma de vãos rasgados junto ao teto com a largura do módulo estrutural que são utilizados para iluminar a sala e a instalação sanitária.

Não é, ainda assim, uma limitação exclusiva do PCE, mas reflete outro tipo de pressões externas, dir-se-ia culturais, como refere Ana Tostões:

> *"o programa doméstico da casa unifamiliar foi dos mais resistentes à aplicação da abstracção moderna feita de transparência e imaterialidade e à introdução da 'não-privacidade' que esta implicava. Porque, quer o arquétipo da casa ancestral — com porta e janelas de cada lado e telhados de águas inclinadas — quer o modelo de conforto estreitamente ligado ao de uma ostentação primária fixado pela burguesia oitocentista, invadiram um certo inconsciente colectivo, respectivamente, como imagem de segurança e estatuto social."*[568]

Nas soluções de habitação plurifamiliar, por fim abertamente integradas no PCE, entre as classes "a" e A, a principal distinção está no volume de acessos verticais, com a escada aberta e solta do volume principal na Classe "a" e integrada no volume na classe A. Os fogos são depois estruturados por um corredor a eixo, de acesso à instalação sanitária e aos quartos, com entrada pela sala comum. Enquanto na Classe "a" a passagem do espaço de entrada para o corredor é feita pelo espaço da sala, na Classe A é criada, através de um plano de parede interrompido, uma zona de transição que faz a ligação entre átrio de entrada, cozinha, corredor e sala comum, sendo essa zona de ligação aberta para a sala. De resto, as grandes diferenças entre classes estão na variação de áreas, ligeiramente maiores na Classe A, e na associação nesta mesma Classe A de um espaço de lavandaria exterior coberto.

568. Tostões, *A Idade Maior: Cultura e Tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa*, 457.

Apesar de o volume de acessos verticais poder ser visto como um *tema* neste projeto-tipo, dada a variação de posição entre as classes "a" e A, a prioridade parece estar na racionalização de recursos mais do que na utilização propriamente dita do espaço. Sendo verdade que a escada exterior ao volume das habitações tem as suas consequências, com uma *publicitação* do acesso, as escadas são reduzidas ao seu elemento mínimo de circulação, não se notando intenção de *usufruto*. É preciso relembrar que em simultâneo e na proximidade de uma das aplicações deste projeto-tipo, Nuno Teotónio Pereira, António Pinto Freitas e Nuno Portas desenvolviam o projeto das Torres para a Célula A de Olivais Norte, pegando no mesmo tema do acessos vertical e qualificando-o, "tratado com uma amplitude e qualidade espacial inusitada, que pressupunha a função não só de 'passar' mas também de 'estar' [que] correspondia a uma proposta de transformação qualificada da usualmente mesquinha entrada das casas de habitação social."[569] A integração de elementos de qualificação pouco usuais em habitação construída com o apoio do estado, como murais decorativos assinados por artistas plásticos ou mobiliário fixo nas zonas comuns, assumindo-os como espaços de estar complementares ao fogo, não terá paralelo nas Casas Económicas.

Ainda assim, a década de 1960 é a de generalização no PCE da aplicação de soluções construtivas que uns anos antes se associariam à vanguarda arquitetónica mas que tinham perdido esse caráter, passando a estar associados simplesmente à construção corrente, à medida que as técnicas tradicionais, nomeadamente as alvenarias de pedra, ficavam restritas a um trabalho artesanal e, por isso, progressivamente mais afastadas em custo, facilidade e rapidez de execução, temas essenciais à produção de habitação para o *maior número*.

569. Ibid., 495; Portas, "A Habitação Social: Proposta para a Metodologia da Sua Arquitectura."

Fig. 92. BCE Olivais Sul (Falcão e Cunha [Plano], Lisboa 1959-64). Vista de um dos edifícios de habitação unifamiliar. Fotografia de 2022

PROJETO-TIPO PT3A

Fig. 93. BCE São João da Madeira II (1961). Vista de uma das moradias unifamiliares em banda de Classe "a." Fotografia de 2021.

Antes do desenvolvimento do projeto de Luís Fernandes Pinto, nos primeiros anos do Terceiro Tempo das Casas Económicas, que assinalamos em 1956, ou seja, coincidindo com a ação de Arantes e Oliveira, há uma experiência que merece destaque: um projeto-tipo aplicado em três bairros parece ser atribuível a Miguel Pestana, que assina os desenhos, e que designamos por PT3A na Base de Dados anexa. A inversão da sequência da história dos projetos-tipo que estamos a seguir cria neste ponto um paradoxo. Abordamos aqui um projeto que representa uma iniciativa curiosa, de revitalização de um projeto que ainda não referimos em detalhe. De facto, o projeto-tipo PT3A, desenvolvido por Miguel Pestana, configura praticamente uma atualização do ponto de vista das técnicas construtivas do primeiro projeto-tipo de Casas Económicas, que abordaremos mais adiante. A organização em si, nas classes "a"1 e "a"2 é idêntica às classes A2 e A3 do projeto-tipo PT1A, com uma sala comum que é simultaneamente espaço de entrada, uma área de extensão da sala com a função de cozinha e instalação sanitária e quartos ligados a um espaço de circulação ao qual se acede a partir da sala comum.

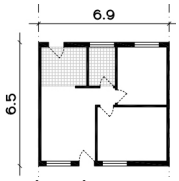

Fig. 94. Projeto-tipo PT3A. Planta de fogo em habitação plurifamiliar de acesso comum, de Classe "a"2. Escala 1:400.

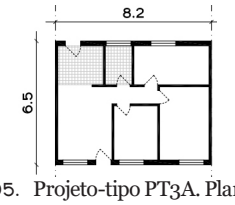

Fig. 95. Projeto-tipo PT3A. Planta de fogo em habitação plurifamiliar de acesso comum, de Classe "a"3. Escala 1:400.

Fig. 96. Projeto-tipo PT3A. Planta de fogo em habitação plurifamiliar de acesso comum, de Classe "a"4. Escala 1:400.

Veremos adiante que esta é a organização do primeiro projeto-tipo de Casa Económica; o que aqui vemos, mais de duas décadas depois do desenvolvimento do primeiro projeto, é uma atualização dos materiais a utilizar, perante a generalização da utilização de blocos de betão e de coberturas pré-fabricadas, nesta altura representando certamente uma redução de custo, particularmente em contextos urbanos, relativamente a soluções de alvenaria tradicional em pedra e de coberturas em telha cerâmica. Para além disso, há um abandono de elementos decorativos básicos aplicados nos primeiros bairros de Casas Económicas, resultando numa imagem mais simplificada, mais próxima de soluções de construção provisória devido à escala e simplicidade de desenho e de materiais. Ainda assim, é de notar algum cuidado no desenho dos vãos em madeira, de resto o único elemento que consideraríamos diferenciador neste projeto-tipo.

É uma falta de evolução notória, que poderá explicar a limitada aplicação deste projeto-tipo: estes primeiros estudos de Casas Económicas *atualizadas* foram efetivamente aplicados "apenas" nos **BCE São João da Madeira II** [B55], **BCE Marinha Grande I** [B56], e **BCE Viana do Castelo II** [B57].

Outros projetos dentro da mesma linha não parecem ter tido uma receção entusiástica por técnicos ligados ao fornecimento de habitação, num exemplo raro que encontrámos de uma avaliação de um projeto-tipo de Casas Económicas. A Direção-Geral dos Serviços de Urbanização fez em 1956 uma avaliação pouco positiva de um primeiro projeto para a nova Classe "a" de Casas Económicas, embora reconhecendo "as enormes dificuldades encontradas por quem projecta construções desta natureza." Analisando as datas, percebemos que esta análise não será do projeto de Miguel Pestana, contratado apenas em 1957, e não encontramos peças desenhadas do projeto avaliado. Ainda assim, diversos dos pontos negativos indicados parecem repetir-se no projeto de Miguel Pestana: dimensões reduzidas na maioria dos espaços — particularmente quartos e instalação sanitária -, falta de um espaço de tratamento de roupa, pé-direito demasiado reduzido (2,30m

no projeto avaliado), entre outros. Além disso, a imagem resultante do projeto analisado é também criticada, considerando-se que "os alçados apresentados não são de composição muito feliz, receando-se que em conjunto resultem bastante desagradáveis e monótonos." As conclusões da análise são ainda mais assertivas, desaconselhando a construção de casas com as deficiências apontadas.

> *"Julga-se mesmo má política de construção edificar bairros que pouco diferem dos aglomerados incaracterísticos que rodeiam as nossas principais cidades e que deles não nos orgulhamos. Conhece-se um pouco como se procura resolver o problema da habitação na maioria dos países da Europa Ocidental e não nos recordamos de ter visitado nenhum bairro cujas habitações tenham as características das que agora se propõem."*[570]

A esta distância, esta descrição parece passível de ser aplicada ao projeto de Miguel Pestana, mas terá sido desenvolvida a propósito de outro projeto. De qualquer forma, merecem registo estas realidades paralelas: o desenvolvimento de um projeto que a Secção de Casas Económicas da DGMEN considerou configurar uma resposta válida ao problema, e a visão crítica da DGSU, concluindo o oposto. Isto é ainda mais relevante se considerarmos a importância da DGSU e, particularmente, do arquiteto responsável pela referida análise, Ruy Silveira Borges, na produção de habitação programada com o apoio do estado em Portugal. Ruy Silveira Borges é um dos mais prolíficos autores de projetos-tipo de habitação programada, através de diversos programas, entre os quais as Casas de Pescadores e as Casas para Famílias Pobres, e a sua produção mereceria um levantamento que ainda está por fazer.

Embora fosse frequente a contratação de fotógrafos para o registo de bairros concluídos, existem poucas imagens na coleção de fotografia do ex-IGAPHE. Apenas estão identificados dois álbuns ligados às Casas Económicas, com registos realizados tanto por esses fotógrafos contratados como por técnicos dos serviços. Um álbum datado de 1958 regista a construção de um protótipo da classe "a" seguindo o modelo de moradia unifamiliar de piso único.[571]

570. Parecer da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, assinado por Ruy Silveira Borges, sobre "Ante-Projectos Tipo de Casas Económicas," datado de 27 de janeiro de 1956. "Estudo de soluções de 3 tipos de uma moradia de classe 'a'," SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGEMN CE-0484.

571. *Documentação Fotográfica de uma Moradia da Classe "a" Tipo "III" Construída como Experiência no Agrupamento de Casas Económicas de S. João — Vale Escuro. Prazo de Execução — 29 Dias*. Coleção Fotográfica, SIPA, Forte de Sacavém.

Fig. 97. Páginas do Álbum “Documentação Fotográfica de uma Moradia da Classe “a” Tipo “III” Construída como Experiência no Agrupamento de Casas Económicas de S. João — Vale Escuro. Prazo de Execução — 29 Dias.” [Fotografias do autor na Coleção Fotográfica, Arquivo da DGPC, Forte de Sacavém]

O projeto-tipo aplicado é um dos desenvolvidos por Miguel Pestana, mas o álbum permite a identificação de outros motivos de interesse, externos ao projeto propriamente dito. Identificamos, pelo menos, três: a execução de um protótipo em escala natural, no caso no Bairro de Vale Escuro (então em construção e onde o projeto-tipo não seria ainda aplicado, estando em utilização o projeto-tipo desenvolvido pelo autor do bairro, Faria da Costa); o prazo da construção — 29 dias; e o registo fotográfico em si, que permite identificar um registo técnico da evolução da obra que não é possível na maioria dos casos de Casas Económicas.

Não encontramos indicação do objetivo da construção do protótipo no Bairro de Vale Escuro, até porque a habitação foi integrada nas estatísticas de construção de bairros. Não terá sido, por isso, pensada numa perspetiva de aproximação ao utente como acontecera um ano antes, em 1957, quando Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu da Costa Cabral apresentaram uma célula habitacional em escala natural na exposição sobre o "Cooperativismo Habitacional no Mundo."[572] A descrição técnica apresentada nas legendas das imagens do protótipo no Bairro do Vale Escuro revela alguma intencionalidade na procura e teste de soluções de construção rápida.

Ainda no contexto do final da década de 1950, e também antes da contratação de Luís Fernandes Pinto para desenvolver um projeto-tipo de Casas Económicas, merece nota, novamente, o projeto de João Andresen que referimos na Parte 2 para os edifícios do **BCE Viso**, que não foram utilizados, tendo sido aplicado nesse Bairro o projeto-tipo PT3B, de Luís Fernandes Pinto. Os estudos desenvolvidos por Andresen — que, como referimos, fizeram parte da exposição associada ao Colóquio sobre Aspectos Sociais do Habitat — constituem uma resposta pragmática e direta ao programa, aproximando-se de novas pesquisas espaciais, próximas de algumas das investigações aplicadas nos Olivais. Por exemplo, no espaço da cozinha dos apartamentos de maiores áreas, a inflexão do vão de acesso a uma varanda de serviço com zona de lavandaria cria um vão de iluminação da instalação sanitária e forma uma zona de cozinha mais estreita. Esta zona é representada como um nicho de refeições, com banco fixo junto à parede.

572. Maria Tavares, "Casa Protótipo: afirmação de um caminho experimental em arquitectura," *ResDomus* (2009).

Uma inflexão semelhante é utilizada na zona da sala, sendo o desenho de mobiliário sugestivo da criação de uma zona diferenciada. Não sendo completamente clara a organização de usos, graficamente é notória uma proximidade à flexibilidade espacial testada no atelier de Nuno Teotónio Pereira. Poderá notar-se a própria variabilidade de desenho entre fogos, criando uma oferta de maneiras diferentes de pensar o espaço familiar dentro de um mesmo conjunto, uma qualificação que Nuno Portas notou em alguns dos projetos redesenhados no seu CODA.[573]

Também de notar é a utilização dos espaços de circulação como rótula e elemento de agregação dos volumes das habitações, um tema que cita diretamente projetos como o do INA-Casa em Monza, Itália, e que já vimos trabalhado de forma menos gráfica por João Oliveira em Oeiras e que também Nuno Teotónio Pereira testou no conjunto da Soda Póvoa, na Póvoa de Varzim.

A par de elementos de linguagem formalmente mais próxima de um moderno mais ortodoxo — como a assunção das lajes de betão aparente na fachada — surgem referências a formas e materiais tradicionais de construção, aqui representadas nos pequenos vãos de duas folhas e nos panos de alvenaria e de cobertura cerâmica nas habitações unifamiliares (Fig. 99). Esta utilização, para além da própria organização dessas habitações unifamiliares, divididas a eixo por uma linha estrutural que é utilizada como referência para a criação de espaços exteriores cobertos — outro tema a que João Oliveira recorreu — remete quase diretamente para o trabalho apresentado pelo grupo CIAM Porto na reunião do CIAM X em Dubrovnik (Fig. 98), desenvolvido no contexto do "Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal" (1955-1961). Embora Andresen pertencesse ao grupo CIAM Porto, não é identificado como autor da proposta apresentada em Dubrovnik.[574]

Este projeto de Andresen, abandonado sem que tenhamos encontrado registo dos motivos para tal, poderia ser um argumento a favor da ideia da existência de imposições formais e da recusa de uma imagem mais *moderna* no Programa das Casas Económicas; no entanto, essa ideia é rapidamente desmontada quando notamos que a solução aplicada é formalmente muito mais afirmativa na utilização de tecnologias

573. Portas, "A Habitação Social: Proposta para a Metodologia da Sua Arquitectura."

574. Ver Maria Helena Maia e Alexandra Cardoso, "Portugueses in CIAM X," Trabalho apresentado em 20th Century New Towns. Archetypes and Uncertainties. In 20th Century New Towns. Archetypes and Uncertainties. Conference Proceedings, Porto, 2014.

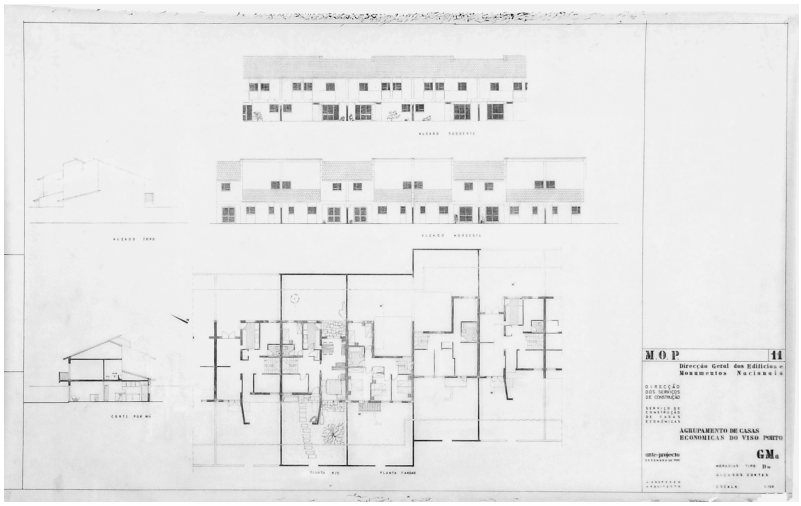

Fig. 99. BCE Viso. Anteprojeto de João Andresen para moradias unifamiliares. 1958. [Fotografia do Autor no Arquivo Cristiano Moreira (2006)]

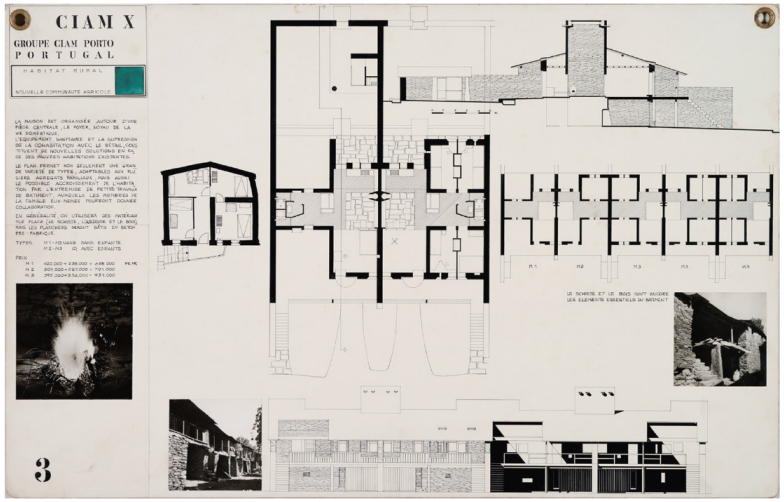

Fig. 98. Grupo CIAM Porto, "Nova Comunidade Agrícola." [Mariana Arantes, "A minha casa, a minha aldeia: a participação portuense nos CIAM e os seus reflexos na arquitetura portuguesa," Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Universidade do Minho, 2019]

de construção mais recentes, não recorrendo a elementos que uma propaganda, nesta altura já menos focada em nacionalismos a mais em fatores económicos e produtividade, facilmente apropriaria como de caráter *mais português*, como de resto fez a partir dos modelos mais pitorescos do Primeiro Tempo das Casas Económicas.

Para além dos casos principais dos Olivais, e do trabalho recente do Mapa da Habitação, os exemplos de análise de projetos de habitação económica construídos com o apoio do Estado não são numerosos.[575] Maria Tavares desenvolveu um estudo tipológico das propostas de

575. Devemos notar aqui a investigação de Catarina Ruivo Pereira, a partir dos princípios da sintaxe espacial, de alguns exemplos de habitação programada na cidade do Porto. Catarina Ruivo Pereira, "Design Paradigms in Porto's Public and Cooperative Housing in around the Portuguese Revolutionary Period: a system approach grounded on spatial analysis" (Tese de Doutoramento, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2021).

vários autores para um mesmo Bairro de Casas de Renda Económica de Ramalde, do qual é bem conhecida a versão final, de Fernando Távora (ainda que mais pela sua abordagem urbana do que pela organização interna). O "pragmatismo" e a "modéstia" assinalados por Maria Tavares nessa versão final refletem-se numa simplificação do programa doméstico. A primeira versão, de Manuel Magalhães, apresenta "uma aproximação aos projectos em construção em Alvalade," organizada por um corredor de circulação a eixo que atravessa todo o fogo; a segunda versão, de João Andresen e Rogério Martins, datada de 1949, apresentava já uma "complexidade programática," que também poderíamos considerar especialização espacial, já que cria uma sala de trabalho "flexibilizada pelas entradas múltiplas" e um quarto de criada. Embora a organização obrigue ao atravessamento da sala, são criados dois espaços de circulação encerrados, um de entrada e outro de acesso aos quartos e instalação sanitária.

Na versão final de Távora, desenvolvida já na década de 1950, o espaço de entrada é praticamente eliminado, "introduzindo uma espécie de biombo que protege o espaço comum," e não há separação física entre a sala comum e o espaço de acesso aos quartos, embora se mantenha o atravessamento dessa sala comum. Não encontramos, então, na proposta de Távora, os temas que viríamos a encontrar nos Olivais ou, como referimos, na ação direta do atelier da Rua da Alegria; aliás, não parece a despropósito notar semelhanças, na distribuição programática, entre o projeto-tipo de Jacobetty aplicado em Alvalade e a proposta de Távora para Ramalde. A relação entrada-sala comum-quartos é muito próxima, e a grande diferença está na forma como é gerido o acesso à instalação sanitária: Távora coloca-a junto à cozinha, concentrando zonas de águas, mas com isso vendo-se obrigado a criar um espaço adicional de circulação que formasse um filtro no acesso ao sanitário, enquanto Jacobetty separa as zonas de águas e coloca o sanitário na órbita dos quartos e partilhando com estes o espaço de circulação.

Isto não retira, naturalmente, validade à proposta de Távora, mas na sua simplificação do programa doméstico encontramos muitas das opções e limitações que encontramos no projeto-tipo de Luís Fernandes

Pinto para as Casas Económicas, nomeadamente na redução dos espaços de circulação comuns do edifício ao mínimo essencial, não os transformando num *tema*, ao contrário do que faziam, quase em simultâneo, Nuno Teotónio Pereira e os seus colaboradores. No entanto, se espacialmente as diferenças não são consideráveis, as propostas de Távora e Fernandes Pinto distanciam-se na imagem exterior, mais *estilizada* na versão de Távora (muito em linha, diríamos, com o *Moderno dos mestres* e da exposição do International Style do MOMA de 1932), enquanto Fernandes Pinto assumia a leitura dos elementos estruturais na fachada.

Voltamos a sublinhar como o regime, sem linha orientadora e, provavelmente, sem a capacidade crítica ao nível da gestão que pudesse compreender a atualidade das propostas de Andresen, opta por uma imagem *convencionalmente moderna* ou, como preferimos chamar-lhe, de um *moderno relutante*, preferindo aplicar um sistema do bloco de linhas retas que, naquele final de década de 1950, já era de fácil

assimilação por gestores e pela população urbana, embora fosse já alvo de crítica por uma parte dos arquitetos que apontavam os seus interesses para outro tipo de referências. As opções de Luís Fernandes Pinto, de formação americana, refletem a mudança de foco que Beatriz Colomina notou na habitação unifamiliar, a propósito do qual já escrevemos noutro contexto,[576] de disseminação de exemplos americanos no período do pós-2ª Guerra e que não pode ser, naturalmente, dissociado do grande investimento na divulgação do *sonho americano* que foi feito pelos EUA no contexto do apoio à reconstrução e por oposição ao regime comunista. A *simpatia* dos americanos pelo anticomunismo salazarista foi um elemento essencial da estabilização e reforço do regime — como notámos na Parte 1 a propósito do financiamento internacional do estado — e tem reflexo numa figura que tão ligada esteve ao PCE: Pedro Teotónio Pereira, embaixador em Washington entre 1947 e 1950 e depois novamente entre 1961 e 1963.

576. Ramos e Silva, "João Andresen: A Casa do Pós-Guerra e o Debate Arquitectónico nos Anos de 1950."

3.4. JOÃO VAZ MARTINS E A CASA BURGUESA

João Vaz Martins assinou, como vimos na Parte 2, um conjunto de bairros de Casas Económicas na década de 1950 que representaram uma abordagem de continuidade relativamente aos conjuntos do final da década anterior. O mesmo acontece no desenho dos fogos, que mantiveram uma abordagem de especialização progressiva dos espaços do programa doméstico e aproximação a um perfil *aburguesado* de organização da habitação, com a multiplicação de espaços e a criação de áreas reservadas para serviçais. Dividimos a ação de João Vaz Martins em dois projetos-tipo, um em que a sua intervenção parece ser mais ativa, e que é aplicado em diversos bairros de Porto e Lisboa, e um primeiro projeto-tipo, aplicado apenas no **BCE Entroncamento** [B40], que consideramos ser de transição entre soluções mais racionais e económicas para versões de programa mais subdividido e menos pragmático, refletindo uma evolução no público-alvo do Programa.

Fig. 100. BCE Benfica (João Vaz Martins, Lisboa 1958). Vista de moradias unifamiliares de Classe B, s/d. [Fotografia do autor ao Álbum Fotográfico DGEMN, Coleção Fotográfica, Arquivo da DGPC, Forte de Sacavém]

O projeto-tipo PT2H é, como se pode ver nas fichas da base de dados anexa a esta tese, o que inclui mais variantes dentro das mesmas classes. Optámos por considerá-lo num projeto-tipo único, já que o princípio de organização dentro das mesmas Classes é muito semelhante e diversas Classes são utilizadas, sem alterações, no conjunto de Bairros que está associado a esse projeto-tipo.

O projeto de aplicação mais tardia dos projetos-tipo desenvolvidos por João Vaz Martins é o **BCE Olivais Norte** [B53]. Como vimos atrás, este bairro está integrado no conjunto maior do Plano de Olivais Norte e as moradias estão dispostas em banda. Após o já referido afastamento de Keil do Amaral, João Vaz Martins "herdou" o **BCE Benfica** [B49], ao qual deu feição própria. Este bairro, onde notámos atrás alguma separação de desenhos — que equiparámos a uma separação entre *bairro operário* e *cidade jardim* — é o que tem maior variação tipológica em todo o PCE, com quatro tipos de casas para cada uma das classes. Por essa variabilidade de desenhos e, consequentemente, de públicos-alvo, este bairro, e este projeto-tipo, configuram um caso de estudo interessante para uma avaliação do estado do PCE em meados

da década de 1950 na sua relação com o programa doméstico. Àqueles dois bairros, acrescem ainda os exemplos dos **BCE Vilarinha** [B48] e **BCE António Aroso** [B51], no Porto, e o **BCE Queluz** [B52]. Se nos primeiros João Vaz Martins optou por uma reprodução quase total das Classes de casas aplicadas no **BCE Benfica**, *escalando* os desenhos para reduzir as áreas de construção totais, para o **BCE Queluz** foram já desenvolvidas Classes de casa diferentes, ainda que com o aproveitamento de algumas das Classes aplicadas nos restantes bairros do mesmo autor.

Nos projetos da Classe A, retoma-se a solução das Casas Económicas de ter plantas mais largas que profundas. Este é um dos fatores que nos leva a considerar que neste projeto-tipo de João Vaz Martins há algum abandono do esforço de racionalidade que esteve presente, apesar de tudo, no Primeiro Tempo do Programa. Esta "rotação" da direção dos volumes, se tem explicação nas Classes A e B, em que João Vaz Martins generaliza a conjugação de moradias em banda, é menos lógica nas Classes C e D, onde se mantém o princípio das moradias geminadas. A definição de plantas menos profundas será uma consequência da complexificação do programa doméstico, desmultiplicado em espaços de função mais específica, obrigando a um maior número de vãos para garantir a iluminação de todos os espaços, mas é sintomática de uma abordagem menos científica e mais empírica ao projeto habitacional. Esta proporção, ainda que com um programa mais simples, foi recorrente nos projetos-tipo dos primeiros anos do Programa, assim como a utilização da sala comum como espaço de entrada, que João Vaz Martins recupera, em relação direta com a escada de acesso ao piso superior. A grande variação destes projetos de João Vaz Martins está na utilização de um sistema de moradias em banda, que não é novidade no Programa — Raul Lino já testara, como indicamos na Parte 2, algumas soluções de *banda curta* no **BCE Terras do Forno** [B8] e Faria da Costa testara soluções mais longas no **BCE Restelo** [B44].

Na Classe A1 (52 m²) e na Classe A2 (60 m²) a sala ocupa toda a frente de rua, localizando-se a cozinha na fachada traseira; no piso superior,

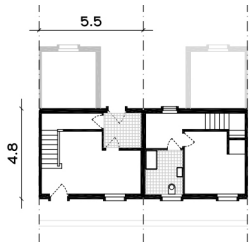

Fig. 101. Projeto-tipo PT2H. Planta de fogo em habitação unifamiliar, de Classe A1.

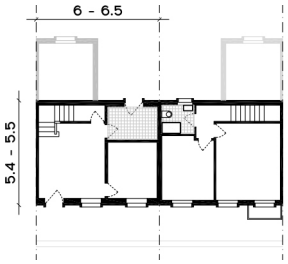

Fig. 102. Projeto-tipo PT2H. Planta de fogo em habitação unifamiliar, de Classe A3. Escala 1:400.

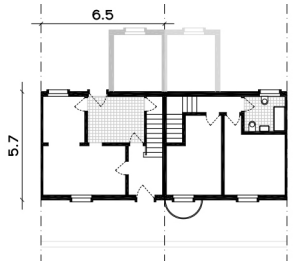

Fig. 103. Projeto-tipo PT2H. Planta de fogo em habitação unifamiliar, de Classe B1. Escala 1:400.

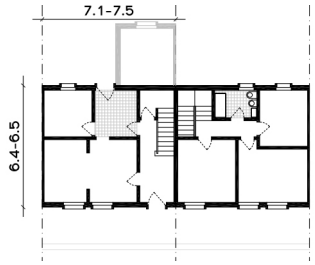

Fig. 104. Projeto-tipo PT2H. Planta de fogo em habitação unifamiliar, de Classe B3. Escala 1:400.

um ou dois quartos e uma instalação sanitária completa, no caso do Tipo A1 não sobre a cozinha, exceção já notada no Entroncamento. A evolução para os tipos superiores dá-se com a adição de um quarto no piso térreo na Classe A3 (64 a 72 m²); na Classe A4 (96 a 104 m²), a esse quarto adicional no piso térreo soma-se um outro quarto em cada piso. Para o **BCE Queluz** [B52] foram desenvolvidas outras versões de Classe A, de dimensão semelhante mas com uma sobreposição de zonas de águas e com a criação de espaços mais convencionais de entrada formal.

Nas moradias de classe B, mantendo-se o sistema de moradias em banda, passa a existir em todas as versões um espaço de entrada e uma divisão da sala em zona de estar e zona de refeições. A Classe B1 (74 m²) está dividida entre zona social — entrada, sala e cozinha — no piso inferior e dois quartos e instalação sanitária no piso superior. Na Classe B2 (84 a 88 m²) é acrescentado um terceiro quarto no piso superior. No tipo B3 (90 a 98 m²) o piso inferior ganha um quarto junto à cozinha e no tipo B4 (126 a 136 m²) é acrescentado um quarto em cada piso.

Nas moradias de classe C regressa-se ao sistema de moradias geminadas, com acesso a partir da fachada lateral. A variação interior é a criação de uma instalação sanitária no piso inferior e um aumento do número de quartos. Assim, o tipo C1 (96 m²) tem entrada, sala, cozinha e instalação sanitária no piso inferior e três quartos e instalação sanitária no piso superior. No tipo C2 (114 m²) é acrescentado um quarto no piso inferior. No tipo C3 (128 m²) é acrescentado um quarto no piso superior e uma arrecadação no piso inferior e no tipo C4 (146 m²) há mais um quarto em cada piso, para um total de sete quartos (um deles, associado ao espaço de entrada, é representado como área de trabalho).

Nas moradias de classe D, também geminadas, o tipo mais pequeno, D1 (144 m²) tem sala, cozinha, escritório, quarto e instalação sanitária no piso inferior e quatro quartos e instalação sanitária no piso superior; este piso tem a especificidade de ter ainda um espaço de terraço exterior sobre a zona da cozinha.

O tipo D4 (180 m²) tem mais um quarto por piso, para um total de oito quartos (incluindo “escritório”).

O **BCE Benfica** [B49] é, cremos, um ponto representativo e de viragem da evolução do PCE no Segundo Tempo. Embora haja algum recurso a sistemas de justaposição distintos com vista à redução de custos, à medida que cresce a área e a classificação das moradias há uma progressiva multiplicação e especialização de espaços, sem que isso represente uma notada investigação tipológica, pelo contrário: é um programa de resposta tradicional, de representação convencional de casa aburguesada e de espaços pensados isoladamente.

O que é de notar, sim, é um assumir de uma família-alvo pequeno-burguesa, particularmente na criação, nas classes C e D, quer do espaço de "escritório" associado à entrada, quer de um quarto (nas Classes de renda mais alta por vezes dois) junto à zona de cozinha, em alguns exemplos com instalação sanitária associada, representando uma separação entre área *familiar* e área de *serviço*. Esta separação não é, no entanto, e curiosamente, apoiada pela criação de espaços complementares de serviço nessas zonas, nomeadamente arrumos e lavandaria. Devemos notar que em muitos casos do segundo tempo se possibilitou a construção em cave, de que poderiam resultar espaços de serviço adicionais, embora não tenhamos encontrado nenhum caso de criação de zonas de águas em cave, o que se explica com a complexidade técnica desse tipo de soluções, quer em termos de impermeabilização quer, e particularmente, no que se refere ao escoamento de águas residuais. As zonas de águas, aliás, tendem a ser, em praticamente todo o PCE, muito concentradas, com vista à racionalização das redes de infraestruturas, preocupação que surge desde muito cedo no desenvolvimento do programa e que se mantém em quase todos os Projetos-Tipo; João Vaz Martins é o autor em que essa preocupação é menos vincada.

O trabalho de João Vaz Martins nas Casas Económicas, em parte contemporâneo do desenvolvimento do Inquérito à Arquitetura Popular, reflete uma abordagem de projeto paralela à que surge associada ao Inquérito. Dando continuidade à utilização de elementos de construção mais *convencional* do que *tradicional*, como as coberturas inclinadas, representa uma produção de continuidade, algo acrítica, utilizando elementos de uma gramática conservadora, mas de estética *moderna*, como a aplicação de linhas esbeltas projetadas

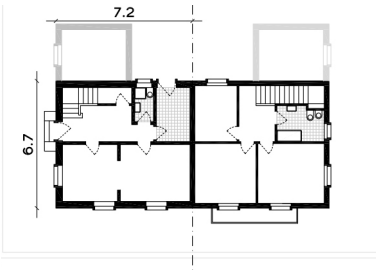

Fig. 105. Projeto-tipo PT2H. Planta de fogo em habitação unifamiliar, de Classe C1. Escala 1:400.

Fig. 106. Projeto-tipo PT2H. Planta de fogo em habitação unifamiliar, de Classe C3. Escala 1:400.

Fig. 107. Projeto-tipo PT2H. Planta de fogo em habitação unifamiliar, de Classe D1. Escala 1:400.

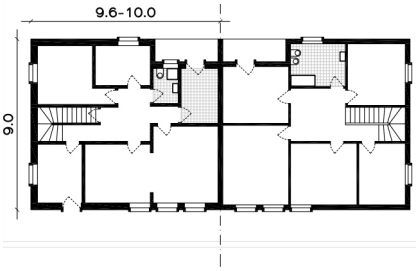

Fig. 108. Projeto-tipo PT2H. Planta de fogo em habitação unifamiliar, de Classe D4. Escala 1:400.

no lugar das convencionais cantarias ou a criação de panos de azulejo para marcação de entradas em algumas das Classes de casas. Esta estética *relativamente* atualizada não é acompanhada, no entanto, por um questionamento do espaço doméstico, antes reforçando-se um aburguesamento daquele e uma especialização dos espaços interiores sem uma atualização dos programas e das vivências, refletindo a cristalização de uma certa ideia de casa burguesa - e da necessidade de este doméstico conservador estar representado no PCE.

Fig. 110. BCE Vilarinha (João Vaz Martins, Porto 1955-57). Vista de moradias unifamiliares em banda de Classe B. Fotografia de 2023.

Fig. 109. BCE Benfica (João Vaz Martins, Lisboa 1958). Vista de moradias unifamiliares de Classe D. Fotografia de 2022.

PROJETO-TIPO PT2G

Fig. 111. BCE Entroncamento (João Vaz Martins 1951-56). Vista de moradias unifamiliares de Classe B, s/d. [Fotografia do autor ao Álbum Fotográfico DGEMN, Coleção Fotográfica, Arquivo da DGPC, Forte de Sacavém]

O **BCE Entroncamento** [B40] será a primeira intervenção de João Vaz Martins no programa, com pequenas variações relativamente às Classes que foram mais genericamente aplicadas nesta fase do programa e que analisaremos adiante.

Tendo desenvolvido quatro tipos (A2, A3, B2 e B3), os três primeiros mantêm a lógica de utilizar a sala comum, a que Fernando Jácome de Castro chamara "sala de fora," como espaço familiar, de refeições, e de entrada na habitação. No tipo A2, a sala de fora está aberta para a escada, encostada à fachada lateral, e nas traseiras do piso térreo localizam-se cozinha e instalação sanitária. No piso superior, o patamar superior da escada dá acesso aos dois quartos, um na fachada principal e outro na fachada das traseiras. A variação relativamente às Classes mais recorrentes no programa está apenas na localização da escada, que Vaz Martins relaciona diretamente com a entrada e a sala. No tipo A3, ligeiramente mais largo, a instalação sanitária passa para o piso superior, sobre a cozinha, ficando o terceiro quarto junto à cozinha e com acesso direto a partir da sala comum; a relação com a escada é idêntica ao tipo anterior.

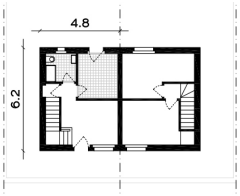

Fig. 112. Projeto-tipo PT2G. Planta de habitação unifamiliar de Classe A2. Escala 1:400.

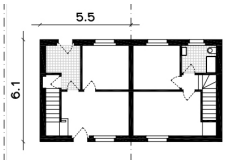

Fig. 113. Projeto-tipo PT2G. Planta de habitação unifamiliar de Classe A3. Escala 1:400.

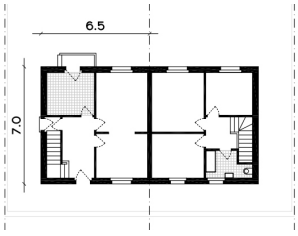

Fig. 114. Projeto-tipo PT2G. Planta de habitação unifamiliar de Classe B2. Escala 1:400.

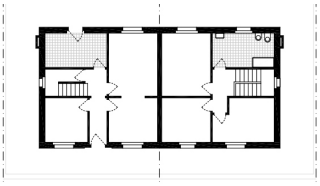

Fig. 115. Projeto-tipo PT2G. Planta de habitação unifamiliar de Classe B3. Escala 1:400.

No tipo B2, a sala passa a ter duas frentes e é dividida em zona de estar, na fachada principal, e zona de refeições, na fachada das traseiras, sendo criado um espaço de entrada e acesso à escada, aqui também encostada à fachada lateral. Na continuidade desse espaço situa-se a cozinha, e na área correspondente ao átrio no piso superior é colocada a instalação sanitária, que assim tem vão na fachada principal, assim como um dos quartos mais pequenos. O quarto de maior dimensão e o terceiro quarto estão na fachada das traseiras. No tipo B3 a escada é dividida em dois lanços perpendiculares à fachada, tendo a sala também duas frentes. Nesta Classe, a instalação sanitária é instalada sobre a cozinha, e há um quarto no piso térreo, no lado oposto ao da sala e com acesso a partir do átrio de entrada.

Estes modelos, de pouca evolução relativamente aos anteriores, anunciam algum abandono de princípios de racionalidade no projeto, como vimos. Esse abandono é particularmente notório no tipo B2, um dos poucos exemplos de moradia de dois pisos no programa em que não há uma sobreposição das zonas de águas e em que algum desequilíbrio nas áreas origina uma cozinha de área algo exagerada, maior do que a cozinha do Tipo B3. Estes modelos aparentam então um certo relaxamento no controlo económico do programa, relaxamento esse que é reforçado pelas Classes desenvolvidas nos bairros que João Vaz Martins assina a partir de meados da década de 1950, em que se afasta mais dos modelos da década anterior. Identificamos seis bairros em que são construídos fogos de Classes semelhantes, com pequenas variações formais e em que, por vezes, Classes idênticas são aplicadas em bairros distintos.

A ação de João Vaz Martins no PCE, embora configure uma situação que não foi possível esclarecer completamente (já que aparentemente era arquiteto da DGEMN e, em simultâneo, contratado para prestar serviços à Secção de Construção de Casas Económicas da mesma entidade) indicia algum equilíbrio entre a liberdade de ação dos arquitetos e a maior ou menor intervenção do estado enquanto dono de obra no desenvolvimento dos projetos. Não encontramos qualquer referência crítica a projetos por motivos ideológicos; não encontramos nota de análise dos bairros de Casas Económicas pelo Conselho

Superior de Obras Públicas;[577] apesar de haver registo da aprovação por parte de vários Ministros das Obras Públicas e Comunicações de projetos de bairros e projetos-tipo de habitações, também encontramos indicações de que a urgência de alguns processos permitiu saltar etapas de aprovação.[578]

Parece-nos, por isso, pertinente a análise de processos de bairros em que foram desenvolvidos projetos "de autor," em que os projetistas desenvolveram todos os elementos do processo, desde o plano urbanístico ao projeto dos fogos. Este tipo de processos ocorreu, principalmente, no segundo tempo do PCE e são exemplos disso os bairros de Almada, Portalegre, Vale Escuro e Restelo, e Évora.

577. Sobre o âmbito de ação do CSOP, ver Joana Brites, *O Capital da Arquitectura, Estado Novo, Arquitectos e Caixa Geral de Depósitos 1929-1970*.

578. Como referimos, por exemplo, a propósito do BCE Cumeada [B43].

Fig. 116. BCE Entroncamento (João Vaz Martins, 1951-56). Vista de moradias unifamiliares de Classe B. Fotografia de 2023.

Fig. 117. BCE Almada (Irmãos Rebelo de Andrade, 1946-54). Vista de moradias unifamiliares de Classe B, s/d. [Fotografia do autor ao Álbum Fotográfico DGEMN, Coleção Fotográfica, Arquivo da DGPC, Forte de Sacavém]

O último exemplo de bairro do Segundo Tempo das Casas Económicas em que há contratação de arquitetos externos aos serviços do PCE é o do **BCE Almada** [B46], projetado por Carlos e Guilherme Rebelo de Andrade.[579] Já analisamos a posição relativamente conservadora de Guilherme Rebelo de Andrade, pelo que não é surpreendente que este conjunto de Almada represente uma das imagens mais próximas do que é a visão convencional das Casas Económicas na historiografia de arquitetura, a da busca de um certo tipo de pitoresco de cariz ruralizado, refletido não tanto no desenho dos projetos-tipo mas particularmente na justaposição à arquitetura de elementos decorativos. No caso de Almada, a expressividade do desenho das chaminés, em diversos casos sobredimensionadas por opção estética, e a utilização dos cunhais em alvenaria tosca à vista, revelam essa procura que, cremos, está mais ligada ao gosto dos respetivos autores, refletindo alguma liberdade na definição da imagem dos bairros. Veremos mais adiante como noutros autores que procurarão este tipo de *pitoresco* — nomeadamente Vasco Regaleira e Alberto Souza — essa procura é perfeitamente enquadrável no seu próprio percurso e no conjunto das suas obras e não aparenta ser uma imposição formal, antes uma interpretação autoral dos objetivos do PCE.

579. Embora os desenhos assinados consultados indiquem sempre o nome de Carlos Rebelo de Andrade, várias das peças têm a nota na assinatura "Pel'Os Arquitectos (a) Carlos Rebelo de Andrade," pelo que atribuímos o projeto a ambos.

Outro aspeto que reflete alguma liberdade de projeto nesta fase do PCE é, no caso do **BCE Almada**, a opção por moradias em banda para classes de moradias de áreas menores, um sistema pouco comum no Programa e que, como víamos, Carlos Rebelo de Andrade defendia para habitações de rendas mais baixas, como forma de reduzir custos e de reforçar uma hierarquia formal que associava à própria distribuição de classes pelo bairro. Esta solução de moradias em banda, que Carlos Rebelo de Andrade designa por "correnteza" tanto na sua participação no congresso de 1944 que referimos na Parte 2, como neste projeto de Almada, apresenta, no entanto, diferenças consideráveis para com a variação do mesmo sistema que, quase em simultâneo, Faria da Costa desenhava para o **BCE Restelo** [B44].

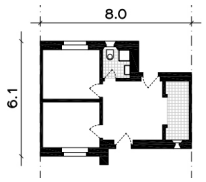

Fig. 118. Projeto-tipo PT2F. Planta de habitação unifamiliar de Classe A2 "Correnteza." Escala 1:400.

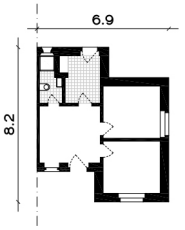

Fig. 119. Projeto-tipo PT2F. Planta de habitação unifamiliar de Classe A2 Geminada. Escala 1:400.

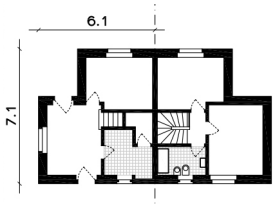

Fig. 120. Projeto-tipo PT2F. Planta de habitação unifamiliar de Classe A3. Escala 1:400.

Essas diferenças estão refletidas na integração destes conjuntos em cada um dos planos dos bairros: os irmãos Rebelo de Andrade utilizam as moradias em banda para dar continuidade a uma frente de rua convencional, em associação a moradias geminadas de maior escala, justapondo-lhes as referidas chaminés, cremos, para resolver a diferença resultante do facto de as moradias em banda terem apenas um piso; já no projeto de Faria da Costa para o Restelo, as moradias em banda criam (no plano) a leitura de linhas contínuas com uma relação geométrica entre si, sugerindo uma aproximação à edificação linear dos primórdios do Movimento Moderno.

No **BCE Almada** [B46] são utilizados quatro tipos de casa, um deles com duas variantes. O Tipo A2 é utilizado tanto em banda, denominado "correnteza" — 42 m² — como geminado — 47 m². Na versão em banda, o volume é estreitado na zona da cozinha, enquanto a versão geminada é composta por dois volumes deslocados um do outro para formar uma área exterior de transição e entrada. Em ambas as versões a sala comum, que também é o espaço de entrada, é a zona central da casa, acedendo-se diretamente desse espaço para instalação sanitária, cozinha e dois quartos. No caso das moradias em banda, a cozinha é colocada na meação com uma relação mais franca com a sala (pelas dimensões e abertura, quase se poderia classificar como *kitchenette*), com janela na

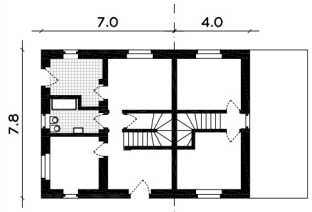

Fig. 121. Projeto-tipo PT2F. Planta de habitação unifamiliar de Classe B2. Escala 1:400.

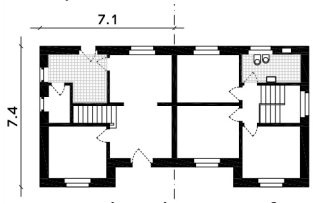

Fig. 122. Projeto-tipo PT2F. Planta de habitação unifamiliar de Classe B3. Escala 1:400.

fachada principal, enquanto nas moradias geminadas a cozinha está associada à instalação sanitária, com aberturas para a fachada traseira. Nas moradias em banda, o acesso ao logradouro é feito pela sala comum. A sala comum, representada no projeto apenas como área de refeições, torna-se assim um espaço de átrio com função de zona de refeições, mais do que de sala convencional. No Tipo A3 — 76 m² — este tipo de solução repete-se, com a sala comum, a partir da qual se faz a entrada na casa, a dar acesso direto ao logradouro, à cozinha, a um quarto e à escada de acesso ao piso superior. No piso superior, mais dois quartos e a instalação sanitária completam o programa. No Tipo B2 — 86 m² — existe já um espaço de átrio de entrada na fachada principal, que dá acesso ao quarto do piso inferior, à escada e um pequeno corredor/afunilamento que estabelece a transição para a sala comum e de onde se acede à instalação sanitária e a uma zona de arrumos sob a escada. A sala comum e a cozinha estão associadas à fachada traseira, acedendo-se ao logradouro a partir da cozinha. O piso superior tem dois quartos. No Tipo B3 — 98 m² — o espaço de entrada ganha dimensão e função de zona de estar, abrindo-se para a zona de refeições na fachada traseira. A instalação sanitária é deslocada para o piso superior, associada a três quartos, que se somam ao quarto do piso inferior.

PROJETO-TIPO PT2E

Fig. 123. BCE Portalegre (Vasco Regaleira, 1946-52). Vista de moradias unifamiliares geminadas de Classe B, s/d. [Fotografia do autor ao Álbum Fotográfico DGEMN, Coleção Fotográfica, Arquivo da DGPC, Forte de Sacavém]

O processo do **BCE Portalegre** [B45], desenvolvido por Vasco Regaleira, é um exemplo, simultaneamente, de alguma liberdade de ação na fase de projeto e de uma atitude mais impositiva por parte dos serviços estatais na fase de implementação. Como indicamos na Parte 2, Vasco Regaleira desenvolveu o projeto para uma zona diferente do Plano de Urbanização de Portalegre daquela que viria a ser ocupada. Além disso, desenvolveu projetos de moradias isoladas, sistema que não foi aplicado em qualquer momento do programa, sem que seja clara a motivação do autor. Cumprindo a designação oficial do programa (Classes A e B, Tipos 2 e 3), Vasco Regaleira apresenta no anteprojeto do bairro 2 variantes de cada um desses tipos, uma com moradias geminadas, de três frentes cada, e uma com moradias isoladas, com quatro frentes. No projeto final, são desenvolvidas apenas as soluções de moradias geminadas, sem alterações consideráveis ao anteprojeto, o que é particularmente digno de nota já que os quatro tipos de casas desenvolvidos apresentam o mesmo programa, com cozinha e sala no piso inferior e três quartos e instalação sanitária no piso superior — Classes A2 (62 m²), A3 (68 m²), B2 (86 m²) e B3 (114 m²). As variações, para além de um considerável aumento de área (uma diferença de mais

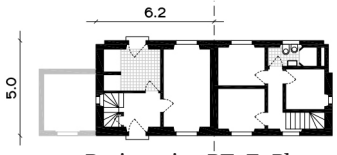

Fig. 124. Projeto-tipo PT2E. Planta de habitação unifamiliar de Classe A2. Escala 1:400.

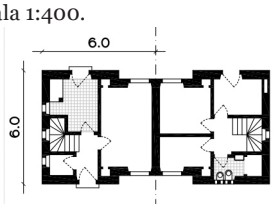

Fig. 125. Projeto-tipo PT2E. Planta de habitação unifamiliar de Classe A3. Escala 1:400.

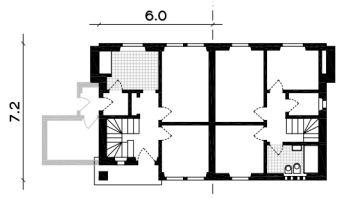

Fig. 126. Projeto-tipo PT2E. Planta de habitação unifamiliar de Classe B2. Escala 1:400.

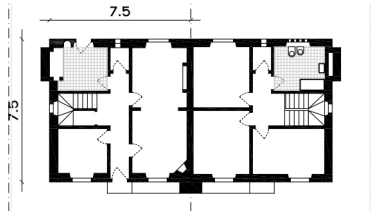

Fig. 127. Projeto-tipo PT2E. Planta de habitação unifamiliar de Classe B3. Escala 1:400.

de 50 m² do tipo mais pequeno para o maior), são, assim, de detalhe, como alguns espaços de arrumação, a posição/dimensão do espaço de entrada e a divisão da sala em zona de estar e zona de jantar; esta última é uma separação física na classe B2, com espaços separados, e uma separação apenas visual na classe B3, com a divisão de um espaço comum através de um pórtico ao centro.

Tal como em Almada, notamos o que cremos ser uma aplicação ao gosto do autor de certos elementos decorativos; essa aplicação poderá, no entanto, corresponder a uma imposição ou procura visual indicada por parte das entidades do estado responsáveis pelo Programa, de que não encontramos qualquer sinal na documentação encontrada. Fazemos esta nota porque embora essa justaposição de elementos decorativos de procura de um certo pitoresco ruralizado seja enquadrável na obra de Vasco Regaleira (veja-se, a título de exemplo, o estudo para uma habitação e pousada em Vieira do Minho, sem esquecer a já referida "Casa de Santo António" na Exposição do Mundo Português de 1940), também é verdade que quando confrontado com o programa *moderno* da habitação plurifamiliar, Vasco Regaleira optou por um desenho muito mais próximo de linhas abstratizantes *art deco*, nomeadamente no Bairro da GNR no Alto do Pina (Lisboa, 1936-1939) onde recorre a formas mais depuradas, na linha do que Paulino Montez testava simultaneamente no Alvito.

Devemos notar aqui uma questão que nos parece pertinente no desenvolvimento de projetos de habitação de custo reduzido ou, pelo menos, controlado. O desenvolvimento de oito Classes de programa semelhante, com pequenas variações formais, vai de encontro a uma postura que se encontra em diversos projetos de habitação programada anteriores ao PCE e que sugere uma abordagem autoral e menos técnica à questão habitacional e, particularmente, à gestão de recursos. Encontramos aqui resquícios de uma postura que era comum nos primeiros exercícios de habitação programada.

PROJETO-TIPO PT2D

Fig. 128. BCE Restelo (João Guilherme Faria da Costa, Lisboa 1947-53). Vista de moradias de classe C, s/d. [Fotografia do autor ao Álbum Fotográfico DGEMN, Coleção Fotográfica, Arquivo da DGPC, Forte de Sacavém]

O projeto-tipo desenvolvido por João Guilherme Faria da Costa e aplicado no **BCE Vale Escuro** [B41] e **BCE Restelo** [B44] reflete, tal como o projeto-tipo PT2B, uma oferta afunilada, com a utilização apenas de moradias de Classes B e C (no **BCE Vale Escuro**) e C e D (no **BCE Restelo**), ou seja, para um público-alvo menos heterogéneo e com um rendimento médio superior. Esse afunilamento tem reflexos na definição do programa doméstico e na sua especialização, com a adição de espaços de funções muito específicas.

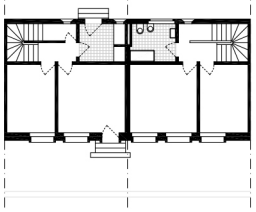

Fig. 129. Projeto-tipo PT2D. Planta de habitação unifamiliar de Classe B2. Escala 1:400.

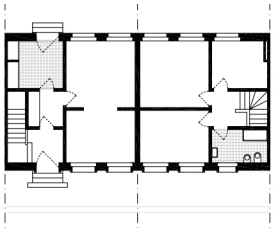

Fig. 130. Projeto-tipo PT2D. Planta de habitação unifamiliar de Classe B3. Escala 1:400.

Utilizando mais frequentemente o sistema de moradias em banda (refletindo opções de leitura volumétrica de que deixamos nota no ponto 2.5 desta Tese), Faria da Costa recorre à rotação da direção dominante dos volumes, criando fachadas de frente e traseira mais alongadas e empenas mais curtas, conseguindo assim prolongar os volumes resultantes da justaposição das moradias. A especialização do espaço interior e a criação de fachadas nobres mais longas reflete uma aparente menor preocupação com o custo final da construção, naturalmente associada ao público-alvo específico destes conjuntos, e das rendas que seriam expectáveis.

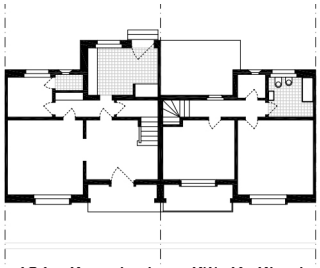

Fig. 131. Projeto-tipo PT2D. Planta de habitação unifamiliar de Classe C2. Escala 1:400.

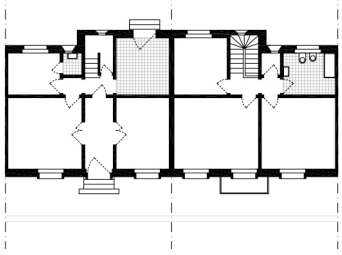

Fig. 132. Projeto-tipo PT2D. Planta de habitação unifamiliar de Classe C3. Escala 1:400.

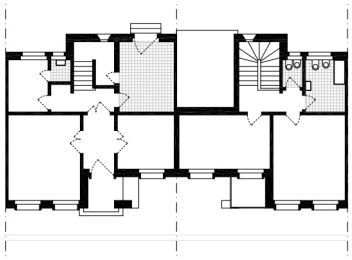

Fig. 133. Projeto-tipo PT2D. Planta de habitação unifamiliar de Classe D2. Escala 1:400.

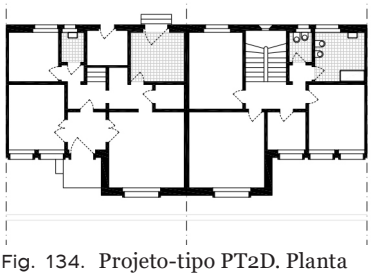

Fig. 134. Projeto-tipo PT2D. Planta de habitação unifamiliar de Classe D3. Escala 1:400.

Inicia-se também nesta proposta de Faria da Costa o final da relação no Programa entre a designação da Classe e o número de quartos, com dois quartos nas Classes C1, D1 e D2 e três quartos nas Classes C2, C3 e D3.

As diferentes Classes de casas desenvolvidas por Faria da Costa refletem uma progressiva especialização e separação do programa. Nas Classes B2 (83 m²) e C1 (99 m²), o programa é reduzido ao mínimo: piso térreo com sala comum dividida em duas zonas, uma delas funcionando também como espaço de entrada, e cozinha, e piso superior com dois quartos e instalação sanitária. Na Classe B3 (101 m²), para além do acrescento de um quarto no piso superior, é criado um espaço intermédio de copa que funciona como rótula de ligação entre a entrada, a sala comum e a cozinha; a instalação sanitária do piso superior é localizada sobre a entrada, não havendo uma concentração de zonas de águas. Na Classe C2 (116 m²) o ganho de área é convertido num quarto de serviçal e um espaço de arrumos em cada piso, mantendo-se os dois quartos no piso superior.

Nas Classes C3 (129 m²), D1 (125 m²), D2 (138 m²) e D3 (151 m²), a lógica distributiva é em tudo idêntica, com átrio de entrada a eixo, separando sala de jantar e sala de estar (uma separação tradicional, refletindo uma visão mais conservadora da vida familiar), e espaços de serviço concentrados na relação com a fachada de logradouro. Tal como na Classe C, o ganho de áreas não se converte necessariamente no número de quartos (dois nas Classes D1 e D2, três nas Classes C3 e D3), mas sim na multiplicação de áreas de apoio — quarto de serviçal, com zona de chuveiro associada, nas Classes C3, D2 e D3, e uma segunda instalação sanitária, sem banho, no piso superior das Classes D2 e D3, para além de alguns espaços de arrumação. A especificidade dos destinatários do **BCE Restelo** [B44] é refletida no programa doméstico das Classes para famílias de maiores rendimentos, que incluem, nas peças desenhadas, espaços destinados a “Malas” ou a “Quarto de Costura,” numa interpretação da vivência familiar muito menos abstrata do que noutras interpretações das Casas Económicas.

PROJETO-TIPO PT2C

Fig. 135. BCE Calhabé (Januário Godinho, Coimbra 1944-51), s/d. [Fotografia do autor ao Álbum Fotográfico DGEMN, Coleção Fotográfica, Arquivo da DGPC, Forte de Sacavém]

Januário Godinho foi contratado durante a década de 1940 para desenvolver os dois bairros do Segundo Tempo das Casas Económicas de Coimbra, **BCE Calhabé** [B38] e **BCE Cumeada** [B43], para além de ter desenvolvido um projeto-tipo de moradias de dois pisos para as classes C e D.[580] Relativamente a este último projeto-tipo, que alguma documentação indica como versão "definitiva," não encontramos registos da sua aplicação, mesmo no Bairro da Cumeada, o único com intervenção de Januário Godinho onde é aplicada a Classe C. Os projetos de moradias de Classes A e B destes bairros de Coimbra são ainda aplicados no **BCE Portimão II** [B50], embora, como indicamos, não haja registo da participação de Januário Godinho no projeto desse bairro algarvio; há algumas semelhanças entre estes projetos e outros deste período das Casas Económicas, mas algumas especificidades, nomeadamente o acesso lateral nas Classes A3 e B3, levam-nos a atribuir este conjunto de Classes a Januário Godinho e a classificá-lo como um projeto independente que identificamos como Tipo PT2C na base de dados de projetos-tipo do PCE. O mesmo projeto-tipo estava previsto para um BCE Celas, também desenhado por Januário Godinho, que não se concretizou.

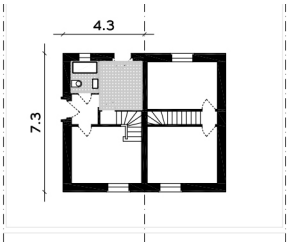

Fig. 136. Projeto-tipo PT2C. Planta de habitação unifamiliar de Classe A2. Escala 1:400.

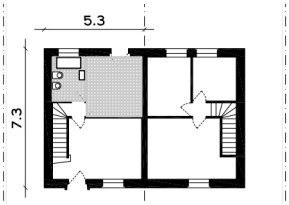

Fig. 137. Projeto-tipo PT2C. Planta de habitação unifamiliar de Classe A3. Escala 1:400.

580. "Projeto-tipo de Casas Económicas," AHIHRU, Forte de Sacavém.

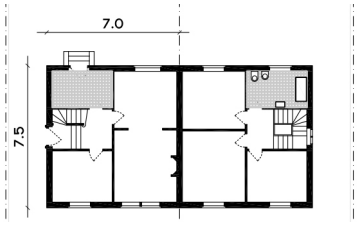

Fig. 138. Projeto-tipo PT2C. Planta de habitação unifamiliar de Classe B3. Escala 1:400.

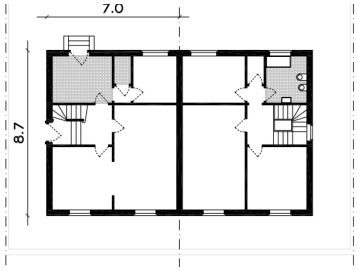

Fig. 139. Projeto-tipo PT2C. Planta de habitação unifamiliar de Classe C3. Escala 1:400.

Os projetos-tipo são, então, muito próximos de outros deste período do Programa. O Tipo A2 (63 m²) tem no piso inferior sala, instalação sanitária e cozinha e no piso superior dois quartos. O acesso é feito pela fachada lateral, para um pequeno átrio de entrada com ligação à sala, na fachada principal, e cozinha e instalação sanitária, na fachada traseira. A escada tem acesso a partir do interior da sala comum, gerando uma relação pouco funcional entre os quartos e a instalação sanitária, numa posição mais exposta relativamente à área social do que na maioria dos projetos do Programa. No Tipo A3 (78 m²) a organização é semelhante, mas o acesso é feito pela fachada principal e diretamente para a sala comum, e há um terceiro quarto no piso superior. A escada é posicionada mais próxima da entrada principal, sugerindo uma zona informal de entrada. No Tipo B2 (93 m²), a entrada é novamente pela fachada lateral, para um átrio de entrada em relação direta com a escada, cozinha, e sala comum, que está nesta Classe dividida em duas zonas, aproveitando as três frentes da moradia. O Tipo B3 (106 m²) tem a mesma organização, mas ganha alguma área para permitir que a sala se desdobre em três espaços, passando um deles a ser o quarto quarto da moradia.

Para o **BCE Cumeada** [B43], foi desenvolvido um projeto-tipo de Classe C3 (118 m²), com uma distribuição muito semelhante à da Classe B3, mas com algum aumento da profundidade da construção. A sala passa a ocupar os dois espaços junto à fachada de rua, e o espaço junto à cozinha passa a incluir uma pequena instalação sanitária, assumindo a função de "quarto de criada." No piso superior, aos três quartos soma-se um pequeno espaço de arrumos.

PROJETO-TIPO PT2B

Fig. 140. BCE Marechal Gomes da Costa (Manuel Fernandes de Sá [Plano], Porto 1947-49), s/d. [Fotografia do autor ao Álbum Fotográfico DGEMN, Coleção Fotográfica, Arquivo da DGPC, Forte de Sacavém]

Cremos ser atribuível a Luís Amoroso Lopes, que assina os desenhos, este projeto-tipo que encontramos aplicado apenas no **BCE Marechal Gomes da Costa** [B35], no Porto. O projeto reflete — tal como vimos no projeto de Faria da Costa — o afunilamento do público-alvo do bairro para o qual é desenvolvido, sem moradias de Classe A e só com moradias de classes superiores. Usando apenas o sistema de moradias geminadas, Amoroso Lopes recorre quase sempre à colocação da escada na fachada de topo, aproximadamente a eixo da habitação, criando zonas centrais de circulação, num esforço de racionalização do espaço que permite algum sobredimensionamento dos espaços de salas e quartos sem que as áreas totais variem significativamente em relação a exemplos do mesmo *standard*, como as propostas de Faria de Costa. Amoroso Lopes apresenta, de resto, alguma liberdade na forma como organiza um programa em si convencional, com três quartos nas Classes B2 (92 m²) e B3 (104 m²) e quatro quartos nas restantes. Nas Classes C2 (118 m²), D2 (141 m²) e D3 (155 m²) é ainda acrescentado, no piso térreo e em relação com a cozinha, um quarto de serviçal.

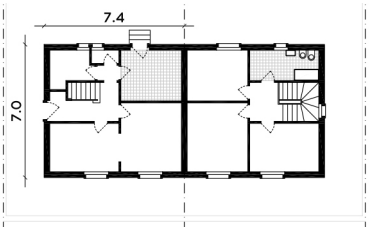

Fig. 141. Projeto-tipo PT2B. Planta de habitação unifamiliar de Classe B3. Escala 1:400.

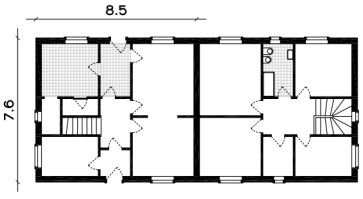

Fig. 142. Projeto-tipo PT2B. Planta de habitação unifamiliar de Classe C3. Escala 1:400.

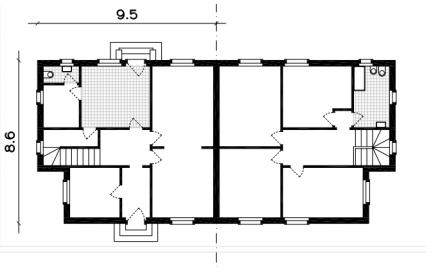

Fig. 143. Projeto-tipo PT2B. Planta de habitação unifamiliar de Classe D3. Escala 1:400.

As salas são, em todas as Classes, comuns com divisão por pórtico entre a zona de estar e a zona de refeições, dispositivo comum no Programa, e as zonas de água são tendencialmente sobrepostas. Apesar da referida racionalização dos espaços de circulação, a concentração destes dá-lhes uma dimensão pouco frequente no programa, aproximando este projeto de uma visão mais burguesa de casa, com algum destaque dado às circulações verticais, frequentemente reduzidas e mais ocultas noutros projetos-tipo.

Fig. 144. BCE Marechal Gomes da Costa (Manuel Fernandes de Sá [Plano], Porto 1947-49). Vista de moradias de Classe C. Fotografias de 2023.

3.5. LUÍS BENAVENTE E A CASA CORRENTE

O final da década de 1930 assistiu a dois movimentos paralelos de atualização do PCE a partir de dentro, com a ampliação de bairros existentes, dotando-os de moradias de dois pisos, conforme a já referida decisão de Duarte Pacheco, em 1938, de abandonar os projetos de um só piso, e com o arranque do desenvolvimento de novos bairros, de maiores dimensões, particularmente nas zonas de Lisboa e Porto. Neste conjunto de intervenções é utilizado um só projeto-tipo, com algumas variantes, que representa um alargamento do âmbito do programa e a evolução no sentido de uma multiplicação de soluções e de escalas dentro dos bairros, procurando em simultâneo dar resposta a uma maior variedade de rendimentos, permitindo (em teoria) receber nas Casas Económicas famílias de diferentes escalões sociais.

Esta abordagem representa uma sobreposição das intenções formais ao ato de projeto; como veremos, a necessidade de garantir os dois pisos exigidos por Duarte Pacheco sobrepôs-se às garantias de racionalidade construtiva e espacial que se exigiriam de soluções de habitação de custo reduzido. Mesmo para programas muito reduzidos, como moradias unifamiliares de um só quarto, desenvolveram-se soluções com dois pisos, obrigando à execução de pisos elevados e escadas, elementos que encareceram a construção das habitações. No entanto, como veremos também, essa imposição de escala não teve relação com um maior ou menor *regionalismo* das soluções, e cada autor teve, aparentemente, relativa liberdade na elaboração dos alçados para os conjuntos por que foi responsável.

Fig. 145. BCE Évora (Alberto Sousa, 1944-48). Vista de moradias unifamiliares geminadas de Classe A. Fotografia de 2022.

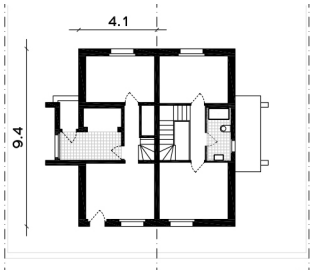

Fig. 146. Projeto-tipo PT2Av. Planta de habitação unifamiliar de Classe B3. Escala 1:400.

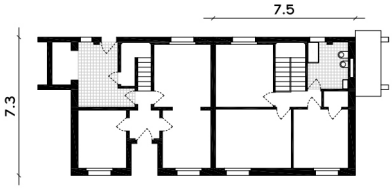

Fig. 147. Projeto-tipo PT2Av. Planta de habitação unifamiliar de Classe C3. Escala 1:400.

Alberto Souza foi contratado durante a década de 1940 para desenvolver os projetos dos **BCE Setúbal** [B33] e **BCE Évora** [B31]. As Classes aplicadas nos bairros são muito próximas das Classes do projeto-tipo PT2A, embora tenhamos considerado as de Évora um tipo próprio T2Av porque apresenta uma intervenção que, não alterando a distribuição do programa relativamente ao projeto-tipo que lhes serve de base, acrescentam em todas as Classes um pequeno volume de ampliação da cozinha que configura um espaço peculiar. Trata-se de um nicho para lareira, com chaminé de ventilação própria, que assim criava uma área no interior da cozinha para o fogo numa versão tradicional, ruralizada. No caso da Classe A3 (81 m²), o volume justaposto funciona como acesso de serviço, estando o espaço de *lar* no núcleo da habitação. De resto, a participação de Alberto Souza no programa é enquadrável no conjunto em que inserimos os irmãos Rebelo de Andrade e Vasco Regaleira, de aplicação de um certo gosto, que consideramos ser o dos próprios autores, por um pitoresco *ruralizante* muito específico, que se reflete não só neste espaço tradicional de lareira como em diversas opções estéticas, nomeadamente, mais uma vez, o desenho das chaminés e das portadas, remetendo, aqui sim, para um imaginário romantizado de *casa de aldeia*.

PROJETO-TIPO PT2A

Fig. 148. BCE Encarnação (Paulino Montez, Lisboa 1939-45). Vista de moradias unifamiliares geminadas de Classe B. [Arquivo Municipal de Lisboa PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SAL/000133]

Para atribuição da autoria do projeto-tipo de Casas Económicas desenvolvido no final da década de 1930, notamos que a 23 de janeiro de 1939 a DGEMN enviou um conjunto de desenhos ao Ministro Duarte Pacheco, que este aprovou a 29 do mesmo mês, com "casas da classe A em dôis pavimentos que pela primeira vez se apresentam e (...) casas da classe B em que se procurou melhorar quanto possível a sua construção, conseguindo-se no entanto ainda uma pequêna redução na área de construção."[581] A maioria desses desenhos não está assinada, mas um desenho de estudo de alçados da Classe A está assinado por Luís Benavente. O espólio de Benavente inclui também diversos estudos a lápis de Casas Económicas, associados ao desenvolvimento do projeto do **BCE Madre de Deus** [B24]. Atribuímos, por isso, com reservas, a Luís Benavente a autoria destes projetos-tipo. Devemos notar, no entanto, que a listagem de trabalhos feita pelo próprio Luís Benavente não inclui o desenvolvimento destes projetos, embora faça referência ao bairro. Já a listagem de projetos públicos realizada no contexto de uma exposição retrospetiva da sua obra refere o projeto-tipo de Casas Económicas.[582]

581. Carta do Engenheiro Chefe do Serviço de Construção de Casas Económicas da DGEMN ao Diretor-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, datada de 19 de janeiro de 1939. Projecto do novo tipo de Casas Económicas da classe A, em dois pavimentos e casas de classe B." SIPA, Forte de Sacavém. Cota PT-DGPC/SIPA DGEMN/RSA CE-0001.

582. Fernandes e Janeiro, *Luís Benavente | arquitecto*. Note-se ainda que existem no espólio da ex-DGEMN desenhos para o BCE Ponta Delgada [B32] assinados por Luís Benavente, sendo que esse bairro não está referido na listagem do seu espólio.

Este projeto-tipo sofreu diversas adaptações por outros autores, com pequenas alterações de dimensão, relocalização de vãos e justaposição de diferentes elementos decorativos. A Classe B é paradigmática desta variação, em que às mesmas plantas, ou quase, foram aplicados diferentes alçados, de acordo com o gosto ou o interesse de cada autor. Essas variações, sem alterarem a lógica do projeto original, têm por vezes intenções espaciais.

Para a mesma Classe B3 (114 m²), Manuel Fernandes de Sá criou a marcação de um arco em alvenaria de granito aplicado nos alçados do **BCE Costa Cabral** [B23] e **BCE Contumil** [B22], enquanto nas ampliações de bairros do Porto, de autor não identificado, se justapôs ao alçado um alpendre com arco e ameias; outros autores trabalharam respostas variadas para uma mesma planta base (ver página seguinte). Ambos trabalham, assim, o tema da transição espacial interior-exterior, embora nos pareça que a solução que atribuímos a Manuel Fernandes de Sá tem em vista a qualificação do espaço de entrada da casa, transformando um espaço que tem uma leitura de corredor, dinâmica, num espaço de proporção mais estática. De notar que, na versão que atribuímos a Manuel Fernandes de Sá, e apesar da formação *beaux arts* do autor (ou devido a essa formação), os alçados laterais trabalham com alguma liberdade o posicionamento dos vãos, em jogos de composição com algum interesse entre as aberturas e os panos cegos.

Simultaneamente, na Classe B2, onde Luís Benavente cria um átrio de entrada diretamente relacionado com o exterior, Alberto Sousa criou um espaço exterior de transição coberto, com a marcação de um arco; esta solução de Alberto Sousa, aplicada no **BCE Setúbal** [B33], reduz o espaço de átrio de entrada ao patamar de acesso à escada.

O projeto-tipo de Casas Económicas em discussão, que designámos por PT2A na base de dados de projetos-tipo, foi desenhado em 1939 e aplicado em diversos contextos, mas foi nos centros urbanos de Lisboa e Porto que se deu a principal utilização destes projetos. Tal como noutros projetos-tipo (como indicamos a propósito da variação de escala entre os projetos de João Vaz Martins para o **BCE Benfica** [B49] e para os bairros do Porto), consideramos um só projeto-tipo este conjunto

Fig. 152. BCE Amial (Joaquim Madureira, Porto 1934-38). Vista de moradias unifamiliares geminadas de Classe B3. Fotografia de 2023.

Fig. 151. BCE Contumil (Manuel Fernandes de Sá [Plano], 1939-42). Vista de moradias unifamiliares geminadas de Classe B3. Fotografia de 2023.

Fig. 149. BCE Encarnação (Paulino Montez, Lisboa 1939-45). Vista de moradias unifamiliares geminadas de Classe B3. Fotografia de 2022.

Fig. 150. BCE Madre de Deus (Luís Benavente, Lisboa 1939-45). Vista de moradias unifamiliares geminadas de Classe B3. Fotografia de 2022.

Fig. 153. BCE Contumil II (Porto, 1944-46). Vista de moradias unifamiliares geminadas de Classe B3. Fotografia de 2023.

Fig. 154. BCE Setúbal (Alberto Sousa, 1949). Vista de moradias unifamiliares geminadas de Classe B3. Fotografia de 2022.

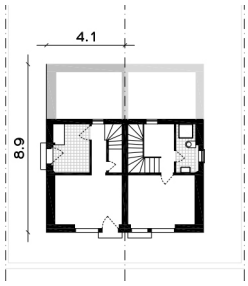

Fig. 155. Projeto-tipo PT2A. Planta de habitação unifamiliar de Classe A1. Escala 1:400.

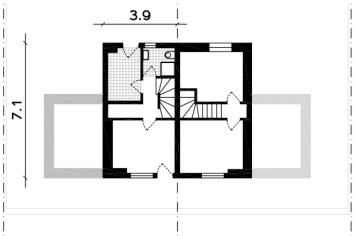

Fig. 157. Projeto-tipo PT2A. Planta de habitação unifamiliar de Classe A2. Escala 1:400.

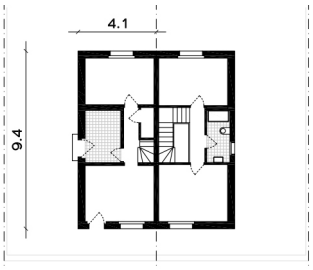

Fig. 156. Projeto-tipo PT2A. Planta de habitação unifamiliar de Classe A3. Escala 1:400.

de Classes variantes apesar de haver, a espaços, e como referimos, a adição pelos diversos autores dos Bairros de elementos formais com algum significado. Genericamente, este conjunto de projetos apresenta distribuições similares e, acima de tudo, uma leitura muito semelhante do que é o espaço doméstico e da relação entre áreas sociais, privadas e de serviços. Seguindo essa lógica, consideramos que as variantes, de uso cruzado entre diversos bairros, se integram numa mesma *tipologia*.

A grande transformação neste conjunto de projetos é, então, a aplicação, diríamos quase acrítica, do princípio estipulado por Duarte Pacheco de recusar definitivamente o tipo de moradia térrea. Como consequência, particularmente nas moradias para rendas mais baixas, a escada assume uma percentagem considerável da área da habitação, sobrepondo-se, pela primeira vez no programa, a *imagem* da casa à *racionalidade* da organização dos espaços. A Classe A1, com sala e cozinha no piso de entrada e quarto e instalação sanitária no piso superior, é demonstrativa dessa opção de, de forma a garantir um resultado formal mais próximo do pretendido pelas entidades decisoras (em dimensão), se abandonou o que era um pensamento técnico de instrumentos de racionalização do projeto, presentes nos primeiros Projetos-Tipo, relativamente elaborado para a época. A distribuição programática obriga a um sistema construtivo mais complexo e mais caro, sem que isso represente um ganho para o desenho do espaço doméstico. Veremos adiante como com um mesmo objetivo de atingir uma *escala* mais digna, Paulino Montez aplicou, no **BCE Alvito** [B26], um sistema plurifamiliar de acesso direto, eliminando a necessidade de duplicação da escada resultante da solução da casa geminada.

A escada é então o elemento *alienígena* deste conjunto de projetos-tipo, particularmente nestas classes de rendas mais baixas. Nas Classes A2 (56 ou 64 m²) e A3 (77 m²) a dificuldade resultante da distribuição em dois pisos de um programa extremamente reduzido é ainda mais notória, obrigando à colocação de sala, cozinha e instalação sanitária no piso de entrada e dos quartos no piso superior, eliminando uma relação entre zonas privadas e instalação sanitária que na primeira fase do programa se considerou necessária (e que era, certamente, um fator de *modernidade* no desenho do espaço doméstico).

Analisando os projetos-tipos da Classe B percebemos uma maior facilidade dos técnicos na distribuição do programa doméstico, já que este se especializa, com aumento e subdivisão das áreas sociais — o que nas Classes A era um espaço comum de refeições, estar e entrada passa a três espaços de uso distinto nas Classes B — resultando num maior equilíbrio de área entre áreas sociais e de serviço no piso de entrada e áreas privadas no piso superior. Nestas Classes B o programa divide-se então em átrio, sala de estar, sala de refeições, e cozinha num piso, e quartos — dois na Classe B1 (84 m²), três nas Classes B2 (100 m²) e B3 (114 m²) — e instalação sanitária no outro piso. A Classe B3 ganha um quarto quarto junto à entrada.

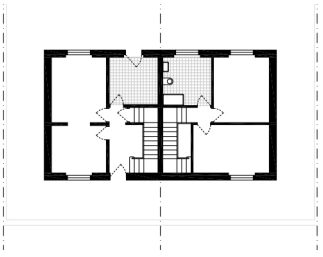

Fig. 160. Projeto-tipo PT2A. Planta de habitação unifamiliar de Classe B1. Escala 1:400.

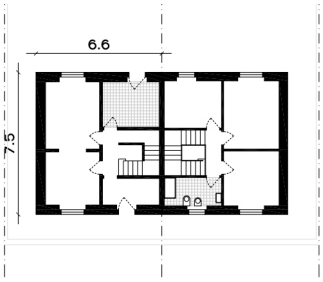

Fig. 159. Projeto-tipo PT2A. Planta de habitação unifamiliar de Classe B2. Escala 1:400.

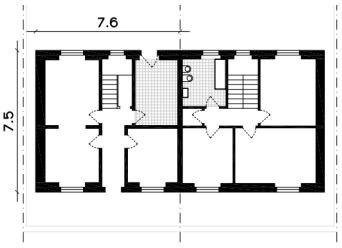

Fig. 158. Projeto-tipo PT2A. Planta de habitação unifamiliar de Classe B3. Escala 1:400.

Dá-se então nesta fase o que consideramos ser o *aburguesamento* do programa doméstico das Casas Económicas, notado particularmente na especialização do programa. As novidades no Programa são o aparecimento do átrio de entrada — cujo uso se generalizará até Miguel Pestana procurar o referido regresso ao modelo original — a divisão da sala em dois espaços — por vezes em espaços separados, mas com mais frequência com uma marcação da transição entre espaços com um pórtico de divisão — e, nos projetos-tipo para rendas mais altas desta fase, o aparecimento de um quarto adicional em relação direta com a entrada. Este quarto adicional, pela posição que ocupa, torna a sua utilização algo ambígua, talvez propositadamente, já que pode ser entendido como espaço de trabalho ou de receber, pela relação com a entrada, como "quarto de criada," pela proximidade às áreas de serviço, ou como um espaço comum adicional, de complemento da sala familiar.

Este aburguesamento reflete a transformação e o alargamento do público-alvo do Programa no final da década de 1930. Eliana Sousa Santos analisou esta dualidade entre a imagem *chã*, de pitoresco estilizado, associada tradicionalmente às Casas Económicas, e a realidade da sua vivência interior, a propósito do convite do SNI à escritora americana Mary McCarthy (1912-1989) para visitar bairros de habitação económica em Lisboa. Nessa visita, que resultou em artigos publicados nas revistas *New Yorker* e *Harper's*, Mary McCarthy notou a profusão de decoração interior "in the height of Portuguese burgeois taste," perguntando-se se a atribuição das casas resultaria da ocultação de

rendimentos ou de corrupção na distribuição, já que os sinais de relativa riqueza não correspondiam à descrição do nível de vida dos habitantes.[583]

Poderá ser redutor considerar menos interessantes as propostas de Casas Económicas deste final de década de 1930. Não há, é certo, qualquer tipo de procura do potencial da integração de novas tecnologias de construção ou mesmo de novas formas de abordar o programa doméstico. Não parece haver uma grande *investigação tipológica* no desenvolvimento destes programas domésticos, convencionais e aburguesados. Aliás, Enrico Griffini, na sua obra *Costruzioni Razionale della Casa*, apresenta uma planta de moradia unifamiliar de dois pisos, praticamente idêntica à Classe B1 do projeto-tipo PT2A, como uma resposta básica a esse programa que pode ser melhorada. A "versão melhorada" de Griffini tem como grande transformação a ampliação do espaço da cozinha, a união das zonas de sala num espaço comum, e a separação de funções entre WC e banho na instalação sanitária. Além disso, cria uma parede dupla entre quartos para instalar armários embutidos. A *correção,* na interpretação de Griffini, está então na necessidade de qualificação dos espaços *técnicos* (cozinha, instalação sanitária, arrumação), racionalizando percursos e usos, na linha, aliás, das investigações de Alexander Klein, que Griffini cita longamente, como indicamos a propósito da utilização por Jacobetty Rosa dos esquemas de Klein no contexto do projeto de Alvalade.

Não há, então, nas casas económicas, uma postura de grande transformação nas componentes técnicas nesta fase; as grandes inovações (para o contexto português), como a associação da instalação sanitária completa, fizeram-se logo no arranque do programa. O programa doméstico em si é relativamente conservador, mas tal não tem a ver apenas com uma leitura ideológica; aliás, autores mais radicais consideraram que o Movimento Moderno não foi tão longe como poderia ter ido na transformação do espaço doméstico. Logo em 1932, Karel Teige, crítico de arquitetura com participação ativa nos CIAM, assumiu uma postura crítica relativamente a essa abordagem, notando como, no que se refere à estrutura básica do programa doméstico, "it is a mistake to assume that technological progress in construction has brought about fundamental change (...) the basic

583. Eliana Sousa Santos, "Plain Façades and Exuberant Rooms: A Tour of Casas Económicas," in *Hidden in Plain Sight: Politics and Design in State-Subsidized Residential Architecture* coord. Rui Jorge Garcia Ramos et al. (Zurich: Park Books, 2021).

social content of the patriarchal Bourgeois house is the family with its associated household." É uma posição que se sente mais próxima da habitação coletiva e coletivista experimentada na União Soviética, de que o exemplo mais comummente citado é o Edifício Narkomfin — curiosamente visitado por Pardal Monteiro no mesmo ano em que colabora, como veremos, com Duarte Pacheco na preparação do PCE.

Teige vê na casa burguesa, mesmo a do Movimento Moderno, "a material expression of the ruling ideology and its social organization: the monogamous family, the inferior economic and social status of women, parental rights over children, and so on (...) the household is the outgrowth of today's family organization and thus the object of the most elemental class antagonism." A casa individual é, aqui, vista como uma representação de uma desigualdade, não apenas à escala da sociedade — embora também aí, por ser inacessível às classes de menores rendimentos — mas também à escala da família, com um desequilíbrio de poderes interno. Sendo uma posição extremada, não deixa de ser notória a referência a temas — particularmente o papel da mulher no contexto familiar — que hoje se colocam de novas formas e uma curiosa coincidência com o desequilíbrio imposto pelo Estado Novo e pela imposição da figura do *chefe de família*. Mas o que nos parece mais interessante em Teige não é (só) essa ideia da casa burguesa como representação de uma cristalização de ideia de família muito específica; é (também) a noção de que a arquitetura moderna frequentemente não pôs completamente em causa o programa doméstico burguês, nem mesmo em autores como Le Corbusier:

> *"At first glance, it appears that Le Corbusier's concept of the modern dwelling is a complete revolution compared to the way things were done in the past. It may be an architectural revolution, but it leaves the essence of the social character of the dwelling process untouched. His revolution takes place within the confines of a strictly bourgeois definition of dwelling."*[584]

Na sua posição extremada, defensora de soluções coletivistas, Teige acaba por tocar temas que se mantêm atuais.

584. Karel Teige, *The Minimum Dwelling* (Cambridge: MIT Press, 2002 [1932]), 180.

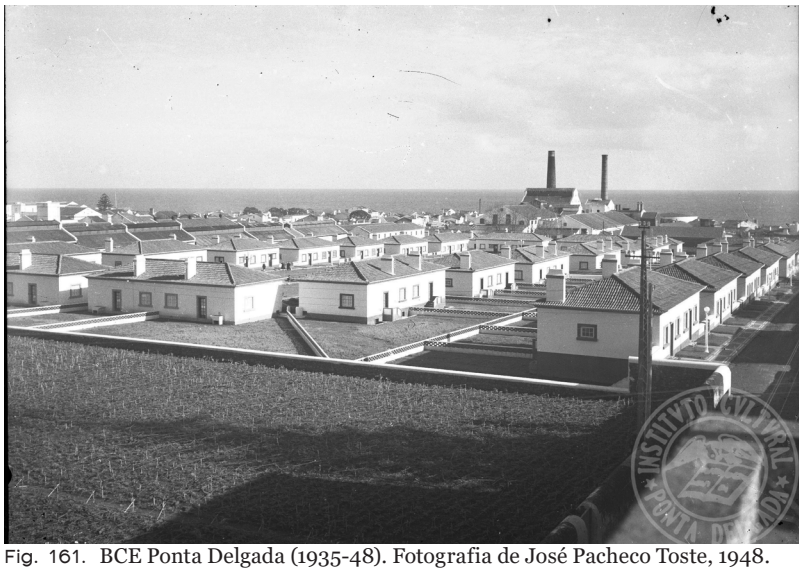

Fig. 161. BCE Ponta Delgada (1935-48). Fotografia de José Pacheco Toste, 1948. [Instituto Cultural de Ponta Delgada. ICPD/Coleção Fotográfica Digital: PT/ICPD/CFPD.01580]

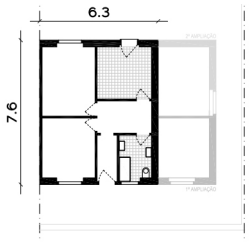

Fig. 162. Projeto-tipo PT1E. Planta de habitação unifamiliar de Classe A1. Escala 1:400.

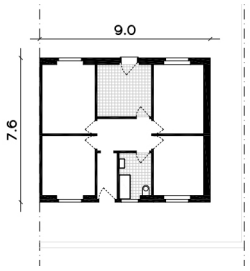

Fig. 163. Projeto-tipo PT1E. Planta de habitação unifamiliar de Classe A3. Escala 1:400.

O Projeto-tipo PT1E, do qual não foi possível identificar o autor ou a data exata de elaboração, é uma variação do projeto-tipo original das Casas Económicas que apresenta alguns elementos diferenciadores. As tipologias A1 (48 m²) e a Classe A3 (68 m²) apresentam um espaço de átrio de entrada, a que se soma um átrio de distribuição no centro do programa, com acesso a todos os espaços. A dimensão desse átrio permite, por exemplo, que na perspetiva de ampliação da classe A1 para classes superiores os novos quartos tenham acesso a partir desse mesmo espaço. Também relevante é a colocação da instalação sanitária em relação com a fachada principal, que sugere o interesse numa distribuição geometricamente equilibrada, com áreas de serviço a eixo e quartos e sala nos topos da versão *completa* da casa.

PROJETO-TIPO PT1D

Fig. 164. BCE Alvito (Paulino Montez, Lisboa 1937-44). [Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/POR/052572]

Embora o **BCE Alvito** [B26] tenha sido desenvolvido antes de Duarte Pacheco determinar o abandono da solução da casa térrea, Paulino Montez trabalha já o tema da escala com uma qualidade de desenho que nos parece de notar. Já notamos, na Parte 2, a utilização de referências do urbanismo *Beaux Arts* e o cruzamento dessas referências com exemplos recentes de conjuntos habitacionais alemães; já foi assinalada também, por nós[585] e por outros autores,[586] a imagem depurada e estilizada, numa linha *Art Deco* que poucas vezes vimos aplicada em Portugal nesta escala. Os projetos-tipo do bairro merecem, também, destaque. Paulino Montez desenvolve apenas dois tipos (designados na documentação do bairro como A2 e A3) que trabalha em soluções de habitação plurifamiliar, de acesso direto e de acesso vertical comum. O projeto-tipo em si não traz grandes novidades ao programa, sendo muito próximo dos projetos-tipo originais das Casas Económicas. Parece, de resto, improvável que esses projetos-tipo não tenham servido de ponto de partida para o projeto do Alvito, dadas as semelhanças entre soluções e a proximidade de Paulino Montez ao desenvolvimento dos primeiros bairros de Lisboa. Ambos os tipos apresentam entrada a partir de um espaço comum de sala de estar e refeições, com ligação

585. Marta Rocha Moreira, Eliseu Gonçalves, e Sérgio Dias Silva, coords., *Cadernos da Habitação*, vol. 1 - "Bairro de Casas Económicas do Alvito" (Porto: Universidade do Porto - Faculdade de Arquitectura, 2019).

586. Como Nuno Portas, que citámos no Prólogo.

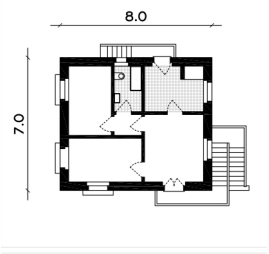

Fig. 165. Projeto-tipo PT1D. Planta de habitação plurifamiliar de acesso direto de Classe A2. Escala 1:400.

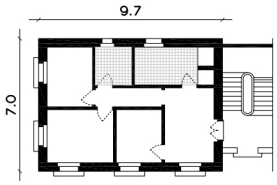

Fig. 166. Projeto-tipo PT1D. Planta de habitação plurifamiliar de acesso comum de Classe A3. Escala 1:400.

deste diretamente à cozinha e a um pequeno corredor de circulação. Deste corredor tem-se acesso à instalação sanitária, na proximidade da cozinha, e aos quartos, dois na Classe A2 (64 ou 65 m²) e três na Classe A3 (76 ou 77 m²).

A grande inovação que Paulino Montez traz para o programa é o desenvolvimento de dois sistemas de acessos. Nas faixas de habitação de dois pisos, na zona sul do bairro, as habitações são combinadas duas a duas, sobrepostas, com acesso à habitação do piso superior através de uma escada exterior que garante uma entrada independente para cada um dos fogos. Esta solução, por oposição à solução da casa geminada que se generalizou no Programa a partir do final da década de 1930, permite a construção de apenas uma escada, permitindo ganhos interiores consideráveis para uma mesma área total de construção; a própria escada é transformada num elemento escultórico, que José Fernando Gonçalves considerou ser uma citação dos projetos de Le Corbusier para habitações em Pessac.[587] Se compararmos o projeto-tipo PT2A e este projeto-tipo PT1D, notamos que para uma mesma área total de 112 m², temos entre as Classes A2 de cada um desses projetos-tipo uma variação de áreas de cozinha de 4 para 7 m², de instalação sanitária de 2,5 para 3,6 m² e de sala comum de 9 para 11 m². São sempre soluções de área reduzida, mas percentualmente com ganhos assinaláveis resultantes de uma visão técnica mais racional e crítica por parte de Paulino Montez — sem pôr em causa, nestas soluções de acesso direto, a independência pretendida para a casa familiar.

Se as soluções plurifamiliares de acesso direto ainda garantem a independência das habitações, já na zona norte do bairro Paulino Montez aplica o mesmo projeto-tipo em blocos de três pisos, com escada comum a eixo e acesso às habitações pelos patamares da escada. A abordagem ao projeto do Alvito representa uma perspetiva original no Programa, de uma abstratização da casa: Paulino Montez trata os elementos constitutivos do projeto como *módulos* (módulo de habitação, módulo de escada de acesso direto, módulo de escada de acesso comum) que justapõe com objetivos formais de equilíbrio de escalas ao nível da peça e ao nível do conjunto urbano.

587. José Fernando Gonçalves, "Edifícios Modernos de Habitação Colectiva, 1948-61" (Tese de Doutoramento, Universitat Politècnica de Catalunya, 2007), 69.

Cruzam-se, assim, neste conjunto do Alvito, as referências conservadoras *Beaux Arts* com um naturalmente simplificado, mas ainda assim precoce, pensamento abstrato de projeto. Essa abordagem abstrata, puramente técnica, ao projeto, merece atenção e obriga a uma revalorização não só do projeto do Alvito mas também da visão técnica das primeiras iniciativas de habitação programada desenvolvidas no Estado Novo na década de 1930 — o Programa das Casas Desmontáveis e o projeto original do PCE.

Está nessa visão *técnica* do problema da habitação a grande novidade trazida pelos projetistas e gestores do PCE, muito por influência da visão holística de Duarte Pacheco da questão da *infraestrutura*, que resultou nos grandes planos de obras públicas e que contribuiu certamente para um progressivo domínio da corrente industrialista do regime até à inevitabilidade da renovação pós-2ª Guerra Mundial.

Fig. 167. BCE Alvito (Paulino Montez, Lisboa 1937-44). Vista de edifícios de habitação plurifamiliar de Classe A. Fotografia de 2022.

3.6. RAUL LINO ENTRE A CASA PITORESCA E O *EXISTENZMINIMUM*

Embora de certa forma ignoradas ou diminuídas pela historiografia da arquitetura, as iniciativas associadas ao arranque do Programa das Casas Desmontáveis e do Programa das Casas Económicas na década de 1930 representaram uma transformação profunda na realidade da habitação programada em Portugal, acima de tudo porque, pela primeira vez, a abordagem é feita priorizando a componente *técnica*. Neste pensamento técnico, que não se reflete apenas no ato de projeto, mas também na própria organização do Programa, vemos a evolução natural da ação de outras iniciativas em que esse tipo de abordagem científica foi testado nas primeiras décadas do século XX. Essa abordagem foi assinalada por Eliseu Gonçalves, notando a

> *"transformação do espaço doméstico produzindo soluções distintas das utilizadas historicamente na cidade, quer na sua dimensão formal e funcional, quer naquilo que encarnavam relativamente a um novo pensamento sobre a cidade que vinha sendo testado na Europa (...) No desenlace destes problemas estará o agendamento moderno da casa, ou seja, uma gradual integração de temas correlacionados ligados ao espaço mínimo, à seriação da construção, à actualização e apetrechamento técnico, e à especialização funcional."*[588]

A grande novidade das Casas Desmontáveis é, também, técnica: a adoção de soluções precoces de construção completamente prefabricadas, de execução rápida, num país com uma indústria de construção civil conservadora, polarizada, e pouco industrializada. A grande novidade das Casas Económicas é de escala: ao centralizar o pensamento da habitação programada nos serviços do Estado — ao contrário das comissões municipais que geriam o "programa" original sidonista de casas económicas de 1918 — o Estado Novo ensaiou o que depois teria uma evolução considerável nos serviços das FCP-HE e, mais tarde, no GTH da CML e no FFH: um planeamento técnico evoluído, moderno, e multidisciplinar da questão habitacional, para atender ao problema por todo o território, com a definição de critérios de seleção e aquisição de terrenos, desenvolvimento de projetos urbano, de arquitetura e de especialidades, e de gestão da construção.

588. Gonçalves, "Bairros de habitação popular no Porto, 1899-1933. A prática de uma Arquitectura Económica, Saudável e Cómoda nas vésperas do Moderno," 335.

UMA INICIATIVA ADMIRAVEL

Casas "bungalows" para operarios

que resolvem o problema dos bairros de lata

Os quatro tipos de casas economicas

O problema da habitação perdeu o seu caracter agudo. Em Lisboa já ha excesso de casas, embora por preços bastante elevados, que de modo algum correspondem ao seu valor intrinseco, antes resultam das multiplas e curiosas operações financeiras feitas pelos mestres de obras que, trabalhando, quasi sempre, sem capital proprio, o arranjam mediante pesados juros. De inquilino, que ha muitos anos usufrui uma habitação antiga, paga uma renda moderada, e até mesmo inferior, o inquilino moderno está sendo, horrivelmente, sacrificado pelas alugueis exagerados. Um terço, se não metade, do que ganha, vai para a casa. A par disto ha mestres de obras que, tendo começado a sua vida sem um vintem, enriqueceram em poucos anos. Já aqui uma vez dissemos a avaliação das casas, pela Camara Municipal, tendo em valor e local e os diferentes generos de construcção, para se evitar o que está succedendo. Um dia, decerto, chegaremos a esse desideratum.

Não está, pois, resolvido o problema da habitação, sobretudo, o das classes pobres, muito embora o Estado Novo se tenha empenhado na construcção de numerosos bairros, concedendo aos seus moradores vantagens importantissimas. Só em Lisboa, na, ainda, segundo os melhores calculos, vinte mil familias—e outras tantas no Porto—instaladas em barracas de lata, pestilentas e insalubres, onde o sol e o ar, difficilmente entram. E não é só nestes bairros de lata, mas em velhos casarões, numa infecta promiscuidade, cujos inconvenientes moraes e sociaes são faceis de adivinhar. Um dia visitamos um palacio arruinado, para as bandas de Santa Apolonia. Eram casas enormes, divididas por tabiques, que não chegavam ao tecto. Ouvia-se e sentia-se tudo quanto se passava no vizinho. Os fogareiros estavam ecloados ao pé da cama. A respiração era difficil. Mas o mais grave é que todas as crianças tinham na cara sinais de bexigas. A doença dum, contagiara logo dois. Era atroz.

Este grave problema, porem, parece estar em vias de solução, graças á iniciativa da Direcção Geral dos Edificios e Monumentos Nacionaes, tão criteriosamente dirigida pelo sr. engenheiro Gomes da Silva. Quem visitar nos Jerominhos, e se dirigir á cêrca, como nós fizemos, verá, ao sua branqura alegre, feitos em madeira e em fibro-cimento, quatro tipos de casas experimentaes, que foram, inteligentemente, estudados por um distinto arquitecto daquele organismo do Estado. Parece um bairro de «bungalows». Procurou-se fazer luxo e elegante, aproveitando-se racionalmente o espaço. Os modelos em madeira e fibro-cimento assentam sobre quatro pilares, ficando, portanto, isolados do solo, sem necessidade de fundações, que muito oneram as construcções. Tudo foi previsto, desde a forma e arrumação dos moveis, que fazem parte da construcção, até á higiene dos seus habitantes. As paredes são duplas. A camada de ar que fica entre elas, não permite que, lá dentro, se sintam as grandes modificações de temperatura. Uma curiosa adaptação da janela de guilhotina permite uma iluminação e uma ventilação esplendidas, oferecendo ainda uma grande commodidade de manejo. Parecem-se com as dos carruagens dos comboios.

Estudaram-se habitações para um casal sem filhos, um tipo em fibro-cimento e outro em madeira; casal com um filho, tambem em madeira; e casal com varios filhos, no mesmo material.

Os tipos de habitação para duas pessoas, têm uma larga dependencia, cosinha e chuveiro; e os outros, dois quartos, um maior, outro mais pequeno, além de varios comodos, como armarios nas paredes, bancas de cabeceira, e as indispensaveis utilidades higienicas. Tudo é estrito, mas agradavel e confortavel. Claro que se podia fazer mais, mas trata-se de casas cujas rendas serão proporcionais á gente das classes mais humildes. Sendo feitas em serie, o custo de construcção não excederá dois, tres e quatro contos, o que permitirá rendas mensais entre quinze e trinta escudos. A sua duração é superior a 10 anos, prazo em vista, muito embora existam em Lisboa casas identicas feitas ha mais de cincuenta anos. A sua construcção pode ser muito rapida, sendo as despesas de conservação insignificantes.

Está, pois, aberto caminho para a solução dum problema grave. É possivel que daqui a dois anos, quando celebrarmos o duplo centenario de Portugal, Lisboa e Porto tenham quarenta mil casas novas, graças á admiravel iniciativa do sr. engenheiro Gomes da Silva.

O PORTO pelo telefone

PORTO, 4.

Missão inglesa

A missão inglesa, que esteve de passagem nesta cidade, segue hoje, de manhã, pelas 9 e 30, para Braga. Regressará ao Porto na proxima segunda-feira, demorando-se ate dia

Dr. Manuel Aroso

Na sua residencia, á avenida Camilo, falecen hoje o sr. dr. Manuel Aroso, da firma Aroso & Ferreira, Lda.

O dr. Manuel Aroso era muito relacionado e especialmente no meio scatral. A sua morte foi muito sentida. O funeral realiza-se amanhã.

MIRANDA & FILHOS

JOIAS E PRATAS QUE SE DISTINGUEM

SO CHIADO LISBOA

Fig. 168. "Uma Iniciativa Admirável: Casas 'bungalows' para operários que resolvem o problema dos bairros de lata." [*Diário de Lisboa,* ano XVII, nº 5520 (4 de abril de 1938): 5]

A propósito do desenvolvimento de uma abordagem técnica moderna, notámos a execução de um protótipo à escala natural de uma Casa Económica no Bairro de Vale Escuro. Não terá sido, porventura, uma iniciativa inédita: em 1938 foram construídos protótipos de casas desmontáveis em madeira e fibrocimento no Claustro do Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa;[589] o Diário de Lisboa deu notícia desses protótipos, apresentados como solução para o "grave problema" da habitação em Lisboa, não por falta de casas, mas por rendas excessivas das casas disponíveis.

> *"Os modelos em madeira e fibro-cimento assentam sobre quatro pilares, ficando, portanto, isolados do solo, sem necessidade de fundações, que muito oneram as construções. Tudo foi previsto, desde a forma e arrumação dos móveis, que fazem parte da construção, até à higiene dos habitantes. As paredes são duplas (...) Os tipos de habitação para duas pessoas têm uma larga dependência, cozinha e chuveiro; e os outros, dois quartos, um maior, outro mais pequeno (...) Sendo feitas em série, o custo de construção não excederá dois, três e quatro contos (...) Está pois, aberto caminho para a solução de um problema grave. É possível que daqui a dois anos, quando celebrarmos o duplo centenário de Portugal, Lisboa e Porto tenham quarenta mil casas novas, graças à admirável iniciativa do sr. engenheiro Gomes da Silva* [à data Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais]"[590]

Na coleção de fotografias de Mário Novais, à guarda da Fundação Calouste Gulbenkian, encontramos duas imagens aparentemente de protótipos de casas desmontáveis — correspondendo ao modelo executado no Bairro da Quinta da Calçada -, sem que esteja identificada a data da imagem (Fig. 169).

Não nos alongaremos no tema da Casa Desmontável, mas parece-nos inevitável tocá-lo, já que entendemos esse Programa como uma consequência da evolução das Casas Económicas. De qualquer forma, a informação disponível relativa ao Programa é reduzida, como já notámos no contexto da participação do projeto dos 100 anos de

589. "Casas Económicas — Assuntos de Interesse Geral," SIPA, Forte de Sacavém, cota PT-DGPC/SIPA DGEMN CE-0050.

590. *Diário de Lisboa*, ano XVII, nº5.520 (4 de abril de 1938): 5.

Fig. 169. Casas Desmontáveis. Fotografia de Mário Novais. [Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian. CFT003.100371]

Políticas de Habitação em Portugal.[591] A evolução da investigação permite-nos acrescentar ao que então ajudamos a escrever alguma informação adicional, que poderá ser útil para futuras investigações à volta desse Programa peculiar; os pontos de contacto com as Casas Económicas justificam a referência nesta tese.

O Programa das Casas Desmontáveis dá corpo à assunção por parte do Estado Novo de que as Casas Económicas não representavam uma resposta suficientemente eficaz e, há que dizê-lo, económica, a situações de urgência de resolução de alojamento para classes com rendimentos baixos em situações de profunda precariedade. Perante a necessidade de realojar populações retiradas dos bairros precários demolidos no contexto dos trabalhos de renovação urbana de Lisboa do final da década de 1930 e de preparação para as comemorações dos centenários, o regressado Duarte Pacheco divide a resposta habitacional do Estado em duas linhas: a renovação do PCE, com uma nova imagem, como vimos, mais *burguesa*; e um programa de construção rápida de bairros para populações sem capacidade financeira para aspirar a uma Casa Económica.

A questão das possibilidades financeiras das famílias alojadas nos bairros de Casas Desmontáveis é, parece-nos, secundária perante

591. Pereira et al., "Casas económicas e casas desmontáveis: Génese, estruturação e transformação dos primeiros programas habitacionais do Estado Novo."

a urgência de libertar as zonas da cidade ocupadas por bairros de construção precária e a constatação de uma evidência: nesse ano de 1938, com cinco anos de desenvolvimento do Programa contavam-se 2.265 Casas Económicas concluídas, das quais quase um terço pertencia aos dois bairros da Primeira República, Bairro da Ajuda/ Boa-Hora e Bairro Social do Arco do Cego, absorvidos pelo programa. A questão da construção rápida tornou-se, então, quase inevitável, e o tempo confirmou-o: no Bairro de Casas Desmontáveis da Quinta da Calçada [MdH DB a540], em Lisboa, o primeiro a ser concluído, em 1939, fizeram-se mais fogos, 500, do que no conjunto dos seis bairros do PCE concluídos entre 1938 e 1940.

Do desenvolvimento dos bairros de Casas Desmontáveis sabemos muito pouco. Duarte Pacheco atribuiu a autoria (com um projeto desenvolvido "em menos de 24h") do Bairro da Quinta da Calçada a Couto Martins.[592] O Decreto-Lei que lançava a iniciativa, por sua vez, indiciava a participação dos Serviços das Casas Económicas também na construção de Casas Desmontáveis. Não encontrámos, no entanto, referências aos bairros construídos. Existe, porém, no AHIHRU, um projeto para um Bairro de "Casas Ultra-Económicas" no Funchal, cujos desenhos parecem corresponder aos fogos construídos nos Bairros de Casas Desmontáveis da Quinta da Calçada e da Boavista, em Lisboa.

Uma carta de março de 1939, assinada por Fernando Jácome de Castro, indica a existência de um primeiro projeto para um bairro no Funchal, apresentado cerca de um ano antes, em abril de 1938 (era ainda Joaquim Abranches Ministro das Obras Públicas e Comunicações), que naquele momento, em 1939, era substituído utilizando "habitações muito reduzidas, e que como justificação apenas poderão ter, como em Lisboa, a característica de 'provisórias'." Na mesma carta, no entanto, indica-se que o objetivo é distinto: "se em Lisboa as casitas feitas têm nitidamente o carácter provisório e desmontável, no Funchal embora os ocupantes possam ser considerados provisórios, é certo que as casas terão de permanecer, embora os ocupantes variem."[593]

Jácome de Castro procura aí afastar a SCCE dessa iniciativa das Casas Desmontáveis, por temer que se generalizasse a construção de Casas

592. "O bairro da Quinta da Calçada foi ontem visitado pelo sr. Ministro das Obras Públicas," *Diário de Lisboa*, Ano VIII, nº 2799 (8 de fevereiro de 1939): 2.

593. "Casas Ultra-Económicas no Funchal," AHIHRU, Forte de Sacavém, pasta 5172.

Desmontáveis que, em seu entender, não correspondiam aos objetivos dos serviços que liderava — "casas que (...) não correspondem pelo menos em área e cubagem dos seus compartimentos, ao que com carácter definitivo está determinado que se faça." Sugere que a Câmara do Funchal assuma a gestão direta da execução do bairro. Houve, então, sabemo-lo agora, uma tentativa de repetir a iniciativa dos bairros de Casas Desmontáveis noutros contextos, sem que tal tenha tido sequência; aliás, quando o Programa das Casas Desmontáveis avança com iniciativas fora da capital, já na década de 1940, nomeadamente no Porto, com o Bairro de Casas Desmontáveis da Corujeira [MdH a555], e em Coimbra, com o Bairro de Casas Desmontáveis de Celas [MdH a554], a construção já recorre a sistemas tradicionais de alvenaria.

O sistema das Casas Desmontáveis aplicado em Lisboa, não sendo tecnicamente muito elaborado, com uma estrutura em gaiola de madeira revestida em ambas as faces com fibrocimento, não era exportável para outros contextos devido provavelmente à utilização do fibrocimento, material de produção recente e limitada em Portugal. A Lusalite, fornecedora do material para os bairros de Lisboa, tinha sido fundada poucos anos, em 1933, e assegurava já em 1938 algum domínio no fabrico de canalizações,[594] mas o sistema não voltou a aplicar-se fora dos três bairros de Casas Desmontáveis em Lisboa.

A ideia de *casa desmontável* aplicada nestas iniciativas do Estado Novo acumula dois conceitos técnicos relativamente evoluídos para a época: a ideia de pré-fabricação — mesmo que pouco desenvolvida já que, como dissemos, o próprio sistema era simples — e a ideia de construção provisória — não no sentido de reduzida qualidade (ainda que o fosse, por contenção de custos), mas sim de possibilidade de desmontar e reaproveitar os materiais utilizados. Não podemos deixar de notar a evolução técnica que separa esta incipiente pré-fabricação em 1938 dos exemplos de Santo António dos Cavaleiros e do **BCE Agualva-Cacém** [B70], três décadas mais tarde, que referimos acima.

Essa ideia, de casa desmontável, enquadra-se no que Elisabeth Blanchet e Sonia Zhuravlyova designaram como "architecture's oldest new idea,"[595] encontrando exemplos de sistemas do mesmo tipo desde

594. José Janela e Pedro Silva Pereira, "História do Amianto no Mundo e em Portugal," *CEM*, nº 7 (2016).

595. Elisabeth Blanchet e Sonia Zhuravlyova, *Prefabs: A Social and Architectural History* (Historic England, 2018).

o século XVII, associados a partir do século XIX ao advento de novas tecnologias como o ferro corrugado galvanizado, resultando em revestimentos muito leves e de fácil transporte. Mas esteve no contexto de *urgência* a grande divulgação e dispersão de sistemas de habitação pré-fabricada, desmontável e de montagem rápida, particularmente durante e após as Grandes Guerras.

Nesta "transformação" encontramos, na verdade, um processo *hereditário*, nascido já na década de 1920, que Rui J.G. Ramos identifica ter como resultado "uma alteração significativa no destinatário da *Casa Portuguesa,*" com diversas iniciativas de habitação de custos reduzidos em que "a casa como modelo de residência individual é enaltecida como elo essencial de uma moral familiar que se impõe, por oposição a outros de carácter colectivo." A consequência, pela síntese de interesses e objetivos orçamentais e espaciais, é "a que mais se aproxima da experiência internacional contemporânea."[596] Nestas "Casas Simples", em que certamente a experiência dos primeiros anos das Casas Económicas se enquadram, vamos encontrar "um entendimento diferente da casa burguesa como projecto moderno."[597]

596. Rui Jorge Garcia Ramos, *A Casa: Arquitectura e Projecto Doméstico na Primeira Metade do Século XX Português* (Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2010), 246.

597. Ibid., 250.

PROJETO-TIPO PT1C

Fig. 170. BCE Jardim (Rogério de Azevedo, Viana do Castelo 1932-38). Vista de moradias unifamiliares geminadas de Classe A. Fotografia de 2023.

Rogério de Azevedo desenvolve, antes da formalização do PCE, projetos-tipo de moradias unifamiliares geminadas e em banda para aplicação no seu projeto do **BCE Jardim** [B12], em Viana do Castelo. Sendo o plano de 1932, não é evidente na documentação consultada se as três Classes de casa desenvolvidas são do mesmo período ou se correspondem a uma aplicação ao projeto dos princípios do Programa. Algumas das características da proposta de Rogério de Azevedo são comuns a outras deste período, mas, particularmente no número de quartos (um a mais em cada Tipo), distingue-se das definições do programa devendo, por isso, representar uma investigação paralela dentro do tema da *casa mínima*. Nas três Classes previstas, a sala comum funciona como espaço de entrada e rótula da casa, sendo direto a partir desse espaço o acesso a todos os outros espaços na Classe A1 (41 m²), enquanto nas Classes A2 (50 m²) e A3 (63 m²) um pequeno espaço de circulação dá acesso a um quarto e à cozinha e instalação sanitária. Da representação gráfica desenvolvida por Rogério de Azevedo, deduz-se a particularidade de um espaço complementar da sala comum, separável desta pelo que se presume ser uma cortina, refletindo uma polivalência e adaptabilidade que enriquece o programa tradicional da casa.

Fig. 171. Projeto-tipo PT1C. Planta de habitação unifamiliar de Classe A1. Escala 1:400.

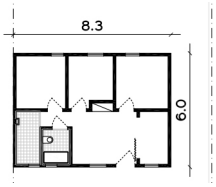

Fig. 172. Projeto-tipo PT1C. Planta de habitação unifamiliar de Classe A2. Escala 1:400.

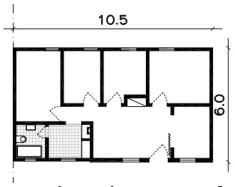

Fig. 173. Projeto-tipo PT1C. Planta de habitação unifamiliar de Classe A3. Escala 1:400.

Denota-se, como noutros exemplos já referidos, o que representará alguma dificuldade desta geração em aceitar a excessiva simplificação da volumetria da casa e da redução desta ao seu arquétipo; A fachada é, por isso, realizada com paredes de espessura diferente, criando uma ligeira diferença de planos e uma linha de sombra que procura dinamizar uma resposta pragmática, de vãos reduzidos e paredes sem decoração, que de resto caracterizava a formalização da proposta.

PROJETO-TIPO PT1B

Fig. 174. BCE Olhão (Eugénio Correia, 1934-38). Vista de moradias unifamiliares geminadas de Classe A. [Fundação Calouste Gulbenkian - Biblioteca de Arte, CFT164.102209]

Eugénio Correia desenvolve um projeto-tipo de moradias de dois pisos para os seus bairros do Algarve do Segundo Tempo das Casas Económicas, que associamos às Classes desenvolvidas para o **BCE Olhão** [B9]. Os projetos para as Classes A2 (49 m²) e A3 (62 m²) têm como base plantas desenvolvidas pela Secção de Casas Económicas da DGEMN, às quais Eugénio Correia justapõe a escada de acesso e a açoteia típica algarvia. As Classes B2 (92 m²) e B3 (104 m²), aplicadas nos **BCE Faro** [B39] e **BCE Eng. Duarte Pacheco** [B42], terão também partido dos esquemas de Classes de dois pisos que já se encontravam em utilização no Programa; Eugénio Correia associa-lhes a rotação do espaço de circulação (que já usara nas Classes de um só piso aplicadas na década anterior no **BCE Olhão**) para criar uma área de circulação central quadrada com quatro portas, um instrumento que certamente reflete o conhecimento do autor de outras experiências de habitação de áreas reduzidas do início do século. O mesmo instrumento é utilizado por J.J.P. Oud no conjunto de Kiefhook, em Roterdão, (1925-29) e encontramo-lo ocasionalmente noutras propostas portuguesas de habitação operária; Eliseu Gonçalves designou-a de "distribuição quadrilátera" e aponta a sua utilização por autores como Francisco

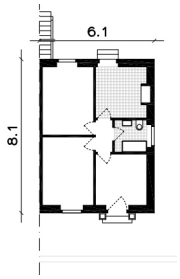

Fig. 175. Projeto-tipo PT1B. Planta de habitação unifamiliar de Classe A2. Escala 1:400.

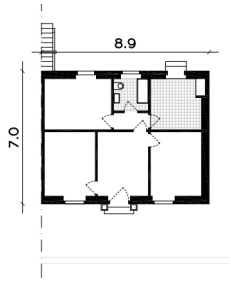

Fig. 176. Projeto-tipo PT1B. Planta de habitação unifamiliar de Classe A3. Escala 1:400.

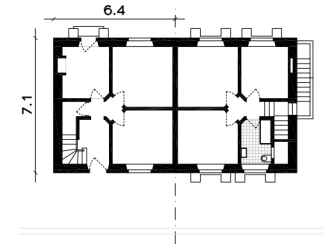

Fig. 177. Projeto-tipo PT1B. Planta de habitação unifamiliar de Classe B2. Escala 1:400.

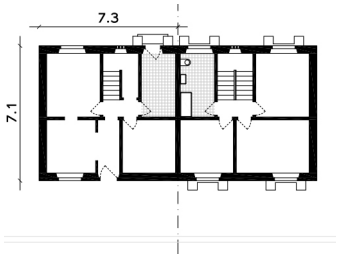

Fig. 178. Projeto-tipo PT1B. Planta de habitação unifamiliar de Classe B3. Escala 1:400.

Oliveira Ferreira, Cottineli Telmo e Carlos Ramos,[598] ainda antes desta utilização por Eugénio Correia nos bairros de Casas Económicas do Algarve. As Classes B2 e B3 representam uma adaptação do projeto PT2A à imagem pretendida por Eugénio Correia, acrescentando acessos às açoteias, de forma particularmente expressiva na Classe B2. Esta divide-se entre sala de estar, sala de refeições, cozinha e átrio de entrada no piso térreo e três quartos e instalação sanitária no piso superior; o ligeiro aumento de área no Tipo B3 permite a criação de um quarto adicional no piso térreo, sem mais alterações de maior, para além da posição da cozinha, encostada à fachada lateral no Tipo B2 e na meação no Tipo B3. Outra característica digna de nota é a localização, no Tipo B2, da instalação sanitária sobre o átrio de entrada, eliminando a coincidência de prumadas de zonas de águas que é um dos temas técnicos praticamente constantes ao longo do Programa.

A intervenção de Eugénio Correia nas Casas Económicas reflete uma leitura informada — de resto refletida na vasta experiência do autor em iniciativas de habitação programada — não só da simplificação do programa doméstico, com de uma estilização de elementos de construção tradicional, resultando em conjuntos caracterizados por uma imagem de volumes brancos, quase puros, que antecipam, ainda que com alguma ingenuidade, investigações posteriores à volta do recurso às lições da *construção popular*.

598. Gonçalves, "Bairros de habitação popular no Porto, 1899-1933. A prática de uma Arquitectura Económica, Saudável e Cómoda nas vésperas do Moderno," 220-22.

PROJETO-TIPO PT1A

Fig. 179. BCE Terras do Forno (Raul Lino, Lisboa 1934-38). Vista de moradias de Classe A, s/d. [Fotografia do autor ao Álbum Fotográfico DGEMN, Coleção Fotográfica, Arquivo da DGPC, Forte de Sacavém]

A par do projeto-tipo PT2A, o projeto-tipo PT1A constitui a imagem que com mais frequência se associa às Casas Económicas na historiografia de arquitetura. Essa associação não será tanto quantitativa ou qualitativa, mas estará diretamente ligada com a ação propagandística do Estado Novo, que, particularmente através da contratação frequente do fotógrafo Mário Novais e da divulgação em publicações periódicas e oficiais, ampliou a divulgação desses dois *modelos*. A autoria do projeto-tipo PT1A não é certa, mas é sabido que Raul Lino participou no seu desenvolvimento. O próprio dá indicação disso na já referida conferência no Brasil, em 1935. Atribuímos por isso a Raul Lino, com reservas, a autoria do projeto-tipo. Mais adiante analisaremos o papel de Porfírio Pardal Monteiro no arranque do Programa, que nos parece também importante para a definição do projeto-tipo que viria a generalizar-se na primeira fase do PCE.

O projeto-tipo PT1A tem casas apenas de Classe A, em três versões, 1 a 3, em que o número identifica o número de quartos. A Classe A1 (38 m²) era destinada a casais sem filhos, a Classe A2 (51 m²) a casais com um filho ou dois filhos do mesmo género e a Classe A3 (64 m²) a casais

com vários filhos. As três versões apresentam diversas características comuns, não havendo grandes variações de áreas internas entre elas. Os fogos tinham uma disposição mais larga do que profunda, organizando genericamente os espaços de estar na fachada principal e de serviço na fachada das traseiras, em contacto com o logradouro. O conjunto de cozinha e instalação sanitária funcionava praticamente como um módulo aplicado indistintamente nas três versões, quase sem variação de área. A área de sala comum tinha 9 m² nas Classes A1 e A2 e 11 m² na Classe A3; os quartos variavam entre 8 e 11 m².

Para contextos rurais, foi desenvolvida uma solução em que a organização é em tudo semelhante, mas o espaço da cozinha é reduzido a uma zona de apoio, permitindo assim ampliar a área de sala comum e associar-lhe um elemento de lareira, permitindo que a confeção de alimentos se realizasse de forma tradicional e associada à área familiar.

Deixando para já de parte a *imagem* destas casas, estes projetos-tipo apresentam uma abordagem técnica evoluída, informada e, pode dizer-se, *moderna*. Seja por ação de Lino ou por influência dos próprios técnicos dos serviços das Casas Económicas, conhecedores da produção teórica mais recente no campo da habitação, os primeiros projetos de Casas Económicas apresentam um conjunto de características que marcam uma transformação complexa na oferta de habitação apoiada pelo Estado em Portugal.

Essa transformação foi, fácil e frequentemente, diminuída na historiografia pela sobrevalorização da simplicidade dos projetos (reduzidos, muitas vezes, à sua imagem exterior) e pela associação direta entre a procura de um certo tipo de *pitoresco*, que realmente existiu, e as questões da Casa Portuguesa e da existência de uma corrente ruralista na proximidade da cúpula do regime. No entanto, estes primeiros projetos de Casas Económicas não podem ser considerados senão inovadores; cingimo-nos aqui à leitura dos projetos-tipo, porque já referimos a radical mudança trazida pelo planeamento e projeto centralizados de uma iniciativa de habitação de escala nacional.

De uma forma geral, estes projetos-tipo apresentam uma simplificação racional do programa doméstico, que, ao mesmo tempo, reduz o programa da casa ao seu essencial e atualiza-o. A questão da atualização é importante: poder-se-ia dizer que os projetos anteriores de bairros operários ou filantrópicos eram, também, forçosamente mínimos. Certamente o seriam. Mas uma distinção parece-nos importante: as Casas Económicas associam à *casa básica* até então aplicada em habitação de cariz filantrópico a leitura *técnica* que permite a pesquisa de um *existenzminimum*, com uma análise (incipiente, é certo) do espaço da cozinha enquanto espaço-função e a associação da instalação sanitária (e, consequentemente, da perspetiva higienista) ao interior do espaço doméstico. Muito especificamente, a instalação sanitária é associada nestes primeiros projetos-tipo aos quartos, ou seja, a essa novidade, também ela moderna, da *privacidade* — e dessa nova complexidade de o espaço doméstico poder ser social e privado. Recorrendo mais uma vez às palavras de Mumford, "What is called the rise of democracy is, as far as the city is concerned, the diffusion of baroque privilege: so that by the twentieth century even the most reluctant of upper-class housing reformers might admit that the poor were entitled to the privilege of privacy."[599]

Uma característica fundamental deste projeto-tipo, surgida aqui mas que, como fomos notando, continuou a existir pelo menos até ao final da década de 1950, é o desenvolvimento de soluções de habitação evolutiva. Embora numa perspetiva bastante mais formal do que as ideias que referimos de Nuno Portas relativamente à possibilidade da autoconstrução, os projetos-tipo de Casas Económicas previam a possibilidade de ampliação das Classes 1 em mais dois quartos e das Classes 2 em mais um quarto, prevendo uma adaptação ao crescimento das famílias. Devemos notar que esta possibilidade de ampliação não é mencionada no estudo preliminar de Pardal Monteiro, que analisaremos adiante; será, então, resultado do desenvolvimento por parte dos técnicos das Casas Económicas, ou do próprio Raul Lino, desse ponto de partida. Poderá ser coincidência, embora pareça difícil sê-lo, a proximidade temporal desta evolução do projeto das Casas Económicas com a exposição organizada por Martin Wagner em

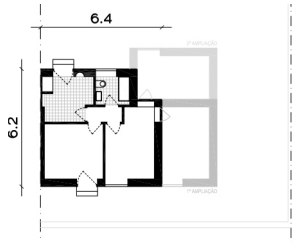

Fig. 180. Projeto-tipo PT1A. Planta de habitação unifamiliar de Classe A1 "Citadino." Escala 1:400.

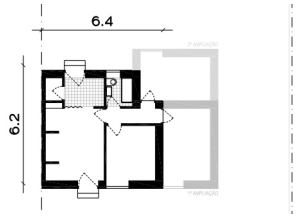

Fig. 181. Projeto-tipo PT1A. Planta de habitação unifamiliar de Classe A1 "Rural." Escala 1:400.

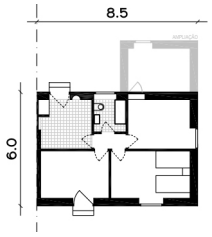

Fig. 182. Projeto-tipo PT1A. Planta de habitação unifamiliar de Classe A2 "Citadino." Escala 1:400.

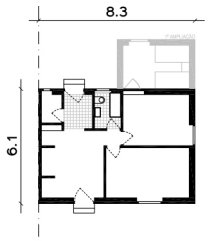

Fig. 183. Projeto-tipo PT1A. Planta de habitação unifamiliar de Classe A2 "Rural." Escala 1:400.

599. Mumford, *The Culture of Cities*, 139.

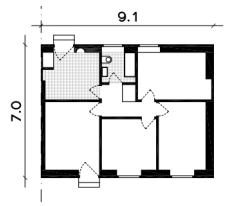

Fig. 184. Projeto-tipo PT1A. Planta de habitação unifamiliar de Classe A3 "Citadino." Escala 1:400.

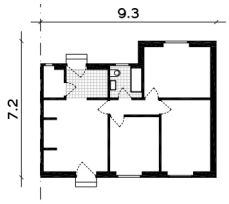

Fig. 185. Projeto-tipo PT1A. Planta de habitação unifamiliar de Classe A3 "Rural." Escala 1:400.

Berlim em 1932, *Sonne, Luft und Haus für Alle*, que incluía uma secção precisamente sobre habitações evolutivas, desenvolvidas no contexto de um concurso organizado por Wagner com a participação de alguns dos principais nomes da arquitetura alemã da época.[600]

A par da questão da privacidade, há o trabalho do aumento do espaço útil da habitação através da redução das áreas de circulação, aqui reduzidas à expressão mínima necessária à garantia da referida separação interna do espaço doméstico. Construtivamente, a Casa Económica do primeiro projeto-tipo dificilmente poderia ser mais simples; essa simplicidade estaria, certamente, associada tanto à necessidade de simplificação da própria gestão da construção — nesta altura (e por grande parte do programa, do que é dado a entender pela documentação consultada) gerida por um número reduzido de técnicos — como à possibilidade de estender a construção destas habitações a contextos onde a indústria de construção civil estava (ainda) menos evoluída do que no contexto de Lisboa e Porto.

Ainda assim, sem pôr em causa essa necessária simplicidade dos elementos, há que notar o desenvolvimento de pormenores-tipo e elementos-tipo, configurando uma estandardização de elementos construtivos, ou, melhor dizendo, uma *proto-estandardização*, uniformizando dimensões não só de portas e janelas como de elementos técnicos de redes de águas, chaminés, entre outros. Estávamos ainda longe da perspetiva de produção industrializada que marcava a produção de habitação moderna em contextos centro-europeus, mas este exercício de uniformização de elementos representa certamente uma evolução, particularmente na gestão da construção de habitação — a uniformização de elementos construtivos permitiu o desenvolvimento central não só de desenhos gerais de plantas e alçados como de desenhos de pormenor e, do que foi possível apurar, de um caderno de encargos tipo que agilizou a disseminação dos projetos-tipo para contextos afastados dos centros urbanos de Porto, Lisboa e Coimbra.

Quando publica um projeto feito, aparentemente, para o Programa, Lino oculta a referência a este, embora identifique o caráter evolutivo das habitações: o "Tipo de Moradias em Correnteza ou Grupo de

600. Entre os quais Hans Poelzig, Otto Bartning, Walter Gropius, Ludwig Hilbersmeier, Leberecht Migge, Hans Scharoun, Bruno Taut, e o próprio Martin Wagner. Avermaete et al., *Martin Wagner - Das wachsende Haus - The Growing House*.

Duas Casas Ampliáveis" corresponde, segundo o espólio de Raul Lino na Fundação Gulbenkian, a um projeto para um conjunto de Casas Económicas em Montemor-o-Novo (Fig. 186).[601]

Contratado, como vimos, para desenhar fachadas para as Casas Económicas, Raul Lino associou ao tipo PT1A alguns elementos que podem ser entendidos como uma adição de elementos de cariz pitoresco; são-no, certamente, mas também configuram elementos que atribuem escala e desenho às construções, procurando, diríamos, evitar a imagem *sobre-estilizada* resultante da eliminação de todos os elementos decorativos, de que o projeto de Jorge Segurado para o Bairro Operário José Luís, em Cascais, [MdH a724] é um exemplo. Para além desses elementos (molduras nos vãos e lambrins, por exemplo), um elemento em particular parece-nos *indiscutivelmente Lino*. Em vários dos bairros desta primeira geração das Casas Económicas é associado à entrada das habitações um pequeno alpendre. Este alpendre representa mais do que um elemento decorativo ou pitoresco, configurando a criação de um espaço de *transição* entre a rua e o espaço doméstico que o exercício de síntese no projeto doméstico eliminara, com o acesso direto da rua à sala comum.

601. Raul Lino, *Casas Portuguesas: Alguns Apontamentos sobre o Arquitectar das Casas Simples* (Lisboa: Cotovia, 1992 [1993]), Ilustrações 29 e 29a. "Bairro de Casas Económicas, Montemor-o-Novo [Projectos de Arquitectura]," Fundação Calouste Gulbenkian, Espólio Raul Lino 1902-1974, cota RL 420.

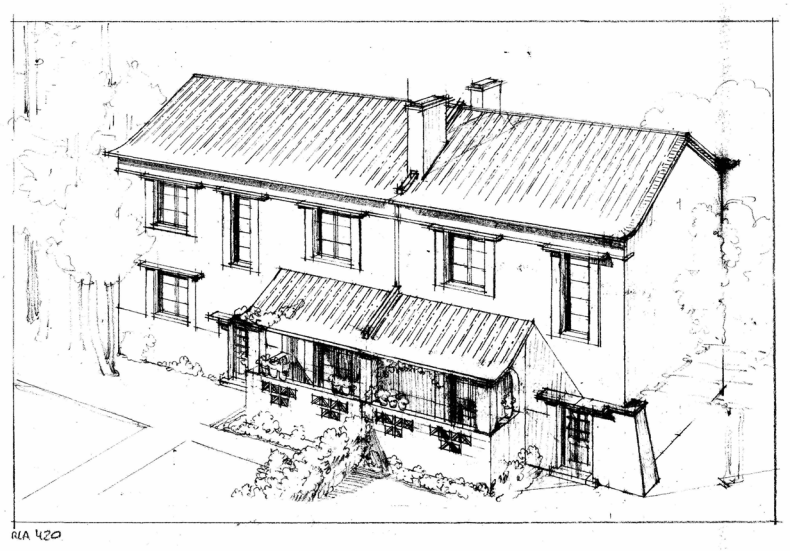

Fig. 186. BCE(?) Montemor-o-Novo, (Raul Lino, 1939-40). Desenho de alçado. [Fundação Calouste Gulbenkian — Biblioteca de Arte, RL 420]

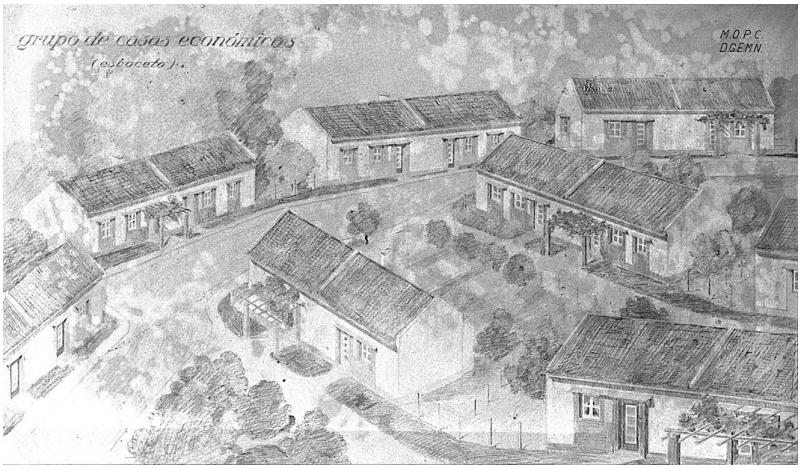

Fig. 187. "Grupo de Casas Económicas (esboceto)," apresentada por Raul Lino na referida conferência no Brasil. [Ramos, Rui Jorge Garcia, e Marta Rocha Moreira, "Reconstituição da conferência 'Casas Económicas' proferida por Raul Lino no Instituto de Engenharia de S. Paulo, Brasil, em Junho de 1935," 2013]

Parece-nos importante notar este papel que cremos ser de Lino, o da adição de elementos que, podendo ser interpretados numa leitura superficial como supérfluos e/ou decorativos, na realidade representam simultaneamente uma qualificação espacial da casa e/ou atribuem às casas um caráter específico e referências culturais específicas (Fig. 187). Estes elementos adicionais são a grande diferença entre os projetos de Casas Económicas realizados e o que acreditamos ser a base para esses projetos, um estudo de Porfírio Pardal Monteiro para a Casa Económica a construir pelo Estado Novo, desenvolvido ainda antes de ter sido publicada a legislação das Casas Económicas.

Uma carta existente no espólio de Pardal Monteiro, dirigida a Duarte Pacheco e datada de dezembro de 1932, indica-nos o pedido por parte do Ministro para que Pardal Monteiro desenvolvesse um conjunto de diretrizes a seguir na criação da Casa Económica do Estado Novo. Terá sido formada por Duarte Pacheco uma comissão para o estudo do problema, constituída por Pardal Monteiro e por dois engenheiros, Abrantes e Fontoura.[602] As intenções de Duarte Pacheco são clarificadas na carta: "ao mesmo tempo um projecto de tipo de casa barata, de moradia independente, susceptível mesmo de, segundo condições especiais a estabelecer, se tornar propriedade do locatário."

602. Eliseu Gonçalves identifica-os como António Emídio Abrantes (1888-1970) e Álvaro da Fontoura (1891-1975). Eliseu Gonçalves, "A República e a Questão Social da Habitação no Rescaldo da Guerra (1918-1933)," in *Habitação. Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal (1918-2018)*, coord. Ricardo Agarez (Lisboa: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2018), 78.

Com a satisfação de "estabelecer quasi oficialmente doutrina, consequente da [sua] observação nos paízes da Europa que mais se teem dedicado ao assunto," Pardal Monteiro apresentou o projeto de um "tipo de casa de casal com filhos de ambos os sexos," oferecendo-o a Duarte Pacheco. As peças desenhadas do projeto ter-se-ão perdido, ao que sabemos, não existindo registo das mesmas no espólio de Pardal Monteiro e do Ministério das Obras Públicas. A carta, no entanto, faz uma descrição da Casa Económica desenvolvida por Pardal Monteiro que, tendo vários pontos em comum ao projeto-tipo trabalhado por Raul Lino, nos leva a crer que terá tido, pelo menos, alguma influência no desenvolvimento desse projeto-tipo. Um dos elementos essenciais da descrição de Pardal Monteiro é o espaço familiar comum, que designa por "Cozinha — Casa de Estar," espaço que congregaria as funções comuns da habitação.

Esta opção, "indiscutivelmente uma solução económica," implica algum cuidado de desenho, no entender de Pardal Monteiro, para garantir o equilíbrio do espaço, particularmente do que chama "parcela-cosinha." Este "recanto (...) separado do resto da casa apenas por um cortinado simples," com "todas as peças necessárias a uma pequena cosinha de gente modesta," configura uma redução do espaço da cozinha a uma área mínima essencial, como vimos aplicado no projeto-tipo PT1A, particularmente na versão para contextos rurais. "Uma porta, com parte envidraçada, dá directamente para o exterior (...) A parte restante da casa de estar está prevista para completar uma mesa servindo normalmente para seis pessoas," mas passível de servir para mais; neste ponto, a proximidade ao discurso de Fernando Jácome de Castro, na já referida conferência sobre Bairros Económicos em 1935, é mais um elemento que nos leva a acreditar na importância deste estudo para o desenvolvimento do primeiro projeto de Casa Económica. Tal como Jácome de Castro, também Pardal Monteiro refere a importância de ter "um pouco de folga, porque uma outra visita, um ou outro convidado podem de vez em quando vir aumentar o número." Mais específica ainda é a comparação feita por Pardal Monteiro, a propósito deste espaço de sala comum: "essa peça é o living-room dos ingleses" e "é a nossa casa de fóra das casas de província," exatamente a mesma expressão que Jácome de Castro usaria em 1935 para descrever o espaço.

Para todos os espaços Pardal Monteiro faz uma descrição elaborada das carpintarias que considerava necessárias incluir na construção, armários fixos e/ou embutidos que garantissem a arrumação indispensável, reduzindo o mobiliário móvel a peças como mesa, cadeiras e camas.

A propósito da caracterização construtiva da casa, as instruções são curiosamente mais reduzidas, indicando a opção de aplicação de massame hidráulico por oposição a uma solução mais conservadora de caixa de ar no pavimento, e parede exteriores em bloco simples rebocadas e caiadas, paredes interiores em tijolo ou bloco de cimento. Embora estas soluções viessem a ser aplicadas nas Casas Económicas, nesse caso é menos óbvia a relação direta com a descrição técnica de Pardal Monteiro. Essa descrição indica soluções de uso corrente, generalizado e de custo reduzido, facilmente absorvidas por construtores de diversos contextos e dimensões. Está na solução para a cobertura a grande diferença em relação ao projeto-tipo que viria a ser aplicado: Pardal Monteiro propunha a aplicação de "chapa ondulada de fibro-cimento," o que não viria a acontecer; como vimos a propósito das Casas Desmontáveis, era uma solução vista como dificilmente exportável para contextos fora da cidade da Lisboa.

Fica, para já, por explicar o afastamento entre Pardal Monteiro e o PCE, no qual não chega a ter papel oficial. A opção por Lino, justificada por Fernando Jácome de Castro com o estudo da Casa Portuguesa, refletirá uma opção formal, ou uma proximidade pessoal; poderá refletir um desinteresse de Duarte Pacheco pela *imagem* do Programa ou uma imposição superior, de certa forma invertida na passagem para o Segundo Tempo, quando Pacheco recusa as "casinhas" dos primeiros anos do Programa. Independentemente da motivação, a adoção de um pitoresco estilizado não pôs em causa a abordagem moderna às necessidades do espaço doméstico e ao esforço de síntese baseado na procura da casa mínima.

3.7. MODERNOS SEM MOVIMENTO

Invertemos a *ordem dos fatores* também nesta terceira parte precisamente para terminar com este *início*: o PCE começou com uma procura pelo pitoresco muito específica, associada à aplicação de princípios modernos de projeto e planeamento, uma postura de ambiguidade — que numa perspetiva talvez otimista poderíamos classificar como *eclética*, embora também possa ser definida como ingénua — que procurou cruzar o *digerível* e o *assimilável* das vias *moderna* e *conservadora* do projeto habitacional. Uma *terceira via* antes do tempo, sem a densidade crítica e a cultura arquitetónica das propostas de Fernando Távora. Pescando aquilo que considerava do "seu tempo," mas não demasiado "maquinista," e cruzando-o com o que achava poder ser compreendido pelos potenciais clientes e promotores públicos, uma geração de transição procurou navegar, no campo da habitação programada, um período de transformação do projeto que não conseguia assimilar completamente — em que a historiografia tradicional de arquitetura encontrou no Movimento Moderno a *única resposta certa*. Dessa geração, a que Raul Lino se juntou "fora de tempo" por iniciativa da DGEMN, que já referimos acima, destacamos uma figura externa e um par de figuras internas ao Programa: Jorge Segurado e os irmãos Rebelo de Andrade.

Jorge Segurado[603] interessa-nos pela proximidade aos temas em estudo e pela relação particular com o regime. Autor de um dos bairros gerados na transição 1926-33,[604] o Bairro Operário José Luís, em Cascais, que se pode considerar uma resposta consciente da época, de geometria depurada, e, com Filipe Nobre de Figueiredo (1913-1989) de um "Bairro Económico," também para Cascais,[605] de referencial mais tradicionalista, representa vivamente aquela dualidade de leituras internas do regime — e da profissão — na questão da imagem arquitetónica. A Casa da Moeda (Lisboa, 1933-1941), que assinou, também ela de linhas atuais e inspirada na *moderna arquitetura holandesa,* não parecia anunciar o interesse o autor pela arquitetura tradicional e erudita portuguesa, mas o seu percurso, de investigação e de projeto, orientou-se para essas questões, numa duplicidade constante.

603. Andreia Galvão, "O Caminho da Modernidade: A Travessia Portuguesa, ou o caso da obra de Jorge Segurado como um exemplo de complexidade e contradição na arquitectura, 1920-1940" (Tese de Doutoramento, Universidade Lusíada, 2003).

604. Ver Gonçalves, "A República e a Questão Social da Habitação no Rescaldo da Guerra (1918-1933)."

605. Não foi possível confirmar a data deste projeto ou se foi desenvolvido para ser integrado no PCE. "Bairro Económico de Cascais," Arqs. Jorge Segurado e Filipe Nobre de Figueiredo. SIPA, Forte de Sacavém. Cota PT-DGPC/SIPA DGEMN/RSA CE-0052.

Em 1934, Segurado preparou uma conferência a apresentar na Sociedade Nacional de Belas-Artes, precisamente dedicada ao tema das "casas económicas," aqui no seu sentido mais lato e não uma referência direta ao programa, de resto ali ausente — o que se compreende dada a data da comunicação e a nota de que a preparação do texto tinha sido iniciada cerca de um ano antes. A exceção é uma curta referência ao "recente decreto" que lançara o programa "para resolver tão importante problema social." Não se conhecendo imagens, nota-se a intenção de mostrar Viena e Frankfurt, relembrando a viagem de Segurado à Alemanha em 1931, referindo o autor ainda as "lições colhidas" na Holanda, Bélgica e França.

Notando que estava "tudo por fazer" no caso português, Segurado dirige-se "ao povo, a todos os trabalhadores manuais e intelectuais, à classe média que vive numa maioria esmagadora muito mal alojada" e faz a apologia não só do trabalho do arquiteto mas também de alguns princípios fundamentais de abordagem ao desenho urbano, nomeadamente o estudo do "transporte entre as habitações e o local de trabalho" e a "criação de grandes zonas arborizadas, com boas árvores de sombra, constituindo parques e funcionando como grandes pulmões no todo urbanizado," locais para usufruto das crianças, onde "possam livremente brincar à vontade, sem receio do guarda-tipo dos nossos jardins públicos, sempre de bengala alçada, — não pisem os meninos a relva."

Estas palavras incluem ainda uma pequena alfinetada a uma figura que por aqueles dias se mantinha próxima da órbita do PCE:

> *"É porventura a Arquitectura Internacional imunda e imoral para ter de ser proibida, como se proíbe a representação dum quadro de revista, repelente de obscenidade? Talvez o sr. Arquitecto Raul Lino faça dela uma triste ideia, pois no seu livro 'Casas Portuguesas' (de que teve a gentileza de me oferecer um exemplar, que eu aqui torno a agradecer) diz que ela não oferece bastante superfície onde bem se pudessem 'limpar as mãos à parede'"*

Este é o mesmo Jorge Segurado que assinou o Núcleo das Aldeias Portuguesas na Exposição de 1940; o período de preparação do Pavilhão de Portugal na Exposição de New York de 1939, em que viveu nos EUA, ter-lhe-á criado as "saudades dos degraus," como publicou.[606] Nessa altura, classificava Le Corbusier como "Artista de Génio," mas a propósito das propostas daquele para New York notava que lhes faltava a perceção da realidade económica e social local. Num discurso em que aplicava preceitos de "identidade nacional" que cairiam bem a algumas figuras do regime português, encontra uma *genética doméstica* nos americanos — o *american dream* que referíamos no início desta Tese.

> *"Não se podem modificar profundamente as condições habituais do homem, na maneira de viver, na maneira de ser; esquece igualmente* [Le Corbusier] *que predomina aqui* [nos EUA] *genealogicamente o espírito inglês, conservador do 'Home', da sua casinha rodeada de árvores e de tapetes verdes... Há milhões delas aqui nos arredores, deliciosamente cómodas (...) Ele bem as viu, pois fala-nos delas mas esqueceu-se que representam uma fôrça viva, permanente. São um dos fins a atingir de todos aqueles que ganham ou querem ganhar mais dólares (...) A receita de Le Corbusier e as suas interessantes teorias só poderão ser aplicadas, de nascença, em núcleos urbanos a criar, e em ambiente social já apto a poder recebê-las"*[607]

José António Bandeirinha assinala esta dualidade em Segurado, que leva "um homem da primeira hora do modernismo português (...) dar corpo ao *pastiche* de imitação ruralista, tão patético, superficial e efémero, que o próprio Lino teve relutância em o fazer,"[608] isto a propósito do Núcleo das Aldeias da Exposição do Mundo Português de 1940. Trabalhando o *moderno* e o *ruralista* com relativa facilidade (e qualidade) de desenho — veja-se os casos dos projetos em Lisboa, a casa própria, Prémio Valmor de 1947, e o conjunto de edifícios para o Montepio Geral na Av. Brasil, de 1957 — e ainda que com uma certa ingenuidade relativamente aos objetivos sociais de uma certa corrente do Movimento Moderno, Segurado recorre seletivamente a instrumentos e vocabulário modernos de projeto, conforme os programas, os contextos e os clientes.

606. Jorge Segurado, *Sinfonia do Degrau* (Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, 1940).

607. Ibid., 131.

608. José António Bandeirinha, *Quinas Vivas* (Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1996 [1993]), 28.

Outras figuras, talvez menos ambíguas, da mesma geração de Segurado, têm merecido atenção renovada: Carlos e Guilherme Rebelo de Andrade, projetistas do **BCE Almada** [B46], autores para cuja obra Luís Soares Carneiro considera não existir "enquadramento (...) nas narrativas da arquitetura portuguesa do século XX," identificando uma interpretação do modernismo enquanto imagem possível (como Segurado, aplicada quando tal se justifique e quando tal interesse ao projetista) mas não enquanto resposta única. "Não é a recusa da modernidade enquanto circunstância de trabalho; mas apenas do 'modernismo' enquanto linguagem."[609] Como já referimos, o *desconhecimento* não é argumento. Os arquitetos portugueses estavam a par dos mais recentes desenvolvimentos e debates da arquitetura internacional, mas a geração dos Rebelo de Andrade enquadrava-se na dualidade de autores que queriam ser "simultaneamente 'portugueses' e 'modernos'" mas que "até aos anos 50, não foi capaz de repensar sem recorrer à via limitadora e desgastada do recurso às linguagens históricas."[610]

Como procuramos demonstrar, pouco na documentação do PCE nos indica uma visão formal concreta a aplicar nos projetos de bairros e casas, fosse buscando uma imagem ruralista ou não, mesmo que seja fácil encaixar os bairros do período épico do regime, e a ação de Raul Lino no Programa, nessa visão tradicionalista veiculada pelo Secretariado da Propaganda Nacional. No entanto, talvez se pudesse dizer o mesmo de alguns bairros municipais da "livre Inglaterra" ou alguns dos bairros desenhados por Bruno Taut durante a República de Weimar. Reavaliar o Programa das Casas Económicas implica, também, participar numa reavaliação de uma determinada visão historiográfica da arquitetura, que colocou a ortodoxia do Movimento Moderno numa visão de superioridade relativamente a outras respostas formuladas a partir de intenções de atualização da prática. Como nota também Luís Soares Carneiro, "era possível haver alternativa culta e informada às teses do Funcionalismo."[611]

A questão da "Casa Portuguesa," que assombra qualquer leitura de uma formalização arquitetónica tida como *regional,* ou *típica*, ou *ruralizante*, não era, já na década de 1930, um tema atual de debate entre lados informados, mesmo que culturalmente opostos, estando

609. Luís Soares Carneiro, *Casas Ermas: A Arquitetura dos Irmãos Rebelo de Andrade e os Discursos do Moderno* (Porto: Fundação Marques da Silva, 2015).

610. Luís Soares Carneiro, *Três Embaixadas Portuguesas - Londres Madrid Rio de Janeiro: Arquitectos Irmãos Rebelo de Andrade* (Porto: Edições Afrontamento, 2021), 20.

611. Carneiro, *Casas Ermas: A Arquitetura dos Irmãos Rebelo de Andrade e os Discursos do Moderno*, 63.

reduzido a uma interpretação vaga do que era fazer *em português*. Os resquícios dessa discussão de início de século contaminavam, ainda, algumas leituras da produção arquitetónica — mesmo, ou particularmente, ao nível dos gestores que perfilhavam um certo conservadorismo nacionalista, de que Fernando Jácome de Castro é um exemplo. A ação *educativa* de Raul Lino contribuiu, "através da disseminação de modelos visuais, por processos de divulgação modernos, para a sua apropriação popular e repetição generalizada," mas "ninguém a percebeu, ou não quis entender, ou não pôde."[612]

Para Jácome de Castro a casa nunca poderia ser uma máquina, como o vimos indicar na conferência sobre Bairros Económicos de 1935; não poderia, para ele e para muitos outros, porque deveria "parecer-se com a imagem de uma casa."[613] Ao mesmo tempo, o próprio Jácome de Castro patrocinava o estudo e adoção de métodos modernos de projeto e da racionalização do espaço doméstico, reforçando a ideia da interpretação, como nos Rebelo de Andrade, do Moderno como uma imagem possível mas que não lhes interessava particularmente. Ou que, interessando, consideravam não ser adaptável à realidade portuguesa; como nota Nuno Teotónio Pereira,

> *"os fundamentos para (...) aquelas acusações não faltavam: alguns dos edifícios modernos, inspirados em modelos da Europa Central ou do Norte, com janelas amplamente rasgadas, não dispunham de protecção contra o sol excessivo do Verão dos países meridionais; por outro lado, a incipiência das técnicas para a impermeabilização de coberturas horizontais dava lugar a frequentes infiltrações da água da chuva."*[614]

Mas, reforça também Nuno Teotónio Pereira, essa desconfiança relativamente à *técnica moderna* impediu também a *experiência moderna*, limitando à partida intenções de atualização construtiva que poderiam ter permitido o desenvolvimento de outras arquiteturas e exercícios de síntese. Como o Salazarismo foi para Manuel de Lucena um "fascismo sem movimento fascista," também a arquitetura portuguesa, após o entusiasmo *art deco* do final da década de 1920 e da década de 1930, foi frequentemente *moderna sem Movimento*

612. Ramos, *Modernidade Inquieta. Arquitectura e Identidades em Construção: Desdobramento de Um Debate em Português*, 67.

613. Ibid., 77.

614. Nuno Teotónio Pereira, "A Arquitectura de Regime, 1938-1948," in *Portugal : Arquitectura do século XX*, coord. Annette Becker, Ana Tostões, e Wilfried Wang (Munique, New York: Prestel, 1997), 33.

(Moderno). Pedro Vieira de Almeida sugeriu a heterogeneidade possível do *ser moderno*, com a sua interpretação da obra de Raul Lino do início do século XX. Nas Casas Económicas, também, chamar-lhe "*moderno*, refere-se à possibilidade não só de fazer a releitura actual em termos de uma nova consciência crítica, de uma determinada obra ou intervenção do passado, mas à possibilidade de tornar operacionalisável essa mesma obra, essa mesma intervenção."[615] No entanto, é com as Casas Económicas que Lino se aproxima mais do *fazer doutrina construindo*; devemos notar uma curiosa fotografia do Álbum Fotográfico da Secção de Casas Económicas da DGEMN, datada de 11 de março de 1934, e correspondendo a uma viagem de Jácome de Castro e Francisco Almeida Garrett ao terreno onde viria a ser construído o bairro. Os técnicos da DGEMN registaram habitações de construção tradicional da vila (Fig. 189), que remetem para a solução de chaminé expressiva aplicada no bairro (Fig. 188).

615. Almeida, "Raul Lino, Arquitecto Moderno," 117.

Fig. 189. Vila Viçosa, 11 de março de 1934. [Fotografia do autor ao Álbum Fotográfico DGEMN, Coleção Fotográfica, Arquivo da DGPC, Forte de Sacavém]

Fig. 188. BCE Vila Viçosa, (Raul Lino, 1934-36). Vista de moradias unifamiliares geminadas de Classe A. [Centro Português de Fotografia/ DGLAB/SEC, PT/CPF/ALV/005091]

A seleção de Raul Lino para desenhar fachadas de Casas Económicas não é, naturalmente, casual; ainda menos o é se considerarmos que resulta numa *desconsideração* em relação a Pardal Monteiro, depois de este desenvolver o que será o estudo original de Casa Económica do Estado Novo. Talvez não seja só uma desconsideração em relação a Pardal Monteiro, mas em relação aos arquitetos, de uma forma geral. Não podemos deixar de associar a função inicial de Lino ao episódio contado por Pardal Monteiro nas suas notas biográficas sobre a sua contratação para participar no projeto de um Bairro Económico para a Caixa Geral de Depósitos. Perante a vontade do arquiteto de pensar o projeto como um todo, o engenheiro responsável queria limitar a ação de Pardal Monteiro: "o arquitecto continuava a ser um alindador de fachadas e toda a técnica era para o engenheiro."[616] Simultaneamente, devemos referir, como já notámos, a aparente atribuição de Manuel Vicente Moreira da autoria das plantas de Casas Económicas a Jácome de Castro, diretor da Secção de Construção de Casas Económicas da DGEMN.[617] Parece improvável, no entanto, que Raul Lino aceitasse esse papel de ser reduzido a *alindador de fachadas*, sem uma palavra a dizer na organização das habitações.

A linha assumida pelos técnicos da DGEMN ou que com esta colaboraram reflete, até aos anos de 1950, uma interpretação semelhante à que Carlos Sambricio encontra na Espanha dos anos de 1920, que define como "normalización de lo vernáculo" — no sentido de *estabelecer norma* — num fenómeno que cruzava, também, perspetivas modernas de projeto com uma aproximação às técnicas de construção tradicionais e generalizadas. "Las vivendas económicas proyectadas en aquellos años se concibieron desde la economia del gesto y la simplificación arquitectónica halladas en la construcción popular."[618] Foi neste exercício de aproximações paralelas, entre o pitoresco e o moderno, e entre a evolução técnica e as formas tradicionais e generalizadas de construir, que o PCE procurou encontrar a sua forma de fazer, respondendo a exigências diversas e a uma interpretação atualizada do programa doméstico.

616. Pardal Monteiro, citado em Tostões, *Pardal Monteiro*.

617. Ver notas das imagens, Moreira, *Problemas da Habitação: Ensaios Sociais*.

618. Carlos Sambricio, "La Normalización de lo Vernáculo: Un Debate sobre Arquitectura Española en la Década de los Veinte," in *Madrid, Vivienda y Urbanismo: 1900-1960*, coord. Carlos Sambricio (Madrid: Ediciones Akal S.A., 2004), 60.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dividimos esta tese em três partes, cada uma delas com um objetivo específico. Uma primeira parte, dedicada ao Estado e, por isso, à política, procurou desmontar um conjunto de mitos *estatísticos* relativamente ao PCE. Fica comprovado, cremos, que não só o Programa não se esgotou no período mais *propagandístico* do regime, como manteve uma ação relativamente constante, muito ligada à ação de vários ministros com a pasta das Obras Públicas, particularmente Duarte Pacheco e Arantes e Oliveira. Além disso, demonstrou-se que o PCE, dentro da sua ação de escala reduzida — mas não inferior à de outras instituições do Estado Novo — foi um laboratório de políticas e, principalmente, de gestão de projeto e construção de habitação, com uma intervenção fundamental numa linha temporal que progressivamente se tornou mais técnica (e tecnocrática) mas que foi sempre consciente e informada dos principais debates à volta do tema da habitação de interesse público e social.

Uma segunda parte, dedicada à escala da Cidade, procurou integrar o PCE numa linha genealógica que, sendo *de influência da cidade-jardim*, não representou senão ocasionalmente uma visão pitoresca, mais do que *ruralizante,* assumindo uma interpretação diferente da renovação da cidade, de recusa da cidade industrial (como todas as *cidades modernas)* a partir da escala da casa unifamiliar, marcada pela influência da formação clássica da maioria dos arquitetos portugueses mas consciente do papel social da transformação urbana. Notámos ainda como a transformação no Programa para uma visão urbana mais próxima da Carta de Atenas, integrando a habitação plurifamiliar e os espaços exteriores partilhados, ainda que algo incipiente, foi contemporânea das experiências dos Olivais, ou seja, integrou-se num contexto maior de evolução da prática e do pensamento do projeto urbano em Portugal, mesmo que sem a capacidade crítica que, em parte, os conjuntos dos Olivais já demonstravam no final da década de 1950.

Numa terceira parte, a propósito da escala da Casa, procurámos opor à divisão tradicional entre *fazer pitoresco* e *fazer moderno* a assunção de critérios de leitura de projeto que permitiram identificar, mesmo quando Raul Lino interveio no Programa, métodos modernos de

pensar e desenhar o espaço doméstico, particularmente inovadores no contexto do período inicial do Programa. Um processo posterior, de *aburguesamento* da casa em que as várias transformações do público-alvo do programa resultaram numa especialização do espaço doméstico, não foi profundamente alterado com a passagem para a habitação plurifamiliar, mantendo-se genericamente uma lógica convencional, hierarquizada e estanque, do espaço familiar. Ou seja, é no período em que a *imagem* das Casas Económicas é mais anacrónica, quando Raul Lino justapõe à *casa mínima* pinturas que simulam cantarias, que a redução do programa habitacional ao mínimo, a racionalização dos movimentos internos da habitação, e o pensamento da casa como *repetível e evolutiva*, são tecnicamente mais evoluídos (para o que sabemos ser a prática corrente da época).

Dos temas lançados no PCE fica assim assinalada uma contribuição considerável para uma evolução técnica e uma *profissionalização* da gestão de projeto urbano e habitacional que, a par de instituições como as FCP-HE, o GTH, e o FFH, foram conseguindo lentamente trazer para o contexto português as grandes questões em debate internacionalmente, umas mais próximas do contexto específico da arquitetura, outras mais ligadas à escala da gestão territorial, e outras ainda ligadas à questão da financeirização da habitação.

A dimensão do Programa das Casas Económicas, por si, comprova a validade desta produção arquitetónica enquanto objeto de estudo; em vários momentos, particularmente no início do programa, mas ao longo de toda a sua extensão, foram lançados temas que acompanharam o debate internacional do papel do estado na questão habitacional. Com esta tese, a ação *construída* do Programa fica, naquilo que é a ação direta do estado, devidamente quantificada, tendo sido possível lançar um conjunto de pistas e hipóteses que investigações futuras certamente complementarão e corrigirão, sem que se possa pôr em causa uma unidade que reúne os bairros identificados sob uma mesma égide e uma mesma intenção principal.

Essa intenção principal não foi, prioritariamente, formal. Foi essencialmente económica, estabelecendo a *propriedade individual* como símbolo e motor de estabilização social, e da *família* como célula central à qual importava não só dar a segurança da casa própria como garantir a sua fixação no local. Paralelamente e (talvez?) inadvertidamente, a ação do regime influiu no desenvolvimento de um sistema de génese capitalista de valorização da *casa própria*. Essa valorização teve dois efeitos simultâneos, que foram ao longo desta Tese: por um lado, uma generalizada aprendizagem da *consciência da casa,* ou seja, a transição da noção de abrigo para a casa como condição necessária de cidadania, e, consequentemente, da *exigência da habitação* que marcaria os anos pós-25 de abril, com ramificações extensas na perceção social das responsabilidades do Estado; por outro lado, na montagem de um sistema que estimulou uma perceção da casa como bem de consumo e símbolo de estatuto social, que a transição democrática não pôs em causa. Em 1974, as instituições existiam, os conhecimentos técnicos existiam, e a vontade política passou a existir; o culto da *casa própria*, que o Programa das Casas Económicas defendeu fielmente durante quatro décadas de ditadura, manteve-se e contaminou a ação governativa nas décadas seguintes.

BIBLIOGRAFIA

ARQUIVOS E INSTITUIÇÕES CONSULTADAS

Arquivo Distrital de Faro

Arquivo Histórico da Economia — Acervo das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Arquivo Histórico do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Arquivo Histórico Municipal de Coimbra

Arquivo Histórico Municipal do Porto

Arquivo do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana

Arquivo Histórico do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, Forte de Sacavém

Arquivo Municipal de Abrantes

Arquivo Municipal de Almada

Arquivo Municipal de Bragança

Arquivo Municipal da Covilhã

Arquivo Municipal de Faro

Arquivo Municipal da Guarda

Arquivo Municipal de Lisboa

Arquivo Municipal de Olhão

Arquivo Municipal de Portimão

Arquivo Municipal de Sintra

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

Biblioteca Municipal do Porto

Biblioteca Nacional, Lisboa

Gabinete de Estudos Olisiponenses, Lisboa

Sistema de Informação do Património Arquitetónico, Forte de Sacavém

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Actas da Câmara Corporativa (1935-1974)

Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e da Previdência (1933-1974)

Diário da Câmara dos Deputados (1911-1926)

Diário do Govêrno (1933-1974)

Diário de Lisboa (1933-1974)

Diário da Manhã (1933-1974)

Diário das Sessões – Assembleia Nacional (1935-1974)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PUBLICAÇÕES

Acciaiuoli, Margarida. *Casas Com Escritos: Uma História Da Habitação Em Lisboa*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2015.

Agarez, Ricardo. *Algarve Building: Modernism, Regionalism and Architecture in the South of Portugal, 1925-1965*. London & New York: Routledge, 2018.

———. *A Habitação Apoiada Em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2020.

———. *O Moderno Revisitado. Habitação Multifamiliar Em Lisboa Nos Anos 1950*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2009.

———. "Obras Públicas E "Melhoramentos" Locais: Entre Lisboa E O País (Real)." In *Obras Públicas No Estado Novo*, coord. Joana Brites e Luís Miguel Correia, 141-67. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020.

Almeida, João Miguel. *António Oliveira Salazar, Pedro Teotónio Pereira: Correspondência Política 1945-1968*. Temas e Debates, 2008.

———. *Correspondência De Pedro Teotónio Pereira Para Oliveira Salazar*. 3 vols. Vol. I (1931-1939), Mira-Sintra: Presidência do Conselho de Ministros - Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1987.

Almeida, Maria Antónia. "Duarte Pacheco: Uma Biografia." *Al-ulyã. Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, nº 5 (1996): 175-215.

Almeida, Paulo. "Bairros Económicos do Porto: A Casa como Arma Política." In *Família, Espaço e Património,* coord. Carlota Santos. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória", 2011.

Almeida, Pedro Vieira de. "Arquitectura E Poder: Representação Nacional [1997]." In *Apontamentos - Para Uma Teoria Da Arquitectura*, 91-98. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

———. *A Arquitectura No Estado Novo*. Livros Horizonte, 2002.

———. "Raul Lino, Arquitecto Moderno." In *Raul Lino. Exposição Retrospectiva Da Sua Obra*., 115-88. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.

Amaral, Francisco Keil do. *A Arquitectura E a Vida*. Biblioteca Cosmos. Lisboa: Edições Cosmos, 1942.

———. *O Problema Da Habitação*. Porto: Livraria Latina Editora, 1945.

Anais Do Município De Lisboa: 1947. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1948.

Anderson, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem E a Expansão Do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2012 [1983].

Andrade, Carlos Rebelo de. "A Habitação Modesta Nos Grandes Núcleos Urbanos." In *Iii Congresso Da "Federacion De Urbanismo Y De La Vivienda" Madrid-Sevilha-Lisboa Jerna II*. Lisboa: Gráfica Santelmo, 1944.

Antunes, Gonçalo. *Políticas De Habitação 200 Anos*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2018.

Arís, Carlos Martí. *Las Formas De La Residencia En La Ciudad Moderna*. Barcelona: Edicions UPC, 2000 [1991].

Assis, Francisca de. "Um Problema." *Mocidade Portuguesa Feminina*, nº 51-52 (Julho-Agosto 1943).

Avermaete, Tom, Franziska Bollerey, Ludovica Scarpa, e Tatjana Schneider. *Martin Wagner - Das Wachsende Haus - the Growing House*. Wohnungsfrage. Berlin: Haus der Kulturen der Welt, 2015.

Bandeirinha, José António. "Construir Uma Política Da Habitação Num Contexto Adverso: O Colóquio De 1969." In *Habitação Para O Maior Número: Portugal, Os Anos De 1950-1980*, coord. Nuno Portas, 63-78. Lisboa: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana e Câmara Municipal de Lisboa, 2013.

———. "O Congresso De 1948. Tudo O Que É Sólido, Um Século Depois.." *Revelar o Património. Coleção Forte de Sacavém. 1º Congresso Nacional de Arquitectura 1948-2018*, nº 1 (2019): 14-27.

———. *O Processo Saal E a Arquitectura No 25 De Abril De 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

———. *Quinas Vivas*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1996 [1993].

Bandeirinha, José António, Tiago Castela, Rui Aristides, e Joana Gouveia Alves. "O Fundo De Fomento Da Habitação De 1969 a 1982: Ordenamento, Alternativas E Mercado." In *Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal*, coord. Ricardo Agarez. Lisboa: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2018.

Baptista, Luís V. *Cidade E Habitação Social: O Estado Novo E O Programa De Casas Económicas Em Lisboa*. Oeiras: Celta, 1999.

Barbosa, Raúl Tamagnini. "Diferentes Formas De Cooperativismo De Habitação [1]." *Seara Nova*, nº 527 (18 setembro 1937): 433, 50.

———. "Diferentes Formas De Cooperativismo De Habitação [2]." *Seara Nova*, nº 537 (27 novembro 1937): 190-91.

———. "Diferentes Formas De Cooperativismo De Habitação [3]." *Seara Nova*, nº 546 (29 janeiro 1938): 413-14.

———. "Diferentes Formas De Cooperativismo De Habitação [4]." *Seara Nova*, nº 553 (19 março 1938): 149-50.

Bártolo, Carlos. "Função, Forma E Fantasia: O Plano Geral De Edificações Dos CTT, 1937-1952." In *Obras Públicas No Estado Novo*, coord. Joana Brites e Luís Miguel Correia, 317-42. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

Benevolo, Leonardo. *As Origens Da Urbanística Moderna*. Lisboa/São Paulo: Editorial Presença / Martins Fontes, 1981 [1964].

Blanchet, Elisabeth, e Sonia Zhuravlyova. *Prefabs: A Social and Architectural History*. Historic England, 2018.

Brites, Joana. “Arquitectos E Oposição Ao Estado Novo.” In *Autoritarismos, Totalitarismos E Respostas Democráticas*, coord. Carlos Cordeiro, 177-204. Coimbra e Ponta Delgada: Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra - CEIS20, 2011.

———. “Do Caixote À Caixa: Filiais E Agências Do Banco Do Estado (1929-1970).” In *Obras Públicas No Estado Novo*, coord. Joana Brites e Luís Miguel Correia, 289-315. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

———. “Entre O Poder Da Arte E a Arte Do Poder: Modernismo Versus Neoclassicismo Monumentalista Na Arquitectura Das Décadas De 1920 a 1940?.” *Revista Portuguesa de História* XXXVII (2005): 411-35.

———. “The New State, Architecture and Modernism.” In *Hidden in Plain Sight: Politics and Design in State-Subsidized Residential Architecture*, coord. Rui Jorge Garcia Ramos, Virgílio Borges Pereira, Marta Rocha Moreira e Sérgio Dias Silva. Zurich: Park Books, 2021.

———. *O Capital Da Arquitectura, Estado Novo, Arquitectos E Caixa Geral De Depósitos 1929-1970*. Prosafeita, 2014.

Caetano, Marcello. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Record, 1974.

Cardoso, José Luís, e Nuno Estêvão Ferreira. “A Câmara Corporativa (1935-1974) E as Políticas Públicas No Estado Novo.” *Ler História*, nº 64 (2013): 31-54.

Cardoso, Vasco. “Bairros de casas económicas e grupos de moradias populares: o encontro de duas morfologias de padrão geométrico.” *Cadernos Curso de Doutoramento em Geografia FLUP,* 2009.

Carneiro, Luís Soares. *Casas Ermas: A Arquitetura Dos Irmãos Rebelo De Andrade E Os Discursos Do Moderno*. Porto: Fundação Marques da Silva, 2015.

———. *Três Embaixadas Portuguesas - Londres Madrid Rio De Janeiro: Arquitectos Irmãos Rebelo De Andrade*. Porto: Edições Afrontamento, 2021.

Carvalho, Ricardo. *A Cidade Social: Impasse, Desenvolvimento, Fragmento*. Lisboa: Tinta da China & Universidade Autónoma de Lisboa, 2016.

———. “Desde Los Sielungen Hasta El S.A.A.L. La Ciudad Social Como Un Continuum.” *RITA*, nº 15 (2021).

Carvalho, Rita Almeida de. “Ideology and Architecture in the Portuguese “Estado Novo”: Cultural Innovation within a Para-Fascist State (1932-1945).” *Fascism*, nº 7 (2018): 141-74.

———. “Travelling Modernisms: The Tours and Acquaintances of Portuguese Architects.” Paper presented at the Southern Modernisms. Critical Stances through Regional Appropriations: Conference proceedings, Porto, 2015.

Casas Económicas. Lisboa: Secretariado da Propaganda Nacional, 1943.

“Casas Económicas: Janelas Abertas Para a Vida.” *Panorama* 1, nº 2 (Julho 1941): 22-24.

Castela, Tiago. "Cidadania Proprietária E Emergência Da Financeirização Da Habitação Em Portugal Após 1968." In *A Nova Questão Da Habitação Em Portugal: Uma Abordagem De Economia Política*, coord. Ana Cordeiro Santos. [edição digital]: Conjuntura Actual Editora, 2019.

Castro, Fernando Jácome de. *Bairros Económicos*. Separata Da "Conferência Sobre Políticas De Urbanização, Realizadas No Salão Nobre Dos Paços Do Concelho, De Novembro De 1934 a Janeiro De 1935." Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1936.

Choay, Françoise. O Urbanismo. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1992 [1965].

Colomina, Beatriz. *Privacy and Publicity: Modern Architecture as Mass Media*. Cambridge: The MIT Press, 1996 [1994].

Cook, Ian R., e Ida Andersson. "Tour Guides and the Hosting of Policy Tourism: Show and Tell in Vällingby and Växjö." In *Globala Flöden Och Lokala Praktiker – Policymobilitet I Tid Och Rum, Årsboken Ymer*, 111-31. Stockholm: Svenska Sällskapet för Antropologi och Geografi, 2018.

Cordua, Christian Hermansen. "The Idea of Modernity in Cerdá's Teoría General De La Urbanización." In *Manifestoes and Transformations in the Early Modernist City*, coord. Christian Hermansen Cordua: Ashgate, 2010.

Costa, João Pedro. *Bairro De Alvalade: Um Paradigma No Urbanismo Português*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010 [2002].

Cunha, Luís. *A Nação Nas Malhas Da Sua Identidade: O Estado Novo E a Construção Da Identidade Nacional*. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

Domenech, Daniel. "The National Revolution Architecture: Rooted Modernism in the Spanish New State (1939–1959)." *Fascism*, nº 7 (2018): 213-40.

Esposito, Fernando, e Sven Reichardt. "Revolution and Eternity: Introductory Remarks on Fascist Temporalities." *Journal of Modern European History* 13, nº 1 (2015): 24-43.

Feliciantonio, Cesare Di, e Manuel B. Aalbers. "The Pre-Histories of Neoliberal Housing Policies in Italy and Spain and Their Reification in Times of Crisis." *Housing Policy Debate* 27: in press (2017): 135-51.

Fernandes, José Manuel, coord. *Anos De Ruptura. Arquitectura Portuguesa Nos Anos Sessenta*. Lisboa: Lisboa Capital Europeia da Cultura & Livros Horizonte, 1994.

Fernandes, José Manuel, e Maria de Lurdes Janeiro. *Luís Benavente | Arquitecto*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais | Torre do Tombo, 1997.

Ferreira, Vitor Matias. "A Lisboa Do Império E O Portugal Dos Pequeninos: Estrutura Fundiária E Politica Urbana De Lisboa, Anos De 1930-40." *Análise Social* XIX, nº 77-78-79 (3º-4º-5º 1983): 693-735.

Ferro, António. *Entrevistas a Salazar*. Lisboa: Parceria A.M. Pereira Livraria Editora Lda., 2007.

Forrest, Ray, e Yosuke Hirayama. "The Financialisation of the Social Project: Embedded Liberalism, Neoliberalism and Home Ownership." *Urban Studies* 1, nº 12 (2014).

Foucault, Michel. "Of Other Spaces: Utopias and Heterotopias." *Diacritics* 16, nº 1 (Spring 1986): 22-27.

França, José-Augusto. *A Arte Em Portugal No Século XX 1911-1961*. Lisboa: Livros Horizonte, 2009 [1974].

Garcia, Madalena, coord. *Diários De Salazar (1933-1968): O Dia a Dia, a Hora a Hora, Da Vida Pública E Privada De António Oliveira Salazar*: Porto Editora [edição digital], 2021.

Garrett, Francisco de Almeida. *A Casa Colonial*. Ministério da Economia: Junta Nacional da Cortiça, 1940.

———. *A Casa Do Colono Em Terras Da África Tropical: Condições a Que Deve Obedecer a Construção Da Habitação Do Colono E Do Indígena*. Lisboa, 1940.

———. *A Habitação Na Colonização Do Império: Estudo Detalhado Da Casa Colonial Em Meio Rural*. Lisboa, 1941.

Garrido, Álvaro. *Cooperação E Solidariedade: Uma História Da Economia Social*. Lisboa: tinta-da-china, 2016.

Geertse, Michel. "Cross-Border Country Planning Dialogue in Interwar Europe." *SAGE Open* (July-September 2015): 1-12.

Gonçalves, Eliseu. "A República E a Questão Social Da Habitação No Rescaldo Da Guerra (1918-1933)." In *Habitação. Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal (1918-2018)*, coord. Ricardo Agarez, 40-81. Lisboa: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2018.

Gonçalves, Eliseu, e Rui Jorge Garcia Ramos. "Primeiras propostas de habitação operária no Porto: A casa unifamiliar, o carré mulhousien e a cité-jardin." *Ciudades* vol. 19, nº1 (2016):77-98.

González, María Cristina García, e Salvador Guerrero. "The National Federation of Town Planning and Housing, 1939–1954: A Network for Town Planners and Architects in Franco's Spain." *Journal of Urban History* 40, nº 6 (2014): 1099-122.

Griffin, Roger. "Building the Visible Immortality of the Nation: The Centrality of 'Rooted Modernism' to the Third Reich's Architectural New Order ". *Fascism*, nº 7 (2018): 9-44.

———. "Fascism's Modernist Revolution: A New Paradigm for the Study of Right-Wing Dictatorships." *Fascism*, nº 5 (2016): 105-29.

———. ""Rooted Modernism": The Ethos of Public Works in the "Fascist Era."" In *Obras Públicas No Estado Novo*, coord. Joana Brites e Luís Miguel Correia, 17-42. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020.

Gros, Marielle Christine. *O Alojamento Social Sob O Fascismo*. Porto: Edições Afrontamento, 1982.

Hall, Peter. *Cities of Tomorrow: An Intellectual History of Urban Planning and Design since 1880*. Wiley-Blackwell, 2014.

Hanisch, Ruth. "Camillo Sitte: *City Planning According to Artistic Principles*, Vienna 1889." In *Manifestoes and Transformations in the Early Modernist City*, coord. Christian Hermansen Cordua, 125-35: Ashgate, 2010.

Hardy, Dennis. *From Garden Cities to New Towns: Campaigning for Town and Country Planning, 1889-1946*. London: Spon Press, 2011 [1991].

Hayden, Dolores. *Redesigning the American Dream: The Future of Housing Work, and Family Life*. New York: W.W. Norton, 2002 [1984].

Hays, K. Michael. "Tessenow's Architecture as National Allegory: Critique of Capitalism or Protofascism?." *Assemblage*, nº 8 (Fevereiro 1989): 104-23.

Heitor, Teresa Valsassina. "Olivais and Chelas: A Large-Scale Housing Programme in Lisbon." In *Hidden in Plain Sight: Politics and Design in State-Subsidized Residential Architectur*, coord. Rui Jorge Garcia Ramos, Virgílio Borges Pereira, Marta Rocha Moreira e Sérgio Dias Silva, 311-34. Zurich: Park Books, 2021.

Howell, Margarida Souza Lôbo. "Casas Económicas. Um Programa Emblemático Da Politica Habitacional Do Estado Novo." In *Caminhos Do Património - 1929-1999*, 151-58. Lisboa: DGEMN, 1999.

Hurley, Amanda Kolson. *Radical Suburbs: Experimental Living on the Fringes of the American City*. Belt Publishing, 2019.

Jacobetty, Miguel. "A Racionalização Na Habitação E Na Urbanização." In *1º Congresso Nacional De Arquitectura [Edição Fac-Similada]*, coord. Ana Tostões, 223-28. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2008 [1948].

Janela, José, e Pedro Silva Pereira. "História Do Amianto No Mundo E Em Portugal." *CEM*, nº 7 (2016): 193-206.

Kallis, Aristotle. "Futures Made Present: Architecture, Monument, and the Battle for the 'Third Way' in Fascist Italy." *Fascism*, nº 7 (2018): 45-79.

Kostov, Spiro. *The City Assembled: The Elements of Urban Form through History*. London: Thames & Hudson, 2010 [1992].

———. *The City Shaped: Urban Patterns and Meanings through History*. London: Thames & Hudson Ltd., 2009 [1991].

Lamas, José M. Ressano Garcia. *Morfologia Urbana E Desenho Da Cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2000.

Lameira, Gisela, Luciana Rocha, e Rui Jorge Garcia Ramos. *Mapa Da Habitação: Guia Para Uma Terminologia Específica Em Arquitectura Habitacional Apoiada Pelo Estado Em Portugal [1910-1974]*. Porto: Projeto de Investigação (FCT) Mapa da Habitação, CEAU, FAUP, 2019.

Lane, Barbara Miller. "Architects in Power: Politics and Ideology in the Work of Ernst May and Albert Speer." *Journal of Interdisciplinary History* XVII, nº I (1986): 283-310.

Lima, Viana de. "O Problema Português Da Habitação." In *1º Congresso Nacional De Arquitectura [Edição Fac-Similada]*, coord. Ana Tostões, 215-22. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2008 [1948].

Lino, Raul. "Algumas Considerações Sobre a Arquitectura Alemã Contemporânea ". *Boletim do Insituto Alemão da Universidade de Coimbra* X (1943).

———. *A Casa Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa [Ed. Comissariado-Geral da Exposição de Sevilha], 1929.

———. *Casas Portuguesas: Alguns Apontamentos Sobre O Arquitectar Das Casas Simples*. Lisboa: Cotovia, 1992 [1993].

Lôbo, Margarida Souza. *Planos De Urbanização: A Época De Duarte Pacheco*. Coord. Manuel Mendes. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1995.

Lorbek, Maja. "Idealizations of the Kleinhaus: On the Typology of the Small Single-Family House in Germany, 1920s–1960s." *Architectural Histories* 6, 1, nº 13 (2018): 1-17.

Louçã, Francisco. "A Jaula Oligárquica: A Modernização Conservadora Ao Longo Do Século XX." In *O Século XX Português: Política, Economia, Sociedade, Cultura, Império*, coord. Fernando Rosas, Francisco Louçã, João Teixeira Lopes, Andrea Peniche, Luís Trindade e Miguel Cardina, 117-204. Lisboa: tinta-da-china, 2021.

Lucena, Manuel de. *A Evolução Do Sistema Corporativo Português*. 2 vols. Vol. 1 - O Salazarismo, Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1976.

Magalhães, Eugénia. *Bairro Da Quinta Da Calçada (Relatório)*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1941.

Malheiros, Jorge, José Luís Zêzere, Anna Ludovici, Susana Pereira, Sandra Oliveira, e Margarida Malheiros. "Um Século De Respostas Habitacionais Públicas a Catástrofes: Experiências Passadas E Reflexões Para O Futuro." In *Habitação. Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal 1918-2018*, coord. Ricardo Agarez. Lisboa: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2018.

Martins, A. Couto. "Protecção Do Campo Contra as Infiltrações Da Urbanização Defeituosa." In *Iii Congreso De La Federación De Urbanismo Y De La Vivienda*, 13-15, 1944.

Mendes, Manuel. *(in)Formar a Modernidade: Arquitecturas Portuenses, 1923-1943: Morfologias, Movimentos, Metamorfoses*. Porto: FAUP Publicações, 2001.

Meneses, Filipe Ribeiro de. *Salazar: Uma Biografia Política*. 7 vols. Vol. 1, Alfragide: Dom Quixote, 2009.

Moneo, Rafael. "Sobre La Noción De Tipo." *El Croquis - Rafael Moneo 1967-2004* (2004 [1978]): 584-606.

Moniz, Gonçalo Canto, e António M. Rochette Cordeiro. "A Educação E a Rede De Equipamentos Escolares No Estado Novo." In *Obras Públicas No Estado Novo*, coord. Joana Brites e Luís Miguel Correia, 225-49. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

Monteiro, Porfírio Pardal. "Contribuição Para O Estudo Do Problema Da Habitação Económica Em Lisboa." In *1º Congresso Nacional De Arquitectura [Edição Fac-Similada]*, coord. Ana Tostões, 250-62. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2008 [1948].

Montez, Paulino. *A Estética De Lisboa*. Estudos De Urbanismo Em Portugal. 1935.

———. *Lisboa Alcântara, Zona Do Lanço Noroeste Do Aqueduto Das Águas Livres*. Estudos De Urbanismo Em Portugal. Lisboa: Revista Arquitectura, 1977.

Moreira, Manuel Vicente. *Problemas Da Habitação: Ensaios Sociais*. Famalicão: Tip. Minerva, 1950.

Moreira, Maria da Assunção Júdice, coord. *Evocar Duarte Pacheco No Cinquentenário Da Sua Morte, 1943-1993*. Lisboa: Gabinetes de Estudos Olisiponenses, 1993.

Moreira, Marta Rocha, Eliseu Gonçalves, e Sérgio Dias Silva, coords. *Cadernos Da Habitação* Vol. 1 - "Bairro de Casas Económicas do Alvito." Porto: Universidade do Porto - Faculdade de Arquitectura, 2019.

———, coords. *Cadernos De Habitação* Vol. 2 - "Bloco Duque de Saldanha." Porto: Universidade do Porto - Faculdade de Arquitectura, 2019.

———, Marta Rocha, Eliseu Gonçalves, e Sérgio Dias Silva, coords. *Cadernos De Habitação* Vol. 5 - "Bairro de Casas de Renda Económica de Cabo-Mor." Porto: Universidade do Porto - Faculdade de Arquitectura, 2019.

Mota, Nelson. "From House to Home: Social Control and Emancipation in Portuguese Public Housing, 1926–76." *Society of Architectural Historians Journal* 78, nº 2 (2019): 208-26.

Mumford, Lewis. *The Culture of Cities*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1970 [1938]. 1938.

———. *História Das Utopias*. Lisboa: Antígona, 2007 [1922].

Murteira, Mário. *O Problema Do Desenvolvimento Português*. Lisboa: Moraes Editores, 1974.

Muthesius, Hermann. *Das Englische Haus*. Berlin: Ernst Wasmuth, A.-G., 1908.

Nunes, João Pedro Silva. *À Escala Humana: Planeamento Urbano E Arquitectura De Habitação Em Olivais Sul. Lisboa, 1959-1969*. Câmara Municipal de Lisboa, 2007.

Ó, Jorge Ramos do. *Os Anos De Ferro: O Dispositivo Cultural Durante a "Política Do Espírito" 1933-1949*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

Pascoal, Ana Mehnert. "Encenação Do Estado Novo Na Exposição Quinze Anos De Obras Públicas (Lisboa, 1948)." *MIDAS - Museus e estudos interdisciplinares* nº 12 (2020): [edição digital].

Patriarca, Fátima. *A Questão Social No Salazarismo, 1930-1947*. Vol. I, Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1995.

———. *A Questão Social No Salazarismo, 1930-1947*. Vol. II, Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1995.

Pereira, Nuno Teotónio. "As Casas Económicas 1947-1969 [Ja 16/17/18, Março/Abril/Maio 1983, Pp.11-12]." *Jornal Arquitectos*, nº 218-219 (janeiro a junho 2005): 36-39.

———. "Chegarão 100 Anos Para Acabar Com as Barracas?." In *Lisboa: Temas E Polémicas*, 55-58. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2011 [1993].

———. *Escritos (1947-1996, Selecção)*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1996.

———. "Que Fazer Com Estes 50 Anos?." In *1º Congresso Nacional De Arquitectura [Edição Fac-Similada]*, coord. Ana Tostões. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2008.

Pereira, Nuno Teotónio, e Manuel Costa Martins. “Habitação Económica E Reajustamento Social.” In *1º Congresso Nacional De Arquitectura [Edição Fac-Similada]*, coord. Ana Tostões, 243-49. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2008 [1948].

Pereira, Nuno Teotónio. “A Arquitectura De Regime, 1938-1948.” In *Portugal : Arquitectura Do Século XX*, coord. Annette Becker, Ana Tostões e Wilfried Wang, 33-39. Munique, New York: Prestel, 1997.

Pereira, Paulo. *Arquitetura Portuguesa: História Essencial*. Lisboa: Temas e Debates - Círculo de Leitores, 2022.

Pereira, Pedro Teixeira. *O Estado Novo E a Construção Da Sua Política Social: Previdência E Assistência 1933-1945*. Porto: Universidade do Porto, 2015.

Pereira, Pedro Teotónio. *A Batalha Do Futuro. Organização Corporativa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1937.

Pereira, Raul da Silva. “Problemática Da Habitação Em Portugal - I.” *Análise Social* 1, nº 1 (1963): 33-66.

———. “Problemática Da Habitação Em Portugal - Ii.” *Análise Social* 1, nº 2 (1963): 225-69.

Pereira, Rui. “O Culto Da Nação: A Exposição Do Mundo Português E a Formalização Do Discurso Ideológico Do Estado Novo.” In *A Conquista Social Do Território: Arquitetura E Corporativismo No Estado Novo Português*, coord. Fátima Moura Ferreira, Francisco Azevedo Mendes e Natália Pereira. Coimbra: Edições Tenadas, 2016.

Pereira, Virgílio Borges, coord. *A Habitação Social Na Transformação Da Cidade. Sobre a Génese E Efeitos Do “Plano De Melhoramentos Para a Cidade Do Porto” De 1956*. Porto: Afrontamento, 2016.

———. “A política de habitação do Estado e os seus efeitos sociais no Porto contemporâneo : uma perspectiva sintética e panorâmica.” In *Família, Espaço e Património,* coord. Carlota Santos. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, 2011.

Pereira, Virgílio Borges, e João Queirós. “Une maison pour le peuple portugais: Genèse et trajectoire d’un quartier du programme des « maisons économiques » à Porto (1938-1974). *Politix* nº 101 (2013/1): 49-78.

———. *Na «modesta cidadezinha» : génese e estruturação de um bairro de «casas económicas» do Porto (Amial, 1938-2010)*. Porto: Afrontamento, 2012.

Pereira, Virgílio Borges, João Queirós, Sérgio Dias Silva, e Tiago Castro Lemos. “Casas Económicas E Casas Desmontáveis: Génese, Estruturação E Transformação Dos Primeiros Programas Habitacionais Do Estado Novo.” In *Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal 1918-2018*, coord. Ricardo Agarez, 82-117. Lisboa: IHRU, 2018.

Perry, Clarence Arthur. *Regional Survey, Volume VII: Neighborhood and Community Planning:* . New York: Regional plan of New York and its environs, 1929.

Pierini, Orsina Simona. "Not Houses but Cities—Not Designs, but Designers. 1950s Italy: The Ina-Casa Neighbourhoods." In *Hidden in Plain Sight: Politics and Design in State-Subsidized Residential Architecture*, coord. Rui Jorge Garcia Ramos, Virgílio Borges Pereira, Marta Rocha Moreira e Sérgio Dias Silva, 271-89. Zurich: Park Books, 2021.

Pimentel, Irene Flunser. *A Cada Um O Seu Lugar: A Política Feminina Do Estado Novo*. Maia: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011.

Pintado, Xavier. "Níveis E Estruturas De Salários Comparados: Os Salários Portugueses E Os Europeus." *Análise Social* V, nº 17 (Jan-Mar 1967 1967): 57-89.

Pinto, António Costa. "Corporativismo, Ditaduras E Representação Política Autoritária." In *A Vaga Corporativa: Corporativismo E Ditaduras Na Europa E Na América Latina*, coord. António Costa Pinto. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016.

———. "O Império Do Professor: Salazar E a Elite Ministerial Do Estado Novo (1933-1945)." *Análise Social* XXXV, nº 157 (2000): 1-22.

———. "O Salazarismo Na Recente Investigação Sobre O Fascismo Europeu — Velhos Problemas, Velhas Respostas?." *Análise Social* XXV, nº 108-109 (4º e 5º 1990): 695-713.

———, coord. *Rethinking the Nature of Fascism: Comparative Perspectives*: Palgrave Macmillan, 2011.

Pinto, Pedro Ramos. "Housing and Citizenship: Building Social Rights in Twentieth-Century Portugal." *Contemporary European History* 18, nº 2 (2009): 199-215.

Pizza, Antonio. *La Construcción Del Passado: Reflexiones Sobre Historia, Arte Y Arquitectura*. Madrid: Celeste Ediciones, 2000.

Portas, Nuno. "Arquitectura E Urbanística Na Década De 40." In *Os Anos 40 Na Arte Portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

———. "A Evolução Da Arquitectura Moderna Em Portugal: Uma Interpretação." In *A Arquitectura Para Hoje Seguido De Evolução Da Arquitectura Moderna Em Portugal*, coord. Nuno Portas, 149-234. Lisboa: Livros Horizonte, 2008 [1973].

———. "A Habitação Colectiva Nos *Ateliers* Da Rua Da Alegria." *Jornal Arquitectos*, nº 218-219 [Antologia 1981-2004] (janeiro a junho 2005 [texto original de 2002]).

———, coord. *Habitação Para O Maior Número. Portugal, Os Anos De 1950-1980*. Lisboa: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana e Câmara Municipal de Lisboa, 2013.

———. "A Pesquisa Aplicada Ao Habitat: O Papel Do Laboratório Nacional De Engenharia Civil E Não Só." In *Habitação Para O Maior Número: Portugal Os Anos De 1950-1980*, coord. Nuno Portas. Lisboa: Intituto da Habitação e Reabilitação Urbana e Câmara Municipal de Lisboa, 2013.

Projecto Do IV Plano De Fomento - Tomo I: Continente E Ilhas Adjacentes. Lisboa: Secretaria-Geral da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, 1973.

Projecto Do IV Plano De Fomento - Tomo IV: Pareceres Da Câmara Corporativa - Continente E Ilhas Adjacentes. Lisboa: Secretaria-Geral da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, 1973.

Ramos, Rui. *História De Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010 [2009].

Ramos, Rui Jorge Garcia. *A Casa: Arquitectura E Projecto Doméstico Na Primeira Metade Do Século XX Português*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2010.

———. *Modernidade Inquieta. Arquitectura E Identidades Em Construção: Desdobramento De Um Debate Em Português*. Porto: Edições Afrontamento, 2015.

Ramos, Rui Jorge Garcia, Eliseu Gonçalves, e Sérgio Dias Silva. "Política E Arquitetura Habitacional: Um Mapa Da Intervenção Do Estado Na Habitação." In *Estado Novo E Obras Públicas*, coord. Luís Miguel Correia e Joana Brites. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020.

———. "Segregation in Housing and Urban Forms: An Issue of Private and Public Concern." *Social Sciences* 7, nº 9 (August 2018).

Ramos, Rui Jorge Garcia, e Sérgio Dias Silva. "João Andresen: A Casa Do Pós-Guerra E O Debate Arquitectónico Nos Anos De 1950." In *Januário Godinho: Leituras Do Movimento Moderno*, coord. Alexandra Cardoso, Fátima Sales e Jorge Cunha Pimentel. Porto: Centro de Estudos Arnaldo Araújo, 2012.

Remnick, David. "The Weakness of the Despot: An Expert on Stalin Discusses Putin, Russia, and the West." *The New Yorker*, 11-03-2022, 2022.

Ribeiro, Vasco. "A Empresa De Relações Públicas Norte-Americana Contratada Por Salazar (1951-1962) – a Estreia Da Ditadura No Modelo Assimétrico Bidirecional No Período Pós-António Ferro." *Media & Jornalismo* 18, 2, nº 33 (2018): 155-69.

Riboldazzi, Renzo. "Getting to the Root of the Crisis of Urbanity: The Debate on Urban Open Spaces in the IFHTP Congresses between the Two Wars." *Planum* (May 2012).

———. "Historical Heritage, Landscape and Modernity: Aspects of the Italian Contribution to the IFHTP Congresses between the Two Wars." *Planning Perspectives* 28, nº 3 (2013): 399-419.

———. "The IFHTP Congresses between the Wars: A Source for Studies on Modern Town Planning." *Town Planning Review* 84, nº 2 (2013): 159-70.

———. *La Costruzione Della Città Moderna: Scritti Scelti Dagli Atti Dei Congressi Dell'IFHTP 1923-1938*. Milano: Editoriale Jaca Book, 2010.

———. *Un'altra Modernità: L'IFHTP E La Cultura Urbanistica Tra Le Due Guerre 1923-1939*. Roma: Gangemi Editore, 2009.

Robbins, Edward. "News from Nowhere: A Utopian Dream." In *Manifestoes and Transformations in the Early Modernist City*, coord. Christian Hermansen Cordua, 39-57. Surrey: Ashgate, 2010.

Rodrigues, Elisabete, e Horácio Bonifácio. "Expansão Urbanística De Alcobaça (Anos 50) : Contributos Para a Modernidade." *Revista Arquitectura Lusíada*, nº 1 (2º semestre 2010): 129-48.

Rollo, Fernanda. *Portugal E O Plano Marshall*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

Ronald, Richard. *The Ideology of Home Ownership: Homeowner Societies and the Role of Housing*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

Rosas, Fernando. *Salazar E O Poder. A Arte De Saber Durar*. Lisboa: tinta-da-china, 2012.

———. *Salazar E Os Fascismos: Ensaio Breve De História Comparada*. Lisboa: Tinta-da-China, 2019.

———. *O Estado Novo (1926-1974)*. História De Portugal. Coord. José Mattoso. Vol. VII: Círculo de Leitores, 1994.

———. *O Estado Novo Nos Anos Trinta 1928-1938*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

Rossi, Aldo. *A Arquitectura Da Cidade*. Lisboa: Edições Cosmos, 2001 [1966].

Ryan, Deborah Sugg. *Ideal Homes, 1918-39. Domestic Design and Suburban Modernism*. Manchester: Manchester University Press, 2018.

Salazar. *Discursos*. Vol. I, Coimbra: Coimbra Editora, 1935.

Salazar, António Oliveira. *Discursos E Notas Políticas*. Vol. V - 1950-1958, Coimbra: Coimbra Editora Lda., 1959.

Sambricio, Carlos. "La Normalización De Lo Vernáculo: Un Debate Sobre Arquitectura Española En La Década De Los Veinte." In *Madrid, Vivienda Y Urbanismo: 1900-1960*, coord. Carlos Sambricio. Madrid: Ediciones Akal S.A., 2004.

Santos, Eliana Sousa. "Plain Façades and Exuberant Rooms: A Tour of Casas Económicas." In *Hidden in Plain Sight: Politics and Design in State-Subsidized Residential Architecture* coord. Rui Jorge Garcia Ramos, Virgílio Borges Pereira, Marta Rocha Moreira e Sérgio Dias Silva, 141-52. Zurich: Park Books, 2021.

Santos, Paula Borges. "A Constituição De 1933 E a Composição Da Sua Estrutura Económico-Social." In *Economia E História: Estudos Em Homenagem a José Maria Brandão De Brito*, coord. Alice Cunha, Cristina Rodrigues e Ivo Veiga, 73-90. Lisboa: Colibri, 2019.

Santos, Paula Borges, e José Maria Brandão de Brito. "Corporatism and Affordable Housing in the Portuguese Urban Environment (1933–1974)." In *Hidden in Plain Sight: Politics and Design in State-Subsidized Residential Architecture*, coord. Rui Jorge Garcia Ramos, Virgílio Borges Pereira, Marta Rocha Moreira e Sérgio Dias Silva. Zurich: Park Books, 2021.

Saraiva, J. Silva. *O Pensamento Político De Salazar*. Coimbra: Coimbra Editora, Limitada, 1953.

Scott, James C. *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*. Yale University Press, 1998.

Segurado, Jorge. *Sinfonia Do Degrau*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, 1940.

———. "A Solução Vertical Na Habitação Colectiva E Os Aposentamentos." In *1º Congresso Nacional De Arquitectura [Edição Fac-Similada]*, coord. Ana Tostões. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2008 [1948].

Silva, Sérgio Dias. "Anacronia Das Casas Económicas: Bases Para Um Estudo Do Programa-Bandeira Do Estado Novo." 94-105 In *Contexto, Programa, Projeto: Arquitetura E Políticas Públicas De Habitação*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2019.

———. “Progressively Picturesque, Reluctantly Modern: Building a Timeline of the Casas Económicas (1933-1974).” In *Hidden in Plain Sight: Politics and Design in State-Subsidized Residential Architecture*, coord. Rui Jorge Garcia Ramos, Virgílio Borges Pereira, Marta Rocha Moreira e Sérgio Dias Silva, 127-40. Zurich: Park Books, 2021.

Silva, Sérgio Dias, e Rui Jorge Garcia Ramos. “Housing, Nationalism and Social Control: The First Years of Theportuguese Estado Novo’s Affordable Houses Programme.” In *Southern Modernisms from a to Z and Back Again*, coord. Maria Helena Maia Joana Cunha Leal, Begoña Farré Torres, 257-76. Porto: IHA/FCSH-UNL, CEAA/ESAP-CESAP, 2015.

Soares, J.J.M. Nogueira. *Alguns Rudimentos De Urbanização*. Marânus, 1945.

———. *Congresso Internacional De Urbanismo E Habitação: Relatório*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1947.

Sousa, Jorge Pais de. “O Estado Novo De Salazar Como Um Fascismo Catedrático: Fundamentação Histórica De Uma Categoria Política.” *Intellèctus* 12, nº 2 (2012).

Stern, Robert A.M., David Fishman, e Jacob Tilove. *Paradise Planned: The Garden Suburb and the Modern City*. The Monacelli Press, 2013.

Stone, Marla. *The Patron State: Culture and Politics in Fascist Italy*. Princeton: Princeton University Press, 1998.

Swenarton, Mark. “Homes Fit for Heroes.” In *Hidden in Plain Sight: Politics and Design in State-Subsidized Residential Architecture*, coord. Rui Jorge Garcia Ramos, Virgílio Borges Pereira, Marta Rocha Moreira e Sérgio Dias Silva. Zurich: Park Books, 2021.

———. *Homes Fit for Heroes. The Politics and Architecture of Early State Housing in Britain*. London: Heinemann Educational Books Ltd., 1981.

Tafuri, Manfredo, e Francesco Dal Co. *Arquitectura Contemporanea*. Madrid: Aguilar, 1978 [1976].

Tavares, Maria. “Casa Protótipo: Afirmação De Um Caminho Experimental Em Arquitectura.” *ResDomus* (2009).

———. “Leituras De Um Percurso Na Habitação Em Portugal - as Habitações Económicas - Federação Das Caixas De Previdência.” In *Habitação Para O Maior Número. Portugal, Os Anos De 1950-1980.*, coord. Nuno Portas, 21-46. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2013.

Tavares, Maria, e João Miguel Duarte. “O Arrendamento Social Público (1945-1969): Nova Escala, Novos Programas E Agentes..” In *Habitação. Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal, 1918-2018*, coord. Ricardo Agarez. Lisboa: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2018.

Teige, Karel. *The Minimum Dwelling*. Cambridge: MIT Press, 2002 [1932].

Teixeira, Manuel C. “As Estratégias De Habitação Em Portugal, 1880-1940.” *Análise Social* XXVII, nº 115 (1992): 65-89.

Torgal, Luís Reis. *Estados Novos, Estado Novo: Ensaios De História Política E Cultural*. Vol. 1, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

———. *Marcello Caetano, Marcelismo E "Estado Social": Uma Interpretação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

Torgal, Luís Reis, e Amadeu de Carvalho Homem. "Ideologia Salazarista E «Cultura Popular» — Análise Da Biblioteca De Uma Casa Do Povo." *Análise Social* XVIII, nº 72-73-74 (1982): 1437-64.

Tostões, Ana. "The City of the 1950s." *Rassegna*, nº 59 (1994): 63-71.

———. "Ecletismo, Revivalismo E a «Casa Portuguesa»." In *História Da Arte Portuguesa*, coord. Paulo Pereira, 507-17: Temas e Debates e Autores, 1997.

———. *A Idade Maior: Cultura E Tecnologia Na Arquitectura Moderna Portuguesa*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2015.

———. "Modernismo E Arquitectura De Regime." In *História Da Arte Portuguesa*, coord. Paulo Pereira, 517-28: Temas e Debates e Autores, 1997.

———. "O Congresso E "Os Verdes Anos" 50." In *1º Congresso Nacional De Arquitectura [Edição Fac-Similada]*, coord. Ana Tostões. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2008.

———. "O Congresso E "Os Verdes Anos" Cinquenta." *Revelar o Património. Coleção Forte de Sacavém. 1º Congresso Nacional de Arquitectura 1948-2018*, nº 1 (2019): 28-37.

———. *Os Verdes Anos Na Arquitectura Portuguesa Dos Anos 50*. Porto: FAUP Publicações, 1997 [1994].

———, coord. *Pardal Monteiro*, Fotobiografias Século XX. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2009.

———. "A Ruptura Moderna." In *História Da Arte Portuguesa*, coord. Paulo Pereira, 528-47: Temas e Debates e Autores, 1997.

———. *Lisboa Moderna*. Lisboa: Docomomo International e Circo de Ideias, 2021.

Toussaint, Michel. *Da Arquitectura À Teoria: Teoria Da Arquitectura Na Primeira Metade Do Século XX Em Portugal*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2012.

Trindade, Cachulo da. *Casas Económicas, Casas De Renda Económica, Casas De Renda Limitada, Casas Para Família Pobres: Legislação Anotada*. Coimbra Editora, Limitada, 1951.

"Uma Porta E Uma Janela!...." *Mundo Gráfico* 1, nº 8 (30 janeiro 1941): 12.

Unwin, Raymond. *Town Planning in Practice: An Introduction to the Art of Designing Cities and Suburbs*. London: T. Fisher Unwin Ltd, 1920 [1909].

Vidler, Anthony. *Histories of the Immediate Present: Inventing Architectural Modernism*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technlogy, 2008.

Vilaça, Eduardo, e Teresa Ferreira. "Os Anos De Crescimento (1969-2002)." In *Habitação: Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal 1918-2018*, coord. Ricardo Agarez, 316-63. Lisboa: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2018.

Villani, Luciano. *Le Borgate Del Fascismo*. Milano: Ledizioni, 2012.

Vital, António Lobão. "A Casa, O Homem E a Arquitectura." In *1º Congresso Nacional De Arquitectura [Edição Fac-Similada]*, coord. Ana Tostões, 197-214. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2008 [1948].

Ziegler, Tamas Dezso. "The Anti-Enlightenment Tradition as a Common Framework of Fascism and the Contemporary Far Right." *Fascism*, nº 10 (2021): 16-51.

TRABALHOS ACADÉMICOS

Almeida, Paulo. "Favor, Recompensa E Controlo Social: Os Bairros De Casas Económicas Do Porto (1935-1965)." Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010.

Antunes, Gonçalo. "Políticas Sociais De Habitação (1820-2015): Espaço E Tempo No Concelho De Lisboa." Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2017.

Azevedo, Orlando. "Bairro Social Do Arco Do Cego: Uma Ética, Uma Estética, Uma Poética." Dissertação de Mestrado em Cultura Arquitectónica Contemporânea e Construção da Cidade Moderna, Universidade Técnica de Lisboa, 1998.

Baptista, Luís V. "A Cidade Em Reinvenção: Crescimento Urbano E Emergência Das Políticas Sociais De Habitação. Lisboa, Século XX." Dissertação de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 1996.

Carvalho, Ricardo. "Habitat, Habitação Colectiva E Forma Urbana: Construir O Bairro Em Portugal, Da Cidade-Campo À Cidade-Periférica, 1930-1970." Tese de Doutoramento, Instituto Superior Técnico, 2013.

d'Almeida, Patrícia Beirão da Veiga Bento. "Bairro(s) do Restelo: Panorama Urbanístico E Arquitectónico." Tese de Doutoramento em História da Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2013.

Dias, Tiago Lopes. "Teoria E Desenho Da Arquitectura Em Portugal, 1956-1974 : Nuno Portas E Pedro Vieira De Almeida." Tese de Doutoramento, Universitat Politècnica de Catalunya, 2017.

Fernandes, Ana Patrícia da Silva. "Habitação (Colectiva) Modular Pré-Fabricada: Considerações, Origens E Desenvolvimento." Mestrado, Universidade de Coimbra, 2009.

Galvão, Andreia. "O Caminho Da Modernidade: A Travessia Portuguesa, Ou O Caso Da Obra De Jorge Segurado Como Um Exemplo De Complexidade E Contradição Na Arquitectura, 1920-1940." Tese de Doutoramento, Universidade Lusíada, 2003.

Geertse, Michael. "Defining the Universal City. The International Federation for Housing and Town Planning and Transnational Planning Dialogue 1913-1945." PhD, Vrije Universiteit, 2012.

Gomes, Francisco Manuel Portugal e. "Inquérito À Arquitectura Regional Portuguesa: Contributo Para O Entendimento Das Causas Do Problema Da «Casa Portuguesa»." Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2018.

Gonçalves, Eliseu. "Bairros De Habitação Popular No Porto, 1899-1933. A Prática De Uma Arquitectura Económica, Saudável E Cómoda Nas Vésperas Do Moderno." Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, 2015.

Gonçalves, José Fernando. "Edifícios Modernos De Habitação Colectiva, 1948-61." Tese de Doutoramento, Universitat Politècnica de Catalunya, 2007.

Guerreiro, Filipa de Castro. "Colónias Agrícolas Portuguesas Construídas Pela Junta De Colonização Interna Entre 1936 E 1960. A Casa, O Assentamento, O Território." Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, 2016.

Martins, Fernando Manuel Santos. "Pedro Theotónio Pereira: Uma Biografia (1902-1972)." Doutoramento, Universidade de Évora, 2004.

Monteiro, João Pardal. "Para O Projeto Global - Nove Décadas De Obra: Arte, Design E Técnica Na Arquitetura Do Atelier Pardal Monteiro." Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa, 2012.

Mota, Nélson. "An Archaeology of the Ordinary. Rethinking the Architecture of Dwelling from CIAM to Siza." Tese de Doutoramento, Delft University of Technology, 2014.

Neiva, Ana Catarina. "Exhibiting Portuguese Architecture. Twentieth-Century Curatorial Strategies." Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, 2019.

Pereira, Catarina Ruivo. "Design Paradigms in Porto's Public and Cooperative Housing in and around the Portuguese Revolutionary Period: A System Approach Grounded on Spatial Analysis." Tese de Doutoramento, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2021.

Pereira, Paulo Manta. "Raul Lino: Arquitectura E Paisagem (1900-1948)." Tese de Doutoramento, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, 2013.

Pinto, Luís Miguel Rodrigues Moreira. "João Andresen (1920/1967) Obra (in) Completa." Tese de Doutoramento, Universidad de Valladolid, 2019.

Portas, Nuno. "A Habitação Social: Proposta Para a Metodologia Da Sua Arquitectura." Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto, Escola de Belas-Artes do Porto, 1959.

Prista, Marta Lalanda. "Discursos Sobre O Passado: Investimentos Patrimoniais Nas Pousadas De Portugal." Tese de Doutoramento em Antropologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011.

Ramos, Fernando Manuel Amaro Barata. "O Bairro Operário De Portimão: História E Património." Dissertação de Mestrado em Estudos do Património, Universidade Aberta, 2010.

Rocha Moreira, Marta. "O Valor Do Tempo. O Programa Intelectual E Arquitectónico De Raul Lino." Tese de Doutoramento, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2017.

Rosa, Edite Maria Figueiredo. "Odam: Valores Modernos E a Confontação Com a Realidade Produtiva." Tese de Doutoramento, Universitat Politècnica de Catalunya, 2006.

Santos, Filipa Viegas Serpa dos. “Entre Habitação E Cidade: Lisboa, Os Projectos De Promoção Pública : 1910-2010.” Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, 2015.

Silva, Sérgio Dias. “João Andresen: Uma Ideia De Arquitectura.” Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2007.

Tavares, Maria Fernanda Gaspar. “Habitações Económicas – Federação De Caixas De Previdência. Arquitectura E Modos De Actuação No Exercício Do Projecto.” Tese de Doutoramento, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2016.

Tiago, Maria da Conceição. “O Bairro Social Da Ajuda/Boa-Hora: Um Projecto Da República E Uma Realização Do Estado Novo 1918-1935.” Dissertação de Mestrado em História Social Contemporânea, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1997.

OUTROS

Ramos, Rui Jorge Garcia. "Casa Portuguesa." In *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, edited by Maria Fernanda Rollo, Ernesto Castro Leal, Manuel Loff, Paulo Fontes, Vitor Neto, David Luna de Carvalho e Helder Fonseca, 573-76. Lisboa: Assembleia da República, 2013.

Ramos, Rui Jorge Garcia, Eliseu Gonçalves, e Sérgio Dias Silva. "Mapping Public Housing Research Project Database ". Published online through Mapping Public Housing research project website (FCT): Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2019. [Digital Edition Database MdH: <https://www.up.pt/mapa_habitacao_db>].

Ramos, Rui Jorge Garcia, e Marta Rocha Moreira. Reconstituição Da Conferência «Casas Económicas» Proferida Por Raul Lino No Instituto De Engenharia De S. Paulo, Brasil, Em Junho De 1935. 2011. [documento digital]. Arquivo Marta Rocha.

"Rerum Novarum." 1891, acedido em 21 de julho de 2021, https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html.